

**Universidade Federal Fluminense
Programa de Pós-Graduação em História**

Luís Francisco Munaro

O jornalismo luso-brasileiro em Londres (1808-1822).

Niterói

2013

Luís Francisco Munaro

O jornalismo luso-brasileiro em Londres (1808-1822).

Tese apresentada em cumprimento às exigências do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, para obtenção do grau de Doutor em História.
Linha de Pesquisa: História Moderna
Orientador: Prof. Guilherme Pereira das Neves.

**Universidade Federal Fluminense
Programa de Pós-Graduação em História
Niterói, 2013**

Termo de aprovação

LUÍS FRANCISCO MUNARO

O JORNALISMO LUSO-BRASILEIRO EM LONDRES (1808-1822):

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História no Curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, à seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata

Prof. Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira Neves

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães

Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho e França

Prof. Dr. Guilherme Pereira Neves

Agradecimentos

Uma boa forma de agradecer é reservar um espaço na bibliografia. Se os textos foram lidos e incluídos nesta tese na forma de citação é porque tiveram um apreço especial no número sempre limitado de leituras do sujeito que formulou a tese. Portanto, segue cada referência um agradecimento e também a certeza de que tudo o que se constrói é, de alguma forma, um esforço conjunto. Nessa medida, esta produção é, assim julgou a banca de avaliação, um aperfeiçoamento daquilo que se tem pensado sobre o jornalismo e uma contribuição para se compreender as luzes luso-brasileiras.

Agradeço, em seguida, à dedicação de meu orientador. Para além de uma reunião almejando o engrandecimento curricular, foi para mim um lugar em que pude compartilhar várias perplexidades intelectuais nem sempre cingidas ao esforço da tese. Encontrei em meu orientador, portanto, uma curiosidade e erudição que me foram fundamentais para formar meu espírito científico. Agradeço também ao esforço do Guilherme das Neves para conseguir comigo um acesso às fontes primárias, *in loco*, em Portugal, promessa feita e cumprida que tenho anotada num autógrafa nas páginas iniciais de um exemplar de *História, teoria e variações*. Fui eu quem, por preocupações profissionais, decidi abandonar o barco que, possivelmente, nos levaria muito mais longe. Agradeço assim pela liberdade, simpatia e franqueza. E, principalmente, por enxergar na tese a oportunidade de reunir esforços para construir algo maior.

Agradeço aos professores membros da banca, Profa. Lúcia Bastos, Prof. Carlos Gabriel, Prof. Alexandre Mansur Barata e Prof. Jean Marcel Carvalho França. Sua vontade de me ajudar, além do acréscimo substantivo de elementos para perceber o meu objeto de estudos, me levou a crer que uma banca pode ser entendida também como uma reunião em que os indivíduos compartilham questionamentos e almejam o avanço daquele que postula ser um par. E aos professores que me colocaram no caminho da ciência, sobretudo à Profa. Márcia Tembil, ainda na graduação, e à Profa. Daisy Vogel, já no mestrado.

Agradeço ainda à Sheila Lima, que me ajudou dedicadamente com a burocracia junto ao Consulado Português para conseguir o visto de permanência, ao Prof. Tiago dos Reis Miranda, que acatou o meu projeto de estágio no exterior e enviou sugestões bibliográficas, e à secretaria do PPGHIS-UFF, sobretudo na pessoa da Silvana Damasceno, sempre paciente no esclarecimento de dúvidas burocráticas.

Agradeço, por fim, ao programa Reuni, pela bolsa de pesquisa concedida ao largo de um ano e à minha família, pelo suporte financeiro nos difíceis anos iniciais de sobrevivência no Rio de Janeiro. Sobretudo à Dona Edite que, dispondo de um pouco mais de cacife financeiro, se prontificou em imprimir os tijolos e entregá-los junto ao Correio e à Alana que, a despeito das dores do parto, foi paciente comigo nesse período de *pregnância intelectual*.

Resumo:

Através de seis janelas de leitura identificadas com conceitos, esta tese investigará a emergência do jornalismo e da dispersão regular e periódica de ideias políticas em língua portuguesa. Isso implica se debruçar sobre a situação específica da imprensa luso-brasileira em Londres entre 1808 e 1822, i. é, desde o pioneirismo do brasileiro Hipólito da Costa até o avanço das Cortes de Lisboa e o crescimento na demanda de jornais. No seio da comunidade portuguesa emigrada em Londres e profundamente influenciados pelos ideais de sociabilidade londrinos, os portugueses buscaram argumentos e ideias para salvar o reino luso-brasileiro da iminente crise política, social e econômica, propondo planos de reorganização nacional ao mesmo tempo em que formas tradicionais de mito e utopia política. Os jornalistas lusófonos que se ambientaram nessa comunidade inauguraram modelos comunicativos importantes para o delineamento de sua prática profissional. Eles ajudaram a compor a vanguarda intelectual da sociedade luso-brasileira na modernidade e, por estarem livres da censura, manifestaram-se com relativa autonomia sobre temas considerados caros ao futuro do reino que ia se tornando nação. Os principais destes jornalistas são Hipólito José da Costa, responsável pelo *Correio Braziliense* (1808-1822); José Liberato, pelo *Investigador* (1813-1819) e *Campeão* (1819-1821), João Bernardo da Rocha Loureiro, pelo *Espelho* (1813-1814) e *Português* (1814-1822), Joaquim Ferreira de Freitas, pelo *Padre Amaro* (1820-1826) e, por fim, Francisco Alpoim de Meneses, autor do *O Microscópio de Verdades* (1814), e José Anselmo Correia Henriques, d'*O Argus* (1809) e *O Zurrague* (1821). Para operacionalizar esta investigação, dividimos a tese em linhas de análise identificadas com conceitos considerados importantes: cidade, indivíduo, nação, utopia, comunicação e jornalismo. Trata-se de buscar lançar um ouvido mais aguçado ao passado histórico através de uma proposta de análise em que o documento histórico e o estudioso se interpenetram para melhor compreender a realidade da história. Ao fim e ao cabo, será possível perceber que, longe de uma construção ontológica que remete à Antiguidade, as práticas jornalísticas são uma dádiva do pensamento moderno, ajudando a textualizá-lo e a instrumentalizar a esfera pública.

Palavras-chave:

Ilustração luso-brasileira, história do jornalismo, nação, utopia, epistemologia da comunicação.

Abstract:

Through six reading windows identified with concepts, this thesis will investigate the emergence of journalism and regular and periodical dispersion of political ideas in Portuguese. This implies study the specific situation of the Luso – Brazilian press in London between 1808 and 1822, from the Brazilian pioneer Hipólito da Costa to the advancement of the Cortes of Lisbon and the growth in demand for newspapers. Within the Portuguese immigrant community in London and profoundly influenced by the illustrated ideals of sociability, the Portuguese sought arguments and ideas to save the Luso-Brazilian Kingdom of impending political, social and economic crisis, proposing plans of national reorganization and forms of traditional myth and political utopia. Portuguese-speaking journalists who acclimated in this community inaugurated important communicative models for the design of their professional journalistic practice. They helped to form an intellectual vanguard of Luso-Brazilian society in modernity, and being free from censorship, expressed with relative autonomy over issues considered expensive to the future of the kingdom. The main journalists were: Hipólito José da Costa, accountable for *Correio Braziliense* (1808-1822); José Liberato, for *Investigador* (1813-1819) and *Campeão* (1819-1821), João Bernardo da Rocha Loureiro, for *Espelho* (1813-1814) and *Português* (1814-1822), Joaquim Ferreira de Freitas, for *Padre Amaro* (1820-1826) and, by the end, Francisco Alpoim de Meneses, author of *O Microscópio de Verdades* (1814), and José Anselmo Correia Henriques, of *O Argus* (1809) and *O Zurrague* (1821). To operationalize this research, we divided the thesis into lines of analysis identified with concepts considered important: city, individual, nation, utopia, communication and journalism. What we tried to do was launch a keener ear to the historical past through a proposal for a hermeneutic analysis, since the historical subject and scholar intertwine to better understand reality. After all, that far from an ontological construct that refers to the Antiquity, journalistic practices are perceived as a gift of modern thought, helping textualize it and even being crucial to the manipulation of the public sphere.

Key-words:

Luso-Brazilian Enlightenment, History of Journalism, Nation, Utopia, Epistemology of Communication.

Índice

Preâmbulo: teoria e construção	1
Introdução: texto e contexto	12
1. Cidade	26
1.1 Desvendando a cidade moderna	31
1.2 Os espaços ilustrados	38
1.3 A imprensa em Londres e a organização da urbanidade	67
1.4 Fleet Street	79
2. Indivíduo	90
2.1 Jornalistas e agentes da monarquia	93
2.2 Quatro nomes	107
2.3 Redes de poder	121
3. Nação	139
3.1 A nação dos portugueses	144
3.2 As formas da política	162
3.3 A tradição inventada	174
4. Utopia	190
4.1 Utopia ou mitologia política?	195
4.2 Aquela terra longínqua e sossegada	200
4.3 A Lusitana Antiga Liberdade	205
4.4 A Lanterna Mágica	213
4.5 Utopia e ideologia	220
5. Comunicação	226
5.1 Fofocas, rumores e escândalos	231
5.2 A República Lusitana das Letras	248
5.3 Diálogos internacionais	264

6.	Jornalismo	277
6.1	Metalinguagem	287
6.2	Deontologia	296
6.3	A (des)construção da notícia e do autor	303
	Conclusão	314
	Fontes	323
	Bibliografia	326

Índices

Índice de imagens	Página
1. “Night Amusement”. Impresso por Bowles and Carver Map & Printsellers, No 69 in St.Paulas Church Yard, Londres. Retirado de http://www.sandersoxford.com/images/stock/10732.jpg	33
2. “Coffehouse interior”. Disponível em Lawrence Klein. “Politeness and the Interpretation of the British Eighteenth Century”. IN: <i>The Historical Journal</i> , V. 45, No. 4. Cambridge: Cambridge University, 2002, p. 34.	40
3. Cruickshank, “The Silent Meeting,” etching and engraving with hand coloring, (16.5 x 23.1 cm), (London: Laurie & Whittle, 12 May 1794); LWL, 794.5.12.53. Courtesy of the Lewis Walpole Library, Yale University	41
4. “Meeting at York” - London published as the Act directs. April. 6th. 1780, by Robert Laurie, No. 17, Rosomonds Row, Clerkenwell. Disponível em http://www.sandersoxford.com/images/stock/26539.jpg	42
5. “A peep into the city of London Tavern”. By an Irish amateur — on the 21st of August 1817. http://www.britishmuseum.org/	55
6. <i>A street map of London -1843 3 ¼ inches to a mile</i> . Devon: Old house books, s/d. (parcial: Hyde Park e City of London), 1843, B.R. Davies.	80
7. <i>A street map of London -1843 3 ¼ inches to a mile</i> . Devon: Old house books, s/d. (parcial: Fleet Street e Bishopsgate Street), 1843, B.R. Davies.	81
8. Wych Street, 1870. Disponível em: Wikipedia.org	82
9. Mapa da região sul do Brasil. Disponível no <i>Correio Braziliense</i> , V.XVII, p. 237	156
10. Imagem de Bernardo da Rocha Loureiro. Disponível em: Wikipedia.org	240
11. <i>Correo del Orinoco</i> – Edição inaugural. Disponível em www.cervantesvirtual.com.ve	273

Índice de tabelas

1. Impressores e locais frequentados pelos portugueses em Londres	83
2. Indivíduos luso-brasileiros que transitaram por Londres entre 1808 e 1822	95
3. Números e localização dos subscritores do Jornal <i>Annaes</i>	258

Preâmbulo: teoria e construção

Este é um trabalho sobre identidade, uma investigação sobre determinados indivíduos a partir dos vestígios escritos daquilo que viveram, levando em conta que o jornalismo constituiu uma parte fundamental da trama de suas vidas. Visto como herói ou como vilão pela historiografia nacional, Hipólito da Costa inaugurou a produção periódica portuguesa livre da censura. Ao longo de quatorze anos, nos quais viu a arquitetura do Reino luso-brasileiro se retransformar radicalmente, manteve firme o propósito de levar a cabo uma publicação para instruir o público brasileiro. Nada mais ilustrativo, portanto, do que começar e terminar a narrativa com ele, chamado por João Bernardo da Rocha Loureiro de “patriarca” da imprensa portuguesa, ou por Joaquim de Freitas de “Adão” da terra dos periódicos.

Tanto quanto seus colegas portugueses, Hipólito precisou reinventar-se e reinventar a sua escrita para alcançar setores cada vez mais inquietos da população. Entre 1808 e 1822, tempo em que durou o *Correio Braziliense*, os jornalistas portugueses buscavam inserir a razão no mundo ibérico ainda governado pelas tradições e pela política do Antigo Regime. Mesmo que mergulhado nesse universo de etiquetas e devoção à Casa Monárquica, Hipólito se envolveu precocemente com a República norte-americana, conheceu o modo de funcionamento dos jornais na Filadélfia e, depois, em Londres, misturou-se aos negociantes que buscavam interagir mais livremente com o comércio britânico. Ele serve, assim, como um veículo privilegiado para a compreensão da difícil transição do reino que queria incorporar, da forma menos traumática possível, as Luzes de que tanto falavam os filósofos.

Tarefa ingrata, como se perceberá. Tarefa, ademais, impossível de ser compreendida em sua real dimensão sem que conheçamos mais profundamente a comunidade em que Hipólito estava inserido, seu círculo de interlocutores, sua necessidade de rebater escritos que pregavam a subserviência do Brasil a Portugal ou que panfletavam a causa republicana. Com a firme convicção de que essa produção que estabeleceu as bases do jornalismo lusófono não pode ser entendida isoladamente, buscamos estender a análise para o circuito de interações que envolvia vários jornais publicados no exterior. Jornais tão diversos como *O Português*, *O Espelho*, *O Campeão*, *O Investigador*, *O Microscópio de Verdades*, *O Padre Amaro*, *Argus*, *Zurrague* e o

efêmero *Navalha de Figaró*, todos publicados no espaço que vai da invasão de Napoleão na península até a proclamação da independência brasileira.

Cada um desses periódicos possui uma identidade que pode ser determinada a partir do conflito criado com os outros. Cada um deles busca criar uma forma particular de se relacionar com o pensamento das Luzes, tornando-o adequado às idiossincrasias e dificuldades intelectuais do reino luso-brasileiro. Aqueles que foram longe demais, imaginando Estados racionais em que o rei já não cumpria mais um papel divino ou transcendental, foram chamados ultraliberais. Por outro lado, aqueles que se mantiveram subservientes ao Antigo Regime e à sua precária política corporativa, foram chamados corcundas. Estes jornais serviram para agrupar indivíduos em sua luta por projetos políticos distintos e formas bastante diversificadas de imaginar a pátria. É bom lembrar que estamos falando da “calamidade generalizada” de Napoleão Bonaparte e das ideias afrancesadas que traziam consigo os ventos da revolução. Daí a necessidade de reprimir, vinculando-se, de alguma forma, a essa tradição de luzes e letramento, ideias consideradas subversivas ou inadequadas para o Brasil e Portugal de então.

Estes jornais publicados em Londres para o público lusófono, ao serem consumidos, davam aos seus leitores a segurança de estarem sendo lidos concomitantemente por vários indivíduos semelhantes a eles e diferentes dos outros. Eles geravam a possibilidade de criar vínculos imaginados, espaços de fraternidade e discussão intelectual até então impossíveis em Portugal e Brasil. Portanto, criaram um canal de difusão das Luzes que ajudou a expandir as sociabilidades portuguesas e garantir alguma ventilação nas formas de imaginar o Reino luso-brasileiro. Sobretudo, entre estes jornais, existe uma agonia que gira em torno dos planos e projetos relativos à sede do Reino luso-brasileiro. Se, na utopia mais cara à época, o reino deveria abrigar os portugueses em ambos os lados do Atlântico, a demora do rei no Brasil gerava um clima de desconforto e orfandade entre os portugueses.

Para Hipólito da Costa, o Brasil também surgia como uma espécie de utopia, um projeto de governo ideal deslocado do tempo e espaço europeus, sugerindo a possibilidade de realização da história portuguesa em sua pureza. Por outro lado, Portugal, assaltado por Napoleão, pelos ingleses e brasileiros, vivia uma ambígua revolução de 1820 que buscava na história os fundamentos de sua grandeza, gerando um circuito de releituras da tradição iluminista que Lúcia Bastos chamou de *Luzes mitigadas*. Em ambos os casos, no brasileiro e no português, esboça-se uma utopia, um

exercício de imaginação que se desloca no tempo e no espaço, sendo logo limitado pelas condições adversas da política e das tradições que comprimem o intelecto ibérico.

Outra característica importante desses jornais que se predispõem a pensar o reino são as longas séries de comentários políticos cujo objetivo é oferecer um panorama “imparcial” da realidade. Elas permitem vislumbrar várias imagens, cenários e argumentos que desembocam num lugar ideal imaginado. A idealidade desses escritos que misturam razão e tradição permite que projetem no Brasil, em seu sossego e calma, uma Nova Lusitânia, e em Portugal, tomado por reformadores preocupados, a possibilidade de reconstruir a Lusitânia dos versos de Camões. Isto é, aquele mesmo reino que, dotado de tão poucos indivíduos, foi capaz de abalouçar-se sobre os mares e estabelecer entrepostos no mundo inteiro. Assim, ainda que tentemos compreender o ideário político mais explícito nos jornais, as ideias pragmáticas de reconstrução política sempre se entrecrocavam com panoramas idealizados, nostálgicos e adequados às pungentes tradições que tornam Portugal e Brasil um terreno árido para a ampla dispersão das Luzes.

São transições políticas bastante importantes, impulsionadas pela violência do século XVIII francês, com sua forma radicalmente nova de pensar. Posto que essas formas de pensamento ainda provocam dúvidas e resistências sinceras, devemos proceder com alguma cautela, sempre lembrando que o próprio pesquisador que ora se coloca no terreno da história pode deslizar e soterrar o seu interlocutor histórico. Do mirante espacial de Londres, os portugueses e brasileiros tinham o verdadeiro privilégio de poder pensar tais questões políticas importantes com liberdade de consciência e impressão. Ao mesmo tempo, viam-se profundamente vinculados a formas de estruturação políticas nas quais o rei e a nobreza cumpriam um importante papel de amenizadores de conflitos e tensões. Quer dizer, precisavam pensar, do alto da liberdade londrina, como amortecer estes conflitos e harmonizar a entrada das Luzes. Pensar, portanto, sem esquecer o catolicismo que funcionava como única garantia da continuidade da virtude e da casa dinástica, que encarnava a história do português.

Esse mergulho histórico que busca situar as ideias de um grupo de jornalistas e a formação do jornalismo vai adotar um percurso variado. Começa por compreender a cidade de Londres que abriga formas tão distintas de vivência política e, ao mesmo tempo, permite a expansão da produção de periódicos e panfletos. Leva-se em conta que o iluminismo, por mais abstrato que tenha se tornado nos manuais de filosofia contemporâneos, ainda precisa de espaços e matéria-prima para adquirir formas e

circular. Noutras palavras, a ideia possui uma ligação com o espaço e o tempo onde ocorre, por mais que sejamos tentados a imaginá-la como abstração platônica descolada do mundo real. A investigação que faremos pela produção intelectual dos portugueses e brasileiros em Londres começa assim pela própria cidade, concentrando-se na descrição de espaços que tiveram um papel fundamental de acolhimento para os portugueses que, por motivos geralmente vinculados à expansão napoleônica, fugiram de Portugal. Isto implica considerar desde a transição existencial para um cotidiano em terras estranhas, sua busca contínua por espaços de socialização, seu agrupamento em torno de indivíduos considerados importantes, e o substrato oferecido pela cidade: desde material para as publicações, isenção da censura literária, vasta rede de transportes, etc.¹

Cabe destacar, ainda, que a comunidade portuguesa emigrada em Londres não recebeu nenhum estudo de fôlego. A obra que deu maior atenção para a produção periódica em língua portuguesa na ilha foi a de Valentim Alexandre,² que insere estes jornais dentro do espectro da decadência do regime absolutista português e da disponibilidade da burguesia lusitana em patrocinar escritos então considerados incendiários. O longo recorte optado por Alexandre faz com que, na sua narrativa, estes escritos apareçam muitas vezes despidos de especificidade, quer dizer, apareçam como eco do esboroamento de uma estrutura econômica e da inauguração de uma nova configuração política. Alexandre, não sem os méritos de sua grande e feliz obra, usa estes jornais como forma de corroborar seu ponto de vista sobre a desagregação do Antigo Regime português. É um importante ponto de partida.

As dissertações de José Augusto dos Santos Alves e de Jorge Ferreira depuram os jornais *O Portuguez* e *Correio Braziliense* a partir dos seus aspectos doutrinários e constituem importantes trabalhos de desconstrução.³ Até pouco tempo atrás, a imprensa portuguesa em Londres como um todo tinha sido interpelada apenas em três ocasiões diferentes pela historiografia portuguesa: logo após seu término, em 1824, no estudo de Adrien Balbi, por Luís Cunha, em 1941 e por José Tengarrinha, em 1965.⁴ O último não

¹ Uma obra de fôlego que desconstrói o funcionamento da Académie, bem como o *ethos* a que estavam vinculados os *philosophes* é a de Elisabeth Badinter, *As paixões intelectuais*, 1997. É importante perceber nessa obra como os *philosophes* se atrelam a determinadas convenções importantes para seu sucesso intelectual e glória literária, bem como, ao mesmo tempo, precisam se desvincular de aspectos mais tradicionais da sociedade para poderem ser consagrados pela Sociedade das Letras.

² Valentim Alexandre, *Os sentidos do Império*, 1993.

³ José Ferreira, *O Jornalismo na Emigração*, 1992 e José A. dos Santos Alves, *Ideologia e política na imprensa do exílio*, 1988.

⁴ Adrien Balbi, *Histoire statistique...*, 1824, Alfredo da Cunha, *Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa*, 1941, José Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa*, 1965.

deixa de observar o estado de esquecimento a que essa comunidade foi relegada. Ainda hoje, a maioria dos estudos se debruça sobre um ou outro personagem em particular, encerrando-o sob o ponto de vista das doutrinas políticas veiculadas pelo seu jornal. Exceções são os estudos de Carlos Rizzini, Mecenaz Dourado e Georges Boisvert que, além de um complemento para a inteligibilidade do microcosmo português como um todo, evitam fechar-se no estudo de um personagem particular, apontando sempre que possível parte do enredo existente em torno dele.⁵ São obras que, além de fornecerem apontamentos importantes sobre a vida destes indivíduos, sugerem vias de exploração para a detecção de todo um ecossistema comunicativo português em Londres.

O extenso jornal *O Investigador* mereceu uma importante tese de Maria Adelaide Machado,⁶ importante no sentido de que ajuda a decantar as matrizes discursivas que orientam a linha editorial do jornal e, ao mesmo tempo, lançar luzes importantes sobre a detecção dos seus esquemas de financiamento. Na mesma direção, em 2007, Fernando Egídio Reis lançou estudo sobre o *Correio*, o *Investigador*, os *Annais* e o *Observador Lusitano*, a partir do conjunto de indagações e observações científicas feitas por estes jornais, ajudando, ainda, a revelar a vasta rede internacional que estes jornais ajudavam a compor.⁷ Por fim, para ilustrar a recente atenção que se tem concedido à imprensa em língua portuguesa no estrangeiro, cabe destacar o trabalho de Doutorado de Maria de Fátima Nunes, *Imprensa Periódica Científica*, que, ao optar por um recorte de tempo maior (1772-1852), demonstra as várias transformações de vocabulário que começam a se esboçar entre os intelectuais portugueses.⁸

Contudo, estes estudos costumam pecar no que concerne à articulação dos vários saberes nacionais em jogo, voltando-se para a nacionalidade portuguesa como um espaço teleologicamente fechado e pré-destinado a realizar-se no tempo, independentemente do Brasil ou mesmo de outros espaços lusófonos. Quando, por outro lado, são feitos por pesquisadores brasileiros, costumam insistir sobre a presença construtiva e isolada de Hipólito da Costa, esquecendo a grande importância das interdependências escritas para a orientação editorial do seu jornal. Quer dizer, esquecendo a grande disposição do *Correio Braziliense* em pensar o conjunto do Reino

⁵ Mecenaz Dourado, *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*, 1957. Carlos Rizzini, *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*, 1957. Georges Boisvert. “La presse périodique de Londres...”, 1974.

⁶ Adelaide Maria Machado, “O Investigador”, *Revista Cultura*, 1998.

⁷ Fernando Egídio Reis, *Os Periódicos portugueses de emigração (1808-1822)*. As ciências e a transformação do país, 2007.

⁸ Maria de Fátima Nunes, *Imprensa Periódica Científica (1772-1852)*, 2001.

luso-brasileiro, evitando, de forma cuidadosa, tocar em temas que pudessem aludir a rupturas políticas significativas.

De uma forma geral, podem parecer mais esclarecedores os estudos que tratam da imprensa como um fenômeno moderno, que ajuda a dar vazão a algumas das características de nossa modernidade, esbatendo-se na nítida dificuldade de comunicar e fazer transitar ideias em lugares onde a alfabetização ainda não era uma prática sistemática. Trata-se de, ao invés de partir do específico que configura o jornalismo para através dele confinar toda uma grelha de leituras, partir da questão da modernidade a fim de compreender a emergência e delineamento de uma consciência profissional jornalística. Sabe-se, nesse sentido, que o jornalismo é um desdobramento da República das Letras e o jornalista, também ele, um homem de letras: ainda que o jornalismo tenha se tornado um dos carros-chefe da divulgação dos projetos modernos e mesmo uma forma de *propaganda*, na ideia cara ao estudioso do jornalismo John Hartley, ele precisou de determinadas condições modernas para consolidar sua importância social. Seus discursos sobrecarregados de historicidade exigem que recorramos à tradição analítica que leva em conta as particularidades da Ilustração portuguesa e brasileira, o que implica, dentre tantas outras coisas, pensar o pragmatismo como dimensão constitutiva dos discursos veiculados.⁹

A importância da atividade jornalística na vida desses indivíduos leva-nos a dar um lugar destacado para os trabalhos de “coleta” e “interpretação” de textos. A ideia de jornalismo se vincula à ideia de cidade e constituição urbana, remetendo continuamente para seus espaços de trânsito e circulação. Sob o ponto de vista da exploração documental, buscaremos dar uma ideia do funcionamento desses espaços de busca de informações e do jornalismo como uma de suas práticas constitutivas.¹⁰ Tanto Hipólito da Costa quanto seus pares João Bernardo da Rocha Loureiro e José Liberato possuíram uma relação precoce com o jornalismo. Não por acaso suas vidas acabaram sendo orientadas e mesmo devotadas a esse exercício profissional que se confundia com a

⁹ João Pedro Rosa Ferreira, *O Jornalismo na Emigração*, 1992, p 36. A investigação da Ilustração luso-brasileira conta com uma vasta quantidade de esforços, dentre os quais destacamos: Marco Morel, *Palavra, imagem e poder*, 2003, “Independência no papel”, 2005, “Pátrias polissêmicas”, 2007, Ana Rosa Cloquet, *Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-brasileiros na Crise do Antigo Regime Português*, 2006, José Pereira, *Percurso da história das ideias*, 2004, Guilherme e Lúcia Bastos Neves, “A Biblioteca de Francisco Agostinho Gomes”, 2004, Lúcia Bastos Neves, *Corcundas Constitucionais*, 2003, Roderick Barman, *The Forging of a Nation*, 1993.

¹⁰ Boisvert já insinuava a preeminência da atividade jornalística na vida de Loureiro (1978, p. 9).

organização da concepção dos homens sobre o tempo presente e sobre aquilo que se chamava libertar os “homens do labirinto da apatia, da inépcia e do engano”.¹¹

Mergulhar no passado e buscar se relacionar com estes homens é também estender o horizonte do presente. Tanto quanto o homem não deve se tornar refém da história, no medo que era caro a Nietzsche,¹² a história não deve se tornar refém do presente. E nessa abertura de duas vias reside a alteridade da história. Repensar a história através da produção intelectual de grupos de homens enredados em buscas concretas para solucionar os problemas coletivos implica que descartemos um método, isto é, um determinado procedimento de leitura. Não parece honesta a tentativa de compreender indivíduos históricos, seus processos de subjetivação e relacionamento uns com os outros, enquadrando-os dentro de determinadas categorias de pensamento. Neste caso preferimos, ao invés de partir de um método que traz em seu bojo conclusões que não nos surpreenderiam e nem estranhariam, construir janelas e a partir delas lançar um olhar para os documentos históricos.¹³ Estas janelas de leitura são um cruzamento das experiências de leitura do pesquisador, da disponibilidade de material teórico e, sobretudo, do conteúdo e direcionamento das fontes. São seis conceitos que funcionam como peças móveis: *Cidade, indivíduo, nação, utopia, comunicação e jornalismo*. Apresentamos, num primeiro momento, a Cidade de Londres e, em seguida, os indivíduos cuja importância histórica nos diz respeito e habitam, num momento ou noutro, essa mesma cidade. A partir desse pano de fundo material investigamos, em Nação e Utopia, as principais ideias políticas e de reorganização social. Por fim, refletimos pormenorizadamente, em Comunicação, como essas ideias circulam e ganham expansão e, ainda, como ajudam a moldar uma nova modalidade de reflexão profissional, o Jornalismo.

1. **Cidade:** Na primeira parte da trama, o observador se concentra sobre a cidade de Londres e suas sociabilidades disponíveis para os jornalistas portugueses. Ele busca investigar os espaços mais freqüentados por estes portugueses: tavernas, lojas maçônicas e casas de personalidades da época. Muitas vezes, cabe deixar a importância desses espaços apenas em suspensão, já que carecemos de fontes documentais que tornem possível investigar de forma mais pormenorizada qual o seu grau de influência. Elas existem, são continuamente mencionadas e oferecem possibilidades de articulação

¹¹ Hipólito da Costa assim especifica aquilo que deverá orientar a construção filosófica destes jornais, servindo-lhes de pressuposto moral e ético. *Correio Braziliense*, V. 1, p. 3.

¹² Friedrich Nietzsche, *Escritos sobre a história* (org. Noeli Sobrinho), 2005.

¹³ Hans-Georg Gadamer, *Hermenêutica em retrospectiva*, 2009, p. 405.

política, conforto intelectual e cruzamento de afinidades. A imprensa desenvolvida pelos portugueses, portanto, combina-se com esse ecossistema urbano e dele depende para sobreviver. Ao mesmo tempo, a imprensa ajuda a organizar os espaços freqüentados pelos portugueses e produz discursos sobre eles, reforçando os vínculos de identidade entre os indivíduos emigrados de tendências liberais. No caso de Londres, as regras de civilidade facilitavam a incorporação de elementos estrangeiros no cotidiano da cidade, reproduzindo neles, tão logo se dava sua aclimação, semelhantes ideais de livre circulação e manifestação intelectual. Ainda que se preguem ideias consideradas antiquadas, é preciso reconhecer que só se publicam e divulgam notícias em virtude desse clima hospitaleiro aos estrangeiros e homens de letras. A cidade, assim, em seu projeto de consecução, encarna ideias e modos de vida, e acaba por condicionar práticas e representações liberais. A imersão dos portugueses nesse novo cotidiano é o que deverá preocupar o observador. Os subsídios que norteiam esta busca devem-se principalmente ao professor Lawrence Klein, que relacionou as sociabilidades de Norbert Elias com a tradição da história política da Universidade de Cambridge, tentando perceber como espaços e discursos se entrelaçam.

2. **Indivíduo:** se, antes, o observador buscou pelos espaços, agora ele tenta capturar as atividades dos indivíduos nestes mesmos espaços. Isso não implica, contudo, aprofundar qualquer reflexão de caráter filosófico sobre a constituição do indivíduo moderno: trata-se, sim, de especificar a importância de determinados indivíduos que constituem pontos nodais para o funcionamento e a articulação de poderes políticos no seio da comunidade. Evidentemente, pela circulação documental concentrada em torno da produção periódica, esse mapeamento pode se ver incompleto. Ainda assim, tornará possível perceber a amplitude da comunidade e a grande presença de intelectuais e negociantes entre os indivíduos que buscam asilo no estrangeiro, configurando uma comunidade tão barulhenta quanto intelectualmente influente e protagonista ao introduzir certas vertentes do pensamento liberal em Portugal e no Brasil.

Norbert Elias, nesse sentido, sugeria que é inútil estudar um indivíduo isoladamente, atribuindo todo o poder de decisão ao seu gênio particular. Por outro lado, não é sensato negar qualquer poder de decisão individual pulverizando-o no interior da estrutura social, responsável pelo movimento previsível das massas de homens. O homem se localiza no interior de uma sociedade específica e, a partir das limitações dessa mesma sociedade, ele escolhe. Nesse caso, a vida dos jornalistas acaba obedecendo a dois esquemas: a proximidade de agentes monárquicos geralmente

preocupados com a manutenção dos privilégios políticos do Antigo Regime ou a proximidade de negociantes promissores um pouco mais vinculados ao comércio inglês. Não há muita possibilidade de escolha mas, mesmo assim, ela existe. Escolher implica aproximar-se de um grupo de indivíduos ou de outro, manifestando qual o seu grau de adesão e afinidade ao pensamento das Luzes.

As fontes financiadoras são exíguas e o público leitor incipiente. Dada essa limitação, a questão se tornou particularmente esclarecedora por meio das redes de poder que desembocam nos discursos dos jornais, fazendo com que se inclinem à defesa específica de determinados modos de organização política ou econômica. Os acessos para os indivíduos estão abertos e eles constantemente trocam de posição. Contudo, os indivíduos dispõem de poucas alternativas para sobreviver e a sua trajetória intelectual pode ser mais ou menos previsível. O sucesso jornalístico acaba sendo determinado pela adesão moderada às circunstâncias políticas, premiada, de forma prática, com vínculos privilegiados no aparelho de Estado.

Por fim, este capítulo é também uma tentativa de mapear os indivíduos portugueses de importância política que circularam em Londres entre 1808 e 1822. Percebendo alguns nomes de importância, se torna possível perceber também os caminhos disponíveis para os jornalistas consolidarem os seus padrões editoriais.

3. **Nação:** O observador se desloca para outro espaço, para o que Benedict Anderson chamou de “comunidade política imaginada”. Antes de um espaço urbano e concreto, o espaço nacional é um espaço em criação. Os indivíduos se filiam a determinadas formas de imaginar esse espaço, mobilizando, para convencer uns aos outros, desde a força da tradição até a imprecisão do sentimento patriótico. Imaginar o espaço nacional, como argumentado pelos jornalistas, implica perceber desencontros doutrinários, rivalidades e disputas em torno de tradições muitas vezes inventadas.

Fica muito claro, nesse sentido, que a nação deve sua força a narrativas, panoramas, argumentos e sentimentos. As divergências doutrinárias em torno da imaginação do espaço nacional acabam provocando uma importante rivalidade entre brasileiros e portugueses, favorecendo o desenvolvimento da antibrasilidade e do antilusitanismo. Percebe-se como, em todo o espaço, real ou imaginado, há um retorno para as formas primárias de identificação e afiliação: os indivíduos precisam sempre de uma identidade e esta só surge a partir de um confronto com os outros.

4. **Utopia:** O observador faz um esforço intelectual para perceber como elementos muitas vezes irreais assumem espaço na construção de ideias sobre a nação e

a pátria. A imaginação política desse período em que o iluminismo obriga todos a iluminar é pautada por uma lógica em que a razão devia reger de forma soberana a conduta humana, sendo mesmo, em alguns casos extremos, o próprio dom divino. Evidentemente, não se pretende entrar nos sonhos dos portugueses e nem muito menos decantar as matrizes estruturais desses sonhos. Do ponto de vista discursivo, contudo, essas representações que apelam, ao invés da razão, para os sentimentos do leitor, possuem uma retórica mais específica. Identificamos três delas, a partir das quais tentaremos indagar o poder de convencimento dos jornais portugueses: “aquela terra longínqua e sossegada”, de Hipólito da Costa, um lugar apenas difuso que nem o próprio autor chega a conhecer, mas que tenta imaginar a partir de suas possibilidades ideais de construção política; “a lusitana antiga liberdade”, como celebrada nos versos de Camões e *resgatada* por Rocha Loureiro para dar legitimidade à *regeneração* pretendida por seus pares; “a lanterna mágica”, a luz que alumia a tudo e provém do próprio Deus de José Liberato. Ainda que esses sistemas tornassem possível levantar curiosos aspectos da cultura religiosa do período imbuída de catolicismo, preferiu-se ficar apenas no território do sonho. Cumpre salientar, nesse sentido, que a utopia é o deslocamento do leitor para um lugar e tempo ideais onde as coisas são imaginadas da forma mais correta e cristalina: trata-se de uma forma moderna de refletir a política. Contudo, entre os portugueses, muitas vezes estas formas ideais de futuro são menos importantes que a força do contrato e da tradição política. Daí, talvez, ser mais adequado falar em mitologia que em utopia.

5. **Comunicação:** o observador percorre um duplo itinerário: passeia pelo amplo espaço da República das Letras, que permite a um vasto número de indivíduos organizar-se debaixo de objetivos comuns que concernem à redenção pela ciência; e chegar até o terreno mais comezinho da fofoca e da intriga política, dispositivos fundamentais para o fornecimento aos jornalistas de elementos primários para a redação de notícias e estruturação dos grupos de convivência mais próximos. A fofoca é essencial para expulsar desses círculos de convívio elementos que destoam das atitudes consideradas aceitáveis. Daí monta-se, muito rapidamente, entre os portugueses estabelecidos em determinados espaços, um especial apreço pela retórica e forma de se portar liberais, o que os permite rechaçar ativamente indivíduos cuja identificação com o Antigo Regime é mais nítida. Não há elementos muito substantivos para pensar a presença da fofoca e do rumor nas páginas dos jornais. Ainda mais se pensarmos em jornais de teor ilustrado, que se pretendem amplo repositório para as “memórias do

tempo”, portanto mergulhados em pretensões enciclopédicas. Há, contudo, indícios. Robert Darnton demonstra como o *bruit public* muitas vezes, depois de se tornar rumor generalizado, era incorporado pela redação das *nouvelles à la main*. O autor usa esse percurso para ilustrar sua história da comunicação, em que o centro da narrativa são as formas de os indivíduos significarem os eventos e tornarem-nos públicos. No caso dos jornalistas portugueses, ainda que timidamente, esses dispositivos evoluídos a partir de mecanismos orais podem ser vagamente discernidos, ainda que ocupem, no espaço desta tese, menor destaque que a República das Letras.

6. **Jornalismo:** O observador se concentra na constituição da prática profissional jornalística como uma espécie de carro-chefe de discursos e projetos modernos. Como argumentou John Hartley, ideia que percorremos através de nossos documentos, o jornalismo está no epicentro do fenômeno iluminista. O jornalismo surgiu exigindo a presença de uma retórica liberal e de, para parafrasear L.O’Boyle, um corpo de leitores afinado com a perspectiva de classe média. Sua organização implica a organização de comunidades leitoras relativamente reunidas em torno de preocupações políticas. Para que haja essa preocupação contínua com o tempo presente, é preciso que haja liberdade de comunicar e de imaginar o dia de amanhã como continuamente diferente do hoje, recurso indispensável para a formulação de uma notícia.

Do ponto de vista específico da rotina jornalística, há que perceber as mudanças operadas em seu curso de evolução, identificando as formas de construção do discurso *objetivo* que substituiu o *imparcial* tão propalado pelos escritos do início do século XIX. Ademais, perceber quais os instrumentos retóricos, técnicas de captação e redação de notícias, dispositivos de arregimentação e distribuição e, por fim, a presença ou diluição do autor no seio do texto noticioso. Quer dizer, perceber como o autor já nasceu de uma forma ambígua, claudicante.

Introdução: texto e contexto

O que está no cerne da busca pela identidade dos portugueses no exterior é o fenômeno da emigração. As narrativas, sonhos, panoramas, utopias construídas pelos portugueses estão sempre vinculadas à condição itinerante de quem quer voltar para a terra natal, a Pátria. A diáspora envolve um conjunto de *atores* que, expondo periodicamente as suas opiniões, oferecem perspectivas sobre as diferentes possibilidades de afiliação na nacionalidade portuguesa ou brasileira. Conjuntos de narrativas que, cabe lembrar, estão apenas em processo de construção e, muitas vezes, não podem ser imaginadas separadamente umas das outras. Daí a atenção deste texto para os vínculos de interdependência entre sentimentos antilusitanos e antibrasileiros. É com base, muitas vezes, nesse antagonismo, que identidades são rapidamente moldadas e passam a aglutinar vários elementos distintos em torno de uma discursividade comum.

O fenômeno da emigração de portugueses para Londres no início do século XIX lembra as perseguições desencadeadas pela Inquisição em Portugal. O expoente destas perseguições é o Intendente de Polícia Pina Manique, responsável pelo enalço à Condessa de Oyenhausen (1802) e a Hipólito da Costa (1805), dois dos principais organizadores da comunidade portuguesa em Londres. Outros, acusados de colaborar com os franceses, fugiram durante a Setembrizada.¹⁴ É o caso de Sebastião José Saldanha, Jácome Ratton, Domingos Vandelli e José Diogo Mascarenhas Neto. Ainda que D. João tenha solicitado aos portugueses recepcionar bem os “visitantes” franceses, as dissidências logo começaram a aparecer. Vicente Nolasco, José Liberato, Bernardo da Rocha Loureiro fugiram em virtude de desarmonias políticas com líderes franceses a partir de 1810. Os emigrados portugueses que foram parar na Inglaterra eram homens que opuseram resistência ideológica às pretensões de Napoleão e não puderam lucrar com a presença francesa em Portugal ou, então, que provocaram alguma desconfiança por seu pertencimento maçônico e divulgação de ideias liberais.¹⁵ A emigração também dependia do custeio das despesas do traslado e poucos conseguiram fazer isso. Segundo previsão da assembléia interna da *City of London*, realizada em agosto de 1821, contam

¹⁴ Na informação devida a Adílio Jorge Marques, “a “Setembrizada” foi uma reação do governo português ao final das invasões contra supostos colaboracionistas, abrangendo muitos estrangeiros e maçons que trabalhavam em Portugal fazia bastante tempo. Foram apelidados de “afrancesados”, pois seriam personalidades que apoiavam politicamente a França. A ação persecutória atingiu o seu auge entre os dias 10 e 13 de setembro de 1810, com várias prisões e deportações”. Disponível em: http://triplov.com/hist_fil_ciencia/Adilio-Jorge-Marques/Setembrizada/

¹⁵ Péricles Lima, *A Corte no Brasil e os periódicos portugueses 1808-1821*, 2012, p. 55.

apenas 75 entre os portugueses emigrados em Londres. O dado é oferecido por Joaquim de Freitas, comentando que, destes, apenas 14 compareceram ao primeiro aniversário da “Regeneração” liberal portuguesa.

O brasileiro Hipólito da Costa, para aquém do ufanismo que tem rodeado o seu nome, é um articulador importante. Além da amizade do Duque de Sussex, filho do rei inglês George III, Hipólito tinha uma vida estável na cidade e ajudou a organizar a loja maçônica portuguesa em Londres. Ao contrário de seus colegas redatores de jornal, Hipólito fugiu para Londres no primeiro movimento migratório gerado pelas perseguições de Pina Manique. Em 1808, Hipólito da Costa lançou o *Correio Braziliense*, sendo secundado, em 1809, por José Anselmo Correia Henriques, que lançou o jornal *Argus*, de tendência absolutista. Não foi possível, no limite desta tese, encontrar o jornal de Henriques e nem, tampouco, os precedentes que o levaram a migrar para aquela cidade. Contudo, o personagem é, para usar de jargão comum em nossos dias, um *macaco velho*. Henriques circula por entre cargos diplomáticos e, sempre que pode, escreve para o rei ou documenta publicamente as suas ideias reacionárias. Por esse tom demasiado absolutista, Henriques foi extraditado de Londres, indo parar na Embaixada portuguesa em Hamburgo e, depois disso, na França, de onde escreverá vários textos contra o liberalismo português. A extradição de Henriques, em contraste com a aclimação harmônica de Hipólito, mostra a importância dos costumes liberais para a aceitação de um indivíduo nas sociabilidades londrinas.

Hipólito da Costa é bem sucedido ao negociar a subvenção de seu jornal pela corte portuguesa através dos contatos entre Paulo Fernandes Viana e Heliodoro Carneiro – este último em Londres a partir de 1810. Hipólito da Costa tornou-se *denizen*, cidadão inglês, e José Anselmo esperou uma segunda ocasião, em 1821, para voltar à Inglaterra e panfletar contra a Revolução Liberal do Porto.¹⁶ Temos aí, portanto, dois atores que importa conhecer e manifestam a amplitude de ideias que circulavam entre os membros da comunidade emigrada. Do seio dessa mesma *cabala*, como a chamava D. Domingos de Sousa Coutinho, saiu Luís Augusto May. Sob forte influência de Hipólito da Costa, ele lançou em 1821 o jornal *O Malagueta*, no Rio de Janeiro, fazendo forte propaganda da independência e encontrando eco, para tanto, no próprio *Correio Braziliense*. A *cabala* tinha o seu cerne no salão da Condessa de Oyenhausen, D. Leonor Almeida, que permaneceu em Londres até 1815. Como sustentaremos nos

¹⁶ Antes disso, segundo Isabel Vargas, Anselmo Correia publica entre 1818 e 1819, em Hamburgo, o jornal *Plenipotenciaire de La Raison* (“Da Revolução à Contra-revolução”, s/d, p. 82).

capítulos seguintes, esse papel de acolhimento gerado pela Madame foi importante para a organização dos primeiros movimentos políticos dos portugueses no emigrado, dando início a uma rejeição às políticas econômicas e sociais de Portugal que se concentrarão na figura malquista de D. Domingos de Sousa Coutinho, então embaixador português em Londres.

D. Leonor Almeida é uma figura de vanguarda desde seus tempos áureos na Sociedade de Benfca, que reunia a nata da sociedade portuguesa. Tanto quanto Mme. De Staël,¹⁷ que, segundo o relato do jornalista espanhol Alcalá Galiano, era responsável por aglutinar vários homens de tendências liberais ou antinapoleônicas,¹⁸ D. Leonor pode ter sido importante, num primeiro momento, para a organização dos homens de luzes portugueses. Num primeiro momento, apenas. A criação do *club* para tratar dos interesses dos comerciantes portugueses, com sede na taverna *City of London* acabou sendo o verdadeiro responsável por englobar e dar força para esses elementos de tendências liberais. No mesmo momento em que foi criado o *club*, em 1810, surgiu em Londres o primeiro periódico espanhol exilado, fundado pelo clérigo José Maria Blanco White: *El Español*. Neste periódico passou-se a tratar com maior insistência a temática constitucional que obcecava tanto os portugueses. As Cortes de Cádiz, na Espanha, mobilizavam as energias coletivas de todos e a promulgação da Constituição de 1812 lembrou aos portugueses a necessidade de restaurar o antigo pacto entre o povo e seu rei através de uma Carta. White manteve seu periódico até 1814, quando o fenômeno napoleônico começou a amainar. Como, nesse período, pipocaram os jornais na Espanha, deixou de, pelo menos até 1819, haver necessidade de jornais espanhóis na Inglaterra. Apesar da sugestiva proximidade, é provável que White não tenha tido muito contato com os portugueses. Em sua *Autobiografia*, ele narra que os indivíduos que o acolheram e foram responsáveis pela sua sobrevivência em Londres foram principalmente ingleses que, muito fortuitamente, conhecera ainda na Espanha. Pelo caso curioso de aclimatação que representa, inclusive tendo se convertido ao anglicanismo, White merecerá atenção nas páginas desta tese. Sua narrativa não toca o

¹⁷Mme Stael mesclou desde muito cedo a prática dos salões à leitura de obras-chave do Iluminismo, conjugando seu vanguardismo intelectual ao seu espírito sociável e curioso. Segundo informação da *Wikipedia* portuguesa, “Staël se casou em 1811 com um jovem oficial da Suíça chamado Rocca, foi à Áustria em maio de 1812 e, depois de visitar a Rússia, Finlândia e Suécia, chegou, em junho de 1813, à Inglaterra. Ela foi recebida com entusiasmo, apesar de criticada pelos liberais, tais como Lord Byron por ser mais anti-napoleônica do que liberal e pelos conservadores por ser liberal demais. Seu guia na Inglaterra foi Sir James Mackintosh, o publicitário escocês”.

¹⁸*Memórias de Alcalá-Galiano*, 1886.

mundo português. Mas mostra, sim, o que se teria tornado um Hipólito da Costa se o governo inglês tivesse decidido encher-lhe o cofre.

As temáticas constitucionais que começaram a brotar com *El Español* e o *Correio Braziliense*, sobretudo com o último, levaram a Embaixada Portuguesa em Londres a lançar um periódico de coloração oficial. Para tanto, foram recrutados Vicente Nolasco, Bernardo Abrantes e Castro¹⁹ e Miguel Caetano de Castro, todos – com exceção do último, médico formado em Edimburgo – maçons que fugiram de Portugal a partir de discordâncias com as autoridades francesas. Assim, em 1811 surgiu o jornal *O Investigador*. Nenhum dos três escritores conseguiu cair nas graças da opinião pública e o jornal ganhou a fama de incipiente coleção de documentos oficiais. Liberato lembra que, quando assumiu a redação, em 1814, o número de subscritores caía drasticamente. Se um jornal em Londres, nesse momento, precisava de por volta de 400 edições para financiar os seus custos, *O Investigador* começava a estar à volta das 100 edições. Daí nenhum destes indivíduos aparecer de forma destacada em nossa narrativa: sua contribuição é apenas pontual. Ainda que, antes mesmo de José Liberato ter entrado na redação do *Investigador*, o jornal já começasse a mostrar tendências liberais consideradas perigosas pelas autoridades portuguesas, seu escopo fundamental é servir de réplica ao poder político crescente de Hipólito da Costa.

Ao que se sabe, José Liberato e João Bernardo da Rocha Loureiro fugiram de Portugal em 1813. O primeiro foi mantido durante mais de um ano prisioneiro dos franceses. O segundo sofreu perseguições políticas em virtude do seu jornal *O Telégrafo*, mantido em conjunto com Pato Moniz. Monge beneditino, Loureiro começa a imprimir na casa de T. Hansard em Londres o exíguo *Espelho*, que dura até o início de 1814. Trata-se de um ensaio das tendências liberais que animam o autor e que serão sublimadas, a partir do mesmo ano, na redação de *O Portuguez*. A partir de 1820, este jornal será um dos principais propagandistas da Revolução Liberal do Porto. Ainda em 1814, José Liberato ingressa na redação do jornal *O Investigador* e surge em Londres o *Microscópio de Verdades*, criado sob a direção de Francisco Alpoim, cujos motivos da emigração não estão registrados. Este jornal dura três edições e ocupa praticamente todo

¹⁹ Segundo o Dicionário de Inocêncio, “Em 30 de Março de 1809 foi preso, e mandado recolher juntamente com outros nos carceres do Sancto Officio por ordem do Governo, por ser accusado de *jacobino e maçom*, e acompanhado á referida prisão pelo desembargador José Vicente Caldeira do Casal Ribeiro, então juiz do crime do bairro do Limoeiro. Sahi da Inquisição em 21 de Dezembro do mesmo anno, mandado residir em Faro, no Algarve, para onde foi conduzido como em custodia. Depois obteve transportar-se para Inglaterra, onde sob os auspícios do Conde de Funchal, Embaixador em Londres, e coadjuvado pelo doutor Vicente Pedro Nolasco, fundou o jornal politico-litterario *O Investigador Portuguez*, no qual ha muitos artigos seus” (tomo VIII, p. 379).

o seu espaço para panfletar contra os tratados de Comércio e Navegação de 1810 – uma pauta comum também no *Correio Braziliense* e no *Espelho*. A derrocada definitiva de Napoleão Bonaparte, em 1815, faz a situação esfriar um pouco. Hipólito da Costa, então monopolizando a atenção dos leitores, passa a fazer oposição aberta contra o modelo administrativo luso-brasileiro, sendo secundado por Bernardo da Rocha Loureiro no seu *O Portuguez*. José Liberato, que devia conter a influência do *Correio Braziliense*, adquire crescente independência crítica de suas fontes de financiamento, até que a verba do jornal *O Investigador* é definitivamente cortada.

Os jornais de Hipólito e Loureiro são bastante poderosos nesse momento. Os dois redatores assumem a condição de porta-vozes dos comerciantes portugueses e passam a exigir de forma decidida mudanças na administração lusa. Não existe mais um grande inimigo europeu. Agora o inimigo é, mais do que a Inglaterra, com seu ímpeto comercial, a própria inanição e corrupção das autoridades portuguesas. Como nota adiante Joaquim de Freitas, no jornal *Padre Amaro*, criado em 1820, é realmente difícil conter a influência política exercida pelos dois. A partir de 1815, e com o crescimento da influência inglesa em Portugal, surgem vários movimentos de protesto, incluindo a Conspiração de Gomes Freire, em 1817, que encontra ampla repercussão nos jornais portugueses. Da mesma forma, a Revolução de Pernambuco, no mesmo ano, parecia indicar severos problemas estruturais na monarquia portuguesa. Jornalistas como Hipólito da Costa, ainda que tenham se manifestado contrários à Revolução, observaram que se tratava de um indicativo da forte influência dos governadores de província no Brasil, responsáveis, em grande parte, pelo “mau sistema” de governo. A Revolução, contudo, está ladeada por vários movimentos de independência na América Latina, tratados, muitas vezes, à exaustão na estrutura dos jornais. Isso pode ser visto, por exemplo, no longo conflito entre Hipólito da Costa e o *Correo del Orinoco*, jornal venezuelano criado por Simon Bolívar que propagandeava as virtudes republicanas, então deploradas no mesmo *Correio Braziliense*. Aquele jornal venezuelano aproximase, do ponto de vista doutrinal, das ideias manifestadas pelo jornal *El Español Constitucional*, criado em 1819 em Londres por Fernandez Sardinó. Os dois elogiam-se mutuamente e se secundam um ao outro, gritando improperios contra as tendências “absolutistas” de Hipólito da Costa. Vê-se que a vasta comunidade criada pelos jornalistas lembra redes de afinidade e proteção transnacionais, bem no estilo da então propalada República das Letras.

O Congresso de Viena, a partir de 1815, foi outro acontecimento que reuniu as preocupações de portugueses de inclinação liberal. A possibilidade de interferência das monarquias absolutistas em Portugal é constantemente rechaçada pelos portugueses, que passam a ansiar pelo retorno do rei. A partir de então se pode falar mais claramente no fenômeno da “orfandade” dos povos portugueses. Essa transição que implica num enfraquecimento do poder central do rei pode ser vista na própria troca de financiamento de José Liberato, que abandona *O Investigador* para fundar o jornal *O Campeão* em 1819. A questão da orfandade é também central para pensar aquilo que Valentim Alexandre chamou de “questão brasileira”. Ela começa a afastar, lentamente, Loureiro de Hipólito da Costa, a ponto de o primeiro acusar perseguições motivadas pelo autor do *Correio*. Hipólito quer uma monarquia tropical enquanto Liberato e Loureiro pregam o retorno do rei para Portugal e a restauração do sistema do exclusivo comercial. Entre os dois últimos, Loureiro se aproxima dos espanhóis e insinua, vez ou outra, tendências republicanas, enquanto Liberato é mais convictamente monarquista.

A Revolução Liberal do Porto, em 1820, pode ser considerada o desencadeamento dessa crescente onda de manifestações liberais que começam entre os portugueses em Londres e conhecem um caso emblemático na conspiração de Gomes Freire, em 1817. A reivindicação dos portugueses, sob a liderança de Fernandes Thomás e Ferreira Borges, é a não interferência das potências estrangeiras e a limitação dos poderes monárquicos de D. João, regulados pela Carta Constitucional. A Revolução encontra pleno eco em vários jornais que surgem no Porto e em Lisboa, no mesmo período.²⁰ Evidentemente, a coisa então muda de figura. As tendências liberais parecem ser alardeadas por uma ampla maioria. Nesse contexto, contudo, surgem dois outros jornais em Londres dignos de menção: *O Padre Amaro*, criado por Joaquim Ferreira de Freitas, e *O Zurrague*, pelo velho José Anselmo Correia Henriques, em 1821. Freitas, depois de longa temporada em Paris, durante a qual teceu relações com José Liberato, lançou o seu jornal fazendo sutil oposição às ideias daqueles que chama de *ultraliberais*. Anselmo Henriques, por outro lado, defende a extinção das cortes e o retorno ao absolutismo. O autor é chamado pelas cortes para dar explicações sobre a expressão *corja de pervalvilhos* e, movido por perseguições desencadeadas pelos

²⁰ “[...] Porto e Lisboa conhecem um notável incremento de publicações, que secundam e propagandeam o movimento revolucionário, contribuindo para o fortalecimento da opinião pública liberal. Em Lisboa, o *Português Constitucional*, *O Patriota*, o *Astro da Lusitânia* e a *Gazeta de Lisboa* (logo tornada *Diário do Governo*) são os seus melhores veículos. Alguns, como o *Astro da Lusitânia*, exigem do Governo uma maior aceleração nas reformas a fazer.” Isabel Vargues, “O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820”, s/d, p. 60.

setores liberais em Londres, finda a publicação de seu jornal.²¹ No mesmo ano, surge, sob autoria ainda desconhecida, *A Navalha de Figaró ou a Palmatória de Mestre Ignácio*, publicação que dura 3 edições e também faz oposição irônica às Cortes. A respeito dela, lembra Joaquim de Freitas:

Veio-nos a mão o quarto número desta famosa e discreta produção; *famosa*, porque todos falam nela; *discreta*, porque não se encontra em parte nenhuma, e por conseguinte poucos sabem o que ela contém: variedade de que felicitamos o público, porque o exime dos *lastimosos* sentimentos que inspira o *barbeiro* e seus *fregueses*. Diz-se que o autor pretende fazer um *dilúvio universal de Navalhas ferrugentas*, e por isso as vai entabulando até chegar a certa conta, não espalhando por ora senão duas dúzias em ar de *profecias*. Sendo assim podemos *profetizar-lhe* que pode já fazer delas um dilúvio de fogo.²²

Por outro lado, as decisões das Cortes de Lisboa dividem as opiniões com relação ao Brasil, que adquire a independência política em 1822. Freitas e Hipólito da Costa criticam as Cortes pela negligência diante das questões brasileiras, enquanto José Liberato e Rocha Loureiro secundam as Cortes e mesmo, como no caso do último, insinuam de alguma forma a união ibérica. Seus serviços intelectuais para a autenticação ideológica das Cortes será pago com cargos nessa monarquia reformada.

Segue essa irrupção de vozes liberais o movimento de cunho absolutista ocorrido em 1823, chamado Vila-Francada. O movimento vai gerar uma nova fuga de portugueses para Londres. Desta vez é José Margiochi quem assume a voz dos liberais através do seu *Popular*, acompanhando o retorno do *Portuguez*, sob os auspícios, mais uma vez, de Rocha Loureiro. Hipólito da Costa falece no início de 1823, quando recebeu o encargo de Consul-geral do Brasil em Londres. José Liberato foi para Portugal onde participou das Cortes como deputado. Luís Augusto May estava no Brasil levando uma surra dos capangas de D. Pedro I e José Anselmo Correia Henriques lançou de Paris um extenso poema contra o liberalismo.

Precisadas essas questões mais importantes, que serão gradualmente esclarecidas no decorrer do texto, pode-se entrar em detalhes mais abrangentes relativamente ao mesmo período, de forma a produzir uma abordagem introdutória que torne mais fácil a percepção cronológica dos argumentos em jogo. A argumentação central diz respeito à transição sensível entre formas de mecenato e financiamento, patentes na busca

²¹ Segundo o *Padre Amaro*, a autoria da publicação não é certa: “[...] o escrito ou libelo que se atribui ao ex-ministro Correia é um escrito anônimo, que sendo desmentido por ele, e não havendo provas legais e autênticas que o convençam do delito, é quanto basta para que se lhe não possa infligir punição alguma (falo na suposição que se proceda constitucionalmente)” (Novembro de 1821, p. 318).

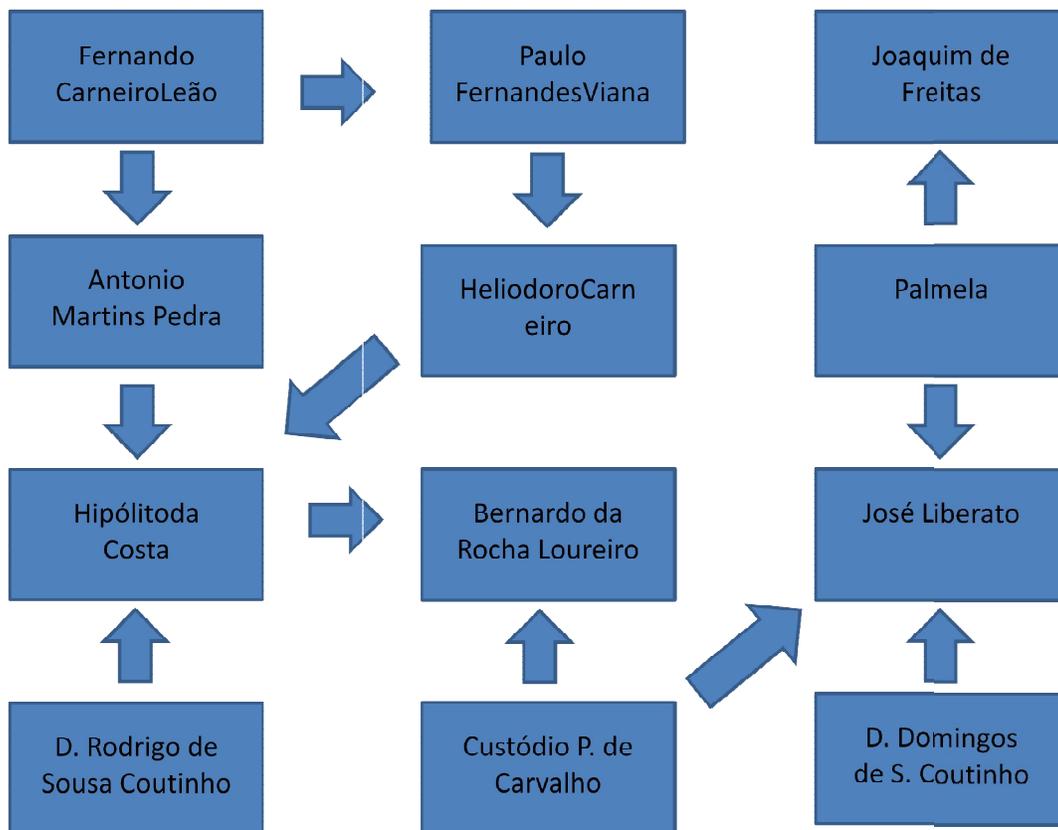
²² *Padre Amaro*, Novembro de 1821, p. 340.

constante dos redatores de periódicos de fontes financeiras estáveis para o lançamento de seus jornais. A questão da subvenção, como já observado por Valentim Alexandre, indica um aspecto crônico das transições por que passa o Reino Luso-brasileiro diante de um setor da população relativamente empreendedor e da, por outro lado, desagregação do absolutismo. Abordar preliminarmente essa questão é importante para situar o leitor diante das pressões por que passam os jornalistas no período e, destarte, para investigar as posturas adotadas por eles.

A forma mais simples de explorar a questão é também uma forma de antecipar um tema caro ao segundo capítulo: as redes de poder. Perceber os vínculos e ligações motivadas por formas de mecenato e financiamento capitalista torna muito mais nítidas as tendências políticas dos escritores. Não que elas sejam determinantes sobre eles: mas sim, num tempo em que não havia um público leitor razoavelmente definido para financiar folhas impressas, era preciso, nas palavras de José Liberato, procurar um “senhor”. Estes vínculos podem se estender através de uma longa série de indivíduos politicamente poderosos, sempre envolvidos com a busca pela transformação do Antigo Regime português em um Estado com leis escritas, mas nunca dispostos a romper a antiga ordem. Salvo a pena de alguns escritores que se fazem prosélitos exaltados do Antigo Regime, todas as propostas confluem na forma de mudanças graduais, que podem desabrochar em diferentes níveis. Não é possível sobreviver economicamente sem abrir os olhos para as importantes oportunidades comerciais em curso. Destarte, os vínculos de poder possuem duas ramificações mais notáveis: comerciantes luso-brasileiros e agentes monárquicos. No primeiro caso, cabe destacar a presença de Antonio Martins Pedra, que em Londres é acusado de remeter dinheiro para Hipólito da Costa. Pedra é primo do grande magnata do comércio de escravos e um dos diretores do Banco do Brasil Fernando Carneiro Leão.²³ Esses vínculos que terminam em Hipólito vão render a acusação de que o último lucra com o comércio de escravos. De fato, Paulo Fernandes Viana, responsável pela remessa de dinheiro para Hipólito da Costa através de Heliodoro Carneiro, é casado com a filha de Brás Carneiro Leão, D. Luísa Rosa. Para terminar o ciclo, o braço direito de Hipólito, Heliodoro Carneiro, também se casa com um elemento do clã Carneiro Leão tão logo morre sua antiga esposa, filha de D. Leonor

²³ José Luís Cardoso, “Contribuição para a história do Banco do Brasil”, 2010, p. 6. Informações genealógicas sobre Fernando Carneiro Leão podem ser encontradas em <http://www.arvore.net.br/trindade/TitCarneiroLeao.htm>. Além de comendador influente, o aristocrata foi nomeado presidente do Banco do Brasil, depois de ter praticado intercuro sexual com D. Carlota Joaquina – na informação um pouco dúbia de Milton de Mendonça Teixeira.

Almeida. Esses vínculos patrimoniais baseados em relações familiares são uma constante no período. Hipólito, através de Heliodoro Carneiro, fez-se defensor exaltado do comércio brasileiro, evitando, até pelo menos 1815, pronunciar-se contra a escravidão. Mas não antecipemos as coisas. Esses indícios sobre a escrita dos jornalistas são apenas preliminares. Através deles podemos esboçar um pequeno organograma que talvez facilite a compreensão do leitor e torne mais nítidas as lutas em que estão enredados os nossos *atores*.



As setas indicam possíveis influências diretas através de proteção, remessa de dinheiro ou patronato ideológico. Os dados que permitem a elaboração do organograma serão explorados ao longo da tese, sobretudo no Capítulo 2. Observações fundamentais podem ser extraídas daí. As primeiras relações políticas desenvolvidas por Hipólito da Costa são com D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Hipólito não só é encarregado da longa viagem científica que consta em seus “Diários da Filadélfia” como também dirige a Tipografia do Arco do Cego em Portugal. Seu contato com a Maçonaria, contudo, faz com que seja perseguido pela polícia de Pina Manique e se evada para a Inglaterra. Seu

percurso poderia ter sido o de um agente monárquico típico em Portugal. A sua fuga, contudo, vai aproximá-lo de setores liberais ingleses. Afastando-se de D. Rodrigo, Hipólito se aproxima de comerciantes interessados na reforma econômica do Reino. A subvenção do jornal de Hipólito por meio de Heliodoro Carneiro é também um comprometimento do *Correio Braziliense* com os negócios do Brasil. Tão logo se efetua a subvenção, Hipólito afrouxa o tom de sua escrita, evitando denegrir a imagem de D. Rodrigo ou mencionar a Maçonaria.

Assim surge a imprensa emigrada. A impossibilidade de cortar o financiamento do *Correio Braziliense* leva D. Domingos a recrutar um conjunto de médicos emigrados para escrever um jornal de tendências ministeriais: *O Investigador*. É importante ressaltar um aspecto mencionado até aqui apenas de relance: os Tratados de Comércio e Navegação de 1810 são uma grande decepção para os liberais portugueses. Realizados por intermédio dos irmãos Coutinho, resultam numa série de prejuízos diretos para o comércio luso-brasileiro. Hipólito, então, critica violentamente D. Domingos, poupando levemente D. Rodrigo, do qual é mais próximo. *O Investigador* aparece então para aparar essa influência crescente e refazer a imagem pública de D. Domingos. Com a saída de D. Domingos da Embaixada e a entrada em cena do Conde de Palme La e, mais do que isso, a entrada na redação de José Liberato (1814), *O Investigador* assume uma tonalidade mais liberal. A inutilidade do jornal para a cúpula de governo luso-brasileira, a partir de então, leva ao corte da subscrição. Mas o interesse do Conde de Palmela persiste. Ele oferece uma nova via de financiamento para José Liberato escrever outro jornal.²⁴ E é aí que aparece um elemento relativamente novo, capaz de alterar significativamente as relações de poder e mecenato: Custódio Pereira de Carvalho.²⁵ Responsável por financiar *O Campeão*, Custódio é referido por José Liberato como um negociante de vanguarda, muito lesado pelas pretensões de casas monopolistas enraizadas em Portugal.²⁶ Pela defesa de seus interesses, é muito provável que também

²⁴ Diante da negativa de José Liberato, o burburinho da opinião pública passou a atribuir a redação do *Padre Amaro* ao incentivo financeiro do Marquês de Palmela. E, também, a redação do *Zurrague*, de Anselmo Correia, como alegava Heliodoro Carneiro: “no entanto, no mesmo mês de maio que o jornal inglês caluniava a nação e o governo português, e que o ministro em Londres não queria contrariar tal, dava as 200 moedas ao redator do *Zurrague* para caluniar a nação e pagava largas somas para a inserção da carta elogiatória acerca do conde Palmela” (*Padre Amaro*, Setembro de 1820, pp. 222-3).

²⁵ Escrevemos erradamente, no *Intercom Norte* 2013, que o nome de Custódio Pereira de Carvalho era Custódio Pereira de Mendonça. Erro pelo qual, desde já, nos desculpamos.

²⁶ Na verdade, logo suas memórias são dedicadas ao próspero comerciante: “Estas Memórias da Minha Vida oferece e dedica à memória do seu sempre constante e generoso amigo o Sr. Custódio Pereira de Carvalho falecido em 20 de Setembro de 1854 em Londres pelo que lhe deveu na vida, e na morte”. (*Memórias*, p. 4).

José Liberato se beneficie das transações de Custódio ou, se não, de comerciantes próximos estabelecidos em Londres. Enfim, o nome de Custódio, na nossa trama, encarna esse setor relativamente vanguardista, interessado em desfazer o poder das casas monopolistas e competir de forma mais livre no bojo do comércio internacional português. Ao que tudo indica, Custódio é parceiro de Antonio Martins Pedra ou, se não, pelo menos um elemento próximo, imbuído dos mesmos ideais liberais.²⁷ Dada a sua importância, cabe antecipar alguns de seus detalhes biográficos: Custódio viveu 18 anos no Brasil (entre 1790 e 1808) onde se tornou próspero comerciante de algodão.²⁸ Depois, regressou para Portugal e de lá, em 1808, foi para a Inglaterra, onde morou, segundo registra José Liberato, na City Road, Londres.

Utilizando sua experiência com o comércio de algodão, Custódio começou a se dedicar à exportação de bens entre Brasil e Inglaterra e comprou seu primeiro navio de transportes, o “Brigue Carvalho V”, o que deu início à instalação de sua própria frota mercantil. Após isso, o negociante instalou dois Armazéns Gerais de Alfândega em Londres e Liverpool.²⁹ Logo, portanto, parece uma hipótese válida a de que Custódio tenha encontrado em José Liberato, sobretudo no que concerne ao jornal *O Campeão*, um representante ideal da oposição à política econômica portuguesa. Mas, sobretudo, José Liberato encarnava os interesses dos negociantes portugueses no emigrado, da dignidade da indústria e agricultura severamente combalidas pela guerra napoleônica e pela fuga da Corte. Um exemplo dessa afinidade pode ser encontrada nos relatos de José Liberato, quando descreve o elogio do negociante em um de seus artigos:

Depois de ter publicado no *Investigador* artigo [...] passeava eu um domingo pelas ruas de Londres, quando encontrando este meu amigo [Custódio], veio ele até mim, e me disse: ‘Dê-me cá um abraço; ainda em português se não escreveu um artigo como o seu. Em verdade, é preciso não ter sangue português para não se indignar como que se tem passado no Congresso de Viena! Não bastava ficarmos sem Olivença, e sem parte que conquistamos aos franceses no Guiana, o insultar-nos ainda com a mesquinha indenização de dois milhões de francos, é intolerável! (...) e que belos negociadores lá temos, que tiveram mãos para assinar esta vergonha, e tiveram faces, e coração para não sentirem!’ Este foi o grande laço, que prendeu a nossa amizade, que tem durado até hoje, ano de 1854.³⁰

²⁷ Antonio Martins Pedra, *Terceira Resposta de Antonio Martins Pedra às invectivas e calúnias de Jeronymo d’Arantes*, 1822, p. 23.

²⁸ Tiago Campos Pinto, “Custódio Pereira de Carvalho, hum negociante portuguez em Londres”, 2007, pp. 183-184.

²⁹ *Ibid*, p. 185.

³⁰ José Liberato Freire de Carvalho, *Apud* *Ibid*, p. 186.

A relação de Custódio Pereira de Carvalho com Londres se estenderá até o final de sua longa vida. Segundo consta no *The Mirror of Parliament* de 30 de Março de 1831, em que se registram ações (*appeals*) propostas na Casa dos Lordes, Custódio chegou a tentar, sem sucesso, adquirir a cidadania britânica.³¹ Há informações ainda de que Custódio Pereira teria estabelecido uma firma comercial chamada Barroso Martins Dourado e Carvalho, e mesmo que manteve projetos de associar-se ao filho de Antonio Matins Pedra numa inovadora empreitada comercial.³²

A entrada em cena destes setores faz com que o jogo de poder se altere significativamente: para além de um modelo mercantil, ao qual estava vinculado o *Correio Braziliense*, e de um modelo oficial, a que estava vinculado *O Investigador*, agora as fontes de financiamento transitam entre casas comerciantes não monopolistas, cuja oposição aberta ao governo de D. João assume às vezes coloração republicana. A presença de Custódio Pereira no centro do diagrama é uma das responsáveis por alterar o fluxo de financiamento e modificar perenemente as diretrizes ideológicas dos jornais. Este, contudo, é o caminho mais fácil. As formas de escrita e ideologia manifestadas pelos jornalistas são atravessadas por uma miríade de fatores que serão explorados ao longo deste texto. Esboça-se, a partir daí, uma forma de praticar o jornalismo diretamente ligada a uma modalidade de pensamento econômico. O jornalismo, pode-se dizer, emerge como uma dádiva do capitalismo editorial. Fica difícil, nesse sentido, afastar-se das proposições estabelecidas por Benedict Anderson: jornalismo e capitalismo editorial viabilizam-se um ao outro, dependentes da construção de um conjunto sólido de leitores afinados com a perspectiva da “comunidade política imaginada”. Mas estamos antecipando as coisas.

- **Documentos**

A evolução desta tese segue um duplo movimento: a disponibilidade documental e a disponibilidade de material teórico. Ambas ajudam a avolumar as perspectivas do autor sobre o intrincado movimento da história. Apesar da divisão feita na Bibliografia, as duas não são compartimentos estanques e compõem uma dupla circulação de vozes que caminham de forma concomitante. É fundamental, para a inteligibilidade deste

³¹*Mirror of Parliament*, Londres, p. 1275. Custódio também é referido como um dos proprietários do Banco Provincial da Irlanda, lembrando que Hipólito da Costa possuía ações no Banco da Escócia.

³² Wélington Silva e Cláudia Chaves, “Expansão da metrópole e Iluminação da colônia”, 2012, p. 5.

trabalho, fornecer noções claras de como as fontes foram reviradas e incorporadas nesta redação.

O primeiro esforço diz respeito à leitura do *Correio Braziliense*. Impresso pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 2002, a coleção completa pode ser adquirida através da internet, bem como se encontra disponível em qualquer Curso de Jornalismo: tivemos um primeiro contato na biblioteca da Unicentro (Universidade Estadual do Centro Oeste – Guarapuava, PR), durante os estudos de graduação. Contato que gerou duas monografias, uma no Curso de Jornalismo e outra no Curso de História. Depois, procedemos a uma leitura mais detalhada a partir de exemplares comprados através da internet. Esta leitura rendeu a composição da dissertação de mestrado “Aquela terra longínqua e sossegada”, apresentada para o programa de pós-graduação em Jornalismo da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, SC). Ainda que concentrada sobre aspectos doutrinários e biográficos da extensa obra publicada por Hipólito da Costa, a dissertação rendeu frutos bastante inesperados, levando a perceber que havia uma intrincada trama da qual o jornalista fazia parte em Londres.

Ao invés de uma voz heróica e isolada, como muitas vezes a historiografia brasileira levou a crer, Hipólito era parte de uma cruzada das mitigadas luzes luso-brasileiras em favor da absorção gradual do liberalismo. O apreço por este tema levou o autor a escrever um projeto de Doutorado para a UFF (Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ). Aceito, e sob a orientação do Prof. Guilherme Neves, teve o autor diante de si os vastos arquivos cariocas. Um deles, contudo, se sobressaiu: O Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro – RJ), localizado ao lado da Praça Tiradentes. A partir do Real Gabinete foi possível pesquisar os outros três jornais portugueses mais importantes em Londres: *O Português*, *O Campeão* e o *Investigador*. Na condição de bolsista da Instituição Calouste-Gulbenkian, pôde-se revirar exemplares que se encontravam então em posse exclusiva da secretaria. Essa frequência crescente na trama de portugueses levou também a pensar um projeto de estudos no exterior, aceito em 2012. O compromisso fixado pelo autor com a UFRR (Universidade Federal de Roraima – Boa Vista, RR), contudo, tornou impossível sair do Brasil como professor licenciado. Foi a partir de então que o autor começou a estabelecer contatos com bibliotecas no exterior buscando reverter o prejuízo de não poder ter contato *in loco* com importantes acervos documentais.

A internet revelou-se pródiga no material oferecido. Através do sistema de digitalização virtual *books on demand*, foi possível conseguir biografias e cartas, sobretudo de portugueses que participaram dos jogos de poder que desembocaram nos periódicos em Londres, como Heliodoro Carneiro e Bernardo de Abrantes e Castro. As principais peças que propusemos pesquisar na Biblioteca Nacional de Portugal se tornaram assim disponíveis, ainda que a preços nem sempre muito amistosos. Mas, mais do que isso, os acervos localizados no Ciberespaço revelaram-se muito vastos. Foi possível vasculhar desde periódicos como *Padre Amaro*, *Correo del Orinoco* e o *Malagueta* (com o qual até então não tínhamos tido contato) até biografias de jornalistas como Alcalá-Galiano, José Maria Blanco White e William Jerdan. A vastidão desse acervo virtual gerou uma virada importante em direção à República das Letras, abandonando muitas vezes o caráter doutrinal dos jornais que constituem o cerne deste trabalho.

Por fim, bibliotecas digitais inglesas forneceram exemplares de jornais como *The Times*, *The Morning Chronicle* e *Cobbet's Weekly*, que puderam ser vasculhados em busca de interseções mais diretas com a comunidade portuguesa estabelecida em Londres. Ao prejuízo de não ter ido, presencialmente, sentir o *goût de l'archive* em Portugal, pudemos tentar, ainda que tibiamente, remediar através de uma ampla pesquisa e contatos gerados através da rede de computadores. Contudo, ao contato difuso da rede, voltamos para as relações prévia e lentamente tecidas com nosso primeiro documento, o *Correio Braziliense*. Hipólito da Costa abriu a porteira. Circunstâncias extraordinárias e também sua decisão individual conduziram-no a tanto. Serviu de suporte para *El Español* e gerou a voz dissidente do *Investigador*. Foi criticado pelo *Correo del Orinoco*, pelo *El Español Constitucional* e pelo *Padre Amaro*. Resistiu durante quatorze anos e restou contemplado pelo governo brasileiro com um Consulado-geral, pela historiografia brasileira como patrono da imprensa nacional. Seu esforço também serviu de impulso e ponto de chegada para esta tese.

1. Cidade

A Londres que nos preocupa é a Londres como ela foi vivenciada pelos portugueses. O pano de fundo material que constitui a cidade se torna um agente das mudanças em curso, nunca se mantendo inativo a elas, como se fosse o palco de um teatro. Ela não apenas ajuda a estruturar as ações dos indivíduos como toma parte ativa nelas, configurando olhares, práticas, modos de vida e discursos.³³ A cidade, portanto, constitui um importante documento para a compreensão das formas de viver e ao mesmo tempo atua como um condicionante dessas mesmas expressões de vida. Para exemplificar a profícua interlocução entre o espaço urbano e pensamento, cabe apontar o trabalho de Lucien Febvre. O autor sugeriu em seu estudo sobre Rabelais o condicionamento mental a que os homens estavam submetidos, não só pela limitação do arcabouço conceitual nítido na indisponibilidade de certas palavras no século XVI, mas pelo simples badalar regular dos sinos da Igreja.³⁴ A cidade assim aloca e dá vazão a determinadas estruturas de pensamento. Ela pode tanto limitá-los como favorecer a sua expressão e disseminação. Nesse sentido, a secularização da cidade faz parte das práticas modernas que implicam uma diferença radical nas formas de relacionamento com os outros e também nas formas de olhar a natureza.

Com uma pretensão epistemológica bastante ousada, Marshall McLuhan, em *Galáxia de Gutenberg*, observava que novos condicionamentos psíquicos surgiam com novas práticas sociais, como aquela que diz respeito à impressão e disseminação de material escrito.³⁵ De maneira similar, Jonathan Crary, ao estudar as formas de olhar no século XIX, percebe que o confronto do indivíduo com a cidade em pleno processo de modernização inclui transformações substantivas nos modos operativos da visão, ou seja, há uma objetualização do mundo levada a cabo pelo observador cada vez mais isento de relações subjetivas que, segundo a crença iluminista, poderiam danificar a apreensão do “mundo em si mesmo”.³⁶ De caráter mais propriamente fenomenológico, essa discussão ajuda a dar uma dimensão das transformações substantivas nos espectros de ações dos indivíduos, limitados como eram pelas mutações dos ambientes vividos. É evidente que a transformação destes ambientes está ligada à emergência de novas

³³ Lynda Nead, *Victorian Babylon*, 2000, p. 8.

³⁴ Lucien Febvre, *O Problema da Incredulidade no século XVI*, 2003.

³⁵ Marshall McLuhan, *A Galáxia de Gutenberg*, 1973.

³⁶ Jonathan Crary, *Techniques of the observer*, 1990, pp. 10-1.

formas de discursividade e cultura política, aspectos importantes da historiografia. Não obstante, o que importa, sobretudo no espaço deste capítulo, são os *meios* que disponibilizavam o trânsito desses discursos e seu espraiamento, lembrando que um Voltaire sem papel escrito, sem teatro ou sem salões, não teria, senão no reino da metafísica, se tornado Voltaire. Meios são, portanto, tanto papeis e pacotes quanto salões e cafés. Pensar dessa forma diz respeito a revitalizar o substrato que a cidade ofereceu para o desenvolvimento de material escrito, subsidiando um surto de publicações profissionais e opiniões profissionalizadas, que Jurgen Habermas situa no limiar da formação de uma opinião pública e do jornalismo.³⁷

Quem dá conta dessa nova tarefa urbana que consiste em racionalizar o tempo e o espaço urbanos são os literatos que documentam a crescente mercantilização do ofício do escritor, a perda dos altos valores culturais em detrimento de uma escrita rápida e acessível ao maior número e que é, indiscutivelmente, característica do jornalismo enquanto uma prática organizadora dessa nova forma de urbanidade. Alexander Pope e Jonathan Swift mencionam as transformações literárias por que passa a produção literária londrina. Eles são, em suas próprias palavras, confrontados diariamente com um universo mental insalubre para a atividade intelectual. Seus esforços seriam vilipendiados pela mediocridade literária dos jornais. Uma multidão de escritores ressentidos e pobres, excluídos do sistema de premiação literária, se concentrava na *Grub-Street*, rua tornada topônimo para toda uma forma de vida literária na cidade.³⁸

O Iluminismo, que aqui pretendemos apresentar em sua vinculação com os espaços londrinos, em sua dependência do trânsito, circulação e apresentação da novidade e da diferença, caracteriza uma transformação contínua na organização da cidade.³⁹ Habermas notou isso ao sugerir a importância dos cafés e salões para a formação de um círculo de retroalimentação entre escritos e conversações: as conversas alimentavam a pauta periódica dos jornalistas, tanto quanto os jornais reforçavam determinados círculos de conversação.⁴⁰ Em *The Rise of the Enlightenment Public*,⁴¹ James van Horn Melton amplia o argumento habermasiano referente aos espaços de socialização iluministas, oferecendo um panorama mais completo no que concerne ao seu papel de abrigar uma cultura da interação ou da conversação. Nosso interesse,

³⁷ Jurgen Habermas, *A mudança estrutural da esfera pública*, 2003. Ver também Robin Myers, "Writing for booksellers in the early nineteenth century: a case study", 1983, p. 119.

³⁸ Pat Rogers, *Grub Street. Studies in a Subculture*, 1972, p. 13.

³⁹ Dena Goodman, "Difference: An Enlightenment Concept", 2001, p. 130.

⁴⁰ Jurgen Habermas, *Mudança estrutural da esfera pública*, 2003, p. 59.

⁴¹ James van Horn Melton. *The Rise of the Enlightenment Public*, 2003.

portanto, incide mais especificamente em perceber como essas transformações de espaço abrigaram uma nova forma de cultura escrita ligada à regularidade e linearidade, a que se chama jornalismo, intimamente dependente, nesse momento, do esforço de interação entre os indivíduos.

O crescimento dos espaços privados, exigência própria dos burgos, ocorreu num movimento contrário àquele da Corte teatralizada que crescia sobre a cidade expandindo seus modelos e etiquetas.⁴² A construção da cidade está ligada tanto à forma como os indivíduos se percebem uns aos outros quanto a determinadas ideias de planejamento político e racionalização do espaço social. O crescimento dos espaços privados, como descrito por Koselleck, envolve a ruptura do Estado-palco.⁴³ A construção da cidade está ligada aos modos de funcionamento intelectual de uma época tanto quanto oferece substrato para estes mesmos modos de funcionamento intelectual. Sua transformação se vincula a determinados projetos de vivência com o qual se imbricam os indivíduos e seus ideais. A construção de uma cidade, nesse sentido, é a projeção de uma utopia.⁴⁴ Nas linhas organizadas da cidade moderna vislumbra-se um anseio de “pôr as coisas no lugar” vencendo a paisagem natural. Tanto quanto se pode, friamente, olhar a cidade nos traçados de um mapa, pode-se vivê-la na efusão real e imprevisível de suas avenidas e becos, favelas e parques. A cidade enseja projetos ligados ao “caráter” de um povo, sua sobriedade, força ou solidez. A arquitetura urdida detalhadamente pelos planejadores acalenta os sonhos utópicos de abrigar povos unidos sob a égide da indiferenciação, tanto quanto, na sua realidade fugidia, é esmagada pelas diferenças sociais surgidas em seu seio. Utopia e nação fundem-se nestes projetos de reconstrução. A cidade-modelo é uma janela que permite entrever o espaço nacional e também seu futuro, isto é, onde ela pretende chegar. Assim, recomenda Yi-Fu Twan:

the city is built form as well as human relationship - a material place that visibly and tangibly expresses human needs and aspirations, supporting or hindering their fulfillment. Viewed thus, the physical city is a moral document or text. Everywhere in it the alert citizen or visitor can discern wealth and poverty, dullness and imagination, care and indifference, justice and injustice. Even amenities that appear at first narrowly economic, such as streets and bus shelters, or narrowly aesthetic-recreational, such as parks, have a moral-ethical intent, if one looks below the surface: the street stands as a symbol of human communication and exchange, the park as a philosophy of man's place in nature.⁴⁵

⁴² Norbert Elias, *Sociedade de Corte*, 2001.

⁴³ Reinhardt Koselleck, *Crítica e Crise*, 1999.

⁴⁴ Roger Mucchielli, Apud Frank Manuel, *Utopias and Utopian Thought*, 1965, p. xi.

⁴⁵ Yi-Fu Twan, “The City as a Moral Universe”, 1988, p. 316.

A cidade moderna é a acumulação de traços históricos onde a vontade de modernização se choca com formas resistentes e diversificadas de tradição. O anseio político de construir e projetar, de revelar o futuro nos traçados concretos dos prédios, rivaliza com a resistência popular às mudanças. Na verdade, a modernização do espaço urbano não implica a interrupção do fluxo da experiência tradicional, apesar de querer esgotar-lhe as possibilidades e, ao buscar minar o antigo, dar livre curso para a criação de espaços de interação capitalista. Esse rescaldo constante do antigo no novo permite pensar que,

the city was an accumulation of historical traces, experienced through chance associations of the present with dreams and memories of the past. This generates in Benjamin's writing a kind of archaeology of modernity, in which the sites of the modern city stand on layer upon layer of an underground city, which maintains a hellish and ghostlike presence within modernity. It is in these moments, when the spectral past enters the spaces of the present that Benjamin identified the mythological dimension of modernity: 'the new in connection with that which has always already been there.'⁴⁶

A intercalação do novo com o velho em Londres oferece fomento à efetivação dessa experiência híbrida. Referimo-nos mais precisamente ao rescaldo da experiência predominantemente oralizada, como fica nítido, por exemplo, nos versos de Alexander Pope. Quem deu nitidez a essa *problemática* foi Robert Darnton.⁴⁷ A “Árvore de Cracóvia”, para o autor, era o lugar onde de forma mais nítida os boatos adquiriam o estatuto de informações escritas e as informações escritas eram lidas em voz alta para uma audiência curiosa que as retransformava em boatos. Esse espaço, no centro de Paris, ajuda a mostrar a interseção de uma cultura letrada essencialmente moderna e formas mais arcaicas de intercâmbio cultural. A comparação com a *Grub Street* londrina é inevitável. Ainda que não dê para ela o agudo olhar semiótico de Darnton, Pat Rogers analisou longamente as formas de sobrevivência e trânsito de notícias nesse espaço, concluindo:

The district had enjoyed what is usually called a chequered history. That means, as it usually does, a history of pretty well unmixed gloom and murk. The tenebrosity of the place started generations before the obscure writers came to hide there from the ravages of bailiffs, creditors, and better poets – all of whom located their quarry without difficulty. The rise in the currency of ‘Grub Street’, as a literary expression, came at a time when hackney authors inhabited the region. But it was not these men who gave the street its bad name. *That* it had from the start.⁴⁸

⁴⁶ Lynda Nead, *Victorian Babylon*, 2000, p. 6.

⁴⁷ Robert Darnton, *Os dentes falsos de G. Washington*. 2005. Cujo trabalho, suas consequências, benefícios e limitações serão pormenorizadamente discutidos no capítulo 5º.

⁴⁸ Pat Rogers, 1972, p. 21.

O português José Liberato, escritor do *Investigador* e do *Campeão*, durante a longa viagem que faz entre a produção de um e outro jornal em 1819, tem contato com aquilo que chama os *Subterrâneos* de Paris. Ao longo do seu passeio na companhia de Joaquim Ferreira Freitas, futuro redator do *Padre Amaro*, ele se encanta com o que a cidade oferece de melhor. Até se deparar com o traçado sinuoso e irregular da cidade de Paris que, aos olhos do jornalista ou do viajante, oferece em perspectiva uma nova oportunidade de pensar a organização da vida coletiva. O impacto de Liberato diante dos subterrâneos é assim narrado:

Eis-aqui o que à primeira vista se apresentava aos olhos: por baixo deste extenso plano, por onde o mundo visível passeava, havia porém outro mundo invisível, e creio que ainda haverá, no qual habita, e ainda habitará: são antros asquerosos, que os franceses chamam *Caveaux*; e nós podemos chamar *Subterrâneos*. Estão eles colocados no lado oposto ao palácio do Duque, e naquela extremidade em que vem desembocar à rua Vivienne, e onde estão as grandes casas de pasto, e os brilhantes botequins. Por aberturas, ou espécies de alçapões se desce da rua, ou do passeio de pedra para esses imundos covis, onde se escondem as mais vis e estragadas fezes da sociedade parisiense. Ali se come e se bebe; ali se dança e se canta; ali se praticam todos os horrores, que as imaginações mais depravadas tem inventado; e ali enfim triunfa todo o vício; e se dão em espetáculo os objetos mais torpes e obscenos.⁴⁹

O que se quer pontuar, nestas linhas, é que a cidade, longe de um concatenado de prédios que se pode simplesmente mapear, ou de um amontoado de edifícios lançados contra os céus pela força da modernidade, permanece recheada de traços relativos a uma cultura essencialmente tradicional. Essa conclusão, ainda que um tanto óbvia, é fundamental para a compreensão sugerida da comunidade portuguesa enraizada em Londres. Os canais de informação desenvolvidos pelos portugueses são predominantemente orais, para além do que se vê no imenso afluxo de documentos simplesmente anexados na estrutura dos jornais. Nesse sentido, é possível perceber como vários estudos praticamente insulam os indivíduos da cidade moderna sob uma condição monádica,⁵⁰ fazendo esquecer essa condição intrínseca de fluxo, na medida em que tratam a cidade sob a experiência dos meios de comunicação de massa a partir do indivíduo isolado. Pelo contrário, a cidade nunca pode ser reduzida a um conjunto de experiências-limite. No decurso da produção desta tese, encontramos-nos diante da

⁴⁹ José Liberato, *Memórias da Vida*, 1855.

⁵⁰ David Riesman, *A multidão solitária*, 1995 e Adorno e Horkheimer, *Dialética do Esclarecimento*, 1985. Tanto estudos funcionalistas norte-americanos quanto estudos de uma vertente chamada “teoria crítica” insistem numa certa alienação do indivíduo da estrutura social, e na composição dessa mesma estrutura a partir do modelo de organismo vivo.

mesma charada: como pontuar a experiência de indivíduos em constante circulação pelos espaços urbanos, cuja subjetividade é continuamente transformada no seio da cidade cosmopolita, seja pelo contato com outros indivíduos, seja pela ação dos meios de comunicação à qual os próprios indivíduos se encontram continuamente expostos?

1.1 Desvendando a cidade moderna

Os estudiosos da Londres moderna têm apontado, por um lado, a dimensão *secularizada* da cidade e, por outro, a dimensão característica da *polidez*, integrante fundamental do arcabouço intelectual que está por detrás do funcionamento da cultura híbrida da cidade. Se, por um lado, a secularização do espaço resseca a aura sagrada ou hierárquica da filiação, a polidez enquanto discurso imprime um ritmo de adequação e igualdade aos novos participantes do espaço.⁵¹ Com relação à secularização do espaço, pode-se chamá-la de um bom ponto de partida. Ainda que extremamente elucidativo para lidar com as práticas modernas, não pretendemos desbravar a modernidade pela via do crescente desencantamento do mundo e ressecamento da experiência religiosa. O alargamento do círculo de interações é o principal responsável por esse esboroamento da tradição. Como argumenta Arthur Weitzman:

Progressive or not, the city was a threat to traditional values. On a deeper level the city was becoming "deconsecrated" or, if you will, *secularized*. As London was transformed from a town (many towns in fact; the ancient city intramuros, Westminster, and suburban villages) to a large urban artifact, a *psychic transformation* or a *change in consciousness* was also evident. As the city grows, the citizens become *more mobile*. Newcomers pour in to serve in the various trades and professions, and it becomes increasingly difficult to maintain those close relationships based on kinship and long-standing custom which are attributes of small-town life.⁵²

Outro fator fundamental para a compreensão do funcionamento dessa cidade e também da sua secularização é a extensão do dia útil e sua imersão na noite. A vida noturna da cidade de Antigo Regime era um privilégio aristocrata confinado aos salões. Em Londres, mais do que em Paris, a multiplicação das tavernas e dos cafês sugerem a expansão da sociabilidade para além do dia-a-dia do trabalho. As Luzes, nesse caso, são iluminadas por um vasto conjunto de luminárias. A vida noturna permite acrescer ao óbvio do dia-a-dia o imprevisível da sociabilidade noturna. Tanto quanto se multiplicam

⁵¹ Para usar a metáfora roubada de Robert Brandom é um espaço de circulação que bem lembra a dança de Ginger Rogers e Fred Astaire. Aos passos aparentemente aleatórios de um, segue a necessária adequação do outro, para que a dança siga para algum lugar. Robert Brandom, Apud Jurgen Habermas, *Discurso filosófico da modernidade*, 2002, p. 174.

⁵² Arthur Weitzman, "Eighteenth-Century London", 1975, p. 476, grifos nossos.

os prostíbulos se multiplicam as animadas conversações entre estrangeiros que encontram nas tavernas um ambiente acolhedor.⁵³ Antecipando aqui a “Babilônia Vitoriana”, Londres já passa a aludir, em seu processo de secularização, a uma cidade do pecado. Sobre o principal substrato da vida noturna, as luzes, e o encantamento gerado pela vida noturna sobre o estrangeiro, complementa Lynda Nead sobre a Londres vitoriana:

Many gasworks were located in the central areas of the city and the spectacle of the cylindrical gas holders symbolised this new industrial cityscape and the technologies that were required to maintain the modern city. Gas had an economics and a poetics. It created large new private monopolies that competed with each other and with central government and consumer groups for control over the supply of gas. It also produced the *dream-images of the city at night*; of darkness illuminated by the uneven glow of the gaslights and of an uncanny, nocturnal city that obeyed a different spatial logic from that of the city by day. Gas and glass also created the visual conditions for new forms of modern urban leisure. The world of goods was extended to the hours of night and new leisure spaces, such as Cremorne Pleasure Gardens, reconfigured conventional assumptions concerning public behavior, taste and morality.⁵⁴

O imaginário da época retrata contínuos encontros em que cavalheiros se divertem bebendo, em boa parte dos casos xícaras de café, e dançando ou lendo jornais, como pode ser visto na Gravura 1.

⁵³Um observador imparcial da Alemanha escreve sobre Londres: “There is no place in the world, where a man may live more according to his own mind, or even his whim, than in London. For this reason, I believe that in no place are to be found a greater variety of original characters.... The friend of arts and science, the friend of religious liberty, the philosopher the man who wishes to be secure against political and ecclesiastical tyrants, the man of business, the man of pleasure, can no where [sic] be better off than in this metropolis.... A man of learning, who can live without great cares, may gratify here his favourite inclinations, for libraries, for new publications, for learned acquaintance” Apud Arthur Weitzman, “Eighteenth-Century London: Urban Paradise or Fallen City?”, 1975, p. 472.

⁵⁴ Lynda Nead. *Victorian*.... p. 9, grifos nossos. João Bernardo da Rocha Loureiro, em seu *O Espelho*, acrescenta, sobre a iluminação de Londres, logo antes de discutir os benefícios da iluminação à gás: “a iluminação é na verdade um pouco mais asseada do que a nossa; pois os candieiros são de vidro com tampa de folha, sustentados em um círculo que está na extremidade de um ferro encaixado na parede: estes candieiros se preparam todos os dias, limpam-se todos os sábados, acendem-se todos antes da noite e duram acesos até alto dia; alguns galegos ingleses estão distribuídos por toda a cidade, para cuidarem de um número certo de candieiros” (10 de agosto de 1813, n. 15, p. 114).



GRAVURA 1: Night Amusement ----- I. Cruickshank, “The Silent Meeting,” etching and engraving with hand coloring, (16.5 x 23.1 cm), (London: Laurie & Whittle, 12 May 1794); LWL, 794.5.12.53. Courtesy of the Lewis Walpole Library, Yale University.

O passeio pela cidade de Londres não inclui apenas a reflexão sobre a topografia da cidade e seus espaços. Como sugerimos logo de início, há uma mudança naquilo que Lucien Febvre chama *utilização mental*,⁵⁵ em direção a pensar a cidade como a projeção de uma utopia que encarna, paradoxalmente, os mais distintos estilos de vida e, ao mesmo tempo, a glória da unidade nacional. Estes espaços urbanos onde se manifesta o cosmopolitismo são mediados pela lógica discursiva que Lawrence Klein identificou

⁵⁵ Cf. Roger Chartier, Entrevista para a *Revista do Arquivo Nacional*, 1995, p. 3 e Lucien Febvre, *O problema da incredulidade no século XVI*, 2009.

como *polidez*. Trata-se de um abrandamento crescente dos costumes, numa lógica diferente daquela sugerida por Norbert Elias em *A Sociedade de Corte*.⁵⁶ Klein percebe o desenvolvimento da polidez não como uma forma de mimetizar o comportamento cortesão, mas sim como uma forma de o homem burguês comum se defender e emancipar do círculo magnético da corte.⁵⁷ A polidez trazia em seu seio a exigência de reciprocidade, fundamental para que os indivíduos pudessem compreender uns aos outros sem que entre eles se interpusesse constantemente o filtro das diferenças hierárquicas. Nossos portugueses, uma vez ambientados em Londres, absorverão esse importante vocabulário, que para eles será fundamental em seu intercurso com a sociedade inglesa. É nítida uma diferença de postura entre D. Domingos, que manifesta de forma disparatada as etiquetas do Antigo Regime, e um Conde de Palmela, que o substitui em Londres, organizando de forma mais decisiva uma oposição aos *ultraliberais* portugueses. A sensibilidade de perceber as mudanças em curso não foi um forte de D. Domingos e isso resultou em sua inadequação a Londres e a alguns de seus ambientes autoproclamados liberais. De uma forma geral, paralelamente à depuração dos principais espaços de conversação que abrigavam portugueses, a investigação deverá incidir sobre qual tipo de discursividade ajudou a lançar uma nova forma de perceber estes mesmos espaços como aparentemente livres.⁵⁸ Não é preciso acrescentar que essa nova forma de aparelhamento intelectual permitiu a ambientação das lojas maçônicas nos discursos dos portugueses. Polidez e civilidade, *clubs* e tavernas se cruzam assim criando uma nova forma de aparições e comportamentos que os liberais portugueses irão aproveitar para se afastar do “círculo magnético da corte”.

É evidente, por outro lado, que a emergência de uma nova discursividade coloca o mundo do Antigo Regime em suspensão por questionar a validade das etiquetas a que os cortesãos estavam vinculados. A etiqueta enquanto uma marca de distinção contrasta

⁵⁶ Norbert Elias, *A sociedade de Corte*, 2001.

⁵⁷ Assim Lawrence Klein descreve a polidez: “The *social ambience of "politeness"* was thus urban and urbane. Its political conditions were freedom, legality, equality. Its key trait, however, was publicity: the openness of public spaces to which men came to talk, where the noise of public discourse mingled with that of philosophical discourse”. IN: “The Third Earl of Shaftesbury and the Progress of Politeness”, 1984, p. 211.

⁵⁸ Ao que Simon During acrescenta: “At its centre, however, writing in eighteenth-century England is not dominated by *polite letters* nor by the production of ‘Englishness’. It begins to form a new cultural space – which I shall call, not very satisfactorily, the civil Imaginary [...] The term names prose writings which provide representations of social existence from the beginning of the eighteenth century through the period of the classic realist novel and beyond. At its beginnings the civil Imaginary does not cover just what we would today call fiction: Addison and Steele’s journalism stand at its point of emergence. What these writings have in common with Defoe, Richardson, and Fielding’s novels is the production of narratives, moral cruxes, a linguistic decorum, and character types which cover the social field of the post-1688 world”. *Literature – Nationalism’s Other? The case for revision*, 1990, p. 142, grifos nossos.

com a polidez enquanto uma exigência de tratamento recíproco, necessária para a inserção criativa dos homens na vida urbana. Estando todos os espaços pelos quais percorremos – com exceção das casas de cortesãos portugueses – mediados pela presença do *espírito da polidez*, é de se notar a inversão de valores que vai permitir à intelectualidade portuguesa atacar precisamente as formas de aparição pública de cortesãos portugueses como D. Domingos e o Conde de Palmela. Lawrence Klein destaca a reciprocidade inerente a estas novas formas de convívio e discurso:

Politeness was aligned, by contrast, with moderation, mutual tolerance, and the overriding importance of social comity. Such values were concretized in the high esteem for conversation and conversability. The conversational norm evoked a number of criteria for politeness including ease, freedom, liveliness, and, perhaps most important, *reciprocity*, which reined in the self and its distorting effects.⁵⁹

Lawrence Klein percorre as várias formas de pensar e os usos políticos de determinadas palavras. Ele aponta a importância não apenas da conversação em si mesma, mas do conceito de conversa como uma dialética que permite avançar pela consideração de fatores contraditórios, dos quais devia prevalecer aquele que fosse superior. Essa dialética da conversa, ou dialética do comportamento polido, esteve subjacente à Revolução Gloriosa na Inglaterra, bem como serviu de pano de fundo ideológico para as reivindicações de reforma política na França. Não esquecendo Portugal, diante do qual os liberais portugueses em Londres argumentavam que a dialética entre o povo e os “homens de talento” acabaria por fazer predominar a verdade. Num rápido percurso pela história inglesa no final do século XVII e início do XVIII, Lawrence Klein assim aponta o desenvolvimento da conversa e da polidez:

The impulse in England to assert the *importance of conversation* grew out of local political and ideological needs. In the wake of the 1688 Revolution, English Whigs constructed a cultural ideology organized around notions of conversation and politeness in order to legitimate the new political and cultural order which emerged then and survived into the nineteenth century. In the decades after the Glorious Revolution, this ideology lost its partisan color and came to shape social, intellectual and cultural patterns throughout Britain in ways that were more and more generalized. Polite conversability became a great self-image of the age, a blueprint for many aspects of middling and upper-class culture.⁶⁰

Deve-se notar que a *importância da conversação*, muito precocemente na Inglaterra, começa a se distanciar da ideia ou desenvolvimento intelectual entendida

⁵⁹Lawrence Klein, “Politeness and the Interpretation of the British Eighteenth Century”, 2002, pp. 874-5, grifos nossos.

⁶⁰Lawrence Klein, “Sociability, Solitude, and Enthusiasm”, 1997, p. 155, grifos nossos.

como mero adorno – o que deve lembrar as cosmovisões pragmáticas de Newton que tanto influenciaram a forma de pensar do inglês. A ideia, nessa Inglaterra que estamos sondando, serve para interferir numa dada realidade social provocando mudanças. A dialética da conversa traz em seu bojo precisamente essa exigência de interferir no real. A riqueza de ideias ajuda o homem em seu caminho de alterar a paisagem social tornando-a mais habitável para o próprio homem. Ora, Portugal é mais do que um bom laboratório para se entrever como essa pragmática do discurso se choca com uma discursividade deslocada da resolução dos problemas políticos mais visíveis. Adiante se verá, por exemplo, como o próprio José Liberato critica Rocha Loureiro por ele não conseguir pensar senão com abstrações vazias. Hipólito da Costa critica o *Almanaque de Lisboa* que não contém nada de útil para a realidade brasileira onde se tenta aplicá-lo. Essa distância entre o discurso tornado adereço e a prática do saber enquanto poder vai se mostrar mais do que visível na Londres dos portugueses. A dialética da conversa convém, em último caso, a esse propósito de evidenciar as ideias menos corruptíveis. Mais do que isso, os *clubs*, tavernas e lojas maçônicas dispunham do que existia de melhor na “literatura do tempo”, bem como jornais de notícias, revistas políticas, etc. A ideia da *polidez* exigia que o frequentador desses espaços fosse suficientemente depurado para pegar às mãos um jornal e extrair dele as informações mais úteis.⁶¹

Os esforços de Lawrence Klein levam-nos a pensar no espaço de sociabilidade inglês como um verdadeiro manancial de ideias cruzadas, no interior das quais brotam as mais elevadas aspirações humanas. Mas é importante frisar: a polidez encontrou a resistência dos beberrões nas tavernas, dos aristocratas que migraram para o campo onde continuaram a caçar avidamente e levar uma vida belicista, dos refugiados em *Grub-Street* que se negavam ao labor intelectual mais pesado ou, o que é mais evidente, na ausência da presença feminina – quando aparecem, as mulheres estão na condição de trabalhadoras do local. A riqueza dos espaços onde a *polidez* se desenvolve vai também além de uma definição genérica de “esfera pública”. Ainda que a conversação fosse predominante, havia o intermédio do cancionero, as demonstrações teatrais, o indecoro, as manifestações coletivas de irracionalidade, etc.⁶² A multiplicidade de formas de

⁶¹ Lawrence Klein, 1997, p. 160.

⁶² “The forms and sites of such association were myriad. The coffeehouse provided one convenient locale because it provided an accessible, inexpensive, and fairly democratic place not just for drinking beverages but also for consuming printed material and discussing all it suggested. Coffeehouses also provided a place for lectures, scientific demonstrations, concerts, exhibits and auctions. Not all coffeehouses were polite, nor were all activities at any coffeehouse polite, but coffeehouses could be characterized as places

relacionamento e comunicação atravessa as formas ideais de comportamento pensadas por uma época. Como lembra Jason Kelly,

In recent years, there has been an emphasis on ‘politeness’ in the eighteenth-century public sphere, and while these studies have been fruitful, it is important to remember that politeness was more of an ideal than a norm. London street life, from the poorest navy sailor to the wealthiest earl was a dirty, dangerous, and volatile business. We need only remind ourselves of the number of riots, duels, brothels, and prostitutes that were juxtaposed with the “spaces of modernity” such as coffeehouses, taverns, and gardens. Furthermore, the boundaries of polite behavior depended on constantly shifting ideas about social rank.⁶³

Subjacente ao fluxo intenso de ideias, ideais e bebedeiras, cabe salientar a tolerância com relação à diferença, fundamental para a compreensão da identidade moderna. Como nota Dena Goodman, ser civil não é ser nobre de nascença, mas sim agir de forma nobre. Quer dizer, não se trata de expor publicamente um conjunto predefinido de características comportamentais, mas sim saber inserir-se criativamente num mundo onde tudo é constante devir e as transformações urbanas contínuas acabam por comprovar essa instabilidade:

The Enlightenment discourse of difference was articulated in the cultural spaces of urban sociability in which the practices of *civility* were cultivated. Difference, it should be noted, has always been at the bottom of the need for civility. In the seventeenth century, French men and women came to aristocratic salons to learn how to act nobly, which is to say, how to distinguish themselves from others through the practice of civility. In the salon, one set of differences, based on birth, was devalued and replaced with another, based on comportment, manners, and a shared discourse. *To be civil was to act nobly, and thus to be noble.*⁶⁴

A partir dessa esfera comportamental que passa a funcionar através de padrões cada vez mais meritocráticos, podemos inserir a questão portuguesa. Uma vez enquadrado dentro desses requisitos de polidez e civilidade, o indivíduo, desde que pertencesse ao sexo masculino, poderia freqüentar a taverna e participar livremente da produção intensa de discursos que nela acontecia. A produção jornalística portuguesa em Londres, nesse contexto, é um desdobramento nítido de novas formas de sociabilidade que passam a se organizar na Inglaterra. A retórica portuguesa parte do princípio de que se deve considerar a conversa com os setores mais críticos da população, quiçá mesmo retirados dentre os próprios freqüentadores dos espaços de

for decorous conversation which refined the taste and polite capacities of those present”. L. Klein, 1997, p. 161.

⁶³ Jason Kelly, “Revelries, and Rumor: Libertinism and Masculine Association in Enlightenment London”, 2006, p. 793.

⁶⁴ Dena Goodman, “Difference: an Enlightenment concept”, 2001, p. 132, grifos nossos.

sociabilidade comuns. Nas páginas dos jornais, esses formatos e regras comportamentais são expostos de forma a serem devidamente mensurados pelo público. Além da presença contínua nos espaços de sociabilidade, fornecedores de pautas e argumentos para os jornais, o grande número e a diversidade de cartas recebidas parecem atestar a repercussão dos escritos.

1.2 Os espaços ilustrados

Os estrangeiros quebuscaram a Londres das Luzes eram tocados pelo clima cosmopolita da cidade, explícito numa infinidade de albergues limpos, hotéis e ruas iluminadas que abrigavam sua promissora vida noturna. 16 mil lamparinas iluminavam as ruas e permitiam a extensão das sociabilidades para além de negociações pontuais realizadas à luz do dia. A vida noturna, com suas tavernas e teatros, tornava-se assim um ingrediente à parte. Esta estrutura é modificada na medida em que as relações sociais adquirem um estágio mais complexificado, tanto quanto surgem ideias relativas à instrumentalização da cidade de forma a economizar espaços e deslocar as sociabilidades, antes guardadas nos salões das grandiosas casas dos aristocratas, para espaços públicos destinados exclusivamente para isso. O discurso ilustrado se entrecruza com uma práxis específica de transformação do mundo. A cidade adquire a coloração dessas novas ideias e, na medida em que se tingem delas, ajuda a fazer transitar os discursos ilustrados.

Percorrendo os espaços de sociabilidade na Londres moderna deparamo-nos, em primeiro lugar, com a relativa apatia dos salões. Se eles foram uma referência na organização das sociabilidades do iluminismo francês, na Inglaterra eles tiveram menor poder de catalisar o sentimento crítico dos burgueses e estrangeiros. James van Horn Melton define como mais importantes para o trânsito de diálogos femininos os spas, através dos quais muitas mulheres chegaram a se tornar praticantes regulares de literatura.⁶⁵ No que diz respeito à sociedade londrina como um todo, adquiriram maior importância as tavernas e as *coffeehouses*. As primeiras abrigavam lojas maçônicas e clubs de negociantes. Se as tavernas, ainda no século XVIII, possuíam um apelo mais popular e mesmo plebeu, as várias leis contra bebedeira pública e a fiscalização policial tornaram-nas um lugar mais propício para o diálogo sóbrio e, por que não dizer, ilustrado. As tavernas se tornaram assim lugares favoráveis para o trânsito de tendências

⁶⁵ James Van Horn Melton, *The Rise of the Enlightenment Public*, 2001, p. 212.

e identidades, onde se haveria de, forçosamente, confrontar com várias diferenças sociais.⁶⁶ Algumas associações de portugueses e espanhóis que se estabeleceram em Londres a partir de 1807 buscaram na taverna espaços regulares de *meetings*, no caso português a taverna *City of London*,⁶⁷ ou no espanhol a *Crown and Anchor* e a *Albion Tavern*.⁶⁸ Dessa forma, as tavernas poderiam se tornar um espaço de subjetivação importante incorporado à identidade dos frequentadores. Diminuindo a presença excessiva do álcool nas tavernas, houve preponderância do café que, argumenta Melton, apareceu como a legítima bebida do iluminismo. Graças às produções coloniais de França e Inglaterra, estes países não possuíam problemas em oferecer café em abundância. Segundo o mesmo autor, há uma íntima relação entre esses espaços de animação intelectual e as bebidas neles consumidas, como se pode depreender do verdadeiro protagonismo das *coffehouses* na Ilustração inglesa. Essa animação intelectual pode ser percebida no poema “News from the coffeehouse”, em que Edmund Crouch, ainda em 1667, narra a amplitude das notícias disponíveis aos frequentadores:

You that delight in Wit and Mirth,
And long to hear such News,
As comes from all Parts of the Earth,
Dutch, Danes, and Turks, and Jews.
I'll send yee to a Rendezvous,
Where it is smoking news;
Go hear it at a Coffee-house;
It cannot but be true.⁶⁹

Da mesma forma que na sociedade parisiense do século XVIII, as notícias precisavam ser pescadas em determinados lugares de ampla circulação. Robert Darnton sugere que, em Paris, essas informações possuíam dispersão privilegiada na Árvore de Cracóvia, onde os curiosos podiam aguçar seus ouvidos e extrair as últimas notícias. Em Londres, contudo, já passa a haver uma concentração cada vez maior em torno dos esforços da leitura. A grande capacidade organizativa do mundo inglês é notada por Manuel Fernandes Tomás, em suas memórias de 1820, quando descreve as formas de associação no mundo inglês e sua grande capacidade de produzir encontros ordeiros:

⁶⁶ James Van Horn Melton, 2001, p. 235.

⁶⁷ Para um texto sucinto em que esclarecemos a presença dessa taverna entre os exilados portugueses: Luís Munaro, “A taverna City of London e o jornalismo luso-brasileiro”, 2013.

⁶⁸ Quem dá a informação sobre a Albion Tavern é Joaquim Ferreira Freitas: “Em 26 de abril celebraram os cidadãos espanhóis residentes em Londres, os felizes sucessos de sua pátria, com um banquete suntuoso e magnífico. Esta festa inteiramente patriótica, há sido promovida e ordenada pelos principais negociantes espanhóis estabelecidos nesta Capital” (*Padre Amaro*, Abril de 1820, pp. 285-6).

⁶⁹E. Crouch, “News from the coffeehouse”, 1667.

Eu fui à Inglaterra, presenciei e vi os barulhos e complicações que havia; feita a eleição, no outro dia não havia nada; de sorte que na ocasião das eleições nada havia, senão a perturbação que é de esperar do ajuntamento de dez ou quinze mil homens. Em todas as partes em que se juntassem dez ou doze mil homens, seria necessário três mil homens para os conter; em Inglaterra ajuntam-se quinze mil homens e não se ajuntam três mil homens para os conter; isto nasce dos seus costumes, não vai do método.⁷⁰

As gravuras do iluminismo inglês mostram, à exaustão, *gentlemen* reunidos na taverna lendo jornais. Na verdade, eles mostram a transição dos *meetings* informais ao redor de grandes mesas (Figura 2), para um modelo mais privado e recluso de encontro, com a presença ativa do café, do fumo e da leitura (Figura 3).



Figura 2: “Coffeehouse interior” – Apud Klein, 2002, p. 34.

Na figura 2, os homens encontram-se dispostos de forma despreocupada ao redor da mesa, enquanto a mulher está no papel de servente, atrás do balcão. Essa ilustração é característica do início do século XVIII, onde fartos conjuntos de homens são retratados conversando. Esse modelo, contudo, começa a fraquejar no final do mesmo século:

While early eighteenth-century coffeehouses still consisted of an open room with large tables around which customers gathered to read and talk as a common group, the later eighteenth-century coffeehouse often had separate booths where customers gathered together in relative privacy to read or chat amongst themselves, presumably without the

⁷⁰ Fernandes Thomás, *Memórias sobre 1820*, 1974, p. 121.

expectation that other customers would take an interest in, or still less spy upon and report to the authorities, what was said there.⁷¹



Figura3: I. Cruickshank, “The Silent Meeting,” etching and engraving with hand coloring, (16.5 x 23.1 cm), (London: Laurie & Whittle, 12 May 1794); LWL, 794.5.12.53. Courtesy of the Lewis Walpole Library, Yale University.

A figura 3, datada do final do século XVIII, parece mais adequada para julgar os encontros entre portugueses, que tornam possível pensar a disponibilidade regular de pautas e argumentos para a confecção dos jornais. Aliás, os próprios jornais dão conta de uma multiplicidade de encontros, *meetings*, realizados nesses locais. As seções *advertisement* do *The Times* e do *Morning Chronicle* são recheadas de anúncios de encontros de associações filantrópicas nas tavernas. Como será visto, a imprensa portuguesa também incorpora essa prática, anunciando o nome da taverna que sediará o encontro – há uma nítida substituição da coffeehouse pela taverna. A gravura 4, datada de 1780, assim dá conta da organização do *meeting*:

⁷¹ Brian Cowan, “Publicity and Privacy in the History of the British Coffeehouse”, 2007, pp. 23-24.



Figura 4: “Meeting at York” - London published as the Act directs. April. 6th. 1780, by Robert Laurie, No. 17, Rosmonds Row, Clerkenwell. Disponível em <http://www.sandersofoxford.com/images/stock/26539.jpg>

Trata-se da forma característica como os encontros nas coffeehouses são retratados. Não é difícil perceber a nítida motivação intelectual que perpassa esses ambientes, com a ampla disponibilização de papéis escritos e, sobre eles, leitores. Ao que tudo indica, as tavernas vão assumir uma configuração semelhante a partir das leis proibindo a bebedeira em público. Os proprietários dispunham vastas mesas para o acomodamento dos frequentadores e também livros e periódicos contendo as “novidades do tempo”. Quer dizer, uma coffeehouse era um local no qual qualquer um podia ir para adquirir as notícias mais quentes.⁷² A relação entre a leitura de jornais e as coffeehouses era assim bastante estreita e transgride a mera disponibilidade de jornais nos coffeehouses, já que os jornalistas se utilizavam ativamente dos diálogos nutridos nestes espaços. Por outro lado, a conversação acionava as pautas jornalísticas na memória do leitor, hierarquizando os temas a partir do pano-de-fundo que forneciam para a interação. Este promissor ambiente intelectual é responsável pela frutificação do jornalismo em sua forma moderna, ocasião em que assume o papel de “esfera pública

⁷² James van Horn Melton, 2001, p. 245.

literária”.⁷³ Como veremos no 6º capítulo, os repórteres dos principais periódicos tinham o hábito de frequentar estes espaços munidos de papel e pena, prontos a anotar as falas consideradas mais importantes – ou mais pertinentes para as posições políticas de seus jornais. Segundo Habermas, a presença do jornal é fundamental para a configuração de uma discursividade característica da coffeehouse, baseada, como já apontamos, na reciprocidade da conversação:

In Habermas's account, the public sphere is founded in its simple accessibility to individuals, who come together without hierarchy in an equality of debate. Through their discussions, first of literature, and later of news and politics, the individuals who assemble in the coffeehouse come to form a new public culture. Habermas sees the new moral essays and literary criticism associated with periodicals like *The Spectator* as central to this discursivity. The coffeehouse encourages such discussion through its institutional and spatial character, by facilitating a social interaction that disregarded status, fostered a toleration of a broad range of discussion, and was accessible to all. In this account, then, the coffee-house sociability achieves a number of important things: it encourages rational public debate on topics that matter between persons of different social status and wealth. These achievements are central to Habermas's model of the operation of the public sphere in civil society.⁷⁴

As figuras acima abordadas subentendem a horizontalização das relações nestes espaços. A coffeehouse adquire assim uma importância também alegórica. Ela permite visualizar a esfera pública e a emergência de uma nova forma de discursividade ligada à polidez, conversação e alguma igualdade de condições. Ela disponibiliza ao usuário a possibilidade de interagir com o mundo inglês e, ao mesmo tempo, repercute esse mundo, já que ela é pauta jornalística. O usuário não vai ali apenas para consumir notícia, como, eventualmente, se tornar a própria notícia.⁷⁵ Nesse sentido, há um caráter

⁷³ Cf. Jorgen Habermas, *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria de sociedade burguesa*, 2003.

⁷⁴ M. Ellis, “Coffeehouse”, 2008, p. 162. E, em Brian Cowan: “for Habermas, the “moral weeklies” (a misnomer since their papers were published as often as three or six times a week) of Addison and Steele were central to the construction of a public sphere in the literary world—an apolitical *literarische Öffentlichkeit* in his formulation—and they provided the template in England for what would later become a full blown “public sphere in the political realm” (*politische Öffentlichkeit*). As such, this process offered the critical foundation for the expression and legitimacy of a truly democratic, and a truly reasonable, public opinion”. Brian Cowan, 2004, p. 346. “Coffee houses were public places, in the sense that anyone—anyone, at least, above a certain station in life—could enter them. But precisely because they were public, in this new sense of generally accessible, they were also places, as Habermas and Sennett point out, regulated by a particular notion of the private. The customers met as “private men,” and between them, within the walls of the house, distinctions of status were supposedly suspended”. John Barrell, “Coffee-house politicians”, 2004, p. 7.

⁷⁵ Ou mesmo para escrever a notícia. Como sugere Brian Cowan: “Soon after their introduction into English society in the 1650s, coffeehouses became the prime sites in which news was consumed, and sometimes even produced. A coffeehouse-keeper who ran an 'exchange for newes' on Bread Street met with a clerk from the House of Commons to transcribe (illegally) parliamentary proceedings on a regular basis beginning in the early 1660s. Manuscript copies of these proceedings, along with drafts of parliamentary acts, were later sold for profit at the coffeehouse. Such scribal reports formed the basis for

performativo e teatral da sociabilidade das coffeehouses e, de quebra, de outros espaços públicos londrinos. Como sugere Brian Cowan,

At the risk of adding yet another qualification upon an existing qualification, I would like to suggest here that this practice of coffeehouse publicity is best characterized as ‘performative.’ There was a theatrical nature to coffeehouse sociability in its formative century and this accounts for much of the intense interest in the new social institution. Hence perhaps the popularity of the coffeehouse as a setting for dramatic productions in the seventeenth and eighteenth centuries. Especially at the major London coffeehouses such as Will’s, Garraway’s, the Amsterdam, or Sam’s coffeehouses, there was an assumption that the debates, discussions and activities that took place there would be observed and commented upon by an audience that was greater than the coterie of habitués who happened to be on site at the time.⁷⁶

A ativa interseção dos estrangeiros com estes espaços resulta então numa consequência lógica. Estes são os espaços através dos quais se sobrevive em Londres, ou seja, através dos quais se torna possível conhecer a cidade, adquirir contatos e informações, sem os constrangimentos da etiqueta. A relação ativa da taverna, na condição de abrigo da esfera pública, com a notícia, surge como uma primeira e evidente conclusão: os portugueses, dispostos em Londres, tinham nestes lugares públicos pautas privilegiadas para a construção de seus jornais. Eles não somente adquiriam através deles informações como também os tornavam, juntamente com seus indivíduos, a própria notícia.

Buscando avançar nessa hipótese devemos, em primeiro lugar, descartar a própria *coffeehouse*. Não há nenhum registro de eventos realizados nelas por portugueses. Adquirem uma importância maior, além das casas de aristocratas, a taverna *City of London*, onde se situa o *club* dos negociantes portugueses, e várias lojas maçônicas, dentre as quais a *Freemason’s Tavern* e a *Lógia Gran Reunión Americana*. Cabe, portanto, fazer um esforço crítico de decomposição, buscando perceber como estes espaços eram efetivamente utilizados e significados pelos portugueses, na seguinte ordem: salão, taverna e loja maçônica.

- **Salão**

A ideia de uma *sociedade de letrados* cumpria uma função generalizada na expansão das Luzes europeias.⁷⁷ Implicava admitir a reunião de intelectos com

newsletters concerning parliamentary business throughout the Restoration era. It is no wonder, then, that from its very inception the Restoration regime thought it wise to monitor the activities that took place in the coffeehouses”. B. Cowan, “Mr. Spectator and the coffeehouse public sphere”, 2004, p. 35.

⁷⁶ Brian Cowan, 2007, *Publicity and Privacy in the History of the British Coffeehouse*, p. 11.

⁷⁷ Roger Chartier, “O homem de letras”, 1997, p. 128. A ser abordada em pormenores no item 5.2.

propósitos similares de alcançar um grau mais elevado de compreensão da natureza das coisas e do próprio homem. Para tanto, vários espaços foram configurados com o propósito específico de abrigar esse público, sem, necessariamente, ter como objetivo lucrar com a presença dos frequentadores. Antes de o século XVIII inaugurar a febre dos salões liderados por Madames intelectualizadas em Paris, em Londres a mulher já era incentivada a adotar uma posição mais ativa na organização social, envolvendo-se com a construção da urbanidade. Apesar do que pontua Bernardo da Rocha Loureiro em seu *Português*, sobre o papel curto da mulher e mesmo o menosprezo devotado a ela pelo homem inglês,⁷⁸ a mulher teve um papel nuclear na recepção de periódicos como *The Spectator*, de Addison e Steele, a ponto mesmo de Maria Lúcia Pallares-Burke dedicar um capítulo de seu estudo ao “feminismo” desse periódico.⁷⁹ Não se tratava, necessariamente, de assumir um papel ativo na esfera pública, mas sim de dar contornos mais bem definidos para a esfera doméstica.

A importância do *Spectator* como configurador de hábitos e preocupações domésticas independentes, específicas de uma classe média em ascensão, atesta-o o jornalista português Solano Constâncio, que adquiriu grande influência de Addison e Steele na confecção de seu *The Ghost*, em Edimburgo. Além de registrar a paternidade filosófica de seu jornal, Solano menciona o papel da folha pública, quer dizer, entreter e informar:

The public may rest assured, that wanton satire shall never find its way into *The Ghost*, nor shall praise be with-held from the deserving. It is as much the business of a periodical paper to point out the vices and faults of the age, as to bring to light neglected merit. Our predecessor, *The Spectator*, will ever be remembered for his critique on Milton. It is not enough to expose an error; the chief merit lies in pointing out its remedy – and what is equal to example? In a publication of this kind, we ought always to keep in view the advice of the Roman Poet; and every attention will be paid to the conducting of these essays, so that they may afford *entertainment intermingled with instruction*.⁸⁰

⁷⁸ O beneditino Loureiro escreve sobre a mulher inglesa: “As mulheres inglesas são (falando em geral) tidas pelos homens, menos em conta do que pessoas, e produtos naturais de sua espécie, do que coisas úteis, como são as suas vacas, que lhes dão leite, e os seus jardins, que lhes dão morangos: e tanto isto é verdade, que as leis permitem aqui ao marido, em certos casos, o vender sua mulher na feira do gado, onde chamam *Smith Field*”. *O Português*, Vol I, no2, pp. 184-5. Este tema já tinha aparecido na escrita de *O Espelho*, quando Loureiro atribui a degeneração da Índia portuguesa ao afeminamento do caráter português, em contato contínuo com os “prazeres da carne” (n. 9, p. 66). Noutra ocasião, Loureiro atribui às mulheres (o sexo frágil) a redenção da pátria, pelos feitos de D. Felipa de Vilhena, em 1640 (n. 10. p. 73).

⁷⁹ Maria Lúcia Pallares-Burke, *The Spectator*, 2005, p. 139.

⁸⁰ *The Ghost*, 23 de abril de 1796, p. 1, Apud Maria de Sousa, p. 131.

E essa preocupação, tão recente quanto importante, é que funciona como pontapé para a consolidação do jornalismo e, também, para o delineamento da esfera doméstica, pressuposto para a formação de uma esfera privada livre da interferência da sociedade corporativa. Ao dirigir-se para os seres únicos, singulares, em seus espaços, buscando prover-lhes informação e entretenimento, o jornal coloca-se como um instrumento fundamental de organização também dos salões. Ainda que Solano Constâncio, seja no *The Ghost* quanto, mais tarde, nos *Anais*, tenha negligenciado a participação feminina na composição de seu público, é importante registrar a presença da mulher nessas primeiras manifestações de privacidade. Em todos os estudos que temos verificado, sobretudo nos de Lawrence Klein, Brian Cowan e James van Horn Melton, sobressaem-se as expressões de igualdade e reciprocidade nos espaços de sociabilidade ingleses. De fato, ao frequentar esses espaços de convívio, os indivíduos eram convocados a destacar-se pelas suas qualidades mundanas, isto é, como articuladores de uma boa conversa, artífices de ideias encantadoras, ou mesmo portadores de novidades. Eis como, nesse sentido, pontua Melton:

By eighteenth-century standards salon etiquette was fairly informal. Although salons usually met on appointed days (generally once or twice a week), no special invitations were issued. Conversation inside the salon reflected a reciprocal, *egalitarian model* of communicative exchange that assumed a willingness to suspend whatever criteria of social distinction may have existed outside it.⁸¹

Ainda que o salão tenha assumido um contorno relativamente bem definido na sociedade londrina, sua expressão, segundo o mesmo Melton, foi mitigada pela intolerância com relação à presença pública feminina manifestada pelos ingleses. Essa aceitação, que teve nas aristocratas parisienses expressão bem mais significativa, já não guardava uma margem de ação dilatada na sociedade londrina intensamente dominada pelo trânsito de capitalistas homens. Assim, como se retira claramente do exemplo de Addison e Steele, o papel feminino fica antes relegado à esfera do doméstico, se bem que tenham surgido vários casos de mulheres bem sucedidas no mundo literário, sobretudo aquelas que foram frequentadoras assíduas de *spas*.

Ainda que sejam modestos os retratos dos salões ingleses, dentre os portugueses houve a presença significativa da condessa de Oyenhausen.⁸² A condessa reuniu ao seu

⁸¹ James Van Horn Melton, 1997, p. 197, grifos nossos.

⁸² Também conhecida Marquesa de Alorna ou D. Leonor Almeida, em Benfca reunia membros distintos da sociedade portuguesa, incluindo o poeta Bocage, que seria correspondente assíduo de emigrados em Londres. Segundo José Trazimundo: “a marquesa odiou toda a sua vida as sociedades maçônicas e

redor “homens de letras” capazes de se inserir de forma criativa no ambiente londrino. Ainda que não haja uma menção específica à condessa no limite dos periódicos estudados, Mecenas Dourado constata a participação de José Anselmo Correia Henriques, Heliodoro Carneiro, Vicente Nolasco e Hipólito da Costa em vários dos seus *meetings*. Segundo o autor, a condessa “prolongava, naturalmente em tons mais suaves e modestos, a tradição dos tempos luminosos de seus salões de Lisboa, Viena e Paris”.⁸³ Sobre os ajuntamentos na casa da condessa e sua repercussão no noticiário, o embaixador D. Domingos de Sousa Coutinho relata ao irmão D. Rodrigo: “o Dr. Heliodoro e a Sra. Condessa Oyenhausem, desejavam que o *Correio Braziliense* se empregasse exclusivamente em difamar a mim e a V. Exa.”⁸⁴ O Dr. Heliodoro, muito presente na vida de Hipólito, será perseguido por D. Domingos e acabará na França, onde, aliás, escreverá para o *Correio* reclamando destas mesmas perseguições.⁸⁵ Em outra carta de Abril de 1810, D. Domingos comunica que “toda esta cabala ficou um pouco abalada com a resolução que tomou o governo britânico de mandar despejar José Anselmo e com o conhecimento que o Senhor Duque de Sussex agora tem do mau caráter do Dr. Heliodoro”.⁸⁶ A Condessa nutre muito rancor de D. Domingos, em virtude de este tratá-la apenas como proscrita, ao invés de privilegiá-la com as honras inerentes à sua estirpe.⁸⁷

José Anselmo é o redator do jornal *Argus*, cujas quatro edições são escritas em 1809. Hipólito também condena Anselmo pelo seu galicismo, chamando-o de “escrivinhador de Londres [que] defende a esses e até faz, elogios a D. Lourenço de Lima [embaixador português na França], homem de cujos fins sinistros não há um português que duvide”.⁸⁸ Depois de sua extradição da Inglaterra, Anselmo Correia escreve em 1816 para D. João acusando a existência de várias cabalas maçônicas contra o rei.⁸⁹ Em 1821 escreve em Londres o periódico *O Zurrague das Cortes Novas* e, em 1823, lança de Paris um poema que condena as Cortes de Lisboa, sem esquecer de

detestou jacobinos porque tinha sempre presente à imaginação as cenas de horror que presenciara em Paris e Marselha, onde esteve na época do terror da Revolução Francesa” Apud Adeldo Gonçalves. “Notas sobre Bocage”. 2002, p. 193.

⁸³ Mecenas Dourado, *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*, 1957, p. 175.

⁸⁴ *Ibid.* Apud p. 157;

⁸⁵ *Correio Braziliense*, V.XXV, p. 481. Elementos que abordaremos mais pormenorizadamente no item 5.1.

⁸⁶ Apud Mecenas Dourado, 1957, p. 178.

⁸⁷ Maria Helena Alvim, “A marquesa de Alorna e as cartas do exílio em Inglaterra”, 2003, p. 105.

⁸⁸ *Correio Braziliense*, Vol IV, p 313.

⁸⁹ Alexandre Mansur Barata, *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, 2006, p. 76.

mencionar Bernardo da Rocha Loureiro: “E à Constituição, puta rafada, Entre si chamam virgem de Reforma, Doutros não falarei cujas façanhas, Deixo ao cronista-mor João Bernardo, O privilégio grande e reservado, No *Portuguez* fazer seus elogios”. Evidentemente, a Maçonaria é um espaço bem mais sólido e democrático do que o salão. Tanto Anselmo quanto D. Leonor, que odiavam, por princípio, os maçons, terão vida curta na condição de articuladores de sociabilidades entre as altas esferas políticas inglesas.

Essa comunidade de portugueses, portanto, antes de passar a interagir com mais naturalidade com a vida inglesa, podia ter nas casas de nomes da época, aqui particularmente um deles, meios de negociação de informações, intercâmbio cultural que se prolongava indefinidamente por baixo da superfície escrita disponível na documentação histórica. A condessa era muito ligada ao Dr. Heliodoro Carneiro, de quem Hipólito guarda amizade desde os tempos da Universidade de Coimbra – e médico muito combatido pelos escritores do *Investigador* por suas manifestações contra o uso da vacina.⁹⁰ Heliodoro casou com uma das filhas da condessa. Esse casamento, como se verá, rende muitas fofocas entre os seus inimigos. O seu segundo casamento, com um membro do clã Carneiro Leão, é responsável pelo rompimento com a mesma condessa.⁹¹ Indo ao Rio para pedir que D. João fosse padrinho de seu filho, estabelece, segundo convincente documentação arrolada por Mecenas Dourado, “uma correspondência reservada com D. João, a qual era encaminhada por Paulo Fernandes Viana. Por essa época, também, Hipólito passou a se corresponder com D. João através, igualmente, do intendente-geral da Polícia do Rio de Janeiro”.⁹² A intrincada trama de portugueses que busca sobreviver em solo estrangeiro tem no salão da condessa uma dessas janelas privilegiadas: correspondente assídua do príncipe, ela ajudou a organizar alianças, estreitar amizades e afastar desafetos.

⁹⁰ Segundo o dicionário biográfico de Inocêncio, Heliodoro “Foi doutor, graduado pela universidade em 21 de julho de 1799. A sua inimizade pessoal com o Conde de Palmela datava de antigos tempos. João Bernardo da Rocha, no *Portuguez*, v. IX, de pag. 257 a 265, dá-nos a seu respeito muitas particularidades biográficas, em que o apresenta sob um aspecto mais que desfavorável. Ver no mesmo *Portuguez* ov. X, pag. 66 a 70 e pag. 147. - Heliodoro pretendeu refutar algumas das arguições que se lhe dirigiram, publicando uma carta que foi inserta no *Campeão portuguez* em Londres, v. IV, a pag. 48” (v. *Dicc.*, tomo III pag. 176 e 177). Adianta-se aqui o particular apreço de José Liberato por Heliodoro, ao passo que Rocha Loureiro vai dedicar-lhe vários “versos desfavoráveis”. Ao mesmo tempo, Heliodoro era uma das maiores amizades de Hipólito da Costa. Em 1826, Heliodoro menciona a sua grande influência sobre o rei d. João VI, dizendo mesmo que foi encarregado da correspondência de seu filho D. Miguel, então em Paris, com ele (*Exposição resumida*, 1826, p. 11).

⁹¹ Essas informações encontram respaldo na edição de Dezembro de 1820 do *Padre Amaro*, pp. 480-1, a ser abordado mais pormenorizadamente em 5.1. Maria Helena Alvim documenta o forte desapareço em que a Condessa tinha Heliodoro Carneiro (2003, p. 108).

⁹² Mecenas Dourado, 1957, p. 179.

O Salão da Condessa deu não somente espaço a intrigas como certamente se transformou num lugar de produção de notícias. Para retornar à comparação com a Paris do século XVIII, os salões recebiam a nata de uma sociedade ávida por produzir comentários sobre si mesma, e acabava produzindo informações políticas que podiam ser usadas de forma estratégica para mitigar a ação de adversários políticos. A própria fofoca, na medida em que hierarquiza a presença do outro buscando afastá-lo ou aproximá-lo, possui conseqüências políticas. Jogava-se por um futuro, por uma determinada organização dos membros da própria comunidade, todos eles dependentes das decisões nas quais buscavam interferir. Nesse sentido, o salão francês estudado por Robert Darnton pode dar algumas indicações importantes sobre o funcionamento dos trânsitos discursivos nesses espaços. Ele possuía esquemas bastante específicos de produção de notícias, que muitas vezes se misturavam à fofoca política, como no caso do salão da Mme. Doublet:

Vinte e nove “paroquianos”, muitos deles bem relacionados com o Parlement de Paris ou com a corte, e todos eles ávidos por notícias, reuniam-se uma vez por semana no apartamento de Mme. Doublet no Enclos de Saint-Thomas. Segundo consta, ao entrar no salão eles encontravam dois grandes livros de registro numa escrivaninha perto da porta. Um deles continha notícias consideradas confiáveis; o outro, boatos. Juntos, ambos constituíam o *cardápio da discussão do dia*, preparado por um dos criados de Mme Doublet, que pode reivindicar o título de primeiro repórter da França.⁹³

Não temos relatos mais específicos sobre o funcionamento do esquema noticiário no salão da condessa de Oyenhausen, ou de que forma ela recebia e organizava a discussão entre os membros ilustres da sociedade portuguesa. Ainda que essa produção noticiosa nem sempre acontecesse na forma de registros escritos, o papel do salão da condessa como fornecedor de informações pode transparecer quando consideramos que frequentadores de sua casa tinham comunicações regulares com a corte portuguesa, o que acontecia especialmente através do intendente de polícia no Rio de Janeiro Paulo Fernandes Viana.

O papel do salão que aqui observamos é um papel de acolhimento. Indivíduos fragilizados pela fuga súbita de Portugal e lançados no seio de uma sociedade estranha poderiam receber, nos diálogos em língua materna na Casa da Condessa, uma espécie de conforto. Contrariamente ao que se verá na taverna, aqui ainda prevalece a tentativa de os portugueses se manterem imunes à presença maciça da cultura inglesa sobre eles.

⁹³ Robert Darnton, *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*, 2005, pp. 42-4, grifos nossos.

A aclimação mais radical acontecerá noutros espaços, como no caso específico e cosmopolita da taverna. Justamente por essa negação da sociedade inglesa, que pode estar implícita no salão da condessa, ela seja tão pouco mencionada nos periódicos estudados. O fato de nem José Liberato e nem Abrantes e Castro terem-na mencionado em suas memórias demonstra que sua atividade política de acolhimento foi certamente pouco duradoura. Logo se tornaram mais decisivos para a vida portuguesa os espaços nos quais poderia se estabelecer trânsito mais ativo com a sociedade inglesa – lembrando que o *Club* dos portugueses foi fundado em 1811. Bem como as casas de D. Domingos ou Palmela na White Chapel Street, bairro Algravia, poderiam cumprir o papel de fazer transitar nobres do mundo português e do mundo inglês. Contentamo-nos, portanto, diante de ausência de comentários mais substantivos, em sugerir, na forma de hipótese, a presença da condessa apenas num primeiro momento, num papel antes associado a uma prática de Antigo Regime do que propriamente liberal.

Outro caso são os encontros pontuais realizados nas casas inglesas, que parecem movimentar grande número de indivíduos e fornecer alimento ativo para sociabilidades, inclusive no que concerne aos estrangeiros. Quem documenta isso é o espanhol José Maria Blanco White, que escreveu entre 1810 e 1814 o jornal *El Español*: “El número de buenos amigos que conocía con ocasión de estas invitaciones, como sabe muy bien cualquiera que entienda la vida social de Londres, aumentaba de día en día”.⁹⁴ O jornalista menciona ainda seu senso de inferioridade por não conseguir se expressar tão bem na língua nativa, diante da grande importância que as conversações polidas assumiam na vida londrina:

Kant dice que la elocuencia consiste en convertir el proceso de comprensión en otro de imaginación. A mí me resulta muy difícil hacer esta transferencia de facultades, y si lo hago se realiza simultáneamente con el acto de pensar. De aquí que mi conversación haya sido siempre laboriosa y con facilidad me lleva al agotamiento. Cuando estoy con una de esas personas que hablan con rapidez siento tan claramente mi incapacidad de intercambiar mis pensamientos con ella, que acabo por dejar de pensar. En estos casos me imagino que soy como un desgraciado insecto al borde del agujero que una hormiga león está haciendo en la arena. El diluvio de palabras que golpea mis oídos me aturde y me confunde.⁹⁵

⁹⁴ *Autobiografía*, 1975, cap. 4.

⁹⁵ *Ibid.* Ainda que essa informação não seja precisa, é importante registrar que não há recordação de outra menção direta a Kant nos limites das leituras feitas, apesar das constantes interferências do pensamento kantiano nos desdobramentos discursivos do jornalismo português emigrado, auto-intitulado portador inegável de luzes que, ao afastar as sombras, libertam.

Assim, não é difícil perceber a importância da vida social, patente numa boa conversa ilustrada, na vida dos habitantes de Londres, bem como a importância do diálogo em língua portuguesa num primeiro momento de aclimação dos portugueses em terras estrangeiras. White não menciona nenhum contato mais direto com o mundo português em Londres. Ao contrário dos portugueses de tendências liberais, ao redor de Hipólito da Costa e D. Leonor, White estava nu. Ele precisava, com certa urgência, estabelecer vínculos com os ingleses. E, neste afã inicial, acaba por oferecer um relato pormenorizado sobre a importância da sociabilidade ilustrada e dos costumes dos londrinos:

Otra causa de sufrimiento que durante algún tiempo frenó mis deseos de reunión con los demás fue el temor de faltar a las reglas de urbanidad que, como se fundan solamente en las costumbres de cada nación, influenciadas, por otro lado, por el cambio constante de la moda, están más allá de toda conjetura razonable y sólo se pueden conocer a través de una larga experiencia. El régimen de vida de mi juventud me había privado de las ventajas de las reuniones sociales aun en la forma limitada que España ofrecía hace cuarenta años. Por otro lado yo estaba acostumbrado a ser una figura importante en el grupo de jóvenes que eran mis amigos y al propio tiempo era excesivamente aprensivo de cualquier posible torpeza o mal gusto, lo que me ha llevado con frecuencia a dificultades ridículas. Pensando ahora en mis primeros años en Inglaterra me sorprende de no haber provocado el desagrado de aquellos a quienes me presentaban, sino que, por el contrario, era tratado y considerado con la mayor amabilidad.⁹⁶

Não menos ilustrativo é o caso de outro jornalista espanhol que passou por Londres – que também não deixou relatos de encontros com portugueses. Don Alcalá Galiano redigiu, ao longo da vida, vários artigos para periódicos, tendo fundado igualmente bom número deles na Espanha. Em 1812, foi nomeado adido à Embaixada Espanhola em Londres – quando, segundo conta, iniciou sua vida pública.⁹⁷ Em 1814, ano em que esteve mais efetivamente em Londres, Alcalá Galiano narra um curioso encontro com a Mme. De Staël que, depois de perseguida por Napoleão, também migrou para Londres, nutrindo ódios semelhantes aos de D. Leonor Almeida:

En una de mis breves salidas, al volver a mi casa, me hallé un paquete de mediano bulto, y que al parecer contenía algunos libros, con un papel que expresaba venir dirigidos a mí, y una carta pequeña, con sobrescrito, asimismo, a mi nombre. Abrí primero la carta, y, según costumbre, me di prisa a mirar la firma. Juzguen los lectores instruidos cuál sería mi sorpresa al leer en letras menudas: Necker de Staël Holstein. No había duda. Mad. de Staël me había escrito; era yo dueño de una carta suya autógrafa, a mí, Antonio Galiano. La célebre autora, cuyas obras y celebridad me eran muy conocidas, estaba cabalmente entonces en el punto más alto de su fama. La moda en

⁹⁶ Ibid.

⁹⁷ *Memórias*, 1886, p. 147.

Londres, donde es caprichosa tirana, le daba cultos a la par políticos, literarios y de mundo. Hacía poco que había salido a luz su obra *De l'Allemagne* recibida con apasionado aplauso por los ingleses, hasta entonces muy injustos al apreciar el mérito de autora tan eminente, y entonces pasando, si cabe, al extremo contrario, quizá por celebrar en la obra las alabanzas dadas a su patria y a la nación como la inglesa, sajona de origen, no sin ofensa de los franceses, en su pretensión de la supremacía literaria e intelectual; quizá por la persecución de la ilustre señora, donde se ponía de manifiesto la tiranía de Bonaparte; quizá por la filosofía recomendada por el libro, tan acorde con los pensamientos del pueblo británico, por lo contrario al frío materialismo, y sin quizá, sino de cierto, en gran parte por el mérito nada común de la singular producción objeto de tanta alabanza.⁹⁸

Alcalá Galiano menciona ainda outras três idas aos *meetings* da Mme Staël. Ali teve contato com a nata da sociedade londrina: membros célebres tanto do partido ministerial inglês quando da oposição e todos os diplomatas de grande monta que estavam em Londres então.⁹⁹ A partir dessa interlocução, não parece descabido pensar a presença de aristocratas ingleses, como o próprio Duque de Sussex, também no salão de D. Leonor Almeida.

- **Taverna**

John Money, ao analisar a fermentação do movimento nacionalista inglês, nota a presença constante da taverna como centro de catalisação de sentimentos políticos nacionalistas. Neste caso, que concerne mais especificamente aos artesãos ingleses, o local de convivência e subjetivação que era a taverna ajudou a organização desses indivíduos em torno de uma cultura política com características bem particulares.¹⁰⁰ Isto para dizer, em primeiro lugar, que a taverna não era um espaço de bebedeira inofensiva. Do ponto de vista físico, além de mesas e bebidas, a taverna constantemente oferecia dentro dela salas especificamente destinadas aos *meetings* ou encontros que buscavam intercambiar ideias e definir planos de ação. Entre as várias atividades arroladas por James Van Horn Melton, passíveis de serem exercidas no interior de uma taverna, estão:

find jobs, conduct business, exchange information, or celebrate important events of their lives. These were places where baptisms and marriages were celebrated,

⁹⁸ *Memórias de Dom Alcalá Galiano*, 1886, p. 169.

⁹⁹ *Ibid.* p. 171.

¹⁰⁰ “This showed [...] in the formation of debating societies associated with the town's taverns and coffeehouses. It was these which first gave shape to the dawning consciousness of Birmingham's artisans. On the other hand, the propagandists of the 1790s also appealed to the same experience, and to the traditional elements which remained incorporated within it”. John Money, “Taverns, Coffee Houses and Clubs: Local Politics and Popular Articulation in the Birmingham Area, in the Age of the American Revolution”, 1971, p. 46.

newspapers circulated, stock traded, crimes plotted, votes solicited, ministers attacked, laborers employed, wars debated, freemasons initiated.¹⁰¹

A taverna é um ambiente que encarna também a forma de representar o cosmopolitismo britânico, como visto desde o poema de Edmund Crouch em 1667. Além de vital para o funcionamento da cultura política inglesa, ela catalisava sentimentos coletivos importantes e funcionava como centro de subjetivação de indivíduos ciosos de pertencer a uma determinada cultura política. A frequência em determinada taverna, como é característico ainda hoje na sociedade inglesa, demarcava um tipo de postura e identificação política.¹⁰² Além disso, o burburinho político tinha ali um rápido canal de difusão antes de se tornar propriamente uma notícia jornalística. A grande circulação de indivíduos de importância nesses espaços tornou também frequente a presença de jornalistas. Acima de tudo, facilitou a interseção de diferentes camadas da população sob a chancela de interesses e discussões políticas. Como lembra James Melton:

English taverns were a place where disparate publics intersected and sometimes interacted. Originating as a predominantly plebeian sphere of sociability, taverns were a central part of the emerging party system, the expanding realm of popular politics, and the burgeoning associational life of Hanoverian England. As a *meeting ground* for political elites and local constituencies, as well as an organizational matrix for clubs, societies, and extra-parliamentary politics, taverns attracted a relatively *broad spectrum of English society*.¹⁰³

Essa importância da taverna enquanto espaço de intensa circulação de discursos facilitou a inserção dos portugueses emigrados no dia-a-dia londrino, inclusive no que concerne ao aprendizado da língua inglesa. E não demorou muito para que eles criassem no exterior uma identidade vinculada, por um lado, à urbanidade londrina e, por outro, à busca pela libertação de sua pátria da intervenção estrangeira. A taverna que encarnava estes sentimentos é a *City of London*.¹⁰⁴ Além de sediar encontros de portugueses

¹⁰¹ J. Melton, 2001, p. 226. Outro importante dado, relativo à função organizadora da taverna, diz respeito às salas extras, que várias vezes cumpriram o papel de sediar encontros particulares entre os portugueses. Como esclarece Melton, 1997, p. 230, grifos nossos.

¹⁰² Ver, por exemplo: Norbert Elias, *Estabelecidos e Outsiders*, 2000.

¹⁰³ J. Melton, 2001, p. 235, grifos nossos.

¹⁰⁴ José Liberato é explícito nessa referência: “Havia então muitos portugueses em Londres, e com poucas exceções todos haviam aplaudido a nova ordem política que tinha regenerado a pátria; e dos seus leais sentimentos propuseram-se a dar um testemunho público à maneira dos ingleses. Para esse fim se nomeou uma comissão, que me designou a mim para redigir um memorial congratulatório ao Congresso das Cortes Constituintes; e a João Bernardo da Rocha, redator do *Portuguez*, para formar outro para El-Rei, em agradecimento de ter aderido à revolução. Escolheu-se o local mais distinto que há em Londres para tais ajuntamentos, que foi em *City of London Tavern*, com a cláusula porém que só nele seriam admitidos portugueses”. Liberato, *Memórias...*, p. 204.

buscando novidades de sua terra e também articulação com o mundo inglês, essa taverna era sede do *club* de negociantes portugueses em Londres. Também era a sede do grupo de ingleses que negociavam com o Brasil, através de um *club* chamado *Brazil's trade*. Sua importância é fundamental para o desenvolvimento das sociabilidades portuguesas e também para a estruturação de uma oposição escrita – quase toda composta de comerciantes – ao poder absolutista em Portugal e Brasil.¹⁰⁵

Uma imagem datada de 1817, elaborada por um “amador irlandês” (figura 5), retrata a taverna *City of London* como um ambiente onde se debate de forma entusiasmada ideias políticas e econômicas. Nele se percebe um indivíduo sobre uma mesa discursando para outros 15 indivíduos, entre os quais estão uma mulher e um negro. O balão principal diz que: “There is not a single industrial who can even partially comprehend my plan – I am not of your politics – I am not of your religion, not of any religion in the world – I move for a committee to consider the subject”.¹⁰⁶ Segundo a descrição, o indivíduo é o reformador Robert Owen, bastante mencionado por Hipólito da Costa. Ele segura em sua mão o panfleto “A new view of society”, incorporado por completo no *Correio Braziliense*. Apesar do conteúdo político da cena, que envolve algumas figuras proeminentes da sociedade inglesa, importa aqui notar a disposição dos indivíduos em torno do debate de temas fundamentais para a vida civil. O condutor do *meeting*, chamado *chairman*, é aquele encarregado de manter a civilidade durante a discussão, fazendo prevalecer o debate. Ao redor do indivíduo que apresenta as suas ideias, os outros dialogam, carregando panfletos e folhetos que também lhes fornecem inspiração política. Já parece claro, portanto, que a taverna *City of London* é um ambiente de nítida motivação intelectual, capaz de abrigar a discussão aberta de projetos políticos e econômicos.

¹⁰⁵Georges Boisvert, 1973, pp. 24-5.

¹⁰⁶http://www.britishmuseum.org/research/collection_online/ . Acesso Dez/2013.

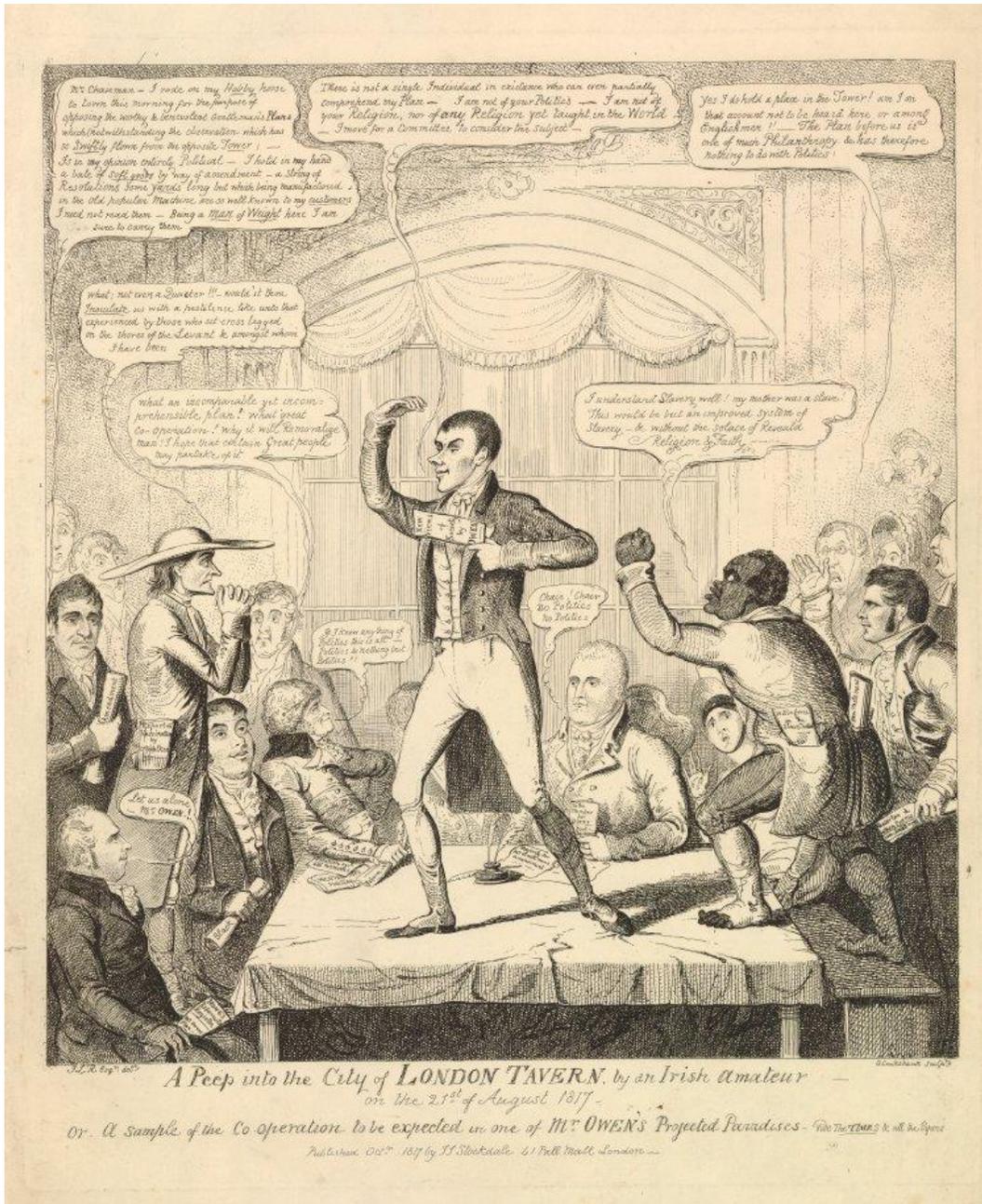


Figura 5: A peep into the city of London Tavern. By an Irish amateur —on the 21st of August 1817

Durante o estudo dos periódicos que tomamos por *objeto*, fica nítida a dependência discursiva com relação a este espaço, seja no sentido de adquirir fontes para “matérias” ou financiadores para a impressão dos papéis. Em conjunto com uma carta enviada pelos membros do *club* português em Londres, Rocha Loureiro anexa uma breve introdução sobre as funções do *club* em 1813:

Houveram [sic] portugueses que [...] conheceram quanto proveito viria aos negociantes portugueses em Londres e a todo o Portugal, se, à imitação dos ingleses, formassem um

club dos seus naturais, que aqui se empregam na honrosa profissão do comércio: a ideia foi posta a obra, de um modo maravilhoso; e assim temos hoje em Londres um *club* comercial de portugueses, o qual seria utilíssimo, ainda quando só tivesse em vista manter a concórdia e união entre irmãos, filhos da mesma pátria; mas é certo, que o *club* português deita mais ao longe as suas vistas, e se ocupa de outros objetos de não menor valor e importância, em proveito do comércio e bem da sua pátria.¹⁰⁷

Um artigo postado no *Investigador* questiona a imobilidade voluntária dos negociantes portugueses diante dos tratados de 1810. Os negociantes, nesse momento, já estão organizados em torno do *club* que aglutina os seus sentimentos com relação ao apresamento de propriedades portuguesas na Inglaterra. A situação é tensa para os portugueses. Portanto, quando irrompe o artigo, há um acirramentados ânimos entre os frequentadores da *City of London*, indispondo boa parte dos negociantes diante da embaixada portuguesa em Londres. Os conflitos impressos, evidentes nas trocas de cartas, revelam o burburinho que começa a tomar forma entre os portugueses, círculo de retro-alimentação que será abordado de forma mais pormenorizada no capítulo 2.

A importância do *Club* como sede da resistência e reivindicação política dos comerciantes é logo atestada pelas “odes apologéticas” de Francisco Manoel do Nascimento, conhecido no mundo da poesia portuguesa como Filinto Elysio. Em nome do secretário do *Club*, é escrita uma carta pública para reconhecer os méritos literários do poeta, que então vivia na França:

O *Club* dos Negociantes Portugueses em Londres e alguns outros da nossa pátria aqui residentes (cujos nomes pomos em lista, a fim de que V. M. conheça os seus amigos e admiradores) fizeram reparo, e notaram com dor que tenha vivido pouco favorecido de sua pátria um varão que, como V. M. tanto há trabalhado para doutrina e glória dela: e certo que é esta uma grande falta, e pecado velho da nossa nação viverem esquecidos e menoscabados os que maiores serviços lhe tem feito. Entre os muitos, a quem tem cabido tão mal merecida sorte, V. M. ocupa o primeiro lugar; porque nenhum outro se pode descobrir, nem mais benemérito da pátria, nem menos bem recompensado; por maneira, que V. M. pode, com tanta razão, como Camões o fazia, queixar-se magoado: ‘O favor, com que mais se acende o engenho, Não o dá a pátria, não’.¹⁰⁸

Em resposta, Filinto Elysio compõe uma ode em homenagem aos *clubistas*, que tinha por sinceros defensores da pátria portuguesa:

Fora eu feliz, se claro, se grandiloquo
Pintara o como surge, lá, dos seios
Do Coração sincero, e pronta, e alegre
A Gratidão honrosa.

¹⁰⁷ *O Espelho*, 10 de setembro, 1813, n. 19, pp. 153-4.

¹⁰⁸ *O Português*, n. 2, V. 1, p. 189. Infelizmente, os nomes não estão arrolados na carta anexada no jornal *O Português*.

Como me inculca o anelo, com que iria,
Por mim levada, ao Club da egrégia Londres,
Proferir ela mesma as suaves falas,
Que me quer ir ditando!

Mas viu-me a mão tremer, cães alvejar-me
Sem cor a tinta, a pena mal talhada...
Emudeceu: no peito concentrou-se,
E emudeci, como ela.¹⁰⁹

Nos grossos volumes do *Correio Braziliense* também estão várias alusões ao *club*. Relativamente poucas se comparadas com a extensão da obra, é verdade, mas extremamente significativas se levarmos em conta que, com exceção do próprio *club*, não há registro claro de eventos em espaços de sociabilidades entre os portugueses, ao contrário do que acontece na imprensa inglesa, que anuncia, de forma abundante, *meetings* e eventos culturais, beneficentes, comerciais e etc. Ao mesmo tempo em que Hipólito introduz o *club*, dando-lhe um conceito específico de *associação de negociantes*, menciona a presença indevida nele de um membro da nobreza. Trata-se da oposição escrita que os jornalistas fazem a determinados indivíduos considerados *centrais* na política luso-brasileira. Cada oposição reflete o encaminhamento para um grupo de poder distinto. A longa e significativa rixa entre Hipólito da Costa e D. Domingos se estende ao longo de todo o *Correio* bem como se estenderá ao longo da construção desta tese. Hipólito menciona precisamente o seu desgosto com relação ao modo de aparição de D. Domingos, um membro da antiga aristocracia que haveria de introduzir desavenças entre os *clubistas*, justamente por fazer ruir a tentativa de eles construírem um comércio próspero sem a intromissão corporativa. Certamente, o Conde de Funchal não estava pronto para se apresentar de forma “recíproca” entre os negociantes portugueses em Londres. Assim Hipólito narra a história:

Outro estabelecimento de que se lembraram os Portugueses em Inglaterra foi um Club em Londres, organizado segundo as formas dos Clubs ingleses. Este ajuntamento prometia grandes vantagens; porém fosse ignorância, fosse maldade de alguns poucos de seus membros, admitiu-se no Club o Conde de Funchal, que com a sua infeliz qualidade de estragar tudo em que se mete, em pouco tempo reduziu uma associação, que prometia muitos dias de felicidade e harmonia a seus membros, a uma fonte de intrigas e rixas; aproveitando-se dos homens de mau caráter, que sempre se acham em todas as associações, fez com que lhe escrevessem uma carta de nauseosa adulação, que se mandou imprimir, com novos estatutos, que sob seus auspícios se deram a este club. Estas e outras misérias de alguns indivíduos, guiados pelo Conde Funchal, desgostaram toda a gente; e estava o Club quase deserto, quando a feliz saída de S. Exa. da

¹⁰⁹*O Português*, 1814, V.I, p. 192, grifos nossos.

Inglaterra, removendo a fonte de discórdia melhorou logo o estabelecimento; e se diz; que muitos Portugueses dos de melhor nome e graduação deram o seu nome para membros do Club, logo que o Conde foi tirado do lugar de Embaixador em Londres.¹¹⁰

É nítido como Hipólito absorve não só os hábitos do *gentleman* inglês como também exige dos seus interlocutores uma postura adequada à *polidez*. Através dessas referências ele desvirtua a presença de D. Domingos, tornando-o a encarnação específica de um modo ultrapassado de aparição pública. O redator do *Correio* opõe à *polidez*, por meio da qual os indivíduos interpelam uns aos outros de forma mais adequada, o que chama de intriga, um simples obstáculo para a realização da conversação franca. Quando Hipólito ataca D. Domingos, ele utiliza, boa parte das vezes, do recurso à ironia, um recurso que D. Domingos prova-se incapaz de saber utilizar. Hipólito assim menciona a introdução do Embaixador no *Club*:

Que a introdução do Embaixador no Club havia produzir a sua aniquilação; pois ele não entrava lá para outro fim; foi coisa prevista; por quem o disse a alguns dos membros, que não negarão certamente este fato; nem é grande milagre, que um homem diplomático soubesse embolar negociantes, cuja vida, e costumes, é tão diferente das *intrigas da corte*, que podia manejar quem se achasse dentro do club; mas o que admira é que não obstante o fato de se ajuntarem os negociantes sem a intervenção do ministro; de ser este quem os desuniu, fazendo expulsar uns, e receber outros, alterar suas leis, obter deles documentos em seu louvor, para obter os quais foi preciso expulsar os membros, que se temia que descobrissem, quem notava os louvores do ministro, etc. seja agora desta mesma parte que venha a acusação de que os Negociantes portugueses se não unem! Querem-no mais desmascarado?¹¹¹

É possível refletir com clareza, a partir disso, como o jornalismo emigrado absorve um determinado padrão de conduta e o utiliza para desferir golpes contra a nobreza de Portugal. Esse aspecto, tão importante para o conjunto do nosso trabalho, merecerá ainda uma detida reflexão. Por ora, cabe afirmar que o *club* ajuda a forjar uma identidade portuguesa emigrada bem ambientada no mundo inglês, isto é, uma identidade que, ao ser construída continuamente na tentativa de reforçar os valores portugueses numa terra estranha, acaba por desenvolver com alguma clareza sua especificidade e possibilita a construção de uma rede de intrigas específica em contato com as possibilidades comerciais concretas em Londres. Neste ambiente, a fofoca cumpre um papel de valorização dos membros da comunidade através de comentários elogiosos, ou de exclusão dos elementos indesejáveis através do comentário malicioso: a ridicularização do Conde de Funchal por Hipólito atinge o fato de ele ser um elemento

¹¹⁰ *Correio Braziliense*, Vol XV, p. 752-3, grifos nossos.

¹¹¹ *Correio Braziliense*, Vol XI, p. 226, grifos nossos.

da nobreza, ou seja, um “parasita da corte”, carregando “fitas” para as quais não tem merecimento.¹¹² É bem possível especular que um jornal como o *Correio Braziliense* cumpre um papel materializador de fofocas tornando públicos comentários bem sucedidos, isto é, revelando o burburinho generalizado que perpassava a taverna. Este papel é percebido, por exemplo, nos vários documentos emitidos pela taverna relativamente à postura dos seus freqüentadores diante de eventos em curso: sabe-se, por exemplo, que eles emitiram um documento assinado para assegurar sua participação no movimento que foi chamado de Regeneração, ou que se reuniram para comprar uma jóia para José Liberato ou, então, que assinaram o memorial em apoio ao jornal *O Portuguez*:

É bem notório que para obrigar alguns portugueses a assinar o memorial do Doutor Rocha lido na City of London Tavern (memorial que, exceto duas ou três pessoas, as demais assinaram com repugnância) o encarregado da pasta dizia a todos os que mostravam pouca vocação ‘é preciso assinar quanto antes porque o *Portuguez* está a sair e dizem que mais furioso que nunca!’¹¹³

Joaquim de Freitas, autor do texto acima, percebe o grupo que se concentra em torno da *City of London* como uma espécie de clã estabelecido, responsável pela expulsão sumária de indivíduos considerados contrários aos seus projetos liberais hegemônicos. Assim, ele se refere aos freqüentadores como *panelinha secreta*: “E se alguma esperança temos de merecer bom conceito, é por em nada se parecerem nossas doutrinas, caráter e estilo nosso, com coisa sua ou de seus sócios do *commité* ou *panelinha secreta*”.¹¹⁴ Freitas se converte no comentarista privilegiado dos “conciliábulo da *City of London*”.¹¹⁵ Ele alega estar sendo perseguido por alguns freqüentadores do lugar que arrogam para si o privilégio de serem porta-vozes dos anseios dos portugueses. Não obstante, ao mesmo tempo, trata de diminuir o tamanho do *conciliábulo* fazendo uma estimativa do número de freqüentadores do *club*, ou mesmo da comunidade portuguesa emigrada em Londres:

¹¹² Como explicita Norbert Elias, no seu estudo sobre a fofoca, na comunidade de Winston Parva: “(...) cada um sabia como se situar em relação aos outros. Havia poucas barreiras à comunicação. As notícias sobre uns e outros, sobre todas as pessoas publicamente conhecidas, tornavam a vida mais interessante. Assim, excetuadas as fofocas depreciativas, referentes sobretudo a pessoas de fora, e as fofocas elogiosas, que traziam fama para o próprio indivíduo e seu grupo, o fluxo de fofocas continha simples itens de uso do grupo interno, notícias sobre amigos e conhecidos que eram interessantes em si mesmas”. 2000, p. 122.

¹¹³ *Padre Amaro*, Julho de 1821, pp. 48-9.

¹¹⁴ *Padre Amaro*, Julho de 1821, p. 58.

¹¹⁵ *Padre Amaro*, Agosto de 1821, p. 150.

Portanto deve-se concluir, por mais que diga o *Morning Chronicle*, que não houve em 24 de agosto uma reunião a que verdadeiramente se pudesse chamar uma reunião patriótica, e liberal com o fim de celebrar o aniversário da Regeneração em Portugal: 1º porque a ela não concorreram senão 14 pessoas, havendo em Londres (segundo o censo feito na Assembléa de 4 de Junho e publicado pelos cronistas da mesma) 75 portugueses, não compreendidas as exceções, dos quais deduzidos os 14 assistentes, haveria um déficit patriótico de 61! 2º Porque se tivesse havido um banquete com caráter patriótico e nacional, deveria pelo menos ter sido ordenado com a mesma regularidade, decência e dignidade, como se observou na Assembléa geral de 4 de junho na mesma City of London Tavern. 3º enfim, porque, falando de Regeneração, não se pode celebrar como realmente existente uma coisa que não existe.¹¹⁶

A Tabela 1 desta tese demonstra que, entre os 75 portugueses convidados para jurar as Cortes em Londres, 37 não estavam presentes. Ainda assim, dada a representatividade dos freqüentadores, pode-se estimar o verdadeiro barulho que faziam diante da sociedade portuguesa e mesmo da sociedade londrina. Esses encontros contínuos, em cujo cerne, segundo Freitas, estava uma tentativa constante de frear o crescimento de vozes dissidentes, levaram-no a criar a expressão *Santa Aliança da City of London Tavern*:

Correu a notícia em Londres que tinha cessado o *Padre Amaro*; porque por moléstia e outros incômodos do redator, não há sido publicado na época em que costuma aparecer; e isto deu lugar a que o *Portuguez* e o *Correio Braziliense*, dizem que em virtude de um artigo secreto do tratado de paz de *City of London Tavern*, se dessem as mãos e unissem as vozes para lhe cantarem um *subvenite*, sabendo que homem morto não fala.¹¹⁷

Freitas, naquela velha atitude que Febvre aponta, exagera a posição de seus adversários.¹¹⁸ O aperto de mãos entre Rocha Loureiro e Hipólito da Costa diz respeito à sua adesão à Regeneração e à sua busca por princípios comuns, como narra José Liberato em suas memórias. Contudo, a lembrança de Joaquim de Freitas não erra ao destacar a importância da taverna como espaço aglutinador das experiências liberais em Londres: evidentemente, um liberalismo mitigado, autocentrado, disposto a excluir aqueles que não se encaixavam dentro dos seus quadros intelectuais. Liberalismo como assumido pela tradição luso-brasileira.

- **Loja Maçônica**

¹¹⁶ *Padre Amaro*, Agosto de 1821, p. 151.

¹¹⁷ *Ibid.*

¹¹⁸ “Daí, para nós historiadores, uma primeira regra de crítica: jamais tomar ao trágico essas invectivas de magnificência; tanto mais que uma querela traz proveito tão-só aos adversários; amigos e inimigos nela se imiscuem, cada um ao seu lado” (Lucien Febvre, *O problema da incredulidade no século XVI*, 2009, p. 50).

As maçonarias também são importantes divulgadoras dos ideais da *República das Letras*. Isto é, elas assumem publicamente o papel de espalhar as *Luzes* pelos lugares sombrios da sociedade, adquirindo grande prestígio social e se tornando meios privilegiados de escoamento de informações políticas. Elas serviram de espaço de intercâmbio para princípios filosóficos tanto durante a Revolução Francesa quanto durante a independência brasileira, quando a força dos governos já era incapaz de lidar com a rápida difusão de noções relativas à liberdade de expressão. Cabe lembrar, nesse sentido, que

as redes de sociabilidade que se criam ou reforçam, desde as academias – para as quais o século XVIII é o *grand siècle* – ao fenômeno maçônico nascido nas Ilhas Britânicas e que, ao passar pela França, teceu uma teia de cumplicidade universal extensiva à Europa Central, vêm facilitar a criação de uma visão comum no âmbito da República das Letras.¹¹⁹

A importância da Maçonaria para a composição do mundo português emigrado, para a efetivação da Revolução Liberal do Porto, ou tão somente para a independência brasileira, merece estudos isolados. Estudos que, quando feitos, devem ter como fatores fundamentais os vários paradoxos apontados por Marco Morel.¹²⁰ Para dar algum fundamento crítico a essa importância, cabe perceber o seu papel de fornecer um espaço de fraternidade e troca intelectual que extravasava os limites do Estado Nacional. Durante a sua prisão, por exemplo, José Liberato menciona o encontro com soldados franceses:

Enquanto comíamos, um deles entrou particularmente comigo em conversação, perguntando-me diversas coisas acerca de Portugal. Entre elas, não sei a que propósito, me falou em *maçonaria*; então por um pouco fiquei pensativo, e indeciso se me daria a conhecer como tal. Mas como em tais alturas a todos os recursos deitam mão os desgraçados, resolvi-me, e dei-me a conhecer! Eis que em um momento o meu bom *Gens d'armes* vem a mim, abraça-me, e voltando-se para o seu companheiro, diz-lhe: - *Este homem é meu amigo! Não vos dê o mais pequeno cuidado! Eu respondo por ele!* Ao ouvir isto, estive para exclamar como o bom Bernardin de St. Pierre, - que religião santa é esta! Que instituição milagrosa! Que de dois inimigos os torna em um momento amigos!¹²¹

Esse episódio narrado por Liberato demonstra um dos paradoxos que encerra a maçonaria. Seu caráter transnacional e cosmopolita, aqui bem ilustrado – assim como também nas várias reuniões entre revolucionários latino-americanos em Londres –, contrasta com uma mundivisão política fortemente regionalizada, ligada aos

¹¹⁹ Roger Chartier, 1997, p. 17.

¹²⁰ Marco Morel e Françoise Souza, *O Poder da Maçonaria*, 2008.

¹²¹ José Liberato, *Memórias*, p. 88, grifos nossos.

movimentos de fabricação de nacionalidade. A maçonaria enquanto instituição permite, ao menos do ponto de vista teórico, uma rearticulação dos sujeitos que passam a ser distinguidos por uma valoração que transcende as posições hierárquicas que estes mesmos sujeitos detêm na sociedade – também paradoxalmente, ela montaria em seu interior outra hierarquia. Sobretudo, o episódio acima demonstra a fabricação de uma identidade em que os indivíduos buscam pelo aperfeiçoamento comum: sua rede de fraternidades é transnacional, o que permite um indivíduo se sentir responsável pelo progresso e bem-estar do seu “irmão”.

De forma similar a José Liberato, o médico Bernardo José de Abrantes e Castro, principal redator do *Investigador* até a entrada em cena de Liberato, é obrigado a responder a um vasto questionário no qual,¹²² contraditoriamente, afirma que apesar de serem todos irmãos iguais diante do direito civil, diferenciam-se uns dos outros no que concerne ao “grau de evolução”. Quando foi preso pela polícia de Pina Manique, Abrantes foi questionado sobre a fuga de Hipólito da Costa e sobre o possível auxílio recebido de maçons ingleses, respondendo: “Os framaçons não tiraram o Hipólito da Inquisição: ele é que fugiu de lá, porque achou ocasião pelo descuido dos guardas, alguns dos quais padeceram muito”.¹²³ José Liberato, contudo, diz ter auxiliado Hipólito e, no futuro, reclamará a falta de gratidão do antigo “irmão”. O que se pode perceber é que esses contatos em torno da maçonaria facilitam a montagem de uma rede de fraternidades que permite aos indivíduos lançarem auxílio uns aos outros.

A maçonaria enquanto temática começa a aparecer no *Correio Braziliense* logo nos primeiros números, quando o autor empreende uma longa defesa dos pedreiros-livres – e por isso é repreendido por D. Rodrigo de Sousa Coutinho e sofre críticas de vários portugueses em Londres e em Portugal. Mais adiante, ele se refere a uma festa maçônica que “reuniu 600 pessoas”, na qual foi aclamado o Conde de Moira¹²⁴ e “se apresentou ao conde a magnífica jóia que lhe estava destinada, fazendo o Duque de Sussex, ao seu *Nobre Irmão*, a mais brilhante e impressiva oração Maçônica, que se pode considerar, em que recapitulou os serviços do Conde à Ordem”.¹²⁵ A Ordem, portanto, além de configurar um espaço de trânsito privilegiado de personalidades políticas, claramente aparecia como temática digna de ser debatida no espaço público do

¹²² José Abrantes e Castro, *Memórias*, pp. 192-5.

¹²³ *Ibid.*, pp. 193-4.

¹²⁴ Ou *Earl of Moira*, um aristocrata inglês. *Correio Braziliense*, V. X, p. 99.

¹²⁵ *Correio*, V. 5, p. 100. Duque de Sussex é o terceiro filho do rei George, amigo de Hipólito da Costa e famoso maçom.

jornal.¹²⁶ É possível pensar que lojas vinculando a experiência de portugueses e espanhóis tenham sido criadas na Inglaterra e serviram de espaço de resistência durante as invasões napoleônicas, evidenciando sua grande mobilidade social. Isto teria se tornado possível através de um número cada vez maior de espaços de acesso público ou, então, espaços que ignoravam as etiquetas na hora da aceitação de novos integrantes, para lembrar um aspecto típico das sociabilidades inglesas. A maçonaria, nesse sentido, não é apenas um conjunto de discursos e indivíduos: a própria loja é um espaço aglutinador de homens e experiências distintas, resguardada pela ética do segredo, e que pode conferir ao freqüentador uma ou outra identidade.

Os trabalhos em torno da maçonaria costumam insistir na revisão de indivíduos e decomposição do imaginário maçônico em torno de eventos políticos importantes, relegando a um segundo plano sua velocidade e dinâmica de evolução interna. No caso brasileiro, por exemplo, costuma-se tornar a maçonaria refém da independência, como se sua existência só adquirisse sentido com a realização dos mais elevados desígnios nacionais – ao invés de se percebê-la como uma instituição supranacional com características internas relativamente bem definidas. Além do mais, torna mais nítida a real facilitação de trânsito que constitui o pertencimento maçônico em tempos de esboroamento do Antigo Regime. Se considerarmos a experiência de Hipólito da Costa,¹²⁷ por exemplo, veremos como sua vivência é quase que toda organizada em torno das lojas: sua filiação aconteceu numa loja da Filadélfia; em Lisboa, tornou-se frequentador assíduo dos encontros maçônicos na casa de Joaquim Vieira Couto; foi preso depois de participar da loja Freemason's Tavern em Londres e negociar a filiação da incipiente loja de Lisboa à Grande Loja londrina; atuou em 1814 em prol da criação da *Royal Inverness* vinculada aos portugueses em Londres; e teve contato com revolucionários americanos na *Lógia Gran Reunión Americana*.¹²⁸ Para ter uma noção

¹²⁶ Poderia haver mesmo, numa conclusão que pode parecer temerária, aproximações possíveis entre as várias lojas maçônicas e os jornais que surgem no período. Ambos constituem espaços de difusão de idéias liberais e contribuem para a ruína dos Antigos Regimes na Europa Continental, ao mesmo tempo em que contribuem para a propagação de idéias nacionalistas. No caso da França, isso é um pouco mais visível: tanto lojas maçônicas quanto os jornais se difundem com rapidez nas vésperas da Revolução. Tanto a maçonaria quanto o jornalismo têm um papel bem específico: fornecer consciência nacional, mas trata-se de um papel muitas vezes abrandado pelas condições culturais impróprias para a expansão de sentimentos unitários de grande dimensão.

¹²⁷ Segundo William Carvalho, Hipólito chegou a ser grão-mestre provincial de Ruthland, apesar de inexistência de loja maçônica nessa província. Cf. “Hipólito José da Costa: Um maçom brasileiro que foi grão-mestre provincial na Inglaterra”.

¹²⁸ A loja dos portugueses em Londres é mencionada em *O Português*, V.I, No. 3, p. 209. (V. II, no 7. p. 127): “Há aqui na Inglaterra uma sociedade filantrópica, composta de nacionais e estrangeiros, a qual tem por fim o propagar por toda a Inglaterra, e ainda por todo o mundo, um bom sistema de educação civil,

do amplo papel exercido pela maçonaria entre 1800 e 1822 no mundo português é necessário observar o grande trânsito a que a maçonaria abria acesso.¹²⁹ Alexandre Mansur Barata menciona que, para alguns dos indivíduos, estava nítida a importância dada para a “percepção da maçonaria como um espaço de convívio e mobilidade sociais”.¹³⁰ Talvez seja precisamente esse poder maçônico de mobilizar indivíduos em torno de amplas redes de convívio ou de interdependência que precisa ser depurado, para além da concentração na fronteira de um ou outro Estado ou um ou outro grupo de indivíduos. A ação das lojas maçônicas e dos indivíduos para os quais ela cumpre importante papel de subjetivação é comumente ignorada. Bem como a importantíssima ética do segredo que, ainda que de papel central na inserção do Estado europeu na esfera da moral, é esbulhada no Brasil pela própria presença do Estado autocrático dentro da maçonaria.

A questão do secretismo teve, como lembra Koselleck, nos Iluminados alemães um papel destacado. Koselleck percebe através desse grupo como a sociedade secreta como um todo negava o Estado como antigo local de acolhimento recusando-lhe sua isenção da esfera moral. Tornando-se uma instância de julgamento, a sociedade secreta convertia-se num setor *imparcial* de avaliação da conduta do Estado, reconvertido para a esfera *profana*. Mais uma contradição nuclear da loja maçônica, vê-se aqui, é *profanar* o segredo monárquico tornando a si mesma secreta e hierárquica. As reflexões de Koselleck são preciosas:

A única instituição civil que cumpria essa exigência do direito soberano e, ao mesmo tempo, fazia tudo para contorná-la era a franco-maçonaria. As lojas maçônicas são a formação típica de um poder indireto, no Estado absolutista, exercido pela nova burguesia. Funcionavam cobertas por um véu que elas próprias haviam tecido: o segredo. O silêncio, a discrição e o vínculo em torno de um segredo – condições violadas por D’Argenson, o que custou ao Club de l’Entresol o seu fechamento – eram obrigatórios para os maçons, a ponto de determinarem a natureza de sua sociedade [...] O segredo encobre [...] o avesso político do Esclarecimento.¹³¹

A criação das lojas maçônicas na França, Alemanha e Inglaterra foi mimetizada pela Espanha e Portugal, sociedades cuja forte presença católica tornou difícil a

adaptado em geral a todas as constituições e seitas religiosas: esta sociedade se denomina – *British and Foreign School Society* – e se ajuntou sábado, que se contaram 26 de Novembro, em *Freemason’s Tavern*, sob a presidência de S.A.R. o Duque de Kent, por ausência do Duque de Bedford, que é o presidente” (p. 127), discurso de Whitbread sobre a falta de liberdades em Portugal.

¹²⁹ Outro estudioso da Maçonaria em Portugal nesse momento é João José Alves Dias, 2002. Estudar o *papel* da Maçonaria, logo aqui se vê é estudá-la para além da fronteira de um ou outro Estado.

¹³⁰ Alexandre Mansur Barata, 2006, p. 100.

¹³¹ Reinhart Koselleck, *Crítica e crise*, 1999. p. 63

incorporação da lógica da secularização. No mundo português, o segredo vai causar uma série de dissidências entre os portugueses liberais e os apóstolos mais convictos do absolutismo, como José Anselmo Correia e José Agostinho de Macedo. Anselmo Correia, por sua franca oposição, é obrigado a deixar a Inglaterra. A contraditória questão da participação de membros da aristocracia na maçonaria é antiga em Portugal.¹³² A incorporação do ideário maçônico por indivíduos que deviam fidelidade ao rei é um paradoxo que precisa ser investigado mais a fundo. Se, por um lado, ele vai ajudar a minar a autoridade do soberano em Portugal e no Brasil, por outro também vai absorver elementos monárquicos em seu interior. A via maçônica é privilegiada para entender a comunidade portuguesa e a dispersão das Luzes que acontece em seu interior. Ela se dá através das trevas em que a própria maçonaria se esconde. O jogo ambíguo mostra a dificuldade em manter o equilíbrio entre um esquema mental vinculado ao absolutismo monárquico e outro referente à cultura do liberalismo.¹³³ Nosso objetivo, nesse sentido, é descobrir o papel das lojas em ampliar o instrumental intelectual dos portugueses e sua importância para aumentar as sociabilidades e facilitar os trânsitos discursivos.

Na Inglaterra, a maçonaria adquiriu grande desenvolvimento isentando-se de uma vinculação política mais ativa.¹³⁴ Na verdade, políticos de destacada importância costumavam ser seus frequentadores assíduos – caso do Duque de Sussex, filho do rei George III – o que permitiu que pipocassem lojas de estrangeiros por todos os lados, como a loja dos portugueses vinculados à revolução liberal do Porto, a loja dos espanhóis vinculados à *regeneração* espanhola e a loja dos revolucionários latino-americanos encabeçados por Miranda.¹³⁵ Ao passo, portanto, que a Maçonaria “azul” inglesa adquire uma postura afastada da política, as lojas estrangeiras utilizam-na para fazer oposição aos grupos de poder vinculados ao absolutismo monárquico. O discurso que parece reunir essas duas tendências é a busca por um governo distante e auto-regulado, na linha de pensamento do liberalismo de John Locke. A reunião desses elementos revolucionários pode ser entrevista na *Gran Lógia Reunión Americana*, que

¹³² Ângela Domingues, “Notícias do Brasil colonial”, 2006, p. 10.

¹³³ Pierre Rosanvallon, *O Liberalismo Comercial*, 2002.

¹³⁴ A maçonaria inglesa é de orientação “azul”, como especificado em Manoel Gomes, *A Maçonaria na História do Brasil*, 1975.

¹³⁵ Também Francisco Solano Constâncio conhece o general Miranda durante a estada do primeiro em Londres, entre 1808 e 1810. Fernando Egídio Reis, *Os Periódicos portugueses de emigração (1808-1822)*. As ciências e a transformação do país, 2007, p. 232.

permitiu a proximidade de Hipólito ou Solano Constâncio com os “libertadores” da América Latina:

Hipólito, que se aproximara dos chamados Libertadores em Londres, através da Loja Maçônica [Gran Lógia Reunión Americana] frequentada por Francisco Miranda, Simon Bolívar, O’Higgins e San Martín, seria um entusiasta do processo de independência das colônias espanholas na América, criando mesmo em seu jornal uma seção exclusivamente dedicada ao que se passava nelas. Através das páginas do *Correio Braziliense*, ele divulgou os documentos que informavam sobre o progresso do movimento de independência, sem que, em nenhum momento, deixasse de ser explicitamente simpático a eles, considerando-os consequência natural da política colonial da coroa espanhola.¹³⁶

Esse intercuro pode ter sido mitigado pela oposição de Hipólito da Costa aos movimentos republicanos em Pernambuco. Por certo, essa oposição, necessária com base nos grupos de poder aos quais Hipólito se encontrava filiado, afastou o jornalista de, pelo menos, Simon Bolívar, fundador do jornal *Correo del Orinoco*, com o qual vai ter uma longa e intensa troca de farpas. Segundo a história fornecida pela Loja Reunión Americana, até hoje existente na Argentina, ela constituiu um centro de fermentação das ideias revolucionárias, tendo sido fundada em Londres em 1797.¹³⁷ Como esta tese demonstrará, boa parte dos portugueses, senão todos aqueles que abraçaram a atividade jornalística em Londres, irão se associar, numa altura ou noutra, à loja maçônica – mesmo Joaquim de Freitas, filiado à maçonaria em Paris. Em especial aqui se sugere a

¹³⁶ Isabel Lustosa, 2006, pp. 438-9. A informação de que Hipólito teria participado do círculo de Miranda em Londres também é ressaltada por Maria Leonor Machado de Sousa (1988, p. 24).

¹³⁷ Ainda que seja difícil imaginar o planejamento tão precoce das independências na América Espanhola, a instituição afirma que: “Después de algún tiempo de su periplo mundial y de su permanencia en Francia, el General De Miranda regresa a Inglaterra donde la empresa libertadora sufre un descalabro por la poca importancia que le prestó el Ministro W. Pitt a sus ideas libertarias. Esto lo obligó a redoblar esfuerzos para fundar en Londres en 1797 *La Gran Reunión Americana* que tenía, además de los fines Masónicos de formar hombres libres y de buenas costumbres, otros de carácter social, como era la liberación de las Colonias Españolas en América Meridional. En su residencia, en la ciudad de Londres, donde la gente procede con lentitud, sin alterarse, el General de Miranda funda la *Gran Logia Regional Americana*; allí adoctrinaba, como Gran Maestro, a los patriotas americanos y revolucionarios que venían de sus países de origen, destacándose entre ellos los chilenos Bernardo O’Higgins, José M. Carrera, Juan Martínez, Gregorio Argomedo, Juan A. Rojas; los argentinos José de San Martín, José Ma. Zapiola, Carlos Ma. de Alvear, Bernardi Monteagudo y Mariano Moreno, quienes en 1811, organizaron en Buenos Aires la *Logia Lautaro*, que luego fue extendida a Mendoza y a la ciudad de Santiago de Chile; de México, el fraile Bernardo Teresa de Mier, Vicente Rocafuerte, Carlos Montufar; de Cuba, Pedro Caro; de Venezuela don Andrés Bello, Luís López Méndez y el Libertador Simón Bolívar; de Santafé José Ma. Vergara Lozano, eran los más asiduos contertulios a las famosas Tenidas. La *Gran Reunión Americana* fue fundada en Londres en 1797; además de los fines Masónicos que ejercía, tenía ciertos fines políticos, como era la emancipación de las colonias Españolas en América, como ya lo he expresado” Ricardo Romero et all, Fragmento retirado de <http://logra452.blogspot.com/2010/02/los-precursores-de-la-revolucion.html> . Consulta em Novembro de 2011.

Freemason's Tavern, citada por Loureiro como a loja maçônica preferida dos portugueses em Londres.¹³⁸

1.3 A imprensa em Londres

Não é difícil comprovar o enraizamento do jornalismo na constituição da cidade de Londres e sua importância para a configuração de formas específicas de urbanidade, bem como, por outro lado, a absorção dessas novas formas de urbanidade e conduta pelo discurso dos jornais. Conforme a vida ia se voltando para a esfera pública, aumentava a necessidade de dados precisos sobre o espaço e o tempo, de forma que o círculo de interdependências urbano pudesse se tornar mais eficaz. As horas também iam se tornando mais precisas: a integração nacional exigia horários cada vez mais detalhados, sobretudo se pensarmos na adesão ao sistema de transporte por trens que começou a se tornar importante a partir de 1820. Também os jornais, pelo tempo a que aludiam e pelo esforço de sociabilidade urbana de que faziam parte, requeriam cada vez maior precisão.¹³⁹ Como descreve Benedict Anderson, a data no alto da página dos jornais assegurava aos leitores a passagem do tempo, sintonizando todos dentro de uma mesma narrativa cujo desfecho é a realização da nação.¹⁴⁰ No esquema da imprensa londrina, é importante perceber quais padrões são incorporados e utilizados pelos jornalistas portugueses. Com uma comunidade de leitores escassa, os jornais emigrados são todos mensais, com exceção do quinzenal *Campeão*, surgido às vésperas da Revolução Liberal de 1820, e da tentativa diária de Rocha Loureiro, com o *Espelho*, entre 1813 e 1814. No que diz respeito ao formato, esses jornais se parecem mais com os semanários ingleses, tais como *Edinburgh* e *Quarterly Review*, do que com os diários disponibilizados nas tavernas e citados à exaustão, em especial *The Times* e *The Morning Chronicle*.¹⁴¹ Estes dois são aqueles que mais ocuparão nossa atenção. Eles não apenas são mencionados com frequência como também são procurados por leitores portugueses que almejam tornar públicos os seus comentários a respeito dos importantes acontecimentos em curso. Mais do que isso, eles tematizam Brasil e Portugal e ajudam a

¹³⁸ *O Português*, Vol I, no. 3, p. 209.

¹³⁹ Asa Briggs, *História social da Inglaterra*, 1998.

¹⁴⁰ *Nação e Consciência Nacional*, 1989.

¹⁴¹ Maria de Fátima Nunes e Sara Azevedo Pereira enfatizam a maior presença destes dois jornais nos diálogos elaborados por José Liberato: “De uma forma explícita encontram-se várias referências a outros jornais de onde é retirada a informação. Citamos por exemplo o excerto publicado no *Investigador* de Julho de 1814 sobre a declaração de Fernando VII às Cortes e sobre o qual é feito um debate entre os jornais londrinos como o *Time* e o *Morning Chronicle* ou o ‘artigo copiado’ deste último jornal de 24 de Abril acerca da censura feita pelo governo de Espanha”. “O Espírito de Cádiz em O Investigador Português em Inglaterra”. 1993, p. 203.

expandir a rede de sociabilidades portuguesas. A edição do *Morning Chronicle* de 29 de junho de 1808 noticia, por exemplo, a reunião de mercadores que buscam negociar com o Brasil – reunião, não por acaso, na taverna *City of London*:

Trade to the Brazils – Merchants who wish to become members of the Society of Merchants trading to Brazil are hereby informed, that subscription papers will lay for signature at the *City of London Tavern*, until tomorrow, between the hours of ten and five o'clock: after which, any gentleman desirous of becoming member can only be admitted by ballot; and that the Ballot for a permanent committee of this Society will take place at the said Tavern, on Wednesday next, from eleven till two o'clock.¹⁴²

Na mesma edição de junho de 1808 está a carta de despedida do príncipe D. João aos povos portugueses, ao lado de uma lista de portugueses que embarcaram para o Brasil. A noção de plágio, noção que será retomada no 6º capítulo, é aqui inevitável: os jornais anexam continuamente excertos uns dos outros acrescentando os seus comentários. Estes jornais formavam uma rede de notícias derivada da disponibilidade de malas postais. Alguns deles, contudo, se tornaram muito mais proeminentes do que os outros. Sir John Walters, do jornal *The Times*, chegou a se tornar uma celebridade inglesa. Como lembra Bob Clarke:

When John Walter II took over the paper in 1803, he inherited a respectable, but far from large, circulation of 1700. He began the task of transforming *The Times* into the most influential paper of the 19th century. At a time of great interest in the progress of the Napoleonic Wars, Walter built up a large network of foreign correspondents, including Crabb Robinson who gave the account of the Death of Sir John Moore at Corunna. In order to be the first with the news, Walter hired a team of special couriers, and even used smugglers to carry the news ashore. On at least one occasion the Foreign Office had to ask *The Times* for the latest news from the continent, official sources being so slow.¹⁴³

Tanto *The Times* quanto o *Morning Chronicle* começavam, ao contrário dos periódicos portugueses, a investir numa rede de correspondentes para ultrapassar as limitações inerentes às malas postais. Destarte, convertiam-se, muitas vezes, eles mesmos em fornecedores de panoramas e argumentos para os jornais portugueses. O pioneirismo no investimento em rede de repórteres cabe, segundo Ellis Wasson, ao jornal de orientação liberal *Morning Chronicle*, que:

initially paid more care to this process than its competitors. It was the first paper to use teams of reporters to record debates and for years its coverage was considered superior

¹⁴² *The Morning Chronicle*, 29 de junho de 1808, grifos nossos.

¹⁴³ Bob Clarke, *From Grub Street to Fleet Street: An Illustrated History of English Newspapers to 1899*, 2004, p. 249.

to that of *The Times*. Its compositors were sometimes given the notes on which whig speeches were based immediately after delivery and worked directly from them.¹⁴⁴

A imprensa que se multiplicava em Londres fazia um amplo trabalho de coleta de jornais estrangeiros, de onde retirava informações. As menções vão desde a *Gazeta de Moscou* até a *Gazeta de Buenos Aires*. A metalinguagem torna-se entre os jornais ingleses um esforço crítico que permite aos próprios jornais refletirem os seus padrões impressos e incorporar novas posturas às suas práticas profissionais. Desse longo inventário não escapa, evidentemente, a imprensa portuguesa. Quanto aos jornais portugueses da época da regeneração de 1820, o *Morning Chronicle* elencava os seguintes:

The late change has however restored the Portuguese to what they once were and ought to be. Though the event is so recent, besides a variety of minor publications and the usual Gazette under an improved form, the *Portuguez Constitucional*, *O Patriota*, *O liberal*, *O Mnemosine Constitucional*, *O Pregoeiro Lusitano*, *O Observador Constitucional*, printed in Lisboa, together with others from the *Oporto press*, have already reached us, and we confess we have noticed their contents with delight and astonishment. Such is the primary advantage that has followed the ‘strong and healthful commotion’ on which the Portuguese resolved in order to raise themselves from a degradation they could no longer endure, and promote a general reform in the whole of their national concerns. Their further progress in this important work, it will always afford us heartfelt satisfaction to trace.¹⁴⁵

O jornal aponta o estado de relativo desenvolvimento da imprensa em língua portuguesa na entrada dos anos 1820, quando o rompimento da censura surge como consequência da Revolução Liberal do Porto. No mesmo ano, *El Español Constitucional* fará a mesma observação. A imprensa portuguesa em Londres chama a atenção pela sua eloquência. Mas a rede de periódicos portugueses utilizados em Londres chega também no Brasil. O *Morning Chronicle* faz um esforço tão amplo de mapeamento que não deixa nem passar a “*Gazeta da Bahia*”, *Idade d’Ouro*, sob a direção de Inácio José de Macedo, referindo-se à capitulação dos revoltosos pernambucanos diante das tropas governistas baianas:

From the brazilian journal “The Golden Age”, may 30. A thousand congratulations, a thousand glories to Bahia, and to all the faithful subjects of his Most Faithful Majesty, the King, our Lord! A thousand congratulations, and a thousand glories! And why? – Because the soldiers of Bahia have been real Scipios, not merely in name but in deed.¹⁴⁶

¹⁴⁴ Ellis Wasson, “The Whigs and the Press”, 2006, p. 76.

¹⁴⁵ *The Morning Chronicle*, 13 de novembro de 1820.

¹⁴⁶ *The Morning Chronicle*, 2 de agosto de 1817.

O *Correio Braziliense*, outro coletor exaustivo de documentos e gazetas estrangeiras, também é mencionado pelo *Morning Chronicle* ao incorporar artigos sobre a educação na Espanha.¹⁴⁷ Mais interessante, contudo, é a menção a Hipólito da Costa, a única que conseguimos mapear nos extensos anos do *Morning Chronicle*, curiosamente depois do término de seu periódico. Hippolyto J. Da Costa, “esquire”, é citado como membro do “British commercial life insurance company”, situado em Cornhill, “for the insurance of lives and survivorships, the Endowment of Children, the Grant of Annuities, immediate or deferred, the Purchase and Sale of Reversions and Annuities, etc. etc.”¹⁴⁸ Pela amplitude da imprensa inglesa no período, é difícil perceber a real presença que a comunidade portuguesa tinha em suas páginas. Contudo, algumas indicações sugerem que Hipólito da Costa se tornou uma figura de algum reconhecimento público entre os ingleses. Em 1827, por exemplo, a revista de crítica bibliográfica *Quarterly Review* comenta o singular caso do *Correio Braziliense*:

The publication of a Portuguese journal in London, intended for sale in Brazil, where it was sure to be prohibited, might have seemed a rash speculation, which could not possibly succeed, however, it did; and it excited so much interest both in Brazil and Portugal, that the Portuguese ministers in this country, who were frequently the objects of attack there, deemed it advisable to set up a rival journal in their own defence, and with the hope of superseding it.¹⁴⁹

O esforço de mapeamento elaborado pelos jornais ingleses está ligado também à curiosidade iluminista sobre o mundo. A tentativa de catálogo e mapeamento faz parte de registrar o conhecimento desenvolvido por culturas distantes, ainda que ligeiramente, da inglesa. Essas circunstâncias amistosas ao desenvolvimento dos jornais, como lembra Bob Clarke:

were further encouraged by an atmosphere of intellectual curiosity and the emergence of a worldview based on reason and economic and scientific progress – the beginnings of the Age of Enlightenment. That England was at war for most of this period was another favorable circumstance. Newspapers were essential if one was to follow the progress of campaigns in foreign lands – hot news of battles by land and sea.¹⁵⁰

A disponibilidade destes jornais pode também ser considerada como resultado direto da Revolução Gloriosa, o que tornou os projetos de liberdade típicos que se tornariam reivindicação dos *philosophes* franceses um fator incorporado à própria

¹⁴⁷ *The Morning Chronicle*, 4 de setembro de 1816.

¹⁴⁸ *The Morning Chronicle*, 3 de janeiro de 1823.

¹⁴⁹ VLI, 1829, 203, Apud Reis, 2007, p. 69.

¹⁵⁰ Bob Clarke, 2004, p. 49.

constitucionalidade britânica.¹⁵¹ Essa constitucionalidade garantia a liberdade de reunião e trânsito de ideias e possibilitou a realização precoce de um círculo de leitores e produtores de jornais. A organização da esfera pública na Inglaterra caracterizou desde cedo o amadurecimento de uma produção periódica regular destinada às pessoas privadas. Isto é, destinada explicitamente à esfera doméstica em detrimento daquela organizada, em última instância, em torno da sociedade de corte. Por outro lado, essa garantia constitucional tornou um imperativo organizacional da política a sua inserção criativa no debate impresso, ainda que, durante um bom tempo, os jornais tenham se negado a entrar decisivamente nas questões governamentais. O envolvimento da imprensa com a vida política se tornará mais comum a partir de meados do século XVIII. O lançamento do jornal *Morning Post*, em 1772, exemplifica de forma clara como os jornalistas e editores jogavam com políticos e a importância de os ministros terem gazetas favoráveis aos seus posicionamentos ideológicos. A política se constituía e entranhava na vida dos cidadãos através dos jornais. Ao mesmo tempo, o *Morning Chronicle* pode ser considerado pontapé inicial para o desenvolvimento do jornalismo enquanto uma prática profissional enraizada na urbanidade, isto é, como uma forma de escrita regular concernente à organização do espaço público – quando, antes, Addison e Steele trataram mais decisivamente de organizar o ambiente doméstico e distingui-lo do público.

Aos jornais diários que pulularam em Londres é possível acrescentar as grandes revistas doutrinárias do começo do século XIX, *Edinburgh Review* e *Quarterly Review*, que ajudaram a dar contornos mais vivos e modernos aos partidos Tory e Whig.¹⁵² A produção periódica voltada para temáticas políticas acompanha a formação de partidos com ideologias razoavelmente bem definidas e cumpre um importante papel no delineamento do Estado Nacional Inglês. Para exemplificar a importância da imprensa nesse processo, vale lembrar que foi a articulação precoce dos setores monárquicos com alas mais progressistas da sociedade que garantiu a permanência do rei enquanto uma figura com papel simbólico importante na Inglaterra.¹⁵³ O fato de o rei ser um símbolo nacional garantidor da unidade dos povos fez com que se tornasse um alvo privilegiado

¹⁵¹ Roy Porter, *The Enlightenment*, 1994, p. 253.

¹⁵² Diana Cooper-Richet, “As grandes revistas literárias e políticas na formação das elites britânicas durante a primeira metade do século XIX”, 2006, p. 413.

¹⁵³ Jürgen Habermas, 2003, pp. 46-7.

dos cartunistas e caricaturistas que abundavam nos jornais.¹⁵⁴ Sua imagem estava conectada com o próprio conceito da nação inglesa e com a identidade política dos ingleses.

Se, por um lado, há relativa dificuldade em mapear as referências britânicas à imprensa portuguesa, por outro, as impressões que os portugueses têm da imprensa inglesa tornam-se muito mais nítidas, até por ela constituir referência e suporte para as publicações portuguesas. O ar propício para a liberdade de imprensa será visto com bons olhos pelos grupos recém-chegados de portugueses. Tanto nas *Cartas a Orestes* de Rocha Loureiro quanto nos longos panegíricos de Hipólito da Costa a liberdade inglesa é exaltada e tratada como exemplar para o governo português no Brasil. Ao mesmo tempo, surgem as inevitáveis rugas entre estes panfletistas da causa portuguesa com os periódicos ingleses, várias vezes acusados de tratar de forma incompleta os assuntos do Império Luso-brasileiro. Sabemos que Hipólito da Costa atua como uma espécie de “observatório da imprensa”, criticando uma a uma as produções periódicas que têm como tema o Império. São fartos os exemplos de dissidências existentes entre os portugueses e os ingleses: paira um desconforto diante da submissão de Portugal à Inglaterra, e mesmo diante da ignorância que os ingleses mantêm com relação aos assuntos de Portugal. Loureiro exemplifica bem essa condição quando narra que,

Temos à vista um livro Inglês de geografia elementar, que foi impresso há dois anos: é escrito, como para instrução de meninos, em forma de perguntas e respostas; e quando chega a Portugal, faz-nos o seguinte elogio fúnebre: P - *Que conceito fazeis vós de Portugal?* – R. *É a potência mais abjeta da Europa.* Valha-nos Deus!¹⁵⁵

Os portugueses, ao mesmo tempo, sentem-se inseguros diante da avaliação da imprensa inglesa. Ao controle do território português pela armada britânica e aos humilhantes Tratados de Comércio e Navegação de 1810, revela-se o conteúdo depreciativo que se espalha nos jornais ingleses, sugerindo a subordinação e inferioridade dos portugueses. Algumas pistas sobre o posicionamento da imprensa inglesa diante dos portugueses são dadas pelo *Astro da Lusitânia*, em 1821:

Não ignoramos que os Ingleses [...] de todas as ordens e de todas as classes, têm insultado os Portugueses. Seus jornalistas nos chamam rebanhos de cabras [*sic*], bandos de ciganos. O autor da História dos Açores (além do intento de persuadir o seu governo que nos empolgasse aquelas Ilhas) depois de nos cobrir de opróbios, acrescentou que

¹⁵⁴ David Cannadine, “Contexto, Execução e Significado do Ritual: a Monarquia Britânica e a ‘Invenção da Tradição’, c. 1820 a 1977”, 1997, pp. 120-1.

¹⁵⁵ *O Português*, V. I, no. 1, p. 35.

nós éramos os *homens mais feios do Universo*. E Sinval (redator do *Astro*) acabava por lembrar o célebre verso de Byron sobre o ‘Luso escravo’, ‘dentre os vis o mais vil’.¹⁵⁶

O jornal *O Espelho*, publicado efemeramente por Rocha Loureiro entre 1813 e 1814, critica vividamente um panfleto escrito por um “capitão de dragões ligeiros do exército inglês na Península”. Vários ditos jocosos sobre os portugueses são forjados pelos ingleses durante as guerras peninsulares. O dragão ligeiro acima citado, por exemplo, defende que diante da incapacidade de os portugueses administrarem seu território, os ingleses deveriam manter a posse dos Açores:

Os portugueses do Continente têm tão más qualidades como estes seus descendentes as têm boas: aqueles são universalmente sem polidez, brutais e ignorantes, feiamente atraçoados, e cruéis no último ponto, não perdoando nem a seu irmão se a morte deste lhe pode ser útil: seus corpos são magros, mal proporcionados; as feições irregulares e a cor baça: olham para o trabalho como baixo e indigno do homem; e por isso encarregam suas mulheres e escravos de todo trabalho necessário à vida.¹⁵⁷

A observação sobre a inaptidão dos portugueses ao trabalho lembra, de fato, as características de uma sociedade de Antigo Regime, em cujo cerne os esforços da rotina eram vistos como degradantes. Rocha Loureiro rebate, não sem algum despreparo ao levar ao pé da letra todas as invectivas do “capitão de dragões ligeiros”, as suas acusações, defendendo até mesmo a formosura de fisionomia de certos elementos portugueses:

Também estais enganado, Senhor, na descrição que fazeis das feições, talhe e fisionomia dos portugueses: vós vistes um ou outro português que não mereceu à natureza senão um corpo débil e mal formado; e por aí julgastes da fisionomia dos Portugueses: que errado sistema de avaliar uma nação por indivíduos! Não é assim; os portugueses não têm na verdade os grandes corpos dos alemães; pois são de estatura pela maior parte ordinária; porém em geral são bem fornidos: não têm, como dizeis, as feições contrafeitas e torcidas, e têm regularidade e proporção as partes de seus corpos; e ainda quando isto não fosse como dizemos, nem por isso são tão rigorosas as regras fisionômicas de Lavater, e Gall, que os Portugueses tivessem impossibilidade de ser um povo valente e generoso. Aí estão os árabes, que com seus corpos pequenos e magros, a voz quebrada, cabelo castanho, cara baça, e finalmente com uma fisionomia desagradável, têm sido um dos maiores povos do mundo; eles senhorearam a Espanha, a África, a Ásia Menor, a Pérsia, e uma boa parte da Índia; eles cultivaram o comércio vantajosamente, a álgebra, a química, a astronomia, a medicina e a poesia; são os únicos povos conquistadores, que ao menos fizeram algum bem à humanidade. É preciso portanto avaliar as nações, menos pela sua fisionomia, do que pelos seus costumes.¹⁵⁸

¹⁵⁶ Apud Valentim Alexandre, *Os sentidos do Império*, 1992, p. 469.

¹⁵⁷ Apud *O Espelho*, 1813, n. 6, p. 42.

¹⁵⁸ *Ibid.*

Como argumenta Fernando Egídio Reis, no que concerne mais especificamente aos *Anais* publicados na França sob a direção de Solano Constâncio, era sumamente importante aos portugueses estrangeirados a modificação da imagem do país diante dos estrangeiros:

Estes, para além de não conhecerem a sociedade portuguesa, tinham opiniões desfavoráveis, baseados nas impressões de viajantes que davam uma imagem de um país parado no tempo, com costumes arcaicos e uma economia ultrapassada, uma ciência pouco desenvolvida e tecnologicamente atrasado. É visível o incômodo que causavam os relatos de viagens de estrangeiros por Portugal, e as tentativas que fazem os editores dos periódicos para contrariar ideias pouco abonatórias do país. Este periódico tentava chamar a atenção dos portugueses para a necessidade de alterar esta imagem através da modificação da situação real da economia e da cultura portuguesa, mas também para a noção de que esta alteração só seria possível através da divulgação do que nele se fazia, aproximando-o, dessa forma dos outros países.¹⁵⁹

O importante a ser notado é o intenso fluxo discursivo no interior do qual se debate a imprensa emigrada. A difícil questão da definição do espaço nacional passa pelos diálogos com ingleses, brasileiros e espanhóis, todos eles igualmente munidos de órgãos de imprensa em Londres.¹⁶⁰ Mas *os homens mais feios do universo* dedicaram, em seus jornais, menos páginas para rebater as acusações que pipocam nos jornais londrinos do que para combaterem uns aos outros e representarem condignamente os indivíduos financiadores. A janela privilegiada para se ter acesso aos diálogos que em geral ocorrem entre os portugueses e os jornais ingleses é o *Correio Braziliense*, que publica a íntegra de algumas cartas recebidas pela imprensa londrina e se propõe a refutá-las. Bem como, ao seu tempo, se dispõe a corrigir os “erros crassos” cometidos pela mesma imprensa no que diz respeito à avaliação da situação política do Brasil. Nesse sentido, o jornal *The Times* publica uma série de cartas do *Braziliano estabelecido em Londres*, que se propõe a, segundo Hipólito, “refutar vários rumores, que se têm propagado em algumas gazetas francesas e inglesas, sobre os negócios de Portugal, e entre outros um, de que Sua Majestade havia decretado afinal fixar sua residência no Rio de Janeiro”.¹⁶¹ O papel desempenhado pelo *Braziliano* é no mínimo inusitado: ele cria a partir dessas cartas um espaço público de discussões sobre os negócios de Portugal no interior dos jornais ingleses.¹⁶² Depois dele surgirão vários

¹⁵⁹Fernando Egídio Reis, 2007, p. 289.

¹⁶⁰A ser mais precisamente debatida e contextualizada no Capítulo 2.

¹⁶¹*Correio Braziliense*, V.XXIV, pp. 418-9. Várias destas cartas são anexadas pelo *Padre Amaro*. Cf. Abril de 1820, p. 266.

¹⁶²O correspondente de Hipólito, *Um Portuguez que pretende estabelecer-se na sua Pátria*, que Joaquim Freitas diz ser Heliodoro Carneiro, questiona a postura do *Braziliano*: “V.E. se dirige aos Jornais ingleses

escritos de portugueses e brasileiros nas gazetas inglesas, muitos deles com idéias que provocavam calafrios nos adeptos fervorosos de D. João – como, por exemplo, aquelas referentes à união de Portugal com a Espanha para a composição de um único reino. Uma carta anexada ao jornal *Correio Braziliense* acusa o *Braziliano*, indiretamente, de ser o Conde de Palmela, embaixador português em Londres depois da saída de D. Domingos:

Lembra-se de que foi um dos que teve a baixeza de pedir a Bonaparte um rei. Sabem que foi quem privou os Portugueses do direito impagável que tinham de negociar no tráfico de escravatura ao Norte do Equador; e isto nas suas próprias possessões. Sabem que foi autor do célebre tratado de 22 de Janeiro de 1815 e da convenção adicional de 28 de Julho de 1817, em que se veem entre as muitas passagens, o seguinte, no art. 3.¹⁶³

O jornal *Padre Amaro* refuta o otimismo do *Braziliano*, dizendo que suas afirmações se encontram em franca contradição com as mensagens recebidas pelo seu correspondente particular (apelidado “juiz da vintena dos Arcos das Águas Livres de Lisboa”). E culpa o próprio governo pela inexistência de informações verossímeis, sobretudo no que diz respeito ao retorno ou não da corte para Lisboa. O papel de esclarecer a “opinião pública”, então, recairia sobre a própria imprensa inglesa.¹⁶⁴ Em epístola a Thomás Antonio Vila-Nova, o Conde de Palmela revela ser ele mesmo o autor das correspondências ao *The Times*:

Remeto incluso a V. Exa. um exemplar do jornal inglês intitulado *Times*, no qual mandei inserir, debaixo da firma já conhecida de *um brasileiro residente em Londres*, uma carta que me pareceu nas circunstâncias atuais bastante necessária, a fim de desmentir algumas falsidades que se haviam com malícia evidente feito circular nos periódicos ingleses e franceses, para desassossegar ainda mais os ânimos dos povos de Portugal. Espero que S. M. se dignará aprovar o conteúdo da sobredita carta, que não mandei publicar sem madura meditação, e na qual me parece que me restringi em todos os limites que a prudência exigia.¹⁶⁵

O Conde de Palmela sofre, nesse contexto, de uma acusação semelhante àquela de D. Rodrigo de Sousa Coutinho: ter entregado o Reino na mão de potências

para fazer sermões aos portugueses! Tendo aliás não menos do que quatro jornais em Londres, por onde creio seria mais consequente e natural fazer passar os seus pensamentos à nação, sem sofrerem o inconveniente não pequeno das traduções [...]” (*Correio Braziliense*, Junho de 1820, p. 645).

¹⁶³ Inserido no *Correio Braziliense*, Vol XXIV, p. 647-8.

¹⁶⁴ *Padre Amaro*, V. I, Abril de 1820, p. 269. Freitas questiona ainda a preferência do *Braziliano* pelas gazetas inglesas: “nós confessaríamos obrigadíssimos veneradores do Senhor Brasileiro estabelecido em Londres, por nos ter evitado este descontentamento, se há dois ou três meses ele tivesse publicado na venerável *gazeta de Lisboa* a carta que acaba de inserir no respeitável *Times*: ainda que mais acreditada fica neste jornal; por que a gazeta de Portugal, e todas as gazetas reunidas do reino unido não são destinadas a dar boas novas (Ibid.)

¹⁶⁵ J. J. dos Reis Vasconcellos, *Despachos e Correspondências*, 1851, p. 108.

estrangeiras em virtude da má habilidade política. Tanto assim que, em 1820, quando ele retorna a Portugal com D. João é impedido de desembarcar pelo “governo revolucionário”. Já se alimenta na imprensa londrina, na qual Palmela toma parte, uma figuração negativa do próprio Palmela. Sabe-se que desde pelo menos 1814 o conde participava dessa imprensa quando publicou no jornal *O Investigador* fragmentos dos *Lusíadas* convertidos para o francês. A imprensa torna pública a associação de Palmela com o entreguismo político, num contexto em que qualquer medida que implicasse na perda da soberania nacional era severamente criticada. A verdade é que o *Braziliano* toma parte ativa no comentário desses acontecimentos internacionais de importância e a imprensa emigrada em Londres se torna uma janela privilegiada através da qual podemos perceber como mudanças estruturais no Reino eram vistas e avaliadas pelos portugueses. Ao contrário de D. Domingos, Palmela consegue se inserir de maneira criativa no debate impresso, recorrendo a uma série de argumentos, pseudônimos e figuras de linguagem capazes de comprovar seus pontos de vista. A atividade do *Braziliano* é tão freqüente que, quando finalmente estoura a Revolução do Porto em 1820, o seu silêncio é logo notado pelo *Correio Braziliense*:

As notícias da revolução de Portugal foram publicadas nas gazetas Inglesas com algum estrondo, mas não apareceu nenhum parágrafo do *Braziliano* residente em Londres, nem para as contradizer, nem mesmo para as explicar ou suavizar; pelo que supomos que o tal *Braziliano* já aqui não reside; ou estará enfermo; se isto é, damos-lhe os pêsames pelas suas moléstias; e lhe recomendamos que incumba alguém a que faça as suas vezes, escrevendo para os jornais Ingleses; por que decerto a revolução em Portugal não é bagatela que se deixe ficar no tinteiro.¹⁶⁶

Os vários diálogos que têm espaço em jornais londrinos levam-nos a outra conclusão importante: um estadista português escreveria para um jornal inglês para publicar as suas idéias e persuadir a opinião dos seus compatriotas num momento decisivo da história portuguesa. Seria lógico pensar que o espaço público em língua portuguesa era tão incipiente que os portugueses preferiam buscar pelo espaço estrangeiro.¹⁶⁷ Contudo, a opção pelos jornais em língua inglesa pode se dar mais em virtude de evitar associação com um ou outro partido político. Os jornais, nesse momento, aderem visivelmente a determinadas formas de pensar o Reino Luso-brasileiro e os indivíduos que com eles se correspondem, quando não querem assumir o

¹⁶⁶ *Correio Braziliense*, Vol XXV, p. 335.

¹⁶⁷ Como já pensamos numa ocasião anterior: Luís Munaro, *Aquela terra longínqua e sossegada*, 2009.

estigma de parcialidade, recorrem à imprensa britânica que, aparentemente, nada tem a ver com o assunto.

O *Braziliense* escolhe o jornal *The Times* para se pronunciar sobre vários assuntos considerados de importância. Ele diz, por exemplo, justificando a sua escolha: “O vosso Jornal goza de tão extensa circulação que tenho julgado ser do meu dever entrar nestas circunstâncias”¹⁶⁸ – diz isso quando se refere a um comodoro inglês que se sentiu vexado depois que a princesa Carlota exigiu que ele fizesse reverências. O dever de Palmela é amortecer as queixas do comodoro e acalmar os ânimos diplomáticos das nações portuguesa e inglesa.¹⁶⁹ Várias vozes dispersas defendem a soberania portuguesa já que as gazetas inglesas estariam interpretando mal os manifestos portugueses e levando ao ridículo os seus representantes públicos.

Hipólito da Costa tenta articular junto aos periódicos ingleses um conjunto de noções que possibilitariam situar aquela terra distante, o Brasil, que aparecia apenas como lugar em guerra ou depósito para a produção industrial inglesa, em uma entidade política perceptível para os seus vizinhos londrinos. Empreende isso através de uma defesa pública na qual argumenta a soberania do trono português. Trata-se de um “dizer-suporte” que torna o Brasil algo imaginável para os europeus. Hipólito prossegue dizendo que “estas gazetas Inglesas e ainda mesmo jornais Portugueses sabem tanto destas matérias como os Bernardos entendem de Lagares de azeite”.¹⁷⁰ Ao mesmo tempo, Hipólito prevê as intenções puramente comerciais da Inglaterra junto ao Brasil e alerta: “O motivo que se alega para o Governo Inglês se intrometa nisso não achamos seja o amor da justiça; mas sim o seu comércio no Rio-da-Prata, que dizem chegar a dois milhões esterlinos por ano, empregando também anualmente sessenta vasos”.¹⁷¹ De forma semelhante, Joaquim de Freitas faz longas séries de críticas à forma como a imprensa inglesa é incapaz de se pronunciar com acuidade sobre temas concernentes ao Reino Luso-brasileiro. Ao comentar a ênfase dada pela imprensa inglesa à *Regeneração*, Joaquim de Freitas não a exime da crítica por atribuir status de nobreza aos participantes das Cortes de Lisboa:

¹⁶⁸ Inserido no *Correio Braziliense*, V.XXIII, p. 453.

¹⁶⁹ Outros portugueses seguem o exemplo de Palmela e preferem, por motivos não especificados, as gazetas inglesas. José Liberato noticia a transcrição de um artigo que “apareceu no *Times*”. “Entre as produções estrangeiras sobre que vai recair um novo direito é a lã, produção que nós, os portugueses, também desgraçadamente exportamos para a Inglaterra; e sobre este objeto apareceu no *Times* do dia 21 do passado uma carta, escrita por um português, em que há excelentes observações comerciais, e de que se dará notícia no número seguinte”. *Campeão*, Julho de 1819, p. 35.

¹⁷⁰ *Correio Braziliense*, Vol XVIII, p. 545.

¹⁷¹ *Correio Braziliense*, Vol XVIII, p. 454.

Os jornais ingleses têm feito muitas destas graças e ainda não vimos um só rejeitá-las. O abuso já vem de tempos atrasados: mas por isso mesmo que se fala em reforma de abusos, será preciso reformar este, antes que se veja qualquer dia da presente regeneração, alguma folha *liberal* dar-nos por aí um conde de José, um Marquês de *Fernandez*, e um Duque de *Thomaz*, como já nos deu um conde de *Carneiro*, e um intrépido redator do *Portuguez* o Cavaleiro *Rocha de Santa Verônica*.¹⁷²

Vários outros escritores portugueses e espanhóis enviam os seus comentários para a imprensa em língua inglesa, entre os quais: *Philo Justitiae*, *Averruncus*, *Veritas*, *Um Portuguez amante de seu rey e de sua patria*. O diálogo se torna mais intenso quando o primeiro desses escritores defende no jornal *The Times* a posse de Olivença pelos portugueses, tomada pelo Reino Espanhol em 1801. Tanto portugueses quanto espanhóis parecem não encontrar melhor meio de divulgação de suas ideias a respeito do dissídio do que a imprensa em língua inglesa. Hipólito comprou a briga dos portugueses contra os espanhóis. Essa etapa dos diálogos foi mais particularmente intensa quando o redator do *Correio* critica a recém promulgada Constituição Espanhola. Mas agora o lugar da argumentação espanhola se desloca para um importante jornal espanhol: *O Espanhol Constitucional*.¹⁷³ Comentando a escrita de *Veritas*, também no *The Times*, Hipólito constata a existência de um “Partido Espanhol em Portugal” que, lutando contra a soberania do Reino Português, defendia a necessidade de sua junção com a Espanha: “quando se considera que *Veritas* fala quase com autoridade; e certamente como pessoa bem informada dos negócios correntes em Portugal, já se acham bem claras insinuações, de que se está formando um partido Espanhol em Portugal, e as insinuações tocam a coisa alta”.¹⁷⁴

Quanto ao *Investigador*, sua declarada falta de vontade de mexer no ninho de vespas da política lusitana até pelo menos 1814 se torna, em alguns momentos, caricata: tudo fazem os escritores para manter a subserviência do jornal a D. Domingos e em geral às autoridades portuguesas. Mas também os *investigadores* rebatem as afirmações dos “gazeteiros ingleses” sobre o estado de degradação de Portugal, reivindicando a “coragem” de suas gentes e a “bravura” de seu exército diante de Napoleão. Há uma tentativa constante de responder “gazeteiros ingleses” que tratavam com

¹⁷² *Padre Amaro*, Julho de 1822, p. 95.

¹⁷³ Hipólito anexa por inteiro as refutações dos seus oponentes espanhóis, até mesmo as mais insultuosas: “Pelo que respeita os Espanhóis pode crer o editor do *Correio Braziliense*, que em vão se cansa em chiar contra nossas leis constitucionais, pois os seus chiados são como os dos cães que ladram à lua [...]” (Apud *Correio Braziliense*, V.XXIV, p. 599).

¹⁷⁴ *Correio Braziliense*, V.XXI, p. 210.

superficialidade a situação portuguesa: “falta [...] nexo aos discursos; e o juízo dos jornalistas são quase sempre temerários”.¹⁷⁵ Comentando a obra *On the present state of portuguese army*, de Andre Halliday, que se refere ao parco papel que coube ao exército português durante a expulsão de Junot, os investigadores observaram a negligência do autor quanto ao esforço militar português.¹⁷⁶ Trata-se, enfim, de defender o celebrado “caráter português” das invectivas da imprensa londrina:

O que nós podemos assegurar [...] é que sem recorrer à citação dos improperios que continham vários Jornais Ingleses contra as tropas Portuguesas, nós devemos mui particular obrigação ao Exmo. Marechal Beresford pela ânsia que mostrou em aclarar e destruir as calúnias que do mesmo exército se escreveram para a Inglaterra, contra um dos batalhões de Caçadores Portugueses na primeira ação sobre o Coa.¹⁷⁷

Nas primeiras edições d’*O Campeão* notou-se também o intercurso com jornais ingleses, ainda que com a singela anexação de algumas cartas publicadas no *Times*.¹⁷⁸ Esse caráter dialógico que a intelectualidade portuguesa mantém com o mundo anglófono ajuda a imaginar a amplitude e os meios ainda irregulares de divulgação de ideias dos quais dispunham os portugueses. Quanto a Bernardo da Rocha Loureiro, também não se furta anexar em seu jornal vasto número de documentos traduzidos do *The Times*, entre os quais projetos de cartas constitucionais e documentos sobre a escravatura.¹⁷⁹ Percebe-se que as notícias e, depois, os diálogos, envolvem grupos cada vez mais alargados de interlocutores, que lembram, nos debates travados, a idéia de *República das Letras*. Eles se reúnem para discutir certas diretrizes referentes a várias construções nacionais em curso na Europa e América. Nesse sentido, o cosmopolitismo de Londres favorece o florescimento dessa imprensa aberta a discussões de repercussão internacional e os portugueses se movimentam com liberdade cada vez mais alargada dentro, na maior parte das vezes, do tão propagandeado espírito da polidez, civilidade e reciprocidade.

1.4 Fleet Street

A questão da distribuição dos portugueses em Londres se torna mais clara quando observamos a sua disposição geográfica. Na cidade de Londres, os impressores

¹⁷⁵ *Investigador*, V. II, pp. 245.

¹⁷⁶ *Investigador*, V. II, pp. 190-241.

¹⁷⁷ *Investigador*, V. II, p. 194.

¹⁷⁸ *Campeão*, V.I, Janeiro de 1820, p. 57.

¹⁷⁹ *O Português*, p. 113, p. 239, p. 543, a última destas, inclusive, retirada do jornal *Times*.

bem sucedidos costumavam ficar situados na Fleet Street, região central da cidade.¹⁸⁰ Pouco acima da Fleet Street ficava a Grub Street, conhecida por abrigar a sublitteratura de Londres. Na Bishopsgate, a grande concentração de tavernas favorecia o desenvolvimento das sociabilidades. A confusão das ruas e vielas que compõem a *City* pode ser ilustrada por um mapa de Londres datado de 1843.¹⁸¹ Trata-se de um excelente instrumento para perceber a disposição de espaços e, de quebra, ajudara pensar as possibilidades de trânsito e circulação de indivíduos.

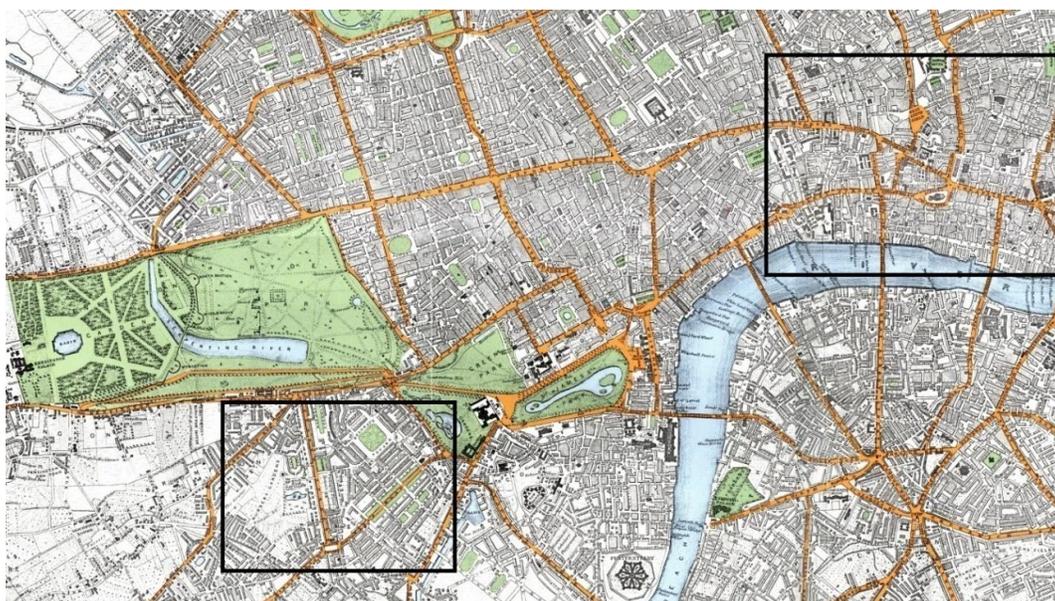


FIGURA 6 – A street map of London -1843 3 ¼ inches to a mile. Devon: Old house books, s/d. (parcial: Hyde Park e City of London), 1843, B.R. Davies.

A partir do mapa, pode ser percebida a existência de dois grupos de influência: um deles situado ao redor da Fleet Street, onde residiam Hipólito da Costa (Wych Street) e Bernardo da Rocha Loureiro (Paternoster Row), os impressores prósperos e as tavernas *City of London* e *Freemason's* (Bishopsgate Street); e outro grupo ao redor da *White Chapel Street*, sede da embaixada portuguesa, responsável por abrigar os encontros da nobiliarquia portuguesa e também por servir de residência ao Conde de Palmela e a D. Domingos. São duas zonas distintas de atuação, uma responsável por abrigar membros premiados do Antigo Regime português e outra responsável pelo abrigo de negociantes dispostos a estabelecer relações com a sociedade de Londres e

¹⁸⁰ Bob Clarke, *From Grub Street to Fleet Street: An Illustrated History of English Newspapers to 1899*, 2004.

¹⁸¹ *A street map of London -1843 3 ¼ inches to a mile.* Devon: Old house books, s/d. O mais próximo do recorte adotado pela tese que pudemos encontrar.

usufruir dos frutos da liberdade comercial que ali florescia. Mais do que a cidade em si mesma, importa aqui rastrear os vestígios deixados pelos portugueses e o seu grau de adaptação à cidade. Quer dizer, como utilizaram os espaços e sobreviveram neles, submergindo nos poderes locais.

As duas áreas distintas também caracterizam duas formas de discurso, para as quais, evidentemente, os intelectuais em Fleet Street possuíam uma retórica mais bem preparada. As tensões que dividem os dois grupos se tornam mais nítidas quando Hipólito critica, no *Correio Braziliense*, as formas de aparição de D. Domingos de Sousa Coutinho na taverna *City of London*, carregando as “suas fitas para as quais não tem o menor merecimento”. Essa ridicularização de D. Domingos certamente escancarava um circuito de fofocas que corria nos subterrâneos entre os comerciantes que se julgavam prejudicados pelas negociações mal conduzidas pelo embaixador. Evidentemente, é possível extrair conclusões mais drásticas estudando a dinâmica de funcionamento dessa comunidade, observando, sobretudo, a organização dos grupos de afiliação cortesãos ou de negociantes em diferentes pontos da cidade, bem como as cargas simbólicas respectivas ao pertencimento a um ou outro ponto da cidade.



FIGURA 7 – Mapa de Londres (parcial: City of London: Fleet Street e Bishopsgate Street), 1843, B.R. Davies.

A gravura acima evidencia a Fleet Street (ponto 1). No ponto 2 está a Paternoster Row, onde residia Rocha Loureiro. No ponto 3, Grub Street. No ponto 4, Cornhill, onde se situavam várias associações comerciais. Logo em seguida, no ponto 5, a extensa

Bishopsgate, responsável por abrigar várias das tavernas que sediavam encontros de emigrados. Pode-se argumentar, nesse sentido, que a vida comercial londrina possuía grande enraizamento na parte central da cidade, onde também tinha trânsito privilegiado os negociantes e jornalistas portugueses.

Na gravura abaixo está uma imagem da Wych Street, onde Hipólito residiu durante boa parte de sua estada em Londres. A rua ficava logo abaixo da Grub Street e acima de Cornhill. Distante poucos minutos, pode-se dizer, da casa de Rocha Loureiro. À proximidade intelectual entre os dois seguiu também sua afinidade geográfica: eram vizinhos.



FIGURA 8: A hoje inexistente Wych Street, onde residia Hipólito, *New Inn*, 1870.

Na *City of London* concentravam-se também os livreiros e as tipografias mais importantes. Os intelectuais e homens de letras que, como veremos no capítulo 5, possuíam intimidade com as formas de disseminação de cultura escrita através do mercado editorial, geralmente afluíam para estes espaços de onde podiam gerenciar com mais facilidade os seus negócios. É necessário lembrar que na *City of London* estava situado o porto de Londres junto ao rio Tamisa, portanto, escoadouro privilegiado de malas-postais que continham as informações mais quentes. Através da tabela 3, é possível perceber como os portugueses, com apenas a exceção de Antonio Martins Pedra, preferem impressores situados na Fleet Street ou regiões próximas:

TABELA 1– Impressores utilizados pelos portugueses

Nome do Impresso	Impressor	Local	Referência
A Arte Poética Poetica de Horacio, por Leonor Almeida	T. Harper	Fleet Street	
Cartas de Antonio Martins Pedra	E. Justin	Bricklane	Whitechapel
Correio Braziliense	W. Lewis	Wych Street	Acima da Ludgate Street
Escritos de Heliodoro Carneiro	Cox and Baylis	Great Queen Street	
Microscópio de Verdades	W. Lewis	Wych Street	Acima da Ludgate Street
O Campeão	L. Thompson	Great St. Helens	12 quadras da Grub Street
O Espelho	Mr. Hughes	Ludgate Street, 35	Sequência da Fleet Street
O Investigador	T. C. Hansard	Paternoster Row	
O Português	W. Lewis	Wych Street	Acima da Ludgate Street
Padre Amaro	Mr. Handsword	Great Winchester Street, 21	
Redator General da Espanha		Fleet Street	

Quanto às tavernas freqüentadas, situam-se todas muito próximas das residências mapeadas e das sedes dos impressores. Dentre elas estão a *City of London*, situada na Bishopsgate Street,¹⁸² e a *Freemason's*, situada logo acima da *City of*

¹⁸² <http://deadpubs.co.uk/LondonPubs/StMartinOutwich/CityLondonTavern.shtml> (Acesso em Dez/2012).

London, na mesma rua. Também a *Albion* e a *Crown and Anchor*, na próxima Effex Street, são mencionadas por Loureiro como ponto de encontro de intelectuais espanhóis.

Por outro lado, membros da aristocracia portuguesa e agentes da monarquia costumavam se organizar em torno da White Chapel Street, a sudeste do Hyde Park, no bairro Belgravia. Como pode ser visto no mapa, são duas regiões relativamente distantes, cujo trânsito certamente ficava prejudicado. De uma forma geral, os negociantes e intelectuais possuíam, pela própria disponibilidade geográfica, um acesso muito mais facilitado à informação e aos instrumentos que permitiam intercambiar ideias e mobilizar a opinião pública. Apesar disso, José Liberato, Hipólito da Costa e também Rocha Loureiro mencionam várias vezes o clima hospitaleiro e agradável do Hyde Park, com especial ênfase para José Liberato (Capítulo 1).

O breve esquema aqui demonstrado lembra a polarização da cidade apelidada de *Winston Parva*, trabalhada pela obra de Norbert Elias.¹⁸³ O trânsito de mexericos permitia a membros de um determinado local da cidade fixar sentidos e estigmatizar membros de outros locais. No caso de *City of London*, os livreiros prósperos e negociantes podiam encarar com maus olhos a presença de elementos da nobreza, pelo que se pode induzir do próprio caso de D. Domingos. Os pólos de poder geográfico ajudam, assim, a entender um pouco mais amplamente as redes de poder formadas pelos portugueses no exterior.

Os elementos mais próximos uns dos outros certamente se ajudavam. Liberato assume a defesa de Custódio Pereira, chegando a mencioná-la explicitamente, enquanto se referia à violação de naus de portugueses: “Em Londres existem atualmente duas casas mercantis a quem se fez essa violação de propriedade: a de Custódio Pereira de Carvalho, e a de Oliveira e Amorim”.¹⁸⁴ Por outro lado, Liberato coloca-se contra a casa monopolista de Moreira, cuja raiz é em Portugal e, como se verá no capítulo 5, também mantém atritos com a casa de Antonio Martins Pedra, financiador do *Correio Braziliense*.

- **Visões de Londres**

Para concluir nosso panorama a respeito da dimensão social e jornalística da cidade de Londres, cabe retratar, ainda que rapidamente, a mesma cidade através dos olhos dos portugueses. De uma forma geral, podemos contemplar a dimensão da *polidez*

¹⁸³Elias, *Estabelecidos e Outsiders*, 2000.

¹⁸⁴*O Campeão*, 1 de setembro de 1819, V. I, p. 166.

como um elemento constituinte dos debates que começam a ser forjados nos jornais, isto é, como exigência de uma conversação franca e imparcial, ao mesmo tempo em que equilibrada e recíproca. A dimensão intrínseca da reciprocidade exigida para a participação nos espaços de sociabilidade ingleses é atestada nas severas críticas, por exemplo, que Hipólito desfere contra a presença de D. Domingos no *club* ou, de outra forma, da mesma reverência mostrada por Liberato diante das condecorações de ordens militares carregadas pelo seu patrocinador em sua própria casa. Os espaços londrinos, incluindo neles os jornais, vão sendo reconfigurados pela presença portuguesa que lhe dá sentidos específicos. Não é demais lembrar que a reunião para comemorar a *regeneração* em 1821 exclui a participação de ingleses – de uma taverna que tem ela própria por nome *City of London*. Os portugueses usam os espaços ingleses para levar a cabo a sua própria negação da Inglaterra enquanto “potência conquistadora”.

Afora certa ojeriza nutrida contra a Inglaterra enquanto potência imperial, os lugares ingleses que servem como abrigo aos portugueses são contínua e positivamente mencionados. Hipólito da Costa, por exemplo, deixa entrever um ambiente idealizado onde as pessoas estão capacitadas para o exercício da leitura e escrita. Parece ser aquele mundo da opinião pública descrito por Edmund Burke,¹⁸⁵ em que cada indivíduo tinha a possibilidade de efetuar uma leitura adequada dos papéis públicos que saíam da oficina de W. Lewis ou de qualquer outro impressor situado na vasta *Fleet Street* – a rua que sediava os impressores mais prósperos. O idealismo de Hipólito com relação ao poder da imprensa em refutar e afastar os rumores nocivos é o que ele revela de sua própria relação com Londres, onde, dispondo de uma imprensa particular, ele podia produzir os seus comentários e influenciar diretamente a “opinião pública”. Onde, ainda, oponentes menos preparados rapidamente sumiam da arena de interação social, não por deterem menos poder, mas sim por estarem errados. A Londres de Hipólito abriga em seu interior uma comunidade de portugueses buscando integração em torno de projetos, argumentos e temáticas. Diante de uma Europa continental convulsionada pela guerra e da América permeada pelos movimentos de independência, essa Londres é um lugar relativamente tranquilo. A narrativa do *Correio* refere-se mais àquilo que os próprios ingleses gostariam de mostrar do que as suas mazelas sociais propriamente ditas. Refere-se, sobretudo, aos seus aspectos literários, sua riqueza comercial, o bom funcionamento de suas instituições políticas. O inglês é descrito como portador de

¹⁸⁵Apud Jurgen Habermas, 2003, p. 116.

“caráter sombrio [...] e as ocupações religiosas nos templos, que duram quase todo o dia, admitem que, em Inglaterra, se possam dispensar os botequins e os teatros, nos domingos e dias de guarda”.¹⁸⁶ Essa sobriedade serve como pressuposto ético no mundo inglês e é contraposta, por exemplo, ao estilo de vida considerado desregrado dos franceses. Em suma, os hábitos ingleses agradavam Hipólito. Ele residiu, até pelo menos 1814, no *New Inn*, hotel no centro da cidade de Londres, lugar que permite vislumbrar:

A prosperidade interna desta nação [que] corre de par com a liberdade que desfrutam seus indivíduos; e os cômodos da vida que nesta ilha se gozam. Basta a um estrangeiro assistir em qualquer domingo ao passeio em Hide-Park, para admirar a riqueza, prosperidade e esplendor da metrópole do Império Britânico.¹⁸⁷

A visão de Loureiro, que efetivamente teve alianças menos poderosas, e que lhe rendeu o título dado por Georges Boisvert de *publiciste independant*¹⁸⁸ não é, por outro lado, menos idílica. Londres revelava tanto pela complexidade de suas instituições quanto pela opulência de suas construções. Já n’*O Espelho*, o autor afirmava:

Quanto ficaria maravilhado, se agora vivesse e viajasse na Inglaterra, o filósofo Rousseau! Ele tinha dito em uma parte das suas obras ‘eu não vejo edificar um palácio que não veja logo muitas terras sem cultura; os alicerces d’aquela assentam sobre as ruínas de muitas casas do campo’, não acontece assim na Inglaterra; as grandes cidades estão cheias de suntuosos palácios, e de magníficos edifícios e estabelecimentos públicos; Londres principalmente é a este respeito uma das maiores e mais soberbas capitais do mundo; aqui reina a opulência, e o luxo, que não é somenos ao da antiga Roma triunfal; e contudo a agricultura floresce no seu mais alto ponto; é porque os primeiros cuidados do Governo Inglês se voltaram para a agricultura, grande base do seu comércio, e depois que por ela tiveram o necessário, cuidaram então nas artes da comodidade, e do luxo, com que temperam, e compensam o rigor do clima.¹⁸⁹

O funcionamento seguro das instituições corre paralelamente ao esforço convicto da população em garantir a estabilidade dessas mesmas instituições, donde,

¹⁸⁶ *Correio Braziliense*, Vol XIII, p. 101.

¹⁸⁷ *Correio Braziliense*, Vol VI, p. 579.

¹⁸⁸ Georges Boisvert, 1973, p. 43.

¹⁸⁹ *O Espelho*, no. 2, maio, 1813, p. 1 *O Espelho*, n. 11, 13 de julho de 1813. A respeito da pluralidade de vozes e culturas presentes em Londres, Loureiro refere: “Parte disto me aconteceu no 1o. dia, que fui correr as ruas de Londres: trazia eu ao pescoço um lenço de seda preta, muito bom, que me havia custado aí, na loja de Montano, os meus 14 tostões; entram todos a reparar para mim, e a chamarem-me *Espanhol*, em termos, que fui enterrar em casa o meu lenço preto, e por um branco, que é o único de que aqui usam os paisanos. Costumava eu tomar a minha pitada de rapé na rua; porém como visse o povo olhar para mim e chamar-me *Francês*, deixei de o fazer: esta palavra, *Francês*, não quer dizer, como lá em Portugal, *Jacobino*, *revolucionário*; mas aplicada, como o foi a mim, denota, homem que é menos grave em suas maneiras; pois toma rapé nas ruas, o que só fazem os Franceses, e não se vê praticar aos ingleses: estes não tomam, é verdade, rapé pelas ruas; mas comem nelas maçãs, peras, morangos, doces, etc. como se estivessem em sua casa: ora entendam lá estas regras de decência e gravidade!”(p. 82).

todos contribuem gostosos em despende em seu proveito, ou benefício o que dão para a causa pública: pois estão seguros de que, sendo desamparados da fortuna, ou da natureza, encontram na perfeição do governo, e no patriotismo de seus naturais os socorros de suas primeiras necessidades: em uma palavra, aqui sabem guardar-se todos os direitos, que nasceram com o homem, são necessários na sociedade, ou não a prejudicam, e os quais não podem ser tolhidos, ou atalhados aos homens sem injúria. Eis aqui, meu amigo, o elixir ou remédio universal, e bálsamo salutífero, que só pode curar os homens livres, que em nosso Portugal tem enfermado da crônica e terrível moléstia *despotismo*.¹⁹⁰

Rocha Loureiro voltará, depois da Abrilada em 1823, para Londres, de onde retomará a sua atividade jornalística, já sem a repercussão dos tempos mais áureos do *Português*. Ao mesmo tempo, os redatores do *Popular*, em especial Margiochi, também em Londres, reforçam o caráter de Londres como a terra prometida dos escritores livres. Mas a descrição desse idílio londrino é mesmo narrada com especial clareza por José Liberato. Sua chegada em Londres é assim descrita:

Apenas tinha chegado à Inglaterra, o aspecto das casas inglesas, todas de tijolos vermelhos sem cobertura alguma exterior, causou-me uma desagradável sensação; porém depois que comecei a ver o que dentro destas casas havia, as magníficas lojas de todos os gêneros e a sua elegância, e asseio, os soberbos e majestosos teatros, como o de *Covent-garden*, *Drury Lane*, e o da grande ópera italiana, e depois as suas longas e espaçosas ruas, os seus extensos parques, as suas ricas e elegantes equipagens, o asseio, a limpeza com que toda a povoação de Londres se apresentava, particularmente nos domingos, nas ruas, e nos passeios, com especialidade em *Hide-Park*; confesso que não pude deixar de dizer comigo – que Inglaterra era uma grande nação; e que Londres, tanto por sua extensão, comodidades, e riqueza, merecia muito bem ser, como é, a principal capital das nações da Europa.¹⁹¹

Ao voltar de Paris em 1819, ele acrescenta, com maior frenesi:

Olhando porém para Inglaterra, onde já caminhava, e trazendo à minha imaginação Londres, que grande e geral *todo* de magnificência, asseio e riqueza me não apresentava esta grande cidade? Que largura e extensão de ruas; que cômodos e largos passeios de pedra para quem anda a pé; que extensas praças com os seus lindos jardins no centro; que imensos parques para passear; que grandes lagos e reservatórios d'água para alimentar todas as casas daquela populosa e extensa cidade? [...] A quem pela primeira vez se apresenta este novo quadro, todo ele com o ar de suntuosidade, grandeza, e até comodidades para pobres e ricos, não pode deixar de confessar que a civilização tem chegado ao mais elevado grau na Inglaterra. O que acabo de dizer é porém apenas a *casca* que cobre a riqueza, o luxo, e a elegância que se acham dentro das casas dos

¹⁹⁰ *O Português*, V. I, no. 3, pp. 196-7. Já no *Espelho*, Rocha Loureiro compunha a ode da indústria britânica, comentando que não havia um hectare de terra na Inglaterra que ainda não havia sido esplendidamente cultivado. *O Espelho*, n. 2, p. 1.

¹⁹¹ José Liberato, p. 136.

ingleses ricos, qualidades juntas ao asseio de que todas as classes do povo participam cada uma conforme as suas posses e haveres.¹⁹²

Sua visão integrada ao ambiente liberal dá a esses escritores um campo mais alargado de visão que permite explorar várias brechas e, assim, de uma forma geral, ajudar a corroer as formas de representação política mais afinadas com o regime absolutista. A discussão predominantemente polida e imparcial é também a discussão que corre par-a-par com os ambientes de trânsito de ideias como as tavernas e lojas maçônicas. Incapaz de se inserir nesse ecossistema regido pela *politeness* e pela predominância da secularização, a aristocracia acabou se incorporando às críticas a uma forma antiga de se comportar civil e politicamente.¹⁹³

Outro caso é o do espanhol José Maria Blanco White, idealizador do jornal *El Español*, que circulou em Londres entre 1810 e 1814. A chegada de White em Londres é expressiva da diferença de vínculos e contatos que espanhóis e portugueses mantinham na cidade. O jornalista inaugura a imprensa emigrada espanhola, finalizando o seu jornal durante o primeiro refluxo absolutista na Espanha, precisamente em 1814, depois da derrocada de Napoleão. White não esconde a sua nostalgia diante da terra assaltada. E, mais do que os portugueses, revela que não tinha vínculos pessoais em Londres antes de migrar para lá. Diante da difícil sobrevivência na cidade, decide recorrer a John George Chilrem, que conheceu na Espanha. Se Hipólito teve sua primeira estada facilitada pelo Duque de Sussex, José Liberato por Abrantes e Castro, e Rocha Loureiro pelo próprio Hipólito, White não usufrui de nenhum vínculo privilegiado. Seu primeiro contato com a cidade é assim descrito:

Alban Street, donde me alojé, en las inmediaciones de Carlton House, ha desaparecido junto con el mismo palacio y con muchas otras desvencijadas calles que se extendían desde Alban hasta la Ópera. Pues éstos fueron precisamente los objetos que se me presentaron a la vista como las primicias de Londres. Todo lo que podía contemplar estaba como bajo el omnipotente dominio del polvo, el humo y la oscuridad, y aun al

¹⁹² José Liberato, p. 190. N' *OInvestigador*, ele assim já descrevia o luxo inglês: "O luxo da Inglaterra, não se limita aqui do Duque e ao Conde, ao negociante e ao banqueiro opulento, mas é extremamente visível na cidade e nos campos, no plebeu e no nobre, no fabricante e no artista. Nos domingos, em que todos os ingleses passeiam, encontra-se nas ruas e nos parques milhares de indivíduos de ambos os sexos, que pelos seus vestidos se tomariam pelas pessoas mais ricas de Portugal, enquanto eles não são mais do que artífices, fabricantes e lojistas, que passam toda a semana empregados nas suas ocupações e a maior parte com o seu avental à frente símbolo do trabalho. E até homens que, durante a semana estiveram com o seu avental a trabalhar nas suas oficinas, irem para as suas casas de campo nos domingos, em carruagens puxadas por quatro cavalos. Eis aqui quando o luxo indica verdadeira e geral prosperidade". *OInvestigador*, V.XXII, pp. 92-3.

¹⁹³ Quanto ao trânsito de informações e insultos que esses espaços permitem catalisar, bem como a intercalação das ideias de um jornal com o outro, especialmente no que diz respeito a uma concepção particular de jornalismo, ficarão ao encargo respectivamente do capítulo 4º e capítulo 5º.

mismo palacio le faltaba la suntuosidad y belleza que tienen los edificios públicos. Se dejaba ver diminuto e insignificante, medio oculto detrás de una cortina de columnas que daban la impresión de que su dueño lo había construido en un ataque de depresión mental para poder vivir tristemente aislado de este mundo. Pero lo que me desagradó más fue el hollín que se enseñoreaba de todos los edificios. La ciudad entera parecía como si estuviera hecha con carbón y cenizas. Era en verdad un espectáculo abrumador el que contemplaban mis ojos, y no podía menos de suscitar en mi espíritu sentimientos tan lóbregos como él mismo.¹⁹⁴

Trata-se de uma visão bem menos idílica e que ajuda a revelar o estado incipiente das relações dos espanhóis com a cidade de Londres: até 1822, afora as experiências de Fernandez Sardinó e Blanco White, não houve nenhuma atividade impressa substantiva dos espanhóis em Londres. Contudo, as atitudes traem White: convertido à causa inglesa, o antigo clérigo católico se converteu em patriarca da Igreja Anglicana. Ele viveu em Londres até o final dos seus dias e, dessa forma, sua visão não revela o estado de êxtase de um estrangeiro: revela sim as dificuldades e problemas vivenciados por um inglês.

¹⁹⁴ *Autobiografía*, 1975, cap. 4.

2. Indivíduo

Quando o jornalismo emerge como uma instância específica de socialização e fonte de vínculo imaginado entre indivíduos fisicamente distantes uns dos outros, o debate deixa de dizer respeito ao grupo de convívio mais imediato ou à Corte e sua esfera corporativa e se volta mais precisamente para o tempo anônimo da nação. Na medida em que dirigido para o indivíduo, o jornal passa a lidar com atores anônimos capazes de assumir decisões imprevisíveis de acordo com a sua própria forma de enxergar o mundo. Não é preciso, portanto, muito esforço para perceber o grande benefício às liberdades individuais trazido pela leitura dos jornais.

No caso do jornalismo em seu contexto de emergência, os patriarcas do jornalismo inglês Addison e Steele enfrentaram dois problemas entre os seus leitores: uns se socializam demais e não dão margem para as ações individuais e outros fogem ao convívio coletivo buscando encontrar na solidão ascética a imagem de um deus. Essa oposição de figuras lembra a ascensão de duas formas de comportamento: a do *Quaker*, que buscava a salvação fugindo ao convívio com outros homens, e a do charlatão político, que buscava a atenção dos homens dedicando todo o seu tempo a alimentar aparências:

For Addison, the Clown's madness was the unhinging of the isolated mind whereas the Courtier's folly was the heteronomic vacuity of the mind incapable of independence. Addison's assertion then, implied a spectrum from excessive autonomy to excessive sociability. Its mean, occupied by a figure who might be called the fully polite gentleman, involved some balance between autonomy and sociability, between the capacities for moral solitude and for social engagement. This was a poise eighteenth-century writers were anxious to achieve, though it often eluded them.¹⁹⁵

O jornal, segundo os mesmos Addison e Steele, é um instrumento de socialização e ajuda a aproximar os indivíduos em torno de reflexões políticas importantes para a organização moral e intelectual da sociedade. Ele impele o homem para o convívio e aproxima-o dos demais através da narrativa e dos temas, argumentos e panoramas a que se refere periodicamente. Dessa forma, ele pode ser entendido como a reiteração do pacto social. Ele encarna isso em sua estrutura ao organizar espaços e fomentar o trânsito dos indivíduos. O discurso de sociabilidade burguesa na Inglaterra,

¹⁹⁵ Lawrence Klein, *Enthusiasm and Enlightenment in Europe*, 1998, p. 153.

que temos chamado de *polido* ou *civil*, tem como precedentes essa busca de Addison e Steele por configurar um ambiente doméstico de leitores.¹⁹⁶

Uma vez tendo exposto algumas informações fundamentais sobre o funcionamento da cidade e sua abertura às práticas da liberdade de imprensa, cabe particularizar alguns dos indivíduos que nela se ambientaram e que possuem alguma ligação com a produção intelectual emigrada. Nossa concepção do indivíduo, a não ser no caso dos jornalistas em questão, não irá se prender a muitos detalhes biográficos e poderá parecer, sob alguns aspectos, um pouco descarnada. Os indivíduos serão genericamente divididos entre agentes monárquicos, negociantes e jornalistas, quer dizer, dizem respeito aos principais grupos de afinidade profissional e intelectual da comunidade portuguesa emigrada em Londres. Essa divisão será suficiente para demonstrar a importância de indivíduos financiadores, fornecedores de pautas e assinantes para a manutenção da linha editorial *liberal* dos jornais. Dessa forma, não se pretende uma abordagem individual exaustiva dessas linhas editoriais e dos indivíduos por elas responsáveis, mas apenas evidenciar o trânsito de indivíduos disponíveis para financiar, debater, fazer oposição, ou interagir mais diretamente com os jornais. O que se busca, nesse sentido, é entender como o grau de coerções interpessoais ajuda a determinar o conteúdo dos jornais e como os jornais ajudam a agrupar indivíduos em torno das pautas a que aludem regularmente.

Essa busca nos ajudará a forjar um mapa prosopográfico de indivíduos percebendo seus vínculos políticos e econômicos. Assim, a *redes de poder* se chamam os vínculos subjacentes, infraestruturais, de patrocínio e compadrio, estando sobretudo ligados a certos postulados da análise do discurso relativos a fontes de financiamento; e a *interdependências* se intitulam os vínculos entre os conteúdos, sendo mais importantes, nesse sentido, as redes de indivíduos como são entendidas por Norbert Elias. Os vínculos interpessoais que este autor chama “relações de interdependência” ajudam a tentar compreender os passos dados pela intelectualidade portuguesa em Londres. Esses vínculos são traduzidos na estreita relação que mantém as temáticas e os argumentos utilizados por um e outro periódico, seja na forma da refutação de

¹⁹⁶ Para L. Klein: “In the intervening years, from the Restoration divines to the Whig ideologists, an interesting discursive shift occurred. In elaborating a social and political vision based on sociability, the periodical writers Addison and Steele, as well as the philosopher Shaftesbury, adapted notions of politeness. Their writings, including their discussions of religion, were permeated with thoughts and figures out of the courtesy book. For instance, one of the central requirements of civility was good form, the supplemental grace required for true excellence. In the words of a popular collection of polite truisms, “Merit will not do the Work if it be not seconded by Agreeableness”. This idea made many appearances in both the *Tatler* and the *Spectator*”. Lawrence Klein, *ibid.* 1998, p. 164.

argumentos, de transcrição de documentos ou mesmo na formação de uma grelha de ideias compartilhadas que permitem aos escritores avançar na formulação de projetos e ideais patrióticos.¹⁹⁷ As relações de interdependência para as quais Norbert Elias chama atenção são exemplificadas pelo autor com a metáfora do jogo de xadrez. Nele, os passos dados por um jogador adquirem implicações severas sobre o outro, mas podem ser mais ou menos previsíveis, dependendo da capacidade de o jogador vislumbrar oportunidades e antecipar as consequências do seu jogo. Elias não se refere a um modelo estático de jogo e mesmo evita simplificações que se referem a um “meio” existente por si mesmo. A metáfora ajuda a perceber como é errado interpretar isoladamente as ações de indivíduos, sem tentar visualizar, para além delas, os antagonismos em jogo no tabuleiro social. No exemplo da competição entre dois grupos, Elias escreve, em resumo, que eles

Dependem um do outro, como num jogo de xadrez (que originariamente foi um jogo guerreiro), os movimentos de um grupo determinam os movimentos do outro grupo e vice-versa. As estruturas internas de cada grupo são determinadas, em maior ou menor grau, pelo que cada grupo pensa que o outro irá fazer depois.¹⁹⁸

Desta forma, as redes de interdependência podem evoluir, seja ao sofrerem um acréscimo de elementos, seja, principalmente, ao chocarem-se umas com as outras. É precisamente o caso de um grupo de jornalistas e negociantes portugueses que, desfrutando das sociabilidades londrinas, descobrem as aberturas da liberdade individual. Os conflitos subjacentes à absorção deste modelo constituirão o cerne do estudo deste capítulo. Daí nosso interesse fundamental nos conflitos e redes de poder construídos a partir de circuitos de interação. Não é uma ideia nova aquela que postula a construção da identidade a partir do conflito gerado com outras identidades. Em seu processo de descobrir quem é, o indivíduo adquire farto material para saber quem não é. Ao invés, portanto, de nos preocuparmos com dados biográficos, para os quais disponibilizamos vasta bibliografia, preocupamo-nos com esses circuitos de

¹⁹⁷ No que concerne ao *Investigador*, M.F. Nunes e S.A.S. Pereira sugerem que “Além das referências explícitas a outros jornais é também detectável a influência de outros periódicos sobre *O Investigador Portuguez em Inglaterra*. Pode-se mesmo visualizar estes traços de semelhança de discurso, que ao mesmo tempo pode representar uma afinidade ideológica entre os próprios redatores dos periódicos, que a sociabilidade profissional e mundana poria em contato dentro deste círculo de emigração londrina”. 1993, pp. 204. As autoras ainda sugerem a influência de José Maria Blanco White, redator do *El Español*, editado em Londres entre 1810 e 1814. Pensamos ser antes maior a influência da própria imprensa inglesa, da qual todos os jornais portugueses em Londres abstrairam os esquemas básicos de apresentação jornalística.

¹⁹⁸ Norbert Elias. *Introdução à sociologia*. 2005, p. 83. Este é também o método de trabalho intitulado por Karl Mannheim “genético”. K. Mannheim, *Ideology and utopia*, Routledge, 1953.

significações, adesões e rejeições que permitem aos indivíduos firmarem suas posturas políticas.

2.1 Jornalistas e agentes monárquicos

Estamos tratando precisamente de grupos de indivíduos que buscam o privilégio de estabelecer sentidos sobre a reconstrução do Reino luso-brasileiro na modernidade. Cumpre-nos, dessa forma, observar de que forma o trânsito de ideias nos jornais faz parte antes de um caminhar conjunto que pode ser motivado pela rivalidade entre grupos de poder do que por ações individuais derivadas de simples atividades criativas. O jornal *Investigador*, por exemplo, é mais revelador pelos jogos de poder que encerra e por seus objetivos implícitos do que pelo longo conjunto das “memórias do tempo” que é seu objetivo declarado colecionar. Ao mencionar o peculiar grupo de médicos maçons composto de Vicente Nolasco, Abrantes e Castro e José Caetano de Castro, Adelaide Machado salienta:

Esta estranha associação de homens conseguiu da corte no Brasil através do ministro D. Rodrigo, irmão do embaixador, a concessão do número mínimo de assinaturas que garantia o financiamento do periódico. Criado, perante a Corte, para combater os ataques ao governo feitos pelo *Correio Braziliense*, defensor da independência do Brasil, seria esta a principal razão da obtenção de subsídio ministerial.¹⁹⁹

Buscar solucionar a questão do *Investigador* investindo nos aspectos subjacentes à publicação da obra deve esclarecer mais pormenorizadamente as formas de mecenato e arrematamento de letrados no Antigo Regime português. Para ajudar nessa tarefa que podemos chamar de “questão emigrada”, propomos um breve trabalho de cruzamento de indivíduos.²⁰⁰ Uma vez que temos tratado da sociedade inglesa, de seus espaços específicos, e da cultura inglesa ilustrada de forma geral, devemos investigar os indivíduos portugueses que se ambientam nesses espaços e qual é o seu perfil majoritário. A primeira dificuldade reside no fato de as fontes do mundo luso-brasileiro

¹⁹⁹ Adelaide Machado, “O Investigador Português em Inglaterra, nos primeiros anos de publicação (1811-1813) – Uma apresentação”, 1998, p. 474. Lembrando que Hipólito defenderá a “independência” apenas a partir de 1821.

²⁰⁰ Não há melhor ponto de partida para isso do que a prosopografia. Como aporte metodológico e teórico para o estudo de grupos de indivíduos, ela “is the investigation of the *common background characteristics* of a group of actors in history by means of a collective study of their lives. The method employed is to establish a universe to be studied, and then to ask a set of uniform questions about birth and death, marriage and family, social origins and inherited economic position, place of residence, education, amount and source of personal wealth, occupation, religion, experience of office, and so on. The various types of information about the individuals in the universe are then juxtaposed and combined, and are examined for significant variables. They are tested both for internal correlations and for correlations with other forms of behavior or action. Lawrence Stone. “On prosopography” 1971, p. 46 (grifos nossos).

possuírem um caráter sobretudo qualitativo.²⁰¹ Especialmente no que concerne aos dados econômicos, há várias lacunas que não podem ser respondidas quantitativamente e que só muito recentemente começaram a ser abordadas de forma mais ampla. A construção da Tabela 1, portanto, tem como ponto de partida as referências feitas pelos próprios indivíduos estudados, seja em trabalhos biográficos, jornais ou cartas.²⁰² O *Dicionário Biográfico* produzido em 1858 por Inocêncio Francisco da Silva ajudou a verificar a importância de cada indivíduo mencionado bem como a disponibilidade de material bibliográfico a seu respeito. Muitas vezes, as fontes utilizadas por Inocêncio são os próprios jornais que estão em estudo. A confecção da tabela permite ainda perceber mais detalhadamente alguns dos mecanismos de funcionamento, tanto políticos quanto econômicos, da arquitetura da comunidade portuguesa emigrada. A prosopografia, nesse sentido, forneceu inspiração para compreender o cruzamento dos indivíduos a partir de suas disposições políticas e econômicas, bem como, mais precisamente, de seu posicionamento diante dos importantes eventos de 1820. Optou-se por indicar a descrição disponível e a formação do indivíduo que, em boa parte dos casos, girava em torno da Universidade de Coimbra.

Outro indicador importante e que merece uma coluna específica na Tabela 2 é a reunião de juramento de fidelidade às Cortes em Portugal, em que só se permitiram elementos luso-brasileiros. Ela foi descrita como um encontro de indivíduos comprometidos com as Luzes, separando aqueles que compareceram para fazer o juramento daqueles que, apesar de terem sido convidados, não compareceram. Assim José Liberato descreve a importante reunião, no *Campeão*:

Os Portugueses residentes em Londres, desejando dar uma prova não equívoca de seu patriotismo e lealdade, tem determinado ajuntarem-se na *City of London Tavern* no dia 4 de Junho de 1821, para votarem um Memorial congratulatório ao Augusto Congresso das Cortes Gerais, Extraordinárias, e Constituintes da Nação Portuguesa; e outro à Majestade do Senhor Rey D. João VI.²⁰³

Pode-se perceber que o espaço de maior destaque que concentra a circulação de membros da comunidade emigrada é o *Club* situado na taverna *City of London*. Ela

²⁰¹ Roderick Barman e Jean Barman, “The Prosopography of the Brazilian Empire”, 1978, p. 78.

²⁰² Para a extração de dados: Mecenas Dourado, *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*, 1957, Carlos Rizzini, *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*, 1957, Dicionário Bibliográfico do Inocêncio de 1858, Georges Boisvert, “La presse périodique de Londres. Notes sur les circonstances de son apparition et de son développement”, 1974 e José Liberato, *Memórias da vida*, 1855. Outros links úteis estão apontados ao final da bibliografia.

²⁰³ *O Campeão*, V. IV, p. 248. Também sendo noticiado em *Padre Amaro*, Agosto de 1820, p. 155.

tanto aparece com mais frequência no discurso dos jornais como ajuda a abrir mais portas para negociações efetivas com grupos econômicos sediados Londres. Evidentemente, boa parte dos indivíduos que asseguram ali a sua presença são negociantes ou indivíduos diretamente dependentes desses mesmos negociantes. Os espaços de sociabilidade mencionados não apenas fornecem suporte para as vivências e práticas de grupo em Londres como para atividades de coleta de dados e intercâmbio de pautas e argumentos jornalísticos. Daí a tentativa de apontar alguns dos espaços em que estes indivíduos podem ter circulado e que ajudaram a confeccionar as suas identidades no exterior. É preciso lembrar ainda que foram selecionados os indivíduos portugueses ou brasileiros residentes em Londres entre 1808 e 1822. Quando, eventualmente, surgirem nomes de importância que ultrapassem o período de tempo adotado, eles serão registrados com ressalvas, como no caso de Simões Margiochi e José da Silva Carvalho, jornalistas que vão compor a imprensa emigrada a partir da Abrilada.

TABELA 2 – Indivíduos luso-brasileiros que transitaram por Londres entre 1808 e 1822

No	Indivíduo	Posição	Menção	Reunião de 1821	Idade/Univ.	Espaços
1.	Alexandre Teixeira Sampaio			Presente		<i>Club</i>
2.	Ambrósio Joaquim dos Reis	Agente da monarquia	Oficial da secretaria de Estado	Não consta		<i>Club</i>
3.	Antonio Cesareo da Silva			Presente		<i>Club</i>
4.	Antonio da Costa	Negociante	Falido em 1819	Presente		<i>Club</i>
5.	Antonio da Silva Povoas	Negociante	Importador de vinhos	Presente		
6.	Antonio Francisco Abreu	Negociante	Possuiu firma com Jacinto Dias de Carvalho	Presente		<i>Club</i>
7.	Antonio Joaquim Freire Marreco	Negociante	Secretário honorário do <i>club</i> , comerciava vinhos	Presente	1787-1850	<i>Club</i>
8.	Antonio José Armando			Presente		<i>Club</i>
9.	Antonio Julião da Costa	Agente da monarquia	Reunião do <i>Club</i> em 1810, Consul em Liverpool	Não consta		
10.	Antonio M. Lopes			Ausente		<i>Club</i>
11.	Antonio Machado Braga	Negociante	Amigo de Liberato	Presente		<i>Club</i>
12.	Antonio Martins Pedra	Negociante	Agente do Banco do Brasil, financiador de Hipólito	Presente		<i>Club</i>
13.	Antonio Moniz			Presente		<i>Club</i>
14.	Antonio Moreira S. Paio	Negociante	Reunião do Club em 1810	Não consta		<i>Club</i>
15.	Antônio Ribeiro Neves	Escrivão	Amigo de Liberato	Não consta		

16.	Antonio Teixeira Sampaio	Negociante	Correspondências do Conde de Palmela	Presente		<i>Club</i>
17.	Antonio Xavier Castelo Branco		Abono de viagens para o Rio de Janeiro em 1816	Ausente		<i>Club</i>
18.	Bernardo José de Abrantes e Castro	Jornalista, médico	<i>O Investigador</i>	Não consta	1771-1831 Coimbra	<i>Club</i>
19.	Bruno da Silva	Negociante	Importava em Londres vinho português	Presente		<i>Club</i>
20.	Candido José Xavier Dias da Silva	Agente da monarquia	Ministro, fundador dos <i>Annaes</i> , em Londres a partir de 1827	Não consta	1769-1833	Loja
21.	Cipriano Ribeiro Freire	Agente da monarquia	Encontrou em Londres médico para D. Maria	Não consta	1749-1824	White Chapel
22.	Cristóvão Pedro de Moraes Sarmiento	Agente da monarquia	Encarregado dos negócios portugueses na Inglaterra	Não consta	1788-1842 Coimbra	
23.	Custódio Pereira de Carvalho	Negociante	Financiou o <i>Campeão</i> , tendo passado a juventude no Brasil	Ausente	1778-1854	<i>Club</i>
24.	Daniel da Cunha			Ausente		<i>Club</i>
25.	Daniel Nunes Ribeiro	Negociante	Firma com Daniel Nunes Vizeu, amigo de Liberato	Presente		<i>Club</i>
26.	Domingos de Oliveira			Ausente		<i>Club</i>
27.	Domingos de Sousa Coutinho	Diplomata		Não consta	1760-1833	<i>Club/</i> White Chapel
28.	Domingos Ribeiro de Faria			Presente		<i>Club</i>
29.	Domingos Rodrigues de Sá			Ausente		<i>Club</i>
30.	Faustino da Silva Ramos			Ausente		<i>Club</i>
31.	Felisberto Caldeira Brant	Diplomata	Amigo de Hipólito, nomeado por Bonifácio	Não consta	1772-1842	
32.	Filinto Elisio (Francisco Manoel	Poeta	Correspondência constante com membros do <i>Club</i>	Não consta	1734-1819	
33.	Fortunato Allen			Ausente	1777-1847	<i>Club</i>
34.	Francisco Alpoim e Meneses	Publicista	Autor do <i>Microscópio de Verdades</i>	Não consta		
35.	Francisco Alves de Carvalho Vianna	Negociante	Firma com Antonio Pedra até 1817, Sociedade Promotora da Indústria	Não consta		
36.	Francisco José Moreira	Negociante		Não consta		
37.	Francisco Lopes da Cunha	Médico		Ausente		<i>Club</i>
38.	Francisco Nunes Vizeu	Negociante	Firma com Daniel Nunes Ribeiro	Não consta		
39.	Francisco Palacios			Presente		<i>Club</i>
40.	Francisco Rebelo Leitão		Revolução Liberal de 1820, amigo de Rocha	Ausente		

			Loureiro			
41.	Francisco Simões Margiochi	Jornalista, oficial da marinha	<i>O Popular</i> , amigo de Loureiro, Londres a partir de 1826	Não consta	1774-1838 Coimbra	
42.	Francisco Solano Constâncio	Jornalista, médico, diplomata		Não consta	1777-1846 Edimburgo	
43.	Francisco Teixeira Sampaio	Negociante	Companhia Geral do Alto-Douro	Presente		<i>Club</i>
44.	Guilherme Telles			Presente		<i>Club</i>
45.	Heliodoro Carneiro	Médico		Presente	1776-??? Coimbra	Salão
46.	Henrique José da Silva	Negociante	Amigo de Liberato, firma com Freire Marreco	Presente	1796-1883	<i>Club</i>
47.	Hipólito da Costa	Jornalista		Presente	1774-1823 Coimbra	<i>Club</i> /loja
48.	Honório José Teixeira	Negociante	Reunião do <i>Club</i> em 1810	Não consta		
49.	Ignacio Palyart	Agente da monarquia		Não consta		<i>Club</i>
50.	Jacinto José Dias de Carvalho		Reunião do <i>Club</i> em 1810 como secretário	Não consta		<i>Club</i>
51.	João Antonio Frutuoso		Reunião do <i>Club</i> em 1810	Presente		<i>Club</i>
52.	João Bernardo da Rocha Loureiro	Jornalista		Presente	1778-1853 Coimbra	<i>Club</i> / Loja
53.	João Caetano Rivara	Gravador de estampas		Ausente		<i>Club</i>
54.	João de Oliveira	Químico, negociante		Presente	Londres	<i>Club</i>
55.	João de Sá Pereira Ferreira Soares		Libelo contra Liberato e delator de Gomes Freyre	Não consta	Coimbra	
56.	João do Valle Porto			Ausente		<i>Club</i>
57.	João Domingos Bomtempo	Pianista, pedagogo	Retorna a Portugal depois da queda de Napoleão	Não consta	1775-1842	Drury-Lane
58.	João Ferreira Duarte		Reunião do <i>Club</i> em 1810	Não consta		<i>Club</i>
59.	João Ferreira Pinto	Negociante	Informa Liberato que D. João ficaria no Brasil	Presente		<i>Club</i>
60.	João Francisco de Oliveira	Agente da monarquia	Amigo de Liberato	Não consta		
61.	João Jorge Junior	Negociante	Agente do Banco do Brasil	Não consta		<i>Club</i>
62.	João Teixeira de Carvalho	Negociante	Amigo de Liberato	Ausente		<i>Club</i>
63.	Joaquim Ferreira de Freitas	Jornalista	Criador do <i>Padre Amaro</i>	Não consta		
64.	Joaquim Isidro Nunes			Ausente		<i>Club</i>
65.	Joaquim José			Presente		<i>Club</i>

	Bandeira					
66.	Joaquim José da Costa e Simas	Advogado	Financiador do <i>Telégrafo</i> de Loureiro	Não consta	1760-??? Coimbra	Loja
67.	Joaquim José da Silva Lima	Negociante	Amigo de Liberato	Presente		<i>Club</i>
68.	Joaquim José Vasques Junior	Agente da monarquia	Reunião do <i>Club</i> em 1810	Não consta		<i>Club</i>
69.	Joaquim Soares	Negociante	Ofereceu toda a sua fortuna para D. Pedro	Não consta		<i>Club</i>
70.	José Anselmo Correia Henriques	Jornalista e diplomata	Circulou por Londres, Paris e Hamburgo	Não consta	1777-1831	Salão
71.	José Antonio Gonçalves de Oliveira		Cumprimentou D. Miguel em 1827, esteve presente no <i>Club</i> em 1821 e 1810	Presente		<i>Club</i>
72.	José Balbino Barboza de Araújo	Negociante		Não consta		<i>Club</i>
73.	José Caetano de Bastos	Negociante	Companhia de Seguros <i>Bonança</i>	Presente		<i>Club</i>
74.	José Cesareo da Silva			Presente		<i>Club</i>
75.	José Correa da Serra		Abade Correa da Serra	Ausente		<i>Club</i>
76.	José da Cunha Pereira de Neiva	Agente da monarquia		Ausente		<i>Club</i>
77.	José da Silva Carvalho	Jornalista	<i>O Popular</i> , revolução de 1820, Londres em 1823	Não consta	1782-1856 Coimbra	
78.	José de Andrade Corvo de Camões	Fidalgo da Casa Real	Libelo contra Liberato	Não consta	1790-???	
79.	José de Oliveira Barreto	Agente da monarquia	Regente nomeado por D. João VI	Ausente		<i>Club</i>
80.	José de Oliveira Lopo	Negociante	Comércio de vinhos	Ausente		<i>Club</i>
81.	José Diogo Mascarenhas Neto	Magistrado	Fundador do jornal <i>Annaes</i> em Paris	Não consta	1752-1824 Coimbra	
82.	José F. Pinto da Cunha	Militar		Não consta		<i>Club</i>
83.	José Ferreira Borges	Magistrado, deputado	Permanece em Londres entre 1823 e 1827	Não consta	1786-1838 Coimbra	Sinédrio
84.	José Gomes Barreto	Negociante	Dono de escunas	Presente		<i>Club</i>
85.	José Liberato	Jornalista	<i>O Investigador</i> , <i>O Campeão</i>	Presente	1772-1855	Loja / <i>Club</i>
86.	José Luiz de Souza	Agente da Monarquia	Ministro de Portugal em Londres	Não consta		<i>Club</i>
87.	José Maria da Silva			Ausente		<i>Club</i>
88.	José Martins Barroso		Reunião do <i>Club</i> em 1810	Não consta		
89.	José Moreira de Queiroz			Presente		<i>Club</i>
90.	José Nunes de	Amanuense	Legação portuguesa em	Ausente		José

	Carvalho		Londres			Carvalho
91.	José Pinheiro Viseu			Presente		Club
92.	José Pires Ferreira			Ausente		Club
93.	José Sebastião de França	Negociante	Foi presidente do <i>Club</i>	Não consta		Club
94.	José Vanzeller	Negociante	Consignatário de navios ingleses	Presente		Club
95.	José Vitorino Barreto Feio	Militar	Revolução Liberal, amigo de Loureiro	Não consta		Loja
96.	José Xavier de Bastos Manoel			Presente		Club
97.	Joseph Timothy Haydn	Jornalista	Permanece em Dublin	Não consta	Dublin	
98.	L. F. de Carvalho	Negociante	Amigo de Joaquim de Freitas	Não consta		José Carvalho
99.	Lourenço de Lima	Agente da Monarquia	Ministro	Ausente	1767-1839	Club
100.	Lourenço Rodrigues de Sá			Ausente		Club
101.	Luís Augusto May	Jornalista	Secretaria da Legação Estrangeira em Londres	Não consta	1782-1850	Salão
102.	Luís Lacomba	Músico ?		Ausente		Club
103.	Manoel Antonio de Freitas	Negociante	Parceiro de Antonio da Costa falido em 1829	Presente		
104.	Manoel Fernandes Alves		Reunião do <i>Club</i> em 1810	Não consta		Club
105.	Manoel Joaquim Soares	Negociante	Amigo de Liberato	Não consta		
106.	Manoel José da Gama Machado			Ausente		Club
107.	Manoel José Ferreira Camelo	Negociante	Companhia de Tabacos	Presente		Club
108.	Manoel José Gomes da Costa			Ausente		Club
109.	Manoel Ribeiro Guimarães		Tesoureiro do <i>Club</i> em 1810	Não consta		Club
110.	Manuel Inácio Martins Pamplona	Militar, diplomata	Inimigo de Heliodoro Carneiro	Não consta	1760-1832	
111.	Miguel Caetano de Castro	Jornalista, médico	Membro do <i>Royal College of Physicians</i>	Não consta	Edimburgo	White Chapel /Loja
112.	Miguel Dias de Faria	Negociante		Não consta		Club
113.	Nicoláo José Vaz Salgado			Presente		Club
114.	Pato Moniz	Jornalista	Autor do <i>Telégrafo</i>	Não consta		
115.	Pedro Brown	Médico		Presente		Club
116.	Pedro de Sousa Holstein	Diplomata	Conde de Palmela	Não consta		White Chapel
117.	Pedro do Couto			Presente		Club

118	Pedro Pinto de Moraes Sarmiento	Militar	Libelo contra Liberato e delator de Gomes Freire	Não consta		
119	Rafael da Cruz Guerreiro	Agente da Monarquia	Legação Portuguesa em Londres	Ausente		White Chapel
120	Ricardo Lino da Silva			Presente		Club
121	Vicente Nolasco	Médico, jornalista			Coimbra	Club/Loja

A tabela possui muitas lacunas de dados. Como se afirmou, existe uma nítida dificuldade para se trabalhar com dados numéricos no mundo luso-brasileiro. Apesar disso, os indícios de funcionamento da comunidade que ela permite perceber são bastante esclarecedores. Num primeiro momento, a tabela permite notar que a presença de indivíduos automeados jornalistas é significativa. Se levamos em conta que, dos 121 indivíduos arrolados, 13 deles chegaram a exercer o ofício jornalístico de forma regular e mesmo depender dele para sobreviver numa altura ou noutra, lidamos com uma percentagem extravagante de mais de um jornalista para cada grupo de 10 indivíduos. Evidentemente, nem todos eles dependem da mesma forma que Hipólito da Costa, Joaquim de Freitas, José Liberato, João Bernardo da Rocha Loureiro e Joseph Timothy Haydn, do jornalismo para sobreviver.

Alguns dos jornalistas manifestam um trânsito ambíguo entre espaços caracterizados pela presença de agentes monárquicos e espaços liberais. Dentre eles, José Liberato, defensor da Revolução Liberal, foi frequentador também da Casa de D. Domingos na *White Chapel* e do Conde de Palmela em Londres, elementos execrados por João Bernardo da Rocha Loureiro e Hipólito da Costa. D. Domingos chegou a ser ele mesmo frequentador da taverna *City of London* (seu nome está em chamadas de membros de 1810) até que os ataques dirigidos contra ele por comerciantes e jornalistas começaram a se tornar mais frequentes.

Entre os indivíduos convidados para fazer o juramento de fidelidade às Cortes em 1821, temos uma grande parte vinculada às atividades comerciais. Quando aparecem dentre os convocados agentes monárquicos como D. Lourenço de Lima, Rafael da Cruz Guerreiro, José de Oliveira Barreto, José da Cunha Pereira de Neiva e o abade Correia da Serra, eles faltam ao juramento. Evidentemente, para eles podia significar uma postura bastante comprometedora, já que tinham mais a perder do que os jornalistas e negociantes. É até mesmo possível especular que, na medida em que a presença na taverna exigia certa reciprocidade entre os seus membros na hora de estabelecer filiações e relações econômicas e políticas, os agentes monárquicos vinculados a certo

modo de aparição pública considerado ultrapassado se viam coagidos a não participar ou simplesmente se viam inadequados aos trânsitos de poder e figuração do local.

O mais exemplar destes indivíduos, D. Domingos, era considerado pródigo em ostentar suas condecorações militares, na crítica que tantas vezes fez Hipólito da Costa. Conforme o jornalista se permitia lançar ataques furiosos ao embaixador, pode-se especular também sua indisposição com Antônio Martins Pedra e possivelmente com outros negociantes portugueses que financiaram Hipólito – sobretudo com João Jorge e Custódio Pereira, agentes do Banco do Brasil ignorados por D. Domingos. Dessa forma, seria bem coerente a decisão do próprio D. Domingos de arregimentar intelectuais pertencentes a esse mesmo espaço para fazer uma oposição escrita a Hipólito da Costa, o que acabou se efetivando, num primeiro momento, através do grupo de médicos maçons encabeçados por Abrantes e Castro.

Ainda como demonstrado pela tabela, dentre os 42 indivíduos que estavam presentes na reunião de 1821 e cujas funções foi possível mapear de forma mais ou menos precisa, ao menos 18 eram negociantes, 3 médicos, 3 jornalistas e nenhum era agente monárquico. Dentre o total de 32 indivíduos ausentes, são ao menos 3 negociantes, 1 médico, 1 músico e 5 agentes monárquicos. Ao passo, portanto, que nenhum agente monárquico assinou o juramento, eles respondiam por 15% daqueles cujo nome constava na lista de ausentes. A dificuldade, assim, de se apresentar a uma reunião de juramento às Cortes Liberais estando diretamente vinculado ao aparelho do Antigo Regime parece evidente. Os agentes da monarquia recusaram a sua presença e ajudaram a mostrar que não tinham muita intimidade com o espaço do *Club*.

Por outro lado, parece também evidente a dificuldade de atacar os jornalistas bem ambientados no *Club* e subsidiados por um número mais ou menos substantivo de negociantes. Dentre os 74 indivíduos convocados para o juramento, pelo menos 22 podiam ser identificados como negociantes. Na amostragem total, esse número sobe para pelo menos 34 indivíduos. Além desse crescente pano de fundo que pode ter funcionado como sustentáculo econômico da atividade periodista portuguesa em Londres, é possível perceber outras parcerias importantes disponíveis no mundo inglês. No caso de um Hipólito da Costa, as lojas maçônicas abriram espaço para a sua amizade com o Duque de Sussex, filho do rei George III, também presente em reuniões do *Club*. Não fosse essa amizade, teria sido bastante difícil para Hipólito manter-se na ilha. Outro caso que indispsôs as autoridades portuguesas, o de José Anselmo Correia Henriques, mereceu a extradição exemplar. Além de não possuir qualquer tipo de cidadania inglesa,

como tinha Hipólito,²⁰⁴ Anselmo Correia era considerado partidário do absolutismo e colocou-se em oposição aberta contra a Maçonaria, escrevendo em 1816 uma longa carta para D. João explicando os motivos por que aquela “associação execrável” devia ser extinta. Daí a importância da rede de contatos e parcerias políticas e econômicas para o estabelecimento de um empreendimento jornalístico.

Torna-se bastante nítido, também, o pertencimento à loja maçônica da maior parte dos envolvidos com a imprensa emigrada. Como será possível descobrir adiante, existe uma ligação bastante estreita entre o exercício do periodismo e a maçonaria, ambas adversárias, em seus conceitos e práticas, da arquitetura de poder do Antigo Regime. Talvez, contudo, a relativa escassez de fontes para estudar mais precisamente esses vínculos que envolvem tanto lojas maçônicas francesas e inglesas quanto portuguesas seja um dos motivos por se ter preferido analisá-la a partir de aspectos externos, e não a partir da mobilidade interna permitida pelo fluxo em suas lojas. É importante ressaltar, assim, que todos os redatores de jornais arrolados participam, numa altura ou noutra, de reuniões maçônicas. Como exemplo, Hipólito da Costa foi preso pela inquisição justamente em virtude disso, enquanto Vicente Nolasco foi perseguido a partir de declarações pouco discretas feitas durante uma reunião com franceses numa loja maçônica portuguesa.²⁰⁵ Bernardo José Abrantes e Castro, o Dr. Castro, também se vinculou à Maçonaria e foi chamado pela Intendência de Polícia a prestar esclarecimentos por conta de sua vinculação.²⁰⁶

Outro desses indicadores de sociabilidade, cuja existência é mencionada apenas de relance na tabela, pode ser percebido no círculo de participantes do salão da condessa de Oyenhausen, acessível graças aos vários anos de estudos documentais de Mecenas Dourado. Entre os elementos arrolados encontram-se Vicente Nolasco da Cunha,²⁰⁷ o já

²⁰⁴Embora Mecenas Dourado, *Ibid.* 1957, afirme tratar-se de um antigo título feudal, segundo o Merriam-Webster, *denizen* significa “a person admitted to residence in a foreign country; *especially*: an alien admitted to rights of citizenship”.

²⁰⁵Como alega Adelaide Machado, “pela posição de Napoleão face ao que era considerado traição da parte do regente português, e também pelos projetos pessoais de Junot em relação a Portugal, dar vivas à dinastia de Bragança era crime. Nolasco da Cunha fê-lo em público durante um jantar maçônico, e o fato chegou aos ouvidos do General Francês, não lhe deixando outra alternativa senão abandonar o país”. 1998, p. 477.

²⁰⁶“Bernardo José Abrantes e Castro (1771-1833), conta a sua fuga na *Memória sobre a conduta...* que dirigiu ao soberano à sua chegada a Londres. Mais tarde o *Investigador* publicou o perdão real, através de um Ofício do Conde de Funchal, “Em despacho de 8 de Janeiro do presente ano [1812] me ordena o Conde de Linhares, que em nome de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor declare a Vmçê. que o mesmo Augusto Senhor está hoje convencido não só da sua inocência, mas da fidelidade, luzes e grande merecimento”. Adelaide Machado, 1997, p. 478.

²⁰⁷Vicente Nolasco da Cunha (1773-1844) publicou na época as seguintes obras: *Jardim Botânico de Darwin, ou a economia da vegetação, poema com notas filosóficas*, traduzido do inglês, Lisboa, 1803; *O*

citado José Anselmo Correia Henriques, Heliodoro Carneiro e Luís Augusto May.²⁰⁸ O papel que esse salão pode ter cumprido entre os portugueses na sociedade inglesa já foi abordado mais circunstancialmente no item 1.1 desta tese.

Cabe mencionar, por fim, no que concerne aos espaços de socialização, a função fundamental do pano de fundo compartilhado pelos jornalistas derivado da Universidade de Coimbra (cujas repercussões serão sugeridas no Capítulo 3 desta tese). A centralidade dessa Universidade para o intelecto luso-brasileiro tem sido bastante trabalhada, de forma que é possível perceber suficientemente bem o seu papel na condução dos projetos de nacionalidade ou reforma política no Brasil e em Portugal no início do Oitocentos. Dentre os jornalistas emigrados, cabe apenas citar, a título de exemplo, o caso longevo de Francisco Simões Margiochi que deixa ver a longa formação intelectual e política aberta pela Universidade. Formado em 1798, foi responsável pelo jornal *O Popular* juntamente com José da Silva Carvalho a partir de 1824, ajudando, antes disso, a organizar a conspiração do Sinédrio em conjunto com Ferreira Borges e Fernandes Tomás.²⁰⁹ Tanto Margiochi quanto os responsáveis pelo jornal *O Investigador*, além de Rocha Loureiro, Hipólito da Costa e D. Domingos, tinham em

comum, o ensino Coimbrão: A *Universidade de Coimbra* reformada proporcionava a cada um uma bagagem cognitiva completamente nova. Ao assumir um racionalismo filtrado pelas correntes empiristas de Newton e Locke, criou um ensino calculado como suporte teórico do absolutismo e formação de quadros que o servissem na prática. Acabou, no entanto, por dotar os seus alunos do espírito crítico necessário à implantação de uma nova cultura que coava o conhecimento adquirido e a adquirir através do funil da legitimação racional.²¹⁰

Há, portanto, antes mesmo da diáspora portuguesa de 1807, uma vivência em comum e também um cruzamento de experiências intelectuais que permitem a cada um dos autores de jornais compartilharem determinada bagagem cognitiva. O estreito círculo formado a partir da vivência na Universidade, da qual apenas se exclui José Liberato, membro da Academia de Ciências de Lisboa, se encaixa perfeitamente nas conclusões subseqüentes. Será preciso, por outro lado, avaliar como, mesmo a partir de

tempo da Glória, Lisboa, 1802; *O Triunfo da natureza*, 1809 (dedicado a Domingos de Sousa Coutinho); *O Incêndio de Moscovo, ou a Queda de Napoleão*, Londres, 1812. Adelaide Maria Machado. “O Investigador Português em Inglaterra, nos primeiros anos de publicação (1811-1813)” p. 474. Ele foi sobrinho de Anastácio da Cunha, de quem D. Domingos foi aluno, e por quem nutria admiração.

²⁰⁸ Mecenaz Dourado, 1957, p. 177.

²⁰⁹ Dicionário do Inocência, tomo IX, p. 60.

²¹⁰ Adelaide Machado, 1997, p. 479 e José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem*, 2003.

um esqueleto de argumentos aproximados relativos à construção do Grande Reino os jornalistas conseguem retirar conclusões bastante amplas e mesmo divergentes entre si.

Maria Adelaide Machado, aprofundando a análise discursiva do *Investigador*, deduziu a presença grande do fator *acaso* nesses ajuntamentos entre jornalistas e agentes monárquicos, os últimos muitas vezes buscando meros *ghost writers* para a defesa de suas doutrinas políticas ou então de sua “pessoa pública”. Quer dizer, noutras palavras que, dada a sua disposição de escrever para sobreviver, eles simplesmente se venderiam. Diz a autora que

as redes de relações verticais que se criavam, não com base em consonâncias políticas ou ideológicas, eram muitas vezes fruto do acaso, de apresentações ou recomendações, não poucas vezes, da distinção e competência demonstradas nos meios acadêmicos e profissionais.²¹¹

Contudo, se há competência demonstrada em meios acadêmicos e profissionais, como no caso do Dr. Abrantes e de José Liberato, já não existe mero “fruto do acaso” no que concerne ao estabelecimento de afiliações políticas. Pode-se mesmo sugerir que elas são em alguns casos fio a fio costuradas desde o estudo comum na Universidade de Coimbra. É exemplar disso a amizade que se desenvolve entre D. Rodrigo e Hipólito da Costa, que se relacionam regularmente desde a década de 1790. Parece mais correto dizer que há um fundamento lógico nessas associações. José Liberato, dentre todos os fugitivos de Portugal, teve a fuga mais precipitada segundo consta em suas memórias. Perguntado pelo oficial na Alfândega inglesa se conhecia algum português radicado em Londres, respondeu pelo Dr. Castro, que já cuidava da redação do jornal *O Investigador* e era adido da embaixada portuguesa em Londres.²¹² Pouco antes de ser admitido na redação deste jornal, Liberato recebe os préstimos de D. Domingos, o Conde de Funchal. E logo inicia a sua desavença com Hipólito da Costa, tido por orgulhoso e

²¹¹ Adelaide Machado, 1997, p. 476.

²¹² José Liberato. *Memórias...*, p. 130. “Este [o Dr. Abrantes] ficou contentíssimo em me ver, e logo me disse: - O senhor Liberato foi um anjo que aqui me aparece; eu desejo muito partir quanto antes para Lisboa, porque minha mulher está muito doente, e dá-se muito mal nesta terra; e não o podia fazer, porque sou o redator principal do *Investigador*, na publicação do qual muito se interessa o Conde de Funchal; e não me quer deixar ir embora, sem que ache pessoa capaz que me substitua, porque o meu colega doutor Vicente Nolasco é muito bom para tudo, menos para dirigir um jornal e trabalhar nele como é preciso. Portanto, repito-lhe, e dê-me cá um abraço: o senhor Liberato é um bom anjo que me apareceu. Não deve recusar este honroso e independente modo de vida que lhe ofereço, porque lhe vai dar uma decente subsistência, como mais tarde lhe explicarei, e a mim me faz um incomparável favor”. *Ibid.*, pp. 131-2.

desmemoriado, ao não lembrar que ele, Liberato, lhe acudira durante sua fuga da prisão do Limoeiro.²¹³ Diz Liberato, sobre Hipólito:

Era ele naquele tempo empenhado em fazer guerra e desacreditar o Conde de Funchal, a quem se procuravam pretextos para lhe tirar a embaixada, e para isto estava vendido ao partido do Conde da Barca, Antonio de Araújo. Como visse pois que o não procurei, e que era protegido pelo Conde de Funchal, com que já ele havia estado ligado, e tinha aceitado ser o primeiro redator do *Investigador*, declarou-me uma guerra torpe e baixa, à qual poucas vezes respondi, e sempre laconicamente, em ar muito sisudo e nobre.²¹⁴

Depois da apresentação a D. Domingos, que Liberato descreve como um sujeito muito afável, este será apresentado também a Vicente Nolasco, tido como nulo para a redação do *Investigador*, mas dotado das melhores intenções, e Miguel Caetano de Castro, um brasileiro formado em Edimburgo que ajudaria na redação. A casa de D. Domingos é mencionada como um lugar de encontro que permite vasta rede de articulações entre os portugueses em Londres.²¹⁵ Observa-se, durante a evolução dessa comunidade, que o *club* de comerciantes vai cada vez mais assumir essa função de organização em detrimento da casa do estadista ou mesmo da casa da Condessa de Oyenhausen. Vicente Nolasco, assim que voltou de um passeio pela Áustria onde o Conde de Palmela era embaixador, entrou em contato com Liberato, contando-lhe da indisposição do embaixador por conta de uma série de artigos que Liberato tinha escrito relativamente às negociações junto ao Congresso de Viena. A indisposição não impossibilitará que, uma vez em Londres, o Conde de Palmela dedique sua amizade a José Liberato, ainda que haja incidentes entre os dois devido à liberdade crítica que vai

²¹³ Referindo-se à acusação de ter renegado à pátria por ter comprado ações do banco escocês, Hipólito refere-se às “obrigações” que teria diante de Liberato: “Mas a todas estas intrigas e acusações do tal Investigador Campeão se deve submeter caladamente o redator deste jornal, *porque as obrigações incógnitas que deve ao Fulano Liberato*, são de tão transcendente calibre, que não há impropério que não deva sofrer-se por contemplação de tais benefícios”. *Correio Braziliense*, V.XXVI, Abril de 1821, p. 515, grifos nossos.

²¹⁴ José Liberato, 1855, pp. 129-30.

²¹⁵ Cf. *Correio Braziliense*, V.IX, pp. 157-8 e, principalmente, José Liberato, *Memórias...*, p. 135: “Em sua casa, e particularmente aos domingos, dias em que ali se juntavam quase todos os portugueses que viviam em Londres para cumprimentarem o embaixador, e ouvirem missa na Capela da embaixada, conheci eu muitos dos nossos compatriotas tanto da alta nobreza, como negociantes. A Capela portuguesa nessa época era um brilhante lugar de reunião, até de muitos ingleses distintos, porque não sendo permitido então aos católicos ter Capelas ou Igrejas, o que já hoje se permite, só as havia nas casas dos embaixadores [...]”. Por fim, também Loureiro, através de uma carta enviada pelo *Club* de negociantes, se refere à casa do Embaixador: “Lembramos somente a conferência, que é muito sabida em Londres e teve lugar em fins de julho ou princípios de agosto de 1812: S. Exa. por uma circular chamou à sua casa todos os Negociantes portugueses e aí se ajuntaram: então S. Exa. lhes comunicou que havia ajustado com o governo inglês o nomearem-se de cada parte dois comissários que houvessem de acabar compondo-se entre si todas as dúvidas e diferenças nascidas do tratado (...)” (*O Espelho*, n. 19, p. 155).

assumindo *O Investigador*. A defesa do Conde de Palmela, muito criticado nas páginas do *Correio Braziliense* e do *Português*, ficará mesmo a cargo do *Padre Amaro*.²¹⁶

Depois de ofício enviado por Tomás Antônio Vila-Nova para a Embaixada portuguesa em Londres, José Liberato terminou a publicação já pensando num próximo jornal, que chamou *O Campeão*. Ingressando na vida de publicista como apaniguado de D. Domingos, Liberato conquistou gradualmente o desafeto de Loureiro e Hipólito. O percurso dos três, apesar disso, possui uma teia de financiamentos e interdependências que pode ser considerada relativamente estável, lembrando do vínculo de Liberato com Abrantes e Castro, de Hipólito com o Duque de Sussex e Antonio Martins Pedra, e de Loureiro com o próprio Hipólito e com Joaquim da Costa Simas. Assim, permitimo-nos afirmar que há vários dados que permitem particularizar essas relações de afinidade intelectual, para além da busca de *ghost writers*.

As dificuldades de relacionamento entre esses três jornalistas começam a crescer a partir da derrocada de Napoleão na Europa e do início da busca pela estabilização do reino e pela proposição de reformas políticas para Brasil e Portugal. Nas trocas de farpas entre os três, José Liberato é associado ao “jornal da Embaixada”, Hipólito da Costa ao comércio de escravos brasileiro e Rocha Loureiro ao governo espanhol. Contudo, acontece, em 1821, por ocasião do juramento de fidelidade às Cortes, um episódio digno de ser narrado. Os três estabelecem um cessar-fogo:

Sucedeu então neste ato um caso notável, que foi a reconciliação dos três principais jornalistas portugueses que escreviam em Londres, que eram – eu José Liberato, Hipólito, e João Bernardo, e que ultimamente andávamos em guerra política. Quem propôs esta reconciliação foi o português A. J. Freire Marreco, que depois aqui veio morrer em Lisboa, dizendo, que tendo todos concorrido de um modo ou de outro para a liberdade da pátria, conseguida esta, não deviam ficar inimigos; assim propunha que ali mesmo se abraçassem.²¹⁷

Nesse mesmo encontro, como testemunha José Liberato, ele recebe uma caixa de ouro em virtude de seus préstimos à nação portuguesa, na qual constam o nome de Antonio Joaquim Freire Marreco, João d’Oliveira, Antonio Machado, Joaquim José da Silva Lima, João Ferreira Pinto Bastos, Manoel Joaquim Soares, Henrique José da Silva, Daniel Nunes Ribeiro, João Teixeira de Carvalho, Manoel Antônio de Freitas e,

²¹⁶ “Seja-nos permitido dizer em abono da verdade, que o Exmo. Conde de Palmela reúne as virtudes de homem, as qualidades de homem de estado; e que, em vão algum indivíduo, ou algum pequeno partido se esforça em espalhar o contrário” (*Padre Amaro*, abril de 1820, p. 406).

²¹⁷ José Liberato, *Memórias...*, p. 203.

em especial, seu financiador Custódio Pereira de Carvalho, seu colega jornalista João Bernardo da Rocha Loureiro, e o mecenas de Hipólito Antônio Martins Pedra.

Outro destes jornalistas é o tardio Joaquim Ferreira de Freitas,²¹⁸ que chegou em Londres em 1821. A ambígua relação com a França deste último não impediu que ele fosse um defensor da causa liberal, ainda que se mantivesse bastante relutante com relação à Revolução Liberal do Porto através do seu periódico *O Padre Amaro*. Este indivíduo conheceu Liberato em Paris e será tido como outro ingrato, por não ter retribuído o esforço daquele em dar subsídio e apoio moral para o seu empreendimento.²¹⁹

Depois da Revolução Liberal e até o início da Vila-Francada, em 1823, Londres vai deixar de cumprir um papel decisivo no sentido de abrigar a palavra impressa portuguesa, posto que Portugal teoricamente já terá criado condições de fomentar o seu próprio comércio livreiro capaz de fazer circular a propaganda da Revolução Liberal do Porto.

2.2 Quatro nomes

Construído um pano-de-fundo que permite perceber a forte presença de negociantes e intelectuais entre os portugueses emigrados, podemos nos aprofundar mais demoradamente num grupo de indivíduos que consideramos expressão mais completa dos anseios da comunidade. O que se sobressai entre os principais jornalistas portugueses em Londres é a sua unidade doutrinal em torno do combate à “calamidade generalizada” na Europa, da divulgação dos ideais liberais e da garantia da transição segura do Portugal do Antigo Regime para o mundo moderno. Além de enxergarem com bons olhos as mudanças administrativas propostas pela Revolução Liberal do

²¹⁸ Segundo o dicionário de Inocêncio, “[...] natural da ilha da Madeira. Depois de vestir o hábito franciscano capucho, cuja regra chegara a professar, tomando até ordens sacras, segundo dizem, saiu do convento não sei como, e apareceu secularizado, havendo quem afirme que ele se casara pelo tempo adiante. - Entrou em Portugal, vindo ao serviço do exercito francês comandado por Massena quando este invadiu o reino em 1810, e com o mesmo regressou a França, donde passados anos se transferiu para Inglaterra” V.IX, pp. 78-9. Freitas se aproxima daquilo que podemos chamar de moderantismo: “Todo o ultra-liberal é um fanático tão prejudicial à causa da liberdade constitucional, como um ultra-católico à causa da religião, e como um ultra-realista à causa dos reis; e todos estes ultras unidos são contrários à causa da humanidade” (*Padre Amaro*, Outubro de 1820, p. 246). Da sua experiência na Espanha, como lembra Inocêncio, presume-se a longa troca de farpas que terá com o redator do *El Español Constitucional*, tratada mais a fundo no item 5.2.

²¹⁹ José Liberato, 1855, p. 180. Freitas, por sua vez, minimiza a pendenga com Liberato: “Por ora só diremos que desde que chegamos a Londres sempre encontramos no redator do *Campeão* um amigo officioso, tanto em nos obsequiar, como em promover o nosso jornal; que sempre fomos coerentes com ele em doutrinas e princípios constitucionais, até que abraçando ele um novo sistema, nós permanecemos firmes no seu sistema antigo; sem que algum de nós se mostrasse ofendido, porque ambos somos tolerantes e liberais”. *Padre Amaro*, Outubro de 1821, p. 194.

Porto, eles estão seguros da necessária passagem pelo período de provação das luzes, que com sua incidência sobre um espaço social excessivamente tradicional, deveria provocar mudanças capazes de tornar Portugal uma potência mundial. Essa aparente unidade, como destacamos anteriormente, provém também do aprendizado em comum no espaço da Universidade de Coimbra:

A linha política dos três jornais [*Investigador*, *Correio e Português*] era semelhante, apelavam à reforma, tendo em vista uma monarquia constitucional que retomasse e atualizasse as antigas leis portuguesas, servida pela liberdade individual, de consciência, pensamento e ação, sob o império da lei. Temiam quer o despotismo, quer a anarquia popular, e neste sentido, denunciavam o sistema reinante em Portugal, como absolutista, legitimando o regime que defendiam, com a história e os exemplos coevos, destacando-se o inglês.²²⁰

O escopo desse capítulo é encontrar confrontos úteis para o entendimento das doutrinas políticas que começam a se destacar oferecendo encaminhamentos específicos para a reconstrução do reino luso-brasileiro. Uma vez que certa uniformidade doutrinal é encontrada entre os três principais jornalistas portugueses em Londres, João Bernardo da Rocha Loureiro, José Liberato e Hipólito da Costa, eles passam a rechaçar a presença de vozes críticas com relação ao encaminhamento da revolução. Daí sua tirania que levará, segundo argumenta Joaquim de Freitas, ingresso na comunidade em 1820, à perseguição de vozes contrárias à revolução. Os negociantes e jornalistas estariam assim encampando uma caça às bruxas contra elementos contrários aos seus projetos hegemônicos:

Saibam pois quantos este *instrumento* virem, que no ano 1º da Regeneração, se estabeleceu aqui em Londres uma Inquisição, composta de Portugueses que se dizem negociantes e liberais, e que nem são portugueses nem liberais, nem negociantes. Estes distintos característicos são bastante para os diferenciarem das Casas portuguesas respeitáveis, que algumas há estabelecidas neste país, e cujos chefes e sócios gozam de bom nome e grande crédito. Por isto podem julgar nossos leitores o desprezo e indignação com que os verdadeiramente negociantes portugueses olham para este bandozinho de sevandijas que não excede quatro ou cinco tratantes obscuros, uns que já fecharam botica e outros que pretendem, à força de intrigas, baixezas e toda a sorte de velhacarias, enxovalhar as casas respeitáveis, ou tê-las debaixo de sua influência inquisitorial. Eles viram que a nossa presente regeneração é tão milagrosa, que de nada se pode vir a ser alguma coisa; e pretenderam sair da sua esfera, embarcando-se na maré das águas turvas.²²¹

²²⁰ Maria Adelaide Machado, *Ibid*, 2011, p. 220. José Liberato atribui a possibilidade desse fenômeno impresso à disponibilidade dos comerciantes em financiar uma oposição escrita: “Já desde muito tempo os snrs. Negociantes portugueses em Inglaterra têm especialmente dado um brilhante exemplo de amor e patriotismo; e pode dizer-se com verdade que a eles decerto se deve a existência e a continuação dos três jornais portugueses impressos em Londres, (maravilha única que nenhuma outra nação apresenta em países estrangeiros), e por consequência todo o aumento indubitável de luzes, que eles têm dado, e estão constantemente dando ao nosso governo e à nação.” *O Investigador*, Vol XVI, p. 241.

²²¹ *Padre Amaro*, novembro de 1821, p. 375-6.

Apesar dos aplausos dedicados à revolução liberal e à pertença de todos os quatro jornalistas à Maçonaria, o avanço das Cortes de Lisboa permite aprimorar e perceber diferenças mais sensíveis entre os escopos doutrinários de cada um dos jornalistas. Na medida em que estes indivíduos funcionam como pólos capazes de aglutinar outros elementos das elites luso-brasileiras, é importante entrar em alguns detalhes que podem ajudar a esclarecer o funcionamento da comunidade como um todo. A contestação de Joaquim de Freitas, por exemplo, permite perceber que ele aponta para algo de bem diferente. Além de ter se aclimatado na França, de onde dispomos de dados biográficos pouco precisos, Freitas não esconde a admiração que guarda por Napoleão Bonaparte. Suas ressalvas entendem ser as Luzes do século inevitáveis, desde que orientadas pelas Cortes convocadas diretamente pelo rei.

Cada um dos jornalistas possui um perfil bastante singular, sendo precisamente isso o que justifica tantos financiamentos provenientes de indivíduos e canais diferentes. Nosso objetivo, nesse sentido, não é apresentar um catálogo exaustivo de dados biográficos, que podem ser encontrados, com exceção de Joaquim de Freitas, em uma série de autores diferentes. Sobretudo Hipólito da Costa teve biógrafos e compiladores preocupados, e seu percurso nos é conhecido nos mais insignificantes pormenores. Devemos, por outro lado, nos concentrar em seus percursos jornalísticos que se encaminham e solidificam na oposição a determinados políticos que constituem canais importantes para pensar o funcionamento do Antigo Regime português.

Essa breve distinção permite destacar algumas características peculiares e perceber, pelo avanço de proposições contrárias, como se encaminham e solidificam as propostas dos principais jornalistas portugueses em Londres. Aqui, nos deparamos com os indivíduos que funcionam como referência para a organização da comunidade, pela singularidade e ampla difusão das doutrinas por eles elaboradas. São, portanto, dados biográficos necessários para o entendimento dos argumentos, doutrinas políticas e utopias que serão abordados e detalhados nos capítulos seguintes.

- **Hipólito da Costa (1774-1823)**

Hipólito da Costa deve seu aprendizado jornalístico ao contato precoce com os jornais norte-americanos, quando de sua viagem à Filadélfia. Sua pertença à Maçonaria foi motivo suficiente para que fosse preso pela Inquisição em Portugal. O desleixo dos guardas da Prisão do Limoeiro, segundo José Liberato, permitiu que Hipólito escapasse e se evadisse para a Inglaterra em 1805. Lá, antes de lançar seu *Correio Braziliense*, ele

escreveu as *Narrativas da Perseguição*, que contam em cores um tanto dramáticas o seu período de cárcere e a importância de ultrapassar a polícia do pensamento estabelecida pelo Antigo Regime.

Uma vez na Inglaterra, Hipólito recebeu ajuda de Antonio Martins Pedra²²² e convenceu-se da importância de produzir um periódico para esclarecer os brasileiros e portugueses que rodeavam a Corte agora instalada no Brasil. Dado o caráter demasiadamente liberal do *Correio Braziliense*, lançado efetivamente em 1808, o embaixador D. Domingos, criticado nas páginas do jornal, busca persegui-lo de todas as formas. A publicação de Hipólito é censurada no Brasil e em Portugal. Surgem panfletos e várias vozes buscando denunciar o embuste criado por Hipólito. Os fracassos sucessivos das tentativas de censurar Hipólito e diminuir sua influência levam D. Domingos a financiar o conhecido jornal *O Investigador*.

Também D. Domingos se manifesta, e faz isso com frequência, através do jornal *O Investigador*. Os artigos não assinados produzidos pelo Embaixador dão origem ao epíteto *Encoberto*. Dessa forma pejorativa, Hipólito começa a se referir ao seu opositor, criticando sua intrusão negativa nos negócios dos portugueses em Londres e, evidentemente, no seu *Club* de negociantes. A longa troca de insultos entre o *Encoberto* e Hipólito da Costa ajuda a perceber a tensão que repercutia no próprio *club* de negociantes portugueses em Londres, que atribuíam à diplomacia portuguesa o estado de estagnação do comércio português. Em especial, nesse momento, essa estagnação dizia respeito ao apresamento de navios portugueses pela Inglaterra a partir de 1807, diante do qual D. Domingos não esboçou nenhuma preocupação mais aberta, além da sua intrusão no comércio de diamantes que deveria ser prerrogativa dos agentes do Banco do Brasil em Londres.²²³

Entre os vários ataques do *Correio* contra o *Encoberto*, são mais ilustrativos aqueles que atacam a constituição familiar do diplomata. Além do Principal Souza, governador provisório em Portugal, e de D. Rodrigo, ministro de D. João no Rio, é mencionado D. Francisco Inocência, o pai desses indivíduos, outro diplomata que, segundo Hipólito, encarnava uma forma arcaica de governar que constituía obstáculo para o desenvolvimento das ideias liberais identificadas com a meritocracia. Hipólito se refere a D. Domingos como “nosso parente macaco”²²⁴ e joça dos ares aristocráticos

²²² Mecenas Dourado, *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*, 1957, p. 160.

²²³ José Luís Cardoso, “A new contribution to the history of Banco do Brazil”, 2010.

²²⁴ *Correio Braziliense*, 1814, V. XIII, p. 857.

com que o português sempre se pronunciava, exigindo dos seus compatriotas portugueses, como se fosse o próprio rei, a cerimônia de beijamão.²²⁵ Ele ainda ironiza a descendência pretensamente aristocrática dos irmãos Coutinho e acusa sua pouca serventia: “Mas enfim, suponhamos, que os três Sousas do Rio de Janeiro, de Londres, e de Lisboa, são todos homens de talento; negamos a suposição, porque exceto o Conde de Linhares os mais todos juntos não valem uma pitada de tabaco”.²²⁶ Referindo-se ao filho de D. Rodrigo Coutinho no Rio de Janeiro, com quem teve uma série de dissensões políticas, ele afirma: “O Conde de Linhares á um rapaz que nunca entrou em nenhum emprego diplomático: porém a Condessa sua mãe é de Turim; e assim aquele ministro será agradável à Corte de Sardenha, onde seu pai era também ministro, quando ali casou”.²²⁷

Os comentários do *Correio* em virtude do apresamento de navios portugueses tornaram-se bastante frequentes e obrigaram o próprio D. Domingos a responder ao jornal através de correspondência. O diplomata alegava que, mesmo tendo feito vários contatos com canais políticos ingleses, os navios apresados precisariam ir ao julgamento através do “tribunal supremo” na Inglaterra. D. Domingos aproveita para ironizar na carta as várias críticas feitas por Hipólito com relação ao seu comportamento no Club:

Deixando agora à parte coisas do comércio vamos a outros pontos: que lhe parece a Vossa Mercê a incivilidade que o nosso Embaixador obrou no jantar do Club, nossa anos de nossa Rainha? Veio tarde, e a más horas, quando devia ser mais prontamente em dia tão solene, o que não pode passar é, que bebendo-se à sua saúde depois de o presidente ter proposto esse toaste, ele, como se fora vilão ruim, bebeu com os outros à sua mesma saúde; ficou muito enxuto, e coisa de agradecer nada de novo.²²⁸

A *incivilidade* de D. Domingos é um dos tópicos tão criticados por Hipólito, cuja argumentação parecerá mesmo excessiva nas páginas desta tese. Hipólito não consegue ver em D. Domingos a encarnação do político moderno e isso se deve, em primeiro lugar, pelas suas formas antiquadas de aparição e conduta pública. Em cartas que são anexadas em seguida, o embaixador é acusado de ler as correspondências trocadas por portugueses emigrados, como dá conta o oficial dos correios ingleses. Entre estas cartas estariam escritos destinados a Jacome Rátton e Diogo Mascarenhas Neto.

²²⁵ *Correio Braziliense*, 1813, V. XI, p. 222.

²²⁶ *Correio Braziliense*, 1811, V. VI, p. 435.

²²⁷ *Correio Braziliense*, 1817, Vol XIX, p. 560.

²²⁸ Vol. XII, Janeiro de 1814, p. 151.

Comunicações como estas trocadas por Hipólito e D. Domingos são a parte mais visível da trama que dia a dia se articulava no interior de uma comunidade que buscava a sua sobrevivência no solo estrangeiro. Assim vão sendo construídas percepções de espaços e lugares que incluem também os jornais, mas não somente eles: sabe-se que a própria casa de D. Domingos é um espaço estratégico para a criação de alianças e articulação dos comerciantes com políticos importantes. O que implica a possibilidade de Hipólito e D. Domingos efetivamente se encontrarem na taverna onde, talvez, o *Redator Encoberto* monopolizasse a direção das discussões negando aos comerciantes voz para reivindicarem melhorias nas legislações comerciais de Portugal.

O Conde de Palmela, vindo para Londres em substituição de Funchal, vai ser alvo das mesmas críticas que dizem respeito à pouca eficácia na hora de defender os interesses portugueses e também na violação das correspondências trocadas por portugueses emigrados. O jornal criado para fazer oposição a Hipólito da Costa, *O Investigador*, começa a apresentar independência crítica nas mãos de José Liberato que, ainda assim, manifesta amizade e respeito pelo Conde de Palmela. Contudo, assumindo um teor mais crítico, ao mesmo tempo em que João Bernardo da Rocha Loureiro e Francisco Alpoim também decidem lançar os seus jornais, torna o trânsito de ideias liberais entre os portugueses bastante profícuo, de modo que as diferenças doutrinárias começam a se destacar, sobretudo na opção brasileira ou portuguesa. A opção brasileira de Hipólito da Costa rendeu-lhe o consulado brasileiro em Londres em 1823, mesmo ano da sua morte.

- **José Liberato (1772-1855)**

José Liberato foi bibliotecário do Convento de São Vicente mantido prisioneiro pelas tropas francesas na península. Quando conseguiu fugir de Portugal, em 1813, assumiu a redação do jornal *O Investigador*, depois de contato prévio com Abrantes e Castro. Ao chegar em Londres e deparar-se com as dificuldades de impressão e composição do jornal, Liberato reconheceu a ampla disponibilidade de negociantes em manifestar uma oposição escrita aos governadores de Portugal, considerados incapazes de inserir o reino adequadamente na modernidade. A eficácia do jornalismo emigrado, para Liberato, foi assegurada assim por um círculo fiel de subscritores que, ainda que limitado, mantinha-se vigorosamente ligado à liberdade de manifestação política:

A Nação portuguesa, no decurso destes últimos anos, tem sempre mostrado um grande desejo de ler e instruir-se em seus interesses e direitos; e a prova evidente é que ela com seus auxílios (coisa bem digna de notar-se) têm sustentado três jornais portugueses escritos na Inglaterra. Mas dois deles já foram proibidos em todos ou parte dos domínios portugueses, e o outro morreu assassinado por aqueles que mais o deviam defender [*O Investigador*].²²⁹

José Liberato registra também suas impressões acerca do ofício de jornalista, responsável pela sua sobrevivência nos tortuosos anos em que chegou e começou a se adaptar a Londres. Seu ingresso na redação de jornal se debateu com as resistências iniciais de Vicente Nolasco e do *brasileiro Castro*, que compunham a redação juntamente com Abrantes e Castro. O ofício do redator começa, segundo Liberato, na organização da redação jornalística e na distribuição de funções adequadas, a maior parte delas concentradas nas mãos do próprio José Liberato. Além de descrever a dificuldade de trabalhar com seus colegas, Liberato conta que beneficiou o seu irmão que permanecera em Portugal:

Nos primeiros números, publicados debaixo da minha direção, principiei logo a dar as Memórias que meu irmão D. Antonio da Visitação Freire tinha lido na Academia Real de Lisboa, porque não tendo podido entregar-lhas, não queria que ficassem esquecidas, e pelo menos ali ficassem depositadas.²³⁰

A percepção política de José Liberato foi sendo construída conjuntamente com a de seus colegas e rivais jornalistas. Uma vez tendo se visto livre dos seus ajudantes, teve início no *Investigador* uma disputa aberta com os redatores do *Correio Braziliense* e do *Português*, considerados, no caso de Hipólito, venal, e no caso de Loureiro, preguiçoso e confuso. Liberato afirma não entender o ódio que Hipólito nutria contra D. Domingos e contra o Conde de Palmela, ao mesmo tempo em que se esquecia de que o próprio Liberato o tinha ajudado durante a saída da prisão do Limoeiro. São jornalistas que mantêm laços de muita proximidade mas que, em virtude de afinidades políticas diferentes, vão ser levados a um feroz desacordo público. José Liberato define essa inimizade com Hipólito da Costa e também com Rocha Loureiro:

É verdade que nessa luta me achava só, porque os dois colegas jornalistas, que estavam em Londres, não me ajudavam; um, como João Bernardo da Rocha, editor do *Portuguez*, nem tinha a inteligência suficiente para conhecer a situação atual, bem que homem *politicamente* honesto, nem era eficaz em seus trabalhos, por muito descuidado

²²⁹ *Campeão*, V. I, N. I, pp. 4-5, julho de 1819.

²³⁰ José Liberato, 1855, pp. 137-8.

e preguiçoso; e o outro, Hipólito, editor do *Correio Braziliense*, não tinha *probidade alguma política*, e indiferentemente vendia a sua pena a quem melhor lha pagava.²³¹

No que concerne à definição da linha editorial do jornal *O Investigador*, uma vez tendo acabado a guerra de Napoleão, começa a se identificar com a ideia de orfandade dos povos portugueses e atacar políticos que estariam obscurecendo as vistas do rei. Um dos políticos que começa a encarnar o despotismo político nas páginas do *Investigador* é o ministro português Thomás Antonio Vila-Nova Portugal, cujo poder aumentou exponencialmente com a fuga da Corte para o Brasil. José Liberato começa a desconfiar dos propósitos do ministro acabando por torná-lo sinônimo de corrupção política. De fato, Liberato atribui a si o pioneirismo de ter denunciado a condição de abandono em que o Brasil pretendia deixar Portugal, a partir do que ouviu de seu amigo José Ferreira Pinto (ver Tabela 2), que esteve como encarregado português em Buenos Aires:

Pelo Documento que deixamos copiado podem ver nossos leitores quanto o *Amigo do Rei e do Povo*, logo desde seu princípio, desagradou aos *Villas-Novas, Targinis e Companhia*. E é bem natural que assim fosse, porque um Escrito, em que pretendemos defender nosso Rei e nossos Compatriotas, não podia ser bem visto dos Fabricadores de Leis de Leza-Magestade, das Harpias que devoram a fazenda pública ou *seus consentidores*.²³²

Um dos beneficiários e responsáveis por esse abandono seria, portanto, Thomás Antonio Vila-Nova, a quem Liberato fará oposição ainda mais aberta no jornal *O Campeão*, fundado em 1819. As dificuldades de continuar com a publicação do *Investigador* pareciam assim evidentes. Desiludido com a árdua tarefa de levar adiante a empreitada pelas pressões sofridas em virtude do financiamento proveniente da Embaixada, Liberato decide abdicar da publicação, logo depois de receber um comunicado de Thomás Antonio Vila-Nova:

Nesses mesmos dias indo à casa da Embaixada Portuguesa em South Audley Street, ali soube que tinha chegado um ofício do ministro Tomás Antonio de Villa Nova Portugal, no qual, como se costuma dizer, vinham raios e coriscos contra o *Investigador* e seus redatores, pela Memória, e Reflexões que nele se tinham publicado no n. 81 de Junho passado. Confesso que interiormente senti uma indignação, até horror inexplicável pelas expressões que um homem, que se dava por português, e até tinha por sobrenome *Portugal*, ousava escrever contra quem advogava a causa da sua pátria, tão vilmente enxovalhada por ingratos. Por um impulso espontâneo voltei-me para o Secretário da Legação, e o meu colega Dr. Castro, que ali estava com outros mais empregados, e disse-lhe: Está bem! Conheço quais são as intenções dos assassinos da minha pátria! Não hei-de ser eu que me ponha do seu lado, ou lhes aprove seus infernais projetos! Já

²³¹ José Liberato, *Memórias...*, p. 194.

²³² *O Campeão*, V. II, abril de 1820, p. 248.

daqui declaro, que me despeço de ser redator do *Investigador*, e o vou fazer público no no. 90 do próximo Dezembro.²³³

A partir daí, e pelo círculo a que Liberato estava ligado, surgiram outras tentativas da embaixada portuguesa para financiá-lo num novo empreendimento, inclusive envolvendo reuniões e eventos particulares com D. Domingos e o Conde de Palmela. Este não ficou necessariamente contente com o teor das discussões no *Investigador* e, chamando-o “gazeta ministerial”, sugeriu a Liberato submeter o conteúdo da publicação ao seu gabinete. A essa tentativa de *censura prévia* Liberato respondeu energicamente:

A ideia de V. Exa. seria muito boa, se o governo desse uma soma suficiente para tornar os redatores independentes do público; mas querer que eles dependam, como até agora, dos subscritores, e entrem apesar disso a escrever em um sentido em tudo oposto às opiniões deles, e só conforme com as do governo, é exigência, certamente, impossível. Não se pode ao mesmo tempo servir a dois senhores, e com especialidade quando eles têm opiniões tão diversas.²³⁴

Esta passagem ilustra a *sinuca de bico* em que se encontravam os jornalistas, isto é, a luta por fontes de financiamento ligadas à monarquia ou aos setores mais empreendedores da sociedade luso-brasileira. Liberato não voltou a pegar a pena senão à custa do negociante Custódio Pereira de Carvalho.²³⁵ A justificativa dada por Liberato para negar o pedido feito pessoalmente por Palmela é que não se prestava mais a defender um governo no qual não acreditava, predisposto como estava a tornar Portugal escravo do Brasil.

Ao fundar *O Campeão* com o auxílio do ex-agente do Banco do Brasil Custódio Pereira, Liberato trouxe a experiência política do *Investigador* e também cautela na hora de avaliar determinadas situações de transição e dificuldade política. Referindo-se em suas memórias aos seus colegas jornalistas, Liberato criticou sua falta de discernimento político nesses momentos:

Nenhum deles advogava os interesses de Portugal; porque o primeiro só tinha por missão o servir o Brasil à custa da mãe pátria; e o segundo, bem que dissesse, e escrevesse coisas a bem do seu país, não tinha plano nem sistema naquilo que escrevia; tudo se reduzia a ideias gerais, e não descia aos verdadeiros pontos em que estava a questão, nem a encarava como ela o devia ser, para que os seus discursos pudessem dar fruto.²³⁶

²³³ José Liberato, *Ibid.* pp. 167-8.

²³⁴ José Liberato, *Ibid.* p. 159.

²³⁵ José Liberato, *Ibid.* p. 170-171.

²³⁶ José Liberato, *Ibid.* pp. 156-7.

Mesmo assim, José Liberato continuou frequentador do círculo mais íntimo da diplomacia lusitana em Londres, ao mesmo tempo em que teve como melhores amigos, segundo argumenta, negociantes portugueses lá radicados, caso de Antônio Machado Braga e seu financiador.

Seu antagonista continua sendo Vila-Nova, agora tornado sinônimo da estadia perpétua da Corte no Brasil. Ele encarnaria essa situação específica de despotismo ministerial, mantendo fechados os olhos do rei para a necessidade de voltar para Portugal. Em uma longa carta dirigida contra o ministro, ao mesmo tempo em que se compara a um pigmeu lutando contra os abusos de um gigante, Liberato coloca-se em favor da causa portuguesa. O ataque de Liberato não é apenas contra um cortesão, é contra a ideia de uma espoliação que vem do Brasil e precisa, para ser visualizada mais diretamente pelo seu leitor, encarnar indivíduos específicos. Dessa forma Liberato se dirige a Villa-Nova, lembrando os seus próprios favores sempre prestados a Portugal na condição de jornalista:

Sim, desde o momento em que V.E. declarou guerra de morte ao *Investigador* por ele *haver advogado a causa de Portugal*, declarou-se logo por *Campeão* dos inimigos da sua pátria; e por conseqüência devia ser coerente em renovar outra espécie de guerra contra o *Campeão* e defensor da causa do Rei e do Povo: em uma palavra, o *Campeão* contra Portugal não podia ser amigo do *Campeão* a favor de Portugal!²³⁷

Deputado pelas Cortes ordinárias do reino em 1823, Liberato penderá entre a vida de político e jornalista, voltando a escrever seu *Campeão* em Portugal. Ao contrário de Loureiro, contudo, não se obrigará a um novo exílio em Londres.

- **João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853)**

Loureiro formou-se na Universidade de Coimbra em 1802. Chegou a Londres em 1813, quando começou a frequentar com assiduidade o *Club* dos portugueses. Antes de iniciar a redação do jornal *O Espelho*, nesse mesmo ano, Loureiro já tinha redigido o jornal *Correio da Península e Telégrafo*, em Portugal, em conjunto com Pato Moniz, outro membro da comunidade emigrada. Durante essa primeira tentativa de praticar o jornalismo, Rocha Loureiro recebeu verbas de Joaquim José da Costa Simas, que também iria compor a comunidade emigrada. Daí, talvez, possa ter surgido alguma

²³⁷ *O Campeão*, Vol II, 16 de abril de 1820, p. 269. A proibição de circulação do *Campeão* nos domínios portugueses vem assinada pelo próprio Villa-Nova. Cf. Apud *Padre Amaro*, Março de 1820, p. 187 (grifos nossos).

intimidade com a redação de jornais e aquisição de fontes de financiamento necessárias para o lançamento de seus empreendimentos em Londres.

Seu primeiro jornal em Londres, *O Espelho*, foi publicado através da mesma tipografia utilizada por Hipólito da Costa, com a ajuda de Hipólito e de negociantes do *Club*.²³⁸ Se essa primeira tentativa resulta num fracasso, o jornal seguinte, lançado em 1814, vai durar até 1822 e se tornar uma das vozes liberais mais poderosas. Chamado de *Português*, Loureiro aposta na inovação ideológica. Enquanto José Liberato ainda manifesta apego à diplomacia lusitana em seu *Investigador* e Hipólito da Costa mantém-se firmemente adepto do cabeça coroada, Loureiro começa a manifestar posições cada vez mais críticas. Nas páginas do *Português* ele montou um pequeno laboratório que dissecava “erros de doutrina” e “erros de ciência” no jornal rival, *O Investigador*. Como bom ensaísta, o autor do *Português* dedica boa parte do seu tempo para atacar a “sinceridade” da escrita dos *investigadores*, consolidando, nesse processo, os princípios editoriais de seu próprio jornal:

Desgraçada é por certo a estréia de um Redator; pois ainda tendo cabimento e freguesia, a cada passo topa com escrúpulos, impertinências, desaguizados, bicos de obra, que lhe mortificam, e apuram a paciência: d’ali vem um, que não sabe ler, e triunfa por ter no periódico deparado com uma contradição imaginária; lá se ergue outro, com rosto mais carregado que um censor romano, e faz cárrago ao Redator até dos mais grosseiros erros da imprensa; aquele lhe pede satisfação, por desagravo de honra, que nunca teve; este lhe envia descomposturas rebuçadas; e o pobre redator com a cabeça, e peito descoberto, exposto sem resguardo a toda esta tempestade do respeitável público! ... Ah! Pobres redatores! A vossa sorte ainda é mais desgraçada, do que se pode dizer ditoso o estado dos naires do Malabar: de vós, ó mais que muito infelizes Gazeteiros, só pode dizer: *mesquinha condição! Mesquinha gente!*²³⁹

É muito nítido como Loureiro repercute Hipólito e constitui-se mesmo, nesses primeiros anos (1813-1814), numa espécie de complemento do *Correio Braziliense*. Loureiro chegou ao extremo de relacionar a Hipólito da Costa a paternidade discursiva de seu empreendimento literário: “Só o *Correio Braziliense* que os [*Campeão* e *Português*] viu nascer, e até se pode dizer que foi seu pai, está gozando perfeita saúde, e promete durar longos anos. Bem se pode comparar o *Correio Braziliense* a um pai”.²⁴⁰ Além de ajudar Hipólito no combate a D. Domingos, Rocha Loureiro se destacou por fazer críticas a um cortesão em particular, denunciando suas negociatas ilegais com um

²³⁸ Tengarrinha, “Os comerciantes e a imprensa portuguesa da primeira emigração”, 2004, p. 12.

²³⁹ *O Português*, V. II, no.1, p. 96.

²⁴⁰ Apud Mecenias Dourado, 1957, p. 357.

capitalista inglês no Brasil. Esse cortesão é o barão Maria Targini, presidente do Real Erário:

Nós sabemos de um dos principais empregados na corte do Brasil, que depois de ter fugido, levando roubado o cofre de uma capitania, foi empregado no erário da capital: que se esperava de tal administrador? Que fizesse o que tem feito com escândalo de todo mundo; pois começou por edificar um soberbo palácio; depois ligou-se em sociedade com um estrangeiro que é o seu testa-de-ferro, e ambos eles tem exaurido o erário, e se hão tornados opulentísimos, enquanto o Príncipe e a Casa Real, por falta de dinheiro, se vêem obrigados a contrair sob condições usurárias, e vergonhosas, um empréstimo em Inglaterra, gastando de antemão os frutos incertos do futuro.²⁴¹

Loureiro aprofunda a crítica já feita por Hipólito. Ele dá nome aos bois no que se refere a denunciar capitalistas ingleses que estariam lucrando com a abertura dos portos no Brasil. Percebe-se uma sensível mudança de opção ideológica nas críticas que começam a ser elaboradas e aprofundadas. Se Hipólito critica as autoridades portuguesas pelo desfavorecimento do mundo luso-brasileiro durante os Tratados de 1810, Rocha Loureiro toma uma posição mais específica em direção aos negociantes de Portugal. Os seus ataques a Targini, que surge sempre como encarnação do político desonesto, é também um ataque à espoliação sofrida por Portugal diante do Brasil, com a presença negativa da Inglaterra entre os dois, vista no exemplo negativo do *capitalista Young*. A crítica de Loureiro a Targini, no decorrer da narrativa, se torna mais explícita: Targini encarnava um governo corrupto que se transmitiu ao Brasil e agora impede Portugal de prosperar. Ele é como o ministro Vila-Nova de Liberato, um obstáculo que torna impossível a volta do rei para Portugal. Sua proximidade do dinheiro demonstra a falência moral do governo brasileiro, preocupado em tocar negociatas diante das quais Portugal apenas perde a oportunidade de ingressar no mundo liberal. Seu interesse em que a corte permanecesse no Brasil dizia respeito aos seus próprios lucros indevidos:

O senhor Maria Targini, que, com três contos de renda em cada ano, está no Rio, às barbas do governo, fazendo um escandaloso palácio de custo de centos de mil cruzados, o senhor Maria Targini pode, e deve sentir muito, quando se verifique, a mudança da Corte para Lisboa; mas eu, que para onde vou levo tudo comigo, e tenho bagagem de leigo franciscano, que me importa?²⁴²

A partir desse tipo de fala, é possível induzir que Loureiro é uma voz bastante próxima dos negociantes portugueses que se ajuntam na *City of London*, enquanto

²⁴¹ *O Português*, Vol I, no. 1, p. 21.

²⁴² *O Português*, V. II, pp. 113-4.

Hipólito e sua opção brasileira vão afastá-lo cada vez mais dos interesses dos mesmos negociantes portugueses.

As informações sobre os financiamentos recebidos por Rocha Loureiro não são seguras. Ele podia contar com a ajuda de inúmeros indivíduos participantes do *Club* que tinham interesse direto na publicação do seu jornal. O questionamento mais direto sobre o tipo de financiamento que cai nos bolsos de Loureiro vem de Joaquim de Freitas: diz respeito a algumas regalias recebidas da Embaixada Espanhola. Ao contrário de Liberato e Hipólito, que têm em Custódio Pereira de Carvalho e Antonio Martins Pedra negociantes amigos, Loureiro pode ter contado com um conjunto de subscritores mais próximo do que se chama de público leitor.

- **Joaquim Ferreira de Freitas (??-1831)**

Se os três jornalistas, até aqui, estão preocupados em combater uns aos outros, Freitas aparece como uma novidade imprevista, combatendo a comunidade emigrada e sua falsa liberalidade como um todo. Daí sua importância para o desfecho da trama. Ao contrário dos outros jornalistas, Freitas ainda não recebeu nenhum trabalho biográfico. Sua condição de opositor às Cortes de Lisboa talvez tenha lhe rendido certo esquecimento histórico. O que faz com que disponhamos de dados acerca de sua vida pessoal apenas através de seus opositores e inimigos políticos.

Essas informações não dão conta do nascimento de Freitas. A informação mais substantiva que temos diz respeito aos oito anos (1820-1828) de produção do jornal *O Padre Amaro*, nos quais discute levemente alguns aspectos de sua vida pessoal e sobrevivência em Londres. Segundo uma carta anexada no *Correio Braziliense*,²⁴³ e que será discutida no capítulo 5, Freitas formou-se frade na Ilha da Madeira e migrou para Lisboa. Depois de se filiar à Maçonaria, acabou sendo perseguido e, ao contrário de Hipólito da Costa, evadiu-se para a França. Daí cresceu o seu afeto e admiração por Napoleão Bonaparte, já que teria sido empregado pelo governo francês para realizar serviços na Espanha.

Da Espanha Freitas teria ingressado no exército de Bonaparte na península e, uma vez derrotado, retornou para a França onde adquiriu a cidadania francesa. Nas críticas que se debruçam sobre sua conduta dúbia, sobram alusões ao pertencimento maçônico, através do qual Freitas teria aprendido a faturar muito dinheiro. Em 1819, ele

²⁴³ *Correio Braziliense*, Novembro de 1820, pp. 593-4, grifos nossos.

obteve uma patente de livreiro. Contudo, as várias dívidas, informa a carta anexada no *Correio*, obrigaram-no a migrar para Londres para fugir dos credores. Sob a ajuda e orientação do Conde de Palmela, fundou nesta cidade o jornal *O Padre Amaro*, decididamente favorável às convicções políticas do embaixador.

Assim, mesmo que não contando com uma rede de vínculos sólida em Londres, Joaquim de Freitas contava com uma conexão política de peso, certamente responsável por arranjar-lhe uma lista de subscritores. Por outro lado, a necessidade premente de organizar uma oposição escrita às Cortes de Lisboa pode ter reunido esses subscritores. O próprio Freitas não cansa de enfatizar que o *Club* de portugueses *ultraliberais* não responde pela comunidade emigrada como um todo. Se contarmos, além disso, as 47 assinaturas de fidelidade às Cortes de Lisboa, como constam na Tabela 2, perceberemos que ainda há uma ampla margem para o financiamento dessa oposição à revolução liberal.

Além de sua formação coimbrã e de suas tendências liberais, Freitas é maçom por princípio. Ao contrário dos seus colegas com os pés firmados na Maçonaria inglesa, sua tendência é francesista. Por isso é acusado, como lembra no seu jornal, de ter sido favorável aos franceses durante a ocupação de Napoleão.²⁴⁴

O objetivo de Freitas em seu *Padre Amaro* é fazer uma crítica mais sucinta à produção literária e política portuguesa. Assim, ele ajuda a adiantar a função de comentar as publicações portuguesas em Londres, chamando-as vastos calhamaços de escritos nos quais figurariam, repetitivamente, as novidades do tempo. Freitas prende-se a uma descrição pontual das obras criticadas, mostrando algum vigor crítico e também desprendimento pecuniário incomum. Comentando, por exemplo, a garbosa tradução de *Ensaio sobre o homem*, de Pope, Freitas assim menciona o desapareço do tradutor Barão de Targini pelo conjunto dos periodistas portugueses em Londres – entre os quais, evidentemente, ele mesmo se inclui:

Ninguém se deve admirar que, lançado no comércio da livraria, e exercendo-se em grosso, o senhor Barão de S. L. Lourenço se declare inimigo implacável dos periodistas portugueses de Londres, que o exercem por miúdo; tratando-os de mercenários porque vendem os seus periódicos, quando ele *Patrício* do Estado dá a sua obra por seis guinéus. O certo é que, seja qual for o motivo, ele manifesta tanto ódio contra os

²⁴⁴ O redator ainda se permite brincar com o receio que se tem dos maçons: “A falar a verdade, tudo isto nos assusta, e cada vez que escrevemos Soveia custa-nos a sacá-la do bico da pena. Bem pudéramos chamar-lhe *martelo*, *compasso* ou *trolha*; mas estes apelidos, como todos sabem, pertencem ao domínio extraordinário dessa maldita seita dos Pedreiros-livres, com quem não queremos comércio nem por sonhos”. *Padre Amaro*, N. I, Janeiro de 1820, p. 5.

Periódicos, e tanta gana de *Targar* os Redatores, que, desde a página 13 de dedicatória já começa com eles as contas.²⁴⁵

Os desdobramentos desses perfis, apenas necessários para aprofundarmos o funcionamento do jornalismo emigrado, serão explorados nos capítulos seguintes, permitindo incorporar novos dados biográficos.

2.3 Redes de poder

Temos, até agora, nos concentrado na cidade de Londres e em suas possibilidades de associação, negociação e disponibilidade de material e espaços para o cruzamento de experiências intelectuais. Para estender o alcance dessa reflexão é preciso investigar também indivíduos importantes que não são participantes diretos da comunidade. Os trânsitos discursivos podem ser mais bem entendidos se olharmos um pouco mais profundamente a rede de filiações e financiamento às quais os jornalistas se encontram vinculados. A abordagem de quatro redes de vínculos diferentes, nesse sentido, pode ajudar a entender as coerções a que os jornalistas estavam submetidos, tornando possível compreender mais profundamente o funcionamento do jornalismo. Alguns destes vínculos são aqueles que se estabelecem entre Hipólito da Costa e Heliodoro Carneiro, encarregado de repassar dinheiro de Paulo Fernandes Viana ao primeiro. Outro deles diz respeito à simpatia de José Blanco White pela causa britânica, o que lhe rendeu uma pensão oficial e vínculos privilegiados dentro da sociedade inglesa. No âmbito da especulação, podemos sugerir a ligação afetiva de João Bernardo da Rocha Loureiro com liberais de Madri, a partir da acusação feita por Joaquim de Freitas. Por fim, esboça-se uma tentativa de compreender as contradições e dificuldades dos negociantes e panfletários da Revolução Liberal do Porto, a partir do conflito entre negociantes portugueses instalados em Londres e negociantes em Portugal.

- **Família Carneiro Leão e Heliodoro Carneiro.**

Muito se tem falado no poderio dos Carneiro Leão no Rio de Janeiro. Este não é o objeto desta tese. Contudo, importa-nos sim observar como a presença desta família vinculada ao comércio de escravos ajudou a influenciar pautas de jornais portugueses e mesmo constituir-se como fonte estável de financiamento. O *Correio Braziliense*, pelo fato de ter se eximido até pelo menos 1815 de tocar no tema da escravatura, tem sido

²⁴⁵ *Padre Amaro*, janeiro de 1820, p. 20.

colocado como um aliado silencioso dessa matéria, enquanto, ao mesmo tempo, o jornal *O Investigador* não se cansava de bradar contra a escravização. O titubeio de Hipólito quanto a um tema cuja discussão se mostrava tão presente e encontrava tamanha ojeriza na sociedade inglesa é digno de nota, sobretudo se levarmos em conta a campanha pela abolição do tráfico por meio de petições ao Parlamento inglês na década de 1790. Joaquim de Freitas chega a acusar Hipólito da Costa de ser beneficiado pelo tráfico negreiro, benefício que poderia vir tanto por meio de suas ações no Banco da Escócia quanto pelo patrocínio de Antonio Martins Pedra, ou mesmo pelo dinheiro proveniente das subscrições diante de Paulo Fernandes Viana, casado com a filha de Brás Carneiro Leão, D. Luísa Rosa. De qualquer forma, não é preciso muito esforço reflexivo para perceber o alcance destes poderes que geriam toda uma rede de argumentações: o Brasil, nascido de uma conjuntura escravocrata, não poderia subsistir livre do comércio negreiro. Para usar um argumento de Joaquim Ferreira de Freitas, “o *Correio Braziliense*, como todos sabem, tem cruzado até agora no mar Negro, onde com o tráfico da escravatura adquiriu o imenso cabedal que o fez passar de uma criatura miserável e insignificante ao cume da opulência e da consideração”.²⁴⁶

No que concerne aos tentáculos do poder da família Carneiro Leão em Londres, é preciso lembrar que Antonio Martins Pedra é casado com Clara Maria Barbosa Carneiro Leão, filha de Brás Carneiro Leão. Uma de suas filhas, Gertrudes Angélica,²⁴⁷ casa com o tio Fernando Carneiro Leão em 1802, em Lisboa. Heliodoro Carneiro, por outro lado, também casou, em Paris, com um elemento do clã Carneiro Leão, depois da morte da filha de D. Leonor Almeida com quem era casado. As ligações, ainda que nebulosas, indicam de forma bastante sugestiva o funcionamento das redes corporativas do Antigo Regime, dentro das quais os casamentos consangüíneos são considerados uma forma estável de estabelecer alianças e reforçar poderes. Contudo, seria preciso um estudo que depurasse de forma mais precisa esses vários braços invisíveis dos Carneiro Leão que se estribam em indivíduos considerados nucleares para o funcionamento da política no Brasil. Evidentemente, era do interesse do clã que D. João VI permanecesse no Brasil, tanto quanto esse era o interesse e a luta da vida de Hipólito da Costa e de Heliodoro Carneiro.

²⁴⁶ *Padre Amaro*, Setembro de 1821, pp. 197-8. E quanto a Hipólito receber dinheiro de um certo ricoço no Maranhão, ver *Padre Amaro*, Dezembro de 1821, p. 442.

²⁴⁷ http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Fernando_Carneiro_Le%C3%A3o José (acesso em Dez/2012).

Um estudo lexicométrico do *Correio Braziliense* muito provavelmente resultaria na descoberta de que os indivíduos mais alvejados nas páginas de seu jornal são D. Domingos e o Conde de Palmela. Os dois eram vistos com desconfiança por elementos políticos situados no Brasil. Quando Palmela desembarcou no Rio de Janeiro, em 1821, um amplo coro buscava avisar o rei dos seus conluios para separar as nações de ambos os lados do Atlântico. De qualquer forma, os Carneiro Leão não poderiam ver com bons olhos a aproximação de Palmela e o afastamento do rei. As críticas expostas no *Correio Braziliense* representam de forma direta essa desconfiança.

É preciso lembrar também que D. João VI foi padrinho do filho de Heliodoro Carneiro, através de uma das negociações cuidadosas do último no Rio de Janeiro. Não é demais, nesse sentido, acentuar a proximidade de Heliodoro e Paulo Fernandes Viana – o sombrio intendente de polícia de que fala Joaquim de Freitas –, ambos casados com mulheres do clã Carneiro Leão. Provavelmente, se conheciam e firmaram laços desde as tentativas de Heliodoro garantir a subscrição do *Correio Braziliense*. Dentre este conjunto de indivíduos mencionados até aqui Heliodoro se sobressai como um vassalo itinerante, buscando incessantemente por mercês e pela proximidade da família real ou de grupos de poder bem instalados. E, sabemos, Heliodoro é o fiel escudeiro de Hipólito da Costa.

De inteligência exígua e poucos talentos, ele foi médico também formado na Universidade de Coimbra. Suas reflexões contra a vacina foram merecidamente ironizadas por Joaquim de Freitas no jornal *O Padre Amaro*. Por outro lado, também foi participante ativo da produção periódica e panfletária escrevendo seguidamente para os jornais portugueses. Segundo Joaquim de Freitas, o pseudônimo *Hum portuguez que pretende estabelecer-se em sua pátria* que escreve para o *Correio Braziliense* com alguma frequência é o próprio Heliodoro. O redator do *Padre Amaro* menciona ainda a memória do Comendador de Sodré, que se refere às penas de pássaros que Heliodoro Carneiro estaria mostrando em Paris, quando deveria estar no Brasil instruindo o rei. Evidentemente, aqui, a troca epistolar que é substrato da República das Letras se confunde com a intriga mais primária, objeto do item 5.1. Como já provava o mestre da intriga Voltaire, não há como separar uma coisa da outra, já que atacar o adversário político e seu campo de atuação e ideias, ideologias e projetos, podia significar descer aos parâmetros mais baixos investindo contra seu tipo físico, seus trejeitos ou, no caso de Heliodoro, sua desocupação e parasitismo:

O dito Doutor em vez de se achar na classe que lhe compete por seus grandes talentos e bem notórios serviços, se acha simplesmente reduzido a uma negociação na Suíça, criada de propósito para ele se divertir em Paris onde está fazendo crescer e multiplicar como pode, e com ajuda dos seus amigos, pensões sobre os *terreiros*.²⁴⁸

O Comendador Sodré,²⁴⁹ que aparece na narração do jornal *O Padre Amaro* como mais um elemento mancomunado com Heliodoro e Hipólito da Costa, também é próximo dos Carneiro Leão. A Sodré é atribuída por Marialva a autoria das incendiárias *Pièces Politiques*.²⁵⁰ Hipólito acusa o caráter mercenário de Marialva, vendido aos franceses de Napoleão, quando à época, inclusive, ia casar-se com tal Madame La Sagne. Quando da derrocada de Napoleão, Marialva tornou novamente ao lado vitorioso, acusando a Madame de traição.²⁵¹ Enquanto Freitas tomava o partido de Marialva, Hipólito indicava-o como representante do partido Roevídico, ou seja, do grupo que aproximava o Conde de Palmela e Marialva, incorporando uma carta sobre o dito cujo (item 5.1). Na carta, um indivíduo autointitulado *Genealogista* acusa Joaquim de Freitas de escrever a soldo do Comendador de Guerreiro.²⁵² Em correspondência anexa no *Padre Amaro*, Freitas responde dizendo que o *Genealogista* não é mais do que o próprio Comendador de Sodré atacado nas páginas de seu jornal. Então recorre à figura retórica do “Triunvirato” para assinalar a cooperativa entre o Comendador de Sodré, Heliodoro Carneiro e Hipólito da Costa. E repete mais uma vez a acusação de que Hipólito é um jornalista venal, lembrando sua constante busca por recursos financeiros através de agentes monárquicos instalados no Brasil:

muito bem sabe o *Correio Braziliense* que a coisa é proveitosa, e que quem o *desgafeirou* há sido ter ele servido esse mesmo partido *Roevídico* de que recebeu soldada, e lambeu pratos por muitos meses aqui em Londres. Que excelente era então

²⁴⁸ Outubro de 1820, p. 237.

²⁴⁹ Do Comendador de Sodré nos faltam informações e dados substantivos, senão as acusações construídas pelos próprios periódicos.

²⁵⁰ Que serão trabalhadas no Capítulo 5. Hipólito denuncia o caráter político da perseguição ao Comendador Sodré: “Antes de ontem a Corte das Assizas (sic) de Paris condenou à revelia (par default) o Comendador Sodré em dois anos de prisão, 4000 francos de multa, como culpado de ter publicado uma obra intitulada *Pieces Politiques*; contendo a dita obra: 1º ofensas para com S. M. o Rei de Portugal; 2º Alegações de ultraje e fatos que, se fossem verdadeiros, atentariam à reputação do Marquês de Marialva, seu Embaixador junto à corte da França” (V. XXVI, Abril de 1821, pp. 487-8). “[...] o Marquês de Marialva procurou a condenação de Sodré, à revelia, pondo contra ele uma ação na França, quando sabia que o acusado, ainda que tivesse obrigação de se ir defender a um país estrangeiro, não o podia fazer; porque estava preso na Inglaterra por dívidas. Eis aqui o momento, que aquele Diplomata escolheu para chamar o juízo em França ao tal Sodré, e se pelo dedo se conhece o gigante, desta amostra deverão ver em Portugal o que tem de esperar dos generosos sentimentos de tais diplomatas, a tratam com tão delicada mão” (V. XXVI, Abril de 1821, p. 488).

²⁵⁰ *Correio Braziliense*, Novembro de 1820, p. 593.

²⁵¹ *Correio Braziliense*, Novembro de 1820, p. 593.

²⁵² Outro elemento do qual carecemos de informações mais substantivas.

esse partido! Que famosos tratados! Que acertadas medidas! Que patriotismo! – *Se lhe dão dinheiro governa-se bem, se lhe não dão dinheiro governa-se mal.*²⁵³

Heliodoro voltou para Portugal em 1821, atuando como conselheiro do rei. Ele acusava, na ocasião, o ministro Palmela de mandar espiões ao seu encalço,²⁵⁴ sob a desculpa de ser informante do infante D. Miguel. Mencionava também uma exigência que lhe foi feita para que prestasse contas ao Erário de certas somas recebidas, inclusive daquelas concedidas a Hipólito da Costa – o que, certamente, reforça a hipótese de subvenção oficial do redator do *Correio*:

Exigia S. M. que eu produzisse o Passaporte com que tinha saído do Rio de Janeiro; porquanto dessa época é que se me deveria contar o ordenado de Encarregado de Negócios; que devia produzir mais, passado por um Corretor da Praça de Lisboa, o valor dos câmbios com Inglaterra dos meses em que recebi certa quantia à conta em 1822; que devia produzir outrossim os recibos do Hipólito, e ultimamente um atestado desde que não recebia soma alguma por conta da assistência que se me mandava fazer em Londres.²⁵⁵

Freitas também acusa Hipólito de atacar toda a classe de fidalgos com o intuito de defender certo *amigo oculto*. Ao mesmo tempo, defende o direito ao foro de nobreza do Marquês de Marialva e do Conde de Palmela. Pode-se mesmo especular que Palmela, que já tinha sugerido a Liberato um patrocínio nos tempos finais do *Investigador*, possa ter encontrado em Freitas uma pena amiga. Este atribui a Heliodoro (segundo conhecimento geral, como diz) a redação de várias cartas publicadas no *Correio Braziliense* e acusa-o de ser espião a mando de Paulo Fernandes Viana:

Desejámos ter tempo e espaço para inserirmos, pelo menos, uma parte desses destampatórios do Doutor Carneiro, quando mais não fosse senão para justificarmos a verdade com que o temos fulminado neste periódico, fazendo ver aos nossos leitores, que tudo quanto dissemos contra ele qualificando-o de infame *espião* da tenebrosa polícia do Rio de Janeiro, *denunciante*, *caluniador* grosseiro, estúpido, arrogante, tendo pacto com o diabo negro e com o *Correio Braziliense* [...] não eram asserções falsas.²⁵⁶

Além de espião, Heliodoro teria um improvável pacto com o diabo negro. Disso não sabemos, posto que este tese diz mais respeito à investigação das coisas deste mundo, mas a acusação que associa Heliodoro a Viana, dois indivíduos de importância política casados com membros do clã Carneiro Leão e próximos de Antonio Martins

²⁵³ *Padre Amaro*, Novembro de 1820, p. 390.

²⁵⁴ Heliodoro Carneiro, *Exposição resumida do que durante os dezoito meses em que estive em Lisboa, sofri à facção e aos celerados que dominavam o rei e o levaram à sepultura*, 1826, p. 17.

²⁵⁵ Heliodoro Carneiro, 1826, p. 24 e 40. Por outro lado, Heliodoro acusa Palmela de dar 20000 francos em Paris a Pamplona pela redação do jornal *Contemporâneo*. Heliodoro Carneiro, 1826, p. 27.

²⁵⁶ *Padre Amaro*, Dezembro de 1821, p. 405.

Pedra, esta sim deve ser levada a sério. Como argumentamos, é bastante tentador sugerir que esses casamentos e laços familiares constituem uma prática de “castas” do Antigo Regime para estender laços de poder e manter relações de afeto e solidariedade. O fato é que esses laços produzem conseqüências que podem ser percebidas também nos periódicos. No que concerne a Hipólito da Costa, Freitas o denuncia como um jogador que distribui simpatias de acordo com aquilo que lhe parece mais conveniente. Se somarmos a Intendência de Polícia e Antonio Martins Pedra temos certa unidade doutrinal que vem desde a primeira tentativa de pescar subsídios através do médico e colega Vicente Nolasco. Se considerarmos a proximidade de Viana e Pedra com Fernando Carneiro Leão, um dos dirigentes do Banco do Brasil em 1809, a coisa fica ainda mais sugestiva. Parece indicar que Hipólito recorreu a um itinerário comum para homens de letras que se revolviam com os esquemas de sobrevivência, prestígio e requisição de mercês do Antigo Regime.

Quando entrou na cena londrina em 1820, Freitas construiu algo inusitado contra a reputação considerada combalida de Hipólito da Costa. Era crença corrente, desde José Liberato até José Agostinho de Macedo, que o autor do *Correio* era um jornalista venal, talvez por ter buscado subscrição entre setores brasileiros ao invés de portugueses. O autor do *Padre Amaro*, para comprovar a hipótese advinda, segundo ele, da indiscrição de Heliodoro Carneiro, anexou os recibos da subscrição de 500 cópias do *Correio Braziliense* por intermédio de Vicente Nolasco, ainda em 1809:

London, September 12, 1809. Received of Mr. M. A. de Paiva, by the hands of Mr. V. P. Nolasco da Cunha, and in conformity to another receipt already given by him to Messrs. De Paiva and Co. this day, the sum of three hundred twenty-five pounds, for three months subscription five hundred copies of the *Correio Braziliense* up to the 12 th December next, or say month of September, October and November. (assinado) Hippolyto Joseph da Costa.²⁵⁷

A acusação de venal, surgida a partir de então, não deve, contudo, ser levada ao extremo. O percurso intelectual de Hipólito, iniciado logo durante a sua ida para a Universidade de Coimbra, está intimamente ligado a estes esquemas de afiliação política e patrocínio baseado em requisição de mercês. Se, a partir de 1808, quem geria o trânsito financeiro para Hipólito era Paulo Fernandes Viana, antes disso era D. Rodrigo, para quem, na condição de viajante, escreveu reiteradas vezes requerendo subsídios.²⁵⁸ Agora, na condição de escritor público e defensor do rei, Hipólito não se

²⁵⁷ *Padre Amaro*, Setembro de 1822, p. 199.

²⁵⁸ *Diário da Viagem à Filadélfia*, 1803.

via em condição diferente. Os mecanismos de mecenato e patrocínio, contudo, neste breve período de tempo, estavam sendo alterados de forma que o antigo mecenato agora passava a ser percebido como venalidade por jornalistas um pouco melhor inseridos na dinâmica liberal.

Heliodoro Carneiro, nesse sentido, é o vínculo privilegiado entre os jornais e os tentáculos do poder econômico no Brasil. O médico transita de um mundo a outro requerendo pensões pelos serviços prestados que são, segundo argumenta, baseados numa ardorosa defesa da casa monárquica. Isso é feito, sobretudo, através de uma série de panfletos publicados na impressão de Cox e Baylis, em Londres.²⁵⁹ Seus requerimentos se estendem até suas cartas públicas de 1832. Sua importância documental reside, sobretudo, em tornar possível perceber que diante do esboramento das bases de sustentação do poder absolutista, e diante da ascensão de grupos de poder que alardeiam posições liberais, Heliodoro encontra-se deslocado. Atua como porta-voz de Hipólito. Casa-se com uma filha de D. Leonor e, depois, casa-se com a filha de um negociante de escravos. Pede que D. João VI seja o padrinho da criança e escreve a ele, sucessivamente, reivindicando mercês pela defesa do trono. Seus conhecimentos médicos, pelo que se vê da incompreensão sobre a importância da vacina – o que aliás, seu antagonista Abrantes e Castro via muito bem – mostram que o diploma servia-lhe mais como triunfo bacharel do que fonte específica de vocação e conhecimentos médicos. Enfim, trata-se de uma destas figuras crepusculares que já não encontram espaço e nem margem de manobra suficiente para suas ideias, representantes legítimas das idiossincrasias da ilustração luso-brasileira. Alardeando posições liberais, os mecanismos sociais de prestígio e sobrevivência política são todos eles tributários da arquitetura de requisição de mercês do Antigo Regime. O jornal *Navalha de Figaró*, surgido em Londres em 1821 para debochar das Cortes de Lisboa, atribui essa inconsistência e “parasitismo literário” ao fato de o tal Doutor ter sido mal ensinado na Universidade de Coimbra. Ou seja, seria um “mosquito literário” que vende a pena a quem paga melhor:

Quem é aquele que vai trotando em uma bela chegue a bolea com dois criados na tábua? Pois você não o conhece? Eu não; eu lhe digo, é o Doutor C.....ro que vai imprimir uma Carta de mentiras de pessoas que têm intrigado, tão bem regenerado, porque era mau médico e pior diplomático. Viveu toda a vida de Embustes, e enredos, e agora quer ver

²⁵⁹ Marieta Carvalho, “A defesa de um rei constitucional: os escritos de Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro (1817-1822)”, p. 2.

se pega, por isso faz aquele espalhafato, fizeram-lhe este soneto há anos, e vem bem para o caso.²⁶⁰

Hipólito da Costa, segundo Joaquim de Freitas, segue na mesma direção parasitária. O autor do *Padre Amaro* acusa o *Correio Braziliense* de ter se manifestado bruscamente contrário às Cortes de Lisboa em virtude de não ter sido empregado, a exemplo de Liberato e Loureiro, pelas mesmas Cortes de Lisboa. A acusação não carece de fundamento, já que Hipólito finda a publicação praticamente ao mesmo tempo em que é nomeado Cônsul-geral do Brasil em Londres. Freitas acrescenta então, sobre a venalidade de Hipólito:

o C. B. andou correndo o mundo como um remendão vira casacas, carregado de remendos de diferentes cores em busca de freguesia, até que achou *fregueses* que o tomaram a seu serviço. Ora, se o C. B. escreve com o fim de espalhar verdades úteis para promover a prosperidade da sua Pátria, com o fito do bem público, e na estima de seus concidadãos, por que não o faz de graça? A resposta prevemos nós, porque não quer ser alojado em *King's Bench*, por algum impressor, e que haja quem lhe diga, ainda em cima, que é pago por alguma Embaixada.²⁶¹

E, para finalizar, busca esclarecer como funcionam os mecanismos de financiamento de Hipólito da Costa, lembrando aquilo que teria caracterizado um dos maiores deslizes em sua narrativa, a oposição furiosa aos revoltosos de Pernambuco em 1817:

achando quem mais lhe desse para o mesmo fim, aceitou a oferta e redobrou de zelo e atividade até à *desastrosa época da insurreição de Pernambuco*, em que fez uma pequena digressão, durante a qual comeu a duas manjedouras; mas vendo que na última se lhe acabava o feno, escoiceou, deu pinotes, e até mordeu os *arrieiros* já depois de mortos; sendo muito de presumir que para não perder a aposentadoria da primeira (que dessa vez ainda não foi à terra) desse em desculpa que *de caso pensado fez aquela digressão para com seus elogios e conselhos perder mais depressa os desgraçados Pernambucanos*. Enfim, fosse esta ou outra a satisfação, ele alguma deu porque vai continuando no serviço conforme as ordens que da Intendência do Rio de Janeiro lhe são transmitidas pela *via extraordinária* do Dr. Carneiro.²⁶²

Noutras palavras, as insinuações que corriam soltas com José Agostinho de Macedo e José Liberato, sobre um fluxo monetário proveniente de Paulo Fernandes Viana, acompanhado de instruções precisas sobre aquilo que se podia ou não dizer, é confirmado por Joaquim de Freitas. Essa transmissão de instruções e dinheiro teria

²⁶⁰*Navalha de Figaró*, 1821, p. 11.

²⁶¹*Padre Amaro*, Setembro de 1822, p. 203. *King's Bench*, segundo pudemos apurar, era prisão situada no sul de Londres responsável por abrigar prisioneiros acusados de difamação ou crimes financeiros.

²⁶²*Padre Amaro*, Setembro de 1822, pp. 200-1, grifos do autor.

acontecido através de Heliodoro Carneiro. Se considerarmos a isenção convicta destinada à figura do rei nas matérias políticas, a isenção de se manifestar contra o tráfico negreiro, a oposição aos revoltosos de Pernambuco e a súbita adesão aos projetos de independência que se esboçavam em torno de José Bonifácio, temos uma clareza doutrinal que indica sobretudo em direção aos grupos de poder instalados no Brasil, dentre os quais Antonio Martins Pedra era o elemento mais próximo. De qualquer modo, sua apologia convicta da governabilidade brasileira e sua presteza em se colocar contra a Revolução Pernambucana renderam-lhe o cargo de Cônsul do Brasil em Londres em 1823, função que, por motivo de sua morte precoce, viu-se impedido de assumir. O percurso lembra o itinerário percorrido pelos escritores públicos no bojo de mecanismos de ascensão e prestígio ainda atrelados ao Antigo Regime: os bons serviços do escritor foram pagos pela corporação que, por vias mais do que tortas, ia tentando se tornar um Estado.

- **Rocha Loureiro e os espanhóis**

Joaquim Ferreira de Freitas não foi o primeiro a atirar bodocadas contra seus colegas de profissão. Antes disso, sofreu uma série de acusações, muitas delas semelhantes àquelas que ele mesmo elaborou, de escritor mercenário e itinerante. João Bernardo da Rocha Loureiro, por exemplo, acusou-lhe de escrever a soldo do Conde de Palmela, informação que não parece de todo descabida, já que Palmela procurava de fato por um jornal que representasse sua postura diplomática:

A maior culpa é de estar aqui o Ministro pagando com dinheiro do estado a um jornal português, para o fim e com o afincado principal de sustentar as medidas subversivas de seu cunhado, Conde de Palmela, para desacreditar o novo sistema de governo em Portugal e para ali meter a anarquia e guerra civil.²⁶³

Em sua defesa, Joaquim de Freitas responde alegando escrever com improváveis verbas pessoais. Improváveis já que, como veremos, os custos tipográficos podiam assumir somas exorbitantes, impossíveis para os indivíduos em trânsito de um país para outro na condição de exilados. Por outro lado, Freitas aproveita a ocasião para sugerir um itinerário para avaliar a conduta de Rocha Loureiro:

outro tanto não poderá dizer o Sr. Doutor falando de si, pois muito bem sabe, se tem consciência, que a começar da Libra (mensal ou periódica) de rapé princesa, e *jantares constitucionais*, até chegar ao iminente e bem merecido cargo de *Cronista-mor* do

²⁶³ *O Portuguez*, Junho de 1821, p. 204.

Reino, tudo lhe vem do acrisolado mérito de escrever frases largas e vastíssimas calúnias.²⁶⁴

As acusações desferidas por Freitas, como buscaremos aprofundar no capítulo seguinte, sempre se referem aos círculos sociais de caráter mais próximo e pessoal, por meio dos quais podiam ser manejados mais facilmente conluios e alianças políticas. Contudo, Freitas é bastante fictício em sua acusação: a pensão recebida por Loureiro não proviria de Portugal e sim da Espanha, considerando as severas implicações políticas que isso podia ter então para a idoneidade de um português defensor da pátria:

O certo é que ainda ninguém nos viu ir à casa do ministro [Palmela] buscar a *espórtula*; mas houve quem visse, (e valha a verdade) certo falador de pensões entrar em certos dias do mês, depois do sol posto, em casa de certo embaixador para receber (dizem) *ordens* e *pensão* [...] Mas tudo isto ainda que provasse que o *Portuguez* recebia uma pensão do Embaixador da Espanha, não prova que nós não recebemos uma da legação de Portugal.²⁶⁵

A ideia de que Loureiro se esgueiraria na sombra da noite para buscar pensões por serviços maquiavélicos lembra as conspirações que analisaremos no capítulo 4. Contudo se deve, nesta ocasião, avaliar o fundo de verdade que pode haver na acusação de Joaquim de Freitas. Implica perceber, na redação do *Português*, uma simpatia pela Espanha que começa pelo próprio elogio da Carta Constitucional Espanhola e das origens romanas do Reino Ibérico. As ideias aproximadas do liberalismo espanhol que encontram espaço no *Português* teriam como fonte, segundo o mesmo Freitas, um *Club* chamado *Fontana de Oro*, situado em Madri. Buscamos informações mais detalhadas sobre esse *Club* nas *Memórias de um setenton* de Don Ramón de Mesoneros Romanos, mas não pudemos, até o final desta tese, encontrar dados mais substantivos. Sabe-se, contudo, que Loureiro teve uma longa temporada em Madri, onde, inclusive, teria se casado com uma madame que, posteriormente, deixou a ver navios. A intimidade e conhecimento das causas espanholas renderá ao autor do *Português*, em 1822, o posto de adido da Embaixada Portuguesa na Espanha.

Adiante, no capítulo 5.1, será possível ver como Joaquim de Freitas criou várias metáforas para designar seu oponente ideológico. Uma delas é a do *Anão da Tia Paca*. Contratado por um indivíduo apelidado de *Tia Paca* (seria Joaquim Costa Simas?), o *Anão*, que é Loureiro, esconderia um corpo mirrado e ideias exíguas por detrás de uma cara grande e assustadora, isto é, uma retórica grandiloqüente capaz de meter medo em

²⁶⁴ *Padre Amaro*, julho de 1821, pp. 58-9, grifos do autor.

²⁶⁵ *Padre Amaro*, Julho de 1821, p. 59.

qualquer leitor. Ao redor do *Anão*, teria começado a se organizar em Londres um *Comitê* para perseguir elementos desviados dos propósitos da Revolução Liberal do Porto, entre os quais o próprio Joaquim de Freitas, que denuncia:

Por ora basta ter indicado a existência de semelhante Inquisição e a tática de que se servem os Inquisidores, para que todos se precatem contra as suas fogueiras, e fiquem persuadidos que esse punhadinho de portugueses obscuros, que pretendem enxovalhar seus compatriotas honrados e verdadeiramente patriotas, não passa de cinco inquisidores, e dois meirinhos já mencionados no princípio deste artigo, os quais são conhecidos como a *Tia Paca*, o seu *Anão*, os dois *Coroas de Espinhos*, *tartufo*, *dito e feito*, *Escapin*, pavios de velas, e certo familiar honorário, que ainda por esta vez não queremos por no Almanaque.²⁶⁶

São mencionados seis indivíduos que, vinculados ao *Club*, estariam encabeçando uma perseguição ao jornal de Joaquim de Freitas e também aos seus assinantes. Segundo Freitas, isso se devia ao crescimento do *Club* e das ambições dos seus participantes, representados de forma mais direta pelo *Português*. Segundo o mesmo autor, para estes liberais, uma vez estando devidamente representados os seus interesses de enriquecimento, não faria muita diferença a continuidade do Reino Português ou sua submissão à Espanha, com a qual podiam ter igualmente a ganhar em matérias comerciais. Por outro lado, segundo Freitas, a ambição do Sr. Loureiro estava se tornando insuportável. Se, num primeiro momento, tinha sido apenas destinado a encaixotar espelhos, alusão que Freitas fazia ao insípido *O Espelho*, jornal criado à margem da proteção de Hipólito da Costa na Oficina de Mr. Hughes, agora Loureiro estava destinado à Embaixada portuguesa na Espanha, posto que teria despertado a ciúmeira do próprio Hipólito:

Doutro tanto (por estúpido) não seria capaz o Redator do *Portuguez*, que marra como touro a olhos fechados. O que deu causa a que o *Correio Braziliense* arregalasse os seus, foi ver o homem que ele mandou vir aqui para encaixotar espelhos, e que nem para isso lhe serviu, agora recambiado como primeiro adido a uma *Enviatura*, ficando ele C.B. adiado; e também não deixou de lhos aclarar, o ver que tendo-se raspado as paredes da Legação de Londres como ele tanto recomendara, nem lhe coube uma raspa de tantas raspadelas. Estas coisas a falar verdade, são capazes de fazer arrenegar um santo. Que faria se ele visse a caixa de puríssimo ouro regenerador, cercada de brilhantíssimos diamantes, *regenerados*, que se projetava oferecer ao redator do *Portuguez* em recompensa de seus serviços, e sobretudo de suas virtudes regenerativas. Mas ainda que a intervenção dos santos há sido fervorosa, o céu não quis consentir mais

²⁶⁶*Padre Amaro*, novembro de 1821, p. 382. “O Palácio desta ilustre congregação não é, por ora, um soberbo edifício, situado em uma das mais belas praças, como a do Rocío, antes por falta de capacidade local, se acham destacadas as diferentes repartições. A grande chancelaria, onde estão os selos e a caixa da Santa Irmandade, é situada em uma passagem escura, e muito estreita [...] As casinhas e instrumentos de tortura, estão situados em Tokenhouse Yard; a mesa grande em Burton Crescent; e o refeitório em Spencer Street”. *Padre Amaro*, Novembro de 1821, p. 377.

este prodígio de regeneração, e sem ele, decerto ficará imperfeita, como este artigo que não sabemos como o havemos de concluir a respeito do Brasil.²⁶⁷

Desta forma, o antigo discípulo, segundo Freitas, superava o mestre. Loureiro teria se aproveitado das sobras da Legação de Londres, dissolvida pelas Cortes de Lisboa, enquanto o próprio Hipólito a quem era registrada a paternidade da imprensa emigrada ficava de mãos abanando. Depois da nomeação para a Embaixada Espanhola, o correspondente do *Padre Amaro, Juiz das Águas Vivas*, recomendou vivamente a João Bernardo da Rocha Loureiro que não passasse por Portugal enquanto lá existissem árvores de marmelo:

A grande questão é saber como se há de ele transportar de Londres a Madrid; a menos que não seja pela *Galiza*, que é caminho *conhecido*, não lhe vejo furo; porque havendo peste em toda a costa meridional da Espanha, só lhe resta o caminho pela França e Portugal. Pela França, sabe-se decerto que não poderá passar, pelo menos enquanto lá estiver o Sr. Gameiro, para não quebrar a paz do Rei; e por Portugal não o aconselhara eu de transitar, enquanto neste país houverem árvores que produzem marmelos.²⁶⁸

Na insinuação chocarreira do *Juiz*, o *anão da tia Paca* levaria varadas de marmelo no traseiro até que abandonasse suas molecagens. É preciso levar em conta que a simpatia de Loureiro pela União Ibérica, bem como seu conhecimento mais pormenorizado de Madri, onde teria participado da *Fontana de Oro*, pode ter lhe rendido sim o posto de adido na Embaixada. Contudo, nos limites do seu jornal, Loureiro não se rende a nenhuma apologia descomedida, restringindo-se a fazer a defesa efusiva da *Regeneração* e, como argumentaremos, da “lusitana antiga liberdade”, ainda que isso possa significar algum desprendimento e distância da monarquia. Talvez estudos futuros possam ajudar a esclarecer, de forma mais particular, os vínculos entre intelectuais portugueses e espanhóis. No espaço desta tese, permanecemos na sugestão de que a maior proximidade de Loureiro dos espanhóis, inclusive pela menção da taverna *Crown and Anchor* em Londres, pode ter resultado também em alguma aproximação financeira de comerciantes cujos empreendimentos estavam situados na Espanha.

- **José Maria Blanco White e os ingleses**

José Maria Blanco White fugiu da Espanha em 1810 diante da pressão napoleônica na Península. Ele poderia ser o elo de ligação de Loureiro com a Espanha,

²⁶⁷ *Padre Amaro*, Novembro de 1821, p. 397.

²⁶⁸ *Padre Amaro*, Novembro de 1821, p. 317.

mas isso não aconteceu e, por não acontecer, pode ajudar a manter mais uma vez incólume a reputação de Loureiro quanto à sua venda ao dinheiro estrangeiro. O estudo de seu caso revela um percurso um pouco diferente daquele dos portugueses: pelo avanço precoce de seu raciocínio sobre a questão constitucional, o jornalista logo caiu nas graças do ministério Castlereagh. Os aspectos políticos defendidos por José White estavam perfeitamente adequados aos interesses comerciais britânicos: além do constitucionalismo, White defendia a emancipação das colônias americanas a partir de uma tônica fortemente liberal. Ex-clérigo católico, ele se tornou também um desafiante dos costumes e instituições espanholas, tidas como hipócritas pela devassidão nos seus altos círculos. É pelo menos exemplar, nesse sentido, ele ter abandonado o catolicismo tão importante para Liberato e Loureiro.

White, portanto, estava mais desligado de vínculos políticos na Espanha do que qualquer um dos jornalistas portugueses diante de Portugal ou Brasil. Como ele mesmo revelou, em sua *Autobiografía*, o seu jornal foi criado mediante uma pequena remuneração conseguida através de seu livreiro francês. Conforme se ampliou seu círculo de amizades inglesas e o seu jornal, maior opositor dos patriotas das Cortes de Cadiz adquiriu fama e poder, os ingleses, através do *Foreign Office*, ofereceram-lhe uma pensão:

La realidad es que mi periódico se publicó durante mucho tiempo sin el menor apoyo del gobierno inglés. Creo que se debió a los buenos oficios de Mr. Belgrave Hoppner el que el Foreign Office adquiriera cierto número de ejemplares -no recuerdo cuántos- que eran enviados al embajador británico en Cádiz.²⁶⁹

Num primeiro momento, essa pensão vai se revelar um auxílio fundamental para a sobrevivência inglesa de White. Nenhum dos portugueses conseguiu entre as finanças inglesas tamanho grau de cumplicidade. Hipólito da Costa, ainda que possa ter recebido ajuda do Duque de Sussex, permaneceu mais próximo dos brasileiros, fazendo feroz oposição à imprensa inglesa depois da realização dos Tratados de 1810. A extensão desses financiamentos torna mais nítida a dimensão ideológica dos escritos, quer dizer, sua dimensão infraestrutural. Ainda que o jornal, num primeiro momento, não tenha objetivos claros de cair nas graças ideológicas de um ou outro partido, o seu investimento em torno de determinadas ideias podia atrair patrocinadores. Adiante, White revela que essa ajuda foi mesmo fundamental, tanto para a sua sobrevivência –

²⁶⁹ *Autobiografía*, Cap. 4.

posto que padeceu de várias enfermidades físicas durante a redação de *El Español* – quanto para a manutenção de sua família:

Me limitaré a contar cómo me concedieron una pensión anual de doscientas cincuenta libras, que ha sido la principal ayuda recibida en medio de mis enfermedades y el medio que me ha permitido educar a mi hijo y situarlo donde tengo la satisfacción de saber que por su celo y honorable conducta como oficial no sólo recompensa las penas y sacrificios que me ha costado, sino que paga gran parte de mi deuda de gratitud para con un país a quien debo más que a aquél donde nací y me eduque. Dios bendiga a Inglaterra, mi tierra de adopción y el país de mis más cálidos afectos!²⁷⁰

Pode-se dizer, portanto, que o capital inglês comprou o principal jornalista espanhol em Londres entre 1808 e 1815. Muito diferente dos portugueses, White revelou sua indisposição para aceitar ajudas de custo provenientes de grupos de poder instalados na Espanha ou Portugal, o que podia ter-lhe rendido uma aproximação maior de setores vinculados à Carlota Joaquina. Segundo relato do jornalista, depois de alcançar algum grau de poder e fama na Espanha, grupos interessados na sucessão da rainha portuguesa entraram em contato com ele, buscando arregimentá-lo:

El segundo intento fue más directo y tuvo lugar después de que *El Español* hubo ganado considerable influencia en España. Una persona completamente desconocida para mí -y cuya carta todavía conservo- me escribió poco tiempo después de que la Junta Central se viera obligada a anunciar su determinación de resignar las funciones del gobierno en una Regencia. Esta persona quería ganarme para la causa de la reina viuda de Portugal, hermana de Fernando, que pretendía ser regente de España con el propósito de conseguir la eventual unión de las dos coronas en uno de sus hijos. En la carta me hacía un pedido de varios ejemplares del último número del periódico e incluía un billete de veinte libras como pago de ellos. Devolví el billete comunicándole a mi desconocido corresponsal que no estaba dispuesto a poner mi pluma al servicio de nadie. Pero la persona que me había escrito era uno de esos españoles cuya rudeza de educación y sentimientos (a lo que le dan el equivocado nombre de *franqueza*) hace muy difícil de tratar, a no ser que uno se muestre tan rudo y basto como ellos. Como yo le había respondido con más cortesía que se merecía, se atrevió a escribirme una segunda carta en la que expresaba su convencimiento de que mi negativa se debía a no haber considerado suficiente la cantidad ofrecida. Yo le dejé que pensara lo que quisiera y no me molesté en contestarle más.²⁷¹

Trata-se, portanto, de um caso que “poderia ter sido”. A proximidade de White de círculos portugueses diz respeito ainda à frequência às sessões do *Club* português em Londres em 1810, como consta na chamada de membros anexada pelo *Investigador*.²⁷² Na ocasião, ajudou a comprar uma espada para o General português Silveira (sic) em virtude de sua bravura na luta contra os franceses. Em nota de rodapé, contudo, *O*

²⁷⁰ *Autobiografía*, Cap. 4.

²⁷¹ *Ibid.*

²⁷² *Investigador*, Agosto de 1811, p. 391.

Investigador informa que José White é inglês. Pode-se constatar, portanto, que sua proximidade fundamental do mundo inglês fê-lo absorver importantes cargos dentro da Igreja Anglicana e deixar de participar mais ativamente da comunidade emigrada que envolvia os interesses de portugueses e espanhóis. Quer dizer, circunstâncias fortuitas fizeram com que mergulhasse no cotidiano de Londres sem ter respaldo de mãos amigas instaladas na Espanha. Seu conhecimento da língua espanhola, contudo, permitiu que continuasse a escrever para o mundo latino manifestando as mesmas ideias próximas do liberalismo inglês, ainda que os seus interesses profissionais clericais tenham se sobressaído ao término de sua vida.

- **Antonio Martins Pedra e Jeronymo d'Arantes**

O longo certame público entre Antonio Martins Pedra e Jeronymo d'Arantes marcou uma dessas formas de transição da retórica e representações liberais que ajudam a demonstrar a dificuldade de os jornais portugueses se inserirem no jogo das Luzes. O capital comercial de Arantes dizia respeito a um conjunto de naus, das quais a mais proeminente, chamada de *Oceano*, tinha sido segurada pela empresa de Antonio Martins Pedra, agente do Banco do Brasil cujo percurso já nos é bem conhecido. O imbróglio entre os dois teve início em 1814. Pedra ofereceu capital para segurar embarcações de Arantes e não recebeu a quantia firmada em contrato e com os devidos juros. O conflito assumiu ampla repercussão na época, inclusive entre os jornalistas. Além disso, ajudou a perceber duas disposições de poder distintas, uma firmada em Portugal, em torno de jornais como o *Jornal da Sociedade Patriótica* e o *Astro da Lusitânia*, e outra em Londres, dentre os quais o exemplo mais nítido é o do *Padre Amaro*. Joaquim de Freitas assim ajuda a expor a questão, aproveitando para acusar o negociante português Arantes de trapaceiro e caluniador:

Talvez se nos lance em rosto que clamando nós contra o abuso de se intrometerem os escritores públicos com a vida de particulares, caímos nós mesmos neste vício atacando Jeronymo d'Arantes: não é difícil responder à objeção. O caso de Jeronymo d'Arantes é um caso público, e há sido o mesmo Arantes quem lhe deu toda a publicidade, infamando a casa de Pedra com libelos caluniosos, e provocando o mesmo Pedra a refutar os seus embustes, resultando desta refutação e dos documentos que acompanham a maior evidência de que Jeronymo d'Arantes não só é homem trapaceiro e de má fé, mas até caluniador infame e perverso. Assim o apregoa a opinião pública ao mesmo tempo em que consolida a boa reputação de Antonio Martins Pedra.²⁷³

²⁷³*Padre Amaro*, Julho de 1822, p. 100.

Ao questionar a legitimidade de discutir a vida de Jeronymo d'Arantes, Freitas está apenas evidenciando algo que já é plenamente conhecido no que respeita aos jornais: a vida privada dos indivíduos, na medida em que assume aspectos políticos importantes para o público, torna-se também interessante para os jornais. Ora, como veremos, essa é uma característica que ajuda a distinguir o jornalismo de outras formas de exercício informativo. Quer dizer, na medida em que diz respeito ao público, possui o caráter irrevogável de pauta jornalística. Contudo, esses limites ainda são pouco claros, e Freitas cuida destacar os motivos que o levaram a publicar dados particulares sobre Jeronymo D'Arantes.

O procurador Jeronymo Pinto, encarregado de estudar o caso, deu parecer positivo para Arantes e concluiu que os seguradores de Londres eram responsáveis por extrair largas somas de dinheiro de comerciantes radicados em Portugal.²⁷⁴ Além dos jornais que assumem a posição dos comerciantes portugueses ou dos seguradores em Londres, os próprios indivíduos diretamente envolvidos recorrem aos panfletos para endossarem a sua própria causa. Em resposta ao procurador Pinto, Pedra informou num dos seus três panfletos escritos em Londres com o intuito de esclarecer a opinião pública:

Os documentos provam o dinheiro recebido por Arantes, a autorização dele para eu arranjar a avaria, e estar ele acreditado do seu produto. Tudo o mais são histórias da carochinha inventadas por Arantes, e embelezadas por Vm, porque parece que me estava reservada a sorte de cair na mão de dois Jeronymos, como se o primeiro não fosse mais que suficiente para privar a qualquer do seu Cabedal, e enxovalhá-lo ainda em cima.²⁷⁵

A questão, além de sua superfície jornalística e panfletária, ajuda a expor os traumas vividos pela sociedade portuguesa na sua tentativa de transição e adequação às ideias liberais. Assegurados pelas leis inglesas, os financistas moviam-se através de porcentagens e lucros baseados em especulações, enquanto o capital português, ainda firmemente atrelado às práticas comerciais mais tradicionais, precisava constantemente do paternalismo corporativo do sistema de monopólios para conseguir subsistir. Nesse sentido, os negociantes que tiveram maior circulação em Londres conseguiram absorver melhor as práticas incorporadas pelo capitalismo inglês, sendo impossível, neste

²⁷⁴ Apud Antonio Martins Pedra, *Carta de Antonio Martins Pedra em resposta a um artigo que o Sr. Jeronymo Pinto Ferreira inseriu no Jornal da Sociedade Patriótica N. 10*: Seguindo de uma análise do laudo que o mesmo Sr. deu a favor de Jeronymo D'Arantes, 1813, p. 22.

²⁷⁵ Antonio Martins Pedra, 1813, p. 8.

sentido, desligar as práticas comerciais das representações culturais. Se, em Londres, há um amplo coro que se intitula liberal defendendo os juros impostos por Antonio Martins Pedra, em Portugal há várias vozes dispostas a defender a Casa de Arantes contra a intrusão de juros considerados uma extensão das práticas especulativas inglesas. Alegando ser vítima de injustiça, Jeronymo atribui sua situação desfavorável à proximidade de Antonio Martins Pedra ao Conde de Palmela, uma vez que este teria ajudado a controlar o trânsito do capital brasileiro em Londres. Nas palavras de Jeronymo,

No tempo antigo o serem os ditos Pedras & Cia banqueiros do Conde de Palmela, administradores, em Londres, do pau-brasil e diamantes, bastava para terem razão nesta causa; e por conseguinte as leis eram a sua vontade; por que se assim não fora não me impediriam de queixar à sua Majestade. Agora o governo é liberal, as leis devem reger de outra maneira, se não o fizerem, enquanto a imprensa estiver livre o público me fará justiça.²⁷⁶

Jeronymo invoca a alteração nas disposições do tabuleiro de jogos, em virtude da Revolução Liberal do Porto, para jogar contra a ingerência dos interesses brasileiros, atribuindo a Pedra uma proximidade bastante ilusória diante do Conde de Palmela. Evidentemente, sua retórica pode parecer sedutora para os participantes das Cortes de Lisboa. Jeronymo atribui suas dívidas diante de Pedra como um resquício inacabado do Antigo Regime brasileiro – expressão improvisada para destacar o período em que o Brasil teria se tornado metrópole de Portugal. Na condição de ex-agente do Banco do Brasil, Antonio Martins Pedra foi, de fato, uma tentativa de grupos econômicos brasileiros estenderem seus poderes em Londres. Mas Jeronymo parece confundir algumas coisas. A cláusula do contrato era clara, inclusive dentro dos termos dos juros admitidos pelas formas do liberalismo comercial inglês. Depois de receber serviços da Casa de Pedra, contudo, Jeronymo ficou lhe devendo uma vasta soma, cada vez mais improvável de ser paga em virtude do crescimento anual do valor.

Na sua segunda resposta de 1822, Pedra convidou Jeronymo para visitá-lo em Londres, dizendo que ali as coisas são feitas segundo regras explícitas assinadas por ambas as partes envolvidas. Noutras palavras, ele aproveita para refutar a intromissão de benefícios corporativos chamados de “empenhos, opiniões e títulos”, sobretudo quando

²⁷⁶ Jeronymo D'Arantes, Apud, Antonio Martins Pedra, *Resposta de Antonio Martins Pedra e F. C aos libelos que o Sr Jeronymo d'Arantes publicou contra eles no Suplemento ao Astro da Lusitânia, n. 276, em 20 de outubro do presente ano*, e outras invectivas anexas ao Requerimento apresentado à sua Majestade em 5 de Novembro, 1822b, p. 19.

seriam provenientes da proximidade do Conde de Palmela. Em seguida, acusa as formas de condução de negócios em Portugal, atribuindo ao Jeronymo a compra de sentenças judiciais:

aqui [em Londres] não se dão facadas, nem se fazem esperas; não se deposita dinheiro, para comprar Juizes, nem retardar sentenças; não se tem consideração a empenhos, nem a opiniões, nem a riqueza, nem a títulos, e representação, nem a ter sido banqueiros do Governo, *nem protegidos do Conde de Palmella*: com todos estes quesitos está o Sr. D'Arantes seguro de obter sentença justa e pronta contra nós.²⁷⁷

Ora, “aqui em Londres as coisas são diferentes”, conclui Pedra. Ainda que este negociante tenha sido, de fato, um agente bancário brasileiro em Londres, vinculá-lo ao Conde de Palmela foi bastante ilusório da parte de Jeronymo. Por outro lado, é preciso evidenciar que Antonio Martins Pedra, um dos financiadores do *Correio Braziliense* cujas relações com os Carneiro Leão são bastante aproximadas, demonstra uma ambientação maior no espaço de manobras do liberalismo inglês, lutando, da mesma forma que Hipólito da Costa, para se livrar dos entraves e vestígios do Antigo Regime lusitano. Ambos os lados invocam a retórica liberal para adquirirem vantagens comerciais. O que se sobressai, contudo, é o conflito estratégico entre portugueses e brasileiros cada vez que um dos lados é prejudicado pelas disposições políticas do Antigo Regime. Conflitos que serão explorados, a partir das suas minúcias discursivas, no capítulo seguinte.

²⁷⁷ Antonio Martins Pedra, *Terceira resposta de Antonio Martins Pedra & C às invectivas e calúnias de Jeronymo d'Arantes*, 1822, p. 50.

3. Nação

Dentre as várias possibilidades de abordagem optamos por uma que talvez pareça inusitada num trabalho de história: a decomposição dos espaços. As janelas que abrimos compreendem espaços reais ou imaginados pelos indivíduos imersos na trama histórica: a cidade, o indivíduo, a nação, a utopia, o lugar profissional jornalístico e, por fim, a comunicação enquanto movimento, estreitamente vinculada com a vivência urbana. Destarte, colocamos num segundo plano a abordagem cronológica. A cronologia, dentro do recorte escolhido, diz respeito a uma turbulenta mutação nas formas de imaginar determinados espaços. Se, na narrativa acalentada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho,²⁷⁸ Brasil e Portugal compunham um Grande Reino que abrigava portugueses espalhados pelos dois lados do Atlântico, o curto espaço que vai até 1822 demonstrará como é possível romper com determinados paradigmas espaciais em função de mudanças de valores culturais, sociais e econômicos. E não só isso. O arcabouço intelectual disponível aos homens e mulheres que vivenciaram as transformações no imaginário nacional luso-brasileiro atuou ativamente na precipitação do rompimento de 1822. Noutras palavras, não buscamos determinar a preeminência do social ou econômico sobre o discursivo e cultural e nem vice-versa. Buscaremos sim, perceber como estas transformações ocorreram contiguamente, impulsionando a alteração efetiva dos espaços sociais. O instrumental cognitivo português passa por uma rápida transformação no tempo descrito. Ele acompanha e dialoga com a literatura tornada disponível pela ilustração para a qual o tempo acelera e se torna projeção utópica enquanto o espaço nacional se torna estanque. O estancamento desse espaço é fundamental para o entendimento da questão nacional.

A questão nacional é uma das que talvez guarde mais armadilhas para o exercício histórico. Enquanto produz a história da nação, o historiador se encontra a ela atrelado através de laços econômicos e afetivos, sendo difícil imaginar uma postura isenta. Os indivíduos unidos sob o signo de memórias construídas são vistos constantemente sob o calor heróico da definição das fronteiras nacionais. Eles são herdeiros de uma mesma linhagem, uma raça, uma história, ou estória, vinculada a conquistas e grandes realizações. A história nacional, que começa sobretudo a esboçar-

²⁷⁸ Lúcia Maria Bastos Pereira Neves, “Brasil e Portugal: Representações e Imagens (1808-1840)”, 2000, pp. 103-110.

se depois da Revolução Francesa,²⁷⁹ busca encaixar esses diversos sujeitos geograficamente distantes e irrequietos dentro de um modelo comum e facilmente imaginável, isto é, uma vulgata política capaz de catalisar rapidamente as forças coletivas em prol de determinados propósitos políticos. Esta é uma primeira forma de se abordar a nação: sua produção, geralmente vinculada às orientações e diretrizes do Estado. Uma outra diz respeito à espontaneidade popular na hora de ingressar o sentimento nacional, e às várias formas criativas de o populacho reinventar a nação e os símbolos oficiais.²⁸⁰ À nação eterna, que se estende indefinidamente no tempo que é ao mesmo tempo um bloco imóvel de heróis e feitos exemplares, segue uma nação que é um conjunto de narrativas que funcionam como fonte de vinculação imaginada.²⁸¹ Esse respeito às narrativas pode ser visto, de forma simples, na reverência demonstrada aos heróis de guerra, isto é, aqueles que ajudaram a *definir a nação de cada um aquilo que ela é*. Na verdade, a questão se limita muitas vezes a uma conversão do olhar. Dentre os nossos portugueses, a troca iminente da casa reinante implica, de certa forma, uma reviravolta narrativa que sugere descartar a imagem heróica do príncipe bragantino, da mesma forma que a União Ibérica acalentada diante da demora do rei no Brasil também encontrará raízes firmemente entranhadas no solo histórico. As narrativas nacionais parecem sempre extrair sua legitimidade da história, e são acionadas pelos *atores* para dar sustentação a um determinado estado de coisas imaginado como ideal.

Além de considerar o processo de cima para baixo inerente à construção da nação, cumpre considerar o processo de (re)construção, os resíduos de projetos

²⁷⁹ Cf. Anne Marie Thiesse, *La création des identités nationales. Europe, XVII-XIX siècles*, 1999.

²⁸⁰ Exposta, por exemplo, por Ernest Renan. O autor se refere à “alma” nacional, um princípio espiritual cujas raízes estão num passado construído: “A nation is a soul, a spiritual principle. Two things, which in truth are but one, constitute this soul or spiritual principle. One lies in the past, one in the present. One is the possession in common of a rich legacy of memories; the other is present-day consent, the desire to live together, the will to perpetuate the value of heritage that one has received in an undivided form. Man, Gentlemen, does not improvise. The nation, like the individual, is the culmination of a long past of endeavours, sacrifice and devotion. Of all cults, that of the ancestors is the most legitimate, for the ancestors have made us what we are. *A heroic past, great man, glory (by which I understand genuine glory), this is the social capital upon which one bases a national idea.* To have common glories in the past and to have a common will in the present; to have performed great deeds together, to wish to perform still more – these are the essential conditions for being a people. One loves in proportion to the sacrifices to which one has consented, and in proportion to the ills that one has suffered. One loves the house that one has built and that one has handed down. The Spartan song – ‘We are what you were; we will be what you are’ – is, in its simplicity, the abridged hymn of every *patrie*”. Ernest Renan, “What is a nation”, 1999, p. 19. (grifos nossos).

²⁸¹ Na versão resumida de Stuart Hall, as narrativas nacionais “(...) fornecem uma série de histórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação. Como membros de tal “comunidade imaginada”, nos vemos, no olho de nossa mente, como compartilhando dessa narrativa”. *A identidade cultural na pós-modernidade*, 2005, p. 52.

anteriores, ainda que não de cariz nacional, as tentativas esparsas de filiação, e não somente de negação. Dada a pluralidade de perspectivas encarnadas no sentimento nacional, quando buscamos estudá-las para além do Estado que busca dar a elas um sentido fixo, cabe considerar que a literatura ilustrada, ao mesmo tempo em que busca naturalizar, ou mesmo encontrar um sentido metafísico para o Estado nacional, se depara com a constante expansão das fronteiras possibilitada pelas conquistas ultramarinas ou então pelo fracionamento territorial provocado pelas conjunturas revolucionárias. No caso português, o novo é continuamente compreendido na condição de colônia. Ainda que a independência norte-americana traga, inclusive nas palavras de Abbé Raynal, um forte senso de ruptura com relação à América, as políticas expansionistas continuaram a forjar a identidade nacional europeia. É preciso, nesse sentido, perceber como o trânsito discursivo entre metrópole e colônia afeta as formas de imaginar a nação, bem como as formas de negociação e filiação através das quais as periferias buscam forjar um imaginário nacional próprio, em oposição ou paralelamente ao modelo europeu. Quer dizer, o formato dentro do qual se inscreve a projeção da nacionalidade brasileira tem num primeiro momento um modelo orientado para a negação do português, visto como colonizador, da mesma forma em que o português, enxergando-se como colonizado, negará a brasilidade. Os discursos que encabeçam em Londres a Revolução Liberal do Porto são antagônicos aos valores de brasilidade: isto lhes custa o epíteto de “antibrasileiros”. A identidade, nesse caso, se produz em oposição a um outro real ou imaginado.

O período que escolhemos para estudar mostra como a identidade imperial se vê lentamente corroída por narrativas de matizes um pouco mais modernos, afinadas com a ideia de Estado-nacional: se José Liberato, em 1814, panfleta a causa do Império, em 1820 ele já está pronto para fazer a defesa do Estado português. Quer dizer, quando deparados com a possibilidade de ficar sem seu rei, os portugueses passam a transitar entre narrativas republicanas relativamente inovadoras e outras mais apegadas a um passado monárquico onde acalentavam a ideia de união ibérica ou união secular dos “povos peninsulares”. Todas essas formas de conceber a identidade nacional estão ligadas a um passado narrado, um conjunto de histórias contadas e recontadas, reconstruídas de acordo com o confronto entre grupos de indivíduos dentro do próprio império. Decompor as narrativas nacionais forjadas no âmbito da imprensa luso-brasileira implica mexer não apenas com os afetos que vinculam os indivíduos, mas

também com esses grupos de poder interessados na sedimentação de um ou outro tipo de história.²⁸²

Para Benedict Anderson, pensar a nação é pensar a formação de um mercado editorial, o que foi fundamental para acabar com a preponderância do latim como língua unificadora da “grande comunidade europeia”. Esse processo de dessacralização da língua teve na expansão dos mercados editoriais voltados para línguas nacionais cada vez mais unificadas sua principal expressão. A necessidade do mercado editorial trazia implícita a busca por essa língua bem definida. Os romances e jornais que surgem a partir da introdução da imprensa em larga escala dão conta de oferecer uma série de panoramas, imagens e estórias que tratam de um povo em comum e são lidos por pessoas que imaginam, mesmo distantes umas das outras, partilhar os mesmos afetos pela terra em que vivem. Nesse processo, Anderson sugere o jornal como um romance diário, que garante ao leitor estar em sintonia com uma variedade de outros leitores, o que é demarcado, em primeiro lugar, pela mera presença da datação na parte superior do jornal. Sua particular preocupação com o jornalismo como uma narrativa e seu estatuto de “romance cotidiano”, ou “prece cotidiana”, na menção feita pelo autor a Hegel,²⁸³ torna-o bastante útil para o nosso estudo. Todos os relatos que compõem o nosso *corpus* de estudos podem ser inseridos na sugestão de Anderson: são narrativas que buscam fazer a sociedade andar para frente, deixando atrás de si documentos e à sua frente planos utópicos. Reúnem ao redor de si intelectos imbuídos dessa mesma tentativa de construir uma nação. É apenas quando lidamos com a grande refração sofrida por essas ideias, cujo destinatário é o “homem de casaca”,²⁸⁴ que passamos a perceber a ineficácia do modelo andersoniano para estudar as periferias. O alto índice de analfabetismo nas periferias respondeu por um fraco poder de unificação.²⁸⁵ Sua produção, para usar a expressão de Nelson Werneck Sodré,²⁸⁶ externa às condições brasileiras, deu um caráter ambíguo, mais enciclopédico do que pragmático para textos como os de Hipólito. Nesse

²⁸² O Prof. Guilherme Pereira das Neves, nesse sentido, pontua dois problemas na concepção que os historiadores fazem da história nacional: “De um lado, com os olhos voltados para o futuro que já conhecem, ignoram o ambiente, a tradição, em que nasce a nação. Deixam de considerá-lo à sua própria luz ou, em termos rankeanos, como *eigentlich* foi. De outro lado, talvez sublimação da má consciência de intelectuais que se pretendem dissociados do poder, esquecem que a nação é obra de um Estado, enquanto coordenador nada inocente da difusão da ideologia que viabiliza a vida social num mundo desencantado. Ou, para usar um termo em descaso, enquanto *aparelho ideológico*”. *História, teoria e variações*, 2011, p. 45.

²⁸³ Cf. Benedict Anderson, *Nação e consciência nacional*, 1989.

²⁸⁴ Lúcia M. Bastos Neves, *Corcundas e constitucionais*, 2003.

²⁸⁵ Marisa Lajolo e Regina Zilberman, *A leitura rarefeita*, 2002.

²⁸⁶ Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*, 1966

sentido, a atuação da imprensa emigrada foi muito maior em Portugal, onde caminhou *tête-à-tête* com a imprensa peninsular a partir de 1821. Quando Hipólito, abandonando o modelo imperial do qual D. Rodrigo Coutinho foi o grande idealizador, passou a defender a independência brasileira, o Brasil sobressai-se com uma identidade própria, deslocada daquela do mundo português.²⁸⁷ É nessa noção de independência que reside o sentido contraditório da busca nacional portuguesa e brasileira. Ainda que se verifique, nos escritos que abordamos, apelos constantes para um sentido fundacional ou metafisicamente originário, há uma clara compreensão da criação da nação no tempo, essencialmente como negação do *colonizador*, seja ele brasileiro ou português.

A história que os jornais em língua portuguesa em Londres estão criando é uma tradição inventada. Uma nova ordem de coisas surge e exige novas formas de organizar o passado e oferecer legitimidade para quem se apresenta como diretor do presente. Esse encadeamento ideal que, por um lado, tem no Portugal das grandes navegações um modelo, tem nas aclamações e vivas a D. Pedro um momento novo, um momento fundador que se torna discurso e vai impregnar sucessivas gerações de contadores de estórias. O heroísmo de D. Pedro, tanto quanto o heroísmo dos deputados que fugiram das Cortes de Lisboa em 1822 e, em Londres, encontraram-se com Hipólito, dão brilho para essa tradição. Como lembra Eric Hobsbawm:

[...] na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições ‘inventadas’ caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a ‘invenção da tradição’ um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea.²⁸⁸

²⁸⁷ Nesse sentido, ele oferece uma visão privilegiada para constatar a afirmação de Zília de Castro, quando se refere à identidade brasileira construída na independência: “É no limite do tempo e da história que a identidade do ser individual e coletivo se defronta consigo mesmo e com o outro, trazendo um sentido de responsabilidade e empenhamento singular à ação comum. Por consequência, pode-se falar de dimensão ético-política da identidade e da sua analogia com a independência política. Esta resulta da assunção de uma unidade decorrente do reconhecimento de um único poder – a soberania. É esta que, unificando a sociedade, determina atividade concertada que está na gênese do Estado e o identifica, distinguindo-o do outro, isto é, dos outros Estados. Isto significa que a *independência política* ou, por outras palavras, politicamente, a noção de independência justapõe-se à de identidade, e ambas têm gênese na emergência da soberania”. Zília Osório Castro, *A Independência do Brasil na historiografia portuguesa*, 2005, p. 182 (grifos nossos).

²⁸⁸ Eric Hobsbawm, *A invenção das tradições*, 1997, p. 10.

Portanto, a tarefa do historiador da nação é decifrar e identificar narrativas fundadoras e as tentativas, tão ideais quanto artificiais, de reescrever a história para dar legitimidade ao presente, justificando a ocupação do solo por um homem ideal e de um governo ideal. Assim, o espaço nacional é o espaço da realização da utopia. Ele busca no passado uma fonte capaz de vincular os homens, herdeiros de uma mesma história, revirada para, sobretudo no século XIX, oferecer exemplos e atos heróicos. Pode-se dizer, por fim, que o jornalismo como dádiva do mercado editorial ajuda a catalisar e dar força para essas narrativas: ele é o romance, o drama cotidiano da nação rumo ao futuro intangível e sobre o território firme do passado.

3.1 A nação dos portugueses

A narrativa dos portugueses está intrinsecamente ligada à sua condição existencial de “exílio”. O exilado, como entende Visvanathan, é “the citizen who sits away from home writing and thinking about home”.²⁸⁹ Os portugueses arrolados fogem de Portugal motivados por circunstâncias objetivas de perseguição política. Relativamente bem organizados em solo estrangeiro, reivindicam a restauração da pátria, para tanto argumentando o caráter heróico daqueles que ficaram lutando contra a invasão de Napoleão. Munidos de financiadores bem colocados no *monde*, os jornalistas portugueses no estrangeiro dedicam boa parte de suas páginas para compreender e imaginar a *regeneração* da terra assaltada. Inscrevendo-se numa tradição literária britânica que implicava algum grau de menosprezo pelos valores franceses, estes portugueses entregaram-se a uma rápida anglofilia. Como salienta Linda Colley, boa parte do esforço constitutivo da nacionalidade britânica se encontra no combate ao inimigo francês.²⁹⁰ A imprensa emigrada, num primeiro momento, se inscreve nesse fluxo discursivo.

Nesse sentido, cabe fornecer algumas informações que possam facilitar a compreensão do imaginário da Inglaterra sobre Portugal e suas terras de além-mar. Como foi visto no capítulo 1, a imprensa inglesa, em sua boa parte, mantém um ideário depreciativo sobre seus companheiros lusos. São, na maior parte das vezes, considerados sujeitos ignorantes, covardes, adeptos das circunstâncias. Desde o ano de 1665, a *Royal Society* britânica constituía uma empreitada científica cujo esforço

²⁸⁹Shiv Visvanathan, “Interrogating the nation”, 2003, p. 2297

²⁹⁰ Sobre a constituição da nacionalidade britânica: Linda Colley. *The Britons*. Sobre a anglofilia no *Correio Braziliense*: Luís Munaro, “Mr. Da Costa Contra a facção gálica no Brasil”, 2009.

principal se concentrava em compreender o Novo Mundo. Essa associação se transformou no principal esforço de irradiação de discursos sobre o Brasil na Inglaterra:

As estreitas relações diplomáticas e comerciais mantidas de longa data entre Inglaterra e Portugal explicam a existência de uma comunidade britânica numerosa e próspera nas cidades de Lisboa e Porto. Os ingleses protegidos por tratados tinham um estatuto especial face a outras comunidades: gozavam de benefícios comerciais e fiscais, beneficiavam de liberdade religiosa e tinham as suas próprias igrejas, hospitais, cemitérios e espaços de sociabilidade. Do mesmo modo, ocupavam uma posição privilegiada para adquirirem informações de natureza científica sobre o reino e as colônias portuguesas e, assim, colaborar com a *Royal Society*. Deste modo se pode explicar a concessão do estatuto de *fellow* a ingleses residentes em Portugal.²⁹¹

As *Philosophical Transactions*, revista publicada pela Sociedade, ilustram a ligação do pensamento português com o mundo britânico já no século XVII. Se adotarmos o ponto de vista das relações comerciais entre os dois países – o que não é o objetivo deste texto – elas certamente tiveram um acréscimo substantivo depois do Tratado de Methuen de 1703. Tratado, aliás, também criticado nas páginas dos jornais portugueses pela subserviência em que introduzia Portugal diante da Inglaterra. Os jornais portugueses emigrados se inscrevem numa busca específica por tentar responder ao interesse inglês nas terras portuguesas, consideradas, uma vez terminada a guerra contra Napoleão, como intrusão nos assuntos internos luso-brasileiros.²⁹²

Os objetivos do *Investigador* são, segundo o anúncio dos escritores, refletir “as mudanças extraordinárias” que transformaram a “ordem pública” na Europa, referindo-se à expansão napoleônica e à necessidade de reformar o sistema político português à luz das “ideias liberais”, também chamadas de “luzes do século”.²⁹³ O *Investigador* prevê que “convulsões populares” como as que ocorreram na França, tendem a ganhar proporções maiores se os governos não permanecerem decididos a governar em prol do

²⁹¹ Ângela Domingues. “Notícias do Brasil colonial”. 2006, p. 5.

²⁹² O desenvolvimento das atividades dessa intelectualidade, pontua Ângela Domingues, não encontrou obstáculo diante das autoridades londrinas, até pelo interesse britânico na oposição à Napoleão: “A publicação da imprensa periódica da emigração foi contemplada com benevolência por parte das autoridades londrinas. Tal explica-se, em primeiro lugar, porque a tradição britânica permitia a publicação de literatura política sem qualquer actividade de vigilância e censura. O governo inglês, na defesa de certos direitos e da liberdade de imprensa, não reprimia ou censurava os ataques dirigidos pela imprensa publicada nesse país contra os soberanos e nações estrangeiros, mesmo se aliados. Depois, é preciso considerar que, numa Europa em que muito pouco se conhecia sobre a América Latina, as notícias divulgadas e, eventualmente, publicadas por indivíduos oriundos ou relacionados com a colônia portuguesa contribuíam para uma aproximação cognitiva à mesma e eram de interesse comum e podiam, como já foi referido, ser utilizadas para obter vantagens comerciais. De igual modo, um apoio, ainda que ténue, à causa dos emigrados luso-brasileiros podia significar, se o Brasil optasse pela autonomia política num futuro que se adivinhava próximo, uma posição vantajosa para negociar acordos políticos e comerciais face a outros países europeus - e muito particularmente a França”. 2006, p. 150-174, p. 171-2.

²⁹³ O *Investigador Português*, Julho de 1811, pp. 1-3.

“interesse público”. Assim, o jornal insinua levar a cabo uma “investigação profunda” sobre a “origem, condição e autenticidade” dos fatos, provido de judiciosa *censura* e *imparcialidade*. São os mesmos objetivos mantidos pelo *Correio Braziliense*. Contudo, o *Investigador* se volta mais decisivamente para Portugal. Prova disso é o importante acréscimo da seção *Literatura Portuguesa*: seção que diz respeito a apresentar ao mundo lusófono os “talentos nacionais”, pessoas destacadas pela sua contribuição às artes ou à política, o que significaria preservar o “caráter português” através da exposição dos seus feitos mais célebres. Trata-se, enfim, e se considerarmos que esta publicação não só tem lugar na Inglaterra como se comunica ativamente com publicações inglesas, dar um significado e um lugar no mundo para os incipientes Portugal e Brasil de então. A imparcialidade que os redatores prometem assumir deve ser entendida mais como uma capacidade de fornecer um julgamento idôneo, ou seja, optante pelo lado contrário à revolução e favorável à monarquia confirmada pelos usos do povo português. Não é preciso acrescentar que, repetidamente, o soberano vai ser isentado dos gestos mais tresloucados encetados pelos seus ministros, mesmo quando a sua rubrica está nos documentos discutidos. A imparcialidade assumida está afinada com o conceito de franqueza: “é do nosso dever como Jornalistas expor as nossas ideias com igual franqueza, deixando aos nossos leitores esclarecidos o julgar da justeza das nossas reflexões”.²⁹⁴ Os comentários d’*O Investigador* na maior parte das vezes são invectivas furiosas contra Napoleão ou observações sobre os “desventurados povos” franceses.²⁹⁵ Logicamente, as invectivas contra Napoleão vão se estender, indagando como Bonaparte deturpou os números da população da França para parecer mais poderoso às outras nações, isto é, como

o mais perverso de todos os homens, para ter o descaramento de começar a sua conta dizendo que mais 16 departamentos se juntaram ao Império, com 5 milhões de habitantes, e 100 milhões de renda. Como adquiriu ele tudo isso? Foi por uma guerra justamente sustentada? Foi em virtude de um solene tratado?²⁹⁶

Trata-se, evidentemente, daquilo que une e reforça os laços da comunidade portuguesa em Londres – na verdade, a invasão de Napoleão é o próprio motivo para a expansão e crescimento da comunidade emigrada e a Inglaterra é a ilha protetora, como que asseguradora das últimas virtudes de uma Europa que corre o risco de ser apagada.

²⁹⁴ *O Investigador*, Julho de 1811, p. 10.

²⁹⁵ *O Investigador*, Agosto de 1811, p. 237.

²⁹⁶ *O Investigador*, Setembro de 1811, p. 517.

Portanto, não há aqui muito que discutir: os jornalistas estão em comum acordo e partem da hostilidade à França para refletirem a sua própria nacionalidade. Não apenas a França é a responsável pelos males do mundo como a Inglaterra, essa ilha de paz, é talvez a única que poderá oferecer uma resistência séria ao Império de Napoleão. A dimensão da luta de contornos continentais absorve a energia criativa dos redatores, que se dedicam a comentá-la, ainda que abusando dos lugares-comuns:

Se Bonaparte teima no seu sistema de opressão, de despotismo e de tirania; se ele persiste na cega loucura de mudar todos os costumes, e hábitos inveterados dos habitantes da Europa, de mudar mesmo as suas necessidades; tal sistema, e tais medidas bem longe de promoverem o comércio exterior, dar-lhe-ão o último golpe; e consequentemente só a Inglaterra poderá comerciar com as ilhas do mundo; só ela poderá comerciar com os habitantes de toda a costa de África; só ela poderá comerciar com toda a Ásia e toda a América.²⁹⁷

Com o final da guerra, evidentemente, a presença inglesa em Portugal será considerada pernóstica e os próprios jornais portugueses em Londres vão passar a solicitar a retirada dos ingleses. Surge então entre os portugueses forte sentimento de anglofobia. O que torna possível ver que as disposições ideológicas dos redatores estão diretamente ligadas aos eventos em curso na Europa, conclusão que será importante quando avançarmos buscando singularizar cada um dos jornais em sua tentativa de refletir as constituintes portuguesas que teriam catalisado a separação de Brasil de Portugal. Cabe acrescentar ainda, sobre estes números iniciais do *Investigador*, que já se esboça uma circulação de vozes que vai além dos agentes da monarquia e jornalistas portugueses propriamente ditos; o que se depreende, por exemplo, da anexação de artigos dos *The General Chronicle*,²⁹⁸ fato que se tornará gradualmente comum em todos os jornais portugueses. Os artigos são vertidos para o português e comentados. A leitura do *Correio Braziliense* indica nessa mesma direção, o que sugere a existência de uma esfera pública literária em Londres que compunha um largo público disposto a comentar os rumos da pátria portuguesa. Há uma oposição e mesmo rivalidade com os genericamente chamados “gazeteiros ingleses” que, por exemplo, através da inserção de proclamações do Marechal Beresford – marechal-general do exército em Portugal –, insinuaram o estado de prostração de Portugal diante da Espanha. Estes “gazeteiros” foram assim chamados “mal intencionados”, “imprudentes”, preocupados com excitar a “desunião” dos povos britânico, português e espanhol. Essas rixas, como já se viu, são

²⁹⁷ *O Investigador*, setembro de 1811, p. 20.

²⁹⁸ *O Investigador*, setembro 1811, p. 47.

comuns, e ajudam a dimensionar a amplitude do espaço público português em Londres, que diz respeito também às gazetas inglesas.

Ao contrário, portanto, de destacar meramente as características que demarcam uma oposição entre *O Investigador* e o *Correio Braziliense*, é importante fazer um esforço de aproximação. Estes dois jornais são francófilos mas não absorvem plenamente a anglofilia dos irmãos Coutinho, permanecendo cautelosos com relação a qualquer consequência de uma perda de identidade portuguesa diante da presença das tropas inglesas em Portugal. No que diz respeito a imaginar o caráter dialógico da nação, este é o ponto de partida. Opor-se à expansão francesa é a primeira condição para ser um bom português. A vulnerabilidade da identidade portuguesa, cambaleante num mundo de fronteiras instáveis, talvez tenha sido uma das principais responsáveis pela característica antimetafísico das propostas nacionais vinculadas. Adelaide Machado e José Augusto Alves, em seus estudos, negam um sentido metafísico na concepção antiabsolutista dos jornalistas portugueses. Eles, *os investigadores*, estariam a verter para o português uma forma ilustrada de pensamento em que o político é reintroduzido na esfera secular:

para além da divulgação das últimas descobertas científicas e dos debates que provocavam, o interesse do periódico virava-se para o estudo do comportamento humano. Partindo da aceitação da capacidade humana individual para através da razão crítica atingir a compreensão e a explicação das dúvidas que se colocavam, pressupunha também uma *mundividência que recusava a metafísica* e a elaboração de sistemas estáticos.²⁹⁹

A ausência de um alicerce metafísico na imaginação do homem e do Estado nacional pode ser verdadeira, mas há, no mínimo, que ser mais detalhadamente comentada. Está-se, por certo, projetando um homem para a ocupação do solo luso-brasileiro. Um homem capaz de, através do esforço racional pragmaticamente orientado, aproveitar os vastos recursos dos territórios coloniais.³⁰⁰ Imaginar esse homem, de forma descolada de dispositivos religiosos, implica reinseri-lo na ordem da política

²⁹⁹ Adelaide Machado, “O Investigador Português em Inglaterra, nos primeiros anos de publicação (1811-1813) – Uma apresentação”, 1998, p. 479.

³⁰⁰ Pragmatismo adequado à noção de utilidade que perpassa todo o pensamento das luzes: “O conceito de utilidade atravessa todo o Iluminismo, de tal forma que todos os textos acabam por cair na categoria de textos úteis. Desde os textos literários, no sentido moderno do termo, passando pelos textos políticos, noticiosos, e científicos, existe um sentido determinista e providencial associado ao conceito de utilidade. No entanto, importa verificar em que termos eram as ciências, em particular, úteis a Portugal e aos portugueses: a utilidade das ciências seria apenas uma extensão das noções utilitárias do centro, ou haveria especificidades que permitam afirmar, hoje, tendências e, até, diversidades de concepção?” Fernando Egídio Reis, *Os Periódicos portugueses de emigração (1808-1822)*, 2007, p. 35.

secularizada. Os dois apóstolos do nacionalismo vintista que são Liberato e Loureiro compreendem a nação portuguesa como a realização dos desígnios do povo português em um tempo não dissociado da teleologia da civilização. Seguindo as lições do *Abbé Raynal*, sempre insinuadas por Hipólito da Costa,³⁰¹ o Velho Mundo estava predisposto a emancipar-se do Novo Mundo. A inteligência portuguesa compreendia essa distância e buscava ou oferecer soluções pragmáticas para evitar a ruptura ou meramente se convencer da necessidade da ruptura iminente, reforçando os argumentos sobre o caráter português independente. Mas Portugal, pela sua importância, pelas circunstâncias únicas de sua criação e pelo seu papel pioneiro na abertura do mundo moderno, é percebido como uma nação cujo nascimento é tão inevitável quanto necessário. Rocha Loureiro é explícito sobre a eternidade da nação portuguesa em uma das inúmeras cartas dirigidas ao interlocutor imaginário *Orestes*. Quando o interlocutor expõe, diante de Loureiro, que as nações são como organismos, passíveis de criação, envelhecimento e morte, o autor do *Português* apela para a eternidade dos homens que compõem a nação, estes sempre portugueses:

É sorte e fatalidade (me dirão) que acompanha as nações, ainda as que mais poderosas se mostraram, como bem o deixam ver os impérios de Assírios, Persas, Gregos e Romanos; é triste condição da natureza, e de todas as instituições humanas o trazerem consigo, desde a sua criação, um princípio de imperfeição, que lhes dá morte, logo que se avizinha o seu fado: Portugal teve o seu nascimento, e infância sob o ceptro dos Afonsos; passou à juventude sob a linhagem de Avis; foi viril, robusto e florente no tempo de Emanuel; começou a envelhecer e declinar no de D. João Terceiro, é decrepito em nossos dias; vai sendo desamparado das forças da natureza; está por pouco a sua duração, e próximo o seu enterramento: assim haverão cumprimento as leis gerais da natureza – Esta explicação, meu Orestes, é mui fácil de expor, e forra muito trabalho de indagações; mas não satisfaz os engenhos analíticos, que tentam aprofundar as verdadeiras causas de todos os efeitos, e não se contentam com razões gerais, que são o manto, com que se cobre a ignorância. Como podem as leis da natureza aplicar-se, e caber em tudo e por tudo às instituições sociais? O homem na verdade é lanço da morte; cedo, ou tarde há-de pagar este feudo à natureza; mas não assim as nações, *que são eternas*; pois as gerações que as formam, sucedem umas às outras, sem interrupção, como as vagas do mar. Os mesmos governos seriam eternos, se não degenerasse sua perfeição, e sabedoria, e se quisessem aplicar no tempo, e lugar, que coubessem, as reformas convenientes.³⁰²

³⁰¹ “A emancipação da América tem sido considerada como indispensável, e como inevitável, por ilustres políticos e sábios escritores, como são o Cardeal Alberoni, Mr. Turgot, Arthur Young, o Príncipe de Nassau, o Almirante Estaing, o Abade Raynal, e muitos outros; posto que diferissem quanto ao modo de se verificar esta independência, ou de a pôr em prática; porque qualquer plano que se propusesse tinha seus inconvenientes para a Metrópole, e para as mesmas colônias” *Correio Braziliense*, Vol V, p. 353. Sendo bom lembrar que o mesmo *abbé Raynal* também é usado para defender a tradição do caráter português, como em *O Espelho*, n. 6, p. 41.

³⁰² *O Português*, V. I, n. 6, pp. 469-70, grifos nossos.

Essa é uma transição importante: a história, nos escritos de Loureiro e Liberato – mas não de Hipólito – se emancipa do rei e se torna a história do povo. E, precisamente nisso, ela se aproxima da história moderna.³⁰³ Na primeira tentativa de negar Napoleão são esboçados os contornos de uma identidade voltada para o heroísmo nacional e também para o questionamento da legitimidade do príncipe. Ao contrário do povo, que continua a existir, o governo, este sim, cresce, envelhece e morre. Como será visto, Loureiro sustenta mesmo a troca da casa dinástica diante da inércia do príncipe bragantino. O povo, pelo contrário, manifesta-se em perpétuo heroísmo: resiste, desbanca o rei e, a partir de seus homens mais ilustres – e não da seiva espontânea do todo, como quereria Michelet – promove mudanças úteis, quer dizer, reformas e não revoluções.

A eternidade da nação portuguesa tem como fundamento a construção que remete às Cortes de Lamego entre 1139 e 1143 e às conquistas afonsinas. Nação aqui não possui um sentido racial ou étnico. Aos poucos, certas características vão sendo atribuídas à “essência” do povo português. Essa essencialidade de sua constituição, por vezes acima da própria historicidade, dá um sentido metafísico para a nação portuguesa. A busca por esse sentido metafísico diz respeito a refutar pretensões imperialistas tanto vindas da Inglaterra, do Brasil, quando da Espanha.³⁰⁴ Diante dessas pretensões, o intelecto português viu-se na necessidade de fabricar um fundamento transcendente para sua existência nacional. Vê-se então, pela primeira vez, dilapidada a noção imperial forjada nos bancos da Universidade de Coimbra para abraçar um conceito de nacionalidade cuja tradição é bastante ambígua. A longa troca de farpas entre Hipólito e os portugueses diz respeito a essa tentativa de precisar os limites do povo português. O surgimento da noção de um “homem brasileiro” é algo totalmente novo e impensado até então. No vocabulário de Hipólito da Costa, só vai surgir a partir de 1821, quando passa a haver, tanto no *Correio Braziliense* quanto nas manifestações políticas no Brasil, uma rejeição mais ativa ao elemento português *recolonizador*.

³⁰³ Como lembra Anne-Marie Thiesse: Si la pérennité de la nation réside dans le Peuple, le prince n'est qu'avatar historique ou usurpateur. Cette subversion idéologique de la légitimité prépare une évolution – et quelques révolutions – politique. Elle va de pair avec un changement esthétique non moins radical: pour une nouvelle conception du monde, il faut des modes de représentations neufs. L'invention des nations coïncide avec une intense création de genres littéraires ou artistiques et de formes d'expression. Le retour aux origines est en fait oeuvre d'avant-garde (2001, p. 21.).

³⁰⁴ Xavier de Araújo, em suas Memórias narra a proximidade das tropas espanholas do Coronel Barreiros quando da reunião do Sinédrio que forjaria a Revolução Liberal do Porto. Xavier Araújo, *Revelações e Memórias*, pref, p. VI.

O suporte das construções nacionais que rivalizam nos vários periódicos são as “memórias do tempo”. Por detrás do tempo presente, que oscila entre os testemunhos e os documentos oficiais, elas transcorrem silenciosamente. Isso caracteriza um esforço, que já antecipa as iniciativas catalográficas francesas e alemãs, de colecionar eventos de um tempo reconhecidamente importante. O intento de um Hipólito da Costa é compilar estes eventos para que eles estejam disponíveis à posteridade na forma de História do *Império*. Essa tendência é comum ao século XIX, quando Leopold von Ranke, através de um esforço sistemático de catalogação de documentos diplomáticos, construía a “história do Estado” alemão, acreditando que as mesmas relações diplomáticas definiriam a identidade interna da nação. No que concerne ao Reino Luso-brasileiro, não há nenhum historiador de peso, como lamentava José Bonifácio em 1814. A necessidade, já reconhecidamente importante, de compor as narrativas da nação e assim dar legitimidade à ocupação e governo de um espaço motiva os jornalistas ao esforço catalográfico contínuo: é preciso reunir documentos, provas dos esforços de construção do gênio nacional. A carência de história e historiadores nacionais era observada por José Bonifácio, companheiro de Hipólito da Costa na Universidade de Coimbra, também pertencente à elite coimbrã: “Cumprer esperar que virá tempo, em que tenhamos os nossos Gibbons, e os nossos Humes”.³⁰⁵

O esforço de emprestar significado ao tempo presente, através de várias informações dispersas, não se separa dessa História que está disponível como um imenso bloco composto de eventos políticos. Além do mais, o *Correio* tem uma clara pretensão enciclopédica que consiste em ajuntar documentos referentes ao tempo em geral e deixá-los disponíveis ao futuro. Isso é logo visto na continuidade da numeração de cada exemplar dos quatro principais jornais portugueses, que formam grandes volumes, sendo cada volume a continuidade do anterior. A organização livresca do jornal se vincula à necessidade de construir as “memórias do tempo”. O subtítulo do *Correio Braziliense, Armazém Literário*, indica precisamente essa pretensão enciclopédica. Hipólito se refere ao seu jornal como “nossa coleção”, sendo sua serventia “ilustrar” para “informação dos vindouros”. Por exemplo:

Este documento é importante em nossa coleção, posto que seja de data alguma coisa antiga; porque ele serve de ilustrar um ponto interessante relativo à história portuguesa, neste período notável, cujos fatos principais intentamos registrar em nosso Jornal, para

³⁰⁵Apud Valdeci Lopes Araújo, *A experiência do tempo*, 2008, p. 37.

informação dos vindouros, que empreenderem escrever a história de seu país, nesta memorável época.³⁰⁶

Esse esforço em pensar o espaço do reino alimenta planos e projetos às vezes convergentes e às vezes antagônicos. Ele pode ser mais bem decantado através de três conceitos que ilustram a busca portuguesa em pensar a nação e o Estado luso-brasileiros. Os itens que julgamos de maior importância para a compreensão do raciocínio português são: a terra, incluindo nela a paisagem, os recursos naturais e mesmo o deslumbramento estético; o homem, sua cultura, etnicidade e seu esforço civilizador; e a política, entendida como ponto nodal da interseção entre pensamento e ação, entre o homem e a transformação efetiva da terra.

- **A descoberta da terra brasileira**

Muitas vezes, como no caso de John Luccock³⁰⁷ ou mesmo da *Royal Society*, os ingleses eram capazes de forjar um conhecimento mais específico e aprofundado sobre as diversas partes do território brasileiro que os próprios portugueses. Até mesmo porque, como demonstra Asa Briggs, a rede de comunicações britânica proporcionava acesso rápido a informações sobre os mais variados lugares do mundo.³⁰⁸ O próprio Hipólito da Costa desconhece o Brasil ao norte dos trópicos. Sua experiência está condensada ao sul e sudeste brasileiros. Recebendo informações dispersas sobre o Brasil através de sua rede de correspondentes, Hipólito se refere a uma “terra longínqua e sossegada”. O material recolhido é tamanho que ele menciona sugere planos de construção de uma História do Brasil.³⁰⁹ Apesar da abundância de informações, o tempo brasileiro se dilata e não consegue acompanhar o ritmo do relógio europeu. O empenho em organizar o tempo sempre envolve o “tem dito que”, o “dizer do sujeito que lá chegou” ou as “notícias vagas e indeterminadas”. Hipólito se refere à “infinitude de

³⁰⁶ *Correio Braziliense*, V.XVII, p. 667. “Da mesma forma com relação à história do Brasil: “O Leitor achará ainda neste Número de p. 399 em diante, algumas notícias relativas à passada revolução de Pernambuco, notícias que, não obstante serem antiquadas, são de importância; por fazerem parte da tremenda lição que se deve registrar nas páginas da história do Brasil”. *Correio Braziliense*, V. XIX, p. 428.

³⁰⁷ John Luccock, *Notas sobre o Rio de Janeiro*, 1808.

³⁰⁸ Asa Briggs, *História social da Inglaterra*, 1998.

³⁰⁹ “O Redator do *Correio Braziliense* se está empregando em escrever a *História do Brasil*, desde o seu descobrimento, até a época em que para ali se mudou a Corte e Família Real Portuguesa. Para isto tem ajuntado uma numerosa biblioteca, de livros tanto Portugueses como estrangeiros, em que se trata de alguma coisa da América; não se tem poupado, nem a despesas, nem a trabalhos, para obter de todas as partes as informações necessárias. Porém ainda assim não sobram materiais, para fazer a conexão dos diferentes períodos, e ligar a história das diferentes capitânias; assim como notícias locais, e modernas, que se não podem achar nos autores, que até agora tem escrito sobre aquela matéria” (V. XVII, p. 300).

cartas que aqui chegam a Londres todos os dias dos diferentes portos do Brasil”.³¹⁰ Sua rede de contatos através de pacotes ingleses é a sua forma de visualizar o Brasil e forjar um entendimento sobre a paisagem brasileira que vai sendo transformada pela ação civilizatória da Corte portuguesa. A rede de contatos é, como aponta o historiador José Tengarrinha, um índice bastante expressivo para se verificar a amplitude de difusão dos jornais portugueses em Londres.³¹¹ O jornalismo português emigrado em Londres só é possível em virtude desse bem organizado sistema de transportes. Hipólito, na condição de luso-brasileiro, ajuda os outros portugueses a montarem o quebra-cabeça brasileiro, encaixando as peças de um idílio natural às de um governo corrompido. A agilidade da distribuição é responsável por que notícias relativas à guerra contra Artigas no Uruguai cheguem em Londres antes mesmo do que no Rio de Janeiro.³¹² Hipólito aponta, por exemplo, que “quanto a Buenos Aires, posto que se tem dito em Londres, que lá declararam guerra ao Brasil, contudo tal notícia não havia no Rio de Janeiro quando de lá saiu o último pacote”.³¹³ Havia, portanto, uma nítida dificuldade em imaginar o Brasil. Paradoxalmente, essa noção vaga do território brasileiro foi responsável pela montagem de um plano relativamente homogêneo acerca “daquela terra longínqua e sossegada”. O Brasil converteu-se logo no seu relevo e clima. Não pretendemos remontar as raízes dessa discursividade que unifica a entidade Brasil sob o aspecto de sua deslumbrante geografia, aquilo que Eni Orlandi chamou de discurso fundador. Ela pode tanto remeter a Pero Vaz de Caminha quanto ao padre Antonio Vieira.³¹⁴ O que importa é perceber como as informações recebidas do Brasil por jornalistas interessados em compor uma narrativa nacional, ou construir ativamente uma percepção sobre o presente, são utilizadas para a composição dessa mesma narrativa. Essa construção passa, evidentemente, pelos filtros de uma visão eurocentrada. Estes filtros,

³¹⁰ *Correio Braziliense*, V.XXX, p. 238.

³¹¹ José Tengarrinha. “Jornalismo da primeira emigração em Londres”. 2002, p. 238. Joaquim Ferreira de Freitas, do *Padre Amaro*, ao criticar o papel do jornalismo emigrado na Revolução Liberal, diz que tais jornais juntos não conseguiam alcançar 20000 leitores, o que já é certamente um exagero (Outubro de 1820, p. 321).

³¹² A revolução do Porto chega na Inglaterra antes através da imprensa inglesa, como noticia o *Padre Amaro*: “Faltando-se tempo para dar neste N. os documentos e outras particularidades que anunciam os jornais ingleses, o faremos no N. próximo, assim como também as observações que nos parecem justas” (Agosto de 1820, pp. 169-70).

³¹³ *Correio Braziliense*, V.XVIII, p. 299.

³¹⁴ Maria Celeste Zenha, “O Brasil na produção das imagens impressas durante o século XIX: a paisagem como símbolo da nação”, 2006, p. 354.

Em um primeiro sentido, mais óbvio, tornavam-na legível, pois registravam seus relatos por escrito, divulgando para grandes públicos paisagens e fisionomias desconhecidas. Num segundo sentido, mais complexo, a legibilidade do novo mundo advinha das interpretações e avaliações da nova situação, feitas a partir de parâmetros com os quais autores e leitores tinham aprendido a ver o mundo. Inaugura-se, assim, um discurso que constituirá imagens de Brasil; primeiramente para os europeus e, posteriormente, para os brasileiros, que construirão sua identidade num diálogo incessante com as informações e juízos nele elaborados.³¹⁵

O esforço de desvelar o desconhecido dando-lhe um sentido fundador está bem expresso na campanha civilizatória de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.³¹⁶ Os ecos dessa campanha são sentidos diretamente no *Correio Braziliense*, que aplaude a tentativa de urbanizar o Rio de Janeiro. Jean M.C. França aponta o caráter convergente da transformação urbana da paisagem carioca com os escritos que vão reconstruindo a topografia da cidade, como é o caso da *Gazeta do Rio de Janeiro*, e mesmo os do *Correio Braziliense*, que se pretendem instruções pragmáticas para a utilização dos construtores.³¹⁷ Cabe falar, portanto, numa “descoberta” do Brasil pelo intelecto europeu das Luzes. A vinda das missões de cientistas franceses, a circulação de comerciantes ingleses e norte-americanos, são um forte indício dessa secularização, ainda que tímida, da urbanidade carioca:

Alguns autores contemporâneos afirmam que a descoberta científica do Brasil pelos europeus data dos inícios do século XIX. Segundo eles, só após 1808, com a abertura dos portos brasileiros aos ingleses e, nos anos sucessivos, às populações de outros países europeus e, sobretudo, através das descrições de viajantes franceses, alemães, russos e ingleses, indivíduos esclarecidos, lúcidos, dinâmicos e inovadores, se teria iniciado o processo de revelação do Brasil a uma Europa setecentista e oitocentista, curiosa em conhecer os novos mundos que lhe eram revelados através das grandes viagens da época e divulgados por uma imprensa ativa e incansável na publicação da literatura associada a essas viagens.³¹⁸

Conhecer, para um naturalista viajante, é fornecer condições efetivas de compreender um espaço e submetê-lo à ação humana transformadora. Esse esforço será visto nas páginas do *Correio Braziliense*. Ele tenta a imaginar o Brasil dando-lhe um estatuto de beleza tropical. Seu experimento inclui as descrições históricas, as cartas e as notícias vagas, além de dois mapas de diferentes partes do Brasil anexados na

³¹⁵ Márcia Abreu, “Escrever e pensar sobre o Novo Mundo: escrever e pensar no Novo Mundo”, 2006, p. 228.

³¹⁶ Bethania Mariani, “Os primórdios da Imprensa no Brasil”, 1993.

³¹⁷ Jean M. Carvalho França, “A construção de um público”, 2002.

³¹⁸ Ângela Domingues, 2006, p. 2.

estrutura do *Correio*.³¹⁹ Sua visão está imbuída das instruções que compunham a leitura obrigatória dos viajantes científicos portugueses, quer dizer, as *Breves Instruções aos Correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas de produtos e notícias pertencentes à História da Natureza, para formar um museu nacional de 1781*, que eram um material essencial para a formação da autopercepção dos “cientistas” portugueses.³²⁰

³¹⁹ Gravura 8. As duas únicas imagens impressas que Hipólito deixa disponíveis em seu jornal são mapas, mais precisamente dois, um da bacia do rio Amazonas (em cores) e outro da bacia do Prata, para fornecer às lideranças brasileiras informações precisas que possibilitassem a defesa desses mesmos lugares. Para além dessas representações puras e simples, tentaremos encontrar como, na cabeça de Hipólito, esse Brasil aparece, mesmo que para isso tenhamos apenas as suas descrições, na maior parte das vezes referentes a uma cultura política erudita dirigida às elites políticas luso-brasileiras.

³²⁰ Janaina Losada, “Entre mamutes e acácias”, 2005, p. 23.

Enquanto Hipólito se esforça por dar a conhecer essa terra misteriosa aos seus colegas portugueses, estes estão cada vez mais convencidos de que o Brasil tem sido o responsável pela espoliação das riquezas de Portugal. Mais do que isso, pelo estado de inanição da indústria portuguesa, acostumada com a atividade extrativista. O Brasil em sua dimensão surge então como *ex nihilo terram*. Os portugueses, em especial Liberato, são incapazes de dimensionar o Brasil e questionam a decisão tresloucada de D. João VI enviar tropas portuguesas para combater o distante Artigas em prol da manutenção do território do Uruguai, em 1820. Os portugueses vão percebendo que a corte brasileira pretende efetuar uma “troca” de Portugal por esse mesmo Uruguai. A onda descontente vai gerar uma série de protestos contra o Brasil que considera também a sua incognoscível terra, descambando por fim, com o deputado Fernandes Thomás, no repúdio àquela gente composta de “negrinhos pescados às costas da África”. Ou, nas falas também antibrasileiras de Joaquim de Freitas, no mesmo contexto revolucionário de 1821-2:

Mas a quem pretenderá o *Correio Braziliense* e sua *gente* persuadir de tão grosseiros embustes? A gente instruída e civilizada nunca o poderá ele persuadir, porque todos sabem que não são esses os costumes ingleses, nem o modo de proceder em semelhantes casos. A quem pois quererá ele persuadir? A ninguém, menos que não seja aos seus *parentes dos sertões do Brasil!*³²¹

O coimbrão José Bonifácio, por outro lado, tem preocupações mais pragmáticas. Não acredita, como Hipólito, na utopia da migração europeia. Sua crença é a de que não apenas o Brasil se tornaria gradualmente mais branco como efeito da miscigenação como também, por outro lado, as *raças* autóctones da América seriam igualmente capazes de operar grandes prodígios, contanto que se lhes fornecesse as condições adequadas:

Tenho pois mostrado pela razão e pela experiência, que apesar de serem os índios bravos uma raça de homens inconsiderada, preguiçosa e em grande parte desagradecida e desumana para conosco, que reputam seus inimigos, são contudo capazes de civilização, logo que se adotam meios próprios, e que há circunstância e zelo verdadeiro na sua execução.³²²

Trata-se do início de um esboço narrativo que mostra o quanto Hipólito, com seus ideais nacionais eurocêntricos, encontrava-se desconectado das preocupações e

³²¹ Dezembro de 1821, p. 436.

³²² Apud Valdeir Araújo, 2008, p. 67.

possibilidades reais dos brasileiros. Já não se podia, alega Bonifácio, sonegar ao brasileiro, fosse ele índio, branco ou negro, sua participação na construção do Brasil:

Apesar de concordar com De Pradt no diagnóstico, Bonifácio estava interessado em solução mais ampla que a simples interrupção do fluxo de africanos. Sua ideia era incorporá-los como mais um elemento formador de uma população, em longo prazo, homogênea. Os brasileiros deveriam surgir dessa mistura de raças, que seguiria paralela e seria condição para a homogeneidade política – único resultado capaz de garantir a existência de um projeto nacional viável. Desse ponto de vista, a continuidade com a Europa significava, antes de tudo, o compromisso com a universalidade da razão e os princípios morais dela derivados.³²³

Contudo, o imaginário de José Bonifácio também não conseguiu se emancipar do receio de que os negros pudessem irromper em revoltas imprevistas. As experiências com os pretos, lembrava Hipólito, foram responsáveis pelos trágicos eventos em São Domingos. Em 1813, o jornalista culpou os redatores d'o *Investigador* de quererem incitar os negros brasileiros à revolta por conta da publicação da Constituição Política dos Negros de São Domingos.³²⁴ Portanto, havia que se proceder com cautela. Hipólito não conseguiu perceber no brasileiro, seu *brasiliense*, senão o europeu nascido no Brasil. José Bonifácio, por outro lado, optou pela incorporação de outras etnias, com a condição de que fossem colocadas à prova da civilização. E, para tanto, sugere a bizarra proposta de criar uma colônia de negros. Num raciocínio que talvez fosse mais adequado ao capítulo Utopia desta tese, Bonifácio medita sobre a compra de uma ilha em que se treinassem os negros em atividades úteis para a civilização brasileira. Como lembra Valdeci Araújo, o objetivo de Bonifácio era:

contratar ferreiros, carpinteiros, fiandeiros; plantar pastos para todo o tipo de gado; fazer pólvora; proibir a caça e regulá-la; aproveitar as peles; estabelecer escolas de ler e escrever; ter cirurgião; construir fábricas de faiança e louça, enfim, 'não comprar nada da Europa senão para vestidos finos e coisas de acepipes'. A imaginação toma conta do projeto – de uma colônia de pretos o empreendimento transforma-se na criação de um complexo sistema social e econômico.³²⁵

Trata-se de uma utopia cuja possibilidade efetiva de realização acontece a partir de 1822, quando o Brasil começa a projetar um governo autônomo. E, de fato, como veremos, Hipólito começa a viabilizá-la a partir da tentativa de reescrever a história brasileira forjando um conjunto de símbolos adequados à nova terra, à Nova Lusitânia.

³²³ Valdeci Araujo, 2008, p. 71.

³²⁴ *Correio Braziliense*, Vol XI, p. 375.

³²⁵ Valdeci Araújo, 2008, p. 72.

- **O Homem Português**

Ao mesmo tempo em que os brasileiros são “negrinhos pescados nas costas da África”, os portugueses são, para a imprensa inglesa, “os homens mais feios do universo”. A autoconsciência jornalística está intimamente vinculada ao sentimento pedagógico de transformar a pátria transformando também, de forma espiritual, a sua gente. A tarefa iluminista desses jornalistas é produzir um novo tipo de homem – rebatendo essas críticas pouco sensíveis –, para que cumpra, na história, a realização do projeto nacional. Nesse momento, é importante lembrar que o homem é inserido na história e se torna ele mesmo o artífice da nação – como lembrou Loureiro ao seu interlocutor Orestes, sempre haverá um homem português. Segundo Adelaide Machado,

O homem surge-nos como o lugar de conflito, ou dos vários conflitos que formataram o indivíduo reconhecível nos regimes e constituições que nasceram nas e das revoluções Americana e Francesa: o ser no qual coabitam legislação e execução, o mundo terreno e o mundo celeste, a devoção à causa pública e o direito à esfera privada, o uno e o múltiplo. E de como das diferentes constelações criadas pela conjugação destes fatores, nasce o homem no qual nos revemos, dividido mas consciente dessa divisão, e angustiadamente feliz por ter de lidar com sua riqueza interior.³²⁶

Os jornalistas portugueses encarregados dessa construção inspiram-se nos instrumentos de engenharia social dos britânicos: suas instituições funcionais, seu governo transparente, suas folhas públicas, e então se deslocam no espaço para imaginar um Reino feliz, redefinido a partir de instituições igualmente funcionais, explorando com máxima potencialidade as suas posses de além-mar. O esforço de compreender este homem inclui a busca histórica que tem em Rocha Loureiro um de seus comentaristas mais preocupados. Confuso diante do imperialismo napoleônico, da fuga da corte, da presença maciça de militares ingleses, ele se invoca a pergunta: quem somos nós? Tanto Loureiro quanto seus pares conduzem um esforço ativo de reflexão sobre qual ou o que é o homem português ou luso-brasileiro. Para tanto, acorre à história com sua tradição:

Que fomos nós? Para responder a esta questão, não poderia eu usar de mais adequadas expressões do que empregando a comparação de uma parábola do Evangelho. Fomos uns poucos e pequenos grãos de semente bem disposta que multiplicou prodigiosa e infinitamente. Fomos poucos leões habitantes das covas do Ocidente que saíram de seus covis para se espalharem pelo mundo conhecido e o acobardarem, e não contentes com isso, foram através do golfão imenso descobrir novos mundos e aí dominar coroados. Que inveja nos teria se tivesse vindo depois de nós Alexandre Magno que de

³²⁶ Adelaide Machado, 1998, p. 480.

inveja se morria por não ter conquistado senão uma parte de muitos mundos que havia!³²⁷

Essa busca por dar um estatuto ao homem não desapega de uma proposta pedagógica elementar, que carrega, nas suas percepções de identidade, os sentimentos do povo, a instrução desse mesmo povo, ainda que este se manifeste apenas através dos seus “talentos”. Para levar adiante o seu projeto civilizatório, Hipólito crê ser necessário promover melhorias sistemáticas na educação, “como estejamos persuadidos de que a instrução dos povos é uma das mais importantes medidas para promover a prosperidade nacional”.³²⁸ Essa instrução pública não seria alcançada sem uma racionalização das várias populações que compõem o Brasil e Portugal e se tornam material humano a ser moldado pela ação dos governos. Vovelle lembra que o homem, essa criatura modelável, possui, com as Luzes, um novo estatuto: “reinserido na ordem da natureza, ele é considerado na sua consistência física, na sua anatomia, na sua fisiologia, nos métodos de analisar aquilo que constitui a unidade e, igualmente, a diversidade da espécie humana”.³²⁹ A possibilidade de manipular o homem fica nítida quando o *Correio* anexa o panfleto lançado em 1813 em Londres por Robert Owen, chamado *A New View of Society*.³³⁰ O juiz aponta a necessidade de se educar cuidadosamente as crianças para que elas não apresentem “defeitos de caráter” no futuro. Esse direcionamento do *Correio* marca uma tentativa de tocar as elites para a necessidade de produzir um homem adequado para povoar o Brasil. As características desse homem, para as quais os portugueses em Londres parecem estar em comum acordo, não são difíceis de precisar. Trata-se, sobretudo, do homem europeu branco. Os traços étnicos, especialmente no caso de Hipólito da Costa, acompanham a sua visão sobre a identidade imperial luso-brasileira. Ele assinala a degradação produzida pela miscigenação com elementos negros:

a raça Portuguesa se estragará totalmente com a mistura, tão comum no Brasil, com os negros Africanos, cuja compleição e figura vicia o físico das gerações mistas; e cujos costumes devassos, e moral estragada pelos maus hábitos inerentes à condição de escravos, servem de um exemplo fatal à mocidade, que com eles se cria nos seus mais tenros anos; e adquire assim péssimos costumes, que de tal modo se arraigam, que duram depois por toda a vida.³³¹

³²⁷ *O Português*, V.I, pp. 88-9.

³²⁸ *Correio Braziliense*, V. X, p. 89.

³²⁹ Michel Vovelle, *O homem do Iluminismo*, 1997, p. 11.

³³⁰ Apud João Pedro Rosa Ferreira, “O Pensamento político de Hipólito da Costa”, 2006, p. 320.

³³¹ *Correio Braziliense*, 1817, V.XVIII, p. 159.

A elite que se abrigava no seio da Universidade de Coimbra imaginava que, para que o Brasil alcançasse posição de destaque no mundo comercial, seria necessária a supressão da escravidão que aparecia como uma mancha na identidade dos povos portugueses. A questão não se traduzia tanto na escravidão quanto na necessidade de formular uma identidade ligada a europeus brancos, conduzindo um processo de formação nacional nos moldes europeus. Os intelectuais de 1790 aclimatados no Brasil e mais diretamente ligados às formulações da independência compõem o que Roderick Barman e Lúcia Bastos Neves chamam de “elite coimbrã”.³³² São intelectuais de idéias fundamentalmente conservadoras, avessas a rupturas de maiores conseqüências na ordem social, contrários por exemplo, ao ativismo revolucionário dos pernambucanos de 1817, ou seja, eram mais propensos a mudanças lentas e que não mexessem com o sistema monárquico.

Os ideólogos e projetistas do Brasil se debatem com a impossibilidade de o Brasil romper com Portugal e, ao mesmo tempo, com o prejuízo que as elites nativas brasileiras teriam com a volta da Corte para Portugal.³³³ Mas, ao mesmo tempo, vêem que a união com esse mesmo Portugal se torna impossível com as decisões consideradas “recolonizadoras” das Cortes de Lisboa em 1821. Surge então a necessidade de criar um homem para o Brasil. A tarefa não é difícil. O homem brasileiro é o europeu nascido no Brasil que, por circunstâncias afetivas, criou vínculos com aquela terra. Os vários planos de emigração que Hipólito esboça em seu jornal dão a ver uma nação exclusivamente branca, contrária àquela, por exemplo, tornada gradualmente embranquecida pela miscigenação, como queria José Bonifácio.³³⁴ A missão política do homem chamado por Hipólito *braziliense* é forjar essa nova nação, dando-lhe um conjunto de símbolos específicos. O próprio *Correio*, nesse momento, se configura como uma narrativa nacional. Ele prevê, a partir de pelo menos 1821, o rompimento de Brasil e Portugal e instrui os construtores do Brasil a tomarem as medidas adequadas,

³³² Lúcia Maria Bastos Neves, *Corcundas e constitucionais*, 2003, p. 87 e Roderick Barman, *The Forging Nation*, 1988.

³³³ A profa. Lúcia Neves especifica: “Nessa concepção bastante original, e que influenciou decisivamente a geração de intelectuais e homens públicos que fizeram a Independência, Portugal e Brasil faziam parte de um mesmo todo, indivisível, constituído pela comunidade de portugueses espalhada pelo mundo, dotada do mesmo espírito, dos mesmos costumes, da mesma língua e da mesma religião. Vislumbrava-se, assim, a constituição de uma ideologia secular, fundada na história de um passado comum, que está na base da moderna idéia de nação” (“Brasil e Portugal: Representações e Imagens (1808-1840)”, 2000, p. 104).

³³⁴ Ana Rosa Clocllet, *Intelectuais e estadistas na crise do Antigo Regime Português*, 2006.

inclusive no que diz respeito ao povoamento da terra. Durante muito tempo ele ajudará a fixar sentidos sobre a nação criada e direcionará os comentários de várias gerações sobre o que é o homem brasileiro.

3.2 As formas de política

O ponto de confluência que encerra as duas questões, senão mesmo as torna em boa parte inúteis se consideradas isoladamente, é o ponto nodal que constitui a política,³³⁵ aquilo que subsume os esforços construtivos nessa época que indica a emergência de uma noção, ainda que não sua efetivação, de cidadania.³³⁶ Levando ao pé da letra a noção de Estado patrimonial de Raymundo Faoro, ficaríamos tentados a ver o eterno jogo de permanências incrustado no aparelho político dos *Donos do Poder*.³³⁷ O julgamento de Faoro não está errado no que concerne à ideia patrimonial que se imanta à noção de exercício político no Brasil e em Portugal. Cabe notar, contudo, que grupos de indivíduos ligados a novas atividades econômicas reivindicam um espaço próprio de atuação política e que essa reivindicação ajuda a esboroar pedras de sustentação importantes do antigo estado absolutista (algumas dessas vozes foram abordadas no item 2.3 desta tese).

No interior de um grupo engajado na construção do Grande Reino Luso-brasileiro Hipólito lança o seu periódico, sugerindo no próprio nome *braziliense* o seu projeto político. Ora, para ele, o termo *braziliense* se contraporia ao *brasiliano*, índio nativo da região e ao *brasileiro*, estrangeiro que, pelas circunstâncias, habita o Brasil. *Braziliense*, o principal destinatário do jornal, corresponde ao elemento branco nascido no Brasil, capaz de efetuar uma leitura razoável de textos de orientação política e econômica. Noutras palavras, é um público composto por hipólitos imaginários: são eles que construirão esse Grande Reino situado num lugar distante, prestes a ser resignificado pela presença da corte civilizada. Na tentativa de dar cara a essa abstração, ao corpo de imagens e relatos vindos dos viajantes que passaram pelo Brasil, Hipólito

³³⁵ O espaço político, segundo Rosanvallon, “pode ser definido como uma *esfera de atividades caracterizada por conflitos irreduzíveis*. O político resulta da necessidade de estabelecer uma norma para além do ordinário, norma que, entretanto, não pode de modo algum ser derivada de algo natural. O político pode, portanto, ser definido como o processo que permite a constituição de uma ordem a que todos se associam, mediante deliberação das normas de participação e distribuição. ‘A atividade política’, como observa Hannah Arendt em idêntica linha, ‘está subordinada à *pluralidade da atividade humana...* A atividade política diz respeito à comunidade e com o modo pelo qual ser diferente afeta as respectivas partes”. Pierre Rosanvallon, *Le Sacre du citoyen*. 1992, p. 42 (grifos nossos).

³³⁶ Adelaide Machado, 2011, p. 191.

³³⁷ Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder*, 2001.

forja ele próprio uma imagem do Brasil e de sua gente. Não há, por outro lado, nenhuma diferença fundamental nos projetos políticos dos jornalistas emigrados. Todos eles, conectados ao raciocínio coimbrão, buscam avaliar reformas graduais antecipando os riscos de revoluções e irrupções populares violentas. Seu papel é, portanto, pedagógico. Nesse sentido, Hipólito e seu público de hipólitos imaginários cumprem papel ilustrativo. Ele é um “homem de talento” capaz de guiar adequadamente a “opinião popular”.³³⁸ “Talentos nacionais” têm como sinônimo “homens de capacidade”, “sujeitos hábeis”, “gente de conhecimentos”, que representam as vozes sobressalentes que devem orientar o povo, nutridos por zelo patriótico. Os talentos também são o público a que se dirigem os jornais em língua portuguesa escritos em Portugal e em Londres. A voz deles deverá ser a voz do povo, “voz pública”, e é a eles que devem ouvir, por exemplo, os deputados que participam das Cortes de Lisboa em 1821. Os talentos funcionarão como censores dos ministros e deputados, evitando que as suas decisões sejam arbitrárias, despóticas ou mesmo anárquicas. Ainda segundo Hipólito:

Se, porém, houver nas Cortes atuais falta de talento, falta de patriotismo, ou sobejidão de intriga, a *voz pública* remediará, senão em todo, ao menos em grande parte, esses inconvenientes; porque tal é o entusiasmo da *nação*, tanta é a *gente de conhecimentos*, que aparece à luz todos os dias, posto que não fossem muitos contemplados nas eleições pelo defeito de seu plano; e tal é a atividade que cada um mostra em fazer o que pode ao bem da *pátria*, que mal poderão os Deputados das Cortes desviar-se de seus deveres, sem que a *pública opinião* lhes lembre o caminho que devem tomar.³³⁹

A “voz pública” é aquela que se faz ouvida, aquela da “gente de conhecimentos”, posto que, como é lícito lembrar, o povo responde por atividades das quais se deve desconfiar e fala por si somente em situações extremas. A sua expressão é perigosa, pois pode “arrebentar em atos de insubordinação”.³⁴⁰ Enquanto “o prazer e esperanças da parte mais cordata da nação bem aparece nas diversas falas que se fizeram nas juntas eleitorais, e algumas das quais foram impressas e publicadas”, “o entusiasmo do povo se manifesta em iluminações, fogos d’artifício e festas”.³⁴¹ Os homens cordatos devem observar as atividades das Cortes de Lisboa e buscar interferir dando-lhes um rumo positivo.³⁴² Hipólito reconhece determinadas forças que

³³⁸ *Correio Braziliense*, Vol XXVI, p 65, janeiro de 1821,

³³⁹ *Ibid.*, p 64, janeiro de 1821. (grifos nossos).

³⁴⁰ *Ibid.*, p 75, janeiro de 1821.

³⁴¹ *Ibid.*, p 66, janeiro de 1821.

³⁴² Assim, “se os debates forem públicos, e se cada qual puder escrever sobre eles, então os pontos, discutidos com publicidade nas Cortes, receberão o benefício do exame de todos os *homens de talento da nação*; e os Deputados que por fins sinistros fizerem proposições insidiosas, verão seus projetos

representam os anseios do público, os “talentos da nação” que recebem o sinônimo de “atilados engenheiros”. Como foi visto, este público no Brasil era encarnado pelo “homem de casaca”, que supunha a idéia de pessoa letrada e conhecedora da política. Ele interage com o jornal através de escritos de caráter ilustrado e influi positivamente no destino político do reino. Ele deve servir de intermédio entre o rei e o povo, representando um elemento chave da construção nacional, servindo as suas idéias ao aperfeiçoamento do Estado monárquico.

O povo em si mesmo não é confiável, já que caracterizado por ações irregulares e duvidosas, como a que se verificou na França em 1789 ou em Pernambuco em 1817. O pendor destas revoluções é um mal “de efeitos imprevistos, porque é impossível prever as causas incidentais, que tem ocorrido, e cujas consequências também se não podem prognosticar”.³⁴³ Os “homens de talento”, desta forma, possuem uma grande responsabilidade como formadores da “opinião pública”. Enquanto a nação inclui “povo” e “homens de talento”, apenas os últimos, isto é, a “parte mais cordata da nação” é responsável pela observação política que dará segurança às decisões das Cortes de Lisboa. Em outras palavras, ajudar a fazer com que o “povo” permaneça estourando fogos alegres, e que estes fogos não se tornem tiros por detrás de barricadas, “porque tendo a revolução começado pelo povo, e não pelo Governo, é impossível prever seu êxito”.³⁴⁴ A “explosão no Brasil” será evitada quando “as pessoas que desfrutaram os lucros dos passados abusos”³⁴⁵ sejam substituídas por outras através de reformas políticas, garantindo assim a credibilidade do governo diante da nação. Os nomes do Conde dos Arcos e do Conde de Palmela são constantemente associados ao *Partido Aristocrata*, que conspira contra o rei, impedindo a comunicação entre ele e o seu povo. Para que um governo seja desejado, as suas idéias e as dos súditos devem estar em perfeita conformidade. Não se deve impedir o povo de falar, antes se deve guiá-lo a uma fala apropriada, segundo a fórmula já fornecida que envolve a ação dos homens cordatos. Ao se inibirem as opiniões públicas, fazendo o “povo” queixar-se “só em murmúrios; porque o não deixavam falar alto”³⁴⁶, isto é,

descobertos pelos *atilados engenheiros*, que mesmo de fora das Cortes os hão de vigiar a seguir; assim o *público ilustrado* não permitirá que se adotem artigos na Constituição, que sejam ditados pelas vistas interessadas desta ou daquela facção, ou que sejam aprovados por Deputados ignorantes da ciência de política e de legislação, posto que bem intencionados ou bons patriotas” Ibid., janeiro de 1821. (grifos nossos).

³⁴³ Ibid.. Vol XXVII, p 327, outubro de 1821.

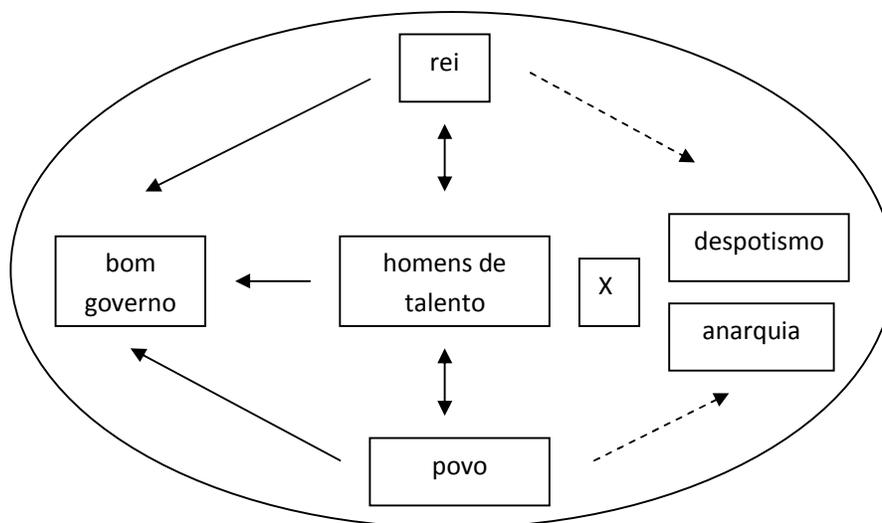
³⁴⁴ Ibid.. Vol XXVI, p 167, fevereiro de 1821.

³⁴⁵ Ibid., fevereiro de 1821.

³⁴⁶ Ibid., p 62, janeiro de 1821.

quanto mais os Governos comprimem a expressão da opinião pública, tanto mais se expõem a que ela arrebente em atos de insubordinação, e tanto mais perigosos quanto eram inesperados pelos mesmos Governos; ainda sem fazer conta com outros males, que resultam de se reprimir desarrazoadamente a faculdade de exprimirem os homens seus sentimentos.³⁴⁷

O diagrama elementar que orienta o raciocínio político coimbrão pode ser assim esboçado:



O sentimento do povo é feito notar pelo rei através dos homens de talento. É na figura do rei que se materializa a expressão do povo e dos homens de talento como um todo. Os déspotas, no lado direito do diagrama, chamados “ministros corruptos”, “aristocratas perversos”, “répteis arvorados em soberanos”, etc. cumprem a função de desviar o monarca da percepção dos reais sentimentos do povo e, portanto, da realização da conexão em torno da qual orbita o sentimento nacional.

O monarca, como lembra Norbert Elias, se situava no interior de uma complexa cadeia de intrigas que deveriam ser conduzidas de forma a monopolizar o papel de guia das tensões e discórdias produzidas.³⁴⁸ Nesse sentido, a aparição pública do rei era prenhe de significados.³⁴⁹ Mas ela não acontece apenas através de um circuito físico de aparições. A presença do rei é também imaginada e reforçada pela linguagem dos

³⁴⁷ Ibid., p 75, janeiro de 1821.

³⁴⁸ Norbert Elias, *A sociedade de Corte*, 2001, p. 143.

³⁴⁹ “As “aparências” fixam as esperanças do povo no Príncipe, permitindo mobilizar e aumentar a energia daquele, fazer medo aos adversários, etc. O Príncipe, rodeando-se dos sinais do seu próprio prestígio e manipulando habilmente toda a espécie de ilusões (símbolos, festas), pode desviar em seu proveito as crenças religiosas e impor aos seus súditos o dispositivo simbólico de que retira o prestígio de sua própria imagem”. B. Baczko, “Imaginário Social”, 1985b, p. 301.

jornais. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, por exemplo, cumpre um papel materializador da imagem do rei em um território impreciso, ajudando a polarizar as pautas de diálogos cotidianos em torno da realeza. O *Correio Braziliense* tem função similar: ele isola o soberano numa ilha de prestígio moral e tenta colocar a nu os desmandos dos seus ministros. Quando o rei se vê alvo de acusações de corrupção ou de incapacidade de guiar os povos brasileiros, o redator não hesita em isentá-lo sob a desculpa de que o rei estava sendo ocultado pelos ministros inescrupulosos. Ao longo de catorze anos, Hipólito não lança uma só crítica direta ao soberano. Quando muito, o que ele faz é sintetizado mais ou menos pelo excerto seguinte: “Se o Soberano pudesse ser informado de um só fato dos que estudiosamente se ocultam à sua vista, veria ele a culpável negligência com que seus ministros tem deixado perder os lucros”.³⁵⁰ Noutras palavras, o aparelho administrativo está em frangalhos, mas as vistas do rei são ocultadas por manobras políticas mal intencionadas. O rei nada pode fazer enquanto não houver uma vontade generalizada de mudar o “sistema”. Outra forma de dizer isso é através do “despotismo ministerial”.³⁵¹

Os ministros públicos podem ter interesses individuais, diferentes, e até opostos, aos interesses do Público; o Soberano nunca pode ter tal interesse; porque a sua grandeza, esplendor, e felicidade; está inseparavelmente unida ao poder, dignidade e prosperidade de seus povos.³⁵²

No interior desse Estado degradado por ministros egocêntricos, Hipólito destaca a sua própria função e a função do homem público em geral. Enquanto jornalista, ele está entre os “homens talentosos” que devem ser úteis aos membros da sociedade, “segundo as suas forças físicas ou morais, para administrar, em benefício da mesma, os conhecimentos, ou talento, que a natureza, a arte ou a educação lhe prestou”.³⁵³ Para que o diagrama elementar se veja efetivado, a Constituição representará um avanço: ela será a garantia de que uma aristocracia associada ao sistema antigo, inútil para o amadurecimento da nação, será excluída dos quadros administrativos.³⁵⁴ A adesão incondicional ao soberano parece o caminho mais lógico a ser seguido no início do

³⁵⁰ *Correio Braziliense*, 1811, V. VI, p. 234.

³⁵¹ Cf. Lúcia M.B. Neves, *Corcundas e constitucionais*. 2003. O *Padre Amaro* condena a vacuidade das imprecisões lançadas contra os ministros, uma vez iniciados os debates das Cortes de Lisboa. Os debates demonstram quão generalizada já era a demonização dos ministros, sem que houvesse, por outro lado, qualquer prova cabal de suas “más ações” (Agosto de 1821, p. 178).

³⁵² *Correio Braziliense*, 1812, V. IX, p. 887.

³⁵³ *Correio Braziliense*, 1808, V. I, p. 1.

³⁵⁴ João Pedro Rosa Ferreira, *O Jornalismo na Emigração*, 1992.

século XIX, ainda mais quando se pensa nas várias “rupturas convulsas” que assaltam o mundo latino-americano.

A presença do Soberano, como guia, símbolo nacional e único bastião capaz de efetivar a manutenção da união nacional, é vista de forma mais clara se retomarmos o percurso individual de um Hipólito. Por trás de seu jornal, o mecenato régio acalmava os ânimos do jornalista, potencializando no *Correio* uma imagem positiva da realeza. Nesse sentido, Oliveira Lima chega a sugerir que “D. João era o primeiro a ler com assiduidade” o *Correio Braziliense*.³⁵⁵ O rei, de fato, é sublime: em Portugal, em 1798, quando Hipólito viajava para os Estados Unidos, a cerimônia de beijamãos dos reis e príncipes ainda era comum. Todo o respeito era devido à rainha D. Maria. A aclamação pública do monarca era a segurança do próprio funcionamento do sistema político absolutista, a encenação simbólica na qual o rei cumpre seu papel mágico de guia dos povos. Não estamos superestimando o poder do rei: logicamente esse rei, em Portugal, não podia curar enfermos de escrófulas, mas estava sim, dentro do quadro simbólico em que cresceram os publicistas de 1790, instituído por poderes absolutos e divinos.³⁵⁶ Como lembra Mecenas Dourado, no interior da Universidade de Coimbra, um dos requisitos de passagem era o exame de conduta moral, estabelecido por carta régia de 1792. Esse exame avaliava mais precisamente as qualidades das pessoas que se destinavam ao serviço do Estado. Mecenas Dourado esclarece, a respeito:

Produto dos tempos de d. Maria I, influenciado pelos hábitos morais e pedagógicos de uma época em que a disciplina e bom comportamento social se confundiam com a submissão passiva aos governos absolutos e despóticos, essa providência, processada no segredo de consciências que o não deviam revelar, poderia trazer consigo conseqüências nocivas para a formação moral do cidadão, cujo mérito seria apreciado por sua maior ou menor disposição à subserviência aos mestres, a princípio, e, depois, ao soberano e autoridades públicas.³⁵⁷

A excelente avaliação de Hipólito nesse exame de conduta foi uma das responsáveis pela sua nomeação para a viagem científica aos Estados Unidos. Quando

³⁵⁵ Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, 1945, p. 18.

³⁵⁶ Nas palavras de Hipólito: “Digo pois que o Monarca de Portugal é absoluto, que só ele tem o direito de fazer leis para a administração interna do Reino; só ele tem o direito de administrar a justiça entre os indivíduos ou corporações particulares, sendo os magistrados meramente deputados do Soberano, e sem autoridade própria [...]”. *Correio Braziliense*, 1809, Vol III, p 372-3. E, mais: “[...] se admitimos que o Estado de sociedade é o que Deus prescreveu aos homens, como essa sociedade é o que Deus prescreveu aos homens, e como essa sociedade não pode existir sem soberania, segue-se que a Soberania é também prescrita por Deus; ou por outras palavras, é de Direito Divino Natural” *Correio Braziliense*, 1819, Vol XXIII, p. 47. O que contrasta com o pensamento de Loureiro (1973, p. 209), que não vê na monarquia senão a presença do Direito natural e positivo.

³⁵⁷ Mecenas Dourado, 1957, p. 35.

confrontado com a sociedade republicana norte-americana, o redator oferece um interessante panorama de estranhamento intelectual. Num dos seus discursos sobre a Filadélfia, datado de 1 de Janeiro de 1799, Hipólito enuncia sobre quando, por influência do ministro português nos Estados Unidos, Cipriano Ribeiro Freire, é levado a conhecer o presidente John Adams, que comemorava com seus semelhantes o Dia de Ação de Graças:

O presidente estava de pé, de casaca, espada e chapéu debaixo do braço, conversando com algumas das pessoas que ali se achavam; quando se entra dirige-se a ele e se lhe faz um cumprimento, ele pega na mão, pergunta pela saúde e diz mais alguma coisa, a mim me perguntou que tal achava seu país; depois disso todas as pessoas conversam umas com as outras, mesmo passeiam pela casa e o mesmo presidente muda de lugar freqüentemente, *de modo que estão todos confundidos sem ordem ou arranjo de etiqueta.*³⁵⁸

A desordem em que se encontram os membros do governo republicano preocupa Hipólito, já que o líder, incapaz de se fazer sentir pelos seus inferiores, não poderá manter por muito tempo a força do seu Executivo. O chefe supremo da nação deve ser reconhecido publicamente pelo seu *status* de líder, pelas condecorações que ostenta e pela sua presença simbólica nas ruas, de forma a ser sempre sobressalente, digno de ter as suas mãos beijadas como no Brasil de D. João VI. *Todo o sistema político de Hipólito acaba sendo tributário desse princípio de reverência e solenidade à autoridade monárquica.* Quanto à aceitação do republicanismo das colônias latino-americanas, isso acontece porque elas foram deixadas num contexto de orfandade, em virtude da usurpação do trono espanhol por José Bonaparte. Diante da violação do direito natural, Hipólito, que se tornou próximo do revolucionário Francisco Miranda, não pôde deixar de acenar favoravelmente às independências e formações de repúblicas na América. Ele teve a oportunidade, como vimos, de conhecer ainda outros revolucionários, como Bolívar, San Martín e O'Higgins, a partir das reuniões maçônicas na Inglaterra. Hipólito conhecia a fundo as repúblicas e seus princípios de funcionamento, aplaudia-as quando, diante da dissolução da Monarquia, nenhuma alternativa restava, mas não passava pela sua cabeça que o Brasil fosse uma República: pois o Brasil, sua descoberta, sua conquista, seu povoamento, estavam correndo no sangue do próprio rei.

³⁵⁸ Hipólito da Costa, *Diário de Viagem à Filadélfia*, [1805] 2004, p. 14 (grifos nossos).

Uma reviravolta bastante curiosa acontece com o acirramento de ânimos da década de 1820, sobretudo a partir da pena de José Liberato e Rocha Loureiro. *O Campeão e O Português*, fortemente influenciados pelo *Correio Braziliense*, não abstraem, num primeiro momento, dessa pedra basilar simbólica que constitui a autoridade monárquica. Rocha Loureiro terminou sua graduação em Coimbra em 1802 e José Liberato apenas participou de seções da Academia de Ciências de Lisboa. Eles dão indícios de fazer parte de um mundo em transição em que o rei não cumpre mais o papel simbólico de guia dos povos, mas, para usar a linguagem de Koselleck, começa a ingressar na esfera da moral, onde passa a ser avaliado, parafraseando Loureiro, como o “primeiro cidadão”. Soma-se a isso a pressão dos comerciantes portugueses estabelecidos em Londres, cada vez mais vitimados pelos efeitos nocivos dos tratados de 1810, que obrigará estes jornais a uma guinada bastante radical em direção à prestação de contas do rei. O ponto de partida da recusa pode ser situado na “opção americana” de Hipólito da Costa. Quer dizer, opção pelo Brasil enquanto sede da monarquia luso-brasileira. Uma vez que o rei opte pela colônia americana, gerando o que se chamará de orfandade dos povos portugueses, a alternativa monárquica começa a ser questionada por Liberato e Loureiro, aqueles a quem consideramos os apóstolos da dessacralização da imagem real em Portugal.³⁵⁹ Eles configuram o ponto de partida das críticas que se multiplicam no continente a partir de 1821, especialmente em torno do jornal *Astro da Lusitânia*.³⁶⁰ A história adquire um sentido teleológico para a qual a realização portuguesa depende de um passado estável. Este passado está nas conquistas romanas e na ideia, mencionada por Loureiro, da “grande Península”. O esforço de reconstituição de memória histórica aqui operado implica, senão na denúncia do embuste real, na opção por uma outra casa monárquica. A união com a Espanha passa a ser considerada, ainda que encontre sonora desaprovação entre as camadas mais tradicionais da sociedade portuguesa. Eis a ideia, como a elabora Rocha Loureiro, em suas cartas a *Orestes*:

Portugal, Senhor, é uma pequena parte da Espanha ou grande Península talhada pela natureza (e ainda mais pelas conveniências da atual política europeia) para fazer um só todo, unido por um só governo. Os sucessos desvairados têm ordenado de outra maneira. Porém, quem pode assegurar que isso que é tão natural e possível não virá a ser, só por a razão de que não tem sido até aqui? [...] Não digo eu que isto aconteça no estúpido e brutal governo de Fernando que mal poderá conservar, quanto mais adquirir.

³⁵⁹ Como já vimos, Liberato, em suas memórias, garante que foi o primeiro a identificar os desejos ocultos de D. João VI em permanecer no Brasil.

³⁶⁰ Lúcia M.B. Neves, “Guerra das penas”, 1999, p. 2.

Porém, logo que haja em Espanha governo livre (que já tardou mais), continuando como vão as coisas de Portugal, isso há-de acontecer, por estar em a natureza das coisas necessárias. À Inglaterra e França não fará muita conta essa união política. Mas, quando a queiram os povos da Península, que remédio lhe darão a França e a Inglaterra?³⁶¹

A desconstrução da imagem monárquica caminha paralelamente à vontade de construir um Portugal nos moldes modernos de Estado Nacional. Ao dizer que “nossa fraqueza e miséria (toda, toda) devemos nós à incapacidade dos nossos últimos reis, mormente aos da augusta Casa de Bragança” e insinuar que o “bravo povo português” nada deve ao seu monarca fujão, Loureiro dá um passo decisivo.³⁶² Como explica Valentim Alexandre:

é a desarticulação do império, com a conseqüente crise mercantil e industrial, que provoca a desafetação da burguesia portuguesa em relação ao antigo regime e a sua passagem a uma oposição radical. Por seu turno, a incapacidade dos governos do Rio de Janeiro de conceber e por em prática uma estratégia política que integrasse os interesses da antiga metrópole veio reforçar essa oposição, dando-lhe cariz nacional. Neste contexto, o papel da ideologia elaborada pela imprensa portuguesa no exílio é essencial: ela serve de elemento catalisador e aglutinador do descontentamento dos diversos grupos sociais da antiga metrópole (o seu liberalismo político, muito moderado nesta fase – prevalecendo-se em geral de alegadas tradições medievais portuguesas – era aceitável mesmo para uma boa parte da nobreza, ferida pela ausência da corte).³⁶³

É necessário entender as distintas disposições dos indivíduos num tabuleiro evidentemente conflituoso, mas em cujo bojo os conflitos nem sempre se pautam por objetivos econômicos, como fica implícito na nobreza ferida pela ausência da corte. Enfim, implica adotar uma posição resolutamente dialógica em que se consideram oposições e conflitos muitas vezes com base em critérios de afiliação nobiliárquica, localização geográfica, mecenato, afinidade intelectual e etc. Quem lança um olhar mais racionalizado para Portugal situando o estertor do Antigo Regime é José Liberato:

O povo português da Europa tem dado um grande exemplo de patriotismo e virtudes militares nos sete anos desde 1808 até ao fim de 1814 [...] mas que ganhou Portugal com tamanhas batalhas que pelejou, e tamanhos e tão heróicos sacrifícios que fez – Louros, e louros muito verdes, porém plantados no meio de ruínas e cadáveres à maneira dessas majestosas e verdes palmeiras, que o olho do gigante apenas descobre na imensidade do deserto!... Hoje, sem governo próprio da sua categoria, e ainda sem a posse exclusiva de suas próprias riquezas, que o Brasil *inumanamente* lhe devora em homens e dinheiro, Portugal é, decerto, um tristíssimo exemplo das mais fatais vicissitudes humanas!³⁶⁴

³⁶¹ *O Português*, n.33, Janeiro de 1817, pp. 310-11.

³⁶² *O Português*, V.VI, n 36, pp. 584-5.

³⁶³ Valentim Alexandre, 1992, p. 441.

³⁶⁴ Apud José Liberato, *Memórias*, pp. 115-6.

A ruptura implica não apenas a teorização de um novo modelo de governo como também uma forma inaugural de se relacionar com o passado, quer dizer, de escrever a memória dos povos portugueses. O povo português aparece pela primeira vez como o “soberano”. Ao mesmo tempo, o “espírito público” diz respeito à vontade generalizada que cresce a partir das “luzes do tempo”. Como, na mesma direção afirma Rocha Loureiro, na inauguração de seu *Português*, em 1814:

Enquanto, segundo o espírito público do nosso tempo, as grandes revoluções se tem obrado na Europa; só o governo Português, sem lhe importar a opinião geral, sem fazer caso dos extraordinários acontecimentos, que tem passado pelos seus olhos, dorme em um sono profundo à beira do precipício; não cuida n’um melhoramento pacífico; conserva os antigos abusos; não quer ouvir falar em reformas ; e cuida ter acautelado tudo, alevantando por toda a extensão da raia um muro impenetrável às luzes, que nos possam vir dos vizinhos, como se estas fossem contrabando.³⁶⁵

Nesse momento, parece estar emergindo uma ideia nacional com fisionomia mais moderna. A clareza teórica desse pressuposto é esboçada por Loureiro. O autor não apenas reivindica a soberania do povo, dedicando-lhe a condição de alicerce da nacionalidade portuguesa, como *esboça uma distinção entre a vassalagem e a condição de cidadão*. A passagem de Loureiro é pródiga em demonstrar esse estado de transição. Eis o que diz nosso escritor, refutando o uso da palavra *vassalo*:

Esta palavra vassalo deve sua origem à barbaridade dos tempos feudais, quando os homens eram *servos adstritos à gleba*, isto é, quando o senhor do feudo os possuía, e tinha domínio n’eles, como nos terrões da sua fazenda, e os podia vender, alienar, matar, etc. Nós usamos d’este termo, porque ele, segundo nossos costumes, e constituição política atual, não ofende, nem escandaliza os nossos ouvidos; e todos os dias vemos esta palavra empregada nos alvarás, decretos e leis. Os Espanhóis têm os ouvidos mais delicados, como se mostra pelo que há pouco aconteceu: Fernando 7º escreveu à Regência uma carta, que foi presente às Cortes, e nela se via escrita esta palavra *Vassalos*; então um dos Deputados, que a ouviu ler, escandalizado gritou: *Vassalos! Nós não o somos de Fernando 7º, somos cidadãos, e, se somos vassalos, é só da lei*; a isto acudiu o Deputado Secretário do congresso, e com boas razões aplacou os ânimos, que se iam alvorotando, dizendo-lhes, *que Fernando 7º merecia desculpa; pois acabando de sair do cativo, e não estando ainda bem informado das reformas, estabelecidas na Espanha, era natural que lhe escapasse um termo, que sabia ao antigo despotismo*. Por esta ocasião nos lembram as palavras memoráveis, com que um Rei da Suécia começou o seu discurso ao Senado: *Senhores eu sou, e folgo de ser o primeiro cidadão de um povo livre!*³⁶⁶

³⁶⁵ *O Português*, 1814, V.I, pp. 11-2.

³⁶⁶ *O Português*, 1814, V.I, pp. 31-2 (grifos nossos).

Para lembrar alguns dos tópicos que iniciaram este capítulo, o jornalismo, enquanto ativismo político, está diretamente ligado a essa condição de favorecer a cidadania dentro de uma narrativa que encadeia e organiza o tempo, levando adiante os homens que compõem a nação e pactuam de uma mesma língua. Há que lembrar que se está substituindo um Antigo Regime claudicante por uma noção de Estado mais adequada ao sentimento da modernidade. Isso implica a assunção de uma nova noção de tempo e também de um novo vocabulário. Sobretudo no caso português, isso não quer dizer uma ruptura ou um novo paradigma, expressão forte e especialmente descabida: mas sim uma tentativa de adoção da retórica esclarecida. Devemos tentar enxergar o grupo de portugueses no exterior considerando sua condição privilegiada do ponto de vista da isenção da censura, o que só é possível em virtude das leis inglesas, e ao mesmo tempo seus vínculos econômicos, culturais e sociais com Portugal. Veremos, sobretudo no capítulo seguinte, que a modernidade portuguesa, em cujo cerne está sua utopia de futuro, é essencialmente nostálgica. Não há uma vontade resoluta de ruptura. Pelo contrário, talvez haja mais vontade de reconstruir, de forma que a *Idade de Ouro* acaba sempre prevalecendo sobre a utopia.

A inscrição desses vocábulos na memória histórica encontra no jornalismo um papel pronunciado. John Hartley, nesse sentido, sugeriu que o jornalismo é portador e mesmo condição para a efetivação da modernidade por implicar no movimento contínuo rumo ao futuro: ele é a apresentação da novidade e mesmo depende dela para sobreviver. Há aqui uma especificação da tese de Benedict Anderson sobre o envolvimento do mercado editorial com o delineamento das fronteiras nacionais. A leitura do jornal favorece um sentimento crítico com relação ao Estado – é o meio de expressão da crítica moral ao rei, como o quer Koselleck.³⁶⁷ Estas manifestações jornalísticas, ainda tênues em Portugal, são fundamentais para o arranhamento da infalibilidade dos antigos regimes. Há, evidentemente, uma porção de outros fatores a serem considerados, no que Hartley, mais jornalista do que historiador, exagera em puxar a brasa para a sua sardinha (Ver capítulo 6). Os Antigos Regimes são moldados por uma retórica das honrarias e da vassalagem, de caráter predominantemente oral e cerimonial. O jornal é sobretudo crítico e visual. E, ao apontar essa importância do jornal ao abraçar uma nova retórica, Hartley não erra: o jornal se imbuíu de traçar os limites de ação entre o governante e o povo, observando o desencaixe entre a

³⁶⁷ Reinhart Koselleck, *Crítica e crise*, 1999, pp. 15-6.

Constituição – palavra de ordem – e as ações dos governantes.³⁶⁸ O ativismo dos jornais implica num esforço de política comparada, no qual entram em cena figuras retóricas provenientes da Espanha, Suécia, ou etc., que permitem entrever o governo enquanto construção civil. Surge na pena de Loureiro e Liberato, em detrimento de Hipólito da Costa, um vasto arcabouço de argumentos para reivindicar as mudanças políticas em Portugal. Para Koselleck, esse esforço por resguardar a esfera íntima da intervenção do Estado é a principal marca do Iluminismo.³⁶⁹ A conjunção entre homem político e homem moral, sob a rubrica do que Loureiro entende por *cidadão*, é um arranhão na filosofia do Estado absolutista que se pretendia lacrado pelo véu moral do segredo. Uma vez tendo mencionado a busca pela *cidadania* na Espanha, Loureiro menciona também o amplo sentimento de participação pública na Inglaterra. Ao invés da antiga noção de Estado propriedade, diante do qual o vassalo vai requisitar mercês por serviços prestados, é o Estado que presta os serviços e o cidadão que paga, *gostoso*, os impostos. Assim, Loureiro, menciona, desconstruindo uma noção de Estado-paternal:

todos contribuem gostosos em despender em seu proveito, ou benefício o que dão para a causa pública: pois estão seguros de que, sendo desamparados da fortuna, ou da natureza, encontram na perfeição do governo, e no patriotismo de seus naturais os socorros de suas primeiras necessidades: em uma palavra, aqui sabem guardar-se todos os direitos, que nasceram com o homem, são necessários na sociedade, ou não a prejudicam, e os quais não podem ser tolhidos, ou atalhados aos homens sem injúria. Eis aqui, meu amigo, o elixir ou remédio universal, e bálsamo salutar, que só pode curar os homens livres, que em nosso Portugal tem enfermado da crônica e terrível moléstia *despotismo*.³⁷⁰

Trata-se de um esforço tipicamente moderno de delimitar a esfera pública e garantir proteção contra o arbítrio monárquico. Sobretudo durante a *regeneração* de 1822, o rei, submetido às vontades do povo, governa sobre uma nova história, a história do povo português e não a história do próprio rei ou simplesmente sua genealogia de

³⁶⁸“This radical aspect involved extension of the ‘sovereignty of the people’ from a *representative concept*, where sovereignty passes from the king to the nation and is represented in national institutions like the National Assembly, the judiciary, government administration, and even the armed forces. This participatory ‘sovereignty of the people’ was, according to Censer, an invention of radical journalists of the early years of the French Revolution; their daily discursive struggle was directed towards securing, extending, publicizing and defending this right, which was kept active in the pages of their journals, as well as in speeches to the political clubs and to the National Assembly, on those ‘days’ [...] when the people were not present in their own corporeal bodies to direct legislation, juridical practice and government for themselves. The radical journalists required participatory sovereignty as an ideological weapon to discipline, in the name of the Revolution itself, the various legitimate institutions and holders of state power and constituted authority.” John Hartley. *Popular Reality Journalism, modernity, popular culture*. 1996, p. 85.

³⁶⁹ Reinhart Koselleck, 1999, p. 38.

³⁷⁰ *O Português*, 1814, V. I, no. 3, pp. 196-7.

conquistas. É esta ideia de *regeneração* levada a cabo pelos portugueses, que traz incrustada uma nova história e busca sua legitimação que cabe averiguar por fim, bem como, paradoxalmente, o esforço de um Hipólito da Costa em fornecer ao Brasil uma história do próprio Brasil independente de Portugal. Cabe lembrar, nesse sentido, que os artífices da *regeneração* são dois magistrados, considerados “homens cordatos”: Ferreira Borges e Fernandes Thomás.

3.3 A tradição inventada.

O escopo da reflexão subsequente são os espaços de ruptura abertos pela volta do Rei para Portugal e a Revolução Liberal do Porto. As contingências exigem reflexões novas e abrem ampla margem para a imaginação da história nacional. Conforme o trono do rei flutua de um lado para o outro do Atlântico, a história é vista de uma ou outra forma, sempre visando a legitimidade dos grupos que se colocam como vanguarda intelectual.

O maquinário político idealizado pelas utopias traz em seu interior elementos políticos que se encaixam uns nos outros de forma cristalina. O Estado seria um imenso mecanismo onde os políticos cumprem funções sem extravasar as suas esferas de competência. Otimismo que, em Swift, cedeu lugar à ideia antiutópica da ilha voadora de Laputa, em que a obsessão pela transparência desconectou completamente os homens da realidade.³⁷¹ A intransparência é um tema comum nos escritos políticos dos portugueses emigrados: ela fere o sentido moderno de política. Não só a monarquia absoluta “não presta contas” do que está fazendo como, efetivamente, parece pouco fazer senão esbanjar a sua velha pompa. Esse ideário moderno nos guia diretamente à noção de opinião pública. Para os jornalistas, as autoridades portuguesas intentavam a todo custo impedir que os portugueses tomassem consciência de sua própria situação, que lessem jornais e constituíssem uma *esfera pública* como a que já era entrevista por Edmund Burke na sua descrição dos leitores de jornais.³⁷² Esfera pública na qual, atravessado por certo ímpeto romântico, Burke descreve cada participante da *nação* como tendo em mãos um periódico e assim efetivando, através do uso da razão, o seu ingresso no corpo nacional.³⁷³ Havia dentre os portugueses, portanto, a impossibilidade

³⁷¹ Bronislaw Baczko, “Utopia”, 1985.

³⁷² Jurgen Habermas, *Transformação estrutural da esfera pública*, 2003, p. 116.

³⁷³ Aqui quem define o que é espírito público é Rocha Loureiro: “Se espraíamos os olhos pela imensa extensão dos tempos, que passaram até nós; se examinamos os costumes gerais e comuns dos vários povos de um mesmo continente em diferentes épocas, vê-lo-emos concordar conforme certas ideias e

de refletir as causas e profilaxias desse sofrimento, dado o estaque da vida espiritual causado pela censura literária. Execrando essa impossibilidade de o português constituir uma opinião pública, José Liberato elogia de passagem o pioneirismo de Hipólito da Costa e critica o anseio de manter, a todo o custo, uma gazeta oficial circulando em Portugal como a única voz possível e autorizada:

Continuaram no abominável sistema da desconfiança e espionagem; e de medo que os gritos do povo se fizessem ouvir, acabaram logo com essa pequena liberdade de imprensa, que só por um refinado egoísmo haviam permitido no tempo da guerra. Assim não só a assinaram dentro do reino, reduzindo todos os conhecimentos da nação portuguesa a seu *Alcorão político*, a insignificante e servil *Gazeta de Lisboa*, mas declararam guerra de morte a todos os escritos portugueses, impressos em países estrangeiros. Para se conhecer o tenebroso ciúme com que viam qualquer raio de luz que pudesse descobrir a monstruosidade do sistema que tenazmente seguiam, bastará lembrar os motivos porque proibiram a circulação de dois nos. do *Investigador Portuguez*, apesar de ainda nesse tempo ser aquele jornal protegido pela Corte do Rio de Janeiro, que dele também afinal estultamente se vingou por insinuações do mesmo governo de Lisboa, por os desejos da Legação de Londres, e pelas patrióticas *denúncias* do patriótico e mui verdadeiro *Correio Braziliense*.³⁷⁴

Com suas ramificações sociais e econômicas, a intransparência política contribuiu para o aumento da insatisfação dos portugueses e aparece como central na argumentação dos jornalistas. Uma proposta de nova organização política – chamada de *reformada* – se apresenta e, com ela, uma nova história. Essa reescrita exclui o Brasil tornando-o um desdobramento da política expansionista portuguesa. Uma vez tendo a Corte deixado Portugal e, ao mesmo tempo, não tendo demonstrado energia para retornar, pode-se perceber dado direcionamento em reescrever a história portuguesa e dotar o momento vivido por Portugal de um sentido específico. Trata-se do tão propalado sentimento de “orfandade” dos povos portugueses. Como esclarece a professora Lúcia Bastos Neves:

Ao sentir-se órfão, sem a presença de seu rei, Portugal buscou uma saída em seu passado glorioso, cujo modelo mais frequente era a Restauração de 1640. Ainda não havia espaço em seu universo mental para uma concepção moderna de nação, principalmente porque continuava a ser uma sociedade marcada pela oralidade. Assim, os panfletos, apesar de apresentarem um discurso público, portanto, político, revelavam

princípios, e daqui nascer o que hoje chamamos *espírito público*, árbitro supremo da moral dos povos, e primeiro móvel das grandes revoluções”. *O Português*, V.I, p. 7.

³⁷⁴ *O Campeão*, V.IV, p. 17. Crítica essa que já havia sido feita por Hipólito da Costa à *Gazeta do Rio de Janeiro*, como veremos no capítulo 5. Antecipando o que lá se aprofundará, os jornais emigrados em geral, mas especialmente o *Correio Braziliense*, cumprem uma função que hoje chamamos “quinto poder”.

representações de práticas políticas em que a religião permanecia uma força *estruturante*, servindo de obstáculo à construção de uma *ideologia* secularizada.³⁷⁵

A pregação dos jornais emigrados, devido a esse caráter sobretudo oral da sociedade luso-brasileira, não vai encontrar o eco necessário para formar narrativas nacionais a exemplo do que aconteceu na França ou Inglaterra. Não há um público leitor identificado com a ideia de classe média. Disso se deduz um certo caráter auto-referencial das elites políticas e intelectuais. Auto-referencialidade, como notou Antonio Candido no estudo das elites intelectuais brasileiras, responsável pelo seu caráter esotérico, mais ornamental do que pragmaticamente orientado.³⁷⁶ Nosso esforço, contudo, é compreender a dinâmica interna das narrativas forjadas no âmbito da comunidade emigrada, aquém de buscar perceber os reflexos que elas tiveram no Brasil e em Portugal. Esse esforço de vincular através da narrativa precisa dizer respeito, como vimos, a figuras políticas facilmente acionáveis, parte da vulgata política necessária para o cumprimento de toda cultura política.³⁷⁷ Sobretudo na narrativa do *Campeão*, cujo propósito anunciado é defender as conquistas alcançadas pelas Cortes de Lisboa, vão surgindo personagens que, com seu esforço hercúleo, tentam desobscurecer as trevas em que Portugal tinha sido lançado. São eles, principalmente, os apóstolos da revolução liberal Manuel Fernandes Tomás e José Ferreira Borges. Liberato menciona os encontros nas casas destes indivíduos.³⁷⁸ Nesse momento, a revolução adquire vida própria. Ele é percebido como um dos momentos fundadores da nacionalidade portuguesa. Mas, como na Revolução Francesa, a sua base simbólica de sustentação está na reapropriação de feitos passados. Bronislaw Baczko menciona a utilização dos *philosophes* franceses pelos revolucionários, ainda que Voltaire e Rousseau, dois dos nomes preferidos, carregados de um lado para o outro como estandartes da Revolução, não tivessem mais do que proposto mudanças significativas na forma administrativa do

³⁷⁵ Lucia M. Bastos Pereira das Neves, “Imagens de Napoleão Bonaparte na óptica dos impressos luso-brasileiros”, 2006, p. 594. É de se notar que os textos relativos à Restauração de 1640 também serviram de suporte ideológico para os incondentes mineiros de 1789.

³⁷⁶ Antonio Candido observa essa auto-referencialidade nas elites brasileiras, *História da Literatura Brasileira*. “[...] fechando-os no sistema de solidariedade e reconhecimento mútuo das sociedades político-culturais, conferindo-lhes um timbre de exceção. Não espanta que se tenha gerado um certo sentimento de superioridade, a que não eram alheias algumas implicações da Ilustração – inclinada a supervalorizar o *filósofo*, detentor das luzes e capaz, por isso, de conduzir os homens ao progresso. Ai se encontram porventura as raízes da relativa jactância, reforçada a seguir pelo Romantismo, que deu aos grupos intelectuais, no Brasil, exagerada noção da própria importância e valia”. *Formação da Literatura Brasileira*. Momentos decisivos, 2006, p. 246.

³⁷⁷ Cf. Serge Berstein, “Cultura política”, 1998, pp. 350-1.

³⁷⁸ *O Campeão*, V.IV, p. 205.

Ancien Régime.³⁷⁹ Ainda que Portugal não tenha o seu Voltaire nem Rousseau, tem Fernandes Tomás e Ferreira Borges. Na pena do *Campeão* e do *Português* eles assumem dimensões assombrosas. Com suas ações enérgicas serão os responsáveis por devolver a Portugal o estatuto de potência ultramarina. Nesse sentido, as narrativas das Cortes constituem uma forma de emancipar Portugal do Brasil, urdindo uma trama própria em que Portugal aparece como uma potência capaz de subsistir autonomamente – quando o discurso corrente diz que os recursos econômicos dos portugueses vão todos alimentar o Brasil ou a Inglaterra. Temos aqui uma guinada radical: a transparência surgida com a revolução permite que os portugueses se constituam enquanto nação: é uma transparência que circula dia a dia nos diários das Cortes contendo narrativas detalhadas das decisões dos deputados. As Cortes seriam essa resposta e também um alimento para os sonhos patrióticos dos lusitanos. Fernandes Tomás e Ferreira Borges aparecem no centro de uma narrativa dramática e oferecem a ela um desfecho vitorioso. O panorama construído por José Liberato, em artigos chamados “Memórias para a História de nossa brilhante e gloriosa Regeneração de 24 de Agosto de 1820” opõe um país abandonado às favas por uma corte fugitiva e a *regeneração* levada a cabo por portugueses de brio, os “homens de talento”:

Com efeito, estes dois nobres *Regeneradores e Salvadores* da Pátria, já conformes em ideias, desejos, e numa inalterável resolução, determinam marcar um dia que lhes sirva de baliza e de ponto; e do qual entrem logo a seguir-se, sem interrupção, todos os passos necessários para o cabal desempenho de sua gloriosa empresa. Foi esse dia assinalado o dia memorável de *Vinte e um de Janeiro do ano de 1818*: e nele os Senhores *Fernandes Thomás e Ferreira Borges*, só diante de Deus, e da Imagem da Pátria, que em seus corações têm gravada, *solene e religiosamente juram ou salvar a Pátria, ou por ela dar seu sangue, e morrer, abafados nas ruínas do magnífico Edifício que vão alevantar!* Este dia deve pois a história consagrar como um de seus mais faustos e brilhantes, pelas conseqüências que dele resultaram; ou por ser aquele, em que o nobre Patriotismo de dois bizarros portugueses, no meio de um silêncio verdadeiramente religioso, e cercado de todo o poder do despotismo e das vinganças, lançou a primeira pedra mística e moral do majestoso edifício de nossa Regeneração e Liberdade.³⁸⁰

O objetivo do *Campeão* é bastante simples, nesse sentido. Trata-se de servir a pátria, construindo, através de imagens bastante tradicionais, o fausto dos regeneradores. A mesma retórica com a qual José Liberato um dia louvou e admirou o Príncipe, agora é destinada aos liberais componentes da revolução do Porto. Sua religião, tanto quanto para Loureiro, é parte do sistema de virtudes necessárias para a

³⁷⁹ B. Baczko, “Revolução”, p. 760.

³⁸⁰ *O Campeão*, V.IV, p. 31 (grifos nossos).

reconstrução do edifício corrompido. Percebe-se, em todo o caso, que a *novidade liberal* portuguesa – tanto quanto no Brasil – vem acompanhada de um vocabulário tradicional em que se presta juramento à casa dinástica e à religião católica. Da mesma forma, apela-se para a moral enquanto um quadro de atividades necessárias para que se abrace e alcance o modo de vida liberal – no que não há a transição que Koselleck observa na França, Inglaterra e Alemanha. Em outras palavras, o liberalismo deveria entrar em Portugal sem causar um rompimento com os usos e costumes do povo português. Observa-se, ao mesmo tempo, o esforço ativo de reconstrução de memória histórica operada pelos escritores portugueses. A versão da história construída pelos jornais vai impregnar outras versões que alimentarão, da mesma forma, os feitos vitoriosos da *Regeneração*. Trata-se, sobretudo, de determinar um sentido sobre os demais a partir daquilo que efetivamente está acontecendo em Portugal, afastando da sua revolução o sentido de rompimento histórico e garantindo-lhe um sentido linear, ou mesmo necessário, como se vê nos apelos contínuos “às luzes do século”, quer dizer, a mudanças que, sendo fatais, haveriam de provocar transformações na constituição política portuguesa, tornando-a melhor.

A militância política dos jornais *Campeão* e *Português*, diretamente engajados na revolução liberal do Porto, na questão brasileira e na questão monárquica, é exercida sem que se ultrapassem os limites não apenas do imaginário político permitido, mas também dentro dos postulados profissionais empregados pelos jornais londrinos. Desde já buscando afastar de si o vento da censura, eles alegam escrever de acordo com a “imparcialidade”. Se o vocabulário da moda, dentro da profissão jornalística, tornou-se no século XX “objetividade”, ligada a um padrão de escrita rigorosamente formal em que a presença do adjetivo é simplesmente banida, o jornalismo nesse início de século XIX tinha no imparcial uma espécie de “pender para o lugar certo”. Tratava-se de militar um ideário político sem ultrapassar o limite do intangível, estando de acordo com autores que eram considerados moderados no ambiente do Iluminismo. Assim, ser imparcial poderia ser militar uma divisão de três poderes baseada em Montesquieu ou em um poder Moderador segundo Benjamin Constant. A imparcialidade corre dentro de certos limites que vão sendo rompidos pelas próprias circunstâncias políticas da vida coletiva portuguesa. O fato de o rei titubear em voltar para Portugal, por exemplo, deixando à deriva a sua nau, é suficiente para que surjam comentários sobre a legitimidade da cabeça governante, como alega Loureiro em 1817, no ano da Conspiração de Gomes Freire, um ano depois da coroação de D. João VI:

A miséria deste nosso povo me parte o coração de mágoa e de dó [...]. Bandos de mendigos, espectros de fome, cobertos de miséria e de farrapos, alastrando as ruas, arrastando-se para entrar nos lugares de prazer, a solicitar a caridade quase extinta, pálidos, disformes e desfigurados, tísicos, ou hidrópicos, gente moribunda mui perto de morrer com a sua pátria, esta é a povoação de Lisboa, e de quase todo o Portugal!³⁸¹

Alicerça-se assim um tipo de comentário desfavorável ao soberano e favorável à construção de uma memória histórica que gira em torno dos feitos da Revolução Liberal, um tipo de comentário que não encontra respaldo nas doutrinas do *Correio Braziliense*. O trabalho de Hipólito da Costa constitui um esforço imaginativo pioneiro que precisa pensar a fundação de um lugar, de uma nacionalidade ou império, distante da Europa. Não há outra figura mais importante para assegurar a tradição da governabilidade do que o rei. Mais do que Liberato e Loureiro, Hipólito precisa dar significado aos quatorze anos de presença da corte em solo brasileiro. Precisa dotar aquela terra e aquele homem brasileiro obscuro de um sentido próprio, quer dizer, desvinculado de Portugal. O homem brasileiro, como explicou Hipólito, é o homem português aclimatado no Brasil, *brasiliense*. Pensar o Brasil separadamente de Portugal, como é necessário a partir da evolução das decisões da Corte em 1821, começa a se tornar visível nas edições finais do *Correio Braziliense*. O esforço de criar um dizer-suporte para a fundação do Brasil, acompanha as tentativas pusilânimes das elites brasileiras de fabricar símbolos para a nova nação. A dificuldade da ruptura já era, antes de Hipólito, expressa por outro elemento coimbrão, mais sensivelmente relacionado com as elites brasileiras, José Bonifácio. Depois de 1819, quando sua volta de Portugal para o Brasil estava assegurada:

seus interesses intelectuais [de Bonifácio] sofrem uma transformação profunda, sutilmente apontada nas ‘afáveis’ palavras iniciais [no discurso de despedida na Academia de Lisboa]: ‘[...] pois é forçoso abandonar o antigo, que me adotou por filho, para ir habitar o *novo Portugal*, onde nasci’. A oposição entre o velho e o novo, entre o exausto e o exuberante, entre o contaminado e o puro, organiza todo o texto. O tom progressivamente crítico e pessimista – que ano a ano corroía o projeto de restauração, cada vez mais evidente na reflexividade dos textos – cede lugar a um otimismo renovado. A restauração de Portugal é deslocada pelo tema da ‘nova Lusitânia’.³⁸²

Se, entre os portugueses Loureiro e Liberato, Fernandes Tomás e Ferreira Borges, o tema diz respeito a uma *regeneração*, para os brasileiros José Bonifácio e

³⁸¹ *O Portuguez*, n. 44, Dez 1817, p. 147.

³⁸² Valdeí Lopes Araújo, 2008, pp. 52-3.

Hipólito da Costa importa destacar a novidade, a Nova Lusitania. Portanto, há que justificar, diante da corte europeia, a necessidade e a importância desse novo sítio. Entre 1820 e 1822 os acontecimentos correm com rapidez e exigem posicionamentos urgentes. Hipólito parte das decisões da Corte para justificar a sua opção por um elemento novo, não *regenerado*, mas renovado. Ele reivindica a dignidade dos lugares colonizados e esquecidos pelos europeus:

acostumadas as nações Europeias a olharem para as colônias Americanas com os mesmos olhos que as viam há três séculos; isto é, considerando-as como pequenos presídios, ou meras feitorias de comércio, esqueceram-se do lapso de tempo que desde então tem decorrido, e da vasta importância, que essas colônias adquiriram, vindo a fazer-se nações ricas e poderosas.³⁸³

Aqueles lugares colonizados se tornaram importantes. Hipólito conclui que o sistema de irmandade que até então ele defendeu, com base na pragmática do Grande Reino, é apenas ilusório. Há intenções pernósticas no interior das Cortes que intentam a recolonização do território brasileiro. As medidas despóticas quanto ao Brasil buscam esvaziá-lo em matérias comerciais.³⁸⁴ Suas contradições quanto ao sistema liberal que se pretende adotar devem “ser fatais à sua influência moral no Brasil”.³⁸⁵ Segundo as ideias expostas no *Correio Braziliense*, somente a “força moral” pode sustentar a Constituição e a liberdade não se traz “com a força de baionetas, mas sim com a persuasão”,³⁸⁶ única forma de conciliar “a vontade dos povos do Brasil”.³⁸⁷ Hipólito já é capaz de perceber no Brasil um todo orgânico capaz de subsistir de forma autônoma. Para defender essa soberania recém-conquistada, o Brasil deveria, segundo o *Correio Braziliense*, se preparar belicamente para enfrentar Portugal. Ele deveria, enfim

tomar por declarada a guerra, [e assim...] antecipar a resposta, [pois...] quanto mais potente for a posição defensiva do Brasil, tanto mais depressa se dará fim à contenda, e o Brasil tem demasiado em que cuidar nos seus melhoramentos internos, para que possa delongar, um só momento que seja, desnecessariamente, essa guerra que lhe movem seus afeiçoados irmãos de Portugal.³⁸⁸

³⁸³ Ibid., p 57, janeiro de 1822.

³⁸⁴ *Correio Braziliense*, Vol XXVI, p. 427, abril de 1822. Cf. Maria Beatriz Nizza Silva, “União sem Sujeição”, 2002.

³⁸⁵ Ibid., p 433, abril de 1822. “[...] o plano de fazer retrogradar o Brasil de sua dignidade de Reino, e reduzi-lo a seu antigo estado de dependência de Portugal; o que não é união mas sujeição e o que se devia fazer era a união, que recomendamos, dos dois Reinos, mas não a sujeição do Brasil a Portugal, como colônia ou conquista: tal nunca tivemos em vista; e quando o tivéssemos, nenhum Brasiliense a isso se acomodaria” Ibid., p 167, fevereiro de 1822.

³⁸⁶ Ibid., p 194, fevereiro de 1822.

³⁸⁷ Ibid., p 282, março de 1822.

³⁸⁸ Ibid., p 87, agosto de 1822.

Hipólito convoca o povo brasileiro à resistência, pois é melhor “correr o risco de morrer no campo de batalha, em defesa de suas vidas, de suas mulheres, de seus filhos, e de suas propriedades”, a “sofrer e morrer calados, pelas baionetas Portuguesas”,³⁸⁹ num discurso que lembra a natividade dos pernambucanos pintada por Evaldo Cabral de Mello. Apesar disso, Hipólito afirma que no Brasil, a partir de 1822, Portugal já não tem qualquer comando, porque não tem meios de interferir no Brasil, e seus decretos não surtem naquelas partes quaisquer efeitos, ou devem eles “operar no Brasil, como as bulas do Papa sobre as almas do Purgatório?”³⁹⁰ A argumentação aqui é muito similar àquela da convocação aos povos portugueses para que peguem em armas contra Napoleão. O novo opressor é o português. A guerra que se evidencia colabora para que os povos brasileiros afirmem a sua união, na identidade partilhada que constitui a luta contra o invasor externo.³⁹¹ Este invasor possui uma encarnação específica no “partido anti-brasílico”, que encampa um projeto de separação das duas nações, tendo como indiferente, senão dispendiosa, a manutenção da união. Deste mesmo partido provêm projetos que buscam “desmembrar” o Brasil, minando a sua integridade e tornando-o mais facilmente manipulável por nações estrangeiras, no que Hipólito se aproxima muito do pensamento de José Bonifácio.

Partindo, portanto, de um pensamento que passa a rejeitar a política dos lusitanos, Hipólito começa a conjeturar os traços da formação do Estado brasileiro e, conseqüentemente, da sua identidade política. Hipólito une-se aos brasilienses na oposição às medidas das Cortes e fornece sustentação à imprensa fortemente antilusitana no Brasil, sobretudo em torno de Luís Augusto May.³⁹² Os planos portugueses de dividir a administração brasileira em vários poderes executivos são vistos como uma forma de desfigurar a identidade brasileira.³⁹³ Identidade aparece como a integridade das províncias e dos povos que habitam o Brasil, na firme convicção de repelir a recolonização pretendida pelas Cortes de Lisboa. Deverão ser ouvidos os “povos” do Brasil, para que o príncipe seja o seu legítimo representante, intermediado pelos Deputados.

³⁸⁹ Ibid., p 284, agosto de 1822.

³⁹⁰ Ibid., p 197, julho de 1822.

³⁹¹ Sendo importante lembrar que “não há modo mais eficaz de unir as partes dispares de povos inquietos do que uni-los contra os forasteiros”. Eric Hobsbawm, 1990, p. 112.

³⁹² Cf. Isabel Lustosa, *Insultos impressos*, 2000.

³⁹³ V.XXVI, p 443, abril de 1822.

A figura do príncipe começa a ganhar destaque: ele é o “anjo tutelar”, “que só com o seu nome os pode [os povos brasileiros] livrar de todos os incômodos e misérias das divisões intestinas, e quando não empecer de todo os males de disputas civis, minorar-lhe em grande parte os efeitos”.³⁹⁴ O príncipe representa então os povos do Brasil, o centro de sua união. Hipólito elogia a sua “firmeza e dignidade no obrar”, a imperturbabilidade de suas decisões que “calará” as Cortes de Lisboa. Ao defender o príncipe como centro do Executivo, o jornalista mantém fidelidade aos seus planos de uma monarquia constitucional sediada no Brasil, então o centro do Império. A ansiedade em torno do príncipe se torna mais intensa quando “estando o Príncipe Regente no teatro de S. João, levantou-se um grito do camarote do Estado Maior, dizendo, “Viva o Príncipe Real Nosso Senhor”³⁹⁵. O príncipe relutou, dizendo que se deveria afirmar fidelidade perante o rei D. João VI e que poderia, com pouco esforço, “esmagar todos os partidistas da independência do Brasil”.³⁹⁶ Para Hipólito, a política violenta sugerida pelo príncipe não surtiria efeitos, já que os partidários da independência encarnavam um amplo número de brasileiros. Quando a ordem para a volta do príncipe chega ao Rio de Janeiro, a “Câmara” argumenta para que fique, aludindo às perniciosas consequências de sua retirada, e o príncipe aquiesce, sendo que “o júbilo do povo mostrou-se universal, iluminando-se toda a cidade por três noites consecutivas”.³⁹⁷ Agradar os povos é essencial para o príncipe que se fará rei. Assim, reside nele aquele elemento de concórdia previsto por Hipólito.

A partir daqui, comemorando os foguetes lançados para D. Pedro e a energia em torno de José Bonifácio e dos deputados fugidos das cortes, Hipólito demonstra a mesma vivacidade de um José Liberato que comemora a *Regeneração* em Portugal.³⁹⁸ No Brasil, os momentos fundadores dizem respeito à Casa de Bragança aclimatada nos trópicos, à luta contra o invasor português e à fuga dos deputados das Cortes de Lisboa, que encarnam no *Correio* a luta contra o antigo dominador e a busca por fabricar uma identidade própria. Vendo surgir uma literatura nacional regular sediada no Rio de Janeiro, através de periódicos como o *Malagueta*, que “nem é destituída de instrução, nem lhe falta o bom raciocínio, e menos a boa linguagem”,³⁹⁹ fortalecendo o

³⁹⁴ Ibid., p 446, abril de 1822.

³⁹⁵ Ibid., Vol XXVII, p 538, dezembro de 1821.

³⁹⁶ Ibid., p 539, dezembro de 1821.

³⁹⁷ Ibid., Vol XXVIII, p 266, março de 1822.

³⁹⁸ Para a fuga dos deputados e seu acolhimento por Hipólito, CF.Márcia Regina Berbel, *Nação como artefato*, 1999.

³⁹⁹ Ibid., Vol XXVIII, p 453, abril de 1822.

pensamento brasileiro, até então “atrasado nas ciências e artes graças a esse paternal Governo de Portugueses”,⁴⁰⁰ Hipólito vê surgir a “opinião pública do Brasil”, inteirada nas “ideias do século”.⁴⁰¹ Exercitado o direito de os brasileiros, que já são um povo, com características e sentimentos próprios, diz Hipólito ter sido consumado o objetivo de seu jornal e se despede dos leitores:

Este Periódico, destinado sempre a tratar como objeto primário os negócios relativos ao Brasil, tem há alguns meses sido quase exclusivamente ocupado com os sucessos daquele país, ou com os de Portugal, que lhe diziam respeito; e os acontecimentos últimos do Brasil fazem desnecessário ao Redator o encarregar-se da tarefa de recolher novidades estrangeiras para aquele país, quando a liberdade da imprensa nele, e as muitas gazetas que se publicam nas suas principais cidades, escusam este trabalho antes tão necessário.⁴⁰²

O “povo” já é o brasiliense, manifestando uma “vontade” própria, independente da antiga metrópole, e o “rei” aos poucos vai sendo D. Pedro I. Eles comungam das mesmas ideias através da boa vontade mútua, da boa representação através da Deputação e da obediência dos súditos, enfim, quando “todos querem o sistema constitucional”.⁴⁰³ Quando D. Pedro I publica um Decreto que manda convocar Deputados de todas as províncias brasileiras, para que se represente de forma adequada as partes do todo, obrando de forma positiva para manter a integridade do Estado, Hipólito extasia: “o que se quer no Brasil é uma monarquia temperada, e não um Rei de Copas como se tem feito em Portugal; porque com tão inútil Rei, é melhor não ter nenhum”.⁴⁰⁴ É incosequente o tratamento dado a D. Pedro pelas Cortes, como sendo “um mancebo ambicioso, à testa de um punhado de facciosos”⁴⁰⁵, sendo os facciosos os políticos paulistas que encampam a luta pela independência brasileira. Enquanto isso, as Cortes de Lisboa se vão tornando uma nova aristocracia, concentrando em si poderes que só cabem ao Executivo e tentando arbitrar o futuro do Brasil. Isto é, enquanto este tem a possibilidade de erigir um governo representativo através de um monarca forte e que amaina os riscos de as províncias estourarem em “guerra civil”. Neste momento, a

⁴⁰⁰ Ibid., p 592, maio de 1822.

⁴⁰¹ Ibid., p 570, maio de 1822.

⁴⁰² V.XXIX, p 623, dezembro de 1822.

⁴⁰³ Ibid., p 706, junho de 1822.

⁴⁰⁴ Ibid., p 737, junho de 1822. “O Príncipe obra por ora livre e sem coação; tudo o que faz é de seu motu próprio; mas convocou Deputados das províncias do Brasil, para que eles o aconselhem, na linha política que deve seguir. O rei, pelo contrário, nem pode propor às Cortes lei alguma, nem pode negar sua sanção às leis, ou quem merece mais compaixão, no estado coacto em que se acha, o Rei ou o Príncipe?” Ibid., p 735, junho de 1822.

⁴⁰⁵ Ibid., Vol XXIX, p 201, julho de 1822.

independência se torna fruto da natureza, pois não pode o Brasil, a partir dos sentimentos que o seu povo desenvolveu enquanto oposição a Portugal, abdicar da liberdade para voltar a se submeter ao sistema colonial:

A grande torrente dos sucessos, tendentes a separar a América de sua sujeição política à Europa, e as vastas consequências dessa separação, são efeitos tão naturais, deduzidos das circunstâncias, e são tão irresistíveis, como os de um vulcão, ou a rotação dos cometas em torno de suas órbitas.⁴⁰⁶

O Brasil está em construção e não precisa mais, para construir-se, da impolítica ajuda de Portugal. A *invenção da tradição*, para usar o vocabulário de Hobsbawm, acontece de forma acelerada.⁴⁰⁷

As tradições inventadas por Hipólito da Costa e José Bonifácio e por José Liberato e Bernardo da Rocha Loureiro usam heróis diferentes e buscam legitimar estados de coisas diferentes. Enquanto o Brasil, fundado de forma abrupta e gozando de um período curto de emancipação, precisa de um herói tradicional, os heróis portugueses possuem uma fisionomia mais nacional. São revolucionários que lutando contra alguma forma de opressão política conseguem inaugurar um novo estado de coisas, firmado sobre as vontades do povo português. A história, portanto, revolteia em torno de um período de tempo muito curto. A partir da fuga da Corte, em 1807, o Brasil gozou de um espaço central no âmbito da monarquia, enquanto Portugal passou a ser, na linguagem das Cortes, espoliado pelo interesse do Brasil. O rei passa a cumprir, em Portugal, um papel secundário diante das Cortes: ele é o primeiro cidadão, papel que, como lembra Loureiro, o rei nem sempre está apto para cumprir.

Como temos visto, os portugueses variam entre noções modernas de história e uma crença no caráter imemorial dos povos portugueses, lentamente emancipados da figura paternal do rei. Sua história, ainda que tendente a modernizar-se nas palavras de Fernandes Tomás e Ferreira Borges, empaca na eternidade de Portugal, o que não equivale a dizer que todos os momentos se tornam equidistantes com relação à eternidade. A existência da monarquia entre os portugueses busca as suas tradições em Lamego. Mas esse é um momento fundacional, a partir do qual Portugal se torna

⁴⁰⁶ Ibid., p 207, julho de 1822.

⁴⁰⁷ “na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições ‘inventadas’ caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a ‘invenção da tradição’ um assunto tão interessante.” Eric Hobsbawm, 2008, p. 10

Portugal e o Brasil é uma ramificação disso. Não obstante, além do retorno imemorial a um passado em que o rei pactua com o povo português, há a história particular da própria reinstauração da monarquia que se dá com a reviravolta revolucionária. A monarquia constitucional de Ferreira Borges e Fernandes Tomás tem duas histórias: a história da monarquia portuguesa, legitimatória, e a história da *sua* monarquia recém-fabricada, isto é, constitucional e adequada às “luzes do século”.

No Brasil, a tradição inventada gira em torno da própria vinda da Corte em 1808. Hipólito nutre o anseio de construir uma “História do Brasil”. Mas parece não haver muita coisa que possa dar ao Brasil um estatuto próprio antes da presença da Casa de Bragança. Daí a importância da estada do príncipe que, nas palavras de Hipólito, vai se mostrando um homem de pulso, ao negar-se a voltar para Portugal “estudar a medicina doméstica de Buchanan”. A nacionalidade recém-criada torna urgente dar *representatividade* aos povos do Brasil através de um Parlamento,⁴⁰⁸ pois é a “convicção, e não a força, que pode fazer uma durável união das províncias do Brasil entre si”⁴⁰⁹, a não ser que a sua opinião contrária seja motivada por coação externa, pois aí se devem “expulsar seus opressores”. O Parlamento representará aquela comunicação política entre as províncias, donde

poderão expor, combinar e deliberar sobre suas mútuas precisões e vantagens; adquirirão um *caráter de nacionalidade*, que por nenhum outro modo se poderia obter; e tomando parte nas deliberações sobre a causa pública, conhecerão a necessidade da sua união, sendo instruídas dos motivos das leis gerais, a que pelo bem comum são obrigadas a obedecer.⁴¹⁰

Ora, é pelo menos curioso ouvir Hipólito falar em nacionalidade, já que suas falas lembram mais uma identidade imperial. A lição política mais singular a ser extraída dos escritos de Hipólito da Costa é a clareza com que ele vê a força exangue da política no Brasil. A inexistência de cérebros pensantes seria compensada pela recém-adquirida experiência dos deputados que fugiram das Cortes de Lisboa. Hipólito antecipa que ocorrerão “erros mui crassos”, aceitáveis para povos que se estão iniciando na arte do governo, “quando não seja de justificação os palpáveis absurdos em que tem caído os seus supostos mestres de Portugal”.⁴¹¹ Enfim,

⁴⁰⁸ Ibid., p 367-9, setembro de 1822.

⁴⁰⁹ Ibid., p 370, setembro de 1822.

⁴¹⁰ Ibid., p 371, setembro de 1822 (grifos nossos).

⁴¹¹ Ibid., p 474, outubro de 1822.

para se colocar em marcha a Constituição, pela parte que pertence aos povos, não achamos que seja necessário nem grandes mistérios, nem extraordinários conhecimentos; basta que o Governo deixe obrar o bom senso do povo, e não lhe embarasse a faculdade de raciocinar, como fazia o Governo passado.⁴¹²

A Constituição deve possuir bases sólidas e, ademais, ir se adequando à evolução dos costumes dos povos.⁴¹³ Isso posto, governante e governado se verão unidos em sentimentos, o que, como já se viu, preconiza a mais útil harmonia:

cada povo tem o direito de escolher para si o Governo, que melhor lhe convier: a razão ensina isto, e a *história* mostra, que essa tem sido a prática em todo o mundo, reputando-se sempre violência e injustiça, a ingerência de uma nação estrangeira nesse arranjo interno de qualquer outra nação. E por que se negará aos povos Americanos um direito, que sempre tem exercitado os mais povos do mundo?⁴¹⁴

Comprova-se aqui a destacada função que cumpre a noção de soberania e independência na composição da identidade brasileira.⁴¹⁵ Essa unidade de sentimentos a ser criada, como num imenso organismo cujas peças funcionam coerentemente, deve repelir elementos intrusos.⁴¹⁶ Além de decidir a sua forma de governo através da Constituição, o Brasil deverá ter a sua identidade reconhecida pelas potências estrangeiras, para que se consume como nação independente.⁴¹⁷ No entanto, não devem existir grandes preocupações quanto ao reconhecimento, já que em virtude de benefícios advindos do lucrativo comércio com o Brasil, “já não resta obstáculo algum a que o Brasil entre com as outras Potências nas negociações que convierem à sua felicidade e prosperidade”.⁴¹⁸ A realização comercial, pressuposto da civilidade, é vista por Hipólito como o tipo de atividade que garantirá à nação brasileira a sua identidade.

E é precisamente este o ponto de partida para imaginar a possibilidade de realização da identidade nacional no início do século XIX. Hipólito da Costa, em seus

⁴¹² Ibid., p 475, outubro de 1822.

⁴¹³ Ibid., p 565, novembro de 1822.

⁴¹⁴ Ibid., p 612, dezembro de 1822.

⁴¹⁵ Cf. Zília Osório Castro, “A Independência do Brasil na historiografia portuguesa”, 2005, p. 193.

⁴¹⁶ “Os povos brasilienses sabem agora qual é a sua sorte irrevogável; e [...] todos os habitantes daquele país que não aprovarem a presente ordem de coisas deverão sair dali dentro do prazo que se lhes estabeleceu; e isto vai como deve ir; porque, tendo a grande maioria da Nação expressado a sua vontade, não deve ser perturbada no gozo das instituições que escolheu, pela discordância de um ou outro dissidente, que não aprova o atual sistema de Governo e da Independência”. Ibid., p 595, dezembro de 1822.

⁴¹⁷ Ibid., p 558, novembro de 1822.

⁴¹⁸ Ibid., p 472, outubro de 1822. “[...] quer haja quer não a formalidade do reconhecimento, o Governo do Brasil terá sempre o direito de prescrever aos estrangeiros que lá forem comerciar os regulamentos que bem lhe aprouver; e seguramente a prudência desses regulamentos equivale bem, quando não seja preferível, aos onerosos tratados de comércio com que muitas vezes as nações ligam sem o saberem as mãos à sua indústria.” Ibid., p 596, dezembro de 1822.

textos finais, precisamente onde tenta viabilizar um sítio de significância para o Brasil, menciona constantemente a necessidade do reconhecimento. Para que o Brasil seja reconhecido pelas outras *potências*, precisa ter uma história própria, um conjunto de símbolos, um território, uma nação unificada, etc. Contudo, isso só se efetiva a partir do intercâmbio com outras nações. A identidade não existe enquanto uma abstração isolada. No mundo liberal em que Hipólito está colocado, a identidade realiza-se sim na forma de transação comercial. A inserção criativa no espaço do liberalismo implica no trabalho e na criatividade industrial a ele inerente. Uma nação que não trabalha e prospera é simplesmente engolida pelas outras. Antes de Hipólito chegar a estas conclusões, típicas do pensamento liberal, as digressões de José Veríssimo Álvares da Silva apresentadas à Academia Real de Ciências, já veem que o progresso nacional português e as vantagens derivadas da indústria foram precocemente tolhidas pelo luxo proveniente das culturas coloniais.⁴¹⁹ As mordomias do extrativismo amoleceram os ânimos dos portugueses, ao mesmo tempo em que sua herança visigótica clamava por luxos e requintes pagos com o próprio sufocamento da cultura nacional. O *caráter* da nação está, para Veríssimo, denegrado precisamente em virtude da carência do trabalho e comércio, o que, pelo contato contínuo em que põe os indivíduos, torna-os civilizados e introduz novos e mais requintados elementos em seu *caráter*.

Nesse sentido, a argumentação de Hipólito da Costa, Loureiro e Liberato se torna mais próxima do pensamento liberal. A argumentação de que a industriabilidade portuguesa tinha sido vexada em virtude da facilidade de extração de recursos naturais também é usada com frequência para justificar a carência de forças unificadoras em Portugal. Ora, num contexto de formação de nações liberais, é essa cultura vinculada à troca que distingue uma nação da outra. Precisamente no esforço contínuo de produzir é que ela forja sua identidade. Por detrás de todas essas tentativas de imaginar uma nação livre da intervenção teológica ou do poder dos reis, há a noção de que a nação é um

⁴¹⁹ “[...] fomenta a indústria, desterra o ócio, ocupa as mãos dos mendicantes, que são de carga ao Estado, aumenta a povoação, e fazendo girar as riquezas produz a felicidade pública, que pule uma nação, e a enche de civilidade, espalhando às mãos cheias as comodidades da vida; em tanto que os Estados onde reinam os prejuízos, e o fanatismo se vão a meter nas mais funestas ruínas. José Veríssimo Silva, “Digressões na Academia Real de Ciências”. In: José Luís Cardoso, 1990, p. 161. No que se vê a marca de David Hume: “Quanto mais avançam essas artes refinadas, mais sociáveis tornam-se os homens; nem é possível que, uma vez enriquecidos pela ciência e possuidores de um lastro de conversação, possam se contentar com a solidão ou a viver distante de seus concidadãos, maneira peculiar das nações bárbaras e ignorantes. Reúnem-se em cidades; gostam de receber e comunicar conhecimento; de mostrar seu engenho ou sua educação; seu gosto na conversação ou na vida, em roupas ou em mobília”. *Ensaios políticos*, “Do refinamento das maneiras”, p. 134.

quadro de cidadãos unidos para o bem geral da comunidade,⁴²⁰ com as limitações que essas noções possuem nos quadros intelectuais luso-brasileiros.

Essa descrição em torno da identidade brasileira e portuguesa, que, em seu processo de demonstração, talvez tenha sido um pouco exaustiva, teve como intenção principal evidenciar o caráter inventado da narrativa nacional. Ainda entrevedo que estas narrativas busquem, ferrenhamente, solo estável em um determinado conjunto construído de memórias, a nação e as narrativas que dão coesão ao sentimento nacional possuem um caráter dialógico e evoluem a partir de rivalidades bélicas ou comerciais. A invenção, num processo que Hobsbawm chama de “cima para baixo”, não é a garantia automática de que esse corpo de símbolos inventados será aceito pela nação. As tradições inventadas pela elite intelectual e econômica precisam atingir a moldura daquilo que temos chamado até agora de povo. Essa abstração distante, difícil de capturar, não é o objetivo desta tese. Como argumenta Gabriel Fernandes,⁴²¹ a identidade nacional é derivada de um processo de negociação. Bem como, esse processo de criação de “cima para baixo” não é uma tentativa deliberada de sufocar povos distintos uns dos outros lhes dando uma bandeira comum. São, muitas vezes, narrativas geradas no calor espontâneo do momento que, no seu processo de institucionalização, encontram tensões. E não só isso: encontram outras formas de reivindicação e participação. A narrativa nacional, necessariamente exclusiva, vai receber propostas de filiação e de reescrita. Dessa forma, seu caráter dialógico torna possível que evolua absorvendo novos elementos que ou buscam filiar-se ou buscam dar-lhe um direcionamento.

Hipólito da Costa narra os sucessos brasileiros de um ponto de vista privilegiado e, quando percebe que vai sendo relegado a um papel de narrador secundário diante da liberação da imprensa no Brasil, deixa ao encargo dos jornais brasileiros a continuação da narrativa dos sucessos da nação recém-inventada. É importante observar, contudo, que ao mundo do ideário político racionalmente

⁴²⁰ Como já exemplificava Bernardo da Rocha Loureiro, logo ao início da redação do seu *Espelho*, em 4 de maio de 1814, ao comércio era atribuído o status de mola-mestra da organização do mundo moderno, ou das tão propaladas virtudes liberais: “depois da escura noite da ignorância despontou a aurora das Ciências; o Comércio, este laço universal das Nações começou a girar pelas costas e portos de todos os mares, trazendo aos povos novos gozos, desejos e necessidades, virtudes e vícios; então do mútuo interesse nasceram os tratados de Comércio, e fazendo-se por ele muitas Nações sobremodo ricas e poderosas, as que eram mais fracas, para não serem devoradas, se viram na necessidade de se ligarem com outras por alianças ofensivas e defensivas, e daqui nasceu também sem se pensar o chamado equilíbrio da Europa, ou balança do poder [...]”.

⁴²¹ Gabriel Fernandes, *Em busca da nação*, 2006.

modulado, há uma via pela qual transcorre a construção mítica, pontilhada de traços de irracionalidade ou, na melhor das hipóteses, de narrativas dirigidas ao futuro imaginado, ou seja, utopias. O próximo capítulo buscará depurar precisamente aquilo que escapa à via pragmaticamente orientada dos discursos e tenta enveredar por um terreno inexplorado, quer dizer, o terreno do próprio futuro.

4. Utopia

Mesmo que se imagine, de forma isolada, a produção de cada um dos periódicos como conjuntos bem definidos de mensagens, teríamos que apontar necessariamente a apropriação que cada mensagem faz do dinâmico conjunto das Luzes, buscando entretecer sonhos e panoramas acerca de uma nação ideal. A cultura das Luzes, nesse sentido, encaminha e dá solidez para os planos e *projetos nacionais*. E ela sempre se realiza no confronto com um futuro que passa a ser objeto de especulação. No caso dos jornalistas portugueses, a utopia do futuro se choca com um pragmatismo diretamente orientado para a resolução de problemas políticos mais diretos pelos quais passa o reino português. O espaço do sonho é limitado pela exigência de soluções mais diretas para os problemas vividos. E é no devaneio utópico, onde o racional e o irracional se confundem, que tentaremos buscar o futuro idealizado pelos portugueses, retomando tópicos até agora deixados de lado e de quebra aprofundando cada uma das culturas políticas oferecidas pelos três principais jornalistas portugueses em Londres. Se a assunção de um discurso nacional diz respeito à tentativa de estancar o território e o tempo em torno de um conjunto estável de narrativas fundadoras e tradições inventadas, a utopia tem como objeto a elucubração sobre o futuro e visa impulsionar a construção. Ela é a visão de um futuro cercado de glórias que, em seu caminho de elaboração, se esbate nas tentativas de lhe conferir um sentido estável e facilmente imaginável.

Mesmo que, seguindo a sugestão de Bronislaw Baczko, tomemos por literatura utópica um *corpus* restrito e geralmente surgido à margem do modelo de Thomas Morus,⁴²² a tintura utópica e seu impulso de *revêrie* estão presentes em todas as narrativas nacionais. Seu espaço, contudo, reside mais especificamente na especulação e no sonho. O sonho que se confunde com textos políticos pragmaticamente orientados é o objeto do estudioso da utopia. Por outro lado, favorecer o estudo da utopia implica fornecer subsídios para perceber como numa sociedade predominantemente iletrada como a luso-brasileira as utopias são interpretadas, absorvidas e utilizadas. E, além disso, como o surgimento de utopias diz respeito à intrusão da própria modernidade através de dispositivos orais. Ainda que situado no terreno do sonho, o escrito utópico modifica comportamentos e orienta as ações dos homens, podendo atuar como fonte de comprometimento coletivo. Ele se enraíza num imaginário e dá solidez a sentimentos de

⁴²² Cf. Luís Crespo Andrade, “Utopia: Conceito e concepção”, 2006.

grupo, especialmente os patrióticos. De quebra, ajuda a jogar novas tinturas sobre o ambiente social e, amainando a força imobilizadora da ideologia, torna possível imaginar aquilo que até então não podia ser imaginado. B. Baczko assim explica o horizonte dessa nova luz, engajada e, por que não dizer, misturada com o próprio projeto da modernidade:

Quando os sonhos utópicos iluminam o horizonte de expectativas e esperanças, sejam coletivas ou individuais, eles lançam uma nova perspectiva sobre a sociedade. Os homens e as coisas aparecem como se fossem surpreendidos pelos clarões que tais luzes emitem [...] As utopias dizem respeito a outra forma de representar e distribuir o preto e o branco, o opaco e o transparente, o visível e o invisível. Trata-se de mudar a iluminação, mas também de reorientar a visão, de olhar de forma diferente o possível e o impossível, o passado e o futuro, o real e o desejável.⁴²³

As utopias políticas de caráter letrado não se confundem, contudo, com formas mais simples de sonho político, que aparecem e catalisam rapidamente ações coletivas, sendo divulgadas sobretudo através do bate-boca cotidiano. Ainda que simples e, quiçá, um pouco grosseira, essa didática distinção ajuda a separar a mitologia política da utopia. Enquanto esta é o esboço letrado e quase formal de um lugar ideal, colocado em comparação, necessariamente, com uma situação atual considerada aflitiva ou agonizante, e, em sua estrutura, identificada com os escritos iluministas,⁴²⁴ a mitologia política não possui nenhuma formulação demonstrativa clara. Ela é

Tudo o que escapa às formulações demonstrativas, tudo o que brota das profundezas secretas das potências oníricas e permanece, de fato, relegado a uma zona de sombra, na qual bem raros são aqueles que ousam penetrar. O sonho só é levado um pouco em consideração quando se exprime na forma tradicional de utopia, ou seja, de um gênero literário bem determinado, com finalidades didáticas claramente afirmadas, submetido a uma rigorosa ordenação do discurso e facilmente acessível à exclusiva inteligência lógica.⁴²⁵

O que está em jogo aqui é entender os escritos portugueses sob a ótica dessas variantes de análise sugeridas pela utopia e mitologia política. E esses prismas, lupas, microscópios, ou como se queira chamá-los, permitem ver, em textos aparentemente

⁴²³ Tradução nossa, do original: “Quand les rêves utopiques s’allument à l’horizon, horizon d’attentes et d’espoirs, collectifs ou individuels, ils donnent un éclairage nouveau au paysage social. Hommes et choses paraissent comme pris dans les feux de ces lumières. [...] Les représentations utopiques arrangent et distribuent autrement le noir et le blanc, l’opaque et le transparent, le visible et l’invisible. Modifier l’éclairage, c’est aussi orienter différemment les regards, faire voir autrement le possible et l’impossible, le passé et l’avenir, le réel et le désiré.” B. Baczko, *Lumières de l’utopie*. Critique de la politique, Paris, Payot, 1978, p. 7

⁴²⁴ B. Baczko, 1978, p. 9.

⁴²⁵ Raoul Girardet, *Mitologias políticas*, 1987, p. 10.

lineares e racionais, o gotejar de estranhas irradiações que identificamos com os sonhos, os mitos ou simplesmente panoramas e visões idealizadas da realidade. Ainda que as utopias sejam discursos cuidadosamente orientados para a organização dos homens em espaços ideais, a sua proximidade do onírico está implícita na própria razão que busca incorporar todo o espaço do vivido. Notamos isto desde Morus até textos mais recentes como a antiutopia de George Orwell em *1984*, ou ainda a sociedade perfeita de Aldous Huxley em *A Ilha*.⁴²⁶ A vontade de entrever a perfeição, de imaginar os homens ligados através de concatenados políticos lógicos, onde o gozo e a liberdade são perfeitos, permeia o imaginário dos homens desde, provavelmente, as primeiras formas de imaginação política modernas. Como será discutido no item 4.4, a própria razão, que aparece como uma substância em cujo cerne está a consciência universal dos homens possui traços míticos.

Dada a persistência da utopia enquanto forma de fazer e imaginar a política, escritores mais sensíveis a essa recorrência idealista formularam o gênero antiutópico. Sobre ele, pode-se dizer que foi inaugurado por Swift em suas *Viagens de Gulliver*.⁴²⁷ Na ilha voadora de *Laputa* os homens permaneciam enfiados em ambientes idealizados, sistemas abstratos que perdiam de vista a própria realidade das coisas. Não aponta noutra direção a crítica de Voltaire aos leibnizianos, que entusiasmados com a formação de sistemas lógicos ideais também perdiam de vista a realidade. Eis o principal ensinamento de *Cândido*.⁴²⁸ A ilha de *Laputa* ou o mundo de *Cândido* encontram paralelo naquilo que Hipólito chama de *Almanaque de Lisboa*, ou mesmo no desespero de Loureiro quanto à distribuição de tenças pelo rei no Brasil. O anseio do homem em produzir sistemas lógicos que, completamente desconectados do real, caíam no ridículo, é o principal alvo dos escritos antiutópicos. A crítica está na imperfeição da Luz que, quando não usada para iluminar o ambiente social, escoa nela mesma, quer dizer, esmorece. Eis como sintetiza B. Baczkó:

o simbolismo da luz se opunha, se não principalmente talvez, a toda sociedade opaca que dissimula o seu funcionamento e os seus mecanismos. Os múltiplos sonhos utópicos desse ‘século iluminado’ se misturam na representação da Cidade que formaria, pelo menos potencialmente, um todo de tal modo transparente que seria inteiramente perceptível a partir de cada uma de suas partes. Mas, ao mesmo tempo, nenhuma das esferas da vida imaginada devia furtar-se desse olhar totalizante. Paradoxalmente, essa transparência radiante projeta uma sombra; ela dissimula tanto quanto revela. Essa

⁴²⁶ Aldous Huxley. *Island*, 1962 e George Orwell, *1984*. 1949

⁴²⁷ Jonathan Swift, *Travels into Several Remote Nations of the World* (Four Parts), by Lemuel Gulliver, First a Surgeon, and then a Captain of several Ships, 1726.

⁴²⁸ Voltaire, *Candide*, 1970.

sombra que projeta a transparência dissimula as diferenças entre os sonhos sociais, ou seja, as múltiplas funções assumidas por tais sonhos para as mentalidades da época⁴²⁹

A ideia de um mundo transparente está imbricada na forma de pensar e sentir modernos e, evidentemente, está muito bem enunciada na imprensa portuguesa no emigrado. A transparência de que falamos está mais visivelmente enunciada nos mecanismos silenciosos e neutros das transações comerciais.⁴³⁰ A sociedade dos homens é regulada pelos engenhos invisíveis do comércio. A Utopia se dirige mais precisamente para essa imparcialidade. *E a imprensa é, por si, um órgão desse onipresente imparcial.* Os portugueses do início do séc. XIX em Londres estavam envolvidos pela utopia iluminista de um mundo autorregulado pelas molas invisíveis do mercado. Contudo, diante do estado de abatimento da agricultura e mesmo da fome em Portugal, criam também em práticas protecionistas e fisiocráticas, implícitas na imagem de governos paternalistas.

Pensar a utopia é começar a pensar uma sociedade autogovernada. As relações entre os homens, a partir das necessidades comerciais, se tornam mais brandas e civis. A *polidez*, como marca identificadora das relações verbais entre os homens tem sua expressão comercial na *civilidade*, isto é, o respeito e sinceridade durante a negociação responsável de produtos comerciais. Estes enriquecem o Estado e colocam em funcionamento a indústria. Afastam o ócio, responsável pelas tensões – como as que Hipólito observa na França e José Veríssimo Silva observa no luxo português – e mantém os homens ativos e industriais. Esse esforço direcionado para o coletivo tem, portanto, no comércio uma espécie de mola utópica. Os portugueses esboçam, ainda que de forma algo singela, a aplicação de contornos burgueses à sociedade portuguesa. Sobre essa utopia crescentemente burguesa:

No século XVIII, o planejamento utópico do futuro já tinha uma função histórica específica. Em nome de uma humanidade única, a burguesia europeia abarcava externamente o mundo inteiro e, ao mesmo tempo, em nome deste mesmo argumento, minava internamente a ordem do sistema absolutista.⁴³¹

⁴²⁹ Tradução nossa, do original: “Mais le symbole des lumières s’opposait aussi, sinon en priorité, à toute société opaque qui dissimule ses rouages et ses mécanismes. Les multiples rêves utopiques de ce ‘siècle éclairé’ se recoupent dans la représentation de la Cité qui formerait, du moins virtuellement, un tout transparent tel qu’il serait entièrement perceptible dans chacune de ses parties. Mais du même coup, rien dans la vie sociale imaginée ne devrait échapper au regard totalisant. Paradoxalement, cette transparence radieuse projette une ombre; elle dissimule autant qu’elle révèle. Cette ombre que projette la transparence estompe les différences entre les rêves sociaux, voire les fonctions multiples assumées par ces rêves pour les mentalités de l’époque”. B. Baczko, 1978, pp. 8-9.

⁴³⁰ Pierre Rosanvallon, *O Liberalismo comercial*, 2002.

⁴³¹ Reinhart Koselleck, *Crítica e crise*, 1999, p. 10.

Vários ingredientes permitem que pensemos o papel da utopia nos escritos portugueses, que revelam a tensão entre uma sociedade tradicional e estas agressivas Luzes burguesas que clamam a autorregulação social, sugerindo o afastamento do absolutismo. B. Baczko sugere ainda que as Luzes carregam a razão mítica do iluminismo, especialmente aquela de inspiração kantiana, que vincula os vários produtos do pensamento humano através da mais absoluta perfeição. Em se dividindo o mundo político através de vários elementos e concatenando-os através da razão poderíamos auferir para a sociedade humana aquele desenvolvimento lógico e perfeito.

Por outro lado, a razão se emancipa do modelo kantiano para se tornar crescentemente pragmática, na medida em que foi buscada para ser aplicada às difíceis condições do reino luso-brasileiro. Pretende-se projetar uma nação pronta, resultado do desenvolvimento harmônico da história, mas os vários resultados da empreitada colonial portuguesa, inclusive o Brasil, tornam essa perfeição difícil de ser imaginada. Como já se disse, para além da utopia, tem-se também a mitologia política, que veremos sobretudo no exemplo do retorno das trovas de Bandarra e do rei D. Sebastião, discutidas por jornais como o *Correio Braziliense*. Este espaço retórico que mistura pragmatismo político com mitologias políticas é mais difícil de perceber. Textos criados por literatos podem se transformar rapidamente em *vulgata política* e ajudar a catalisar as ações de grupos mais vastos de indivíduos ou mesmo facilitar a sua união em torno de agregados de imagens, panoramas e argumentos sobre o futuro. Noutras palavras, as utopias ajudam a transformar e sedimentar determinadas formas de se relacionar com o futuro.⁴³²

O grupo de negociantes portugueses que busca sobreviver em Londres está ligado a esse futuro, ainda que o passado da *Idade de Ouro* não fuja nunca das vistas dos portugueses. Através de imagens passadas e repassadas interiormente, estas imagens utópicas reforçam os vínculos imaginados entre os cidadãos e, ao mesmo tempo, estimulam padrões de comportamento. Ao alimentar um determinado ideal sobre o futuro, a imprensa ajuda a fortalecer a imagem de uma utopia nacional. *Dessa utopia, empedernida na emulação dos feitos patrióticos e, ao mesmo tempo, envolvida com a transformação da pátria, parte a preocupação central deste capítulo.* O português permanece ligado à sua história que, renovada pelas *luzes do século*, adquire um novo

⁴³² B. Baczko, 1978, p. 17.

impulso. Imbuídos de espírito tradicional, os relatos se subdividem em elementos facilmente capturáveis, tornados parte de uma vulgata política que é instrumento da pedagogia dos jornais. Sua transformação varia de acordo com o avanço – ou regresso – da situação política luso-brasileira, com a qual jogam os utopistas no estrangeiro. Trata-se de uma verdadeira batalha erguida em torno do futuro.

4.1 Utopia ou mitologia política?

Uma primeira forma de visualizar a narrativa utópica é identificá-la por aquilo que ela não é. Não se pode confundi-la com formas antiliterárias de mitos que surgem e orientam atitudes coletivas mescladas de fervor religioso. Em Portugal, já escarnecia Voltaire,⁴³³ a crença inabalável na Providência fazia obscurecer a busca pela causa direta do terremoto que se abateu sobre Lisboa, por exemplo. A religiosidade portuguesa, durante a invasão napoleônica, não vai reagir de outra forma. As formas de entendimento popular viram logo no mito da orfandade uma boa metáfora para a ausência do rei D. João. E logo se percebe, antes dessa forma de argumentação ter espaço nos jornais, as irrupções de cultos sebastianistas em Portugal. Como sugere R. Girardet, estes períodos de abalo e orfandade política facilitam a crença no indivíduo salvador, seja ele Jesus Cristo ou o rei D. Sebastião.⁴³⁴ Os nossos escritores buscam isenção do religioso isolando-o sob a forma da moral, virtude ou do catolicismo formal. A política busca se emancipar do mito ao mesmo tempo em que forja uma utopia que tem na própria razão o seu princípio organizador.⁴³⁵

Dando um passo adiante, R. Girardet busca destacar os sonhos e manifestações mais puramente oníricas das utopias enquanto relatos escritos. A conclusão que se obtém de sua leitura é que não se pode afastar a utopia da formulação onírica, da mesma forma que mitologias políticas são constantemente alimentadas por utopias escritas, em torno das quais orbitam várias formas de crenças populares. A efervescência política,

⁴³³Voltaire, *Poème sur le désastre de Lisbonne*, 1775.

⁴³⁴ Diz o autor: “milénarismos revolucionários, nostalgias passadistas, culto do chefe carismático, obsessões malélicas podem igualmente se apresentar sob uma forma mais imediata ou mais abrupta. Então, é em toda sua autonomia que se impõe o mito, constituindo ele próprio um sistema de crença coerente e completo”. R. Girardet, *Mitos e Mitologias Políticas*, 1987, p. 11.

⁴³⁵ Lembra B. Baczko: “Ainsi les utopies ne constituent nullement une *littérature d’évasion*; au contraire, elles stimulent la réflexion et orientent l’imagination vers l’utile. En outre, dans la deuxième moitié du siècle on assimile souvent les textes utopiques à la littérature ‘sérieuse’ et on les met sur le même pied que les traités politiques, économiques et sociaux [...] Le tour divertissant n’est alors considéré que comme un caractère tout à fait secondaire; l’essentiel est dans les idées avancées. Cette évolution est révélatrice aussi bien des attitudes adoptées face aux textes utopiques que du public qu’ils touchent. Ainsi les utopies sont largement représentées dans les encyclopédies, dictionnaires et collections spécialisées en problèmes politiques et sociaux. Leur connaissance est considérée comme un élément majeur de la culture politique de l’*esprit éclairé*.” B. Baczko, 1978, p. 44.

em todo o caso, facilita formas oníricas bruscas preferencialmente a utopias bem formuladas, que parecem ser mais o resultado de sociedades relativamente estáveis, em que problemas políticos podem ser extensamente meditados. O reino português na virada do século, na Era da Revolução, não está nem numa situação politicamente estável e nem desfruta de formas modernas de raciocínio político que tornem possível a formulação de utopias. Há, antes, mitos e utopias que se cruzam misturando imagens populares com formulações letradas mais duradouras. A efervescência política entrecruza a

Denúncia de uma conspiração maléfica tendendo a submeter os povos à dominação de forças obscuras e perversas. Imagens de uma Idade de Ouro da qual convém redescobrir a felicidade ou uma Revolução redentora que permite à humanidade entrar na fase final de sua história e assegura para sempre o reino da justiça. Apelo ao chefe salvador, restaurador da ordem ou conquistador de uma nova grandeza coletiva.⁴³⁶

Como identificados pelo autor, os elementos fundamentais do mito são a *Conspiração*, a *Idade de Ouro*, o *Salvador* e a *Unidade*⁴³⁷, elementos universais das narrativas políticas sonhadas. Não é preciso uma busca muito detalhada para constatar a ampla participação de cada um desses *topoi*, seja em conjuntos mais elaborados de ideias políticas ou seja no imaginário social em seu caráter mais dispersivo e oralizado, onde funcionam com força os boatos, as ideias sobre conspiração e, principalmente, a ideia da salvação pelo *bom príncipe*.⁴³⁸ Mesmo hoje, nos círculos acadêmicos, formulações especulativas sobre política não abrem mão destes elementos, misturando medos e crenças ao caráter aparentemente racional das ideias formuladas. Ainda que estes elementos se façam presentes nos quatro periódicos que destacamos, preferimos lançar a cada um deles um olhar mais particular, sugerindo a seguinte grade de estudos: em *Hipólito* (4.2), o *paraíso idílico que constitui o Brasil, sua liberdade e distância edênica*; em *Loureiro* (4.3), a *menção ao caráter pastoril e ao mesmo tempo imperial de Portugal no século XV*; e em *Liberato* (4.4), a *razão atrelada à virtude religiosa*,

⁴³⁶ Raoul Girardet, 1987, p. 11.

⁴³⁷ Segundo Girardet: “Do mesmo modo que as imagens que nossos sonhos secretos não cessam de girar em um círculo bastante estreito e se encontram submetidos a certas leis – bem facilmente definíveis, aliás – de repetição e de associação, assim também os mecanismos combinatórios da imaginação coletiva parecem não ter à sua disposição senão um número relativamente limitado de fórmulas. O poder de renovação da criatividade mítica é, de fato, muito mais restrito do que as aparências poderiam fazer crer. Se o mito é polimorfo, se constitui uma realidade ambígua e movente, ele reencontra o equivalente de uma coerência nas regras de que parece depender o desenrolar de sua caminhada. Esta pode ser representada e apresenta-se efetivamente como uma sucessão ou uma combinação de imagens.” R. Girardet, 1987, p. 17.

⁴³⁸ Como argumentou B. Baczko em outra ocasião: “Imaginário Social”, 1985b.

quer dizer, como um dom de Deus, marca não só da formação eclesiástica do autor como também do caráter das luzes mitigadas ibéricas.

O avanço desse raciocínio mostra que a utopia é uma característica inerente da modernidade, na forma de história-progresso, e que a transparência política é considerada a única garantia de uma construção social estável. Ainda que aparentemente racionais, a busca pela efetivação destas ideias incorpora milenarismos políticos, a Idade de Ouro e mesmo os medos e tensões populares mais primitivos. O paralelo entre utopia e milenarismo é um importante ponto de partida.⁴³⁹ O sebastianismo e as utopias criadas no contexto da crise de identidade portuguesa mostram uma persistência de certos elementos fundamentais. Sob o pretexto de que os sebastianistas eram inofensivos politicamente, já que seu movimento se esgotava na religiosidade cega, os jornalistas em Londres condenavam as duras investidas da Intendência de Polícia portuguesa. Assim argumenta, por exemplo, Hipólito da Costa, que se bateu durante vários meses contra José Agostinho de Macedo na polêmica sobre os sebastianistas:

O Padre José Agostinho, com outros sandeus de sua laia, tem acusado os Sebastianistas, que na inocência de suas opiniões só poderiam ser assaltados pela mordaz disposição de tal energúmeno. Outros, enfim, como o Conde da Feira, não têm dúvida em jurar que a revolução é obra dos Pedreiros Livres e de mais ninguém.⁴⁴⁰

Rocha Loureiro, mais religioso em suas crenças, defende o sebastianismo como uma forma de exaltação do “caráter português”:

O Rei D. Sebastião perdeu-se na África; Felipe II intrusou-se (sic) na posse do reino de Portugal e seus domínios; e então logo teve princípio a seita sebastica, que acredita estar guardado D. Sebastião, como Elias, para grandes coisas: alguns escritores desprezíveis [muito provavelmente o próprio Agostinho de Macedo], esperando talvez o prêmio (que sendo-lhe conferido, seria dado ao crime e à ignorância) não tem considerado esta seita do ponto de vista em que deveriam; e até tem querido insinuar que ela é ofensiva à majestade da Rainha Fidelíssimo e do P. R. N. S., que cegueira! O Sebastianismo não é em seu princípio outra coisa senão o patriotismo, e fidelidade portuguesa exaltada: ser desta seita não é outra coisa senão crer que Portugal há de ser independente, e sempre governado por seus legítimos Reis, que os Portugueses tanto amam, e há de vir finalmente um tempo em que receberá a grandeza, glória e poderio que já teve.⁴⁴¹

Apesar dessa aparente distância entre as letras de Hipólito ou Loureiro e os cultos sebastianistas que pipocam em Portugal, há um pano de fundo comum nas tradições proféticas populares e também nas aspirações dos letrados. Ao medo de

⁴³⁹ B. Baczko, “Utopia”, 1985, p. 368.

⁴⁴⁰ *Correio Braziliense*, V.XXV, p. 454

⁴⁴¹ *O Espelho*, 29 de junho, n. 9, p. 66.

Napoleão Bonaparte juntava-se a esperança de que um rei verdadeiramente temível assumisse as rédeas de Portugal. Perpassava a crença popular, (antes de os jornais falarem na monarquia regenerada), a vinda do indivíduo libertador que, na impossibilidade de ser D. João, só podia ser D. Sebastião. De uma forma geral,

a invasão francesa e a transferência da corte contribuíram para uma onda de interpretações messiânicas da monarquia, que ganhou aceitação em todo o mundo português no contexto da Guerra Peninsular. Com os folhetos antinapoleônicos, os sermões e orações proféticas serviam para formar um discurso transatlântico de identidade nacional, que tanto explicava os significados mais amplos da transferência da corte quanto vinculava as experiências dos vassalos portugueses e americanos. Contudo, os sermões e orações no Rio também se distinguiam de várias maneiras das visões peninsulares de redenção e vitória proféticas. Enquanto, no Portugal do começo do século XIX, o príncipe regente era visto como alguém que partiu a fim de retornar e prenunciar um novo e glorioso reino com a Europa no centro da transcendência imperial, para os residentes do Rio de Janeiro o final da história era diferente. Como explicou São Payo, com referência ao ordálio diluviano, Dom João foi salvo das águas turbulentas que cobriam Portugal não para retornar, mas antes para tornar-se ‘o Pai do Novo Mundo’.⁴⁴²

A posição do Salvador é cambaleante e a forma de conferir significados a D. João vê-se jogada de um lado para o outro, como vimos também durante a confecção das narrativas nacionais. Nas camadas populares portuguesas, ele é visto como um rei fujão. Entre os brasileiros, ergue-se o estandarte do mundo novo. Para Hipólito, o rei é a encarnação da esperteza e estratégia política. Para Loureiro, ele é um desertor. E por aí vai... No que diz respeito ao sebastianismo, os textos e predições esparsas de Bandarra foram amplamente ressignificados com a invasão napoleônica.⁴⁴³ Como argumenta J. L. Azevedo, ao se referir à “história de nossa raça”:

A crença messiânica em um salvador, que há de remir a pátria e exaltá-la ao domínio universal, não é, como o ceticismo da nossa época nos inclina a julgar, fato somenos, na história da nossa raça, que por espaço de quase três séculos a acariciou. Quimera foi esta que, em todo esse tempo, vemos avigorar-se em cada uma das crises da nacionalidade. O patriotismo sagrado é a origem dela.⁴⁴⁴

No contexto da guerra continental, o inimigo poderoso, Napoleão, pretendia usurpar os tronos da Europa e, de quebra, pulverizar a *terra sagrada*. Ao redor dos reis, grupos de conspiradores se reuniam, encarnando o *despotismo ministerial* e buscando disseminar as ideias francesas. Através de um número relativamente limitado de

⁴⁴² K. Schultz, *Versalhes Tropical*. Império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821, 2008, p. 134.

⁴⁴³ Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil. 1808-1821*, 1945, p. 11.

⁴⁴⁴ Lúcio Azevedo, *A evolução do sebastianismo*, 1918, p. 5.

imagens montou-se a ideia da *Conspiração*, cuja principal finalidade seria dilapidar a unidade dos povos europeus. O complô dos ministros se encarregava de obscurecer as vistas do rei e impedi-lo de ver a degradação de seu reino. A ideia primeira da fragmentação da unidade veio das atividades sombrias de Napoleão:

Lenda dourada ou lenda sombria, a veneração ou a execração alimentam-se dos mesmos fatos, desenvolvem-se a partir da mesma trama. Entre as duas versões, entre Napoleão, o Grande, e o Ogro da Córsega, não há muito mais que uma oposição de ponto de vista: aureolado de glória ou cercado de nuvens sinistras, no final das contas é o mesmo perfil que se descobre. A estranheza das origens, a rapidez da ascensão, a vontade dominadora, a natureza dos triunfos, a amplidão dos desastres é tudo o que, em um caso, contribui para modelar a imagem da grandeza que, no outro caso, constitui a marca da infâmia. As referências temáticas são as mesmas, mas suas tonalidades afetivas e morais acham-se subitamente invertidas.⁴⁴⁵

A única força capaz de estancar a *Conspiração* é a fortaleza de um rei cuja força reside na história. Quer dizer, cujo percurso é suficientemente nítido e ligado às camadas mais tradicionais da população. A persistência desse imaginário messiânico parece ser uma característica estrutural das sociedades humanas. Desde o messias bíblico, que teve em Paulo seu grande defensor, até Thomas Munzer, ou Inri Cristo e sua discípula Asusana, líderes incorporam a missão de redimir a humanidade e levá-la para caminhos mais elevados – no sentido literal da palavra – e salvá-la assim das terras mais baixas. Assim sendo, não seria necessária muita retórica para explicar a persistência portuguesa na crença em D. Sebastião. O jovem rei conheceu um sem-número de apóstolos, entre os quais Bandarra:

O discurso da grandeza e da superioridade lusas, tão bem traduzido por escritos como os de Bandarra e Camões, se misturava agora às desventuras dos últimos tempos, e procurava desesperadamente se manter na busca dos corpos dos soldados, na adivinhação dos destinos e na espera do Desejado.⁴⁴⁶

Houve, portanto, uma apropriação concreta do Desejado no contexto da ascensão napoleônica. A persistência do Desejado é também a persistência do guia impávido, recurso de um *Ancièn Regime* cambaleante que possui uma eficácia capaz de orbitar desde as figuras mais simples de imaginário, não tão importantes aqui, até formas mais complexas de reflexão política – estas sim mais importantes para este estudo. No *Correio Braziliense*, o rei português encarna a história e o percurso dos

⁴⁴⁵ Raoul Girardet, 1987, pp. 16-7.

⁴⁴⁶ Jacqueline Hermann, *No reino do desejado*. A construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII), 1998, p. 176.

povos portugueses e está ali porque de alguma forma Deus assim quis – é o que o autor chama *direito divino natural* (sic).⁴⁴⁷ Como pontua Girardet,

o tema do Salvador, do chefe providencial, aparecerá sempre associado a símbolos de purificação: o herói redentor é aquele que liberta, corta os grilhões, aniquila os monstros, faz recuar as forças más. Sempre associado também a imagens de luz – o ouro, o sol ascendente, o brilho do olhar – e as imagens de verticalidade – o gládio, o cetro, a árvore centenária, a montanha sagrada. Do mesmo modo, o tema da conspiração maléfica sempre se encontrará colocado em referência a uma certa simbólica da mácula: o homem do complô desabrocha da fetidez obscura; confundido com os animais imundos, rasteja e se insinua; viscoso ou tentacular, espalha o veneno e a infecção.⁴⁴⁸

Constata-se, até aqui, a presença recorrente de elementos míticos e oníricos em períodos de turbulência social. A presença destes elementos, como se buscará avançar, faz-se presente em formas mais elaboradas – do ponto de vista literário – de utopia. Permitimo-nos pensar a utopia de forma fragmentada, uma construção urdida a partir de um ciclo de retroalimentação que avança ao mesmo tempo nos escritos de letrados e nos relatos populares. De uma forma geral, a fórmula que se anuncia é: *a Unidade se vê em risco pela Conspiração, a que só poderá acontecer o Salvador, reativando a Idade do Ouro*. Transplantar essa *Idade* para um tempo novo, um tempo de *Luzes* e de *razão*, implica que o potencial exploratório do sonho obedeça aos limites dos usos e costumes do povo português.

4.2 Aquela terra longínqua e sossegada

A narrativa de Hipólito sobre o Brasil começa com uma antiutopia: aquela “terra longínqua e sossegada” foi prejudicada por um grupo de maus administradores incrustados no aparelho de Estado. O lugar para o qual o leitor é remetido foi povoado de forma incorreta e se tornou um laboratório de vícios: a parte mais visível desse maquinário viciado é justamente aquilo que não deixa ver: sua opacidade. A marca característica dos governos imaginados pelos utópicos é a sua coerência, seu funcionamento que lembra o de um maquinário onde cada peça se encontra no lugar certo.⁴⁴⁹ No Brasil de Hipólito a coerência deu lugar ao sistema colonial, e é pelo final desse mesmo sistema que, se uma utopia há, ela começa; pois a corte, o rei, com o seu poder regenerativo, a sua vontade e energia, mudarão esse mesmo Brasil. A chegada do príncipe, portanto, representa a abertura, a abertura efetiva dos portos, o início de um

⁴⁴⁷ *Correio Braziliense*, Vol XXIII, p. 47.

⁴⁴⁸ Raoul Girardet, 1987, p. 17.

⁴⁴⁹ B. Baczkó, 1985.

processo de rápidas mudanças urbanas. E o príncipe, ouvindo as lamentações dos povos, podia oferecer remédio efetivo para o “mau sistema”. A utopia começa pela transparência. A distância efetiva do Brasil permite que o autor recoloca as peças no tabuleiro de forma a imaginá-las da forma mais ideal.

Abordar o *Correio* pela utopia que, logo nas suas primeiras páginas ele revelaria e, nas últimas páginas, terminaria, como que dando por realizada, pode parecer temerário. A parte mais visível da obra de Hipólito se debruça sobre problemas concretos da administração luso-brasileira e argumenta a implantação de instituições políticas similares às inglesas – com uma necessária adequação às especificidades locais, segundo os ensinamentos do sempre presente Montesquieu⁴⁵⁰ – no Reino Luso-brasileiro. A chegada da Corte no Brasil torna, portanto, este um laboratório no qual se testam doutrinas políticas. Mas, ao mesmo tempo, aquele mesmo Brasil, parado no tempo, revela uma possibilidade utópica: o descomedido esforço de um indivíduo, um rei corajoso, que construirá uma das maiores potências do mundo juntamente com planejadores preocupados. A inauguração do sonho brasileiro começa por inflar os poderes do Príncipe, o ponto de partida de toda essa construção simbólica que tem início com a sua saída de Portugal:

Aqui tornamos outra vez a atribuir todo o merecimento exclusivamente ao Príncipe Regente; porque a sua retirada para o Brasil é obra meramente sua, sem que fossem necessárias as instâncias de seus Conselheiros, e muito menos a influência de nenhuma nação Estrangeira.⁴⁵¹

O esforço de engrandecimento do rei é o esforço da transparência, pois na monarquia portuguesa, o rei é aquilo que está mais visível para o povo – logicamente, ele é a pedra de sustentação do regime monárquico. Em argumentação semelhante à de

⁴⁵⁰ Montesquieu, *De esprit des lois*, 1758. As reflexões de Hipólito apontam especialmente para a parte terceira do livro, no que diz respeito à adaptabilidade das leis aos diferentes tipos de clima e indivíduos. Diz o jornalista: “Já mencionei antes que, entre os teóricos pré-revolucionários, apenas Montesquieu nunca julgou ser necessário introduzir um poder absoluto, divino ou despótico, no domínio político. Isso está intimamente relacionado com o fato de que apenas Montesquieu usou a palavra ‘lei’ no seu antigo sentido estritamente romano, definindo-a, logo no primeiro capítulo do *Esprit des lois*, como o *rapport*, a relação subsistente entre entidades diferentes. É certo que ele também presume a existência de um ‘Criador e Mantenedor’ do universo, e que ele também fala de um ‘estado de Natureza’ e de ‘leis naturais’, mas os *rapports* que subsistem entre o Criador e a criação, ou entre os homens no estado de Natureza, não são mais do que ‘regras’ ou *règles* que definem o governo do mundo, e sem as quais o próprio mundo não existiria. Por conseguinte, nem as leis religiosas, nem as leis naturais constituem, para Montesquieu, uma ‘lei maior’, no sentido estrito; elas não passam de relações existentes que preservam os diferentes estados do ser. E uma vez que, assim para Montesquieu como para os romanos, a lei é simplesmente aquilo que relaciona duas coisas, e que é, portanto, relativa por definição, ele não necessitava de nenhuma fonte absoluta de autoridade, e podia descrever o ‘espírito das leis’ sem jamais levantar a problemática questão de sua validade absoluta” (*Correio Braziliense*, V. VIII, p. 151).

⁴⁵¹ *Correio Braziliense*, Vol XI, p. 810-1.

Liberato, Hipólito situa a pedra de fundação da monarquia portuguesa no pacto celebrado durante as Cortes de Lamego. A utopia de Hipólito é um deslocamento de espaço para uma terra relativamente desfocada no imaginário europeu, tornada importante com a fuga da Corte e com a abertura dos portos brasileiros ao comércio com as “nações amigas”. Essa abertura é uma segunda abertura, uma segunda virgindade, já que o Brasil dominado pelos “répteis arvorados em Soberano”, os governadores de província, agora podia recomeçar.

O tempo brasileiro muito lentamente mergulha na realidade do *Correio*. Há um primeiro espaço para os decretos e alvarás expedidos pelo governo, depois uma matéria, intitulada “Brasil”, que começa a subseção “Reflexões sobre as novidades deste mês”. Quanto ao espaço brasileiro propriamente dito, ele se revela mais pelas viagens dos estrangeiros do que pelos relatos dos próprios brasileiros. Aparece, portanto, a partir de imagens esparsas: o próprio Hipólito não teria, durante sua curta juventude no Brasil, viajado para cima dos trópicos. Como vimos, dois mapas, um dos quais colorido, ajudam o leitor a situar um pouco melhor esse curioso lugar no mundo. Além disso, descrições, na maior parte das vezes de viajantes, descortinam partes intocadas do vasto território. Assim, o Brasil vai sendo cercado de sentidos, imaginado lentamente, seu espaço descoberto pelo que revela de distante e misterioso. Há muito de mítico no “Novo Império” imaginado por Hipólito, dentro de um espaço e tempo ideais, o espaço distante de uma Europa em conflitos e o tempo que escorre lenta e inexatamente. Mas, para além desse espaço e tempo ideais, que devem gerir um governo novo e um povo novo, há nas páginas do *Correio* um tremendo esforço de pensar a realidade brasileira e diagnosticar para ela soluções reais. Esse pensamento que faz parte do corpo de doutrinas políticas e econômicas do *Correio*, não é só um esforço de exibir o passado à memória, é ela mesma uma tentativa de recomposição da memória, tanto para os brasileiros quanto para os europeus. Trata-se do que Bethania Mariani chamou de instaurar um “dizer-suporte” para o Brasil, colocando-o no fluxo do noticiário europeu.⁴⁵²

O esforço de Hipólito em significar o Brasil ultrapassa o noticiário puro e simples, torna-se um conjunto de comentários detalhados sobre a administração pública, e mais, quando o autor demonstra a sua intenção de escrever uma história do Brasil, expondo-o ao conhecimento do mundo. O jornalista anuncia ter recebido vários

⁴⁵² Bethania Mariani, “Os primórdios da imprensa no Brasil”, 1993.

documentos importantes e promete evitar os “vícios da língua” comuns aos estrangeiros que tentaram a redação dessa mesma história.⁴⁵³ No momento histórico de expansão das *Luzes*, o papel do jornal não é apenas noticiar, é ilustrar. E, para tanto, deve abrir a mente de seus leitores para problemas que extravasam a percepção direta da realidade desses mesmos leitores. Nesse sentido, pode ser entendido como um convite à imaginação.

O jornalismo de Hipólito, num tempo de transição entre a redação profissionalizada e o interesse iluminista pelo mundo, pelos seus ambientes, povos, sua história, transcende o espaço brasileiro pela vontade de conhecer. Hipólito noticia a descoberta de cantos longínquos do planeta, ainda que esses cantos não tenham qualquer interesse imediato para o seu leitor brasileiro. O que os faz figurar nas páginas do *Correio* é a curiosidade por um mundo que ainda comportava espaços intocados. Eis, por exemplo, como Hipólito narra uma expedição inglesa ao Pólo Norte:

Esta expedição, costeando todo o interior da baía, fez muitas observações curiosas, e encontrou com uma nação que habita as regiões Árticas, entre as latitudes 76 e 78. Esta gente supunha que todo o mundo para o sul era de neve; nunca tinha comido dos frutos da terra; não tinham ideia de Deus; não tinham tido guerras com outras nações; e os seus chefes se supunham Monarcas do Universo.⁴⁵⁴

Ora, Hipólito se encontra num mirante-espacial muito propício para a “descoberta”. A marinha inglesa vai descortinando partes distantes do mundo. O interesse por espaços, ou mais precisamente pelo que há de pitoresco nesses espaços, se revela no noticiário inglês em geral. O que se nota no excerto acima é o interesse antropológico por povos de hábitos um tanto quanto distintos dos que Hipólito conhece em Londres ou mesmo no Brasil. O que impressiona o jornalista é o insulamento de uma cultura que “nunca tinha comido dos frutos da terra”. Ao mesmo tempo, desvendase um espaço de inocência que, contraposta ao clima de guerras que vigorava na Europa, abre espaço para a imaginação do narrador. O Brasil também tem, segundo Hipólito, a sua “pureza”, o relativo desconhecimento das guerras, sua distância das convulsões políticas europeias,⁴⁵⁵ ainda que as Américas espanholas estejam em clima de independência.

⁴⁵³ *Correio Braziliense*, Vol XX, p. 70.

⁴⁵⁴ Apud Vol XXI, p. 579.

⁴⁵⁵ Mas essa possibilidade utópica de um “lugar sem guerras” logo é dissolvida pela infinidade de conflitos pelo poder que surgem no Brasil, fazendo com que o chamado bem público seja colocado num segundo plano. Hipólito assim explica, na linha do pragmatismo político iluminista: “Tal é a linguagem da maior parte dos políticos, absorvidos em cogitações sobre o modo de destruir seus inimigos, que é o

A imaginação de uma sociedade ideal num espaço longínquo e num outro tempo se funde com os variados elementos intelectuais que se tornam disponíveis para pensar o Brasil. A situação então é de confronto com a vasta literatura produzida sobre o Brasil, que envolve desde os decretos e alvarás publicados pela corte até panfletos e jornais lançados na Inglaterra e Portugal ou mesmo livros. O Brasil vai sendo construído a partir de um incessante esforço antropológico de reconstituição de seu povo e também de visualização do seu espaço.

Hipólito deixa à margem um diálogo utópico com o Brasil, no qual o Brasil é o seu próprio ideal, para vê-lo à luz de seus problemas políticos reais. Ou seja, diante da incapacidade de os homens porem em prática no lugar ideal um corpo de doutrinas exaustivamente pensado e sonhado pelos intelectuais na Universidade de Coimbra, a culpa se desloca para o “mau sistema”. Os homens portugueses, ainda que sejam em alguns casos bondosos, são digeridos por uma máquina corrompida que, quando não é antiga demais para problemas atuais, é inadequada às circunstâncias do Brasil. Hipólito observa como o aparelho administrativo português simplesmente foi transposto para o Brasil sem que tenha havido um interesse ativo em modificá-lo respondendo a problemas específicos. Surge assim, jocosamente, a expressão *Almanaque de Lisboa*:

O governo do Brasil arranjou-se exatamente pelo Almanaque de Lisboa, sem nenhuma atenção ao país em que se estabelecia. Mostra, por exemplo, o Almanaque, em Lisboa, um Desembargo do Paço, um Conselho da Fazenda, uma Junta de Comércio, etc.; portanto, quer o Brasil careça destes estabelecimentos, quer não, erigiram-se no Rio de Janeiro, logo que a corte ali chegou, um Desembargo do Paço, um Conselho da Fazenda e uma Junta de Comércio. Precisa-se, porém, pela natureza do País, de um Conselho de Minas, uma Inspeção para a abertura de estradas, uma Redação de mapas, um Exame de navegação dos rios, e muitas outras medidas próprias do lugar. Mas, nada disso se arranja, porque não aparecem tais coisas no Almanaque de Lisboa. Remediar-se-ia isto mudando os atuais relógios e substituindo-lhes outros?⁴⁵⁶

O que nos faz retornar a um antigo problema: ao invés de se preocuparem com problemas concretos no Brasil, seus administradores tomam medidas desconectadas do mundo em que vivem, isto é, produzem *nonsense*. Tanto vivendo no mundo do *Almanaque de Lisboa* quanto escrevendo longos decretos de guerra contra povos que nem sequer sabem ler, os índios botocudos. Ao invés de uma utopia, essas críticas a um modo descarnado de administração já se aproximam daquela crítica inglesa explorada

foco geral a que tendem todas as suas ações, todos os seus pensamentos, quando o melhoramento e prosperidade dos povos não entra em suas contemplações, senão enquanto essa prosperidade pode ser um meio de aumentar o seu poder” *Correio Braziliense*, Vol X, p. 296.

⁴⁵⁶ *Correio Braziliense*, Vol X, p. 289.

por Jonathan Swift nas *Viagens de Gulliver*. Na obra de Swift, que inaugura uma das formas mais criativas de antiutopia,

As sociedades imaginárias transformam-se em outras tantas contra-sociedades, em visões cruelmente grotescas de sociedades que se proclamam como ideais, e ao mesmo tempo numa sátira amarga da ordem social reinante. Swift foi o primeiro, senão a inventar a *contrautopia*, pelo menos a dar-lhe a forma literária de uma obra-prima e um poderoso fôlego filosófico.⁴⁵⁷

As experiências políticas imaginadas na Modernidade apresentam curiosas aproximações, desde as *Viagens de Gulliver à New Atlantis* de Francis Bacon.⁴⁵⁸ Não é à toa que a ironia de Hipólito contra as medidas administrativas do Antigo Regime seja uma figura de linguagem já comum na Inglaterra quanto às ações de governadores que parecem viver num mundo completamente afastado da realidade. A ironia de Jonathan Swift desfere seu veneno contra uma grande quantidade de teoria produzida sobre problemas considerados irrealis. Pode-se falar num decrescimento da utopia ao longo do amadurecimento do *Correio Braziliense*, ainda que ao término do periódico, com a independência brasileira, o locutor volte a acalentar o sonho utópico de uma terra distante conduzida de forma ideal.

O discurso de Hipólito prevê a harmonia das várias partes do império, através de um contrato que funciona por meio de dispositivos puramente racionais. Quando essa racionalidade, contudo, diz o Brasil ser um melhor centro para o Reino luso-brasileiro, posto que “afastado das guerras e intrigas europeias”, ele já está propondo uma outra utopia e ofendendo o *status quo* de seus companheiros portugueses. Para os portugueses, a Idade de Ouro é a encarnação de Portugal no próprio Portugal, e o deslocamento da sede da metrópole para o Brasil geraria um estado de coisas radicalmente antinatural.⁴⁵⁹ Há aí, tanto quanto um choque de projetos de nacionalidade, um choque de utopias: uma vez anunciadas as decisões *recolonizatórias* das Cortes de Lisboa, Hipólito formula um novo jogo de palavras: o mancebo capaz agora é D. Pedro, com sua coragem e determinação. Este choque pode ser visto mais claramente durante a exploração do ideário forjado por Bernardo da Rocha Loureiro.

4.3 A lusitana antiga liberdade

⁴⁵⁷ B. Baczko, “Iluminismo”, 1985, p. 358.

⁴⁵⁸ Francis Bacon, *New Atlantis*, 1627.

⁴⁵⁹ João Pedro Rosa Ferreira, “O Pensamento político de Hipólito da Costa”, 2006, p. 322.

As pedras de sustentação da sociedade portuguesa estavam no pacto realizado entre o monarca e o povo. Este *contrato*, que tantas vezes Liberato afirmou ter sido realizado através das Cortes de Lamego, quando D. Afonso Henriques selou a sua condição de monarca, é o fundamento dos poderes do rei. A recorrência à história dá solidez ao contrato social como ele é imaginado pelos portugueses.⁴⁶⁰ Contrato que não foge da ideia de uma cabeça reinante capaz de conduzir os povos durante as duras provações por que passa a história europeia. A utopia aqui sela o seu destino junto à ideia do legislador ideal, do guia magnânimo, ou, então, meramente do que podemos chamar *bom príncipe*.⁴⁶¹ Tantas vezes quanto pôde, Hipólito da Costa exaltou a imagem do rei e defendeu a sua imperturbabilidade moral. Como, contudo, o rei se encontrava obscurecido, anulado pelas forças ministeriais, seu poder taumátúrgico não tocava as partes mais distantes do reino. Para que essa seiva corresse e o antigo pacto fosse restaurado, as reformas conduzidas pelos homens de talento deveriam reconstruir o aparelho danificado do Antigo Regime. Restaria assim, de acordo com as tão propaladas *Luzes do século*, um rei aclamado pelo seu povo, sem a intrusão de um séquito dispendioso.

No longo percurso editorial de cada um dos jornais portugueses publicados no emigrado, as engrenagens da sociedade são extensamente sonhadas e buscadas aplicar sobre um real que aparece sempre bloqueado. Nesse sentido, a utopia possui uma força realizadora que impele os homens para a construção de algo. Ela não é puramente ornamental. Como argumenta Itamar Borges, ela possui estruturas que lembram as do contrato social, andando, contudo, na outra direção: se o contrato realiza a sociedade num passado ideal, a utopia tem como ideal essa mesma sociedade no futuro:

O contrato social é uma concepção que projeta no passado a origem da sociedade, enquanto a narrativa utópica projeta no futuro a possibilidade de sua realização ideal. São duas construções com expressão de traços míticos e ambas enraizadas no presente, pois tanto o filósofo contratualista quanto o criador de relatos utópicos partem da análise da sociedade e do momento em que vivem.⁴⁶²

⁴⁶⁰ Cf. B. Baczko, 1978, p. 154.

⁴⁶¹ Cf. B. Baczko, 1978, p. 160.

⁴⁶² Bento Itamar Borges, Verdade e ficção em textos utópicos”, 2008, p. 8. em conclusão bastante similar à que chegou Northrop Frye: “There are two social conceptions which can be expressed only in terms of myth. One is the social contract, which presents an account of the origins of society. The other is the utopia, which presents an imaginative vision of the *telos* or end at which social life aims. These two myths both begin in an analysis of the present, the society that confronts the mythmaker, and they project this analysis in time or space. The contract projects it into the past, the utopia into the future or some distant place”. *Varieties of literary utopias*, 1965, p. 25.

Da mesma forma como temos, do ponto de vista espacial, a oposição entre *utopia* e *ideologia*, do ponto de vista temporal, temos *utopia* e *contrato*: se a utopia impele para o futuro e implica, na maior parte das vezes, reconstruções extremas da paisagem social, o contrato implica num retorno ao passado que permite perceber as origens dos vínculos interpessoais presente numa sociedade entendida como *pátria*. São, assim, dois conceitos que se encontram vinculados: em seu bojo residem tentativas de fornecer argumentos para explicar as forças agregadoras da sociedade. Da mesma forma que o futuro imaginado, a história também aparece como um encadeamento ideal de eventos cuja força executória acaba sublimada no próprio presente. É possível perceber, por exemplo, como diante da anti-historicidade do Brasil, Hipólito da Costa encarna nele a *quarta parte nova* dos versos de Camões.⁴⁶³ O Brasil está fora da história. Seu significado começa apenas quando D. João chega no Rio de Janeiro e com ele a força fecundante da história europeia. Nesse sentido, a tarefa dos outros jornalistas portugueses é menos ingrata: existe uma história, existem Cortes e existe D. Afonso. O que é necessário é “restaurar o edifício corrompido” fazendo com que ele caminhe de acordo com as “Luzes do século”. Por certo, num momento em que a identidade portuguesa se vê cambaleante, a missão histórica do jornalista não se desliga desse patriotismo que é ao mesmo tempo o panegírico da história, da tradição inventada, da narrativa nacional, independente de como se queira imaginá-la. A história que João Bernardo da Rocha Loureiro revive nas páginas do *Português* é uma sucessão de exemplos positivos que esclarecem o contrato dos povos portugueses. A história possui uma força moralizante que ressalta os exemplos positivos e, ao mesmo tempo, impõe limitações para o comportamento dos povos.⁴⁶⁴

A preocupação de Loureiro – e de qualquer outro jornalista português de seu tempo – é como celebrar o contrato e onde buscar o fundamento que garante a unidade dos povos portugueses. Entrando um pouco mais a fundo na questão, Loureiro celebra os feitos célebres dos reis portugueses, desde D. Afonso e, percorrendo a história, depara-se com a mão-mole de D. João. Pela primeira vez, e isso acontece em 1815, Loureiro questiona o merecimento do rei ao trono. Quanto ao contratualismo, Loureiro começa a esboçar com maior força teórica as suas ideias a partir das cartas mandadas ao interlocutor imaginário Orestes, em 1814, em que relata a perfeição da constituição do

⁴⁶³ “Na quarta parte nova os campos ara, E se mais mundo houvera lá chegara.” Marisa Lajolo. “Público Rarefeito”, 2002, pp. 669-696.

⁴⁶⁴ B. Baczo, 1978, p. 169.

povo inglês. Ali ele pinta em cores marcantes a situação do Reino luso-brasileiro e também oferece uma noção contratual segundo a qual a unidade de Portugal estaria sendo espoliada pela ingerência de várias forças estrangeiras. As cartas publicadas entre 21 de janeiro de 1769 e 21 de janeiro de 1772 no jornal inglês *Public Advertiser*, por um personagem autoidentificado como Junius, foram um grande sucesso editorial em Londres.⁴⁶⁵ O ardor dos ataques que elas portavam contra o governo pessoal do rei George III parecem ter seduzido Loureiro, como ele mesmo o afirma:

Por mui pago me dera os meus coitados talentos se alguma [das cartas a Orestes] tivesse que, versando sobre objetos políticos, fosse morte-cor, sombra ou fraco arremedo das famosas cartas de Junius, delícias desta nação que dá preço ao juízo e sabe cavar fundo nos campos do pensamento.⁴⁶⁶

Para encaixar as peças do seu contrato, Loureiro utiliza a força retórica do diálogo com Orestes. O diálogo enquanto acontecimento discursivo se repete na literatura desde o *Banquete* platônico e permite que o escritor exponha de forma clara e didática as suas ideias, melhorando-as, quando aprover, e persuadindo, pelo tom familiar, o seu leitor. Nesse sentido, Loureiro aproveita o Orestes imaginário para sugerir uma noção de contrato que tem na história moral portuguesa os princípios da *regeneração*. O sentido simbólico e mesmo mítico dessa *regeneração* está mais bem exemplificada no uso da expressão camoniana *Lusitana Antiga Liberdade*. Quando Antonio Sérgio menciona, em sua palestra *O Reino Cadaveroso*, o seu desânimo diante do apego do gênio português ao *escolasticismo*, também faz uma menção à pregnância intelectual portuguesa no século XVI. Ali se embutiu, com as navegações ultramarinas, um espírito experimental bastante criativo e mesmo adequado à cosmovisão introduzida pelo Renascimento.⁴⁶⁷ Contudo, não passou de uma chama. Esse tempo em que Portugal experimentava e, experimentando, descobria, foi logo esbulhado pela presença dos jesuítas e da Inquisição. Surgem assim as expressões *Reino Cadaveroso*, *Reino da Estupidez*, ou mesmo *Reino da Estupidez Cadaverosa*. Tanto quanto Antonio Sérgio, em 1926, lamentava esse longo período das trevas portuguesas, vendo ventilação intelectual apenas nos textos de estrangeirados como Verney e Alexandre Herculano, Loureiro lamentava a degeneração de Portugal recantando a epopeia das conquistas portuguesas de Camões. Este literato exprimiria o espírito crítico, o individualismo e o

⁴⁶⁵ Jeremy Black, *The English Press in the Eighteenth-Century*, 1987, p. 129.

⁴⁶⁶ *O Português*, V.III, n. 14, 14 de junho de 1815, p. 109.

⁴⁶⁷ Antonio Sérgio, “O Reino Cadaveroso”, 1926.

experimentalismo do Renascimento, exprimindo, de quebra, o gosto do português pela aventura rumo ao desconhecido. É a essa nostalgia que Loureiro recorre para injetar autoestima no combalido ânimo português. Nostalgia semelhante à que Antonio Sérgio mostraria um século depois pelo experimentalismo português.

Outra ideia que cumpre discutir é a de que a utopia, durante a *transição liberal*, se incorpora à ideologia. Quer dizer, a utopia, que ao mesmo tempo está permeada por sentimentos nostálgicos, aciona o poder do exemplo histórico para garantir sua autoridade. Assim explica José Alves, mencionando a *Lusitana Antiga Liberdade*:

Podemos talvez afirmar que, em Rocha Loureiro, a ‘Lusitana antiga liberdade’, as antigas cortes e outros valores, são o apelo, a busca na ideologia popular das antigas liberdades roubadas, convertendo-as de algum modo em mito e motor, que presta um serviço ao movimento liberal em Portugal. [...Ele] hegemoniza, no sentido em que penetra fundo nas necessidades conjunturais e estruturais, faz um discurso de poder, já que pretende encaminhar-se para as realidades mais concretas e procura dar respostas às necessidades mais evidentes, que têm a sua expressão no desejo tendencial do bloco histórico. Para ele, *a política não é a interrupção do imaginário, o problema está em reativar a tradição e aproximar a utopia.*⁴⁶⁸

A própria ideia de liberalismo implica nessa assunção constante do novo por parte do indivíduo histórico, de forma a que ele ascenda sempre a um grau de universalidade superior. Reativar a tradição e aproximá-la da utopia não diz respeito, portanto, à reorganização estrutural da sociedade portuguesa. Trata-se, sim, de um *caminhar nos eixos*, tornando a nação adequada às *Luzes do século* sem romper com os usos e costumes que são o próprio sustentáculo do contrato português. A questão fica mais inteligível quando comparamos a missão de Loureiro à de Hipólito da Costa. Enquanto o primeiro busca a legitimidade de Portugal no seu *Renascimento*, Hipólito da Costa busca atribuir significado a um Brasil distante do imaginário europeu e instaurar um dizer-suporte para uma terra completamente fora da cartografia europeia. Loureiro busca reativar a grandeza de Portugal a partir do conjunto de imagens camonianas da “Lusitana antiga liberdade” e recolocar a potência portuguesa no mapa europeu. Hipólito está mais próximo de *partir do zero*, quer dizer, de um imaginário utópico mais despido de ideologia. Contudo, mesmo a reativação da história portuguesa está ligada à utopia. Isso parece óbvio quando lançamos o olhar para um povo cuja identidade está à margem da ruína e que sofre, constantemente, o risco de ter sua soberania política dissolvida.

⁴⁶⁸ José Augusto Alves, “O Português e o discurso de saber/poder”, 1987, pp. 708-9, grifos do autor.

Nesse sentido, e diante da urgência pragmática da situação, a ideologia na forma de história absorve a utopia e serve como seu motor.

O que de mais particular Loureiro oferece, talvez reconhecido pelo próprio redator quando em 1824 decide reunir uma coleção de textos sob o título de *Memoriais a D. João VI*, é a fraqueza e inépcia do rei. Ao contrário do que acalenta Hipólito da Costa, ou como sustentam ideólogos do absolutismo como José Agostinho de Macedo e José Anselmo Correia Henriques em seu *Zurraque*, Loureiro mostra-se, pela primeira vez entre os portugueses, incapaz de ver em D. João VI uma força unificadora. Ele passa a esboçar uma noção contratual que remete *apenas* ao Direito Positivo. É ele quem mais claramente traz o rei para o território da política tornando-o o “primeiro cidadão de Portugal”. Para Loureiro, ser rei implicava a total abnegação em prol da política, já que o rei, enquanto a figura superior, nos termos platônicos, estava acima de qualquer outro português. Como se vê nos *Memoriais*, Loureiro está sempre a insinuar que D. João não está pronto para assumir essa condição.

Bernardo da Rocha Loureiro destaca-se, assim, pela denúncia da covardia do rei e pela sugestão de um contrato que tem seu resgate na história, quiçá até mesmo numa idéia de “grande península” que remete ao império romano. Não pode haver melhor explicação para os disparates cometidos pelo maquinário público senão na apatia de um rei que não se dispõe a governar. O rei se insula em meio a um casulo onde suas decisões se tornam mero *nonsense*. Enquanto Hipólito via no *Almanaque de Lisboa* a encarnação do espírito abstrato e descolado dos problemas reais do reino, Loureiro desloca essa argumentação para o próprio rei que encarna o absolutismo, afastando-se da realidade (ou do projeto) das *Luzes*. E o rei está fora da realidade não pela ação ruim dos ministros, necessariamente, mas pela falta de vontade de sair desse círculo vicioso e oferecer para Portugal um estatuto digno do século XIX. Essa crítica ao mundo de sonhos de D. João pode ser bem exemplificada pela “liberalidade” do rei ao distribuir mercês numa *terra de ninguém* como o Brasil, construindo quase uma antiutopia nos trópicos:

Terras, tenças, comendas, salários, ofícios de nova criação escusada, foros reguengos, tudo o que havia de pingue e de algum chorume está dado. E quando nada mais havia para dar que fundisse algum proveito, deitou-se o rei no espaço imaginário da ficção. Criaram-se novos títulos e ordens de Cavalaria desmontada com que se tem inundado todos os domínios portugueses. V.M. no rebate porque se está descontando o mesmo dinheiro papel que V.M. criou? Esse papel moeda já pouco vale e em breve nada valerá se dele espalham grande quantidade. As honras de V.M. dadas aos montões em reinado

tão sem glória e semeadas por todos os chambres do Brasil, são píffias maravilhas sem mais sólido luzimento que as pedras falsas dos vestidos de comediantes.⁴⁶⁹

Loureiro vê nessa distribuição de mercês o mesmo *nonsense* que Hipólito via quando D. João declarara guerra aos botocudos. Que sentido faz emitir um decreto de guerra contra um povo que sequer sabe ler? Para Loureiro: que sentido faz distribuir mercês militares para homens que nunca viram uma guerra? O desânimo de Loureiro caminha assim paralelamente ao desencantamento da figura real, quer dizer, à tentativa de dar um cabo definitivo à noção de Direito Divino que continua a aparecer – ainda que apenas sob a rubrica de *Direito Divino Natural* –, nos textos de Hipólito. Numa das suas várias cartas ao rei, ele aconselha:

A fortuna que fez a V. M. nascer para ser rei, ao mesmo tempo em que lhe deu essa qualidade, negou-lhe a de poder vir a ter um amigo, que a amizade só se pode dar entre iguais e o rei a todos é superior. Por isso, *quando V. M. viola essa lei da natureza*, mal o pode fazer impunemente, que essa matilha de adutores, nos quais V.M. julga ter amigos fieis, apenas são privados e validos, gente sem fé e sem lei, Janos políticos porque têm dois rostos, egoístas e hipócritas refinados, inimigos jurados do príncipe e do povo, ruína e peste da sociedade. Essas sereias políticas enganam com brando parecer e aliciam com meigas vozes os olhos e ouvidos do monarca. *Assim o vão elas atraindo a voragem da perdição, e na profundidade dela se abismará sem remédio o rei e o povo*. É impossível não ouvir já de perto e distinguir o mar fremente e fervendo em novelos de remoinho, e os agudos cachopos aonde se vai quebrar a nau do Estado, e as gritas e alarido dos míseros naufragantes, e o pranto lastimoso e a desesperação dos que de longe os veem a pique sem lhes poder valer.⁴⁷⁰

O abismo no qual vai caindo o rei é mero eufemismo para a impossibilidade real em que Loureiro vê a condição do atual monarca, isto é, quando já se torna “impossível não ouvir”. Todas as medidas sem nenhum sentido político claro, em cuja base está o dedo do rei, catalisam a ruína de Portugal e não podem mudar de direção.⁴⁷¹ Loureiro inaugura, mitigando o sonho utópico de Hipólito relativo ao Grande Reino, os primeiros argumentos sobre a inversão do sistema metropolitano-colonial. Evidentemente, há nas

⁴⁶⁹ Rocha Loureiro, *Memoriais*, 1973, p. 207. “Ah Senhor! Veja V.M. como tem verificado a fábula de Midas! Este rei convertia em ouro quanto com as mãos tocava, e o ouro de nada lhe servia. V.M. faz nascer debaixo de seus magníficos dedos hábitos e hábitos, comendas e comendas, e contudo, a verdadeira honra não existe. Eis aí o caso de se poder afirmar que a abundância produz esterilidade”. Também o *Padre Amaro* dá notícia da generosa distribuição de títulos de nobreza no Brasil (Agosto de 1820, p. 97).

⁴⁷⁰ Rocha Loureiro, *Memoriais*, 1973, p. 147 (grifos nossos).

⁴⁷¹ “[...] com o governo de V. M., essa nossa antiga e ilustre metrópole (oh, infelicidade!) em vez de ser cabeceira, tem sido escabelo calcado aos pés de todos os outros governos. Com os grandes cabedais de poder que V.M. possui, está sendo agora o mais pobre e o menos respeitado soberano do mundo e podia, se houvesse muitas Américas e muitos mundos (como o sonhava Anaxágoras) possuí-los todos, que não seria com eles mais rico, e muito mais desbaratara se possuísse mais do que tem”. Rocha Loureiro, *Memoriais...*, p. 226.

palavras de Loureiro um sentido contratual eurocêntrico: tão difícil para Hipólito é imaginar a ruptura do Reino luso-brasileiro quanto para Loureiro é imaginar uma capital europeia fora da Europa:

Em verdade, mal podemos nós falar de um país como Portugal que não tem ainda um estado de assento, pois não é ele destinado a ficar, como agora o está sendo, província dum reino americano. *Tal estado é contrário à natureza das coisas e à ordem geral da Europa* que mal consente o ser uma de suas partes colônia do Novo Mundo e o estar a Europa dependente do Brasil para respostas em negócios europeus.⁴⁷²

É nessa organização natural das coisas que reside o sentido utópico e ao mesmo tempo ideológico de Loureiro. A utopia é um conjunto de imagens relativas à perfeição social, em cujo pano de fundo está ancorada a ideia de que a civilização se realiza na Europa. A utopia serve para catalisar a ação da ideologia. Construir Portugal é reconstruir a ‘antiga lusitana liberdade’:

A utopia histórica que carrega o discurso é libertadora, apesar da sua carga ideológica, porque nela utopia e ideologia confundem-se, caminham a par, são faces da mesma moeda, que mesmo na eventualidade de poder vir a transformar-se em totalitário, não invalida o caráter transformador da utopia e do seu conteúdo ideológico.⁴⁷³

Este conteúdo utópico e ideológico funciona através da impulsão para o futuro rumo à instituição do que já esteve instituído. Utopia e contrato, utopia e ideologia, mesclam-se assim inexoravelmente, realçando o caráter fundamentalmente tradicional da sociedade e do intelecto português, da devoção obstinada às glórias passadas, e mesmo, para usar a expressão de Antonio Sérgio, de certo aspecto *cadaveroso*. A construção da utopia possui caráter aberto no contexto da realização das Cortes de Lisboa.⁴⁷⁴ De fato, há um tecer e uma justificativa do revolucionário em Loureiro. Para ele, tanto quanto a dinastia bragantina se inaugurou diante das cinzas de outra dinastia, agora os bragantinos estariam na mesma iminência de se verem depostos por um príncipe melhor. A utopia portuguesa tem sempre num monarca e no contrato as suas pedras de sustentação – pode-se mesmo concluir que qualquer utopia traz embutida uma

⁴⁷² Du Pradt. Apud Rocha Loureiro, 1973, p. 191.

⁴⁷³ José Augusto Alves, 1987, p. 709.

⁴⁷⁴ “Conhecimento e interesse, no seu discurso, caminham a par numa utopia sem caráter absoluto, onde o tecer revolucionário propõe a transformação da ordem social. Em nosso entender verifica-se uma articulação íntima entre a utopia do concreto – onde o desejo traduz um imaginário, segrega do real e no real, relação sujeito/objeto, trabalho e interação, - e a utopia libertadora, uma remetendo à outra, onde se descobre ser a cultura o sustentáculo de tudo o mais, e onde o indivíduo, consciente da sua função, encontra a sua primeira ‘razão de ser’”. José Augusto Alves, *Ideologia e política na imprensa do exílio*, 1988, p. 13.

noção contratual. Loureiro tece da forma mais pragmática possível um conjunto de noções para tornar possível a governabilidade em Portugal,⁴⁷⁵ tendo como exemplo, sempre que possível, a Constituição inglesa.⁴⁷⁶ Uma vez exposto o seu projeto de governo, suas noções contratuais e sua história moral, que caminham par a par com imagens salvacionistas, principados míticos, e o caráter mais pragmático da doutrina política, Loureiro questiona a si próprio e seu serviço: por que fazer tão árdua defesa de Portugal e arriscar sua própria cabeça, senão para o bem maior da pátria:

Para que havia eu ir oferecer sem necessidade e sem fruto o pescoço ao cutelo dos Maniques portugueses? Não faltam outras vítimas inocentes que eles degolem nas aras do despotismo, e no sangue das quais banhem até os cotovelos os braços carniceiros e possam tingir de negro seus nomes execráveis, nem aqui me faltam a mim tormentos que martirizem e me tornem amarga e cansada a vida, como são a ideia da pátria que perdi e talvez nunca mais verei, e a saudade dos meus Portugueses, e o ter de acabar a vida entre estranhos e não ter de me cobrir os ossos a terra da minha pátria!⁴⁷⁷

Adiante, o jornalista se coloca na condição de infeliz Sancho Pança, o conselheiro solitário e fiel, que se apresenta prostradamente diante de um senhor incapaz de ouvi-lo, motivado como está a lutar contra moinhos de vento. Voltar para a pátria, gozar da antiga lusitana liberdade entre familiares e amigos, essa é a utopia de Loureiro. A nostalgia, talvez o principal alicerce desse pensamento, adquire sua implicação teórica mais evidente nos versos de Camões utilizados como força ideológica. Ao mesmo tempo, a sede de ver a *regeneração* adquire os contornos utópicos da mudança. Essa confusão, característica da iminência da absorção de Portugal por alguma potência maior, é bastante inteligível. Ela permite o avanço em pelo menos dois aspectos: não existe utopia sem ideologia e toda a utopia traz embutida uma noção de contrato. No caso português, essencialmente tradicionalista, a utopia tem caráter nostálgico, da mesma forma que suas *Luzes* se voltam para o passado.

4.4 A Lanterna Mágica

⁴⁷⁵ Que se encaixam nestes elementos: “Os elementos da liberdade são estes: poder legislativo nacional, responsabilidade dos ministros, liberdade da imprensa, perpetuidade e independência dos Juizes, direito livre de consciência, e uso sagrado de qualquer propriedade; combinem-se estes elementos, como se julgar mais a propósito, dê-se-lhes a forma que parecer mais conveniente e será o resultado uma constituição livre”. *O Português*, V.III, n. 18, p. 533.

⁴⁷⁶ Cf. Maria Helena Santos, “Imprensa periódica clandestina no século XIX: ‘O Portuguez’ e a Constituição”, 1980, p. 432.

⁴⁷⁷ Rocha Loureiro, *Memoriais*, 1973, p. 146, (grifos nossos).

As Luzes, nas palavras do editorial do primeiro número do *Correio Braziliense*, tiram o indivíduo do “labirinto da apatia, da inépcia e do engano”. Seu toque é o toque mágico da cura. O trio Loureiro, Liberato e Hipólito apela constantemente para o simbolismo da luz para justificar seus projetos reformistas. No caso de Liberato, a luz assume a condição mítica que entrecruza a virtude cristã e a razão, conciliando-as. Buscar destrinchar o apelo racional contido na constituição utópica de Liberato implica perceber a importância que a formação religiosa assume em sua vida. Dessa forma, cabe lembrar que o autor:

fora cônego regrante de Santo Agostinho, e a sua formação acadêmica decorrerá nos colégios e conventos daquela ordem. Como crente assumido, enquadrava-se na corrente que se começara a esboçar nos séculos XVII e XVIII, mas que tomara novas qualidades, sobretudo a partir da Revolução Francesa, e nesse sentido, defendia que o cristão deveria ser também um cidadão interveniente, e que a religião como independente dos governos, regimes políticos e até da Cúria Romana, era, em primeiro lugar, uma convicção pessoal. A existência, isto é, o homem na relação consigo próprio e com os outros implicava a possibilidade, pela via da liberdade de escolha, quer do aperfeiçoamento moral do indivíduo, quer do conseqüente contributo para o bem geral. Por outras palavras, partindo da diversidade humana necessária, havia um caminho de liberdade, cujo horizonte era o plano da harmonia do todo.⁴⁷⁸

Orientado por essa mundividência clerical que tem na religião a revelação da consciência, Liberato se faz um apologista da virtude social. De forma mais nítida, isso pode ser observado em sua isenção em relação à troca de insultos impressos que caracterizaram os acalorados momentos entre *O Português*, o *Correio Braziliense* e *O Investigador*. Para Liberato, a religião anima o homem a construir o edifício social e, ao mesmo tempo, a construir a si mesmo enquanto indivíduo moral. Seguir a via de Cristo implicaria, portanto, no trabalho social do esclarecimento e, também, no caminho individual da salvação. Como explica Adelaide Machado, que detidamente estudou a obra de Liberato no *Investigador*:

O reconhecimento dos benefícios sociais e políticos da religião cristã, a que Chateaubriand daria contornos civilizacionais, era apenas uma das conseqüências da profunda alteração na forma de o cristão viver a sua existência religiosa, isto é, dentro de si, na sua consciência, era-lhe possível dimensionar a força de Deus, a correção da sua doutrina, e sentir que se coadunavam com a verdadeira felicidade ou paz interior. A descoberta deste sentimento interior, experienciado enquanto caminho de aperfeiçoamento, dotava o cristão de uma capacidade crítica e permitia a autonomia face aos poderes religiosos instituídos, quer pela via do clero, quer pela via da imposição do estado. Equacionada desta forma, como convicção pessoal, isto é, como critério de verdade, a fé cristã era portadora de duas importantes conseqüências: a

⁴⁷⁸ Adelaide Machado, *A Importância de se chamar português: José Liberato Freire de Carvalho na direção do Investigador Português em Inglaterra, 1814-1819*, 2011, p. 136.

condenação e exclusão do uso da força como forma de impor crença ou religião, e o reconhecimento de que o inatismo da consciência e razão individuais, comuns a todos os homens na sua ligação a Deus, permitia não só uma partilha ou afirmação geral natural, mas a possibilidade de um ensinamento, baseado na ação exemplar como obra de edificação.⁴⁷⁹

A consciência humana é assim inalienável, sagrada, e sua autoridade recai exclusivamente nos domínios de Deus.⁴⁸⁰ Segundo a mesma autora, Liberato guardava a influência da *Ucronia* de Mercier.⁴⁸¹ Esta *ucronia* teria lugar no século XXV, depois que a sociedade francesa superasse as misérias e injustiças do Antigo Regime.⁴⁸² A ordem política prevista por Mercier ainda não é republicana. Pelo contrário, a Paris ideal é governada de forma perfeita por um “monarca constitucional”, o que torna ainda mais atrativo compará-la com a sociedade contratual de Liberato. Esta sociedade é marcada pela equidade de pensamento, já que o estágio intelectual mais elevado foi alcançado, quer dizer, uma consciência social prática ao mesmo tempo embutida de cristianismo: não há mais verdades a descobrir. O texto de Mercier, pelo seu conteúdo prático, era considerado por Liberato um dos textos premonitórios das mudanças que estavam por vir na Europa e, particularmente, em Portugal. E estas mudanças recaíam de forma clara sobre o plano religioso, ordenador, segundo o clérigo, de toda a vida social:

Mercier desenvolvia, a partir da reafirmação da importância do papel da consciência e da diversidade como ponto de chegada religioso e político, que se refletia numa moral natural e purificadora, ao serviço de todo o ato social. O século XXV lograra alcançar na prática, e de forma pacífica, toda a agenda crítica dos séculos precedentes. A obra refletia de forma antológica todos esses anseios: o clero reformado, o fim das ordens religiosas, da infalibilidade do papa, agora apenas considerado bispo de Roma, e sobretudo o fim do fanatismo religioso substituído por uma prática tolerante.⁴⁸³

⁴⁷⁹ Adelaide Machado, 2011, p. 141, grifos nossos.

⁴⁸⁰ *O Investigador Português*, v.XVII, p. 500.

⁴⁸¹ Darnton insere esta obra dentre as mais lucrativas para os livreiros clandestinos na segunda metade do século XVIII. O autor esclarece, sobre seus princípios básicos: “O livro está impregnado de um rousseauísmo moralista e pudico. O autor tenta tocar o sentimento de seus leitores, alternando espanto e indignação. Ele amaldiçoa o espírito zombador, o riso voltairiano, e chega até a contestar a autoridade da razão: ‘Que século infelizeste onde se raciocina’. Seguindo o princípio da literatura utópica, a visão do futuro é uma projeção da visão criticada presente”, traduzido de: “[...] l’ouvrage est imprégné d’un rousseauisme moralisateur et pudique. L’auteur s’efforce de faire vibrer les cordes sentimentales de ses lecteurs, jouant tour à tour de l’émerveillement et de l’indignation. Il honnit l’esprit ricaneur, le rire voltairien et va jusqu’à contester l’autorité de la raison: ‘Quel siècle malheureux que celui où l’on raisonne’. Suivant le principe de la littérature utopique, la vision du futur est une projection de la vision critique du présent”. Robert Darnton, *Édition et Sédition. L’univers de la littérature clandestine au XVIII^e siècle* 1991, p. 188.

⁴⁸² José Eduardo Reis, “A literatura e a ideia do mundo ideal”, 2004, p. 6.

⁴⁸³ Adelaide Machado, 2011, pp. 141-2

A hipótese de Adelaide Machado é tentadora: a leitura da *Ucronia* de Mercier é simples, para não dizer mesmo simplória. O autor transporta seu protagonista para um futuro próspero, futuro que, ao invés dos traços fortemente críticos de um Jonathan Swift, é visto mesmo sem rupturas políticas substantivas. Mercier observa mais “vanidade nos prazeres urbanos”, “desproporção de fortunas” e a “necessidade de um governo para o bem geral”, ficando implícita a figura do bom príncipe.⁴⁸⁴ O populacho, entregue às paixões, precisava dessa figura capaz de conduzir adequadamente a nau.⁴⁸⁵

A simetria perfeita das ruas e bairros serve como metáfora para a organização da própria política e da consciência humana.⁴⁸⁶ Também o ambiente doméstico Liberato não deixa de ver de forma cristã: as mulheres possuem funções fixas ligadas ao cuidado dos filhos. Trata-se de um rescaldo do próprio Rousseau na escrita de Mercier, transmitido também a Liberato. Talvez justamente essa vontade resoluta de oferecer uma utopia pouco conforme aos limites oficialmente aceitos é que tenha tornado Mercier atrativo para José Liberato: não é um texto transgressivo. Em outras palavras, sua utopia tem mais tradição do que futuro!

Para persistir numa ideia que será bem utilizada pelos republicanos na América Latina, os homens de posses são os cidadãos mais estimados, já que têm mais a perder em caso de alguma revolução. Evidentemente, a partir de XXV, todos eles terão posses semelhantes.⁴⁸⁷ A ideia de um soberano caminhando a pé entre os homens é, contudo, um pouco menos familiar para os ouvidos portugueses e teria ofendido o próprio monarquista Hipólito da Costa. O monarca sabe de suas limitações inatas: ele não guarda poderes sagrados e sua historicidade depende também do povo. Ele é visto mais como o primeiro cidadão, na visão cara a Rocha Loureiro, do que como governante divino. Como argumenta Mercier:

O Monarca sempre convida para freqüentar sua corte os homens cultos do povo. Ele conversa com eles para aprender, porque sabe que sua própria sabedoria não é inata. Baseia-se nas lições destes homens que tiveram algum grande objeto como propósito de suas meditações.⁴⁸⁸

⁴⁸⁴ Mercier, *L'an deux Mille quatre cent quarante, revê s'il en fût jamais*, 1773, pp. 10-12.

⁴⁸⁵ Mercier, p. 10, no original: “Un peuple qui jusque dans ses plaisirs endure une servitude aussi gênante, prouve jusqu'à quel point on peut le réduire en esclavage. Ainsi tous ces plaisirs vantés de loin, de pres sont troublés, corrompus, et il faut marcher sur la tête de la multitude si l'on veut respirer à son aise”.

⁴⁸⁶ Mercier, p. 16.

⁴⁸⁷ Mercier, p. 30.

⁴⁸⁸ Traduzido de Mercier, p. 32. No original: “Le Monarque ne manque point d'inviter à sa cour cet homme cher au peuple. Il converse avec lui pour s'instruire; car il ne pense pas que l'esprit de sagesse soit inné en lui. Il met à profit les leçons lumineuses de celui qui a pris quelque grand objet pour but principal de ses méditations.”

Ao contrário do que acontece na República, na cidade ideal de Mercier o rei é superior aos seus governados, ainda que conheça as suas limitações e busque constantemente o aprimoramento intelectual.

A consciência do rei com relação à importância da instrução que, ao invés de adquirida de forma inata só pode ser alcançada através do trânsito contínuo entre os vários “talentos nacionais”, leva o soberano a perceber também a importância da liberdade de pensamento. Ora, sabemos do envolvimento de Liberato com a ideia da liberdade de consciência, implícita na sua adesão à causa maçônica e também na sua luta contra a intolerância nítida nos seus vários combates contra D. José Agostinho de Macedo. Antes disso, o autor já denunciava a Inquisição por ser uma instituição perversa e contrária às *Luzes do século*. Para Liberato, o esforço religioso da virtude não se separa em nenhum momento da missão intelectual de levar as Luzes aos *recônditos sombrios da sociedade*. Tal como o monge que oferece o seu pão ao faminto, o intelectual tem por obrigação dividir o seu conhecimento com seus semelhantes, quer dizer, com os membros de sua pátria e mesmo com o rei. A crítica da intolerância começa, assim como em Hipólito da Costa, na crítica à Inquisição, à religião formalizada como prática organizada, quer dizer, a religião como dádiva do Estado, já que ela estaria acima da vida civil:

A Inquisição foi um monstro em política e em religião... As bases da Inquisição foram pois a intolerância, e para acabar com aquela é preciso aniquilar esta. Enquanto se não admitir como princípio cristão político e filosófico, que a tolerância das opiniões humanas é não só uma virtude, mas uma lei absolutamente necessária no estado social, as inquisições existirão sempre de direito, e de fato, porque *concedendo-se a um inquisidor a prerrogativa de circunscrever os limites do entendimento humano*, com ela também se lhe concederá a outra imediata – de punir e queimar os indivíduos que ousarem trespassar esses limites.⁴⁸⁹

Está assim claro que a falta de entendimento leva a religião a cometer os atrozes erros em que estava submersa uma Inquisição. A imagem claramente pedagógica da luz assume assim uma função central em seus escritos. Mais do que em Loureiro e Hipólito, também dois apóstolos das Luzes, Liberato usa essa figura de linguagem para denunciar as trevas em que a sua própria religião está metida e salvá-la da laicização. Avançando na argumentação, as luzes passam a incidir sobre todo o espaço social, ainda que tendo como ponto de partida as atrocidades cometidas pela falta de esclarecimento e tolerância

⁴⁸⁹O *Investigador Português*, V.XV, p. 329, grifos nossos.

religiosa. Depois da religião, o segundo *espaço* sobre o qual incide a luz é certamente o político. A nação portuguesa era metida no obscurantismo pela censura literária, resultado do medo político relativo à alteração do *status quo*:

Há também políticos que consideram as *luzes* de uma nação como obstáculos invencíveis para ela ser bem governada. É verdade que as *luzes* não consentem que os governos sejam arbitrários; porém a arte de bem governar consiste por ventura em que poucos governem os muitos arbitrariamente, e sem lei, e sem responsabilidade? Eis aqui outro erro político que convém reformar. As muitas *luzes* não são perigosas senão para os que pretendem ter infalibilidade política, e desejam estabelecer em princípio, que os homens não são entes livres, e dotados de razão, mas que devem sujeitá-la a uma autoridade em matérias políticas como a sujeitam em matérias religiosas. Porém estas pretensões são eminentemente absurdas; são uma ofensa direta que se faz ao entendimento humano; e são tão difíceis de realizar como de extinguir nos homens a faculdade de pensar.⁴⁹⁰

Como lembrava Mercier, o próprio rei é humilde o suficiente para reconhecer que não sabe tudo e, portanto, não pode saber o que deve ou não ser lido. O uso que Liberato faz da expressão luzes faz com que apareça ligada, ou pareça estar ligada, mais à observância da virtude propriamente dita do que àquela *razão* propagandeada pelos *philosophes*. Sem dúvida, há aqui uma apropriação bem particular da expressão. As luzes aparecem como uma instância superior ligada à desobstrução da consciência. Aquela mesma consciência que conhecia em Deus sua única autoridade. Destarte, deve haver a suposição de que a gestão das luzes possui alguma sombra divinatória e que pensar é um dom de Deus. O interessante a ser refletido é que, uma vez deslocando a gerência de Deus para a consciência individual e retirando-Lhe do espaço político, Liberato oferece rudimentos para a montagem de uma esfera pública em Portugal sem abandonar o pressuposto teológico. Nessa nossa busca por encontrar e discernir utopias, podemos arriscar dizer que o espaço utópico de Liberato está nestas luzes que, como na *Ucronia* de Mercier, levarão a nação para um progresso inevitável. Não existe nenhuma outra fórmula para se garantir a equidade e riqueza dos povos portugueses do que desobstruindo as luzes. A questão é mais claramente enunciada quando Liberato se refere à ação dos jornais:

Os prodígios e as maravilhas políticas do tempo em que vivemos são tantas, e tão rapidamente variáveis, que as Gazetas e os Jornais têm-se convertido numa espécie de *lanterna mágica*, que de dia em dia ou de mês em mês vão apresentando ao público uma portentosa série de sucessos, que a providência humana apenas podia ter imaginado,

⁴⁹⁰ *O Investigador Português*, V.XVI, p.487

mas que nunca teria podido conceber como existentes num só ponto do globo, numa só época de tempo.⁴⁹¹

Ora, *lanterna mágica* é uma expressão mais do que adequada para explicitar o fetiche de Liberato pelas luzes. É pela via dessa lanterna que se construirá o reino futuro dos portugueses. A ausência da resoluta difusão das luzes resulta em ausência de

patriotismo, porque não há confiança recíproca nem entre cada um dos indivíduos da nação, nem nas pessoas que a governam; desaparece a indústria, e todo o desenvolvimento das faculdades intelectuais, porque cada um esconde as suas ideias como esconde o seu dinheiro; e uma nação assim constituída marcha rapidamente para a tenebrosa ignorância, de que não pode resultar senão fraqueza, *cegueira miserável*, aniquilamento do espírito público e perda geral da dignidade política.⁴⁹²

Por outro lado, espíritos esclarecidos são capazes das maiores façanhas, quando, por exemplo, os aliados destronaram Napoleão pela plena convicção na liberdade humana.⁴⁹³ Unindo-se a Hipólito, justifica sua opção pelo “bem maior deste mundo”, a liberdade de consciência, que é a abertura para a construção da utopia portuguesa. Subjacente a essa escolha, a razão não se desliga do conhecimento histórico e, se não possui valores matemáticos, “estribam-se nos poderosos axiomas do sentimento geral”. Lembrando que a matemática, de Pitágoras a Pascal, revelaria a partir da simplicidade das fórmulas a complexidade do Universo:

Pelo nosso modo de ver, fundado na razão humana, e não pelas combinações misteriosas de uma ciência tão intrincada, e obscura, como a política; é que nós temos pesado os acontecimentos, e calculado os seus resultados. A história, e organização do homem é quem nos fornece os materiais, para os nossos raciocínios; e se eles não têm caráter de uma evidência matemática, estribam-se pelo menos nos poderosos axiomas do sentimento geral, que tem para nós muito peso, e de certo mais importância que muitas demonstrações da filosofia.⁴⁹⁴

No raciocínio de Liberato, a racionalidade é estribada pela história ao mesmo tempo em que se imanta a ela, guiando os povos pelos incontornáveis caminhos do futuro. Essa forma de utopia que mescla história e razão é um produto do século XIX, ainda em vias de aperfeiçoamento na retórica pseudoliberal dos portugueses.⁴⁹⁵ Tornada

⁴⁹¹ *O Investigador Português*, V.XIII, p.222

⁴⁹² *O Investigador Português*, V. X, pp. 331-2, grifos nossos.

⁴⁹³ *O Investigador Português*, V.VIII, p.739

⁴⁹⁴ *O Investigador Português*, V.VIII, p.736, grifos nossos.

⁴⁹⁵ “O discurso sobre a história-progresso é formado a partir de um procedimento contraditório— ele avança a partir de imagens e temas utópicos buscando dissimulá-los; eleos aceita como verdades buscando atacá-los como quimeras. Em outras palavras, só é possível reconhecer-senas quimeras do passado sob a condição que elas sejam aceitas como realidades de amanhã. A imaginação social só é aceita assim com um disfarce: o da marcha da razão na história, senão aquele da razão da História em

a história objeto de proselitismo ideológico, ela abandona a utopia e se quer invariante matemática. A rapidez com que a utopia se torna ideologia acena aqui mesmo pela imprecisão de discernir uma da outra. Se a obra de B. Baczko revela a simplicidade de atentar para um *corpus* definido de textos utópicos, fugindo assim das confusões de buscar pela utopia em obras que não se querem utópicas, a intrigante discussão de K. Mannheim faz lembrar que utopia e ideologia não existem uma sem a outra e que, constantemente, uma acena e requer o lugar da outra. Nesse sentido, a utopia portuguesa, na medida em que imobilista, pode representar também a ideologia de uma burguesia que ainda não se tornou capitalista.

4.5 Utopia e ideologia

Ideologia e utopia estão inter-relacionadas e assumem diferentes posições de acordo com o estado de coisas de uma determinada sociedade. Conclusão mais do que nítida a partir do texto e contexto que temos estudado. A utopia pode ser ideologia amanhã, desde que amanhã ela ajude a retificar um determinado estado de coisas, dando a eles um sentido imóvel. K. Mannheim contrapõe o potencial libertador e imaginativo da utopia ao teor estático da ideologia. Depois de definir esta como um conjunto de regras e doutrinas reproduzidas de forma inconsciente e que permitem a coesão do poder de determinados grupos, estabilizando determinada condição social, ele argumenta, com relação ao potencial do pensamento utópico:

The concept of Utopian thinking reflects the opposite discovery of the political struggle, namely that certain oppressed groups are intellectually so strongly interested in the destruction and transformation of a given condition of society that they unwittingly see only those elements in the situation which tend to negate it. Their thinking is incapable of correctly diagnosing an existing condition of society. They are not at all concerned with what really exists; rather in their thinking they already seek to change the situation that exists. *Their thought is never a diagnosis of the situation; it can be used only as a direction for action.* In the Utopian mentality, the collective unconscious, guided by wishful representation and the will to action, hides certain aspects of reality. It turns its back on everything which would shake its belief or paralyze its desire to change things.⁴⁹⁶

marcha”. Tradução nossa de “Ainsi le discours sur l’histoire-progrès se forme dans une démarche contradictoire – il avance des images et des thèmes utopiques tout en les dissimulant, il les accepte comme *vérités* tout en les attaquant comme *chimères*. Autrement dit, on ne se reconnaît dans les *chimères* d’hier qu’à condition qu’elles soient admises comme des réalités de demain. L’imagination sociale n’est acceptée que sous un déguisement – celui de la marche de la raison dans l’histoire sinon sous celui de la raison de l’Histoire en marche”. Bronislaw Baczko, 1978, p. 174.

⁴⁹⁶ Karl Mannheim, *Ideology and utopia*, 1965, p. 36, grifos nossos.

Neste capítulo, todas as utopias formuladas, submersas no conjunto extensamente pragmático dos textos estudados, almejam a condição de realização futura. Sua formulação traz em seu bojo o futuro sonhado, e sua realização sugere um caminho perfeitamente visível: uma ponte entre o presente e o futuro. Essa perfeição diz respeito à última descoberta do ser humano nele mesmo: a razão enquanto ponto epistemológico fundamental, quer dizer, enquanto aquilo que dá ao homem o estatuto de humano, uma vez que lhe permite divisar sua própria existência. A razão do ser humano está contida na História e guia a determinados resultados infalíveis que não se pode subverter. Estes resultados são o *progresso*. Desta forma, as *Luzes do século* são mencionadas – e de forma exaustiva – como uma espécie de flecha disparada rumo à consciência, ainda que a conquista da legitimidade esteja sempre ancorada num passado imaginado. Os estudos de B. Baczkó mostram as várias formas como uma utopia aparece e mesmo se dissimula num discurso aparentemente racional – como vimos especialmente em Liberato e suas luzes. A razão como guia para o *progresso* converte-se ela própria na utopia. Ela vai produzir os encaixes perfeitos que são responsáveis pelo contrato social em seu último estágio de aperfeiçoamento. Temos, portanto, no contrato e na razão as palavras-chave fundamentais que orientam o raciocínio de uma ilustração que percebe nela mesma a realização da utopia. Destacamos, contudo, a refração que a absorção desse pensamento tem em Portugal, em virtude de suas diversas peculiaridades: a colônia brasileira que mantém uma possibilidade edênica, a razão religiosa que mantém o pensamento conectado à consciência e virtude, o contrato que se estriba no passado e na tradição e nunca se quer ruptura. *Temos, portanto, uma utopia que nunca se faz plenamente história-progresso porque permanece fundamentalmente tradição.*

Se a ideologia direciona as ações humanas no sentido de manter um determinado estado de coisas atendendo a interesses de grupo, as formulações utópicas agem de forma dialógica, ou seja, buscando transformar determinado estado de coisas convertendo-se elas mesmas em ideologia. Mais do que o caráter dialógico de utopia e ideologia, fica nítido o caráter aberto e intensamente comunicativo do pensamento nas Luzes. A própria razão, que se quer total, não foge do diálogo entre o presente e o futuro imaginado, ao mesmo tempo em que se pretende o conjunto das “lições do passado”. A História portuguesa do século XIX age assim de forma paradoxal: ela não dispensa as tradicionais forças-guia, mas pode manipulá-las adotando um sentido ideal. Como argumenta B. Baczkó, o discurso utópico refere-se

a uma filosofia da história muito mais rica e ainda mais notável ao combinar a idéia de decadência histórica com a de um progresso possível. A degradação é vista como inevitável se a história é abandonada às forças que comandaram anteriormente o seu curso. Mas a história também é um campo aberto de possibilidades: a realização do projeto de legislação ideal permitiria reverter o curso e instalar uma história alternativa.⁴⁹⁷

O frenesi vivido pelos publicistas portugueses se encaixa nessa direção. Os novos grupos que assumem a direção de Portugal a partir de 1820 colocam as coisas nos eixos e dão sentido à história de glórias portuguesa. O frenesi é transformado em utopia através de encenações públicas, manifestações em jornais e tudo que possa justificar a revolução como a retomada por Portugal de seu devido lugar no livro da História. De um ponto de vista um pouco mais distanciado, Alexandre Herculano narra em carta a Ortaire Fournier o que viu na revolução liberal do Porto:

Queimou-se cera e óleo em abundância através de iluminações esplêndidas, enquanto as pessoas vestiam horrivelmente panos nacionais bastante caros. Sucederam-se banquetes, procissões, foguetes, discursos, “arcos do Triunfo”, *Te Deums*, eleições, artigos de jornais e tiros de canhão. Cada dia trazia uma nova festa, em que todos se esbaldavam. Choviam hinos, sonetos, canções, dramas, figurinos de roupa, formas de sapato, tudo com ares liberais.⁴⁹⁸

Estas imagens materializam o ideal utópico de um Portugal que se quer ingressado na História do século XIX sem perder a sua *Idade do Ouro*. O caráter de transição a que assiste a sociedade permite ver como a utopia reflete ela mesma estas inquietudes.⁴⁹⁹ Queremos ter comprovado, nesta altura, que a emulação contida nos

⁴⁹⁷ Tradução nossa de “Mais d’autre part le discours utopique s’y réfère à une philosophie de l’histoire beaucoup plus riche et d’autant plus remarquable qu’elle combine l’idée de décadence historique avec celle d’un progrès possible. La dégradation est jugée inévitable si l’histoire demeure abandonnée aux forces qui commandaient son cours jusqu’alors. Mais l’histoire est aussi un champ ouvert de possibilités: la réalisation du projet de législation idéale permettrait de renverser le courant et d’installer une *histoire de rechange*”. B. Baczo, 1978, p. 161.

⁴⁹⁸ Tradução nossa de “On brûla de la cire et de l’huile à foison en des illuminations splendides, et l’on s’habilla de drap national horriblement grossier et passablement cher. Ce fut croisé de banquets, de processions, de fusées, de discours, d’arcs- de-triomphe, de revues, de Te Deum, d’élections, d’articles de journaux, et de coups de canon. Chaque jour amenait une fête nouvelle; on en raffolait. C’était une pluie battante d’hymnes, de sonnets, de chansons, de drames, de coupes d’habits, de formes de souliers libéraux”. Apud Vitorino Nemésio, *A mocidade de Herculano(1810-1832)*, 1934, p. 87.

⁴⁹⁹B. Baczo acrescenta, sobre a inquietude utópica: “Com certeza, a utopia é apenas uma das formas possíveis de manifestação das inquietudes, esperanças e várias buscas de uma época e de um ambiente social. O questionamento da legitimidade e da racionalidade da ordem existente, o diagnóstico e a crítica dos males morais e sociais, a busca de remédios, os sonhos relativos a uma ordem renovada, etc. todos estes são temas privilegiados nos escritos utópicos, e são encontrados nos sistemas filosóficos e nos mitos populares, em doutrinas religiosas e na poesia”. Tradução de: “Certes, l’utopie n’est qu’une des formes possibles de manifestation des inquiétudes, des espérances et des recherches d’une époque et d’un milieu social. La mise en question de la légitimité et da rationalité de l’ordre existant, le diagnostic et la critique des tares Morales et sociales, la recherche des remèdes, les rêves d’un ordre nouveau, etc., tous ces

periódicos estudados contém um apelo nem sempre racional para o futuro imaginado. Tanto quanto em seu caminho de efetivação os periódicos recorreram a expedientes míticos e sonhados, seja um contrato em que suas partes se encaixavam com perfeição, um rei investido de poderes divinos, ou uma razão proveniente ela mesma de Deus, o teatro que buscou demonstrar publicamente a efetivação deste estado de coisas aconteceu num ambiente de sonho, em que se misturaram símbolos liberais com a glória passada de Portugal. A razão é, nesse sentido, considerada a substância que permite ao homem, do fundo de sua consciência, entrever a cidade idealmente construída na Terra.

A presença constante dessas imagens contrasta com o caráter predominantemente pragmático dos estudos que se debruçam em especial sobre o *Correio Braziliense*. Isto nos leva, certamente, a perceber as longas cadeias de pensamento e filiações políticas a que ele pertence. Deixam, contudo, de avistar o espaço imaginado de uma pátria deixada há muito tempo, que o autor promete visitar. Em 1823, nomeado Cônsul, Hipólito é remunerado pelos serviços prestados ao Brasil. A utopia, anunciada nas primeiras páginas do jornal, implícita na expressão “terra longínqua e sossegada”, está nas mãos de um D. Pedro visto subitamente como mancebo capacitado cercado dos deputados “experimentados” que estiveram nas Cortes de Lisboa. A unidade étnica como alternativa futura e os fatos recursos brasileiros encaminham para frente a utopia dos trópicos. A história do Brasil, a história natural do Brasil, coloca-o no contexto das grandes nações do globo. A marcha do pensamento contrapõe assim o repisar nos desmandos administrativos brasileiros, diante dos quais Hipólito esteve, na maior parte do tempo, atento. É assim, pois, que a utopia que se pretende firmar põe os pés constantemente na ideologia, e ambas, quando não se afastam, mesclam-se uma na outra, sem ter propriamente fronteiras definidas.

É a força utópica presente num pensamento crescentemente burguês, uma força que insiste no caráter aberto do futuro e, para tanto, se debruça sobre a crítica do presente, um dos principais alicerces mentais para a decadência do Estado absolutista. Desta forma, cada um a seu modo, os escritores portugueses tiram o Estado do seu manto de imperturbabilidade moral e recolocam-no na esfera do julgamento crítico, reconvertendo, por outro lado, o “alto tribunal da razão”, de certo modo dominado por uma elite pensante, no único capaz de efetuar um julgamento sensato sobre o Estado a ser criado. A ideia de Koselleck, de que a utopia se torna então universal, uma vez que o

thèmes préférés des utopies, on les retrouve dans les systèmes philosophiques et dans les mythes populaires, dans les doctrines religieuses et dans la poésie”. B. Baczko, 1978, pp. 18-9.

Estado criado mescla-se a uma razão impaciente pelo futuro,⁵⁰⁰ complementa o caráter literário de que se acercou B. Baczko para estudar os textos utópicos. A utopia preenche e dá vitalidade aos escritos iluministas. Todos eles creem-se imbuídos de um potencial transformador que traz em seu bojo a mudança contínua.

Mudança *mitigada*, no presente caso. Mudança que volta os olhos para o passado, resoluta de que lá está a resolução dos problemas. O português do início do século XIX não faz utopia sem pensar nas Cortes de Lamego. E Hipólito da Costa, o primeiro *brasiliense*, não foge à regra. Ele decide ser brasileiro porque Portugal chegou no Brasil e lá se aclimatou. O sentido específico da brasilidade é precisamente este: é o de um português que se faz antilusitano. De forma premeditada, colocamos Hipólito como o primeiro utopista: ele é o único a recriar a história, a descartar Lamego e a “antiga lusitana liberdade” e concentrar na fuga dos deputados das Cortes de Lisboa o momento capital para a soberania brasileira.

Tendo investigado a presença do capital sonhado nos escritos dos portugueses emigrados, somos obrigados a constatar a presença do sonho que subjaz à própria razão. Apelando para uma conclusão de cariz tão ontológico, poderíamos perder qualquer conclusão específica sobre o caráter do sonho entre os portugueses – uma vez tendo admitido que toda a forma de utopia traz embutido um elemento onírico. A razão portuguesa, nesse momento, está inexoravelmente ligada ao idílio. Está ligada ao catolicismo, à ideia de salvação individual e à mediação de Deus. A perfeição de Portugal está intrínseca na história e na racionalidade portuguesas. Foi essa perfeição que permitiu aos portugueses os maiores feitos ultramarinos. O deputado Fernandes Tomás, mais diretamente envolvido com as mudanças em curso, é quem resume a questão:

Nossos avós foram felizes porque viveram nos séculos venturosos em que Portugal tinha um governo representativo nas cortes da nação e obraram prodígios de valor enquanto obedeciam às leis que elas sabiamente constituíam, leis que aproveitavam a todos porque a todos obrigavam. Foi então que eles fizeram tremer a África, que conquistaram a Índia e que assombraram o mundo conhecido, ao qual acrescentaram outro para dilatar ainda mais o renome de suas proezas. Nunca a religião, o trono e a pátria receberam serviços tão importantes, nunca adquiriram nem maior lustre nem mais sólida grandeza e todos estes bens dimanavam perenemente da constituição do Estado, porque ela sustentava em perfeito equilíbrio e na mais concertada harmonia os direitos do soberano e dos vassallos, fazendo da nação e de seu chefe uma só família em que todos trabalhavam para a felicidade geral.⁵⁰¹

⁵⁰⁰ Reinhart Koselleck, *Crítica e Crise*, 1999, p. 160.

⁵⁰¹ Fernandes Tomás, [1820] 1974, pp. 42-3.

A unidade mítica portuguesa está na inocência das origens e contém um nítido apelo idílico. A utopia, contudo, em seu envolvimento racional, se traduz como uma adequação às *Luzes do século*. Mas essa adequação não abnega do caráter conservador da *Idade do Ouro*. Como ensina R. Girardet:

A visão em torno da qual ela se estrutura é a de um passado exemplar, onde o contato imediato com a terra protege o homem da degradação do tempo, associa-o aos grandes ritmos da natureza, assegura-lhes as condições de uma vida 'autêntica', liberta de toda falsa aparência e de todo subterfúgio. O camponês é aquele que conhece a exata medida do tempo, do qual cada gesto comporta uma plenitude de significação, que sabe por instinto o que pertence ao domínio das realidades essenciais.⁵⁰²

A utopia portuguesa se faz passado no futuro. Camões ressoa na mentalidade portuguesa no início do século XIX, assim como ressoam as conquistas ultramarinas, a liberdade dos navegantes e a abundância material de tempos outros. Entre a utopia e a *Idade de Ouro*, o português prefere a segunda delas. Enquanto os ingleses creem no ritmo inabalável do progresso histórico, os portugueses mais lamentam a ausência de um futuro que surge para legitimar o passado perfeito.

⁵⁰² Raoul Girardet, 1987, p. 113.

5. Comunicação

Perceber as formas como o jornal contribui para o aumento de vínculos entre os leitores, para além ou aquém de investigar seu corpo de ideias, implica detectar as formas como os jornais são utilizados, como se comunicam entre si e com seus leitores, contribuindo para reforçar os laços da comunidade política. Esta investigação, debruçada sobre o problema de como ideias referentes a um mundo em constante expansão surgem e repercutem, sendo transformadas em notícias, exige que se percorra um duplo itinerário. Por um lado, é necessário forjar esquemas que intercalem a comunicação quando ocorrida nos processos elocucionários mais simples e a comunicação mais ampla que envolve a formação de identidades nacionais, afinadas com as perspectivas de uma esfera pública.

As ideias políticas que catalisam e dão sentido às atitudes políticas, responsáveis pela alteração efetiva da ordem social, não fluem num substrato platônico, organizado sobre a cabeça dos homens, mas sim se enredam numa trama de homens munidos de convicções e limitados por circunstâncias. Quer dizer, fluem em espaços de conversação, são atravessadas por lógicas discursivas, arquitetadas muitas vezes em ocasiões corriqueiras da vida. O cultivo da Razão que servia como bússola para os homens da Ilustração não deve nos impelir a deixar de lado as paixões subjacentes ao percurso individual das vidas e do que, eternizado pela inscrição em livros, jornais e cartas, foi relegado à posteridade, sendo necessário refletir nesse movimento sua urdidura e suas relações sociais mais profundas. Quer dizer, tem-se tentado *pensar quais os instrumentos materiais que dispunham os indivíduos, inscritos em práticas sociais específicas, para comunicar suas ideias*. A busca por perceber que dispositivos interferem no trânsito discursivo subjacente à formação de ideias políticas percorre, neste capítulo, um itinerário externo ao discurso, ao contrário, portanto, do capítulo anterior. Além dos instrumentos, os espaços que abrigavam conversações através das quais se partilhavam planos e projetos quanto a determinadas organizações sociopolíticas. Na medida em que as ideias, políticas ou não, estão vinculadas aos formatos como acontece no repasse de informação, aproximamo-nos do que Robert Darnton sugeriu chamar de *história da comunicação*:

Eu proporia um ataque geral ao problema de como as sociedades davam sentido aos acontecimentos e transmitiam informações sobre eles, algo que poderia ser chamado de

história da comunicação. Em princípio, esse tipo de história poderia provocar uma reavaliação de qualquer período do passado, pois cada sociedade desenvolve seus próprios meios de buscar e reunir informação; suas maneiras de comunicar o que reúne, quer ela use ou não conceitos como notícia ou meios, podem revelar muito sobre sua compreensão da própria experiência.⁵⁰³

A *história da comunicação*, portanto, pode nos levar a perceber de forma um pouco mais detalhada como o fluxo de ideias se dispersa e ganha, nos dispositivos materiais em que se encontra inscrita a *mensagem*, renovada possibilidade de interpretação. Darnton sustenta uma hipótese cara aos comunicadores num tempo em que a comunicação busca por um estatuto epistemológico próprio. De uma forma geral, o seu estudo recoloca a questão recomendada por Marshall McLuhan, e que encontrou certa desconfiança na comunidade científica: os meios de comunicação refletem de forma fundamental a relação do homem com o mundo.⁵⁰⁴ Ora, certamente esse problema ajuda a enriquecer a percepção do historiador acerca do esquema da comunicação como uma *peça* de características próprias dentro do jogo do pensamento.

Outro estudo que segue na esteira do pensamento de Marshall McLuhan, e que talvez seja mais adequado para o pensamento histórico, é o de Ian Watt e Jack Goody. Os autores mencionam a transformação da experiência histórica que resultou incremento dos métodos e instrumentos de comunicação, como é o caso do próprio letramento. Para os autores, ao contrário das sociedades tribais, “os anais da sociedade letrada não podem senão reforçar um reconhecimento mais objetivo da distinção do que foi e do que é.”⁵⁰⁵ A prática da escrita, assim, altera substantivamente a forma de o homem vivenciar o tempo histórico, incrementando as suas formas de captação e retenção da memória histórica. Muito ao contrário do que prevê McLuhan, contudo, Goody e Watt mencionam o aumento de elementos cognitivos na experiência letrada, que passa a dispor de uma noção espacial e temporal dotada de maior capacidade cumulativa.⁵⁰⁶

Não se pode negar, por outro lado, o poder homogeneizante da experiência tipográfica, mesmo que seja em torno de uma amplitude maior de temas. Para Benedict Anderson, a escrita e a leitura massificadas facilitam a comunhão de vários indivíduos em torno do romance nacional partilhado por todos e cujo final mexe diretamente com a

⁵⁰³ Robert Darnton, *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. 2005, p. 41.

⁵⁰⁴ Marshall McLuhan, *A Galáxia de Gutenberg*, 1972.

⁵⁰⁵ Jack Goody e Ian Watt, *As consequências do letramento*, 2006, p. 21.

⁵⁰⁶ Jack Goody e Ian Watt, 2006, p. 64.

existência coletiva. E esta conclusão não difere da que extraiu Jurgen Habermas do mesmo processo de formação de um corpo de leitores ávidos por notícias: *Mudança estrutural da esfera pública* diz respeito à gradual formação de públicos leitores a partir da troca de informações epistolares privadas.⁵⁰⁷ O jornal que cada um dos homens ilustrados tem em suas mãos é um aspecto necessário dessa politização crescente. Habermas enxerga na centralização crescente dos Estados nacionais, para os quais a intervenção oficial tratou de dispor meios de informar os indivíduos a respeito de temáticas úteis referentes ao comércio e política, a ideia de uma opinião pública primeiramente gerenciada pelas Gazetas oficiais. Em seguida, os correios epistolares regulares organizados pela sociedade civil permitiram *ao produtor e consumidor de cultura se encontrarem em crescente relacionamento uns com os outros, tornando-se capazes de interferir mais ativamente na vida pública.*

O fato de os jornalistas portugueses, considerados gestores privilegiados das informações nos espaços mais importantes dos portugueses em Londres, deixarem de, na estrutura dos jornais, privilegiar os elementos da nobreza, ajuda a demonstrar o abalo que sofrem as estruturas de poder do Antigo Regime. E esse abalo acontece em boa parte em decorrência da existência de novos espaços – sejam jornais ou tavernas – que permitem a rearticulação das posições de fala estribadas na ideia de reciprocidade e virtude burguesa, para não dizer *polidez, civilidade* ou *conversaço*. O importante a notar é como esses fluxos de informação que corroboram uma espécie de “novo estado de coisas” acontecem. Muitas vezes, eles poderiam estar escorados nas formas mais primárias de comunicação ao invés do diálogo ilustrado dos jornais. Sabe-se, por exemplo, que agrupamentos humanos garantem solidez contra elementos perigosos através da troca regular de informações sobre os indivíduos. Norbert Elias, por exemplo, percebeu como o trânsito interno de informações na comunidade de Winston Parva premiava os membros “estabelecidos” através de *pede gossips*, ao mesmo tempo em que denegria os neófitos através de *blame gossips*. Nesse sentido, o fluxo de fofocas, mantido em funcionamento pelos mexericos da comunidade, ajudava a disseminar o costume e manter a comunidade estável, alheia a padrões de comportamento que pudessem desestabilizá-la. Nessa pequena comunidade, Elias descobria como minorias poderosas controlavam o pensamento coletivo através do domínio desses fluxos de comunicação cotidianos. Não se pode, assim, considerar a fofoca um dispositivo

⁵⁰⁷ Jurgen Habermas, *Mudança estrutural da esfera pública*, 2003, p. 35.

inofensivo, ou a mera exteriorização de um pensamento raso, mas sim a encarnação das estruturas de comportamento que permitem a estabilidade de uma comunidade, na medida em que ela ativa determinados padrões e constrange comportamentos considerados inadequados. No presente caso, e antecipando um tema que será adiante discutido, isso é facilmente perceptível na repulsa dos negociantes portugueses diante do comportamento de D. Domingos, vítima dos comentários depreciativos que remetiam à sua condição aristocrática, o que permite a Hipólito da Costa referir-se ao “mal-estar” causado pelo diplomata na taverna *City of London*. A posse desses canais de fofoca, portanto, caracteriza uma forma sutil de domínio em pequenas comunidades. Norbert Elias assim resume:

A análise [...] da estrutura das fofocas [...] talvez ajude a dar uma ideia mais clara da dinâmica da hierarquização; ela mostra até que ponto as minorias poderosas, funcionando como uma espécie de líderes das fofocas, são capazes de controlar as crenças de uma rede mais ampla de vizinhos e de influenciar a circulação de boatos laudatórios ou depreciativos, bem como os padrões usados...⁵⁰⁸

Elias fornece uma análise do processo comunicacional no que diz respeito ao funcionamento de comunidades com números de participantes mais limitados, e que funciona como metáfora eficaz para a comunicação protagonizada e controlada por grandes líderes.⁵⁰⁹ Em Winston Parva, os mexericos mais influentes, aqueles que dominam o fluxo de comunicação, criam estigmas sobre membros mais novos e indesejáveis, portadores de costumes “perigosos” para a integração da comunidade mais antiga.⁵¹⁰

A sublitteratura que alimentava os vários ataques contra indivíduos de prestígio no Antigo Regime, e que foi, decerto, muito importante para a derrocada do mesmo Antigo Regime, corria por baixo da censura através de diferentes formas, inclusive através da fofoca. Para Robert Darnton, o “item noticioso” que alimentava as conversas, estas de fato importantes para o agendamento dos temas públicos, podia ter sua origem

⁵⁰⁸ Norbert Elias, *Os estabelecidos e os outsiders*, 2000, p. 83.

⁵⁰⁹ Richard Hofstadter lembra, em *The Paranoid Style in American Politics*, como líderes políticos alcançam o público avivando constantemente a ideia da possível desintegração de seu modo de vida pelo choque com o modo de vida do outro: seja o outro maçom, judeu, banqueiro internacional, comunista, etc. Cf. David Riesman, *A multidão solitária*, 1995, p. 10.

⁵¹⁰ “Uma comunidade coesa como a “aldeia” precisava de um fluxo constante de mexericos para manter o moinho em funcionamento. Contava com um sistema complexo de centros de intriga. Depois dos ofícios religiosos na igreja e na capela, das idas aos clubes e aos *pubs*, das peças teatrais e dos concertos, era possível ver e ouvir as rodas do moinho em ação. Podia-se observar como o nível organizacional relativamente alto da “aldeia” facilitava a transmissão dos mexericos boca a boca e permitia que as notícias interessantes se espalhassem pela comunidade com uma velocidade considerável.” Norbert Elias, 2000, p. 121.

em rumores e ser manipulado por mexericos semiprofissionais, encarregados de levar de um salão para outro as “boas novas”. Os salões e cafés certamente serviam de abrigo para as transações desses itens noticiosos e, ali em seu conforto, transformavam-se em material mais perecível através das conversações, para por fim assumir a forma de escritos. Analisando vários casos que circulavam em torno da árvore de Cracóvia, onde em Paris se costumava ir para buscar e levar notícias, Darnton percorreu quatro estágios para a produção de uma notícia referente à vida cortesã:

Primeiro, começou como *mauvais propos*, ou fuxico interno da corte. Segundo, tornou-se um *bruit public*, ou rumor generalizado em Paris, e o texto usa uma expressão forte: ‘a opinião geral do público’. Terceiro, foi incorporado às *nouvelles à la main*, ou folhas escritas de notícias, que circulavam nas províncias, como a de Mme Doublet. Quarto, foi impresso num *libelle*, ou livro de escândalo – neste caso, um best-seller, que teve várias edições e conquistou leitores em toda parte.⁵¹¹

Darnton percebe ainda como a fofoca mal intencionada (*mauvais propos*) pode provocar um verdadeiro mal-estar público, isto é, ganhar repercussão na própria esfera pública, mesmo tendo partido de um muitas vezes desprezível ato de fala:

A coincidência de temas dos *mauvais propos* e dos *libelles* não deveria surpreender, pois falar e ler a respeito de vidas privadas e assuntos públicos eram atividades inseparáveis. Foi uma leitura pública de um *libelle* que desencadeou a conversa sediciosa na loja de perucas. Além disso, os ‘rumores públicos’ alimentavam a feitura dos textos.⁵¹²

Ele acaba por ilustrar, através de exemplos concretos, a importância do esquema de retroalimentação que ocorria entre textos escritos e conversas cotidianas, entre os jornais e a opinião pública. As conversas ocorridas em caráter privado alimentavam os escritos que, por sua vez, intensificavam ainda mais os rumores. A importância dos jornais no agendamento das conversas é reconhecida também pelo fiel escudeiro de Hipólito da Costa, Heliodoro Carneiro, para quem “as conversações são sempre fundadas no que se lê nos jornais”.⁵¹³ Por outro lado, os rumores e fuxicos alimentam as pautas dos jornalistas, como lembra Joaquim Freitas: “A promoção do Intendente de Polícia para Ministro dos Negócios do Reino faz grande bulha e alimenta as conversações de salão e botequins, e não deixa de fornecer matéria aos jornalistas”.⁵¹⁴ Vê-se, nos jornais portugueses, um fluxo constante de informações alimentadas pelo

⁵¹¹ Robert Darnton, 2005, pp. 51-2.

⁵¹² Robert Darnton, 2005, p. 65.

⁵¹³ Heliodoro Carneiro, *Cartas Dirigidas a S. M. El rei D. João VI desde 1817, acerca do estado de Portugal e Brasil, e outros mais documentos escritos*, 1821, p. 2.

⁵¹⁴ *Padre Amaro*, Setembro de 1821, p. 180.

bate-boca cotidiano, que os jornalistas chamam constantemente de rumores. Nesse sentido, o presente capítulo tem como intuito tentar reconstruir alguns destes canais. Para tanto, percorre desde trocas de epístolas, patentes numa República das Letras, até as formas mais primárias de conversação que garantem a estabilidade de pequenos grupos. Em todo o caso, resta fundamental perceber *a importância do jornal como instrumento de formação política, portanto como cardápio para diálogos entre indivíduos que partilham de uma mesma forma de perceber a nação.*

No que concerne mais especificamente ao fluxo de conversas entre os membros do *club* na taverna *City of London*, a escassez da documentação leva mais a perceber e ressaltar os trâmites de ideias na esfera pública, em que os atores buscam se colocar acima dos debates mais acalorados, ressaltando sempre aquelas qualidades letradas da esfera pública. A rede de indivíduos montada em torno da República das Letras exige que se sobreponha o bem coletivo às preferências individuais. Sob a escusa, portanto, de estarem lutando pela pátria, os indivíduos atacam uns aos outros tendo sempre, como pano de fundo, detalhes individuais pescados por mexericos. Para além, contudo, da intrincada questão teórica que busca intercalar o indivíduo à sociedade, será, neste capítulo, possível perceber a amplitude do trânsito de ideias na Ilustração portuguesa, através de uma rede que envolve desde Nápoles, Londres, Paris, Lisboa, Caracas, até o Rio de Janeiro. Trata-se de investigar, da forma mais alargada possível, os fluxos de comunicação cuja ponta de iceberg são os jornais escritos em Londres.

5.1 Fofocas, rumores e escândalos

Vários boatos difundidos contra o Conde de Palmela ressaltavam seus caracteres nocivos contra Portugal e acabaram na sua depreciação pública. Esses meios subterrâneos difundiam informações sobre, principalmente, conspirações contra o rei ou detalhes da vida pessoal dos implicados, conluios formados por parentes ou amigos de longa data. Os fluxos de conversação mais simples, chamados fofocas,⁵¹⁵ podem se

⁵¹⁵ Para as quais encontramos uma excelente definição em Sally Merry, “Rethinking gossip and scandal”, 1984, p. 275: “Gossip is informal, private communication between an individual and a small, selected audience concerning the conduct of absent persons or events. Gossip thrives when the facts are uncertain, neither publicly known nor easily discovered. Gossip generally contains some element of evaluation or interpretation of the event or person, but it may be implicit or unstated” e p. 277: “As gossip becomes more judgmental, it becomes a more powerful statement of social intimacy and trust. This aspect of gossip explains its ability to create and maintain boundaries around exclusive “we” groups. Because gossiping with a socially more distant person about a socially more intimate one risks accusations of disloyalty from the intimate, gossip is inevitably confined to a group and kept from outsiders. Gossip thus becomes a useful idiom for demonstrating relative intimacy and distance and can become a device for manipulating relationships, for forging new intimate ones and discarding old, less attractive ones”.

tornar uma corrente mais forte de crenças e convicções, a que se pode chamar rumor.⁵¹⁶ O rumor pode adquirir ampla repercussão, mobilizando vários setores sociais diferentes no descrédito de um ou outro indivíduo em particular.⁵¹⁷ O papel da fofoca se torna pronunciado em comunidades que buscam reatar os seus laços perdidos, sobretudo aquelas que se encontram no estrangeiro.⁵¹⁸

A “estrutura de fofocas” foi notada por Jason M. Kelly, que estudou detidamente a *Sociedade dos Dilettantes*, na primeira metade do século XVIII, em Londres. As *coffeehouses*, nesse sentido, possuíam um papel fundamental na disseminação de boatos laudatórios e depreciativos. Comprovam-no as várias tentativas da Coroa em proibir a instalação de novas *coffeehouses*, bem como os processos envolvendo indivíduos que deturparam a imagem do rei através de conversas pouco discretas.⁵¹⁹ Kelly sugere que as conversações cotidianas que aconteciam nesses espaços ajudavam a estruturar as identidades coletivas de grupos e afirmar ou derrubar reputações individuais.⁵²⁰ A ideia de que o rumor e a fofoca constituem práticas que dão ao indivíduo a possibilidade de ser *clubável*, quer dizer, participante das práticas e convicções necessárias para pertencer a um *club*, nos permite traçar um sugestivo itinerário com relação ao nosso *club* de portugueses em Londres. Já avistamos a importância da taverna *City of London*

⁵¹⁶ Sobre a distinção entre fofoca e rumor, esclarece Jason Kelly: “[...] there is a difference between gossip—“informal, private communication between an individual and a small, selected audience concerning the conduct of absent persons or events”—and rumor—“unsubstantiated information, true or untrue, that passes by word of mouth, often in wider networks than gossip” [...] Anthropologists have shown that gossip and rumor can function in multiple ways. In the 1960s, Max Gluckman argued that gossip functions to solidify a group’s unity while distinguishing it from other groups. Gossip can monitor group boundaries while *reinforcing social norms*”. Jason Kelly, 2006, p. 763, grifos nossos.

⁵¹⁷ O que se pode intitular mais propriamente de escândalo: “Scandal occurs when gossip is elevated into the public arena, when ‘everyone knows that everyone knows’. It is often precipitated by a public confrontation or by the violation of such a basic norm or tabu that the information about the alleged incident without an accompanying evaluation, because all agree about the meaning of the behavior” (Sally Merry, 1984, p. 275).

⁵¹⁸ Sally Merry, 1984, pp. 290-2.

⁵¹⁹ Como argumenta Brian Cowan, “In the long term, the crown reluctantly learned to live with coffeehouses. No further plans to suppress the coffeehouses outright were vetted at the national level after the failure of the December 1679 privy council proposal and James II was the last monarch to issue a direct royal proclamation prohibiting the dissemination of unauthorized news and political propaganda in the coffee-houses. The post-revolutionary regimes of William and Mary as well as Queen Anne remained deeply concerned with the spread of what they deemed to be ‘seditious libels’ or ‘false news’, and they each issued informal injunctions as well as formal proclamations prohibiting the circulation of such materials, but they did not assert the royal prerogative as a direct means of controlling coffeehouse politics”. Brian Cowan, “The Rise of the Coffeehouse Reconsidered”, 2004 [b], p. 43.

⁵²⁰ “In the ‘clubbable’ world that was eighteenth-century London, individuals’ reputations—and the gossip and rumor that surrounded them—affected their association with the multiple organizations of which they were members. This meant that the reputations and, consequently, the activities of any one club or society—even those with fundamentally different purposes—could be influenced by that of the others. Because of this, gossip and rumor in any sector of one’s life had the possibility of wide-ranging consequences for the ‘associational world’ of eighteenth-century London”. Jason Kelly, “Revelries, and Rumor: Libertinism and Masculine Association in Enlightenment London”, 2006, pp. 762-3.

para a configuração da identidade emigrada e para a manutenção de canais regulares de informação entre os portugueses de ideias *liberais*. Elementos considerados impróprios pelo grupo eram expelidos pela fofoca laudatória que acabava se tornando um *bruit public* ou um *scandal*. Isso pode ter acontecido, por exemplo, durante a saída de D. Domingos do *Club* em Londres, que, como vimos, causou bastante mal-estar e permitiu a Hipólito atribuir, publicamente, a inanição do *club* à própria presença de D. Domingos. Por outro lado, a fofoca e o rumor, ao se inserirem dentro da narrativa cotidiana na qual os indivíduos tomam parte, ajudam a preservar estruturas sociais e facilitam a manutenção das características do grupo, funcionando como um elemento essencialmente conservador.⁵²¹ É provável que, nesta altura, repitamos alguns dos argumentos e temas abordados no primeiro e segundo capítulos. O enfoque, contudo, é outro. Trata-se não de explorar o espaço, mas a comunicação que o percorre. A diferença é sensível: o espaço da taverna e o tempo da fofoca estão entrelaçados.

O que primeiro cabe observar é que os jornais relutam ativamente em inserir dados que consideram inverossímeis. Hipólito da Costa reconhece que a função da imprensa é justamente refutar o comentário negativo que corre pelos subterrâneos, contra o qual as pessoas não têm a possibilidade de contra-argumentar. Daí ele repousar no “documento oficial” como uma fonte de notícias que retrata com fidelidade determinado momento de importância histórica, enquanto o boato e o rumor nada revelariam por si mesmos. Ele acrescenta que o rumor só pode ser coibido pela vontade franca de os governos promoverem a liberdade de impressão, possibilitando assim que qualquer um entre na arena de interação social produzindo os seus argumentos:

⁵²¹ Como revela Jason Kelly, “with the functionalists, I recognize that gossip and rumor can, and often do, function to preserve social structures— although not necessarily rigid ones. In fact, as the case studies [...] reveal, gossip and rumor, as modes of communication, fed into tensions over social status and gender ideals, providing participants with a discursive space to struggle for meaning. Earlier anthropologies have suggested that the rituals of gossip and rumor preserve normative social values. However, while participants in the ritual of gossip (both actors and audience) assume that their rhetorical positions reflect the normative standards of the society in which they operate, they usually ignore the variety and complexity of social norms, relationships, and practices. But the disjunction between their multiple rhetorical positions often leads to tensions and even moments of crisis”. Jason Kelly, 2006, p. 765. “Alternatively, important evidence for gossip and rumor can be found in eighteenth-century print culture. Symbols, allusions, and tropes were part of a complex discursive world in which author, printer, and reader collaboratively created meaning, and the assumptions made by authors and printers in the eighteenth century often point to the “common knowledge” of a document’s readership. As demonstrated in the work of Hannah Barker and Bob Harris, despite the bribing/patronage of editors and authors by politicians, the print world of midcentury London catered to a market of savvy consumers who wielded influence over the content of print productions. Thus, historians can read the world of print for popular knowledge—left overtly in gossip columns or subversively through innuendo, assumptions, or symbols. *The world of print was an important territory for the fashioning, reproduction, and transformation of gossip and rumor*”. p. 766, grifos nossos.

enquanto o rumor anda como escondido e passando ao ouvido, não tem aquele, que é vítima dele, meios de o refutar; e aparecendo impresso, pode achar-se em forma não vaga, mas definida e certa, e assim pode o lesado refutá-lo com precisão, ou requerer o castigo do caluniador, se o insulto valer a pena desse procedimento.⁵²²

No entanto, tão logo as coisas esquentam no tabuleiro de jogos, os escritores se veem impelidos pela necessidade de plantar informações negativas sobre os seus adversários.⁵²³ A busca pela verdade, aspecto insubstituível do *virtù* jornalístico, é deixada de lado pela faina de auxiliar elementos próximos e afastar inimigos. Evidentemente essa tarefa é, na maior parte dos casos, destinada para a seção “correspondência”, onde os impropérios podem correr com maior liberdade. A entrada de Joaquim de Freitas em cena reacende o círculo de insultos que foi aberto com a iniciativa de Hipólito da Costa contra D. Domingos de Sousa Coutinho. Agora, o *Padre Amaro* se dispõe a defender um elemento relativamente recente em Londres, o Conde de Palmela, para tanto investindo contra as associações perversas de Hipólito da Costa com o Comendador de Sodré. Ele atribui aos dois, juntamente com Heliodoro Carneiro, as informações negativas publicamente plantadas contra o Conde, inclusive as *Pièces Politiques* lançadas em Paris:

as intrigas do célebre triunvirato, que profana no excesso de sua feroz demência os nomes mais ilustres, e não tem pejo de lançar seu veneno sobre a inocência humilde que geme na vida privada sempre com os olhos fitos na Real Clemência que tem restituído já à grande família alguns dos filhos, que dela separarão as calamidades do tempo [...] A generosa nação portuguesa se envergonha de reconhecer por filhos esses autores da infâmia e da calúnia que tanto nas *pieces politiques*, como nas cartas que inseriu o *Correio Braziliense*, só respiram baixaza, servidão, ideias anti-liberais e até mesmo! Ó vergonha! O sórdido desejo de vender a pátria a alguma intriga estrangeira.⁵²⁴

Segundo o parecer de Freitas, pode-se reconhecer nestas *Pièces Politiques* o *libelle* de que fala Darnton, resultado direto da *mauvais propos* agenciada por Heliodoro e o Comendador Sodré, ambos em Paris, apesar da autoria declarada de Bosquet-Deschamps. Depois de tornada um *bruit public* contra o marquês de Marialva, foi

⁵²² *Correio Braziliense*. Vol XXII, p. 317. E “os Redatores nem tem tempo de averiguar a exatidão dos fatos, que o rumor e os boatos dão por verdadeiros; nem podem dispor as novidades que referem, em alguma distinta classificação, que ajude o Leitor em suas indagações dos fatos históricos de que se deseja instruir” (V.IX, p. 730).

⁵²³ Já ao nível da fofoca, observa Sally Merry: “[...] gossip serves as a means of political competition and rivalry within smaller friendship groups. Disputes are commonly accompanied by malicious gossip as each side attempts to place its own behavior in the most flattering light and its rival in the least favorable position. It can undermine the credibility of leaders and those aspiring to power”. 1984, p. 291.

⁵²⁴ *Padre Amaro*, Julho de 1820, pp. 95-6.

eternizada na forma escrita. Como a maior parte dos *bruit publics*, este acusa uma conspiração contra os valores mais estáveis da comunidade política, encarnados na figura do rei. As *Pièces Politiques* são um singelo opúsculo de 18 laudas em que se questiona a sucessão ao trono português pela Casa de Lafões e Cadaval, à qual se encontra ligado o Marquês de Marialva. Segundo o escritor, o Marquês é “intimement lié avec M. de F.*** l’un des secretaries de la régence de Portugal. On croit que ce dernier est ici le premier moteur du projet dont je vous parle, projet dont l’opinion et le *bruit public* paraissent appuyer la réussite”.⁵²⁵ As *Pièces* acusam Marialva de permanecer em Paris, ao invés de ir para o Brasil, para poder melhor manejar estes esquemas sucessórios. Muito provavelmente seu objetivo é colocar fogo na palha e desacreditar Marialva. O *Braziliano Estabelecido em Londres*, Palmela, anuncia nos jornais ingleses que fará busca para descobrir o autor do libelo. E, em carta ao *Correio Braziliense*, *hum portuguez velho* escarnece da investida do Embaixador contra os moinhos de vento e corrige: “depois do que o autor aqui confessa, o resto são inconseqüências e não libelos: libelo se poderia sim chamar contra o Secretário do Governo de Portugal e os supostos sócios”.⁵²⁶

A entrada em cena do *Padre Amaro* acontece pouco antes de estourar a Revolução do Porto. De uma hora para outra, não manifestar abertamente tendências liberais podia ser considerado perigoso. O estigma, ou a característica negativa a ser evitada, era a *corcunda*. Freitas, através de correspondência que anexou em seu jornal, foi questionado por José Liberato por não ter se colocado prontamente a favor da revolução.⁵²⁷ E, usando a ironia, questiona uma a uma as posições políticas do autor do *Campeão*, chamando-lhe *Asmodeu* por ter ficado tanto tempo escondido na botija. Além disso, sugere o iberismo de Liberato, hipótese também acalentada por Hipólito da Costa, e menciona dados particulares de sua vida, bem como o seu *contentamento afetado nos salões*:

Já que tocamos neste particular (seja dito de passagem e fique entre nós o segredo), que o tal generoso amigo anda agora mui ufano, dando-se ares e tomares de ter sido a mola real da presente revolução, sendo certo que ela lhe saiu toda no sentido oposto às suas

⁵²⁵ Bousquet- Deschamps, *Pièces Politiques*, 1820, p. 18, grifos nossos. Seria M. de F. o Miguel de Forjaz?

⁵²⁶ *Correio Braziliense*, Julho de 1820, p. 103. O efêmero *Navalha de Figaró ou a Palmatória de Padre Mestre Ignácio*, sedizente um “jornal político”, de que se encontram três edições de 1821 na Biblioteca Nacional... Nele “destaca-se uma série de alusões irônicas e boatos muito contundentes contra os liberais mais populares” (Fernando Catroga, s/d, p. 229).

⁵²⁷ *Padre Amaro*, Outubro de 1820, p. 220.

doutrinas políticas e morais, o que sem dúvida lhe está roendo a alma, apesar do *contentamento afetado que manifesta nos salões*.⁵²⁸

Através dessas insinuações as posições de crítica entre situação e oposição parecem se inverter, sobretudo com o pioneirismo de Joaquim de Freitas e a volta em cena de José Anselmo Correia Henriques: os *ultraliberais* é que estão inflados como balões e podem se esvaziar com uma picadela. Cria-se, lentamente, o estigma que vai degenerar, a partir de 1823, na Abrilada. E tudo começa a partir de alusões individuais, como as que acima denunciam o *contentamento afetado* de um José Liberato, a desfilar graças ultraliberais nos salões.

Freitas compara ainda *O Campeão* de José Liberato com a cidade de Lisboa, onde tudo se começa e nada se termina, nunca deixando de ressaltar o caráter intriguista do jornalista. Liberato “exerce vinganças”, “desacredita famílias”, “verte veneno sobre as cinzas dos mortos”, tudo pelo fato de o autor de *O Campeão* ter se colocado prontamente a favor da revolução.⁵²⁹ Freitas é o último dissidente e, em virtude disso, tem contra si a voz majoritária da comunidade emigrada. Começam então provocações que serão a marca registrada do *Padre Amaro*: a acusação do mercenarismo dos outros redatores de periódicos, a se somar ao ultraliberalismo que fazem questão de demonstrar na condição de precursores da Revolução Liberal. Estas acusações são, em boa parte dos casos, implausíveis, para não dizer boatos publicados nos jornais. A primeira das vítimas é José Liberato. O oportunista Liberato, com quem Freitas passeou em Paris em 1819, agora se juntou com o primeiro ricoço de Lisboa que se colocou em favor da Revolução. Assim diz Freitas:

*Se me chamassem para deputado nas Cortes talvez que me decidisse a aceitar: contaram-me que dissera o Mandão periodista ajuntando ao dito um desdenhoso trejeito para sinalar a sua modéstia; e isto sabendo ele que se acham em Londres portugueses ricos, honrados e amantes de sua pátria, aos quais com todo o acerto competiria chamar não só para levarem ali seus cabedais, mas também para concorrerem por suas luzes e experiência ao restabelecimento do comércio.*⁵³⁰

A subvenção que insinua Freitas diz respeito ao auxílio pecuniário proveniente de Custódio Pereira de Carvalho. Evidentemente, aqui, o *contaram-me* é o mais importante para denegrir a imagem do adversário e assegurar a idoneidade das opiniões pessoais. Mais do que insinuar fontes de financiamento, infamar o adversário implica

⁵²⁸ *Padre Amaro*, outubro de 1820, p. 229, grifos nossos.

⁵²⁹ *Padre Amaro*, outubro de 1820, p. 229.

⁵³⁰ *Padre Amaro*, outubro de 1820, p. 230, grifos do autor.

achincalhar os seus aspectos físicos, sua vida amorosa, sua incompetência profissional, não raro atribuindo-lhe a prática do homossexualismo. Ora, vimos noutra ocasião como Hipólito insinua o relacionamento homossexual de D. Domingos com os redatores do *Investigador*.⁵³¹ Ele próprio é casado com Mary Ann-Bates e se autoproclama portador de uma vida regular, dentro da qual possui três filhos, ainda que um deles seja bastardo. E, é lógico pensar, essa regularidade afasta o indivíduo do fluxo de fofocas. Se levarmos em conta os maiores alvos: D. Domingos, Joaquim de Freitas e Rocha Loureiro, perceberemos que são todos *solteirões*. Sua suscetibilidade à troca de farpas é maior. Logo a fofoca os atinge e repercute de forma mais visível nos jornais. A ação dos mexericos geralmente incide sob aspectos menos racionáveis da realidade, sobre atitudes que diferem, de forma primária, dos gestos considerados aceitáveis. No caso de Joaquim de Freitas, frade saído da Ilha da Madeira sob condições consideradas suspeitas, sua vida se tornou um prato cheio. Conforme crescia o prestígio do escritor crescia também a especulação sobre a sua vida pessoal. Antes de se passar um ano do início da redação do *Padre Amaro*, o *Correio Braziliense* anexou a carta do *Genealogista*:

É o tal Padre natural da Ilha da Madeira; residiu por algum tempo em Lisboa, de onde fugiu perseguido por causa da Maçonaria: foi para a França, onde serviu de Ajudante de Caillé, o qual se achava encarregado por Bonaparte de saber e espiar o que se passava na casa do rei Carlos IV. Deitado fora desta ajudância [sic], foi para Madri buscar fortuna, onde armou várias lojas da Maçonaria, das quais se fez hábil tesoureiro, *porque nunca ninguém mais soube do que veio ser dos fundos. Apesar de ser Padre, casou-se o Padre Amaro naquela cidade, em segredo, e com justificações falsas*, com a amiga de Torre Fresno, e abalou dali para ir ser guarda-armazém do Exército Francês contra Portugal, quando o Coronel Freire lhe tirou a mulher em Torres Novas, justificando-se que o tal Amaro era Cura, como juraram alguns dos oficiais portugueses, que então se achavam no mesmo Exército; deste, e sem mulher, foi para Toulouse, *onde enganou todo o mundo*, ficou ali devendo mais de oitenta mil francos; e em Pó recebeu 25 luízes para comprar certas decorações para a loja maçônica, mas desapareceu com o dinheiro, e ainda estão ali esperando pelo Venerável. Depois em Paris se naturalizou Francês, em 1819, abjurando a Pátria, e como Francês solicitou e obteve uma patente de Livreiro, tendo contudo alugado a loja em nome de um Mr. Ducos, *para assim melhor defraudar*, como fez, os credores: fugiu por fim das garras destes e é hoje em Londres o Padre Amaro, *periodista a soldo de Exmo. Sr. Comendador de Guerreiro*.⁵³²

A carta acusa Freitas de falsário, ladrão, fraudador e mulherengo e, por fim, apaniguado do Comendador de Guerreiro, considerado braço direito do Conde de Palmela. A grande quantidade de dados disponíveis sobre a vida de Freitas, sobretudo

⁵³¹ Luís Francisco Munaro, *Aquela terra longínqua e sossegada*, 2009.

⁵³² *Correio Braziliense*, Novembro de 1820, pp. 593-4, grifos nossos.

de sua passagem em Paris, leva-nos a pensar que o informante era o mexerico Heliodoro Carneiro ou o Comendador de Sodré, aliados de Hipólito no dissídio que se encontravam na França em 1819. Adiante, Freitas os chamará de Triunvirato Inquisitorial, dadas as tentativas de persegui-lo movidas pelos três. As intrigas internacionais, nesse caso, tornam mais lícito falar numa República da Fofoca do que República das Letras.

Joaquim de Freitas, por outro lado, não demora a responder o *Hércules com orelhas de Asno*. Ele atribui a redação da carta no *Correio Braziliense* ao Comendador de Sodré, seu inimigo pessoal em Paris. Sem papas na língua, Freitas discorre longamente sobre a vida amorosa de Heliodoro Carneiro e o Comendador de Sodré. O imenso anedotário de fofocas remonta ao círculo da condessa de Oyenhausem em Londres e vai até as aventuras dos diplomatas na França. Ao que tudo indica, os círculos palacianos parecem concentrar boa parte das informações vertidas em fofocas, sobretudo se seguirmos nas conclusões principiadas por Robert Darnton. Assim diz Freitas:

Este [Heliodoro] sendo introduzido no interior de uma família nobre e respeitável (da qual nem digno era de ser porteiro ou suíço) a título de aplicar medicamentos, a senhora velha [Condessa de Oyenhausem], foi-se aplicando a seduzir a senhora-moça; matrimoniou com ela, e pouco tempo depois a deixou morrer de miséria e desesperação, chegando a tal extremo a sua perversidade que, depois da morte da esposa, assim sacrificada, em vez de regar com lágrimas de arrependimento as suas cinzas, andava aqui em Londres procurando ama de cria, que não só cuidasse em criar a infeliz órfã, mas também servisse de acender uma Candeia pela alma da defunta. Com estas prendas andou ele em cata de uma por esta terra, onde há tantas, e a encomendou a um negociante Português [Antonio Martins Pedra?], honrado e respeitável, que ainda hoje de horrorizado levanta os ombros acima da cabeça; quando se lembra da encomenda do animal *Lanzudo*.⁵³³

Heliodoro é, assim, um fanfarrão: os discursos sobre ele estão atravessados por alusões às suas formas dúbias de conduta moral. Como já afirmamos, Heliodoro casou com uma das filhas da Condessa de Oyenhausem quando estava em Londres. Tão logo se tornou viúvo, sob condições suspeitas, matrimoniou-se com um elemento do clã Carneiro Leão, muito provavelmente sob a influência de Antonio Martins Pedra, cuja filha era casada com Fernando Carneiro Leão. Os matrimônios e aventuras amorosas tornam-se, nessa medida, os ingredientes preferidos para se colocar sob suspeita a idoneidade de um ou outro indivíduo. E isso acontece de ambos os lados: independente do grau de liberalidade que afasta os ultraliberais dos *corcundas*, as acusações contra

⁵³³ *Padre Amaro*, Dezembro de 1820, p. 480-1.

um e outro são de mercenarismo e reprochável conduta doméstica. Sobre o Comendador de Sodré, Freitas acrescenta mesmo alguns detalhes sórdidos nessa excelente passagem:

quadrúpede de diferente espécie, sendo casado em Lisboa com uma Senhora de muita honra e virtude, que o tirou da miséria e abandono em que estava; porque apesar de ser Morgado, se achava abandonado dos seus, e com uma maldição às costas, por ter acariciado as faces de seu honrado e venerável pai de uma maneira pouco conforme à natureza, à religião, e à moral'; recebeu uma comenda, uma alcaidaria mor, e outras *pechinchas* em prêmio de serviços mui particulares; tirou-se de maus cuidados e veio para a França fazer um curso de *Diplomacia-amorosa* dando-se por solteiro, bonito, rico e Cavalheiro, prendas às quais não há *mademoselle* de 17 anos que possa resistir, e até as *mammans* quinquagenárias faz vir água à boca.⁵³⁴

A forma do Comendador de Sodré acariciar a face do seu próprio pai nos lembra uma agressão, ainda que possa ser lida também como um incesto. Não se pode separar essa assertiva de uma fofoca impunemente tramada, quer dizer, tramada no calor do momento em que denegrir a imagem do adversário era aquilo que mais importava. Ainda que Sodré fosse um praticante de atos domésticos abjetos, é improvável que Freitas pudesse dispor de dados seguros sobre isso. Ademais, a circulação constante de Sodré pela França, Inglaterra e Portugal diria respeito, segundo Freitas, não ao seu agenciamento diplomático, mas sim às suas aventuras amorosas que terminavam por fazer vir água à boca das *mammans quinquagenárias*.

Assim, não havia limites para inventar dados sobre os inimigos políticos, arrancando-lhes prestígio. E Freitas é o melhor entre os emigrados para tecer caricaturas. Na edição de Julho de 1821, o jornalista lembra o rosto de Bernardo da Rocha Loureiro, do qual penderiam grande e exagerados lábios, aqui chamados de beijo. Sucessivamente, o jornalista usa a imagem do beijo para ridicularizar Loureiro. Para atestar o fundo de veracidade dessa caricatura – ela não teria sucesso se fosse completamente despida de verdade – podemos ver na imagem abaixo o *beijo grande* do autor do *Português*.

⁵³⁴ *Padre Amaro*, Dezembro de 1820, p. 481.



FIGURA 10: Bernardo da Rocha Loureiro

Para conferir maior teor dramático ao seu insulto, criando uma imagem mental na cabeça do leitor, Freitas recorre à metáfora do *anão da tia Paca*. A *tia Paca* a que se refere Freitas é o protetor de Rocha Loureiro, que pode ser José da Costa Simas. O *anão* é, evidentemente, Loureiro. Freitas sugere que o *anão* ficou verborrágico demais depois do término do *Espelho*, quando se limitava a *espelhar* Hipólito da Costa. Essa verborragia, vestida de costumes liberais, não escondia nada senão um corpo esquelético, quer dizer, ideias simplesmente anêmicas. O linguajar de Loureiro, contudo, rendeu-lhe grande fama e poder, de forma que, já no *Português*, tornou-se figura respeitada pelos *ultraliberais*, adquirindo até mesmo o posto de adido da Embaixada Portuguesa na Espanha. Mas os sustos que pregava a cara apavorante do *anão*, segundo Freitas, eram apenas embustes destinados a tirar dinheiro aos crédulos:

apesar da fama gigantesca, ele não tinha nada de gigante senão a cara e um tom de voz grosso e horrendo; que a ouvir tal voz e ver tal cara, julgar-se-ia que os demais membros eram, pelo menos, semelhantes aos de *Micromegas*; mas não era assim; porque seus braços eram como os de uma rã recém nascida, as suas pernas como as de um velho sapo, e das outras partes nada havia digno de fama, exceto a pança que era famosíssima.⁵³⁵

A tática de Freitas de insultar os aspectos físicos do interlocutor é recorrente nos *insultos impressos* às vésperas da independência do Brasil, como lembra Isabel Lustosa.⁵³⁶ A vítima mais constante, na ocasião, era o velho Visconde de Cairu que, além de velho, esquecia de colocar as meias ou as colocava no lugar da gravata. Essas metáforas, evidentemente, lembram o aspecto físico do indivíduo envolvido: no caso de Loureiro, não se pode desprezar sua fisionomia, onde o *grande beijo* era o que havia de

⁵³⁵ *Padre Amaro*, Julho de 1821, p. 32.

⁵³⁶ Isabel Lustosa, *Insultos Impressos*, 2000.

mais saliente. E para comprovar a hipótese de Freitas, José Anselmo Correia Henriques escreveu em 1823, em seu *Congresso Abolido*:

Cortes de impostores e calúnias!
Ouvi os sábios dos anais das letras,
Pato Moniz, Antunes e Bernardes [Bernardo],
Por alcunha Loureiro, beijo grande,
Com almoremas dobles na bocarra,
Capazes de empestear as mesmas Cortes,
Se veneno não fosse anti-veneno.
Ei-lo que vem de Londres chocar frases,
Feito coveiro de palavras velhas.⁵³⁷

A estória do *anão da Tia Paca* contém vários elementos de fofoca, insinuando características que Loureiro teria em seu comportamento privado. Freitas utiliza esses recursos em vários momentos. Insinua-os mesmo, tanto a partir de metáforas, como a partir de diálogos em que os personagens são seus próprios rivais. Para atingir Hipólito da Costa, por exemplo, o redator do *Padre Amaro* recorre ao cãozinho *Bacalhau*, que seria o subserviente jornalista disposto a fazer a defesa de quem mais lhe lançasse migalhas. O principal argumento de Freitas contra o *Correio Braziliense* são as várias fontes de financiamento através das quais teria circulado Hipólito da Costa. Freitas recorda a ajuda que Hipólito teve de Liberato para fugir da prisão do Limoeiro, informação dada, à época, pelo próprio Liberato. E, adiante, lembra a ingratidão do primeiro, que simplesmente esqueceu a ajuda recebida tão logo Liberato se viu “desgarrado” e “proscrito”:

Anda cá moleque, tu não estivestes homisiado três vezes na casa do redator do Campeão, expondo-se ele a muitos perigos para te livrar da *nau de viagem*, ou das *fogueiras* (que tu agora desejas acender para assar outros). Não te sustentou ele durante todo esse tempo? Não te deu boa porção de dinheiro? E por fim não concorreu com muita eficácia, para o teu *escapatório*? – *Non mi ricordo!* – Anda cá e põe-te a jeito: responde em cheio – Parece-me que alguma coisa fez por mim, e algum dinheiro recebi dele de *presente* – E então como és tão ingrato e desumano, que olhando esse mesmo teu *generoso bem feitor* chegou aqui a Londres, mais injustamente perseguido do que tu, não só não fizeste caso nenhum dele, mas até foste seu maior inimigo, e *seu caluniador acérrimo*? – *Nó que senão pode des(?)ar corta-se*. – E que pretender dizer com isso? – Que o desprezei em Londres, porque não precisava dele, e como o vi desgarrado e proscrito, temia que ele pudesse carecer de mim e cortei amizade.⁵³⁸

O Mestre Ignácio também usa a figura do Cãozinho Bacalhau para se referir a Hipólito, acusando-o de “*Correio dos matos do Brasil*, descendente de animais das

⁵³⁷ José Anselmo Correia, *O Charlatanismo ou o Congresso Abolido*, 1824, p. 46, grifos nossos.

⁵³⁸ *Padre Amaro*, Dezembro de 1821, p. 441, grifos do autor.

brenhas, e animal mais irracional de que tu és; porque tendo direito de ter senso comum, depois de se classificar entre os homens, anda em leilão o seu senso a quem mais dá, como trastes velhos em Casa confiscada”.⁵³⁹ Além de associado aos *matos* do Brasil e ao comércio de escravos, Hipólito da Costa é visto como uma má influência sobre Antonio Martins Pedra, retratado caricaturalmente como um *padecente*:

Padre Ignacio – Que ofício tem?

Padecente – Sou negociante.

Padre Ignacio – Por que se mete em políticas?

Padecente – Porque é moda; e mostro nisso o meu talento; dou a conhecer que tive estudos; que sei avaliar as coisas que se tratam nos Gabinetes e de que petisco em Direito Público.

Padre Ignacio – O que é Direito Público?

Padecente – É tudo o que diz *O Português* e o *Correio Braziliense*, seja ou não verdade.

Padre Ignacio – Dê cá a mão. Zas! Traz! *O Português* e o *Correio Braziliense* não sabem nada de direito público e nunca falam a verdade no que dizem e escrevem, e se o fazem é por engano.⁵⁴⁰

Ainda conversando com Pedra, o Mestre Ignácio afirma, sugerindo o patrocínio obscuro recebido pelo autor do *Correio Braziliense*:

Vossa mercê não é quem persuadiu o redator de certo jornal, que era pago pela Polícia do Brasil, às instâncias do Doutor Marra Tolo [Heliodoro Carneiro], filhote de Coimbra, e médico diplomático de produções que ninguém entende senão ele? Deste moderno Doutor Sangrado em Medicina, como ignorante em Política, a quem Vossa Mercê aconselhou de ser alfaiate da moda, e virar a casaca a quem mais dinheiro lhe desse por louvar aquilo que anteriormente tinha desaprovado?⁵⁴¹

O jornal *Navalha de Figaró* durou apenas três números. “Mestre Ignácio”, o autor fictício do jornal, associa Manuel Borges Carneiro, um dos principais artífices da Revolução Liberal, a João Bernardo da Rocha Loureiro, com quem, além da afinidade das ideias liberais, teria sido freqüentador do Café do Niccolo, um dos espaços de treinamento dos “revolucionários” em Portugal. No que concerne ao eloqüente Manuel Borges Carneiro, Mestre Ignácio acrescenta mais um detalhe pouco podendo, remetendo o leitor para o genital do parlamentar: “Tudo quanto se diz desta inocente criatura são imposturas; este patriota, com p** pequeno, é manso como um borrego”.⁵⁴²

Ainda sobre Hipólito da Costa, um dos elementos preferidos dos fofoqueiros são suas ligações econômicas obscuras, já que o jornalista possui uma vida doméstica e

⁵³⁹ *Navalha de Figaró*, 1821, p. 42.

⁵⁴⁰ *Navalha de Figaró*, 1821, p. 116.

⁵⁴¹ p. 119.

⁵⁴² *Navalha de Figaró*, 1821, p. 29.

social regular. Além da associação com Antonio Martins Pedra e Paulo Fernandes Viana, Hipólito teria se correspondido regularmente com o Comendador de Sodré, o conspirador acusado de escrever as *Pièces Politiques*. Joaquim de Freitas afirma que o tal Comendador procurou-o buscando comprara sua pena, para que se efetuassem ataques contra membros da diplomacia portuguesa. Sodré se transformou assim no arquiteto do partido *ultraliberal* em Paris e Londres, buscando agenciar elementos irrequietos seduzindo-lhes com dinheiro. E, assim o fazendo, acaba por esclarecer a necessidade do circuito de fofocas para manter indivíduos indesejados afastados. Segundo Freitas, Sodré lhe forneceu vários dados sobre a credulidade do rei e da necessidade de manipulá-lo através de informações plantadas nos jornais:

*Na Corte do Rio de Janeiro, dizia ele [Sodré], crê-se tudo em que lá chega em letra redonda; bem entendido, não se dizendo mal do rei nem daqueles que tem as pastas dos diferentes ministérios, sobretudo da Polícia. Os que andam cá por fora bem o sabem; ora, por muito devagar que se lhes toque neste teclado, o som os há de despertar e aterrar por tal modo, que se hão de ver precisados a capitular conosco; e, eis o diplomata feito em Midas. Tudo o que ele converter em ouro com este contato tiradas as despesas da impressão, ficará sendo propriedade do Editor; porque eu só quero para mim a restituição dos meus bens, comendas e empregos e uma corda para enforcar Salter, Miguel Forjaz, D. Pedro Sevalhos.*⁵⁴³

Assim, é de conhecimento público que a Corte lê ativamente os jornais em língua portuguesa e pode ser levada a acreditar, de forma acrítica, no conteúdo plantado neles. Dessa forma, a inserção de dados, ainda que inverossímeis, sobre inimigos políticos, parece tentadora. Contudo, Freitas confessa-se aborrecido com o longo circuito de ofensas e intrigas políticas. Ele anuncia sua decepção na condição de escritor público, nunca imaginando ter que se envolver de forma tão intensa com *boatos infames e cabalas nos salões*, para reutilizar a expressão de D. Domingos:

o que supúnhamos ser uma das principais virtudes de qualquer escritor, há sido aos olhos dos ultras um vício abominável, e aos olhos dos entusiastas uma fraqueza extrema, ou uma complacência criminosa. Aguçaram-se as línguas, excitaram-se as cabalas nos salões, espalharam-se boatos infames, despidos de toda a probabilidade e até do senso comum.⁵⁴⁴

Os *ultras* a que alude Freitas são os *ultraliberals*, partido agremiado na *City of London* que, através de suas cabalas agitariam negativamente todo o mundo português. Pode-se dizer, a partir destes esquemas que temos tentado esboçar, que a transformação

⁵⁴³ *Padre Amaro*, Dezembro de 1820, p. 481, grifos nossos.

⁵⁴⁴ *Padre Amaro*, Dezembro de 1820, p. 497.

do boato em rumor generalizado começa a partir de informações transmitidas oralmente até evoluir em senso comum dentro de um determinado grupo. A exteriorização de uma ideia relativamente agressiva contra um terceiro pressupõe que haja, no seio do grupo mais íntimo, algum grau de aceitação e respaldo.⁵⁴⁵ Não se diz, por exemplo, que o Comendador de Sodré é um fanfarrão sem que haja pleno convencimento disso a partir de informações disponibilizadas pelo grupo de pares mais próximos. Do contrário, seria apenas loucura individual ou má-fé. A fofoca não é um dispositivo que brota de forma simplesmente sórdida: ela é dialogada a partir dos preconceitos e julgamentos de valor alimentados no seio de um grupo mais reservado. Assim, dois grupos que fornecem pautas para fofocas podem ser discernidos: o dos *ultras* e o dos *corcundas*, curiosamente, plantando sempre informações similares contra seus adversários: ou são vendidos ou são promíscuos.

A maioria dos rumores diz respeito ao descompromisso de determinados indivíduos com o progresso de sua pátria, o que redundava, na prática, no crime de traição. Assim, durante a realização das cortes de Lisboa, a partir de 1821, vários indivíduos são acusados do crime de lesa-majestade, ou de manifestarem interesses contrários aos ideais patrióticos. As associações de ministros em Paris e, por outro lado, no Rio de Janeiro, concentram boa parte da produção de rumores. “Correspondentes” costumam informar a respeito das *conspirações* que visam subjugar a pátria a interesses estrangeiros. E, como a Revolução Liberal do Porto catalisa, nesse momento, o esforço dos escritores públicos, tudo o que incorra no sentido de mitigar os seus sucessos é logo colocado para fora de forma depreciativa.

O encontro de ministros no Rio de Janeiro é outro pólo produtor de pautas jornalísticas. Boa parte delas extraídas de rumores e boatos laudatórios. Os indivíduos que cercam o rei, sobretudo Thomás Antonio Villa-Nova e o Conde dos Arcos, segundo Hipólito da Costa, sussurram no ouvido do soberano ideias maliciosas. O Conde dos Arcos é primo do Marquês de Marialva e amigo do conde de Palmela. Essas amizades e parentescos suspeitos são utilizados por Hipólito para dar maior teor dramático ao boato. Outras associações de homens já utilizadas por Hipólito são o triunvirato dos irmãos Coutinho e o homossexualismo de D. Domingos com seus protegidos em

⁵⁴⁵ Esse respaldo é entendido como o grau de coesão de determinada comunidade. Dividir informações sobre um indivíduo pressupõe que haja conhecimento prévio sobre ele. Assim, pode-se presumir que o escândalo, se não é necessariamente esperado, é procurado pelos elementos do grupo contra um terceiro que, mormente, está fora dele. É o que se espera dos dois diplomatas portugueses, D. Domingos e Palmela, contra os quais há busca ativa de elementos negativos pelos mexericos da comunidade mais antiga e coesa em Londres.

Londres. No corpo do *Correio*, antes de haver a dispersão do conteúdo laudatório, seu autor assinala o caráter impreciso do rumor, mas nem isso o impede de fazer circular a informação contra seus inimigos políticos:

Em Londres se tem publicado várias notícias, chegadas do Brasil, e com datas posteriores à recepção das novas da revolução de Portugal, naquele país. Não desejamos fazer-nos cargo de *rumores, cuja autenticidade não vem assegurada*; mas há um de tal importância, que julgamos importante mencioná-lo. Refere-se que, chegando ao Rio de Janeiro as primeiras notícias da Revolução no Porto, chamara o Rei a Conselho seus Ministros, para deliberar sobre o que se devia obrar: assevera-se mais, que nesse conselho votaram em sentido oposto os Secretários de Estado Conde dos Arcos e Thomás Antonio Villa-Nova Portugal: *sendo este de opinião que se tomassem medidas para rebater e aniquilar os revolucionários*; e o conde, que se atendesse ao desejo dos povos.⁵⁴⁶

A ideia é forte. O todo-poderoso ministro de D. João queria um banho de sangue. De uma forma geral, os ministros, através de conluios dia a dia manietados junto ao rei, tentariam dissuadi-lo de praticar o bem dos povos. A argumentação se torna tão recorrente quanto cansativa. *A fofoca de cúpula, que circula entre os membros mais ilustres da sociedade luso-brasileira, torna-se ela mesma opinião pública*. Dada a restrição do tamanho da comunidade, o boato lançado num ponto da rede alcança rapidamente o outro ponto. Pode-se aventar mesmo a ideia de que os jornais apenas catalisam ideias que circulam amplamente no bate-boca cotidiano. A ideia da interseção entre opinião pública e fofoca foi mencionada por Pitt-Rivers em seu estudo sobre uma pequena comunidade espanhola.⁵⁴⁷ Na ocasião, o autor percebeu que qualquer evento era considerado propriedade pública e, tão logo um indivíduo se afastava do convívio do grupo, corria o risco de ser satirizado e perder o controle sobre a manipulação de sua própria imagem. O medo de sofrer essa sátira fazia com que as pessoas buscassem constantemente a proximidade umas das outras, adequando-se àquilo que era considerado próprio para a pertença ao grupo.⁵⁴⁸

No caso de uma comunidade de maior amplitude, a sátira – ou simplesmente a negatização – poderia ter visibilidade nos jornais, que se faziam porta-vozes da comunidade mais próxima. Hipólito da Costa, por exemplo, sendo porta-voz dessas ideias cuja circulação é imprecisa, ajuda a descortinar o trânsito da informação: sabe-se, em primeiro lugar, que o Conde de Palmela está no Rio de Janeiro. O presságio não é bom. Por certo, a influência de um *outsider*, um sujeito estranho ao circuito exclusivo

⁵⁴⁶ *Correio Braziliense*, V. XXVI, Janeiro de 1821, pp. 60- 1, grifos nossos.

⁵⁴⁷ Apud Sally Merry, 1984, p. 271.

⁵⁴⁸ Pitt-Rivers, *The people of the Sierra*, 1971, p. 31.

do *Club* dos portugueses em Londres, só pode ser negativa. E a negatização atinge rapidamente toda a rede: a distância de Palmela ajuda, nesse caso, a disseminação do boato. Como no caso da vila de aldeões espanhóis, a distância do indivíduo só lhe pode ser prejudicial. O centro dessas fofocas é também a sociedade de vanguarda portuguesa, a comunidade portuguesa em Londres. Destarte, na condição de *escritor público*, Hipólito reconhece aspectos da *virtù* jornalística, não hesitando, contudo, publicar os mesmos rumores que reconhece serem inverossímeis. Como veremos no capítulo seguinte, já existe um conjunto substantivo de aspectos deontológicos para se pensar a profissão jornalística, e esses aspectos afastam a informação imprecisa. A necessidade, não obstante, de jogar com os dados pela ordem futura do reino, não impede Hipólito de dar espaço ao rumor:

Quanto aos rumores sobre o Conde de Palmela, tem-se dito abertamente que ele intenta propor no Rio de Janeiro o plano de vir a Lisboa o Príncipe Real, com uma Carta Constitucional, sancionada com o nome do Rei, mas feita segundo as ideias daquele fidalgo, sendo ele o principal conselheiro e executor dessas ideias.⁵⁴⁹

Os rumores, assim, são públicos. Dizem respeito a eventos públicos e envolvem indivíduos públicos. Abandonam aquele espaço da vida privada e passam a envolver conspirações em que o que está em jogo é o próprio futuro do reino. Para usar o vocabulário de Robert Darnton, se tornam *libelles*. Mas o que importa perceber, além do próprio boato, suas estruturas e ramificações, é a noção de que o boato pode significar uma estratégia política cujas conseqüências são concretas no jogo político. Antes, portanto, que o inimigo assoalhe boatos em favor próprio, é importante corrigir a desinformação. Hipólito da Costa, nesse sentido, comenta a disposição de jornais franceses em fazer o elogio do Conde dos Arcos através de boatos inverossímeis: os jornais sabem que os dados com que jogam possuem implicações positivas ou negativas:

Temos visto nas gazetas francesas vários artigos que pretendem copiar extratos de cartas do Rio de Janeiro, cheios de elogios do Conde dos Arcos; em um deles até se disse que chegando o Conde à sua casa, vindo do Conselho de Estado, onde se tinha oposto às opiniões de Thomas Antonio, concorrera o povo ao Campo de Santa Anna para dar ao Conde aclamações e vivas. Quem mora no Rio de Janeiro, sabe que tal fato não sucedeu assim; e quem quiser usar de seu raciocínio, pode muito bem alcançar, que assim não podia suceder; pois o povo, vendo vir o Conde para sua Casa, não podia adivinhar o que ele tinha acabado de dizer no Conselho de Estado, para lhe dar por isso vivas e aclamações. O mais provável é que o Conde, primo do Marquês de Marialva,

⁵⁴⁹ *Correio Braziliense*, Vol, XXVI, fevereiro de 1821, p. 184.

tenha na Legação de Paris amigos, *que assoalhem esses boatos*, como favoráveis ao partido Aristocrata, que o Conde de Palmela põe em jogo.⁵⁵⁰

Assoalhar boatos é jogar com a opinião pública e concorrer para o prestígio ou descrédito de um ou outro indivíduo. Sem obter quaisquer fontes concretas, Hipólito atribui todo um esquema de alimentação de informações ao Conde de Palmela, seu desafeto. Estas disputas públicas que começam em espaços de convivência e terminam nos jornais, na forma de boatos públicos ou *libelles*, revelam os posicionamentos dos redatores e de suas fontes de financiamento no tabuleiro de jogos europeu. Revelam maior proximidade, como no caso de Hipólito, de grupos de poder instalados no Brasil, encarnados na família Carneiro Leão e em Antonio Martins Pedra. No caso de Joaquim de Freitas, revelam sua disponibilidade em assessorar o Conde de Palmela, tarefa já declinada por José Liberato, apadrinhado de Custódio Pereira de Carvalho. A fofoca e, em último caso, o rumor, assumem a função de arranhar a credibilidade de um indivíduo considerado contraproducente para a condução de projetos assinalados como liberais. Nesse sentido, convocar o leitor a tomar parte neste esquema de intrigas constituía uma forma de se posicionar no tabuleiro de jogos e de sugerir uma determinada forma de organizar o Reino que parecia assumir a fisionomia de Estado Nacional. Nesse sentido, não parece temerário associar a fofoca que começa na *City of London*, por exemplo, à opinião pública: os contornos de Estados Nacionais que começam a ser desenhados permitem pensar a existência de uma rede de comunicações afinada com a perspectiva de uma esfera pública.

De uma forma geral, os casos aqui explorados permitem ver como aspectos particulares da vida dos indivíduos assumiam grandes dimensões quando expostos nos jornais e, destarte, passavam a interagir com formas públicas de percepção política. Contudo, os jornais são apenas a parte mais visível da trama: também espaços como a taverna, fonte ativa de subjetivação e configuração de identidade de grupo, contribui através da fofoca para o afastamento de membros considerados inadequados, quer dizer, *outsiders*. A fofoca, ao investir contra o indivíduo levantando dúvidas com relação à sua reputação, resulta em prejuízos concretos para a sua vivência política: ao invés de um dispositivo inofensivo, pode acarretar em dano público contra os indivíduos implicados. Como argumenta, por fim, Sally Merry:

⁵⁵⁰ *Correio Braziliense*, V.XXVI, Fevereiro de 1820, pp. 170-1, grifos nossos.

Gossip not only attacks a person's honor and social prestige, however, but also leads to tangible political, economic, and social consequences. If a man loses his honor, he is denied full recognition and response from his community. He is rarely invited to major social events such as weddings, receives few visitors, and finds that his opinions in the coffee shop are ignored. When consensus concerning his moral standing emerges, he may find himself the subject of a satirical song, anonymously composed, which is remembered within the community and sung behind his back.⁵⁵¹

Vários argumentos relativos aos danos causados pela fofoca já foram expostos no corpo dessa tese no item 2.3, “espaço e poder” e, sobretudo, item 1.2 “os espaços ilustrados”, de forma que insistir neles, enfatizando os impropérios lançados por uns indivíduos contra outros, poderia parecer tautológico. Eles revelam o caráter impreciso das informações e a verdadeira disposição dos redatores em alterar as configurações do Reino, lenta e *mitigadamente* convertido em Estado Nacional, a partir das suas ideias e das ideias de grupos de financiamento e afiliação política. Cabe agora, de forma mais ampla, tentar perceber os vínculos criados entre estes escritores a partir da rede de contatos que caracterizou a República das Letras. Os indivíduos que alimentam o ideal de uma escala de interlocução global são os mesmos que se atacam na taverna. Contudo, no que concerne à República das Letras, a Razão é o escopo privilegiado: ela aponta para o grande espaço do mundo (leia-se mundo português). Por fim, ver-se-á como a busca de um conhecimento de cariz universal não se encontra desligada do descrédito de indivíduos públicos, tudo com o objetivo de reconfigurar as disposições do poder no âmbito do reino.

5.2 A República Lusitana das Letras

A organização do conhecimento no século XVIII girou em torno da concepção de República das Letras. O ancoramento da República não era nem espacial e nem institucional. Não havia, evidentemente, leis que regessem o corpo da comunidade. O corpo de *cidadãos* que formavam a república partilhava das mesmas noções de progresso e harmonia.⁵⁵² Esta seria alcançada pelo acúmulo de experiências que deveriam guiar o homem em direção a um conteúdo capaz de abrigar a diversidade,

⁵⁵¹ Sally Merry, 1984, p. 281.

⁵⁵² Cf. Ian McNelly, *Reinventing Knowledge*. From Alexandria to the Internet, 2008, p. 126. “They revived rhetoric not as oratory – the delivery of speeches – but primarily through the art of letter writing. Letter writing stressed a very different set of virtues from the oral arguments of the Greek polis and the Roman republic. Civility, friendship, politeness, generosity, benevolence, and especially tolerance: these were the qualities of ‘humanity’ found in the form of the letter. The letter, in other words, was a substitute for gentlemanly conversation. It, and it alone, enabled the writer to produce intimacy and immediacy at a distance, without alienating the correspondent with argument” (p. 130).

quer dizer, um conhecimento mais universal. Essa universalidade, contudo, se choca com a forte inclinação nacional notada na maior parte dos panegiristas do iluminismo. De forma semelhante, subsiste uma outra inclinação à reunião fechada: só entram homens de tendências liberais. A hierarquia passa a indicar os méritos pessoais e o comprometimento do sujeito com a busca pelo saber. Desta forma, sobrevive o diletantismo e a necessidade de se adornar com costumes liberais e uma retórica que, para usar a palavra de José Anselmo Correia Henriques, era *pedantesca*.⁵⁵³ Todo esse vocabulário que surge e precisa ser impregnado por cada participante da República certamente gera um circuito exclusivo. Pode-se perceber nisso alguma similaridade com a retórica do segredo através da qual a Maçonaria passou a atacar o Estado absolutista, segundo as observações de R. Koselleck (1999). De fato, as lojas maçônicas se tornam um importante espaço de fluxo da retórica liberal. As trocas de ideias nela perpetradas ajudam a fixar todo um vocabulário que, evidentemente, acusava a exclusividade dos seus membros.

De uma forma mais ampla, como argumenta Fernando Egídio Reis, o que caracterizava a República das Letras era o ideal da troca e da partilha. A comunicação era, nesse sentido, uma espécie de final em si mesmo. Os autores estavam próximos dos instrumentos de troca e circulação de bens simbólicos. Aliás, esse é um importante indício da República das Letras: *a íntima relação do republicano com o mercado editorial*. O divulgador das artes e ciências, evidentemente, detém o *know how* acerca de como publicar e mantém relações próximas com livreiros. Como lembra Margaret Jacob:

We have undergone a major reassessment of the role of the printing press in early modern European culture. Rather than being seen as a mere vehicle for the dissemination of new ideas, its practitioners and technology are now recognized as distinct forces for cultural change in themselves. Here that thesis receives reinforcement and extension into the first decades of the eighteenth century. In this account of radical coteries in the Netherlands, with access to the presses and their own publishing firms, the distinction between *philosophe* and publisher, between the enlightened man and the printed word, is inevitably blurred if not obliterated. Not by any means were all publishers and journalists like the radical ones we shall encounter in these pages; most were businessmen, pure and simple.⁵⁵⁴

⁵⁵³ Cf. *O Charlatanismo ou o Congresso Abolido*, 1824. Para José Agostinho de Macedo, essa retórica era impregnada de *filosofismo*, na acepção negativa que filosofia possuía então entre os portugueses mais conservadores. Isabel Vargues, “O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820”, p. 48.

⁵⁵⁴ Margaret Jacob, *The Radical Enlightenment*. Pantheists, freemasons and Republicans, 2006, p. xv. “Every one of these refugees possessed an affiliation with the book trade, and this gave them access to the nerve center of the European Enlightenment. Through their publishing firms and journals they

Entre os portugueses emigrados, o contato com o mercado livreiro costumava girar em torno da Fleet Street. No caso do *Correio Braziliense*, seu autor chega a custear a própria tipografia para facilitar a composição dos tipos e apressar a publicação e circulação de papéis. Deter ou ser próximo dos instrumentos de produção era assim fundamental para o ingresso na *República*. De uma forma mais geral, a troca da informação, sobretudo científica, era necessária para tirar os homens da condição kantiana de minoridade. Sobre o ideal que regia a República:

caracterizava-se pela procura da verdade e da comunicação entre os seus membros, que se empenhavam na concretização de um ideal de saber multifacetado, que abrangia diversos domínios que hoje consideramos ciências distintas. Antecedendo a especialização científica, a ‘República das Letras’ implicava um compromisso com o conhecimento e com a sua comunicação. Foi neste contexto que os periódicos científicos assumiram um papel determinante, constituindo o suporte cada vez mais utilizado dessa comunicação, e sucedendo, em importância, à epistolografia. *Comunicar e tornar público era uma vertente que a correspondência pessoal entre ‘sábios’ não permitia desenvolver em toda a sua dinâmica, mas que é desenvolvida pelos periódicos científicos e generalistas.*⁵⁵⁵

Os sábios deveriam comunicar. Sua sabedoria estava diretamente ligada à sua capacidade de tornar públicas suas ideias, submetendo-as à República e aos outros homens. A epístola pública substitui a epístola privada: as grandes cartas escritas são um acontecimento que diz respeito a toda a comunidade. Os próprios livros não se afastam da concepção de epístola: como argumentou Peter Sloterdijk (2000), livros são cartas destinadas a amigos. A regularidade destas epístolas, destinadas à comunidade científica, são as precursoras do jornalismo enquanto comunicação periódica de informações. Os jornais portugueses em Londres e em Paris, sobretudo os *Annaes*, já se situam nesse espaço de troca: pretendem mostrar ao mundo os talentos intelectuais dos portugueses. O jornal, assim, assume a função de comunicação regular do homem de letras. Ele demonstra a preocupação contínua em oferecer ao leitor as expressões do talento nacional.⁵⁵⁶

disseminated heterodoxy, the new science, and republicanism to French readers within the republic of letters. In the course of their lives, these social connections, forged in secrecy, nurtured and promoted their intellectual and business interests” (p. 114).

⁵⁵⁵ Fernando Egídio Reis, *Os Periódicos portugueses de emigração (1808-1822)*. As ciências e a transformação do país, 2007, pp. 36-7.

⁵⁵⁶ A preocupação dos jornais franceses de Antigo Regime não estava muito distante disso. Como pontua Thomas Ferenczi: “la tradition du journalism d’Ancien Régime qui, sauf à braver la censure, ne pouvait traiter que des lettres, des sciences e des arts, s’adressait aux habitués des salons et des académies et cultivait ‘l’art de dire’ à défaut d’être autorisé à parler de tout”. Thomas Ferenczi, *L’invention du*

Os fluxos epistolares entre os portugueses devem levar em conta as mudanças precipitadas pela fuga da Corte. A correspondência jornalística, tanto em Londres quanto em Paris, servia para restabelecer a conexão entre a Corte itinerante e aqueles que tinham permanecido na Europa. Ao escrever e compartilhar a sua insegurança com relação à “calamidade generalizada” em Portugal, os exilados buscavam restabelecer vínculos perdidos com a emigração e aprofundar a reflexão sobre estratégias para escapar da crise. A conexão entre a corte no Rio, os intelectuais e comerciantes exilados em Londres, e a nobreza que permaneceu em Portugal eram, evidentemente, essas mesmas trocas de epístolas. Nesse sentido, torna-se bastante nítida a importância do jornal. Tanto a comunidade de leitores quanto os redatores de jornais esperavam que os funcionários públicos lessem e se instruissem sobre os problemas do reino através do jornal. Mais do que isso, contudo, a epístola era dirigida ao rei: os jornais contêm as preocupações dos povos traduzidas pelas reflexões dos homens mais ilustres. Não é demais lembrar a constante preocupação dos jornalistas com a compreensão do rei e com o bloqueio da leitura provocado pela censura ou pela má interpretação dos ministros.

A tentativa de forjar, no ainda árido Portugal, uma rede de comunicações científica remete aos viajantes do século XVIII vinculados à Academia de Ciências de Lisboa. Foram eles que estabeleceram uma rede de trocas baseadas em epístolas vinculadas ao pragmatismo pombalino e à busca pelo conhecimento, estruturando, durante o percurso, um conjunto de conhecimentos que pudessem fazer Portugal arrancar na disputa entre as nações. Como lembra Ângela Domingues,

de todos os pontos do Império, indivíduos de várias proveniências, com diferente formação, exercendo as mais diversas funções e dotados de objetivos diferentes enviavam aos órgãos da administração central sediada em Lisboa informações sobre os mais variados assuntos. Contudo, esses dados deviam contribuir para o conhecimento global do território.⁵⁵⁷

journalisme en France. Naissance de la presse moderne à la fin du XIX siècle, 1993, p. 24. “As ‘belas-letras’ seriam o veículo para comunicar à sociedade as novas diretrizes definidas pelos filósofos (sic), partindo do princípio de que o cidadão comum não estaria qualificado para penetrar na linguagem árida e séria da ciência” (Valdeci Lopes, 2008, p. 50).

⁵⁵⁷ Ângela Domingues, “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos”, 2001, s/p. As formas de disseminação de informação entre os estrangeirados seguiam, na maior parte das vezes, o padrão da difusão científica no século XVIII: “As a form of cultural expression, science depends on the images of scientific knowledge associated with rationalism and progress. During the 18th century, attempts to integrate the new sciences in the value system of the Portuguese were carried out mainly within the network of the estrangeirados. Notwithstanding their emphasis on the dissemination of knowledge, a small group of estrangeirados actually made original contributions to science, especially in the late 18th century” Maria Paula Diogo,

A rede de comunicação desses *estrangeirados*

includes intellectuals belonging to different disciplinary fields but all sharing a common goal - the 'modernization' of the country. It is from this standpoint that the estrangeirados built up a dialogue and kept regular contacts among themselves, by personal contact, through correspondence or, indirectly, through their written works. In this way, the network of estrangeirados becomes a homogeneous though fluid structure enabling us to describe an important part of the Portuguese intellectual community.⁵⁵⁸

A noção de integração remetia à participação numa comunidade intelectual em que os homens eram motivados pelo mesmo objetivo de conhecer e elevar Portugal ao Panteão das nações mais importantes do Globo. A vontade de entrar nesse circuito é explicitamente definida pelos redatores de periódicos. O inexpressivo *Microscópio de Verdades*, em 1814, nas suas páginas inaugurais, lembra que “foi unicamente o amor, o zelo do bem, e da glória do meu Príncipe, e da minha Nação, o único estímulo que me moveu a entrar como escritor na República das Letras”. De uma forma geral, os contatos entre os portugueses emigrados, a partir de 1807, seguem o mesmo padrão de comunicação dos estrangeirados do final do século XVIII, agora, contudo, com mais ênfase no material jornalístico e na crítica metalingüística como desdobramento natural da liberdade de escrever. A rede estabelecida pelos editores e intelectuais portugueses, evidentemente, transcende o insulamento da comunidade portuguesa e mantém ativa interconexão com personalidades do mundo inglês e francês. Revela-se, nesse sentido, cada vez mais improfícuo estudar os trâmites internos da comunidade sem atentar para a vasta rede de contatos disponíveis para os emigrados. Fernando Egídio Reis, em seu exaustivo catálogo sobre o interesse científico dos jornalistas portugueses, refere essas amplas redes abertas no estrangeiro:

O posicionamento dos editores portugueses é duplo: por um lado, encontram-se próximos das principais instituições científicas da época e de alguns dos principais homens de ciência. Em alguns casos, contatam diretamente com personalidades relevantes do mundo das ciências, integrando assim redes de produção e circulação de conhecimento, e assistem a sessões públicas em instituições internacionalmente reconhecidas. Por outro lado, enquanto portugueses emigrados, conhecem o país de onde saíram, as suas carências, as suas instituições, as suas idiossincrasias. Neste sentido, pode afirmar-se que são representantes da periferia no centro, ao mesmo tempo em que representam o centro na periferia, tentando, não só informar o seu país das

Ana Carneiro e Ana Simões. “Enlightenment Science in Portugal: The Estrangeirados and their Communication Networks”, 2000, p. 592.

⁵⁵⁸Ibid. 2000, p. 593.

novidades e desenvolvimentos verificados no centro, mas também englobar o seu país nesse mesmo centro, através da exortação à produção científica.⁵⁵⁹

As tentativas muitas vezes vazias de responder aos comentários pejorativos da imprensa estrangeira estão introduzidas no item 1.3 desta tese. Os emigrados conhecem os obstáculos à difusão das ciências num Portugal que ainda permanece atrelado aos mecanismos inquisitoriais. Seu gradualismo parece uma estratégia evidente para intervir de forma mais ativa na rotina do Reino. Quando a situação literária de Portugal é comentada pelos periódicos em língua francesa e, sobretudo, inglesa, os portugueses reivindicam a autenticidade de suas produções como dignas de figurar no circuito da República das Letras. Se, por um lado, como lembra Egídio Reis, os portugueses reconhecem sua situação periférica, por outro lamentam que as produções da periferia não sejam devidamente consideradas pelos grandes periódicos de circulação internacional. Eis como preconizam os redatores do *Investigador*:

É com efeito com grande mágoa que vemos que nem sequer uma página se dedica nesta exposição aos progressos feitos pelas Ciências no nosso Portugal. Parece que neste sentido o nosso país nem sequer é europeu; pois que nem sequer o seu nome se aponta, quando ao mesmo tempo se menciona um Reino tão pequeno e limitado como a Suécia. Será pois a razão deste esquecimento, porque não temos homens verdadeiramente sábios, e que possam honrar a sua Nação, como o fazem tantos outros dos diversos países da Europa? Nós não devemos fazer esta injúria à nossa Pátria quando sabemos, (e mesmo os conhecemos) que há homens eminentemente instruídos, que nos podiam acreditar, e fazer respeitados na República das Letras.⁵⁶⁰

Os *investigadores* comentam a importância da interlocução entre os homens mais sábios, “homens de talento”, para a conquista de um conhecimento mais elevado acerca do próprio homem português. O conhecimento é idiossincrático, nesse sentido. A razão mitiga-se, constantemente, nesses limites que conduzem ao bem da pátria. É nela que reside o propósito mais elevado da racionalidade. Quando, contudo, escritores como Solano Constâncio percebem que a ruptura operada pela razão na modernidade é muito brusca para ser encarada plenamente, seu instrumental começa a ser substituído pela “história enquanto mestra da vida”.⁵⁶¹ De qualquer forma, a busca anunciada pela razão

⁵⁵⁹ Fernando Egídio Reis, 2007, p. 26.

⁵⁶⁰ Comentário à “Breve Exposição dos progressos que fizeram as Ciências no ano de 1813”, pelo Dr. Thomas Thomson”, v. IX, Abril de 1814, p. 187, grifos nossos.

⁵⁶¹ Solano Constâncio, em sua *História do Brasil*, busca no passado os motivos do sucesso histórico do português (Cf. Thamara Rodrigues, “A independência do Brasil e o discurso do atraso português em História do Brasil de Francisco Solano Constâncio”, 2011, p. 7).

torna intensa e, em muitos casos, amigável a troca de memórias científicas.⁵⁶² Os redatores dos *Annaes*, lembrando o caráter metalingüístico do seu jornal, comentam sua importância enquanto troca atual e regular de epístolas, cujo objetivo é:

promover a indagação e a discussão das matérias úteis, [para o que] nada pode concorrer tanto como os escritos periódicos; este meio é tão geralmente reconhecido eficaz, e o melhoramento sucessivo das Ciências, mormente das naturais, tem consagrado de tal modo a necessidade dele, que nenhuma nação civilizada pode hoje escusá-lo, sob pena de se ver em breve a um século de distância dos conhecimentos atuais; *por ele se estabelece uma correspondência pronta e universal entre os homens sábios e industriosos*, que muitas vezes, sem terem relações algumas pessoais, assim se conhecem, se estimam e se comunicam. Daqui vem que todos os países promovem e protegem continuamente novas publicações d'estes escritos.⁵⁶³

Surge daí a necessidade de compartilhar a informação científica, como aludem os *investigadores*:

O resultado destas descobertas, que diverge de toda a dúvida um objeto de tanto momento, pode ser apreciado somente por aqueles que contemplam o *grande beneficio particular e público que daí pode provir*. É por este motivo que nós aqui inserimos esta nota, a qual ainda que talvez não contenha coisa alguma nova para alguns dos nossos leitores, contudo não estando certos, que a obra de M. Bruce tenha ainda chegado às mãos dos nossos práticos; e levados do *amor da nossa pátria*, a qual tendo sido afligida com uma guerra assoladora, parece mais particularmente exigir meios mais ativos para aumentar a sua população, e oferecendo a vacina o mais lisonjeiro prospecto de realizar este *grande bem*, nós julgamos do nosso dever cooperar da nossa parte para o complemento de um tão relevante objeto.⁵⁶⁴

O *grande bem* a que aludem os escritores é a *nossa pátria*. A razão, portanto, é sempre refém das necessidades do intelecto português. O que alimenta a razão, fazendo-a caminhar são, como sustentamos, as trocas de epístolas. Os *republicanos* não se cansam de remeter o leitor para a árdua rotina de recolher informações e dispô-las, mantendo o caráter de atualidade, nos jornais. Esse imenso fluxo de informações alcança os jornais através, muitas vezes, dos leitores irrequietos por ver suas preocupações expostas publicamente. A rede envolve leitor e escritor num ciclo de retroalimentação. Contudo, como argumenta Joaquim de Freitas, o imenso afluxo de cartas não permite que o escritor tenha tempo e nem competência para fazer uma seleção hábil. Recortes são sempre necessários:

⁵⁶² Fernando Egídio Reis, 2007, pp. 166-168.

⁵⁶³ *Annaes*, Julho de 1818, pp. 19-20, Apud Fernando Egídio Reis, 2007, p. 274, grifos nossos.

⁵⁶⁴ *Investigador*, Maio de 1814, Apud Fernando Egídio Reis, 2007, p. 176, grifos nossos.

Entretanto temos recebido uma grossa de cartas pelo *two penny post*. A maior parte delas é insignificante: algumas são cheias de expressões amigáveis e lisonjeiras; e quase todas exigem de nós uma franca e sincera explicação, sobre nossos verdadeiros sentimentos políticos. Bem puderam seus escritores ter evitado o trabalho de as escrever, lendo e refletindo nesse pouco que temos escrito; pois ali bem claramente se manifestam não só os princípios, mas também os meios e fins: confessamos que nos há de ser custoso explicá-los melhor, mas porque não digam que metemos a viola no saco, passamos a dar a explicação que nos pedem; advertindo que, sendo-nos impossível inserir todas as cartas por falta de espaço, só copiaremos uma.⁵⁶⁵

A rede de correspondências, que se vê facilitada pelos correios britânicos, contribui para reunir os homens de letras e personalidades preocupadas com o progresso do reino. O processo de troca de informações, por si mesmo, requereria um estudo de caso especificamente voltado para o sistema de funcionamento das embarcações inglesas, correios e malas-postais, de forma que não cabe aqui abordá-lo em pormenores. O amplo sistema de troca de epístolas está no bojo da própria formação do exercício profissional jornalístico. Os jornais portugueses em Londres, cujo exercício estava em algum grau ligado a tavernas situadas próximas aos portos, pode apontar para essa necessidade. Se percorrermos o mapa da cidade de Londres, veremos que a sede dos impressores fica próxima dos portos no Rio Tâmsa. Os jornalistas imprimem, preferencialmente, os conteúdos mais quentes. E estes conteúdos são dependentes do fluxo de malas postais. Os próprios jornalistas portugueses documentam que as malas postais eram reviradas com avidez e logo dispostas na forma de um correio regular. No caso em estudo, em que o jornalismo já se apresenta debaixo de pressupostos deontológicos rudimentares, sobretudo identificados com a ideia de periodicidade, atualidade e imparcialidade, a rede de comunicações *ilustrada* é estabelecida através de ampla convocação dos leitores para a participação, com contribuições escritas, sejam elas novidades, pensamentos, reflexões, memórias...⁵⁶⁶

⁵⁶⁵ *Padre Amaro*, Outubro de 1820, p. 220.

⁵⁶⁶ Para José Tengarrinha, “um dos índices mais significativos de que podemos dispor para avaliar a expansão geográfica destes jornais é a correspondência que recebiam e os locais sobre que publicavam notícias. Em geral em número muito elevado e de muitos diferentes pontos, estas cartas, opiniões, artigos, memórias, simples notícias, normalmente publicadas com ocultação dos nomes dos autores, constituem também um acervo do maior interesse para o conhecimento da opinião liberal ‘clandestina’ antes da Revolução de 1820. Rocha Loureiro conta que – como os outros jornalistas em Londres – tinha agentes ou correspondentes em Portugal com quem comunicava por cartas cifradas, utilizando para isso o livro das *Ordenações do Reino*; um destes correspondentes, o advogado Manuel Luís Nogueira, do Porto, acabaria por ser enforcado por D. Miguel. Os leitores destes jornais situar-se-iam preferencialmente nas profissões liberais (médicos e advogados, sobretudo), comerciantes, estudantes da Universidade de Coimbra. Os exemplares corriam de mão em mão, só assim se conseguindo superar as dificuldades de aquisição devido ao alto preço, para o que contribuía, além dos pesados custos de produção, o agravamento com os portes de correio sempre muito elevados”. José Tengarrinha, “Os comerciantes a a imprensa portuguesa da primeira emigração”, 2004, p. 10.

É nítida aí a ideia de um ciclo de retroalimentação. Não se pode ver os jornais como uma ideologia unidirecional e nem como um corpo bem definido de doutrinas políticas. E para perceber isso não é necessário nenhum grande esforço de interpretação. Basta perceber toda a dedicação dos jornalistas em convocarem os seus leitores para tomar assento na redação do jornal. Os periódicos não subsistem sem a contribuição dos leitores, ainda que se vejam tentados a suprimir os conteúdos com os quais não concordem, alegando que assim fazem pelo “bem da pátria”.⁵⁶⁷ A atitude hospitaleira, comum aos homens das letras, é cobrada pelos próprios correspondentes, de forma que a publicação de cartas acaba indicando a liberalidade dos proprietários do jornal. Noutras palavras, se o jornal é suficientemente liberal e iluminado em seus propósitos, não pode se furtar a publicar uma comunicação politicamente importante. Em correspondência, o leitor do *Campeão* menciona palavras do editorial do jornal para justificar a publicação da sua carta:

Senhor *Campeão Portuguez*. Os amigos da Justiça e da Verdade viram o seu Prospecto em que diz, formais palavras: “Não estará também este Artigo (Correspondência) só aberto para certa classe de pessoas: os indivíduos de todas as opiniões poderão nele publicar seus escritos contanto que neles hajam as condições acima mencionadas (urbanidade e decência). Sem ampla e desapaixionada discussão não se chega ao templo da verdade”: Neste caso está o escrito que lhe remetemos, e que também já foi publicado no *Correio Braziliense*. Se Vossa Mercê é sincero quando diz que é *Amigo* do Rei, deve-o igualmente ser de seu filho o Príncipe Real: assim não recusará publicar a defesa dele, que com esta tem a honra de enviar-lhe.⁵⁶⁸

A troca horizontal faz parte da orientação republicana e, enquanto isso, as memórias constantemente dirigidas ao rei isentam o escritor de faltar com a verdade. Chamando a atenção do seu leitor para o monarca ele utiliza um coringa contra quaisquer atitudes de censura e perseguição. Mais do que isso, dirigir comentários para o rei é visto como estratégia eficaz para, no ideário pragmático que orienta os jornais, consertar desvios na administração pública. Nesse sentido, o problema maior são os ruídos na comunicação dos jornalistas com o seu rei, também causados pela ingerência dos ministros maus, no esquema mental do “despotismo ministerial”. Ao comentar as calúnias dirigidas contra Palmela, Freitas se refere a esse sistema de troca de epístolas com o rei:

⁵⁶⁷ *O Portuguez*, V.I, p. 6.

⁵⁶⁸ DFF, Apud *Campeão*, Agosto de 1819, p. 130.

Não há carta que se remeta ao rei por via destas *criaturas* (quer dizer, criaturas do rei, v. g. (sic) o Heliodoro, José Anselmo, e outros do mesmo jaez) que, ou não se abra ou se não suprima [...] Não há muito tempo que se praticou uma na Legação de Londres, que comprova bem isto; e é que havendo ordem na dita legação para se mandar ao Rei, sem interrupção, certos jornais; como dois ou três números dos ditos falavam sobre coisas pouco vantajosas ao Brasileiro estabelecido em Londres...⁵⁶⁹

O mesmo Joaquim Freitas reclama da ingerência dos membros do *club* ao tentarem perseguir os leitores do *Padre Amaro*. Como se viu, a remessa dos jornais para os subscritores era organizada pelos próprios editores. Com exceção dos *Annaes*, em Paris, os jornais emigrados optavam por manter na penumbra os nomes dos subscritores e os motivos para que isso seja feito são óbvios. Joaquim Freitas noticiava que, por conta da perseguição aos seus leitores, repensaria também o seu esquema de distribuição:

Continuar-se-á a publicação deste *periódico!* e para poupar o trabalho que tem o *Comite Inquisitorial Luso-Londrino* de ter um registro dos subscritores, para os denunciar como *corcundas*, aos empertigados seus correspondentes; o redator suspende as subscrições com o presente número, que completa a de 1821, e dá *baixa redonda ao mensageiro* encarregado até agora da distribuição, e que passou ao serviço de outras *potências*.⁵⁷⁰

Uma exceção que deve ser mencionada, ainda que não esteja nos limites do *objeto* ora em estudo, são os *Annaes* científicos sob a liderança de Francisco Solano Constâncio entre 1818 e 1822, em Paris. Logo em 1818 o jornal publica a lista de seus subscritores. Como o jornal não tinha pretensões político-ideológicas que podiam ser consideradas subversivas, seus leitores não corriam nenhum perigo. A lista dos subscritores dos *Annaes* oferece conclusões importantes no sentido de discernir o leitor real do virtual. Mesmo estando a redação no estrangeiro, a maioria dos leitores estão localizados em centros urbanos portugueses e brasileiros, sobretudo Lisboa e Rio de Janeiro.⁵⁷¹

⁵⁶⁹ Apud *Correio Braziliense*, Outubro de 1820, pp. 342-3.

⁵⁷⁰ *Padre Amaro*, Dezembro de 1821, p. 434, grifos nossos. Outra atitude importante diante do leitor, além da busca por protegê-lo, é a tentativa de classificá-lo, estabelecendo taxonomias. Já mencionamos o leitor brasileiro, sob a rubrica que a professora Lúcia Neves identificou como sendo do “homem de casaca”. De passagem, cabe destacar o leitor dos *Annaes*, entre o curioso e o instruído: Um dos aspectos que torna este periódico muito interessante, a par do seu conteúdo científico, é a caracterização que Constâncio faz da sua função. A caracterização dos públicos-alvo dos *Annaes* relaciona-se com uma das questões lançadas à reflexão no primeiro capítulo. Trata-se de tentar definir os leitores a quem os editores deste periódico se dirigiam. Na realidade, Constâncio distingue entre um público instruído e um público de curiosos. A cada público, deveria corresponder um tipo adequado de informação, com linguagem específica e apresentada de forma distinta” Fernando Egídio Reis, 2007, p. 278.

⁵⁷¹ Apud Fortunato Queirós, *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras*, 1983, Porto, p. 27. Todos os subscritores de Rússia, Inglaterra e Itália eram representantes diplomáticos.

TABELA 3: Número de subscritores dos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras em 1818*

Localidade	Número
Lisboa	207
Rio de Janeiro	111
Porto	99
Coimbra	86
Bahia	52
Ilhas portuguesas	47
Cidades e vilas portuguesas	41
França	35
Maranhão	22
Espanha	16
São Paulo	15
EUA	3
Itália	2
Inglaterra	1
Rússia	1
TOTAL	748

A quantidade de leitores situados em Portugal e no Brasil permite perceber o controle que o escritor possuía sobre a sua rede de distribuição de jornais. É notável como a Corte, sediada numa ilha de letramento no Brasil, tinha a capacidade de consumir mais de 100 exemplares. Daí poder ser inferido o consumo relativamente alto que permitirá o surto de papeis impressos no Brasil a partir de 1821. De qualquer forma, ainda que o leitor esteja no Brasil, ele é português. Os *Annaes* são uma publicação portuguesa destinada a portugueses, ainda que debaixo do pressuposto de estar construindo uma República das Letras. Como conclui Fortunato Queirós,

Daqui se infere que os *Annaes* foram escritos por portugueses para portugueses e que os *destinatários* corresponderam ao projeto dos *emissários*. Tal receptividade é compreensível, porque os temas anunciados nos *Annaes*, embora colhessem a sua inspiração nas correntes políticas e científicas europeias da época, dirigiam-se diretamente ao encontro da problemática histórico-cultural do país, nas vésperas da revolução de 1820. Se um ou outro estrangeiro apareceu entre os subscritores, tal fato dever-se-á, por certo, a laços sentimentais, familiares, econômicos ou políticos que, de algum modo, os prendiam a Portugal. São, no entanto, uma minoria quase sem expressão percentual.⁵⁷²

Ao contrário dos jornais mais voltados para o ensaísmo que foram responsáveis pelo princípio do jornalismo na Inglaterra, a exemplo do *Spectator* de Addison e Steele e do *Weekly Review* de Daniel Defoe –e mesmo do *The Ghost*, de Solano Constâncio –

⁵⁷² Fortunato Queirós, 1983, Porto, p. 27.

os jornais que compreendem a imprensa portuguesa emigrada não tem pretensões domésticas. Isso pode ser visto na limitação do público feminino na lista de subscritores: foram encontradas apenas 3 mulheres, entre elas a Princesa Isabel e a Condessa de Oyenhausen. Também é notável o desinteresse dos portugueses em Londres pelo *Annaes*. O único assinante ali é Antonio Machado Braga, amigo de José Liberato que esteve na confraternização na *City of London* em 1820.

Outro fenômeno que merece ser apontado é a circulação de tópicos e temas que permitem identificar um conteúdo semelhante e constituem pauta comum de discussões, sobretudo entre aqueles que dominam o circuito de temas regulares nos jornais. Nesse sentido, pode-se afirmar que panfletos e livros são certamente lidos por toda a comunidade de jornalistas e ajuda a aproximar um conjunto de indivíduos orientados por determinadas obrigações intelectuais semelhantes. Noutras palavras, ainda que a opinião ou a informação seja transmitida de uma ou outra forma, ela deve, necessariamente, ser transmitida. Isso pode ser visto especialmente durante o lançamento das *Pièces Politiques* na França. Este opúsculo, que Joaquim de Freitas chama de *Peça Impolítica*, permite ver a grande quantidade de espaços que contribuem para a formação da República Lusitana das Letras:

*Um portuguez em Paris fez inserir nos jornais franceses uma carta refutando as aleivosas asserções do autor da Peça Impolítica, de que demos a tradução no número anterior. Esta carta é assinada – V.A.D.S. Não a copiamos por nos faltar espaço, assim como também outra inserida no Times, sem assinatura; mas que pelo estilo nos parece ser do Brasileiro estabelecido em Londres.*⁵⁷³

É curioso que um português em Paris, assinando constantemente comentários na imprensa francesa, interprete a resposta de um brasileiro inserida no *Times*, referindo-se a um panfleto escrito em francês por um português desconhecido. O português em Paris é Heliodoro Carneiro, talvez o maior inimigo de Joaquim de Freitas. A ampla rede montada entre os escritores, por um lado, tem como subsídios a busca pela afirmação da condição de homem de letras e o alcance de um conhecimento mais profundo acerca da

⁵⁷³ *Padre Amaro*, Abril de 1820, p. 401. O *Padre Amaro*, vínculo especial entre a França e Londres, faz notar a importância desse comércio de letras pela variedade de espaços a que alude: “dois dos jornais Portugueses que se imprimem em Londres que já li (não duvido que os outros digam outro tanto) repeliram, no mês passado, como absurdo, um artigo do *Morning Chronicle*, com a suposta data de Lisboa; aliás, copiado literalmente de um artigo publicado em Paris, na livraria de Correard, em uma das brochuras diárias, como que especulando sobre o escândalo, este livreiro procura excitar a malícia dos curiosos. O *Campeão* diz, que a suposta carta “não pode ser considerada senão como fruto de intenções iliberaes’ [...] O *Correio Braziliense* exprime sua desaprovação, fazendo observar a futilidade de suposições gratuitas, e a disparidade total dos fatos [...]”. *Padre Amaro*, Abril de 1820, p. 402.

questão portuguesa e, por outro, a partilha de um arcabouço de práticas e argumentos que caracterizam as comunidades mais especificamente jornalísticas. Contudo, sobressai-se, assim como no item 5.1, a tentativa aberta de desconstruir os argumentos do adversário político, diminuindo o seu poder de influência. Essas tentativas misturam-se constantemente aos artifícios mais primários de descaracterização do oponente, apelando para os seus desvios de conduta privados.

Ainda que o jornalismo, nesse momento, esteja muito vinculado ao beletrismo, suas configurações indiciam a comunicação regular e a ampla difusão de conhecimentos considerados atuais, que não necessariamente são itens obrigatórios dentre as interlocuções dos homens de letras. O jornal precisa ser publicado e, para tanto, os jornalistas possuem fontes regulares que geralmente são negociadas, intercambiadas e cativas. Além da regularidade dos documentos inseridos num ou noutro jornal, o indício disso são as menções feitas, sobretudo quando há num dos jornais a disposição de um documento considerado exclusivo. De resto, sobram as referências à venda de jornais parceiros, como no caso do mísero *Espelho*, que propagandeia a venda do *Correio Braziliense* e da *Narrativa da Perseguição*, de Hipólito da Costa.⁵⁷⁴ Sua existência efêmera comprova que não restava, ao redator Rocha Loureiro, disponibilidade de documentos que já não estivessem no *Correio*, detentor de um círculo privilegiado de informantes, e do *Investigador*, detentor de mais recursos e capital humano. Talvez estes mesmos fatores tenham levado Rocha Loureiro a investir no caráter mais propriamente ideológico do *Portuguez*, chamando atenção para a sua capacidade crítica. O redator, ainda no *Espelho*, assim elogia os rivais: “O *Investigador Portuguez* em Londres há sido o teatro imparcial, onde se tem combatido as opiniões por e contra a Companhia [dos vinhos]; e do mês de Agosto que é o n. 26, extraímos este argumento que fazem as novas Companhias, copiado palavra por palavra de uma nota.”⁵⁷⁵ A *Gazeta de Lisboa* também menciona a venda do *Investigador* e,⁵⁷⁶ por outro lado, Liberato em seu *Campeão* se refere à infeliz *Gazeta*, ironizando-lhe a falta de liberdade de escrita:

É fabricada na Secretaria dos negócios estrangeiros e o ministro desta repartição é quem simultaneamente lhe fornece os artigos, os ordena e censura. Julgai agora quão puro deve ser o ouro extraído dos cadinhos de um tal laboratório! Só um homem perverso

⁵⁷⁴ *O Espelho*, maio, n. 1, p. 8.

⁵⁷⁵ *O Espelho*, 1813, 31 de Agosto, n. 18, p. 139.

⁵⁷⁶ *Gazeta de Lisboa*, 31 de julho de 1815, p. 166.

seria capaz de suspeitar que pudesse haver liga em obra tão apurada: é ela por conseguinte o ouro mais puro que temos em Portugal.⁵⁷⁷

A entrada em cena, em 1820, de Joaquim Ferreira de Freitas, que até então foi apenas espectador do surto impresso no emigrado, vai alterar o nível de reflexividade e aprofundar a inteligibilidade que a imprensa emigrada tem dela própria e do seu papel, elementos metalingüísticos a serem aprofundados no capítulo 6. Como se viu, pelas suas críticas a José Liberato, aquele será tratado como ingrato.⁵⁷⁸ Contudo, o redator dá, num primeiro momento, indícios de respeitar tanto Hipólito da Costa quanto Rocha Loureiro. Assim que se avizinha a Revolução Liberal do Porto, as relações entre os escritores ficam tensas. Freitas logo discrimina o redator do *Portuguez* dizendo que este mantém uma rede espúria de contatos e, justamente por conta disso, é incapaz de fornecer informação de melhor qualidade. Para tanto, o redator do *Padre Amaro* menciona a amplitude das comunicações da imprensa francesa, no sentido de se permitir um cálculo mais apurado da verdade, em comparação com o limitado jornal de seu rival. De quebra, menciona as formas apenas incompletas de Loureiro pescar e comunicar informações:

O Portuguez cuida que os redatores na França passam o seu tempo em andar por dois outros *escriptorios* pescando notícias oficiais, ou passeando em *Tuilleries*, como ele em *Hyde Park* para ver se algum passeante lhe fornece material a algum artigo ou pretexto a alguma calúnia. O círculo dos Redatores em França, qualquer que seja a cor do seu jornal, é muito mais extenso, e o seu comportamento mais nobre do que imagina o *Portuguez*.⁵⁷⁹

A alusão aos passeios de Loureiro ao *Hyde Park* acontece em mais de uma ocasião. Segundo Freitas, o redator do *Português* não tinha muita vocação para a reportagem, preferindo permanecer no terreno dos ataques pessoais ou daquilo que a gíria dos professores de colégio eternizou como “achismo”. A ironia de Freitas é destilada também contra José Agostinho de Macedo, de forma que o redator, em pouco tempo de ação, pretende concentrar em si o papel de mediador dessa extensa comunidade de letrados, atirando contra tudo e todos. Num momento em que se torna

⁵⁷⁷ Carta de F.D.F., *O Campeão*, 1 de agosto de 1819, p. 97, V.I. “Imaginaí uma meia folha de papel, dobrada em duas, em forma de 8º, e dividida em duas colunas: pois é só neste espaço, calculado com exatidão matemática, que o autor tem o raro talento de incluir o vasto quadro do gênero humano”. Carta de F.D.F., pp. 99-100. Embrulhar manteiga é também a maior utilidade da *Gazeta do Rio de Janeiro*, segundo Hipólito da Costa.

⁵⁷⁸ Freitas também não se furta a elogiar Liberato, ressaltando “o merecimento do jornal e a bem merecida reputação de seu redator”. *Padre Amaro*, Agosto de 1820, p. 140.

⁵⁷⁹ *Padre Amaro*, Julho de 1821, p. 44.

recorrente e mesmo necessário alardear posições políticas liberais, a moderação de Freitas é vista com desconfiança tanto por liberais quanto por absolutistas. Em texto jocosamente atribuído a José Agostinho de Macedo, ele critica a censura feita ao *Correio Braziliense*. Além disso, alude às pretensiosas críticas de Macedo a Camões e seu combate quixotesco às ideias liberais:

Quem, se não eu, seria capaz de se atrever a refutar Camões, a provar que ele foi apenas um versejador, *como eu?* Quem, se não eu, deu cabo da tenebrosa seita dos pedreiros-livres, e fez meter a viola no saco ao *Correio Braziliense*? Leia o meu caderno do mês de fevereiro e verão como ceifo as ideias liberais pela raiz.⁵⁸⁰

Assim que explode a Revolução do Porto, a necessidade de se comunicar e receber notícias de Portugal se torna muito maior, e de igual modo a aspiração de interferir ativamente nos rumos políticos do continente. Os debates que surgem mobilizam vasta rede internacional que envolve espanhóis interessados no destino constitucional de Portugal, exilados portugueses na França, os liberais britânicos e, evidentemente, os brasileiros. Freitas se refere a cartas trocadas entre os membros da comunidade portuguesa com os espanhóis. O autor do *Padre Amaro* anexa a seguinte carta vinda do editor de *El Español Constitucional*, em que é acusado de servir aos interesses de Napoleão ou, principalmente, de não ser suficientemente liberal para acudir aos movimentos constitucionais na Espanha e em Portugal:

La lectura del artículo del Núm. VIII de *O Padre Amaro*, pag. 163, (escrito con toda La petulancia frailesca, y con apostasia, esto es, en un lenguaje enteramente contradictorio con los sentimientos expresados en los Núm. Anteriores, sobre todo em El Núm. 3) – ha excitado la mayor indignacion en mi alma horrizada de que un Portuguez osase estampar blasfemias políticas tan descomunales...⁵⁸¹

O *Padre Amaro* rebate refazendo, contra o redator do *Constitucional*, a mesma acusação de francesista. O que importa notar, na interlocução seguinte, é a proximidade, pouco mencionada até aqui, dos exilados portugueses e espanhóis, bem como o interesse dos portugueses nas temáticas constitucionais que se desenrolam na Espanha, ainda que, nesse caso, estejamos confinados ao universo da Revolução Liberal. Freitas, dentre os portugueses em Londres, é o que enuncia mais claramente as movimentações dos espanhóis, ainda que, mesmo assim, isso seja feito de forma acanhada:

⁵⁸⁰ *Padre Amaro*, Maio de 1820, p. 326.

⁵⁸¹ *Padre Amaro*, Outubro de 1820, pp. 234-5, no original.

mas logo que foi conhecido que o Redator do *Español Constitucional*, era o *cidevant* redator do Robespierre, levantou-se um grito de indignação, e todos os espanhóis homens de letras que se achavam em Londres se viram precisados a declarar por via dos papeis públicos que eles nenhuma parte tinham na redação do *Español Constitucional*, nem comunhão de ideias com o seu Editor principal.⁵⁸²

Dessa forma, temas surgidos e acalentados por um ou outro jornal logo mobilizam toda a comunidade de letrados. Nesse caso, a temática constitucional exigia a manifestação pronta dos homens de letras, de forma que a não manifestação (o *silêncio*) poderia ser tomada como sinônimo de conivência com valores considerados ultrapassados. Da mesma forma, pela comunhão de laços entre os membros da República das Letras, a responsabilidade sobre o surgimento de um panfleto incendiário podia recair sobre um ou outro elemento: daí a necessidade de se pronunciar claramente sobre os eventos políticos em curso. É o caso das *Pièces Politiques*, por exemplo, da qual os jornalistas procuram se eximir demonstrando os seus comentários negativos. A acusação de conivência, além de gerar o descrédito do implicado, certamente o tornava vítima dos mexericos, que logo mobilizavam estratégias para diagnosticar a sua moral duvidosa. Nesse sentido, a comunicação surge como uma ideologia: comunicar-se é apresentar-se como um sujeito liberal, cuja frequência nas tavernas e redação para os jornais são tranquilizadoras para toda a comunidade. Há que se mostrar publicamente, já que assim se constrói a política, ao invés dos *Conciliábulos* que a todo o momento os liberais denunciam. Monta-se todo um circuito, que tem nos espaços de sociabilidade um ponto de partida e nos jornais um ponto de escape, de fortalecimento das maneiras liberais – considerando que liberalismo é também uma forma de se comportar. E, ressalta-se, a comunicabilidade está no centro de tudo isso. Não comunicar, de quebra, é sujeitar-se aos princípios de segredo do antigo Estado absolutista. Assim, o sujeito liberal deve estar pronto tanto a frequentar os espaços da moda quanto apresentar-se nos jornais.

Cabe lembrar, à guisa de alguma conclusão, e com o receio de ter lançado mais perguntas que respostas, que a extensa teia de indivíduos que lutam por determinadas formas de organização do Reino Luso-brasileiro se desenrola desde embates íntimos entre indivíduos até formas públicas de conflito que alteram

⁵⁸² *Padre Amaro*, Outubro de 1820, p. 248. Segundo a Wiki, “Ci-devant signifie avant, auparavant. Cette expression, attestée bien avant la période révolutionnaire, a cependant pris un sens nouveau à cette époque. L'expression ci-devant est utilisée pendant la Révolution française pour désigner un lieu, une personne, ayant auparavant bénéficié d'un privilège ou d'une marque liées à l'Ancien-Régime ou à la religion”.

concretamente suas posições no tabuleiro de jogos. Essa rápida alteração, que passeou desde as possibilidades de conversa abertas em espaços íntimos até os acalorados debates públicos que estabelecem afinidades e vínculos com base no ideal da República das Letras, permitiu também oferecer algum material teórico para se trabalhar as redes comunicativas. Evidenciou-se a dificuldade de se detectar até onde ia a eficácia dos vínculos mais íntimos. Os estudos disponíveis sobre a fofoca e sua estrutura dão conta apenas do tempo presente, na forma de sociologia. Os resquícios apontam mais para ideias e ideais, estas sim expostas nas páginas dos jornais e elencadas de forma a gerar amplos círculos de afinidade política, como ficou evidente na República das Letras. Esta, por outro lado, traz implícita a ideia de esfera pública literária e consciência nacional: ainda que se busque, a todo o custo, reafirmar os vínculos transnacionais dos homens empedernidos na busca pela redenção da razão, essa razão é sempre refém das fronteiras dentro das quais está a comunidade política imaginada. O afastamento de Hipólito da Costa de seus “irmãos” portugueses e sua maior proximidade dos brasileiros demonstra essa busca pela filiação nacional em detrimento da República das Letras.

5.3 Diálogos internacionais

Dentre os letrados portugueses, muitas vezes a opção pela França ou pela Inglaterra revelava as próprias disposições ideológicas dos escritores. José Anselmo Correia Henriques é o caso mais exemplar: por manifestar opiniões absolutistas e anti-maçônicas, foi ostracizado pela comunidade portuguesa em Londres e obrigado a retirar-se para a França. Em 1821, novamente na Inglaterra, ele põe à prova uma nova tentativa de comentar os avanços das Cortes de Lisboa, não obtendo, mais uma vez, sucesso. O periódico *Zurrague*, tanto quanto o *Argus*, tem vida curta e o seu autor é chamado pelas Cortes de Lisboa a prestar esclarecimentos sobre a expressão “corja de peralvilhos”.⁵⁸³ Novamente em Paris, agora em 1823, ele publica as já mencionadas odes contra o liberalismo, nas quais imprecava contra Bernardo da Rocha Loureiro, a voz liberal que persistia em Londres uma vez já finado o *Campeão* e o *Correio*. Sua opção pelo absolutismo fez com que permanecesse, durante a efetivação das ações da

⁵⁸³ Joaquim de Freitas, em seu *Padre Amaro*, questiona a preocupação das Cortes de Lisboa com a expressão usada por Anselmo Correia: “O certo é que em vez dessa locução demasiado democrática, melhor tivera falado o Redator do desapiedado *Zurrague*, limitando-se polidamente a chamar às Cortes um Congresso pouco prudente e acautelado nas medidas que toma; desculpando-o ao mesmo tempo e com boas razões de não tomar outras melhores. Mas ainda que a tal palavra, arrepiada arranhe os ouvidos dos Deputados, que direito têm eles para chamarem a Lisboa um Redator e ali o punirem de um crime cometido em Londres?” *Padre Amaro*, Setembro de 1821, p. 204.

Santa Aliança, na França. Outro caso é o de Francisco Solano Constâncio que, desde muito cedo, tendo revelado tendências pró-bonapartistas, evadiu-se para a França onde se tornou panfletário da revolução. Nesse sentido, como afirma Fernando Egídio Reis, “mesmo após a revolução liberal portuguesa, as divergências políticas entre os que optaram por Londres ou por Paris para local de exílio continuavam a ser evidentes e a integrar o discurso ideológico e político.”⁵⁸⁴

Entre 1815 e 1820, os três periódicos portugueses publicados na França possuíam objetivos mais marcadamente científicos,⁵⁸⁵ sem deixar, mais com o intuito de combater a influência de Hipólito da Costa e derivados, de tocar nos temas políticos. São eles *Os Annaes*, *Observador Lusitano* e *O Contemporâneo*. Francisco Solano Constâncio dá início à imprensa lusa em Paris com o *Observador Lusitano em Paris*, que circulou no primeiro semestre de 1815. Segundo Constâncio, esta publicação tem como objetivo justamente contrabalançar a influência exercida pela imprensa londrina:

Eu bem quisera não me meter com a política e limitar-me às matérias literárias e científicas, porém o público está há anos acostumado a governar o mundo em seco, e os mais ignorantes discorrem sobre a política como se a entendessem, deixando com tédio os artigos um pouco profundos das artes e ciências, de cujo merecimento não são contrastes (sic). Se S. A. R. e V. Ex.^a se dignassem proteger a minha empresa estou certo de a tornar *executar em um plano mui superior ao dos jornais portugueses de Londres*.⁵⁸⁶

Constâncio não apreciava muito Hipólito da Costa, como registra em suas correspondências. Contudo, em seus contatos reservados através de cartas, é sempre mais incisivo e cáustico do que nos seus impressos públicos, nos quais adota um tom de respeito e moderação. Já em 1822, Constâncio registra numa carta a Silvestre Pinheiro Ferreira:

Seria bem conveniente e mui acertado tirar daqui [Londres] Hippolyto, que é intrigante da primeira ordem, e que está instigado pelo gabinete inglês e creio que pelo Marechal Felisberto Caldeira a escrever de maneira a excitar os brasileiros a desunirem-se de Portugal. Ele é mui amigo de dinheiro e venal por caráter e hábito, e será fácil comprar

⁵⁸⁴ Fernando Egídio Reis, 2007, p. 84.

⁵⁸⁵ “Enquanto nos periódicos de Londres a polêmica pode também ser interpretada como uma estratégia para cativar a atenção e a fidelidade dos leitores, nos periódicos de Paris ressalta um sentimento de pertença a uma mesma comunidade neutra, uma “República das Letras” preocupada com o futuro do país e com a sua integração na Europa. Nesta perspectiva, o papel destes periódicos pretendia ir além da simples transmissão de notícias e novidades. As suas intenções e o seu papel constituíam uma tentativa de participação num esforço comum de desenvolvimento científico. Um esforço universal que ultrapassava as fronteiras nacionais, mas que valorizava, por outro lado, a imagem e a importância do país”. Fernando Egídio Reis, 2007, pp. 449-50.

⁵⁸⁶ Apud Fernando Egídio Reis, 2007, p. 235, grifos nossos.

o seu silêncio com dinheiro ou com algum emprego de natureza a não poder ele ser nocivo. Lembra-me que a missão de Haiti ou outra semelhante conviria bem, para o tirar de Londres, acompanhando-se a nomeação de uns tantos cartuchos.⁵⁸⁷

Dessa rixa duradoura entre o mais expressivo intelectual luso-brasileiro na Inglaterra e o mais expressivo intelectual português na França, pode-se dimensionar melhor o estado de rivalidade em que viviam os jornais produzidos a partir de ambas as comunidades. Os egos dos jornalistas combatem por uma informação de qualidade superior mas, sobretudo, pela posse de projetos mais concordes com o desejo do povo português – ou de suas fontes de financiamento. Os jornais portugueses na França evitam se pronunciar abertamente sobre temas políticos, limitando-se a tentar responder às investidas liberais da imprensa em Londres. Formado médico em Edimburgo, Constâncio migrou para a França em virtude de sua simpatia pela Revolução Francesa e foi interlocutor ativo de Hipólito da Costa, sobretudo a partir de 1820.⁵⁸⁸ Seu percurso é bastante singular: mais do que Hipólito da Costa, Constâncio estabeleceu embaixadas entre os latino-americanos em Londres, auxiliando no avanço do ideário independentista. Contudo, ao contrário de Hipólito, Constâncio só via sentido nas independências das colônias hispânicas, pregando a subserviência do Brasil a Portugal no antigo formato colonial.⁵⁸⁹

O diálogo dos portugueses com a comunidade de revolucionários hispânicos não é suficientemente documentada pelos trabalhos historiográficos, nem tampouco mencionada nos jornais da época. Sabe-se, contudo, que há um tecido discursivo de temas e argumentos compartilhados, relativos ao *estado natural* das colônias latino-americanas, muito na esteira do que pensou o *abbé* Raynal. A lógica da argumentação republicana, contraditoriamente, se ancora na figura do rei: repúblicas são o desdobramento natural de governos deixados órfãos. O reino posticho de Fernando VII, na Espanha, autorizava a formação de repúblicas na América espanhola. O mesmo não acontecia no Brasil. Se considerarmos a eficácia e longevidade da *Gran Logia Reunión Americana*, que apostolava ideias muito próximas das de Constâncio, e quem sabe também de Loureiro, poderemos sugerir até mesmo algum grau de participação de ambos num ideário comum. Ainda que essa proximidade seja extremamente alusiva,

⁵⁸⁷ Solano Constâncio, Apud Maria Leonor Sousa, *Um ano de diplomacia luso-americana*. Francisco Solano Constâncio (1822-1823), 1988, p. 95.

⁵⁸⁸ Fernando Egídio Reis, 2007, 495.

⁵⁸⁹ Ibid.

não houve, nos limites desta tese, contato com documentos capazes de comprovar qual foi a intensidade da relação de Miranda, por exemplo, com os portugueses em Londres.

Constâncio, de volta para Paris, dá origem ao *Observador Lusitano*, que contou com apenas quatro números publicados entre janeiro e abril de 1815. A publicação se dá logo após o início da redação de Liberato no *Investigador*, de Loureiro no *Português* e de Alpoim no *Microscópio*. O impulso coletivo em Londres parece ter alimentado o surto da palavra impressa portuguesa também em Paris. São os ecos da reorganização do mapa europeu após a derrocada de Napoleão e marcam a grande ansiedade que antecedeu o Congresso de Viena. No caso de Constâncio, resguardado pela ideia da imparcialidade científica, ele também se propõe a conter a influência crescente dos portugueses em Londres. Sua estréia no mundo jornalístico, contudo, remete a 1797, quando fundou o periódico *The Ghost*, ainda na Escócia, lembrando conhecimento detalhado das doutrinas do jornalista Thomas Paine.⁵⁹⁰ Trata-se do mais longo jornalista e sua experiência ajuda a documentar e dar uma dimensão mais precisa da dificuldade da manutenção de uma publicação periódica. Se, na informação atribuída a Mecenas Dourado, a venda de 400 exemplares em Londres bastava para custear os custos de impressão, em Paris eram apenas 100. É sabido que os custos – tanto da vida quanto do papel impresso – em Paris eram menores. Ao mesmo tempo, Constâncio revela uma diferença substantiva em sua busca pelo mecenato: ainda que fazendo a defesa do trono e do rei, ele quer exprimir essa defesa pela mão amiga do Conde da Barca – aquele que, segundo Hipólito da Costa, encarnava valores negativos para o Reino Luso-brasileiro:

Segundo Constâncio afirmava nesta mesma carta, bastavam-lhe 100 assinantes para suprir as despesas de impressão, não havendo mais despesas senão o seu próprio trabalho, uma vez que garantiria sozinho a publicação do periódico. Para assegurar o sucesso deste projeto, pedia a proteção do Conde da Barca e do Rei. Em troca, prometia ser moderado e evitar as críticas aos assuntos e personalidades portugueses.⁵⁹¹

Tanto Solano Constâncio quanto seus futuros parceiros no jornal *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* – José Diogo Mascarenhas Neto, Candido José Xavier Dias da Silva e Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque – mantiveram larga relação com personalidades da República das Letras à época, entre eles o já conhecido Adrien

⁵⁹⁰ Fernando Egidio Reis, 2007, p. 493.

⁵⁹¹ Fernando Egidio Reis, 2007, p. 235.

Balbi,⁵⁹² que residiu em Lisboa em 1820. Aliás, bem pode ter sido ele a escrever, em julho de 1821, para o *Padre Amaro* sob o codinome *un français qui a résidé a Lisbonne*, justificando as atitudes do Marquês de Marialva diante da Corte Francesa. A condição dos exilados políticos facilitava a construção dessa rede internacional de solidariedades políticas. A impressão deixada é que ela torna o indivíduo suficientemente flexível para absorver ideias que seriam consideradas perjúrio em sua terra natal. Talvez em virtude da “calamidade generalizada” que levantou um estigma sobre a herança francesa, esses interlocutores francófonos podem estar mais diretamente impelidos a evitar a política e se refugiar na ciência, dando apenas retoques pontuais em doutrinas consideradas equivocadas. Indício disso é que todos os três periódicos portugueses surgidos na França serem científicos e, contudo, não se eximirem de tocar na política, na forma de resposta a doutrinas consideradas abusivas, sempre que necessário.

Sobretudo obscura é a trama que liga os portugueses em Londres aos espanhóis e, mais especificamente, aos espanhóis estabelecidos em Londres. A sugestiva hipótese de Lúcia Maria Veloso,⁵⁹³ de que os jornais portugueses bebiam grande influência do periódico de José Maria Blanco White, publicado entre 1810 e 1814, pode ter algum fundo de verdade. O jornal foi criado com o mesmo objetivo do *Correio Braziliense* de instruir os compatriotas acerca das importantes mudanças em curso na Europa. Sua edição inicial abriga os mesmos postulados patrióticos. Ele avança as discussões sobre a temática constitucional na Espanha, que, afinal de contas, aprovou sua primeira Constituição em 1812. A leitura do jornal *El Español*, contudo, não revelou nenhuma interlocução mais direta com os portugueses. E o próprio reino português só aparece nas páginas do jornal a partir do conflito posterior em torno da posse de Olivença. Por outro lado, White aparece em reunião na taverna *City of London* em 1810, quando D. Domingos ainda era membro de honra. Na ocasião, ele é citado pelo *Investigador* como

⁵⁹² Como documenta Joaquim de Freitas, Hipólito da Costa se empenhou em comentar séries de artigos presentes nos anais, não sendo bem sucedido. *Padre Amaro*, Setembro de 1822, p. 198. Adrien Balbi residiu em Portugal em 1820, realizando um vasto estudo sobre o estado sócio-cultural português, no qual inclui um breve mapeamento da imprensa emigrada. Solano Constâncio tinha feito, nos *Annaes*, uma análise muito elogiosa da obra de Adrien Balbi, *Variétés Politico-Statistiques sur la Monarchie Portugaise*. Nessa análise, tecia considerações sobre o lugar do Brasil no seio do império português, defendendo a transferência da capital política e administrativa do império, do Rio de Janeiro para Lisboa. Estava em jogo o argumento de Constâncio de que o reino português se tinha tornado numa colônia do Brasil. Hipólito não aceitava que se tentasse transformar de novo o Brasil numa colônia de Portugal. Enquanto Constâncio defendia que o Brasil precisava da proteção de Portugal, Hipólito respondia que Portugal não lhe poderia fornecer qualquer proteção, nem o Brasil necessitava dela”. Fernando Egídio Reis, 2007, p. 83.

⁵⁹³ L.M.M. Veloso e J.M.M. Sousa, *História da imprensa periódica portuguesa: subsídios para uma bibliografia*, 1987.

um importante colaborador inglês. White é ainda citado por outro periodista espanhol, Alcalá Galiano, como sendo um membro ilustre da República das Letras espanhola, tendo freqüentado, antes de se evadir para Londres, as sociedades literárias de Madri – as mesmas, aliás, que Loureiro. Já em Londres, seus comentários sobre as formas de organização das Cortes de Cádiz ganharam ampla repercussão.⁵⁹⁴

De forma mais abrangente, também são pouco consistentes os indícios de interlocução entre os jornais portugueses e jornais em língua espanhola na América. Ainda que pareçam acontecer contatos de portugueses com o revolucionário Miranda, as menções às gazetas hispânicas são meramente pontuais. Rocha Loureiro, pelo seu conhecimento da cultura espanhola, é nomeado pelas Cortes de Lisboa adido da embaixada portuguesa na Espanha. As várias críticas de Joaquim de Freitas mencionam, jocosamente, a mancebia de Loureiro em terras hispânicas, onde teria deixado uma senhora a ver navios. Não é demais lembrar que o mesmo Freitas acusa Loureiro de querer vender Portugal ao domínio espanhol.

Já o periódico *El Español Constitucional*, surgido em 1819 sob a direção de Fernandez Sardinó, parece ter, este sim, uma influência maior sobre os portugueses – mas, por outro lado, é ainda mais por eles influenciado, surgido no mesmo impulso ativista do *Português* e do *Campeão*. Em carta de abril de 1819, um correspondente observava:

No puedo expresar á ustedes con qué jubilo hemos aplaudido en esta capital innumerables patriotas el proyecto de establecer en Londres un Periódico Español Semanal, para vindicar el honor de la Nacion Española, y de sus augustas Cortes, deshechas por medio del ataque mas brusco y bárbaro, que ofrecen los Anales de la historia antigua y moderna.⁵⁹⁵

Como revela o correspondente, a empreitada é levada a cabo por vários espanhóis estabelecidos em Londres.⁵⁹⁶ Conforme, contudo, avançam as críticas ao jornal, alguns dos colaboradores, sentindo-se amedrontados, escrevem para Sardinó buscando livrar os seus nomes de possíveis perseguições.⁵⁹⁷ É possível perceber que, em

⁵⁹⁴ *Memórias de D. Antonio Alcalá Galiano*, p. 68 e p. 127.

⁵⁹⁵ *El Español Constitucional*, Abril de 1819, p. 24, no original.

⁵⁹⁶ Tomas Lopes, cirurgião, menciona em carta ser o *Español Constitucional* o único jornal espanhol a se publicar em Londres (*El Español Constitucional*, p. 204).

⁵⁹⁷ Assim respondeu Sardinó: “Pero protextamos con el candor que nos caracteriza, que no sabemos la causa que pueda haber inducido á los firmantes para hacer (despues de diez meses) este brusco ataque á un Editor, que ha emprendido una obra útil, no solo para ilustrar su Patria, sino para socorrer con su producto á sus tristes compañeros encarcelados en España, y subsistir él mismo en un Pais extrangero, en compañía de su joven esposa; pues á los firmantes no se les oculta que el Editor del *Español*

Londres, essa incipiente imprensa possui maturidade muito menor que a imprensa portuguesa, no seio da qual os redatores estão suficientemente treinados para afastar ou divulgar rumores e responder ataques da burocracia portuguesa. Ou, mais provavelmente, o aparelho repressivo espanhol era muito maior e mais amedrontador. De qualquer forma, ao que tudo indica, a empreitada de quatorze anos, solidificada através do esforço pioneiro de Hipólito da Costa, alcançou um grau razoável de solidez. A experiência internacional de Hipólito, que percorria desde a formação dos periódicos republicanos nos Estados Unidos até o surgimento da imprensa diária em Londres, serviu de tutora para a experiência portuguesa emigrada. Sardinó parece seguir uma orientação mais acanhada. Seu precursor é José Maria Blanco White. O redator documenta a chegada de várias cartas buscando narrar os sucessos da temática constitucional na Espanha, fazendo oposição escrita ao rei de copas Fernando VII. Nisso, revela a existência de correspondências por vezes inusitadas, como no caso de um leitor Francês:

J'ai lu avec le plus plus vif intérêt le fruit de vos veilles. Je me suis entretenu, verbalement et par correspondence, du *Constitutionnel Espagnol*. Je puis vous assurer qu'on loue à l'unanimité, et votre erudition et vos efforts patriotiques. Vous vous acquittez envers votre pays du tribut que lui doit le vrai citoyen.⁵⁹⁸

Revelando a influência que sofre da imprensa portuguesa, Sardinó noticia a produção do *Portuguez*, que demonstraria a “ilustração” e o “amor à liberdade” no seio do pequeno reino português. Ao mesmo tempo, como vimos, Loureiro é aquele entre os portugueses que mais se aproxima do ideário da união ibérica, daí estar mais próximo dos espanhóis:

Cuantas veces en medio de mis mas leales amigos he dicho com dolor: “hasta los portugueses tienen en Londres un periódico, titulado *El Portugués*, que honra á esa pequeña Nacion, que difunde en ella la ilustracion y el amor á La libertad; y la vasta Nacion Española no tiene siquiera un Periódico, que sirva de freno al Despotismo, que La está exterminando cada vez con mas furor!”⁵⁹⁹

Conticucional no está pensionado como ellos. El virtuoso Pueblo Inglés, (que tanto ha extrañado el ver los papeles públicos de Lóndres el articulo de los firmantes), mi adorada Patria, la Europa entera, y la América (que ha ofrecido un asilo á los honrados Españoles emigrados), en vista de lo expuesto decidirán si es justo atacar la *opinion* de un compatriota, cuyas rectas intenciones estan bien patentes en sus escritos; *opinion*, que es su único medio de subsistência” (*El Español Constitucional*, 1819, p. 227).

⁵⁹⁸ *El Español Constitucional*, Setembro de 1821, p. 372.

⁵⁹⁹ *El Español Constitucional*, Abril de 1819, p. 25, no original.

Dessa proximidade dos espanhóis em Londres com Rocha Loureiro, supõe-se os ataques que, segundo Freitas, *El Español Constitucional* viria a lhe fazer adiante. Sardinó condena constantemente a redação de Freitas, considerado pelos portugueses um *corcunda*, e também Hipólito da Costa, considerado um absolutista abasileirado. A pena mais incendiariamente liberal de Rocha Loureiro, contudo, rende-lhe os elogios que dá conta o *Español Constitucional*. Há que lembrar ainda que Loureiro é o único a fazer menção a encontros na *Crown and Anchor*, uma das tavernas, ao lado da *Albion Tavern*, que abrigaria *meetings* de espanhóis.

A discussão mais acalorada com um periódico em língua espanhola fica por conta do *Correo del Orinoco*, da Venezuela. Quando Hipólito diminui a dimensão da Revolução Pernambucana, para reforçar as suas alegações de que uma República não estava no itinerário dos povos brasileiros já que estes povos tinham um rei, o *Correo del Orinoco* entra no Brasil divulgando várias doutrinas separatistas e republicanas. A longa troca de farpas é mais interessante pela natureza dos periódicos do que pelos argumentos em si mesmos: um órgão venezuelano que entra no Brasil fazendo propaganda republicana e um órgão monarquista impresso em Londres que chega no Brasil clandestinamente ao mesmo tempo em que ao serviço do rei, condenando a tentativa pernambucana de república.⁶⁰⁰ A conclusão de Hipólito é a seguinte: “Isto pois serve de indubitável prova de [...] que o escritor, mui desingenuamente tomou o pretexto de refutar nossos escritos, e mesmo fazer-nos invectivas pessoais, meramente para ter ocasião de introduzir suas doutrinas e dirigi-las aos povos do Brasil”.⁶⁰¹ Evidentemente, não se pode descartar a hipótese de que o redator (ou os redatores) do *Correo del Orinoco* conhecerem pessoalmente Hipólito da Costa, quando das muitas comitivas de latino-americanos que se dirigiram para Londres buscando negociar o apoio da Inglaterra – e, dada a limitação numérica das esferas políticas e intelectuais, estes elementos não incomumente se conheciam. Disso se induz, por outro lado, que Hipólito da Costa não podia ter uma relação de maior afinidade com Miranda ou Bolívar, a quem se atribui a fundação do *Correo del Orinoco*.⁶⁰² No dissídio, *El Español Constitucional* toma as dores do *Correo*, o que torna possível perceber que a temática constitucional aproximava os espanhóis liberais dos latino-americanos republicanos:

⁶⁰⁰ Segundo Torres Cendales e Leidy Jazmín, citando Enrique Santos Molano, o jornal *Orinoco* “era leído en Caracas, Santafé, Quito, Lima, Santiago y Buenos Aires, e incluso enuncia que “llega a todos los rincones de Europa”. *Correo del Orinoco*, s/d.

⁶⁰¹ *Correio Braziliense*, V.XXIII, p. 46.

⁶⁰² Torres Cendales e Leidy Jazmín, *Correo del Orinoco*, s/d

Siendo repugnante á esta idea el error reproducido en el *Correio Brasiliense*, apelaron á la revelacion los déspotas coronados, y la fixaron en los delirios de la imaginacion para hacer pasar la doctrina escandalosa de este periódico: fué menester engañar á los pueblos con la invencion fabulosa del origen divino de los reyes: los sueños de la mitologia produxeron monarcas semi-dioses por la línea paterna; y he aquí abierto el camino para revestirlos de uma autoridad, independiente y agena del pueblo. Para afianzar la usurpacion de los derechos del hombre, se urdió la fábula del poder divino de los reyes. Engañadas las naciones con el artificio de sus sacerdotes, interesados en la patraña, llegaron á ser el juguete de los que usurpaban su soberania, hasta que la luz del desengaño, ó el exceso enormísimo de la tirania las estimulaban al sacudimiento del yugo, y á echar por tierra la pesada carga de sus opresores.⁶⁰³

E, por outro lado, as boas referências do *Correo del Orinoco* ao seu parceiro ideológico em Londres, *El Español Constitucional*, são constantes, como documentam Torres Cendales e Leidy Jazmín:

El impreso londinense *El Español Constitucional* es constantemente citado en el *Correo del Orinoco*, pues en sus páginas se encontraban constantes ataques a la monarquía española. Según el *Correo*, *El Español Constitucional* era escrito por “sabios españoles”, “proscritos por el gobierno y anatematizados por la inquisición”, lo cual no estaba alejado de la realidad, pues su editor era Pedro Pascasio Fernández Sardinó, un liberal quien había participado en los levantamientos contra los franceses y había apoyado fervientemente la constitución de 1812, derogada por Fernando VII a su regreso al trono. En dicho texto se insertaban artículos que mostraban la “usurpación de Fernando, sus baxezas, su ingratitude y conspiraciones” contra su padre; así como las proclamas de felicitación a los españoles después de los levantamientos que obligaron al Rey a firmar la constitución de 1812.⁶⁰⁴

O estudo do *Correo del Orinoco* revela ainda o grau de aceitação que possuíam os jornais *The Times* e *Morning Chronicle* na América Latina. Boa parte das informações provenientes da Europa eram extraídas destes jornais, posto que considerados parceiros dos independentistas.⁶⁰⁵ Trata-se de uma afinidade ideológica que se percebe desde os primeiros números de *El Español*, bastante próximo do *Abbé Raynal* no que concerne à reflexão sobre as colônias americanas.

⁶⁰³ “Contextacion dada el 13 de Febrero de 1819, por el Editor Del Correo Del Orinoco à La severa censura que el Redactor Del Correo Brasiliense publicó en Lóndres em el Núm. CX contra La revolucion de Pernambuco” *El Español Constitucional*, Junho de 1819, p. 111, no original.

Correo do Orinoco, Apud *El Español Constitucional*, Junho de 1819, p. 111, no original.

⁶⁰⁴ Torres Cendales e Leidy Jazmín. *Correo del Orinoco*. s/d

⁶⁰⁵ Ibid.

CORREO DEL ORINOCO.

N.º 1.

ANGOSTURA SABADO 27 DE JUNIO 1818. 8.º

TOM. I.

ESTADO MAYOR GENERAL.

BOLETIN

Del Ejército Libertador de Venezuela, del día 13 de Mayo de 1818. 8.º.

La División del General *Paez* se dirigió à la Villa del Pao, despues de la retirada del enemigo acia la Villa de Cura por consecuencia de la derrota, que sufrió en Ortiz. Su Excelencia creyó necesario destruir un grueso cuerpo, que con el nombre de reserva reunía el Brigadier *Real*, y aprovechar además los recursos, y comodidad, que ofrecía esta ruta para conservar nuestra numerosa Caballería. Al aproximarse nuestras tropas, *Real* abandonó el Pao, y replegó acia Valencia, y la División del General *Paez* marchó sobre San Carlos, que ocupó, despues de haber sido completamente batida la columna enemiga, que inutilmente emprendió defender aquella Ciudad.

S. E. estableció su Cuartel-general en San José de Tinajados el 13 de Abril, y esperó que se reuniesen todos los Cuerpos, que habian obrado con buen suceso en los Pueblos de San Francisco de Tinajados y Barbacoa, que los Españoles intentaron en vano insurreccionar. El 13 marchó el General *Sedeña* con su División acia el Pao; y el 17 la columna de Caballería à la ordenes del General *Caraza*, y 300 Cazadores, que se hallaban campados en el Rincon de los toros, fueron sorprendidos, y dispersados por el Comandante *Lopez*, que murió en esta accion con una gran parte de su fuerza. El General *Sedeña*, à la cabeza de mil y quinientos hombres de toda arma, volvió à los Llanos de Calibozo.

Los enemigos, erguidos con este último suceso, resolvieron salir contra las fuerzas del General *Paez*, y al efecto reunieron todas las guarniciones de las plazas, y aun los Cuerpos Civicos de Caracas. Con este nuevo Ejército, bajo las ordenes del Brigadier *Latorre*, se presentaron el 2 del corriente en la llanuras de Cogede en donde nuestras tropas los esperaban con impaciencia. Es aquí en donde se ha dado un combate sangriento, y en donde los Españoles han acabado de conocer la superioridad de nuestra Caballería.

El enemigo se presentó con su Infantería en columnas al centro de otras tres columnas de Caballería, que formaban sus alas. Nuestro Ejército le aguardó en formación de batalla: el General *Anzoategui* mandaba la Infantería, el Teniente-Coronel *Cornelio Muñoz* la Caballería de la derecha, y el Coronel *Yribarren* la de la izquierda; el Coronel *Hangel* mandaba la reserva. Nuestra línea cargó con la mayor intrepidez sobre el enemigo, y à pesar de su firmeza, fueron destrozadas sus columnas de Caballería, y mucha parte de su Infantería. La que no entró en combate debió su salvación à haber tomado

el bosque por la necesidad de nuestra reserva, que no llevó su deber, à pesar de los esfuerzos de sus Jefes. El campo quedó cubierto de mil esclaveros, de multitud de armamento, municiones, equipajes, comisarías, y gran cantidad de prisioneros. El Brigadier *Correa*, Jefe del Estado Mayor-general, y el Coronel *Gonzales Villa*, Comandante de Castilla, han muerto entre otros Oficiales de graduación. También se dice del General *Latorre*, aunque no se sabe positivamente. Todos los Jefes de los Dragones de la Unión, de los Huzares, y Lanzeros del Rey, han muerto igualmente.

Nuestra pérdida es penosa; pero se hace muy sensible por no haber podido obtenerse un completo suceso, continuado nuestras marchas hasta Valencia, por el estado à que ha quedado reducida nuestra Caballería por sus marchas, y contramarchas. La División del General *Sedeña* mantiene en tranquilidad todos los Llanos de Calibozo.

En ocho combates, que con sucesos alternados han prolongado una campaña, que debia haber sido ya terminada, se ha visto de ambas partes conservar las posiciones, que respectivamente mas convienen à los dos Ejércitos. Los Españoles fuertes en Infantería cubren las montañas; nosotros fuertes en Caballería poseemos las llanuras, y todo el interior de Venezuela. Aunque aparentemente esta campaña parece inclinarse, nada puede hacerla inclinar en favor de las armas Españolas. Ellos han perdido sus Generales, Jefes, Oficiales, y tropas Europeas, y mas de tres mil Soldados del pais, todos los recursos, todos los abastos, y todas las Caballerías. Nosotros hemos sufrido la pérdida, debemos confesarlo, de mas de mil Infantes y quinientos Caballos, algunas armas y municiones, y algunos bravos Oficiales; pero nosotros reparamos nuestras deficiencias con la misma prontitud, que las experimentamos, en tanto que nuestros enemigos tienen sus elementos militares à tanta distancia del teatro de la guerra, y sus sacrificios por esta causa les son infinitamente mas costosos que à nosotros, que todo lo tenemos en el seno de nuestro país.

Quartel-general en San Fernando.

El Sub-Jefe del Estado Mayor-General,

FRANCISCO DE P. SANTANDER,

BOLETIN

Del Ejército Libertador de Venezuela, del día 16 de Junio de 1818. 8.º.

La brillante accion de Cogede, y las penosas marchas que habia hecho la División del General *Paez*, hasta aquel día lo pusieron en la necesidad de venir sobre el Apure, para reorganizar y remontar su Caballería, sin que los restos de la

GRAVURA 11: *Correo del Orinoco*, edição inaugural de Junho de 1818.

A oposição desvelada de Sardinó à monarquia encontra, evidentemente, respaldo nas atitudes dos revolucionários latino-americanos. Esse debate parece ter aproximado,

em alguns momentos, Rocha Loureiro dos espanhóis e dos latino-americanos. Ao mesmo tempo, aproximava também Solano Constâncio, amigo de Miranda. Contudo, o ideário afinado de Constâncio e Loureiro parece encontrar barreira no fato de não se conhecerem efetivamente: o primeiro sai de Londres em 1810 e o segundo chega em 1813. Constâncio foi reprovado no exame final de medicina em 1797, enquanto Loureiro se formou em Coimbra em 1806. O primeiro debutou no jornalismo, ainda na Escócia, em 1797, enquanto Loureiro, em 1809, estreava o *Telégrafo* junto com Pato Moniz. São duas experiências que, ainda que igualmente longevas, não parecem ter se cruzado de forma mais direta.

A pouca densidade da imprensa espanhola emigrada diante da portuguesa pode ser notada, ainda, na inexistência de maior mobilidade crítica diante das publicações em língua inglesa, como acontece entre os portugueses. Para estes, as formas de coleta e redação dos ingleses eram motivo de críticas contínuas: os assuntos portugueses eram, segundo os mesmos portugueses, tratados de forma incompleta e superficial. Há mesmo um esforço sistemático para rebater os vários argumentos da imprensa inglesa contra a ocupação de Portugal. *El Español*, por outro lado, apenas se limita a fazer o elogio da imprensa inglesa, debaixo da qual se encontra suficientemente contemplado, eximindo-se de realizar o mesmo tipo de crítica dos jornais portugueses. Na passagem a seguir, por exemplo, o *Examiner* é um jornal sábio e moderado:

Conociendo que la pintura de Fernando hecha por una pluma española, pudiera reputarse por parcial ó exagerada, nos ha parecido mas conducente el copiar los cuadros que de este Grã-Señor ham pintado los extrangeros sensatos imparciales, tanto en las cámaras del Parlamento Británico, como en los Periódicos de toda la Europa, - á ver si sus esclavos se averguazan de su degradada situacion y vil servidumbre – el moderado y sabio autor del *Examiner* de Londres en el num. del 16 de mayo dibuxa así al soberano de España.⁶⁰⁶

Estes indícios, capturados através das menções que uns jornais fazem aos outros, ajudam a melhor dimensionar a República das Letras. Nesse sentido, o *Padre Amaro* chega a documentar, na sua edição de abril de 1820, a existência de um panfleto que teria saído em Veneza, com o intuito de criticar os jornais portugueses em Londres:

O principal objeto do nosso viajante [o Veneziano] é refutar por miúdo *O Portuguez*, que ele chama *O lóbrego Bernardes*; (está em boas mãos) e, em grosso, todos os periódicos que se imprimem em Londres; e não duvidamos que dê cabo deles; porque nada há que possa resistir à força das boas razões que dá Sua Senhoria. *O Portuguez*,

⁶⁰⁶*El Español Constitucional*, Agosto de 1819, pp. 283-284.

esse já está por terra, só com a lembrança feliz de o ter comparado o nosso anônimo com os redatores da insípida *Minerva*. Este anônimo, decerto, *n'est pas un mal adroit*.⁶⁰⁷

Não cabe, nos limites deste trabalho, perceber até onde ia a eficácia prática dessa rede que incluía ainda o contato de carbonários italianos com maçons portugueses⁶⁰⁸ ou de revolucionários napolitanos com parlamentares em Portugal. Não obstante, muito provavelmente, os interesses comuns podem ter dado origem a várias redes de afeto e solidariedade política. De qualquer forma, a frutífera interlocução em língua portuguesa possui interesse tanto sociológico (do ponto de vista dos trânsitos de indivíduos e a real facilitação de deslocamento que o pertencimento a sociedades de letrados permitia) quanto relativo às linguagens políticas (no sentido de perceber como um arcabouço compartilhado de ideias influía no desenvolvimento de ideais revolucionários em Portugal, Espanha, Nápoles ou França). A questão que tem nos motivado, neste capítulo, é a percepção de que se está forjando, no âmbito da comunidade europeia, uma rede de afetos e solidariedades que tem como fundamento a busca por redimir o homem através de um conhecimento mais completo de tempos nitidamente convulsos, que demonstram a dificuldade de estabelecer diagnósticos políticos estáveis para a realidade.⁶⁰⁹

O impulso gerado por estes periódicos abriu várias vias de expansão de ideias tanto políticas quanto científicas, ambas a partir do pragmatismo característico das Luzes ibéricas. No que concerne ao Brasil, o trabalho de Lavina Ribeiro documenta bem a formação de postulados profissionais relativos ao exercício intelectual, que seriam absorvidos durante a formação da incipiente esfera pública brasileira, todos tributários da atividade panfletária de Hipólito da Costa – da qual Luís Augusto May, como se viu, é o principal herdeiro.⁶¹⁰ Por outro lado, as várias vias abertas por Liberato e Loureiro, em Portugal, deram alento a um surto de periódicos que cresceu paralelamente às atividades das Cortes.⁶¹¹ Tanto no Brasil quanto em Portugal, o caráter

⁶⁰⁷ *Padre Amaro*, p. 397.

⁶⁰⁸ “Como consequência direta da segunda incrementaram-se as relações entre a Carbonária napolitana e a recém-constituída Carbonária portuguesa – com suas ancilares, as lojas de Jardineiros –, deslocando-se a Portugal uma missão revolucionária napolitana, cujo impacto real é ainda mal conhecido”. Oliveira Marques, 1989, p. 14.

⁶⁰⁹ Fernando Edígio Reis, 2007, p. 450.

⁶¹⁰ Lavina Madeira Ribeiro. *Imprensa e espaço público*. A institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1964). 2004, p. 52.

⁶¹¹ “Para compensar a debilidade da rede escolar e até a resistência das populações intensifica-se a atividade jornalística, poderoso meio de sociabilização política e ideológica, de formação e informação dos cidadãos, divulga-se o teatro como uma função essencialmente didática, difunde-se o livro, fomenta-se a leitura, criam-se espaços de sociabilidade e de cultura. Aprendizagem e conquista da cidadania, com

efêmero dessas publicações, associadas ao crescimento de um liberalismo que servia apenas para solidificar as posições dos “novos congressistas”, acabaram diante do subsequente retorno da censura à palavra impressa. As bases para a construção de uma esfera pública que se pretendia porta-voz dos reclames nacionais, contudo, estavam lançadas.

vista a uma regeneração social que deveria seguir a passo a regeneração material para se atingir o progresso. Progresso, como dinâmica multidimensional: política, jurídica, econômica, mental, cultural. E é no liberalismo que se vai concebendo e progredindo esse conceito de progresso, como base da construção da ‘civilização liberal’ e como objetivo para a conquista da ‘felicidade’”. Fernando Catroga, s/d, p. 219.

6. Jornalismo

As primeiras manifestações que lembram o exercício do jornalismo, ainda no século XVI, dizem respeito aos correios informativos destinados a pequenos grupos de indivíduos. A consolidação da profissão acompanha a aquisição de autonomia por parte dessas redações epistolares que se tornam regulares e, em vista de sua regularidade, passam a exigir também a captura contínua de eventos.⁶¹² A transformação da realidade em eventos vendáveis dá sentido ao jornalismo que depende de um tempo em que, teoricamente, o amanhã é diferente do hoje. Não é preciso nenhum esforço extraordinário para pensar como o jornalismo depende da tradução da experiência do tempo em eventos que possam ser descritos sem a perda do caráter de atualidade. Ao mesmo tempo, o jornalismo não é puramente um exercício de reflexão e divulgação de notas sobre o tempo presente: ele está vinculado ao surgimento de uma profissão, e daí pesar tanto para a sua compreensão os estudos sobre deontologia.

O jornalismo é uma atividade que materializa o sentimento moderno de mudança, isto é, de abertura contínua à novidade. E, dessa forma, constitui-se num dos suportes privilegiados do projeto moderno. Como pontua John Hartley:

It [jornalismo] can be studied as a whole, despite its size and variety; it may be understood as the sense-making practice of modernity. I see *media* not as so many technologies or industries, but as *the ground upon which modernity has been textualized*, as the forms taken by a textual system like journalism. And I'll argue that the crucial feature of *popular culture* is the creation of readerships.⁶¹³

A própria notícia, enquanto fragmento de um tempo distendido entre o passado e o futuro, e para o qual o futuro corre de forma incerta e o passado se torna as “memórias do tempo”, facilita o rompimento dos saberes escorados na força da tradição, inviabilizando, tão rapidamente quanto estabilizando, determinados temas, argumentos e panoramas. De uma forma geral, o jornalismo surge no bojo da modernidade e ajuda a textualizá-la, lembrando que o projeto moderno aparece como catalisador do ideário

⁶¹²Richard During, *Nation and narration*, 1990, p. 144.

⁶¹³ John Hartley, *Popular reality: journalism, modernity, popular culture*, 1996, p. 31, grifos nossos. John Hartley acrescenta, sobre a exclusividade do jornalismo em sociedades modernas: “Journalism is *the* sense-making practice of modernity (the condition) and popularizer of modernism (the ideology); it is a product and promoter of modern life, and is unknown in traditional societies. Journalism is more intensive the more ‘modern’ its context, thriving most in urbanized, developed, industrial and post-industrial contexts; its densest and most exotic flowerings being found where literacy, affluence and social differentiation are highest, where competitive, individuated lifestyles are most developed” (p. 33).

político revolucionário, ao mesmo tempo em que o exercício jornalístico ajuda a desestabilizar as estruturas de poder do Antigo Regime. Como acrescenta John Hartley, ambos, jornalismo e modernidade, exigem um conjunto de práticas associadas ao capitalismo e ao consumo, à liberdade e ao progresso:

So much a feature of modernity is journalism that it is easy to describe each in terms of the other – both journalism and modernity are products of European (and Euro-sourced) societies over the last three or four centuries; both are associated with the development of *exploration, scientific thought, industrialization, political emancipation and imperial expansion*. Both promote notions of *freedom, progress and universal enlightenment*, and are associated with the breaking down of traditional knowledge and hierarchies, and their replacement with abstract bonds of virtual communities which are linked by their media. Journalism and modernity are marked by co-development of capitalization and consumerism, market expansion and the infinite, fractal differentiation of both product and purchaser, niche and need.⁶¹⁴

O jornalismo, contudo, transcende o projeto moderno numa dimensão que não cabe abordar no limite destas páginas: ele textualiza tudo que se torna, na condição de notícia, capitalizável. Na condição de empresa, o jornal não é apenas a busca pela novidade, é a busca por uma discursividade que depende da inexistência de teleologia, já que a teleologia é, enquanto final do tempo, final do próprio jornalismo. Daí dizer-se que a *midiasfera* jornalística casa tão bem com o niilismo pós-moderno: qualquer desfecho ou projeto é negado. Para o homem moderno, contudo, cuja busca de uma teleologia em torno da razão era tão importante – como demonstrado no exemplo da lanterna mágica de José Liberato – o jornalismo ainda vendia a certeza nacional num mundo em que as nações buscavam definir seus territórios, crenças e culturas. É um mundo de territórios em que os principais componentes leitores da nação, as classes médias, são convocados para a participação na “consciência nacional” – na verdade, elas são mesmo projetadas e reivindicadas pelos grupos políticos em ascensão. De uma forma geral, a própria classe média surge e se desenvolve paralelamente ao exercício do jornalismo, sendo reivindicada por este último como seu legítimo representante. Classe média pode ser entendida como uma classe social dotada de razoável poder aquisitivo e padrão de vida, capaz de usufruir das mais variadas formas de lazer e cultura, incluindo os próprios jornais. Como lembra o mesmo John Hartley:

⁶¹⁴ John Hartley, 1996, pp. 33-4, grifos nossos. “I think it can be argued that the universe of modernity looks the way it does today not least because of journalism. Journalism was an essential element in the first few creative moments of the modern world, being one of the principal means by which its democratic energies were excited into existence and then diffused across ‘the people’ in whose name they occurred, giving meaning, context and shape to a whole new universe of secular popular sovereignty”. John Hartley, 1996, p. 77.

democracy, middle classness, freedom, equality, reason, virtue, modernization, comfort, utility, secularism and popular sovereignty had a hard time establishing themselves in people's consciousness and in formal political arrangements, and that *without journalism to promote possibilities and choices that had been previously unknown or un hoped for they would not have been established at all*, never mind the determination of underlying socio-economic tendencies.⁶¹⁵

O jornal, ao abrigar conjuntos de leitores distantes uns dos outros, mas com propósitos de vida semelhantes, ajuda a dar consistência para a consciência nacional. Lembremos que, a partir da escrita dos publicistas portugueses em Londres, esse corpo coletivo de indivíduos identificados com a nação deixa de ter no rei a sua figura mais ilustrativa para concentrar-se nos talentos mais raros e inventivos. É mister que, como alegava Rocha Loureiro, o rei seja o cidadão mais destacado por seus talentos, já que precisamente o “primeiro cidadão”. Contudo, nem sempre o rei está disposto a assumir essa condição e, como já ditava a *Ucronia* de Mercier, o melhor rei era aquele mais capaz de aprender com seus subordinados.

Cabe também observar que os projetos modernos, intimamente relacionados com a ideia de nacionalidade, incorporam muito rapidamente o uso de jornais ao longo do século XVIII. O jornal como busca regular pela novidade torna-se participante da modernidade que se quer emancipar do mundo do *Ancien Régime*. Os vários jornais que surgem propõem, cada um à sua forma, uma determinada organização da sociedade que tem em seu bojo precisamente a classe média e as virtudes ligadas à ascensão da burguesia comercial. Como argumenta L.O'Boyle em seu estudo sobre o desenvolvimento do jornalismo na França, a dispersão de uma literatura de grande alcance, regular, periódica e atual, depende de um conjunto de leitores afinados com a perspectiva da *classe média*, que se tornou um vetor fundamental para a organização dos modernos Estados Nacionais.⁶¹⁶ Apesar da simplificação, é impossível negar que a necessidade de arregimentar essas massas produtivas, relativamente ilustradas, tornou o jornalismo, mais do que atividade panfletária, uma *ocupação de tempo integral*. A necessidade de doutrinar – sobretudo criar – a classe média e a aceleração dos eventos pode ser percebida de várias formas mesmo entre os portugueses: *O Investigador*, coletor de documentos, se torna um jornal antiquado demais para servir às demandas da sociedade portuguesa; surge em seu lugar *O Campeão*, cuja periodicidade quinzenal

⁶¹⁵ John Hartley, 1996, p. 79, grifos nossos.

⁶¹⁶ L. O'Boyle, “The image of the Journalist in France, Germany and England”, 1815-1848”, 1968, p. 301, grifos nossos.

está mais de acordo com a velocidade da história portuguesa e a necessidade de instrução das camadas leitoras que acompanham os sucessos da Revolução Liberal do Porto: está em jogo, como se viu, a definição da nação, ainda que a classe média seja uma abstração em torno do homem encasacado. A busca pela nação, em torno da qual, no argumento andersoniano, se desenvolve o mercado editorial, acontece paralelamente ao romance jornalístico cujo desfecho é a própria nação. Portanto, o jornalismo dos portugueses é um conjunto de práticas panfletárias que deixa de existir concomitantemente à criação e estabilização de representações nacionais, na medida mesmo em que os redatores são absorvidos por esse novo aparelho de governo criado. Aqui devemos distinguir a vontade moderna de desfecho, como se observa nos jornais portugueses, do jornalismo enquanto empresa diária, como o que se desenvolve na língua inglesa a partir do século XIX. Conforme avançam os atributos da *ocupação de tempo integral*, o jornalismo se desliga do ativismo moderno de que emergiu. É dessa forma que se torna difícil imaginar o jornalismo desligado da ascensão de uma profissão. Da mesma forma, o jornalismo passa a necessitar de um conjunto de leitores estável, afinado com a perspectiva de classe média – ao passo que, também esta para existir precisa de um tempo cadenciado, a partir do qual pode sentir aquele conforto a que alude o mesmo Benedict Anderson.

Os primeiros jornais portugueses em Londres transitam entre mecenas surgidos dentre elementos da aristocracia e negociantes evadidos de Portugal. O jornalismo, além de profissão *de tempo integral*, precisava, do ponto de vista infraestrutural, adquirir ligações mais vanguardistas, afinadas com a perspectiva da modernidade. Assim, o desenvolvimento do jornalismo fica atrelado à definição de um corpo de leitores que permite ao jornalista se emancipar dos tradicionais mecenas. A perspectiva de uma classe média consumidora possibilita a emergência de noções deontológicas ligadas ao serviço público – e a soberania, de Hipólito da Costa até Bernardo da Rocha Loureiro, deixa de ser o rei e passa a ser o “povo”. Esse é um marco extremamente importante na história do jornalismo: o rei abandona a condição de primeiro leitor ao mesmo tempo em que se torna cidadão. Evidentemente, o jornalismo português entre 1808 e 1822 não apenas não conseguiu ultrapassar a necessidade de buscar mecenas alocados entre os setores do Antigo Regime como, quando deu um passo adiante, precisou de mecenas que apenas buscavam uma reorganização do reino de forma a favorecer os seus impulsos mercantis, nos casos emblemáticos de Antonio Martins Pedra e Custódio Pereira de Carvalho. De qualquer forma, portanto, ainda que haja a multiplicação de

setores rivais ao Estado Absolutista, as fontes de financiamento disponíveis para os jornais permanecem distantes do formato ideal da “classe média”, constantemente imaginado e virtualizado no “homem da casaca”. As primeiras manifestações jornalísticas, contando entre elas o caso português aqui estudado, não oferecem subsídio suficiente para que o jornalista sobreviva exclusivamente do exercício profissional, impedindo também o desenvolvimento mais pleno de um raciocínio deontológico. Quer dizer, a deontologia se perde numa gama de outras atividades e a inteligência do jornalista ainda depende de coerções mais diretamente políticas – não que passem a inexistir depois. Como no século XVIII francês, os jornalistas recorriam a uma infinidade de expedientes paralelos para conseguir a sobrevivência, aquilo que L. O’Boyle chama *práticas duvidosas*:

Such dubious practices were necessary because the financial basis of the ‘petite presse’ was so precarious. Increased income from sales and advertising would at once enable the newspapers to win independence from political groups, to abandon blackmail, and to cater less to a taste for scandal. Girardin hoped to arrive at a newspaper press like the English; in England, he pointed out, newspapers were read primarily for their news and their advertising and only secondarily for their political doctrine and opinions.⁶¹⁷

Os portugueses parecem transitar entre essas formas regulares de financiamento e os expedientes extrajornalísticos para sobreviver. É nesse sentido que Hipólito da Costa escreveu traduções e lecionou para adquirir verbas extras ou Loureiro circulou entre os negociantes campeando continuamente dinheiro para suas publicações. José Liberato, mais dinâmico, circulou entre os aristocratas de *White Chapel Street* e os negociantes de *City of London*. José Maria Blanco White teve extensa vida social entre os ingleses antes de receber a sugestão de escrever um periódico. Sua preocupação constante com ganhar a vida em Londres fez com que inclusive cogitasse lecionar, para sua “vergonha”, o ofício musical.⁶¹⁸

Escrever, assim, tendo como destinatária a classe média, imbuindo-se de alimentar, nos jornais, projetos de nacionalidade, é começar por fixar o estatuto do jornalista. No anseio de fazer logo algum dinheiro, White revela que não só foi tapeado

⁶¹⁷ L. O’Boyle, 1968, p. 294. No que concerne à imprensa espanhola entre 1820 e 1822, Enrique Cremades pontua: “La misma Periódico-manía se autode-fine y se califica de vieja caduca en el último tercio de su existencia, consciente de que una larga vida periodística no sólo no es rentable, sino que produce cansancio o fatiga en el lector. Esta movilidad de los redactores motiva que el periodista de la época colabore en un breve lapsus de tiempo en distintos periódicos, aquejados todos ellos del mal de la época: la falta de medios económicos y el escaso número de suscriptores”. Enrique Cremades, *La Periodico-manía*, p. 2.

⁶¹⁸ *Autobiografía*, cap. 4.

pelo seu editor como também ficou na dependência dele durante um bom tempo. A vida de um escritor itinerante era difícil. A obrigação de produzir todas as páginas mensais do *El Español* foi-lhe, no início, custosa. Sem conhecer a fundo a legislação inglesa, a relação entre White e o editor francês logo se transformou em uma difícil submissão:

Hasta entonces mi vida había sido tranquila, casi bordeando en la pereza. Escribir y leer había constituido para mí una diversión, nunca una verdadera ocupación, pero de repente me veía en la necesidad de trabajar muchas horas al día en un país extranjero, sin la menor ayuda y con una vaga y acrecentada impresión de responsabilidad. Pero carecía de tiempo para reflexionar. Alquilé una casa desvencijada en Duke Street, en Westminster, uno de esos lugares cerca de Downing Street que han desaparecido totalmente, y empecé a escribir el primer número de *El Español*, del que inmediatamente publiqué un Prospecto. Mi plan era ofrecer hoja y media de trabajos originales y llenar el resto con traducciones de documentos públicos, debates parlamentarios y despachos militares. El trabajo resultó ser muy fatigoso, pero lo más pesado de todo eran las traducciones.⁶¹⁹

O honrado ofício de jornalista, como o chama José Liberato, possuía, portanto, seus percalços. Blanco White teve uma extensa relação com o jornalismo. Antes do *El Español*, publicou o *Semanário Patriótico* juntamente com Isidoro de Antillón e, depois, escreveu vários artigos para a *Quarterly Review*. Entre 1823 e 1825, publicou a revista mensal *Variedades o Mensajero de Londres*, que adquiriu grande número de leitores na América Espanhola. Ele revela, em sua *Autobiografía*, as profundas dores físicas que sentia, e a dificuldade que tinha para pensar na língua espanhola (o periódico *Variedades* era destinado aos hispanoamericanos). Na mesma dor em que Nietzsche encontrou o super-homem e em que George Washington escrevia as suas cartas reclamando dos dentes, White encontrou a divindade e converteu-se para o “unitarismo”. Sua vocação revelou-se a vida clerical. Ao contrário de Loureiro e Liberato, que abandonaram a vida clerical e se entregaram ao ofício jornalístico, White queria encontrar a redenção com seu Deus. Para tanto, migrou do catolicismo para o anglicanismo e, por fim, para o “unitarismo”. Portanto, White é uma exceção. Todos os outros jornalistas estudados ambicionaram transferir os seus afazeres para dentro da atividade profissional regular, dentro da qual poderiam gerir mais estavelmente os seus escritos e dar maior vazão para a sua atividade intelectual. Trata-se de uma preocupação corrente na República das Letras. José Liberato, ao escrever sobre a sua entrada no ofício, motivado por levar o bem “à terra em que nascemos”, oferece também os rudimentos dessa profissão que está sendo criada:

⁶¹⁹ Ibid.

Entrei pois na larga estrada, e para mim sempre honrada, de jornalista. E entrei nela sábado, 6 de abril de 1822. No meu prospecto disse: - ‘O meu novo jornal terá o título de *Campeão Português em Lisboa...* e como estou persuadido que a subsistência a mais honrada e honesta é aquela que se adquire por meio da indústria e trabalhos pessoais, e que nenhuns trabalhos são mais *honrados* e *honestos* do que aqueles, que se dirigem a promover o bem geral da terra em que nascemos; tomei a resolução, e esta *firme*, de me lançar nos braços do público, de promover lealmente a sua causa; e só do *público* receber desde hoje em diante o pão que me deve alimentar.⁶²⁰

Prosseguindo em seu raciocínio, José Liberato defende a liberdade de escrever acima de vínculos de financiamento, mantendo-se livre do que acima L.O’Boyle chamou *práticas duvidosas*. Trata-se de uma discussão que marca à exaustão a intelectualidade do período, em que o escritor se via entre a tradicional chancela do “homem de letras” e a busca por cair nos braços da cada vez menos abstrata classe média, dependendo de vínculos apenas impessoais. Ao mesmo tempo, persiste o “bem geral da terra em que nascemos”, visto como prática importante para ajudar no desenho do Estado Nacional. José Liberato complementa:

*Nunca me sujeitei a escrever a contento de pessoa alguma, sempre quis ser, independente, e só escrever o que entendesse; e isso espero farei enquanto viver. Por consequência, esses chamados meus amigos, podem guardar as suas recompensas para quem por esse preço as queira merecer; a mim não me servem: nunca lhas pedi, nem pedirei; porque já posso bem avaliar qual seja a sua amizade...*⁶²¹

Na prática, isso se traduz em ingressar nos círculos impessoais, nos mecanismos neutros do mercado. Trata-se de uma ambição mitigada pelas severas restrições estruturais da sociedade portuguesa: sabe-se que Liberato pululou entre o financiamento de D. Domingos, Conde de Palmela e Custódio Pereira de Carvalho. Não havia substrato para uma publicação totalmente financiada pelo público, ainda incipiente para sustentar o jornalismo regular, e os jornalistas se ressentem dessa condição acompanhando de perto os sucessos da imprensa britânica. O redator do *Campeão* chega mesmo a atribuir boa parte do mérito da empresa jornalística portuguesa em Londres aos negociantes portugueses que, ainda que longe de comporem uma classe média, são os setores mais interessados no ingresso de Portugal na modernidade:

Já desde muito tempo os snrs. Negociantes portugueses em Inglaterra têm especialmente dado um brilhante exemplo de amor e patriotismo; e pode dizer-se com verdade que a eles decerto se deve a existência e a continuação dos três jornais portugueses impressos

⁶²⁰ José Liberato, *Memórias*, 1855, p. 252, grifos do autor.

⁶²¹ José Liberato, 1855, p. 242, grifos nossos.

em Londres, (maravilha única que nenhuma outra nação apresenta em países estrangeiros), e por consequência todo o aumento indubitável de luzes, que eles têm dado, e estão constantemente dando ao nosso governo e à nação.⁶²²

Além dessas reflexões que, de uma forma geral, caracterizam o estado de transição de Portugal, há as dificuldades puramente pontuais de produção do jornal – dificuldades que acompanham o desenvolvimento da reflexão deontológica. Quer dizer, da busca pelo imparcial até o encontro de critérios objetivos de julgamento e redação. Ser jornalista não era apenas maquinar formas de ganhar dinheiro, era capturar informações, redigir o jornal, editorializá-lo, agradar aos leitores e etc. Hipólito descreve o ofício que se concentrava todo sobre um só homem:

*Agora é essencial ao nosso argumento o declarar aqui que todo o incansável trabalho da redação, edição, correspondência, etc. etc. deste periódico, tem recaído sobre um só indivíduo, que aliás está carregado de outras muitas e mui diversas ocupações, que se lhe fazem necessárias, já para buscar os meios de subsistência, que não pode ter nos escassos lucros da produção literária deste jornal, já para manter a sua situação no círculo público, em que as circunstâncias o obrigam a viver. Isto posto, se um indivíduo somente, sem meios e sem tempo suficiente, tem, com suas continuadas observações conseguido alguns melhoramentos na administração pública de seu país, muito mais se devia esperar, se mais gente, mais poderosa, e de melhor influência o tivessem apreciado em seus esforços.*⁶²³

Hipólito revela que funciona não apenas como *redator público*, como também recorre a outros expedientes para sustentar a si mesmo, à sua esposa Mary Ann Battes, e aos seus três filhos. Era um sujeito do *monde*, cambiando entre o ideal de homem de letras, personalidade renascentista, e o trabalhador regular que precisava ganhar a vida na condição de estrangeiro – *denizen*, para melhor dizer. Além disso, a profissão do jornalista, enquanto comentarista liberal das *novidades do tempo*, era *embaralhada* pela imprecisão dos tempos em que as mudanças mexiam com todos os setores da vida e da cosmovisão européia – não se sabia nem mesmo quais nações continuariam a existir depois dos avanços da Santa Aliança e de qual forma elas continuariam a existir: Portugal perdeu a Guiana que conquistara em 1809 e continuou a existir sem Olivença, da mesma forma que poderia ter passado a existir como território espanhol. Isso torna

⁶²² *O Investigador*, Vol. XVI, p. 241. L. Boyle ajuda a clarificar a questão do financiamento do jornal, que ainda assumia contornos diferentes em Londres e em Paris: “This consideration, suggestive of the intricate connections among politics, economics, and professional growth, helps to explain why, at the very time in France men like Girardin were trying to modify the political character of the French press by creating commercial newspapers based on sales and advertising, in England critics like Mill were judging the emergence of the commercialized press and the professional journalist as loss rather than gain”. L. O’Boyle, 1968, p. 317.

⁶²³ *Correio Braziliense*, Vol XXIII, p. 174-5, grifos nossos.

ainda mais claro como o jornalismo, na condição de prática moderna, precisa de um Estado Nacional – e, em seu bojo, a classe média, i.é, uma sociedade de *cidadãos* no lugar de uma de *ordens* ou *corporativa* – para converter-se em prática editorial regular. Ora, essas características são marcas da própria modernidade de que o jornal é veículo. Não havendo necessidade de tão veloz divulgação das transições e alterações por que passa a sociedade europeia e, antes dela, a própria Europa, seria mesmo difícil imaginar a venda regular de jornais. Mas o esquema mental dos jornalistas portugueses, seu *outillage mental*, não está preparado para isso. Sobre esse *baralhamento* dos tempos, ajuda a esclarecer Rocha Loureiro:

Agora mais do que nunca, estamos convencidos de quão difícil e laboriosa tarefa empreendemos quando nos propomos a escrever este nosso periódico; os sucessos políticos andam tão baralhados; a política das Cortes [espanholas] é tão incerta, tão vária e contraditória; e finalmente anda tudo tão mudado daquilo que parece deveria acontecer; que o pobre Redator se vê a cada hora obrigado a mudar de cálculos e a sua cabeça anda areada, vendo hoje falhar os juízos políticos, que ontem havia assentado, e vendo a cada passo desmentidos pelos acontecimentos todos os planos fundados nas bases da probabilidade.⁶²⁴

Noutras palavras, é a contínua falha no planejamento e reflexão que obriga o jornalista mais do que a um ajuizamento *ad infinitum*, a um distanciamento do juízo e aproximação do fato, cuja coleta já implicava suficiente labor. A velha certeza de escrever sobre o tempo, dentro dos limites da pátria, o *lugar em que nascemos*, para usar a expressão de José Liberato, ruiu. O tempo da *pátria* transformava-se no tempo das massas anônimas, incorporadas a uma nação que precisava cada vez mais de táticas de arregimentação. Exageramos, é certo. Portugal não só contava com um exíguo corpo de leitores como ainda vivia suficientemente vinculado à tradição para não necessitar de um esforço jornalístico dinâmico como o que acontecia na Inglaterra. O que era necessário, nos idos de 1820, eram panfletários da Revolução do Porto: escritores suficientemente hábeis que convencessem o público leitor a participar das mudanças em curso – e, mais do que isso, que pudessem se sentir participantes dessas mesmas mudanças. Mudanças que, como imaginavam os jornalistas, pudessem tornar Portugal um país moderno, capaz de sobreviver no tabuleiro europeu.

O público, além de exíguo, era constituído em boa parcela por um corpo de leitores próximos, cujo julgamento incidia diretamente sobre a reputação do redator. Quer dizer, ainda é mais uma “casta” ou corporação do que o moderno e anônimo

⁶²⁴ *O Espelho*, n. 5, 1 de junho de 1813, p. 33.

público jornalístico. É claro que além da parcela de leitores próximos, os jornais em língua portuguesa se dispersaram para Portugal e Brasil. Todo esse círculo de leitores, imprecisamente imaginados pelos jornalistas, que anteriormente chamamos de República Lusitana das Letras, transformou-se num outro fator de cálculo para a adequação da redação. Evidentemente, esta precisava estar, ainda que num certo grau, de acordo com as expectativas daqueles que liam. Como diz Rocha Loureiro:

Além da fadiga bruta, que há na composição (a qual aumenta, sendo escrita, como o meu *Espelho*, em língua estrangeira) acresce a isto o remorso e escrúpulo, que sempre inquieta o redator; este pela maior parte escreve a medo, porque nunca sabe se o que mandou à escritura está dentro da crítica, ou pode ser justo objeto de libelo: os Jurados o dirão: mas a multa... mas a cadeia?... ora ajunte a isto o apertado lance, em que me vejo, suposto o novo [...] estilo do meu periódico, que há de parecer bem estranho aos costumes de Portugal, onde as gazetas não podem falar senão pela maneira que o faz em Paris o *Monitor*, e o *Jornal do Império*.⁶²⁵

Como já afirmamos, a entrada em cena do *Padre Amaro* em 1820 constituiu um passo importante para pensar as ideias liberais e o jornalismo em Portugal. As críticas que Joaquim de Freitas desferiu contra a Revolução Liberal do Porto buscaram atingir os alicerces de suas motivações ideológicas, ao invés de um ou outro indivíduo com quem o redator tenha tido desavença. E, ao formular sua crítica dessa forma “imparcial”, começou a esboçar um tipo de escrito público mais afinado com o jornalismo como imaginado na modernidade. Joaquim de Freitas observou a fundo o funcionamento da imprensa que se arroga pressupostos de liberalidade enquanto depende tão proximamente de suas fontes de financiamento; que vocifera o liberalismo da Revolução Liberal e não atende a nenhuma voz que questione os seus sucessos. Freitas é, nesse contexto, um chocarreiro. Sua ironia é clara e seu propósito é desferir *soveladas* contra os hipócritas. Ao invés de coletar documentos, ele ironiza a exaustiva coleta feita por três periódicos portugueses em Londres. Logo no lançamento de seu *Padre Amaro*, ele observa outro dos inusitados problemas que está diante de um escritor de folhas públicas: a escolha de um nome que represente sensatamente as aspirações do jornal e não recaia no ridículo público. Mais uma vez, Freitas está sendo irônico:

Isto suposto, e também que já terá cessado o primeiro ímpeto das gargalhadas, quiséramos perguntar-lhes: - se cuidam ser coisa fácil e de pouca monta, o dar a jornal recém-nascido nome próprio, que vá bem a criança, e que seja ao mesmo tempo do agrado de todos os Padrinhos? Se assim o pensam, enganam-se, pelo menos, de dois terços, e perdoem dizer-lhes, que não estão ao alcance do que se passa no mundo dos

⁶²⁵ *O Espelho*, n. 19, p. 145.

periódicos; pois de todas as questões periodísticas, talvez seja a questão do nome a mais difícil de resolver.⁶²⁶

Expostas estas dificuldades iniciais, torna-se possível decantar alguns dos aspectos mais pronunciados do exercício jornalístico dos portugueses em Londres, isto é, perceber como desenvolveram instrumentos vanguardistas – na medida do possível – de redação profissional. Nossa proposta, nesse sentido, salienta três aspectos da produção jornalística: a *metalinguagem* (6.1), entendida como reflexão contínua sobre o seu próprio fazer profissional; a *deontologia* (6.2), entendida como a solidificação de procedimentos profissionais afinados com a ideia de imparcialidade; e, por fim, a *(des)construção da notícia e do autor* (6.3), que envolve métodos e técnicas de captura de informações e de redação e a imprecisão de destacar um autor para tão variado material. Cremos, com isso, oferecer alguma ajuda para a reflexão sobre o estatuto filosófico e sociológico do jornalismo enquanto mecanismo privilegiado da divulgação dos projetos de modernidade bem como, ao fim e ao cabo, contribuir para o desvelamento de uma parte importante da história de Brasil e Portugal.

6.1 Metalinguagem

No contexto de expansão do jornalismo na Inglaterra, a marca surge como um fator fundamental para distinguir um jornal do outro. É no processo de distinção crescente que se solidificam as identidades dos escritores junto aos seus leitores e se refletem, mais continuamente, as técnicas e procedimentos de elaboração do jornal. Na construção de um público, cada jornal contribui a seu modo: se as contribuições fossem todas semelhantes, não haveria espaço para mais de um periódico. Destarte, surge a partir dessa preocupação, ainda no início do século XVIII na Inglaterra, a busca por se afastar dos rivais jornalistas e afirmar uma identidade própria, próxima da ideia de marca – seja ela doutrinal ou empresarial. O jornal *Tatler*, por exemplo, nota o caráter incipiente da doutrina dos seus rivais e garante que ajudará seus leitores a pensar através das sinuosas sendas do território político:

The other papers which are published for the use of the good people of England have certainly very wholesome effects, and are laudable in their particular kinds, they do not seem to come up to the main design of such narratives, which I humbly presume, should be principally intended for the use of politic persons, who are so public-spirited as to neglect their own affairs to look into transactions of state. Now these gentlemen for the

⁶²⁶ *Padre Amaro*, 1820, p. 10

most part, being persons of strong zeal and weak intellects, it is both a charitable and necessary work to offer something, whereby such worthy and well-affected members of the commonwealth may be instructed, after their reading, what to think: which shall be the end and purpose of this my paper.⁶²⁷

Tanto o *Tatler* quando o *Spectator*, e depois na Escócia, na década de 1780, o periódico *The Ghost*, buscam se afastar dos rivais ironizando-lhes a postura editorial. O redator do *The Ghost*, o português Francisco Solano Constâncio, depois repatriado em Paris, afirma que sua identidade jornalística lembra o grande modelo ensaístico de Addison e Steele, seus padrinhos intelectuais.⁶²⁸ Em Portugal, o desenvolvimento dos primeiros jornais portugueses livres de censura segue um esquema semelhante. A solidificação da marca torna-se um fator fundamental que identifica o leitor ao seu jornal, e essas identidades resultam num esforço crítico de um jornal contra o outro. Seus posicionamentos políticos reúnem em torno de si indivíduos cujos projetos políticos e econômicos precisam ser representados publicamente na arena de interação social. A ideia, por exemplo, de uma identidade inconforme com as decisões das Cortes de Lisboa encontra respaldo no *Padre Amaro*, ou a ideia da necessária representatividade dos brasileiros nas Cortes de Lisboa é defendida pelo *Correio Braziliense*. A pobreza doutrinária de um *Espelho*, somada à redundância dos documentos que disponibiliza, resulta em seu fracasso. Para se ter respaldo editorial, o jornal precisava apresentar algo novo, ainda que esse mercado dissesse respeito a um público apenas incipiente.

O esforço dessa tese traz implícita a formação de públicos leitores unidos pela busca por uma identidade comum. O delineamento destas identidades origina os vários choques entre propostas de organização política distintas entre si. O objetivo deste item não é analisar estas propostas, mas perceber de que forma os jornais se convertem num esforço comparativo e, na medida em que vêm pipocar a multiplicidade, conseguem elaborar críticas refinadas ao *modus operandi* da imprensa como um todo, sofisticando seus elementos deontológicos. Quem inaugura essa teia que tem como base um debruçar da imprensa sobre ela mesma é Hipólito: suas primeiras páginas são um resumo das práticas dos homens das Luzes e, por ser o primeiro, ele elabora longas análises sobre os jornais que vão nascendo ao seu redor. E a experiência de Hipólito da Costa junto ao

⁶²⁷ *Tatler*, 12 de Abril de 1709, Apud Bob Clarke, *From Grub Street to Fleet Street: An Illustrated History of English Newspapers to 1899*, 2004, p. 58.

⁶²⁸ Maria Leonor de Sousa, *Um ano de diplomacia luso-americana*. Francisco Solano Constâncio (1822-1823), 1988, p. 131.

jornalismo, como também a de Solano Constâncio e de Bernardo da Rocha Loureiro, é antiga: resulta de um esforço contínuo e sistemático de reflexão, quiçá mesmo o esforço de uma vida. Não se trata, ao contrário do que se pode pensar, de uma iniciativa pontual, motivada pelo calor da circunstância. No caso de Hipólito, é possível apontar o caráter crítico desenvolvido logo em seus primeiros textos sobre a viagem na Filadélfia. Quer dizer, o envolvimento precoce e contínuo do autor com as publicações periódicas, o que pode incluir a proximidade de grandes ensaístas da época, como Benjamin Franklin Bache, Thomas Paine e William Jerdan:

ao observar a reiteração de referências à imprensa periódica no diário de Hipólito e sua recorrência a temas próprios ao discurso de denominações dissidentes do protestantismo anglo-americano, pude entrever uma extensa rede formal, formada por periódicos e outros impressos de filiação republicana, sob o comando da *Aurora General Advertiser*, jornal fundado por Benjamin Franklin Bache, neto de Benjamin Franklin, e principal porta-voz dos *Jeffersonians* na América independente.⁶²⁹

Hipólito demonstra, ao longo do seu exercício jornalístico, conhecer uma grande quantidade de jornais, não só londrinos, mas franceses, espanhóis, latino-americanos, etc.⁶³⁰ A partir dessa escrita que se desenrola indefinidamente, para a qual o tempo presente é o inesgotável fornecedor de temas, argumentos e ideias, surgem imprecisões: trata-se da difícil tarefa de distinguir o erro do verdadeiro, lendo cuidadosamente os documentos e analisando com ponderação os fatos narrados pelas testemunhas. Hipólito da Costa não deixa de acompanhar cada nova publicação surgida em Portugal, como por exemplo, as *Gazetas da Agricultura*, *O Espelho*, *Astro da Lusitânia*⁶³¹ ou o *Jornal de Coimbra*: “assim aparece agora em Portugal o Jornal chamado de Coimbra, conduzido por homens versados nas ciências naturais, e principalmente na Medicina; que dá esperança de grandes frutos”.⁶³² O que impressiona é o redator estar plenamente consciente dessa sua posição privilegiada, de onde pode direcionar os seus leitores para as publicações consideradas boas ou mesmo para as ruins, ao mesmo tempo em que luta

⁶²⁹ Thais Buvalovas, *Hipólito da Costa na Filadélfia (1798-1800)*, 2011, p. 26.

⁶³⁰ Dentre o grande número de jornais citados no *Correio*, aqui se exemplifica: *National Intelligencer*, *New York Advertiser*, dos EUA; a *Gazeta Oficial de Londres*; o *Morning Post*, *The Times*, *The Philosopher*, *Agricultural Magazine*; a *Gazeta do Rio de Janeiro*; a *Gazeta de Moscou*; as genericamente chamadas *Gazetas Francesas*, das quais a principal é o *Moniteur*, também o *Journal du Commerce*; a *Gazeta de Caracas*, *Gazeta de Buenos Aires*; *Redator de Cadiz*; *Publicista de Venezuela*, *Argos Americano*, *El Español*, *Gazeta da Estremadura*, em Portugal *Telegrapho Portuguez*; *Jornal de Coimbra*, dentre uma grande quantidade de jornais portugueses que serão interlocutores diretos, como o *Investigador*, *Padre Amaro*, *O Investigador*, o *Português*, etc.

⁶³¹ “O *Astro da Lusitania*, um dos melhores jornais, que aparecem agora em Lisboa, publicou uma judiciosa exposição contra o Juiz do Povo, e seu procedimento nesta transação; negando, com razão, a autoridade que o Juiz do Povo tem assumido [...]” *Correio Braziliense*, Vol XXV, p. 710).

⁶³² *Correio Braziliense*, V. VIII, 1812, p. 716.

intransigentemente contra a censura no Brasil e em Portugal.⁶³³ Além disso, Hipólito parece querer dar uma real dimensão das funções sociais da imprensa. Para tanto, desloca-se por meio de vasta produção impressa para trazer aos seus leitores *brazilienses* publicações muitas vezes imprevistas, como uma peça chinesa:

A precedente proclamação [imperial] veio na gazeta; único periódico da China: é ministerial, sai diretamente em Pequim, e nada diz senão do interior do Império. Nela vem os Decretos Imperiais; as partes ou representações dos mandarins; as representações ou munições dos Censores; que podem cada um em seu nome, ou também em nome de seus Colegas, e pessoalmente sem que nem o mais poderoso os possa embarçar, chegar até o Imperador com suas censuras sobre o que é ou parece ser mal dirigido no Império.⁶³⁴

Ao comentar a publicação de uma única gazeta na China, Hipólito é taxativo: em virtude de não haver uma vigilância da imprensa, os políticos podem cometer os seus desmandos sem que esses mesmos desmandos sejam conhecidos pela opinião pública. A intransigente defesa da liberdade de imprensa, encimada por Rocha Loureiro, conquistará muitos dissidentes políticos. Contudo, mesmo a dissidência no campo político não escapa de figurar no espaço do jornal: Hipólito se permite expor e comentar várias das ações que são movidas contra ele. Seu esforço para refletir o jornalismo, uma prática profissional relativamente recente, é constante. Ele publica, por exemplo, na abertura do volume XIX uma “porcaria dos Governadores de Portugal proibindo o *Correio Braziliense*”, assinada em 1812 pelo Conde de Linhares. A troca da palavra “portaria” por “porcaria” é intencional:

A ordem a que o tal documento se refere foi expedida a instâncias do célebre Inspetor de Moinhos de vento Conde de Linhares, e renovada agora por seu ilustre irmão o Principal Sousa; em combinação com o Marechal Lord Beresford; e seu íntimo amigo (pois se acham, mui cordiais, sobre esse assunto) o Secretário do Governo Sr. Forjaz: e como nunca foi pública aquela ordem, aqui a inserimos para informação de nossos Leitores; posto que isto seja trovoada velha.⁶³⁵

As ações contra o *Correio*, uma vez inseridas no espaço do jornal, são sempre acompanhadas de comentários jocosos, sejam metafóricos (“o Inspetor de Moinhos de Vento”) ou irônicos (“íntimo amigo”). Hipólito já é capaz de refletir a existência de um exercício de escrita regular, imune às pressões do Antigo Regime crescentemente carente de instrumentos e estratégias para lidar com as publicações periódicas. No

⁶³³ Para um panorama completo acerca dos comentários de Hipólito sobre as obras periódicas em português, ver José Egídio Reis, 2007, pp. 120-6.

⁶³⁴ *Correio Braziliense*, V. XIII, 1814, p. 175.

⁶³⁵ *Correio Braziliense*, V. XIX, 1817, p. 104

excerto seguinte, o redator do *Correio* atribui a constante repressão que tentam criar contra o seu jornal à sua oposição aos “lucros indevidos”, sejam eles derivados do sistema de monopólios (do vinho, do tabaco, do sal, da pesca, etc.), do sistema de concessão de mercês e cargos públicos, da espoliação pura e simples do Erário ou de impostos considerados abusivos:

Eis aqui o patriotismo destes homens, que acusam o *Correio Braziliense* de perturbador, revolucionário, etc. Não há dúvida, que perturbamos o gozo de seus imensos e indevidos lucros; não há dúvida que desejamos revolver a corrupção destes canais, porque a substância pública se dirige às bolsas de indivíduos: nisto nos gloriamos.⁶³⁶

Hipólito entrevê com alguma clareza a sua função de ajudar a renovar um sistema administrativo no qual a nobreza não cumpre mais nenhuma função decisiva, já que servia apenas para emagrecer a “substância pública”. No entanto, o desmesurado crescimento do *Correio* deu, segundo Rocha Loureiro, ao seu redator alguma arrogância, inclusive no sentido de tentar derrubar os seus dois rivais, *O Portuguez* e o *Investigador*. A marca criada em torno do *Correio* e seu crescente poderio político resultou na relativa jactância do seu redator. Segundo Bernardo da Rocha Loureiro, Hipólito chegou a tentar, através da Intendência de Polícia no Rio de Janeiro, a supressão das publicações rivais. Diz Loureiro:

Também por aí haverá escritor que muito folgue com isso, pois não é raro o desejo de um monopólio literário naqueles mesmos que afetam princípios liberais. Essa gente quando uma vez alcançou o fim suspirado de suas fadigas e desejos, chegando a colher o pomo d’ouro numa pensão da corte, outro desejo e fim não tem senão o de ver acabado todos os outros jornais, seja *O Investigador*, seja *O Português*.⁶³⁷

A pretensão monopolista demarca mais um dos aspectos contraditórios da imprensa portuguesa que se ensaia em Londres. Hipólito não parece conseguir coexistir pacificamente com seus rivais jornalísticos, e mesmo percebe em seu fim, posto que defensores ferrenhos de Portugal em detrimento do Brasil, algum benefício. A ideia de uma marca, que já encontra em Londres pleno respaldo, não parece existir harmonicamente no imaginário português: só há um caminho para a construção ideal da pátria e as vozes contrárias constituem um desvio disso. Hipólito da Costa, ademais, diz se eximir das ofensas pessoais e afastar-se das discussões mais tacanhas refugiando-se nos temas políticos de importância. O que não acontece efetivamente. Como já vimos,

⁶³⁶ *Correio Braziliense*, V. X, 1813, p. 575.

⁶³⁷ Apud Mecenas Dourado, *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*, 1957, p. 338.

as acusações contra Joaquim de Freitas plantadas no *Correio* fariam corar qualquer publicista de nosso tempo. Contra os seus declarados rivais, os *investigadores*, Hipólito destila boa parte do seu veneno, alimentando, nesse processo, a identidade editorial de seu próprio jornal. *O Investigador* nasceu a partir dos mesmos propósitos dos impressos portugueses em Londres: debaixo da sombra do imparcial científico, limita-se a corrigir pontuais excessos de seus rivais políticos. Hipólito se refere a essas tentativas de “correções” como “ladrar de cães”:

Não respondemos ao que nos é pessoal; porque o nosso Jornal dirige-se a tratar as matérias que julgamos ser de interesse público; e porque não queremos satisfazer as intenções dos Godoyanos, que é fazer com que os escritores públicos gastem o tempo em atirar com lama à cara uns dos outros; e depois rirem-se; e dizerem aos povos, que a canalha dos homens de letras gastam o tempo como as regateiras em descomposturas mútuas.⁶³⁸

Vê-se que esses debates, ou insultos, são bastante produtivos para firmar as identidades dos jornais e ajudar a fixar seus princípios editoriais. É precisamente no período de maiores insultos que começam a se discutir os limites necessários para a exposição das ideias nos jornais. Contudo, na inexistência desses limites, o itinerário percorrido converte-se na própria censura literária. Hipólito da Costa, bastante maleável se em comparação com o *Investigador*, passa a ter problemas diante do crescimento do *Português* e da chegada do *Padre Amaro*, circunstâncias que o fizeram recorrer à Intendência de Polícia no Rio de Janeiro. Às rápidas declarações de guerra dos seus adversários de letras Hipólito tentará contrapor um afastamento individual:

Resta agora dizermos duas palavras sobre a declaração de guerra. Não aceitamos o desafio; porque não temos razão de interesse público para fazer guerra às pessoas daqueles Redatores; nem o nosso jornal deve servir de veículo de observações individuais, a menos que não julgemos que elas interessem o público.⁶³⁹

Ainda que “não tenha aceitado” o desafio d’*O Investigador*, Hipólito comentou demoradamente vários dos artigos do *Pseudo-científico*, muitos dos quais se referiam pessoalmente ao redator do *Correio*. No processo de crítica, criou uma série de epítetos contra *O Investigador* e tentou desmoralizá-lo publicamente. Ao mesmo tempo em que surge disso uma evidente importância editorial – os jornais destacam aquilo que são, sua identidade, a partir daquilo que não são –, esses dissídios possuem grande importância

⁶³⁸ *Correio Braziliense*, V. VIII, , 1812, p. 700. Godoyano é um termo criado e usado largamente pelo próprio Hipólito. Diz respeito ao ministro Godoy, que articulou a rendição da Espanha a Napoleão Bonaparte. Acaba servindo como adjetivo para indivíduos que são subservientes às políticas do momento.

⁶³⁹ *Correio Braziliense*, Vol VIII, p. 716.

para os primeiros sentimentos de brasilidade, que, como se sabe, são precisamente criados nas disputas entre portugueses e brasileiros. Hipólito da Costa, em seu itinerário londrino, teve contato mais próximo com o debate sobre a “questão brasileira” e, de quebra, contribuiu para lançar elementos pioneiros para a reflexão do Brasil no bojo do sistema monárquico português. Certamente, suas versões para a situação criadas entre 1808 e 1822 contribuíram muito para a cristalização de determinadas narrativas e panoramas sobre a brasilidade.

Sendo o mais antigo dos jornais portugueses em Londres, o *Correio Braziliense* recebeu toda a sorte de epítetos. Se, para os *investigadores*, Hipólito era um revolucionário caraquenho, para Sardinó ele era um absolutista. Uma tão variada gama de características só pode ser explicada pela ausência de padrões de reflexividade num mundo de fronteiras políticas tão pouco definidas. A adjetivação contra o jornal de Hipólito remete mesmo, contudo, à Revolução Francesa e suas ramificações:

O Jornal *Científico* assim como todos os outros nossos oponentes estão no costume de nos chamar de jacobinos, revolucionários, caraquenhos, etc. quando não podem responder a nossos argumentos; nesta ocasião porém é necessário que compreendam mais alguém na sua denominação.⁶⁴⁰

Hipólito, de fato, dedica muitas páginas do seu periódico para a interlocução com *O Investigador*, ainda que o faça, na maior parte das vezes, menoscabando o poder de alcance ideológico de seu adversário, apegado a convenções e formalismos derivados de sua própria fonte de financiamento. A verdade, contudo, é que esse jornal foi se libertando aos poucos das amarras institucionais e se tornou, a partir de 1814, com José Liberato, também ele um crítico severo das instituições políticas portuguesas. Esse momento histórico da imprensa em língua portuguesa mostra que várias propostas políticas surgem como capazes de se desligar do Antigo Regime português para avaliá-lo um pouco mais criticamente.

Cada jornal, quando do seu lançamento, parece estar na obrigação de avaliar a situação da imprensa emigrada, explicando, à luz da literatura existente, qual a importância de sua própria produção. A fragilidade da situação é evidente e os adjetivos que Hipólito mapeia, usados contra ele mesmo, dão conta disso. Era importante mostrar ao público precisamente qual a postura do jornal, afastando-o de críticas negativas. Nesse sentido, o longo e exaustivo prólogo do *Microscópio de Verdades*, de Francisco

⁶⁴⁰*Correio Braziliense*, V.XIV, p. 81.

Alpoim, escrito momentos antes de iniciar a sua rala contribuição literária, avalia a contribuição do *Português, Investigador e Correio*:

princípios pois esta grande obra de debuxar o caráter da nação portuguesa e seu governo passado e presente, mostrando o que ele foi, é, e pode vir a ser o sábio redator do *Correio Braziliense*, foi ele o primeiro, que abriu caminho, e mostrou por onde se devia marchar para obter, e conseguir o fim desejado de fazer prosperar a nação em agricultura, comércio, indústria, armas, e letras: este grande serviço lhe deve todo o bom português, e a ele só, e portanto toda a nação lhe deve ser grata, e até nenhum outro já agora o pode fazer tamanho, porque a dificuldade maior é o achar e descobrir o invento, o aperfeiçoá-lo, ou acrescentando depois da descoberta é mais fácil, e portanto a ele se devem dar todos os louvores, e graças; não pretendo com isto negar o grande merecimento, e serviços que está fazendo ao P.R. Nosso Senhor, e à Nação toda, o sábio, e erudito redator do outro jornal *O Portuguez* – que faz tanta honra ao seu país de Portugal, como proveito aos seus habitantes em ilustrá-los com as suas luzes, e conhecimentos para que eles se conheçam a si, e conheçam as outras nações com as suas qualidades boas e más: e muito menos tenho em vista, o querer diminuir as esperanças, que todos os bons portugueses devem ter de ver o melhoramento da administração pública do seu país, e por consequência a sua prosperidade, quando vem outro científico jornal *O Investigador Português*, de alguma sorte ministerial, falar já, principalmente nestes últimos números a linguagem pura, e clara da verdade, a linguagem (deixei-me assim dizer) da oposição mesmo ministerial para esclarecer, e ilustrar o todo da nação, inserindo imparcialmente não só esforços, e diligências, que o corpo do comércio de Lisboa tem feito, e faz para o melhoramento dele; os óbices que tem encontrado da parte da junta do mesmo comércio, quando esta devia coadjuvá-lo.⁶⁴¹

Esse extenso parágrafo percorre, claudicantemente, várias páginas. A dificuldade do redator em organizar o seu corpo de ideias é responsável também pelo ânimo curto do *Microscópio*. Em 1821, Alpoim voltaria à cena pública para lançar um manifesto contra a separação de Portugal e Brasil. O objetivo de Alpoim, contudo, não é desafiar os outros jornalistas portugueses, e sim combater as alocações caluniosas que, segundo ele, todos os dias eram expostas pela imprensa inglesa contra Portugal – interlocuções com a imprensa inglesa que foram debatidas no capítulo 1 desta tese.

Outro jornal que, a exemplo do *Microscópio*, assume publicamente a tarefa de avaliar o estado da imprensa emigrada em Londres é o *Padre Amaro*. Sob o título “algumas observações sobre os periódicos que se publicam em Londres”, ele discorre longamente sobre o *Correio Braziliense*, *O Portuguez* e *O Campeão*. Ao primeiro chama de *o Adâm* [Adão] dos periódicos portugueses: “Em verdade dizemos que, se o grande arquiteto do Universo tivera dito em sua divina sabedoria *fiat homo Periodicalis* – decerto não houvera criado para este fim criatura mais perfeita”.⁶⁴² E acrescenta:

⁶⁴¹*Microscópio*, 1814, pp. iv-vi, (com a pontuação do original).

⁶⁴²*Padre Amaro*, Outubro de 1820, p. 315.

Há sido o *Correio Braziliense* quem lançara os primeiros alicerces da Restauração Portuguesa, e quem foi, por assim dizer, a causa remota do que agora está sucedendo em Portugal. Dizemos causa remota; porque tendo ele dado o primeiro impulso, outros o seguiram, quando ele arrependido de o ter dado, o quis suspender ou retardar. Ignoramos se no Paraíso Periodical onde nem tudo são flores e frutos, antes há muitos espinhos e abrolhos, fora também reproduzida *a árvore da Ciência do Bem e do Mal*, e se o novo Adam foi seduzido pela Serpente, ou se esta fora seduzida por ele; mas o certo é que, na opinião de muitos, ele perdeu a graça primitiva.⁶⁴³

Quanto ao *Investigador*, Freitas atribui-lhe um aperfeiçoamento contínuo, na medida mesmo em que foi se afastando das opiniões ministeriais e respirando um ar mais liberal. O estilo é “decente e moderado” e os artigos possuem grande amplitude de temas. Freitas atribui o término do jornal à tibieza dos seus alicerces, afinal de contas, vinculados à embaixada portuguesa em Londres. Como o próprio Liberato afirmou, a crescente censura e impossibilidade de declarar o próprio parecer sobre temas caros à pátria fez com que terminasse a redação do jornal. Ao *Espelho*, atribui muito estrépito e pouco efeito prático. Terminando o *Espelho*, Rocha Loureiro migrou para o *Portuguez*, sem parar de tocar a trombeta: “O certo é que a trombeta do *Portuguez* não produziu outro efeito senão o que costumam produzir os sons ásperos que é estrugir os ouvidos sem mover o coração nem despertar o entendimento”.⁶⁴⁴ Entre estes três senhores portugueses, segundo Freitas, ficou estabelecido o *Triunvirato Periodical*, a estrela fixa da opinião publica, “tão diminuta ou tão enredada que apenas se podia distinguir”. Nesse contexto, explica Freitas, surgiu o *Microscópio de Verdades*, de Alpoim, que buscava ser um contraponto à voz predominante em Londres. Dentre todos estes jornais, apenas o *Campeão*, invenção posterior de Liberato, teria seguido um plano e se mantido firme nele. A atenção dedicada por Freitas a este grupo de periódicos mostra o seu grau de coesão e o quanto as suas pautas se encontram inter-relacionadas. Freitas coloca-se na posição do *ombudsman* e sua crítica toca a falta de profundidade e projetos dos jornais portugueses. A longa introdução de Freitas sobre os jornais emigrados, contudo, apenas prepara o terreno para a mais incisiva crítica com relação à adesão despreparada dos jornais aos termos da Revolução Liberal do Porto, à qual todos seguiram prontamente:

Seja porém qual for a causa da revolução, o certo é que ela arrebitou quando menos se esperava, e quer os escritos portugueses tenham ou não tenham algum direito de atribuírem aos seus escritos, pretende cada um ter nela a sua parte; e há tal que se julga

⁶⁴³ *Padre Amaro*, Outubro de 1820, p. 315, grifos do autor.

⁶⁴⁴ *Padre Amaro*, Outubro de 1820, p. 319.

morgado porque ela foi seguida do melhor sucesso; que se fora mal sucedida decerto todos lavariam as mãos como Pilatos.⁶⁴⁵

A crítica de Freitas não carece de fundamento. Pode bem ser que os jornais portugueses estejam de olho mais numa reordenação de poderes que recolocasse a si mesmos e suas fontes de financiamento em lugares mais privilegiados no Estado – como aconteceu com Loureiro, adido da Embaixada na Espanha, e Liberato, deputado nas Cortes. Mas a mais interessante das críticas é desferida contra o *Correio Braziliense*, com a ironia típica do redator, aludindo à pensão que Hipólito recebe (ou pelo menos recebeu em seus primeiros dias de jornalista) através de Paulo Fernandes Viana:

ninguém se persuada que queremos dizer que o *Correio Braziliense* seja pensionado do Governo e receba dinheiro do Rei para fomentar intrigas de oposição a ele mesmo; porque não somos tão mal avisados que espalhássemos uma balela que ninguém acreditaria, por isso mesmo que todos conhecem a delicadeza do *Correio Braziliense*, delicadeza que o põe ao abrigo de tais suspeitas: e também por que sabemos que se ele fosse capaz de receber dinheiro do Rei para desempenho de qualquer missão, que S.M. fosse servida confiar-lhe, decerto tem honra, consciência e capacidade de sobejo para a desempenhar dignamente, e não fazendo um jogo escandaloso de tão Augusto Nome, para a sombra dele ser útil a seus Clientes; e injusto detrator dos que o não são nem querem ser. Se o *Correio Braziliense* está certo de que o Rei o lê e se persuade de que S.M. não percebe as suas malignas intenções, grande injúria lhe faz.⁶⁴⁶

A acusação de venalidade contra Hipólito é, para usar a gíria da época, *trovoada velha*. Freitas, depois de a imprensa portuguesa emigrada em Londres já se ter estabelecido, atribui a si mesmo a função de desafiante interno e, através do mesmo vocabulário político dos *liberais*, joga contra as decisões das Cortes de Lisboa. Daí as várias tentativas de, na impossibilidade de censurá-lo, perseguir sua lista de subscritores. Aos seus perseguidores, nesse contexto, Freitas apelidou de *Comitê Luso-Inquisitorial*, formado por membros do *club* diretamente interessados nos progressos da Revolução Liberal do Porto.

6.2 Deontologia

Na medida em que as manifestações jornalísticas se afastam do subsídio oficial, o jornalismo adquire uma ligação mais íntima com o público. O jornalista passa a não depender mais de outros expedientes financeiros e a imprensa deixa de ser um órgão de

⁶⁴⁵ *Padre Amaro*, Outubro de 1820, p. 321.

⁶⁴⁶ *Padre Amaro*, Outubro de 1820, p. 323.

divulgação de notas oficiais, como no caso das Gazetas de Antigo Regime, e passa ser a expressão crescente das necessidades da sociedade civil. Só a partir daí é possível imaginar o jornalismo como exercício do Quarto Poder,⁶⁴⁷ quer dizer, como “tribunal da opinião pública” capaz de julgar os excessos do Estado (não é à toa que sentinela e atalaia foram títulos privilegiados por jornalistas brasileiros, ainda na década de 1820). No caso dos portugueses, a situação é de transição e a busca por mecenas permanece constante. José Liberato, por exemplo, já consegue entrever um conjunto de negociantes que animou, com seus esforços patrióticos, a vida da imprensa portuguesa em Londres. Ele afirma que a sua proximidade do seu público é a única garantia de que o dever de informar pode ser devidamente respeitado. É esse público que polícia a qualidade da informação e respalda o jornal através das assinaturas. Trata-se de um voto de confiança depositado no jornalista que, por sua vez, retorna através de informação com qualidade.

A subscrição que José Liberato deixou de ter quando saiu do *Investigador* tornou difícil para ele imaginar uma forma regular de jornalismo. Sua reflexão profissional passa a sofrer alterações substantivas quando ele se afasta do serviço do rei, visto como o “primeiro leitor”, característica constante das Gazetas, e se aproxima dos seus leitores reais. Liberato via como impossível servir a dois senhores: não podia escrever a mando de um ministro e, ao mesmo tempo, manter-se sincrônico com os interesses do público. A ampliação do mercado editorial, vista no contexto da criação de uma oposição efetiva ao Antigo Regime, foi o que permitiu a emergência do *Campeão*, um jornal mais próximo da consolidação de pressupostos modernos afinados com a ideia de *profissão*. No caso dos portugueses, de uma forma geral, isso é visível apenas *en passant*: sabe-se que não houve, no período estudado, a consolidação de um público leitor fora das esferas diretamente vinculadas ao Estado e muito menos houve o desenvolvimento da classe média enquanto público leitor.

A reviravolta mais substantiva no conjunto de práticas jornalísticas, aquela que contribui decisivamente para o delineamento das regras profissionais, é o desenvolvimento da reportagem. Antes disso, o jornalismo se relaciona com formas ambíguas de documentação, ensaísmo e arquivismo. Com o desenvolvimento da reportagem, o jornalismo se torna mais precisamente conhecimento de tempo presente, passando a demandar regras de observação particulares. Se, antes, eram os documentos que revelavam a verdade, agora é a presença do jornalista que pode garantir algum grau

⁶⁴⁷ Bob Clarke, 2004, p. 256.

de veracidade para o evento, com a condição de que se coloque diante do evento a partir das regras de observação imparciais desenvolvidas pela comunidade de jornalistas. Como estava fora de contexto lançar observação sobre as guerras, os primeiros alvos acabaram sendo as Câmaras de Deputados. Evidentemente houve, como na França observada por Robert Darnton, reportagens que buscavam capturar aspectos pitorescos da vida urbana. Contudo, não fazem parte do itinerário regular de recolha de informações e nem exigem regras de elaboração e conduta como as que começam a se desenvolver com o *The Times* e o *Morning Chronicle*. A freqüência na Câmara dos Comuns exige que o jornalista descreva para o seu crescente público leitor os métodos adotados para conduzir a observação. É claro que esse tipo de observação passou a ser requisitada diante da freqüente parcialidade dos jornalistas diante das correntes políticas das quais eram simpatizantes. De qualquer forma, o desenvolvimento da reportagem passou a exigir a análise presencial dos eventos políticos. Nesse momento, a reportagem começa a se distanciar do ativismo e a fixar o estatuto do jornalismo como profissão fundamental no mundo moderno, também afastada do arquivismo e do exercício memorialístico.⁶⁴⁸

A própria reportagem surge da necessidade de registrar os acontecimentos nas Seções das Câmaras. A guerra, que despertava mais a curiosidade popular e, certamente, vendia mais jornais, ainda não podia ser reportada diretamente. Os jornais não possuíam cacife financeiro suficiente para fomentar a observação *in loco* das batalhas. E isso só vai acontecer através dos primeiros fotógrafos enviados para cobrir as guerras, já no final do século XIX. Como lembra Dror Wahrman, a reportagem desenvolvida nas Câmaras não oferecia muita dignidade ao jornalista: ele se misturava à multidão para tentar capturar, através da escrita, detalhes das falas dos deputados:

the reports had to wait with the crowd till the doors were opened at noon, force their way with the great struggle into the gallery, and secure as well as they could the back seat, not only as the best for hearing but as having no neighbours behind them to help the motion of their pencils with their knees and elbows. From twelve o'clock till four when the business began, the position thus occupied had to be secured.⁶⁴⁹

⁶⁴⁸ Como observa John Hartley, “The journalists were [...] activists, inciting and exciting the people, cajoling and educating them to action, while simultaneously providing running critique of the institutions and individuals involved in every level of formal politics. Some of them were also elected representatives in the National Assembly or the municipalities, or organizers and leaders in the political clubs (parties) of the day”. John Hartley, 1996, p. 88.

⁶⁴⁹ Apud Dror Wahrman, “Virtual representation: parliamentary reporting and languages of class in the 1790s”, 1992, p. 86.

Esses detalhes, aparentemente inócuos para o estudo da imprensa portuguesa emigrada, revelam diretamente o estado de transição profissional por que passa essa mesma imprensa. Se não existe uma classe média e nem um público leitor nacional, por outro lado há o desenvolvimento de artifícios de investigação que ligam a imprensa emigrada diretamente ao jornalismo profissional. O *Padre Amaro* recebe a correspondência mensal do intitulado *Juiz da Vintena*, encarregado de dar novidades de Portugal aos mesmos portugueses, através da edição realizada por Joaquim de Freitas. Da mesma forma como na imprensa inglesa, o trabalho do *Juiz* começa a adquirir um desenvolvimento mais sistemático e regular de acordo com o avanço das Cortes de Lisboa. Enquanto todos os outros três jornais emigrados publicam extratos das falas, o *Padre Amaro* apresenta uma significativa novidade editorial: registra os comentários do seu repórter, plantado no local para fazer a observação das seções. E o Juiz é taxativo:

As suas sessões continuam com a mesma frequência, e com o mesmo sucesso, que pelo passado. Gasta-se o tempo em *saber novidades e receber visitas*: eu me explico: o Senhor Presidente declara que a sessão está aberta; lê o Senhor Secretário Freire a ata da sessão antecedente, que já não é uma novidade; e depois vem o Senhor Secretário *perpétuo* Filgueiras, dar miúda conta do *Registro* de entrada: os navios que entram; os passageiros que trazem; o que se diz no país, de onde partiram; quantos dias de viagem, etc. como se cada um dos Senhores deputados não pudesse ler nos diários todas estas novidades, depois do seu café; ou, se para as ouvirem em soberana assembléia, seja preciso pagar a cada um uma moeda de ouro por dia, sem falar de milhares de atribuições todas vantajosas, e *familiares*.⁶⁵⁰

Pode parecer temerário atribuir a essa atividade não remunerada, desenvolvida claudicamente entre os outros afazeres profissionais do *Juiz*, o estatuto de uma profissão regular. Pode parecer e é: o *Juiz* é mais um diletante do que um repórter. Contudo, ele desenvolve um esforço contínuo e sistemático para capturar essas mesmas informações. Ao contrário dos outros informantes que, eventualmente, contribuem para os jornais emigrados, o *Juiz* é uma fonte regular. Diante da escassez de notícias ou da hegemonia da informação oficial, ele suspira: “Pedir notícias verdadeiras a quem se acha colocado entre penúria de verdades, e abundância de mentiras, é expor-se a não ter resposta”.⁶⁵¹

Antes da reportagem, a atividade documental era regulada por determinados pressupostos *heurísticos* de observação: os jornalistas ingleses começaram a se afastar do ativismo apelando para a imparcialidade implícita na disposição de pareceres opostos

⁶⁵⁰ *Padre Amaro*, julho de 1821, pp. 64-5, grifos do autor.

⁶⁵¹ *Padre Amaro*, fevereiro de 1820, p. 66.

sobre um mesmo evento. Isso, na prática, apenas servia para fortalecer os pontos de partida adotados pelos jornalistas. Como observa Hartley: “the impartiality of the press for such activists was real but unrecognizable to today’s notions of neutrality and balance: they were impartially for anything that furthered the cause of popular sovereignty, and impartially *against* anything they saw as counter-revolutionary”.⁶⁵² O próprio *Investigador*, jornal financiado pela Embaixada Portuguesa em Londres, argumenta as suas verdades úteis, inseparáveis do esforço em conciliar teses opostas:

Mas nesta sua marcha [o jornalista] que é obrigado a seguir imparcialmente, e sem outras contemplações mais do que as da decência, verdade e interesse público, muitas vezes pode ser enganado, e publicar coisas que, parecendo-lhe úteis verdades, são realmente mentiras e calúnias. Contudo, é impossível prevenir este inconveniente, porque ou nada se há-de publicar, o que seria um verdadeiro prejuízo público; ou então uma vez ou outra se hão-de referir coisas falsas ou exageradas.⁶⁵³

É notável que o jornal financiado para fazer a defesa pública do ambíguo D. Domingos reconheça a presença constante do erro no decorrer do exercício de documentação. A garantia de que a imparcialidade será conquistada é a observância da decência, verdade e interesse público. O instrumento para se alcançar estes valores, segundo José Liberato, é o peso do *pró e contra*:

Que meio haverá logo para conciliar estes embaraços, e nem privar o público de verdades úteis, nem deixar sem punição a quem anuncia falsidades? Um muito simples, e rigorosamente imparcial: - *a publicação do pró e do contra de todas as comunicações que se fazem*. Sim, o Jornalista, não pode ameaçar com castigos; mas pode seguramente dizer aos seus Correspondentes – ‘guardai-vos bem de enganar-me, porque se assim fizerdes, sem nenhuma contemplação, vereis também expostos à vista do público documentos da vossa falta de verdade, ou dos vossos exageros ou imprudências’. ‘Esta linha de comportamento seguirá pois sempre o *Investigador Português*; e nas suas páginas receberá liberalmente tanto uns como outros desses escritos em que se aprovarem ou desaprovarem asserções de alguma utilidade geral.’⁶⁵⁴

O anúncio do pró e contra incrustou a dinâmica do fazer profissional jornalístico, preservado ainda hoje sob as regras da gramática chamada de objetiva. O estudo dos jornais portugueses permite se deparar com um determinado modelo de jornalismo para

⁶⁵² John Hartley, 1996, p. 87.

⁶⁵³ *Investigador*, V. XVII, p. 404. Como se viu, Liberato junta à imparcialidade a independência: “Na minha opinião, para que um jornal possa ser de proveito a um governo, deve de vez em quando, por sistema, opor-se moderadamente às suas operações, para depois ficar com direito, perante o público, de apoiar com fruto outras medidas mais importantes. Assim é só que pode mostrar um caráter de imparcialidade e independência, e com esse caráter adquirido influir com proveito na opinião pública, na qual nunca há de influir, uma vez que se saiba que é criatura humilíssima do governo.” José Liberato, p. 162.

⁶⁵⁴ *Investigador*, V.XVII, pp. 404-5, grifos nossos.

o qual o jornalista parece ser aquele que, guiado pelo dever de conduzir a informação, recebe-a através de vários canais diferentes e as redistribui de forma minimamente ordenada, com periodicidade definida e também para leitores mais ou menos definidos. Essa função não se dissocia da realização dos desígnios nacionais. O jornalista é um tipo de homem relativamente novo, nascido das entranhas do mundo das letras. Tendo em vista a sua densidade histórica, parecerão frustradas as tentativas de desvendar na profissão, tarefa, função, ou como quer que se a chame, um estatuto ontológico, primordial, absolutamente fechado sobre si mesmo. Conforme avançamos em nossos estudos vemos como os jornalistas, no seu esforço de forjar e dinamizar a profissão, são dependentes de um conjunto de referenciais trabalhado no interior do Iluminismo europeu, desde a profunda identificação com o “espírito nacional” até a missão de levar as *luzes* aos cantos escuros da humanidade.

Outro elemento que assume lugar deontológico no jornalismo, além da imparcialidade e da publicidade, é a prova. A ideia de oferecer uma prova concreta parece ir além do anúncio do pró e do contra. Trata-se, na vulgata profissional, de oferecer testemunhos incontestes a respeito de determinado acontecimento. O fornecimento de provas é assim comentado por Hipólito da Costa:

Essa acusação é verdadeiramente mui séria, e não se pode sem justiça avançar, sem prova; e contudo esses Jornalistas atiram ao mundo com tal proposição; sem terem a bondade de produzir uma só prova, nem ainda conjetural, em apoio de um ataque de tal natureza, contra o caráter moral do Gabinete do Rio de Janeiro.⁶⁵⁵

No editorial de lançamento do *Português*, João Bernardo da Rocha Loureiro enuncia com clareza como pretende alcançar a comprovação. Fará uma verificação de *ofícios e notícias certas*, criticando-os prudentemente. O autor antecipa o procedimento que é chamado de heurística: trata-se de decompor os vários elementos que chegam através das malas postais e convertê-los em elementos simplificados, passíveis de serem lidos por uma comunidade mais ampla de leitores. Ademais, promete se opor à *paixão, interesse, aos boatos e conjeturas* que possam *desfigurar a verdade*. A alimentação dos leitores através dessas notícias falsificadas ou produzidas através de jogos de interesses possui uma encarnação bastante específica: a *comichão política*. Segundo João Bernardo da Rocha Loureiro:

⁶⁵⁵ *Correio Braziliense*, Vol XVIII, p. 208.

A distribuição das matérias será pela maneira seguinte: no ramo político, o Redator dará parte de todos os acontecimentos militares do mês, extraídos, e verificados pelos officios, e notícias certas, segundo a *crítica prudente*, por modo que apareçam em seu *estado natural*, diminuídos do corpo fantástico com que a *paixão* ou o *interesse* pode avultar os sucessos; não entrarão portanto em linha de conta os *boatos*, ou *conjeturas*, que vindo, pela maior parte, de *fonte incerta*, e corrupta, são tão próprios para *desfigurar a verdade*, como o são para alimentar uma doença, que por desgraça em nossos tempos tem grassado muito, isto é, a sarna ou comichão política: assim terão os nossos leitores recopilado em breve mapa tudo o que houve acontecido no teatro da guerra, onde agora se agita a causa das nações.⁶⁵⁶

Em resumo, a *crítica prudente* coloca as coisas em seu *estado natural*, afastando-as das *conjeturas e boatos* que, por *fonte incerta*, podem *desfigurar a verdade*. Trata-se da velha crença iluminista de que as palavras, organizadas na forma de concatenados lógicos guiados por um *telos*, constituem um retrato fiel da realidade, da qual o observador, suficientemente afastado, poderia efetuar uma absorção mais verídica. No caso do jornalismo, em que o observador é incapaz de se postar *in loco* diante de cada evento, é preciso efetuar procedimentos heurísticos de decantação das várias vozes disponíveis, alcançando, crescentemente, uma versão mais resumida e real do evento. Dessa forma, o evento emerge próximo de seu *estado natural*, segundo os *officios e notícias* certas, os relatos que, na visão de Loureiro, são aqueles que representam de forma mais fiel a *coisa em si*. Loureiro reconhece também que a *paixão* ou o *interesse* podem levar o jornalista a retratar a realidade de uma ou outra forma. Diante desse estado de coisas de onde resulta a incerteza, o jornalista deve voltar-se para o “bem da pátria”:

Ninguém nos paga; escrevemos, não com a mira no sórdido interesse; e nem ainda por amor da glória, ou celebridade do nome; um sentimento ainda mais nobre nos anima, é o amor da pátria, e da verdade; por isso não pouparemos nenhum dos que tem levado a nossa pátria à ruína e à perdição: nós os arrastaremos com execração, e os denunciaremos publicamente ao tribunal da opinião pública. Possam os nossos trabalhos ser de algum proveito a estes dois ídolos do nosso coração – *Pátria e verdade*.⁶⁵⁷

São elementos inseparáveis: ser jornalista é servir à Pátria, já que é na Pátria que reside a verdade. Na impossibilidade de edificar procedimentos éticos e deontológicos para o exercício da profissão, o jornalista volta os olhos para a terrinha onde, no rosto sorridente dos seus, encontra-se a mais nítida verdade.

⁶⁵⁶ *O Português*, V.I, pp. 3-5, grifos nossos.

⁶⁵⁷ *O Portuguez*, 1814, V.I, p. 14.

Essa transformação que vai da catalogação de eventos até a informação destinada à sociedade civil pode ser melhor identificada se descrevermos a circulação de notícias nas Gazetas de Antigos Regimes. Estas Gazetas não são destinadas à sociedade civil. Buscam prestar um serviço ao rei e criar um canal oficial de informações julgadas úteis pela Corte num momento em que esta ainda encena o seu predomínio sobre a sociedade corporativa de Antigo Regime. Nessa sociedade, as informações dizem respeito ao bom funcionamento do sistema de ordens. Elas não buscavam encarnar a verdade e nem pretendem tanto: devem ser encaradas como filtros criados para fornecer uma imagem mais adequada do real. Não é à toa que elas guardam em suas páginas iniciais a autorização do rei e também são produzidas em seu tributo. Afinal de contas, são compostas por vassallos e devem ser orientadas pela dinâmica de funcionamento do absolutismo monárquico. Portanto, são inadequadas para o desenvolvimento da reflexão deontológica que é fundamental para a incorporação de práticas e regras de rotina profissional jornalística.

As informações disponíveis nas Gazetas não apenas independem de um público consumidor como não são destinadas ao serviço público, já que o público nem sequer existe. Para ilustrar essa diferença, podemos remeter o leitor ao terremoto de Lisboa de 1755, diante do qual a única fonte regular de notícias era a *Gazeta de Lisboa*. Longe de buscar oferecer pormenores acerca do evento, a *Gazeta* remetia o olhar do leitor para lugares longínquos do reino e, sobretudo, para fora dele. Antes, portanto, de informar, tinha como objetivo funcionar como um filtro da realidade, ajudando a afastar eventos que produziam desconforto. Não é por acaso que os jornais que nascem ao redor do esforço de Hipólito da Costa buscam qualquer distância da censura alegando sua utilidade para o rei. Contudo, ainda que aleguem estar prestando um serviço ao rei seus esforços já dependem de setores relativamente autônomos da sociedade civil. E é a emergência desses setores, que Habermas identifica como “burguesia”, que permitem a consolidação de esforços regulares de escrita voltados para o serviço público.

6.3 A (des)construção da notícia e do autor

É um exercício curioso, num momento decisivo e avançado deste trabalho, virar os olhos para trás e rever o percurso da escrita. Reviramos arquivos, mandamos vir livros de lugares distantes, contatamos bibliotecas estrangeiras e, com um *ctrl + F*

efetuamos várias procuras rápidas, pontuais, pelo corpo de arquivos que não podíamos ler por inteiro. Na sala de aula, a experiência do texto se misturou com as práticas dos alunos e se reconfigurou. Nos e-mails ou, pessoalmente, as palavras do orientador desta tese ajudaram a inscrever nela novos sentidos e, por vezes, alterar substantivamente o rumo da reflexão. Essa simples nota já bastaria, por si mesma, para se refletir a precariedade de pensar num autor. O autor é uma vaidade daquele que escreve e uma simplificação daquele que avalia. No exercício de labor desta tese, tomei uma parte menor do que vários outros indivíduos mencionados na bibliografia.

O autor é um ponto nodal que permite a rearticulação de outros textos e a reconfiguração da experiência da leitura. Ele pode ser compreendido como uma ficção reconciliante, que permite o agrupamento de textos e a confecção de novos sentidos e, além disso, a tão importante imputação penal no contexto da modernidade. Dito isso, é preciso pensar que, muitas vezes, o autor é simplesmente perdido: no folheto de Bosquet-Deschamps, *Pièces Politiques*, o impressor se confunde com um autor invisível e vai para a prisão. José Liberato, percebendo os riscos de uma publicação não assinada, adverte logo aos seus leitores que precisará de nomes, ainda que evite publicá-los nas páginas de seu jornal. Joaquim de Freitas, ainda, nota a vasta soma de documentos disponíveis a serem anexados no corpo do jornal: documentos sem nome, traduzidos e retraduzidos, amarelecidos. O jornalismo, tanto quanto a história, era uma coleção de vozes.

Ao mesmo tempo em que se buscava um estatuto de autor para o jornalista, as funções dentro da redação começavam a sofrer uma segmentação. James Ralph apontava, em panfleto de 1758, os vários ofícios necessários na rotina profissional jornalística.⁶⁵⁸ A prosperidade comercial da Inglaterra conduziu a um grande desenvolvimento do jornalismo enquanto atividade profissional, o que já permite perceber, no início do século XIX, o surgimento dos jornais diários independentes.⁶⁵⁹ Nesse contexto, a imprensa portuguesa em Londres se sedimenta e tenta absorver o ritmo intenso da imprensa londrina, ao mesmo tempo em que busca se destacar dela, observando-a e roubando-lhe temas. Esta imprensa, construída a partir da tradição

⁶⁵⁸Cf. Michael Harris, “Journalism as a profession or trade in the Eighteenth Century”, 1983, p. 37.

⁶⁵⁹Sobre o crescimento dos jornais ingleses, Brian Wasson pontua: “By the 1820s the owners of the great London dailies had become seriously rich. Their editors promoted ever larger circulations to make the bosses even richer, and this rendered papers such as *The Times* independent of any possible restraint while journalists wrapped themselves in the mantle of a jolly calling. The language of political debate became fiercer as the press gained prestige and power. The ‘torrent of newspapers’ that amazed a foreign visitor, provoked the conservative King William IV to lament that England had become ‘this unfortunately press-ridden country’”. 2006, p. 69.

britânica, não teve condições materiais para galgar o salto que demarcou o nascimento da imprensa diária. Não há nem leitores nem condições materiais suficientes para quebrar essa barreira e as rotinas jornalísticas mais concentradas no labor de um só indivíduo. A tentativa diária de Rocha Loureiro com *O Espelho* durou menos de um ano, entre 1813 e 1814. Como observa Hipólito da Costa, ao mesmo tempo em que a imprensa inglesa representa um avanço quantitativo, apresenta também um regresso em termos da qualidade na confecção da notícia, que não pode ser averiguada em virtude da celeridade de um tempo em cuja aceleração o próprio jornalismo tomou parte:

Imprimem-se em Inglaterra muitos periódicos diários, em que ficam registrados todos os acontecimentos do tempo; e que sem dúvida constituem um riquíssimo depósito de memórias, para os que quiserem ao depois escrever a história; porém a natureza destes papeis diários requer uma tal celeridade em sua publicação, que os Redatores nem tem tempo de averiguar a exatidão dos fatos, que o rumor e os boatos dão por verdadeiros; nem podem dispor as novidades que referem, em alguma distinta classificação, que ajude o Leitor em suas indagações dos fatos históricos de que se deseja instruir.⁶⁶⁰

Da mesma forma em que o leitor é confundido pelo caráter cada vez mais súbito do aparecimento da notícia, o autor se afasta do texto. A imparcialidade do relato, logo transformada em neutralidade, faz, nas páginas do jornal, o autor dar lugar à marca. A imprensa portuguesa, nesse período, é uma empresa individual. O esforço, contudo, decorrente da tentativa de se construir as “memórias do tempo” aproxima muito o jornalista do plágio. O principal trabalho dos jornalistas emigrados, antes da aproximação da Revolução Liberal do Porto e da entrada em cena do *Padre Amaro*, diz respeito à captação e tradução de documentos emitidos num contexto eurocêntrico. Esse esforço tornava muito provável a cópia de matérias contidas num jornal por outro, sem que houvesse, necessariamente, registro do autor. Sobretudo importavam os documentos que o editor desejava registrar, sua forma peculiar de selecionar e construir as memórias do tempo, colaborando, assim, para o engrandecimento da sua pátria.

O que se tem, também, e para o que Michel Foucault nos ajuda a refletir, são funcionamentos específicos de práticas discursivas. O que chamamos antes de “comunidade interpretativa jornalística” parece dispor de certos modelos discursivos e, antes disso, modelos de texto noticioso, através dos quais permitem entretecer um tecido discursivo comum.⁶⁶¹ Ao situar o autor como uma instância de filiação discursiva, Foucault ajuda a percebê-lo não apenas através de uma ficção jurídica, mas

⁶⁶⁰ *Correio Braziliense*, Vol IX, p. 730.

⁶⁶¹ Michel Foucault, “O que é um autor”, 1969, p. 5.

como um ponto nodal que permite toda uma série de desdobramentos discursivos. Solano Constâncio, no *The Ghost*, definia-se como seguidor da tradição do ensaísmo sóbrio de *The Spectator* e, de fato, a popularidade deste último ajuda a constatar o registro de paternidade. Os jornais portugueses em Londres, contudo, inauguram uma situação inusitada, na qual fogem da censura através da liberdade inglesa e, ao mesmo tempo, buscam se afastar da sociedade inglesa culpando a Inglaterra pelo estado de inanição da indústria em Portugal. Esse duplo movimento pode conferir ao *newsbook*, como formato durável e com pretensões de influir no curso dos acontecimentos futuros, maior grau de influência na escrita dos portugueses. Vimos que Rocha Loureiro registra a paternidade da imprensa portuguesa emigrada a Hipólito da Costa. Essa seria uma resposta fácil. Contudo, Hipólito não inaugura um formato: inaugura uma situação de exílio e ajuda a pensar a possibilidade de escrita no estrangeiro. A resposta tem sua dificuldade acrescida na medida em que o jornalista se apresenta mais como um compilador de vozes do que um pretense instaurador delas. Ele lança luzes e confere visibilidade. Como lembra Michael Harris, a ambigüidade de pensar essa situação é nítida:

in the context of the newspaper the term 'author' has a peculiar ambiguity. It is sometimes used of a compiler of news material, sometimes of a contributor of a particular essay and sometimes of the regular overseer of this sort of material. In combination with the universal anonymity, which obscures the origins of most newspaper content, the term 'author' becomes particularly elusive.⁶⁶²

O jornalista, ao contrário do criador literário, converte-se num jogador diante de um quebra-cabeça. Ainda mais quando, como no caso dos jornalistas portugueses, tem-se diante de si a sofisticada imprensa inglesa, a apropriação de tópicos, temas e argumentos acaba se tornando constante. E não só isso: a cópia pura e simples, acrescida apenas da tradução, já que o plágio ainda não existe como categoria jurídica. Como lembram Maria Nunes e Fátima Pereira,

Numa época em que os direitos de Autor não existiam o plágio jornalístico é um expediente banal para a obtenção de informações para os seus leitores, a inexistência de 'agências noticiosas' e a morosidade dos transportes faziam com que o *Investigador* utilizasse notícias retiradas de outros periódicos, artigos traduzidos, cópias declaradas de extratos de livros, etc., sem que isso representasse o mínimo motivo de escândalo para os redatores do jornal e seu público. O *Investigador* não foge à regra, além disso,

⁶⁶² Michael Harris, 1983, p. 40.

publicado mensalmente é obrigado a socorrer-se da própria imprensa londrina para compilar as notícias sobre o estrangeiro, que irão compor as páginas internacionais.⁶⁶³

Mais uma vez, deve-se recorrer ao pano de fundo cultural que configura o Iluminismo. Importava para o divulgador do saber, ao mesmo tempo em que conquistar o mercado editorial, ver as suas ideias devidamente estampadas e à disposição do público. Daí os ares ufanos com que as novas descobertas eram rapidamente catalogadas e colocadas à disposição da comunidade de letrados interessados. Como um movimento intelectual que pregava a transformação da sociedade a partir do incremento de informações disponíveis, elevando o público a um nível superior de cognição, o Iluminismo precisava divulgar-se. Portanto, mais do que o nome do autor em si mesmo, importava a propaganda inerente às práticas da Ilustração. Dessa forma, pode-se compreender melhor a facilidade do plágio literário e da cópia de temas e notícias:

*O que havia realmente era a noção de um patrimônio cultural, que os autores enriqueciam com as suas ideias e com as suas obras, de que todos podiam aproveitar. No caso das publicações periódicas, achava-se ainda que a reprodução de textos já publicados tinha a vantagem de que “many fugitive pieces which would otherwise have been lost, were thus preserved to posterity”. Os próprios editores enalteciam frequentemente os seus jornais com o argumento de que apresentavam o melhor que se publicava nos de Londres. Quando muito, indicavam a origem dos textos.*⁶⁶⁴

Ao mesmo tempo em que isso facilita a compreensão do relacionamento dos jornais com o projeto Iluminista, torna mais difícil mapear as vias específicas que a informação percorre.⁶⁶⁵ A coleta de novas notícias, como reclamava Hipólito da Costa, permanecia uma tarefa hercúlea e Portugal não tinha suficiente intimidade com o mercado editorial para possibilitar um trânsito alargado de papéis e discursos. Para facilitá-la, os jornalistas desenvolveram itinerários fixos para alcançar notícias e preencher a estrutura de seus jornais. Longe do estágio complexo que adquiriram atualmente, essas primeiras manifestações jornalísticas possuíam expedientes bastante

⁶⁶³ Maria Nunes e Sara Pereira, “O Espírito de Cádiz em O Investigador Português em Inglaterra”, 1993, pp. 202-3. No que diz respeito ao contexto mais amplo da imprensa inglesa, o plágio era um recurso normal e também instrumento de sobrevivência do jornal. Bob Clarke lembra que: “The plagiarism of the *Gentleman’s Magazine* reflected the normal newspaper practice of the first half of the 18th century when the main source of news was the news reports in other newspapers. Cave stole his material from the weekly journals which, in turn, stole their news columns from the tri-weekly papers that had already plundered the dailies. As Samuel Johnson observed, ‘the tale of the morning paper is told in the evening, and the narratives of the evening are brought out again in the morning. Bob Clarke, 2004, p. 86.

⁶⁶⁴ Maria Leonor Sousa, 1988, p. 133, grifos nossos.

⁶⁶⁵ Questionamento feito por Nunes e Pereira: “Como é que os redatores tinham acesso a estas informações? Para responder a esta questão seria necessário conhecer as vias institucionais de adquirir informação, mas também os meandros da sociabilidade jornalística que fazem com que determinadas portas se abram... O que importa é que estas notícias aparecem”. Nunes e Pereira, 1993, p. 207.

modestos que, contudo, nas mãos de um único indivíduo, tornavam-se uma verdadeira “mensagem à Garcia”. Um destes recursos, e talvez o principal deles, foi a mala postal que, em Londres, não se distanciava muito dos centros de ebulição comercial e intelectual próximos dos portos no Rio Tâmisa. Como argumentam Maria Fátima Nunes e Sara Pereira, a mala postal foi

particularmente cobiçada pelos jornalistas que dela retirariam informações que os officios ocultassem, ou trariam à luz do dia os projetos dos representantes políticos no estrangeiro. Diplomatas eram também e, em especial, os militares. Para eles a época napoleônica representa o manancial informativo das movimentações do exército, as manobras, as ordens, os pareceres, etc., por outro tem a função propagandística, e desinformativa que procura desarticular o inimigo, demonizando-o, ao mesmo tempo em que se enaltecem as vitórias e a superioridade do exército invasor de Napoleão.⁶⁶⁶

Ajudam a compor o noticiário, também, as próprias e abundantes cartas enviadas pelos correspondentes, requisitadas constantemente como necessárias para a manutenção de um fluxo regular de informações. Os leitores são avisados para onde e quando devem escrever. Joaquim de Freitas é, nesse sentido, um pioneiro por ter garantido o subsídio regular do correspondente português que ele chama “Juiz dos Arcos”. Rocha Loureiro, por sua vez, logo adverte o seu leitor da dependência em que *O Português* está do contato com correspondentes em língua portuguesa. E, além disso, ajuda a lembrar que nesse momento o jornalista é também e talvez acima de qualquer outra coisa um homem de letras:

Nós convidamos todos os *homens de letras e amigos da humanidade*, a que nos ajudem com suas luzes, avisos, e conselhos, enviando-nos seus planos, sistemas e comunicações, que sendo, como esperamos, decentes, e doutriniais, serão inseridos no nosso periódico *com o nome de seus Autores*, ou sem ele, como lhes agradar: a oficina deste *Periódico*, onde tais comunicações deverão ser remetidas Frances de porte, será também em breve determinada e anunciada no mesmo aviso.⁶⁶⁷

Noutras palavras, ele requisita que os *homens de letras e amigos da humanidade* colaborem: *o alimento da notícia consiste num trânsito contínuo entre Autor, Jornal e Leitor*. Aliás, esse fluxo também é o fluxo que alimenta o projeto iluminista. O jornal ilumina na mesma medida em que é iluminado pelos seus leitores: trata-se de uma rede que funciona a partir das colaborações dos participantes. Não há como separar este esquema do ideal da República das Letras. O Leitor é também o Correspondente e,

⁶⁶⁶ Nunes e Pereira, 1993, p. 207.

⁶⁶⁷ *O Português*, V.I, p. 6, grifos nossos. A despeito da ênfase que Roger Chartier confere aos escritos em Grub Street como representantes da função jornalística no período (Roger Chartier, “O homem de letras”, 1997, p. 145).

assim, passa a participar ativamente da confecção dos sentidos de cada edição do jornal, ainda que fuja, a todo o momento, da condição de autor. Como observa José Liberato, reforçando a ideia de Foucault sobre a imputação penal,

Para segurança e guia do *Redator*, será ainda necessário que os Srs *Correspondentes* assinem suas correspondências, quando elas sejam tais que exijam esta formalidade; todavia seus *nomes* se poderão ocultar se assim o desejarem, porque a razão desta cautela é só para que o Redator possa avaliar o *grau de crédito* que deve dar às correspondências que receber.⁶⁶⁸

Raramente os correspondentes se nomeiam. Fazem isso apenas quando precisam demonstrar publicamente seus próprios atributos liberais postos em questionamento por alguma situação política crítica. Quanto à ideia do crédito literário, permanece fundamentalmente ligada ao esquema meritocrático propagandeado pelas letras românticas: os louros literários da boa escrita devem ser registrados. Trata-se de um duplo movimento: enquanto as Letras buscam pelo autor, o Jornalismo busca afastá-lo, já que o autor prejudica a imparcialidade do texto. Portanto, tanto o crédito quanto a imputação penal são motores para o desenvolvimento das funções autorais.

Há, por outro lado, a tentativa de o Leitor, na função de Correspondente, direcionar a atenção do jornalista para uma ou outra matéria de importância. Heliodoro Carneiro, cujos méritos literários não são muito pronunciados, escreve para o *Correio Braziliense* pedindo uma matéria sobre a demora do rei no Brasil:

Assim que receber esta veja se arranja um artigo em que faça ver aos portugueses a necessidade da demora ainda do rei no Brasil bem a seu pesar, e em que diga, como por informação, que teve do Rio de Janeiro; que o Rei, desejando contentar de todo o modo uma nação que lhe é por todos os motivos cara, tem determinado fazer chamar deputações de todos os tribunais.⁶⁶⁹

O Leitor, quando se coloca na posição de Correspondente, assume o discurso da marca do Jornal. As marcas são apenas exíguas: são indicações de que o jornalista se posiciona de uma ou outra forma diante do estado de coisas do Reino Luso-brasileiro. Assim, há um flerte com as ideias expostas pelo autor, muito diferentemente do que acontece diante da imprensa londrina, em que o afastamento

⁶⁶⁸ *O Campeão*, V. I, julho de 1819, p. 5, grifos nossos. No que Jeremy Black ajuda a esclarecer: “Letters printed in provincial papers throw some light, though the practices of anonymity or of using initial or pseudonymous names makes it unclear whether these letters were not sometimes written by the editor”. Jeremy Black, 1987, p. 38.

⁶⁶⁹ Heliodoro Carneiro, *Cartas Dirigidas a S. M. El rei D. João VI desde 1817, acerca do estado de Portugal e Brasil, e outros mais documentos escritos*, 1821, p. 71.

dos jornalistas garante uma maior liberdade para os correspondentes. Como vimos no caso do Conde de Palmela, a redação para o *The Times* resultava na certeza de que seus comentários e pensamentos seriam publicados, ainda que sob o signo do anonimato e mesmo que agressivos contra os valores ingleses.

Por outro lado, a publicação de uma ideia no jornal ajuda a dar um sentido humano para a realidade. Evidentemente, os leitores escrevem buscando fixar sentidos sobre uma determinada ordem de coisas e influir no curso dos eventos. Mas não deixam de observar, como no caso do seguinte Leitor do *Correio Braziliense*, que esses rumos podem ser deteriorados pela interpretação equivocada que constantemente é eco das informações publicadas nos jornais:

Não sei se valha a pena importuná-lo e aos seus *Leitores* sobre os Rebeldes e Salteadores de Pernambuco; mas como cá na Europa sempre soam as cousas com estrondo pelas Trombetas dos gazeteiros, e se lhes dá diferente sentido, desejara me quisesse dar um pequeno lugar no seu *Jornal* para umas breves observações sobre a matéria.⁶⁷⁰

O sentido dos acontecimentos, assim, pode continuamente se esvaír diante das trombetas dos gazeteiros. Para evitar perder esse sentido primordial e único, extraído diante de circunstâncias que não vão tornar a se repetir, é preciso determinar as regras do fazer jornalístico, adotando desde procedimentos heurísticos de simplificação dos dados nos documentos até uma roupagem mais atraente, capaz de capturar leitores tão distantes quanto arredios. Joaquim de Freitas percebe que sua influência sobre seu leitor está diretamente ligada à sua capacidade de manipular bem a retórica, poupando o leitor de mergulhar por conta própria num oceano de documentos para os quais não está nem preparado e nem disposto a ler. A notícia assim se mistura ao seu rótulo e à marca do jornal. Diz Freitas:

Não será avultado este Periódico em cópias de leis, portarias, decretos, alvarás, consultas, avisos e outras peças oficiais. Nisto nos impomos uma condição, que nos é desvantajosa; porque estas matérias poupam muito trabalho aos jornalistas e são, de ordinário, os enche-pança dos periódicos, o que faz que alguns deles sejam tão barrigudos: e sempre nos causou lástima o ver que lhes vendiam, como coisa nova, o que de lá vem e que, quando lá chega, já todos os cegos o sabem de memória. Contudo, se os desejarem, pela razão de serem impressos em papel inglês, digam quantas toneladas querem, e nós lhes indicaremos o armazém, onde se poderão encontrar quantas cargas pedirem.⁶⁷¹

⁶⁷⁰ *Correio Braziliense*, Vol XVIII, p. 582, grifos nossos.

⁶⁷¹ *Padre Amaro*, Janeiro de 1820, pp. 7-8. A palavra “armazém” bem pode insinuar a presença do grosso *Armazém Literário* de Hipólito da Costa. Na mesma senda, como observa Jeremy Black: “With so much that could be offered, and a potential readership of varying interests, the process of selection was clearly

O autor, nesse sentido, é visto como parte de um processo de seleção e recolha de material, traduzindo-o em linguagem acessível ao público. Linguagem acessível significa criar condições para que o jornal possa ser usufruído pela maioria dos interessados na leitura. A sugestão de Freitas não é apenas dar um trato no conteúdo e torná-lo mais sucinto e pessoal: é também ultrapassar o documento oficial e apresentá-lo segundo procedimentos heurísticos que sejam capazes de tornar a realidade mais perceptível. Vimos que o documento político se impõe muitas vezes como notícia. Por si só, ele é representação da verdade, na medida em que mobiliza vastos conjuntos de homens para determinados fins e a realização nacional é o final-em-si-mesmo dessa produção jornalística. Diante disso, Freitas sugere que o papel do jornalista é interpretar o documento e dispô-lo de forma que o leitor se entretenha já que, além de fonte de informação, o jornal é também entretenimento. Nisso, por fim, está claro o papel da classe média sobre o fluxo da escrita. Freitas parece ser o primeiro a detectar esse público anônimo que busca diversão ao invés de documentação exaustivamente arrolada. A tarefa do jornalista ganha aqui mais um passo no sentido de se afastar do arquivismo. E, assim, o jornalismo se aproxima da busca por técnicas de resumo e interpretação das informações adquiridas através de fontes e, também, de uma estética da notícia.⁶⁷²

Mesmo, contudo, entre os documentos oficiais, que catalisam de forma direta as ações dos indivíduos, os jornalistas portugueses em Londres começam a perceber imprecisões. Sobretudo durante o belicoso período napoleônico, os jornalistas descobrem que os governos buscam plantar informações falsas nos periódicos para adquirir vantagens na guerra. É precisamente a guerra que produz o maior número de reflexões sobre a veracidade da “notícia”: conforme os lados do conflito em que são produzidos, os relatos podem assumir diferentes ângulos e configurações. E, assim, avança-se na compreensão de que a notícia, longe da tradução do acontecimento, é um relato sobre ele. Sua validade reside na contraposição de fatos e argumentos. Nesse sentido, Rocha Loureiro, ainda no seu *Espelho*, em 1814, nota como Napoleão

of importance but, bar occasional notices in the newspapers, there is very little information on this. As newspapers increased in size the potential material that could be included also grew, with more foreign, colonial, London and provincial papers to derive items from, a growth in advertisements, the development, albeit seasonal, of regular parliamentary reports, and, thanks probably partly to the magazines, a greater awareness of the range of non-political news that readers sought and that could be provided”. Jeremy Black, *The English Press in the Eighteenth Century*, 1987, p. 35.

⁶⁷² Não sendo demais lembrar que hoje a estética noticiosa é um dos principais tópicos dos estudos em jornalismo.

Bonaparte é pródigo no artifício de usar as notícias em prejuízo da verdade e em proveito da França imperial:

A notícia da tomada de Dantzig por capitulação não foi acreditada por alguns jornalistas Ingleses. Isto procede algumas vezes do espírito de partido que os influi: não que este espírito se possa de forma alguma confundir com alguma coisa que indique o menor sentimento favorável ao comum opressor do gênero humano, mas que respeita unicamente ao juízo que formam os diversos partidos da linha de política que o Governo deve seguir sobre os negócios do Continente; pelo que este espírito de partido produz um bom efeito, e é que obriga a escrutinar miudamente todas as notícias e a considerar todos os acontecimentos antes que se acreditem, e a pesar com exatidão todas as medidas públicas, antes que se adotem.⁶⁷³

Loureiro questiona, ainda que apenas quando conveniente, a veracidade dos relatos de suas fontes. Assim como os outros jornalistas portugueses, ele está criando dispositivos para levar ao leitor informações mais precisas. Ele está buscando também um estatuto capaz de legitimar a sua profissão, apenas lentamente identificada com a imparcialidade, a opinião pública, os processos de coleta de dados, a participação dos leitores, o cruzamento de informações conflitantes, a simplificação das informações e a “difusão” ampla de conteúdos considerados importantes para o funcionamento da comunidade política. Contudo, o mesmo Loureiro lamenta ser incapaz de perscrutar até onde chega a validade das notícias produzidas em terras distantes, às quais só têm acesso através de periódicos estrangeiros ou de correspondências. Evidentemente, não é capaz de lançar equipes de repórteres ou recorrer a agências de notícias para verificar o ritmo mais global e amplo dos acontecimentos. Limita-se a fornecer a maior documentação possível sobre os lados envolvidos nos conflitos a partir daquilo que, de forma um tanto dispersa, chega através das malas postais, informações verbais, correspondências ou mesmo outros jornais estrangeiros.

A dificuldade de obter registros confiáveis ou organizar relatos de forma a excluir componentes subjetivos é um dos tópicos mais discutidos nas teorias do jornalismo. A história da conversão do evento em notícia envolve desde as trocas de epístolas e suas várias ramificações, a dispersão de boatos, as malas-postais, as fontes regulares de conversação nas *coffeeshouses*, dentre tantas outras práticas que podem estar situadas nos liames da organização do jornalismo enquanto prática moderna e

⁶⁷³ *O Espelho*, V I, 1814, p. 5. “Os Jornalistas de Londres anunciaram, há poucos dias, que o exército francês estava aniquilado, que os nossos recursos estavam exaustos; e eis aqui repentinamente um exército que reaparece mais numeroso e mais brilhante que nunca; que, nos seus movimentos preparatórios, já ameaça o inimigo e anima os nossos fieis aliados, e espalha o terror e susto entre aqueles a quem têm faltado a coragem e a lealdade”. *O Espelho*, 1814, p. 7.

relacionada com a organização do tempo presente. Imaginamos, nesta altura, poder ter lançado perguntas difíceis de serem respondidas: a fixação da profissão jornalística não possui um momento exato. Ela pode estar localizada mais precisamente nos correios informativos destinados a indivíduos privados, dada sua vontade de garantir emancipação das informações de coloração corporativa publicadas nas gazetas de Antigo Regime. Na medida em que estes correios se tornaram mais especializados, requerendo a presença de um indivíduo capaz de informar com segurança e competência outros indivíduos livres que pagavam pela informação adquirida, temos traços mais precisos de uma atividade profissional. O jornalismo, portanto, depois do próprio jornal, está diretamente vinculado à desestruturação das arquiteturas de poder que obstruem o fluxo livre da informação. Ele não pode ser exercido e nem pensado sem essa liberdade intrínseca de que dispõe o jornalista para pensar sobre o conteúdo daquilo que é informado.

Conclusão

Através da abertura de janelas tentamos construir uma postura menos linear diante da história. Nenhuma das perspectivas que expusemos ao longo do texto constitui uma via definitiva: elas são horizontes que permitem às vozes na história aflorarem de diferentes formas. O conjunto delas possibilita sugerir que cada historiador – ou aspirante a historiador –, quando dirige os olhos para o passado, tende a confirmar nele alguma coisa de si mesmo que seu próprio tempo lhe incute. Ao deparar-se com as fontes do período, porém, o estranhamento que essa tentativa tende a gerar acaba por tornar tais preconceitos mais nítidos, residindo aí a grande contribuição da história para a vida.

Desta forma, o jornalista buscou na história traços da formação de uma profissão, a partir da qual viu homens enredados diariamente no fortalecimento da sua pátria através de uma prática que era também o sustentáculo de suas vidas. Por outro lado, o brasileiro buscou traços de uma nação que, numa terra distante, apenas remontavam a uma terra “longínqua e sossegada”. O morador da cidade grande e cosmopolita por algum tempo, mas criado e residente em cidades interioranas, tentou entrever nessa história a busca e o uso de espaços para discursar e se relacionar, entretecer ideias e sustentar projetos. A experiência da rua, onde frutifica a conversa e a fofoca, é fundamental para sustentar sociabilidades e definir identidades de grupo. Portanto, a tentativa de investigar esses homens a partir de seus discursos e práticas sociais foi também uma tentativa de desconstruir a sua aura isolada e entendê-los como sujeitos de seu tempo.

O principal meio de alcançar estes homens e fazer com que se manifestem de alguma forma foi a palavra deixada disponível nos documentos que elegemos como fonte primária. A palavra não se desliga do espaço físico onde acontece. O vocabulário está intimamente ligado com a forma e a configuração de cada sociabilidade. Uma mesma palavra, utilizada em ambientes distintos, pode ter conotações diferentes e, na verdade, pode nem sequer ser possível. Daí a preocupação com perceber a estrutura das sociabilidades portuguesas em Londres. A hermenêutica nos diz que uma coisa só se converte efetivamente em algo conhecido a

partir do momento em que é nomeada,⁶⁷⁴ nomeação que depende de condições efetivas que tornem possível dizer algo. Aqui se pode citar o curioso exemplo do conquistador *Aguirre*, como retratado pelo filme de Werner Herzog. Tendo-se visto, com sua claudicante tripulação, em meio ao Oceano do Amazonas, o aventureiro começou um curioso exercício de nomeação. Coisas estranhas, impossíveis, que surgiam em meio ao nada. Coisas que só existiam na medida em que passavam a receber um nome. Esse exercício de nomear implica pensar que as relações estabelecidas entre os homens são uma partilha de significados, de perplexidades e de nomenclaturas. Num grau menor do que Aguirre, também os jornalistas estavam diante de uma cidade e de um tempo novo, mais acelerado, diante do qual precisavam se posicionar. Tentamos ilustrar esse seu espanto: não eram apenas tratados políticos que estavam saindo à luz, mas vivências novas, difíceis, numa terra onde aqueles indivíduos eram não mais que exilados políticos fugindo de inimigos nem sempre visíveis. Da obscuridade de onde se manifesta o antagonista político, tão fundamental para a garantia de filiações, ele pode ser chamado de jacobino, corcunda ou caraquenho. Colocar-se nesse novo mundo e nele ser bem sucedido é nomear corretamente, saber detectar grupos e estabelecer essas filiações. Ser um liberal, pelo menos no nome, também é trazer consigo palavras capazes de significar o mundo da forma mais adequada e garantir o pertencimento a grupos que se manifestam com igual liberalidade. E os jornais são instrumentos fundamentais para o armazenamento dessas linguagens. Para retomar uma expressão de José Liberato, são um catecismo. Ou, de Hegel, uma bússola política do homem que se quer moderno.

Vimos como, para Addison e Steele, o indivíduo isolado, reticente quanto a uma boa conversa, esmorecia sem contribuir para o crescimento da cidade. O jornal apontava para essa prática necessária de diálogo. Sua leitura era um acontecimento coletivo e sua produção também. Tanto quanto não se podia compor um jornal sozinho, não se podia lê-lo isoladamente, quer dizer, sem um esforço ativo de colocar à prova as ideias que nele eram expostas. Na verdade, podia-se mesmo chamá-lo de um *cardápio de conversas*, como um esforço de socialização e não como um esforço isolado de composição de ideias. O afastamento do tempo do jornal gerava aquele estranho desconforto de não saber o que estava acontecendo e, assim, se desligar do resto do mundo.

⁶⁷⁴ Guilherme Pereira Neves, *História e método: a hermenêutica e os usos do passado*, 2009, pp. 10-11, baseado em Verena Alberti, *A existência na história*, 1996 e Richard Palmer, *Hermenêutica*, 1986.

O estudo do jornalismo português diz respeito, portanto, tanto a abordar a questão através das linguagens políticas quanto das sociabilidades. Ambas estão entrelaçadas. Num tempo em que o jornalismo começava a solidificar-se, as redações jornalísticas ainda se mostravam bastante mutáveis. Na inexistência de redações profissionais e telefones ou de equipes de repórteres, as notícias eram capturadas através de conversas ou malas postais. Quando as malas postais já não revelavam mais nenhuma novidade, os jornais portugueses no emigrado começaram a se destacar uns dos outros pelos seus comentários que também definiam suas linhas editoriais e sua afinidade maior ou menor com o projeto moderno. Joaquim de Freitas, em seu *Padre Amaro*, exprimia isso com alguma clareza: Portugal nada ganharia se ele construísse mais um repositório de memórias do tempo: o que ele tinha a oferecer eram seus comentários atualizados e críticos com relação aos rumos das Cortes de Lisboa. Ele agregou, efetivamente, uma nova proposta de identidade política em torno do seu jornal.

Além dos espaços, tentamos trabalhar com o trânsito de indivíduos que esteve direta ou indiretamente ligado ao exercício intelectual e à vida no exílio. Mais uma vez, são nomes que devem ser avaliados cuidadosamente. Os indivíduos não agem sem pensar de que forma seus passos serão interpretados e notados pelos outros indivíduos que pertencem à sua comunidade real ou imaginada. O círculo de interdependências parece assim fundamental para interpretar as intenções dos conteúdos dispostos nos jornais, bem como a rede de interdependências à qual ele se encontra integrado. Suas afiliações políticas e econômicas servem de suporte para as rivalidades observadas, diante das quais os jornais se colocam como porta-vozes agrupando elementos de tendências políticas consideradas semelhantes. Ainda que não tenha sido, num primeiro momento, essa a intenção, o esforço de agrupar e distinguir o pano de fundo das ações dos indivíduos levou a perceber o funcionamento das economias disponíveis aos jornalistas em Londres, fato que acabou por se revelar sumamente importante.

A disponibilidade dos negociantes portugueses e brasileiros em financiar uma voz que representasse os seus interesses foi, dessa forma, diretamente responsável pela multiplicação de papeis impressos no emigrado. Ainda que, num primeiro momento, os seus interesses pareçam ser homogêneos, eles logo começam a se afastar uns dos outros e necessitar de editoriais que representem mais adequadamente os seus projetos políticos. Os agentes do Banco do Brasil Antonio Martins Pedra, Custódio Pereira de Carvalho e João Jorge, por exemplo, uniram-se na oposição a D. Domingos de Sousa

Coutinho, que estaria agindo em Londres sem prestar contas aos comerciantes.⁶⁷⁵ Uma das formas de eles responderem à displicência do Embaixador é articular uma voz pública capaz de dar conta de suas necessidades políticas. Assim, não há nenhum dissenso quanto à importância de Hipólito da Costa. O *Correio Braziliense* é um catecismo político e um cardápio de discussões para esses negociantes que buscam interlocução mais ativa com a vida econômica inglesa. A situação começa a se alterar de forma mais profunda quando a guerra de Napoleão finda e o rei persiste hesitando em voltar para Portugal. Os boatos que dão conta da permanência do rei na América exigem, então, uma nova modalidade de posicionamento político, diante do qual o monarca já não cumpre um lugar de importância transcendental. Um lugar que ele efetivamente ocupava na composição das antigas Gazetas.

Os altos custos da impressão tornaram os setores patrocinadores diretamente necessários para a produção e circulação de jornais. Sabemos através dos vários relatos de portugueses e espanhóis que estes custos não eram pequenos, sobretudo se levarmos em conta a dispendiosa tipografia, as redes de malas postais, a aquisição de papeis e tinta e as redes de distribuição. Eram necessárias mãos amigas para fornecer o dinheiro para esse empreendimento custoso. E, num primeiro momento, esta disponibilidade financeira podia ser encontrada apenas entre os domínios mais próximos do Estado, como aconteceu com o *Correio Braziliense* e com *O Investigador*. A necessidade, contudo, de levar adiante planos e projetos nacionais que se assemelhassem a uma cosmovisão burguesa tornou possível a emergência de outros jornais como o *Português* e o *Campeão*. Por outro lado, a ausência de um grande corpo nacional de leitores e o perfil predominantemente oral da transmissão de conhecimento foi incapaz de fornecer um aspecto de modernidade cultural. O jornal não se dirige, ainda, a um público anônimo capaz de sustentá-lo com a compra de exemplares: ele é a dádiva de uns poucos indivíduos interessados em financiar oposições escritas, sustentar projetos ou criar espaços de vinculação imaginada.

Ainda que o ponto de partida da atividade desses periodistas tenha sido, na esteira dos projetos de Rodrigo de Sousa Coutinho, estabelecer as bases para a formação de um Grande Reino capaz de reunir os irrequietos portugueses e brasileiros, essas disposições de poder distintas vão dar lugar para o uso ambíguo das tradições. Seu ponto de partida é sempre a casa monárquica que, conforme avançam os movimentos de

⁶⁷⁵ José Luís Cardoso, “A New contribution to the history of the Banco do Brasil”, 2010.

independência na América Espanhola, começa a não parecer mais tão excelente quanto antes. Nesse sentido, Hipólito da Costa e João Bernardo da Rocha Loureiro, antes tão amigos, começam a se afastar. À devoção emprestada pelo primeiro à casa monárquica vai substituir o imaginário do segundo mais próximo das Luzes espanholas. O fato de Loureiro retirar do rei o prestígio do Direito Divino Natural e dar-lhe a condição de primeiro cidadão, restituindo-lhe à esfera moral, é mais do que ilustrativo dessas mudanças em curso. Tão lícito quanto criticar o rei é sugerir sua incapacidade para conduzir as tarefas administrativas. Para Loureiro, portanto, a glória dessa tradição está no povo, responsável por façanhas ancestrais, bem mais aproximadas de um ideário moderno. Ainda que o povo não seja o receptor dessa mensagem, ele dirige o seu passado de glórias para a direção da “lusitana antiga liberdade” que começou a ser construída com as conquistas ultramarinas e viu sua celebração máxima na personalidade renascentista de Camões. Como vimos, a função de Hipólito é mais ingrata: “aquela terra longínqua e sossegada” foi, desde o início das navegações portuguesas, uma colônia. Daí a importância da permanência do príncipe, capaz de emprestar sua tradição ao recém-criado Estado brasileiro.

Ainda que o teatro da narrativa de Hipólito da Costa seja a paisagem brasileira, a força fecundante que lhe deu um sentido foi o colonizador europeu. Nessa direção, começou a ser pensada a presença inadequada do estrangeiro que não criou vínculos emotivos com a terra: está lá para espoliar o ouro e ir embora. Hipólito começou a se concentrar, tanto quanto José Bonifácio, na imagem negativa do estrangeiro incapaz de trazer benefícios mais sólidos para as terras nas quais apenas esteve de passagem. A incapacidade, portanto, de as Cortes de Lisboa reconhecerem no Brasil a sua força comercial prepara o terreno para a independência, da qual Hipólito se tornou apóstolo a partir de 1821. Tanto, portanto, como queria Hobsbawm, as tradições inventadas ajudam a dar solidez ao imaginário nacional e criar vínculos de filiação e pertencimento, quanto a negação do inimigo atua como uma força fundamental para precisar os limites dessas tradições, apressando a sua definição. A identidade do brasileiro, nesse primeiro momento, começa assim a definir-se a partir daquilo que o brasileiro não é: o lusitano. Uma vez tendo, portanto, identificado as condições – inclusive físicas – para a criação do jornalismo emigrado e os indivíduos nele implicados, podemos perceber que havia uma perfeita consonância entre as identidades de grupo e os projetos nacionais construídos nos jornais.

Para tentar escavar a questão com um pouco mais de profundidade, esboçamos uma investigação do imaginário utópico que, num mapa europeu convulso, favorecia a construção de imagens e panoramas míticos relativos a um futuro ideal. Nesse sentido, os jornais revelaram, por detrás do corpo mais sólido e estável de suas doutrinas, um uso bastante mutante da tradição iluminista, adequado às especificidades dos projetos que estavam sendo gestados e, evidentemente, das sociedades das quais faziam parte. Para conduzir semelhante estudo, a proposta de Raul Girardet provou-se particularmente eficaz, sobretudo no que concerne a estudar a ascensão de mitos populares em Portugal e seu diálogo com a cultura letrada. Pudemos entrever que os mitos fornecem um pano de fundo importante para a sustentação e legitimação de projetos políticos. Assim, o iluminismo de Liberato se tornou impregnado de catolicismo e de uma utopia em que o bom príncipe se unia irrevogavelmente ao seu povo, e Loureiro retornou à Idade do Ouro para imaginar um Portugal feliz em seu contexto de gestação.

O exemplo mais curioso de utopia é aquele que diz respeito a uma terra que está por fecundar: deslocada no tempo e no espaço, pode dar lugar à perfeição. Desde a bizarra colônia de pretos de José Bonifácio à “terra longínqua e sossegada” de Hipólito da Costa, estes utopistas tentavam usar pragmatismo político para lançar as bases de construção de uma “Nova Lusitânia” purgada de seus pecados europeus na América. Se, para seus colegas portugueses, aqueles matos iriam degenerar a moralidade europeia, para Hipólito e Bonifácio eles ofereciam uma possibilidade única de construir um reino livre das guerras europeias. O esforço que Hipólito começou a demonstrar nas últimas edições de seu jornal, para imaginar um conjunto de símbolos para a nação brasileira, revelou essa disposição de ânimo muito próxima de Bonifácio – que, aliás, elogia-lhe e recomenda-lhe de forma muito positiva para o Cônsul Caldeira Brant. Noutras palavras, Hipólito estava pronto para representar politicamente o país recém-criado.

Tentamos ainda desvendar como as ideias ventiladas pelos jornalistas faziam parte de um trânsito de informações que tanto podia acontecer no seio da comunidade mais íntima como fazer parte de um amplo espaço de interlocução, identificado com a República das Letras. Se o primeiro diz respeito ao espaço visível da taverna, da loja ou do salão em que circulam os indivíduos, o segundo diz respeito ao espaço imaginado do reino ou da nação. Percebemos, nesse sentido, que tratar do indivíduo que circula nos espaços não se desliga dos propósitos de tratar o futuro e a organização do reino: a picuinha política derivada dos conflitos mais pessoais pode estar ligada e se identificar

com aquilo que se tem chamado de “opinião pública”. Daí nossa preocupação, que talvez tenha parecido demasiada, de intercalar o espaço físico da conversação com os espaços imaginados da nação e do reino. A fofoca possuía implicações políticas concretas sobre a reputação do indivíduo, muitas vezes difíceis de contornar e remediar. O medo de ser vítima desse círculo vicioso podia se tornar tão grande que o indivíduo era impelido constantemente a não se afastar dos outros e demonstrar que compartilhava os seus comportamentos, crenças e vocabulário. No caso de uma comunidade exilada de tamanho bastante restrito, podemos perceber como a divisão da comunidade gerou um circuito de exclusões, espaços de subjetivação e pertencimento que permitiam aos mexericos manifestar “argumentos” contra os *outsiders*, aquilo que Joaquim de Freitas chamava de *Comitê Luso-Inquisitorial*. Pudemos entrever que a fofoca de cúpula é constantemente tornada opinião pública: a fofoca capturada pelo mexerico, a informação vil sem qualquer tipo aparente de interesse político, nem sempre se desliga dos projetos de estruturação política sustentados pelos jornalistas. Fofocar, assim, também é uma estratégia política. A fofoca se vincula à disposição dos indivíduos no tabuleiro de jogos, aos espaços sociais disponíveis e, evidentemente, também aos planos, projetos e narrativas nacionais que sustentam.

Creemos ser possível, portanto, perceber algum grau de entrelaçamento entre os argumentos sustentados pelos cinco primeiros capítulos, todos eles estribados em formas de imaginação política que requerem espaços de circulação, parcerias entre indivíduos, narrativas nacionais e utópicas e, evidentemente, práticas periódicas de divulgação. Assim, pudemos construir terreno suficiente para esboçar um mapeamento do surgimento e estabelecimento das práticas jornalísticas a partir da comunidade portuguesa exilada no exterior. Esse surgimento, em primeiro lugar, deriva da necessidade socialmente estabelecida destas práticas periódicas de apresentação da novidade. Quer dizer, precisa de um tempo que mude de forma mais constante e de um grupo de pessoas que se sintam suficientemente vinculadas para precisarem ler os jornais de forma contínua. Se não houvesse essa importância, que temos associado ao delineamento de uma consciência nacional na qual as pessoas assumem algum tipo de participação e envolvimento político, o jornalismo não seria necessário. Ainda estaria confundido com práticas de divulgação de notícia não jornalísticas, como a divulgação de *nouvelles à la main*, os assuntos dos menestréis, as *acta diurna romanii* e mesmo as *Gazetas*. É importante deixar bem claro aqui, portanto, que *journalisme* não se confunde com a simples apresentação da notícia. Ele é incompatível com as práticas de

divulgação de notícias dos Antigos Regimes. As Gazetas publicadas “em nome do rei” tinham um objetivo muito mais explícito de apresentar certo controle sobre a realidade, oferecer um filtro para ocultar tensões políticas e manter adequadamente o rei no centro da hierarquia social. Confundir esse tipo de prática corporativa com a informação direcionada por indivíduos livres para os setores cada vez mais dinâmicos da sociedade burguesa, no que o jornalismo adquire suficientes elementos para ser refletido e transformado numa proposta civil, é assim um erro.

Jurgen Habermas, mesmo sem querer, talvez tenha sido quem apontou com maior precisão as condições de funcionamento e surgimento do jornalismo. O que o autor chamou de “esfera pública burguesa” está ligado à ideia de um “tribunal da opinião pública” segundo o qual, num primeiro momento, os indivíduos expressariam seus gostos e preferências publicamente, garantindo o estabelecimento de uma *burgeoning print culture*.⁶⁷⁶ De uma forma simplificada, o autor vê na crescente necessidade de expressão pública os anseios da sociedade civil, uma camada da população ligada ao comércio que não possuía nenhum vínculo mais direto com o exercício da autoridade do Antigo Regime. Ao redor dessa esfera pública identificada com produtores de cultura passou a orbitar um número crescente de indivíduos privados interessados em fazer a sua opinião circular: num primeiro momento, sobre a própria produção de outros indivíduos privados, num segundo, sobre o próprio Estado.⁶⁷⁷ Tanto quanto, portanto, as lojas maçônicas, os salões e os cafês, os jornais forneceram um meio através do qual os indivíduos podiam fugir do sufocante silêncio de um Antigo Regime em que a *virtù* brotava necessariamente das encenações da Corte. *Essas condições parecem ter não apenas gerado o surto de periódicos como também levado a uma formalização da profissão jornalística, o que ajudou a garantir a legitimidade dos impressores e literatos que precisavam sobreviver das formas regulares de produção impressa e fugir ao controle do Antigo Regime.*

Pudemos concluir, também, que longe de um museu onde descansam folhas amarelecidas, a história é construída a partir dos esforços, recursos e necessidades que se nos apresentam. Quando nos misturamos à história, não nos tornamos um mirante absoluto e nem uma sombra divinatória. Traduzimos aquela experiência numa linguagem que possa ser mais bem compreendida e reconhecida para nós e

⁶⁷⁶ James van Horn Melton, 2001, p. 1

⁶⁷⁷ Ibid.

para nossos pares. No esforço desta tese, portanto, pudemos concluir que fazer história implica na tradução do passado, e não na sua ressurreição:

La pitonisa *dice* el oráculo, pero es a los sacerdotes que los creyentes acogen, cuando son incapaces de *explicarlo*, a fin de que sea *traducido*, de dotarlo con un sentido. Se trata del papel de servir de mediador, de intermediario; de salir a la luz sobre algo; de desplazar del oscuro para la claridad; de traer de la profundidad para la superficie. En este tercer sentido, hermenéutica es *comprensión*, palabra que, por sí sólo, ameritaría otra conferencia, pero supone igualmente una *cultura*, un conjunto de *herramientas mentales* – la expresión es de Lucien Febvre – que sirve para incorporar, o no, algo nuevo a aquello que ya sabíamos.⁶⁷⁸

Utilizando os recursos que tínhamos à disposição tentamos traduzir a experiência da história para uma linguagem que pudesse ser lida e entendida. Cada palavra buscada, seja no arquivo, em meio a folhas amareladas, ou no conforto do lar, na aba de navegações, nos tornou possível constatar uma vez mais a importância da palavra para a abertura de universos. Tanto quanto buscamos nas palavras indícios do uso e imaginação dos espaços, dentro de tempos específicos, também estruturamos toda a nossa busca em torno de determinadas palavras consideradas importantes: cidade, indivíduo, nação, utopia, comunicação e jornalismo. A exploração a partir de cada um desses conceitos conformou toda uma nova responsabilidade diante da qual, evidentemente, não fornecemos nenhum tipo de leitura definitiva. Não só esse projeto de leitura pode se ver frustrado, já que nem sempre é possível efetuar essa conversão do olhar, como também determinadas vozes podem se ver soterradas por falta de acuidade daquele que faz a leitura. São problemas derivados da abordagem adotada que, contudo, guardam a grande vantagem de, ao evitar uma via metodológica, não estão fadados a encontrar na história determinados resultados antes mesmo de começarem a ser utilizados.

⁶⁷⁸ Guilherme Pereira das Neves, 2011, p. 11.

Referências bibliográficas

1. Fontes

Periódicos em português:

- A Navalha de Figaró*. s/autoria. Londres, 1821.
- Argus*. José Anselmo Correia. Londres, 1809.
- Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Hipólito José da Costa. Londres: W. Lewis. 1808-1822.
- Microscopio de Verdades*. Francisco Alpoim e Meneses. Londres, 1814-1815.
- O Campeão português ou amigo do rei e do povo*. José Liberato Freire de Carvalho. Londres. 1819-1821.
- O Contemporâneo*. Manuel Inácio Martins Pamplona. Paris, 1820.
- O Espelho*. Bernardo da Rocha Loureiro. Londres, 1813-1814.
- O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal Literário, Politico, etc.* Bernardo José de Abrantes e Castro, Vicente Pedro Nolasco da Cunha, Miguel Caetano de Castro e José Liberato Freire de Carvalho. Londres, 1811-1819.
- O Malagueta*. Luís Augusto May. Rio de Janeiro, 1821-3.
- O Popular, jornal politico, litterario e commercial*. Francisco Margiochi. Londres: L. Thompson, na Offic. Portugueza, 1824-1825.
- O Portuguez ou Mercurio Politico, commercial e litterario*. João Bernardo da Rocha Loureiro. Londres, 1814-1822.
- O Padre Amaroou Sovela Politica e Literaria*. Joaquim Ferreira de Freitas. Londres, 1820-1828.
- O Patriota: jornal litterário, político, mercantil do Rio de Janeiro*. Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (org.). Rio de Janeiro, 1813-1814.
- O Zurrague político das cortes novas*. José Anselmo Correia. Londres, 1821.

Periódicos em outras línguas:

- Correo del Orinoco*. Juan Germán Roscio, Francisco Antonio Zea, Carlos Soubllette, Manuel Palacio Fajardo e José Rafael Revenga. Venezuela, 1818-1822.
- El Español Constitucional*. Pedro Pascasio Fernández Sardino e Manuel María Acevedo. Londres: E. Justin, 1818-1820.
- El Español*. José Maria Blanco White. Londres, 1810-1814.
- The Edinburgh Review*. Londres. 1800-1822.
- The Morning Chronicle*. Londres, 1822. Disponível em <http://newspapers11.bl.uk/> (acesso em Jun/2012).
- The Quarterly Review*, Londres, Julho e Novembro de 1829, v. XLI
- The Mirror of Parliament*, Londres, 1831.
- The Times*. Londres, 1800-1822.

Outras fontes primárias:

- ARAÚJO, Xavier. *Revelações e Memórias para a história da Revolução de 24 de Agosto de 1820 e de 15 de Setembro do mesmo ano*. Lisboa, 1846.
- BACON, Francis. *New Atlantis*, 1627.
- BALBI, Adrien. *Essai Statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [1824] 2004.

- BOUSQUET-DESCHAMPS, J. L. *Pièces Politiques*. Paris: Corréard, 1820.
- CARNEIRO, Heliodoro. *Algumas palavras em resposta ao que certas pessoas têm dito e avançado acerca do governo português*. Com algumas observações tanto a respeito do estado atual de Portugal e da Europa como da extravagante e inesperada conduta do governo inglês para com Portugal. Londres: G. Schulze, 1832.
- CARNEIRO, Heliodoro. *Cartas Dirigidas a S. M. El rei D. João VI desde 1817, acerca do estado de Portugal e Brasil, e outros mais documentos escritos*. Londres: Mess Cox e Baylis, 1821.
- CARNEIRO, Heliodoro. *Exposição resumida do que durante os dezoito meses em que estive em Lisboa, sofri à facção e aos celerados que dominavam o rei e o levaram à sepultura*. Paris: Paul Renouard, 1826.
- CARVALHO, José Liberato Freire. *Memórias com o título de Anais para a história do tempo que dura a usurpação de D. Miguel*. 3 vols. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1841.
- CARVALHO, José Liberato Freire. *Memórias da vida*. Lisboa: Tipografia de José Baptista Morando, 1855.
- CASTRO, Bernardo José de Abrantes e, *Memória sobre a conduta do Dr Bernardo José de Abrantes e Castro, desde a retirada de Sua Alteza Real...*, Londres, 1811
- CHALMERS, Alexander. *British essayists*. 1810. Disponível em <http://archive.org/stream/britishessayist03chalgoog> Acesso em Nov/2013.
- CORREIA, José Anselmo. *O Charlatanismo ou o Congresso Abolido*. Paris, Guiraudet, 1824.
- COSTA, Hipólito José da. *Diário de Minha Viagem à Filadélfia*. Edição E-book. Brasília: Senado Federal, [1803] 2004.
- COSTA, Hipólito José da. *Narrativas da Perseguição*. Porto Alegre: UFRGS, [1805] 1981.
- CROUCH, E. *News from the Coffee-House; In which it is shewn their several sorts of Passions, Containing Newes from all our Neighbours Nations. A Poem*. London, 1667. http://www2.ivcc.edu/coburn/ENG%201001/defining_a_coffeehouse.htm Consulta em Dezembro de 2011.
- DEFOE, Daniel. *Um diário do ano da peste*. [1721]. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2002.
- Exame dos artigos históricos e políticos que se contem na colecção periódica intitulada Correio Braziliense ou Armazem Litterario, no que pertence somente ao Reino de Portugal*. Lisboa: Imprensa Régia, 1810.
- GALIANO, Antonio Alcalá. *Memórias*. Disponível em <http://www.icorso.com/colera/COLERA/BIBLIOGRAFIA/Memorias%20de%20Don%20Alcala%20Galiano.pdf> . Acesso em Maio de 2013.
- GISBORNE, Thomas. *An Inquiry into the duties of men*. Higher and middle class society in England. Londres, 1797. Disponível em https://play.google.com/books/reader?id=rji4fWPPJ14C&printsec=frontcover&output=reader&authuser=0&hl=pt_BR&pg=GBS.PR7 (Acesso Jul/2013).
- HUME, David. *Ensaio políticos*. São Paulo: Martins Fontes, [1741] 2003.
- JERDAN, William. *Autobiography*. 1852 Disponível em <http://lordbyron.org/contents.php?doc=WiJerda.1852.Contents>
- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. 1689. Disponível em http://www.xr.pro.br/IF/LOCKE-Segundo_Tratado_Sobre_O_Governo.pdf

- LOUREIRO, Bernardo da Rocha. *Memoriais a D. João VI*. (organização e introdução de Georges Boisvert). Paris: Fundação Calouste Gulbekian/Centro Cultural Português, 1973.
- LUCCOK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil* (1808-1818). Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.
- MERCIER, Louis-Sebastien. *L'an deux Mille quatre cent quarante, revê s'il en fût jamais*. Paris, 1773. Disponível em: <https://play.google.com/books/>
- MONTESQUIEU. *L'esprit des lois*. 1758. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/montesquieu/de_esprit_des_lois/de_esprit_d_es_lois_tdm.html
- PEDRA, Antonio Martins. *Carta de Antonio Martins Pedra em resposta a um artigo que o Sr. Jeronymo Pinto Ferreira inseriu no Jornal da Sociedade Patriótica N. 10*: Seguido de uma análise do laudo que o mesmo Sr. deu a favor de Jeronymo D'Arantes. Londres: E. Justin, 1813.
- PEDRA, Antonio Martins. *Resposta de Antonio Martins Pedra e F. C aos libelos que o Sr Jeronymo d'Arantes publicou contra eles no Suplemento ao Astro da Lusitânia, n. 276, em 20 de outubro do presente ano, e outras invectivas anexas ao Requerimento apresentado à sua Majestade em 5 de Novembro*. Londres: E. Justin, 1822b.
- PEDRA, Antonio Martins. *Terceira resposta de Antonio Martins Pedra & C às invectivas e calúnias de Jeronymo d'Arantes*. Londres: E. Justin, 1822.
- RENAN, Ernest. "What is a nation". [1882] IN: BHABHA, Homi. *Nations and narrations* 1999.
- SHAFTESBURY, 3rd Earl of. *Characteristics of men, manners, opinions, times* [1711]. Intr. e org. Lawrence Klein. Cambridge: University of Cambridge, 1999.
- SILVA, José Veríssimo Álvares. "Memória das verdadeiras causas por que o luxo tem sido nocivo aos portugueses". IN: CARDOSO, José Luís (org.) *Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Lisboa: Banco de Portugal: 1990.
- SWIFT, Jonathan. *Travels into Several Remote Nations of the World* (Four Parts), by Lemuel Gulliver, First a Surgeon, and then a Captain of several Ships. 1726. Disponível em http://www.gasl.org/refbib/Swift_Gullivers_Travels.pdf Acesso em novembro de 2013.
- TOMÁS, Fernandes. *Memórias sobre 1820* (org. José Tengarrinha). Lisboa: Seara Nova, 1974.
- VASCONCELLOS, J. J. dos Reis. *Despachos e correspondência do Conde de Palmela*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851.
- VOLTAIRE. *Candide*. Paris: Labousse. [1759] 1970.
- VOLTAIRE. *Poème sur le désastre de Lisbonne*. 1775. Disponível em: <http://ginnungagap.over-blog.com/article-34528857.html> . Acesso em novembro de 2013.
- WHITE, José Maria Blanco. *Autobiografia*. Sevilha: Universidad, 1975. Disponível em <http://www.cervantesvirtual.com/obra/autobiografia-de-blanco-white--0/>. Acesso em abril de 2013.

Obras de referência:

- SILVA, Inocêncio Francisco. *Dicionário Biográfico* (Versão digital). 1888.

2. Bibliografia

- ABREU, Márcia. “Escrever e pensar sobre o Novo Mundo: escrever e pensar no Novo Mundo”. In: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII - XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, v. 1, p. 227-258.
- ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALBERTI, Verena. A existência na História: revelações e riscos da hermenêutica. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 17:31-57, 1996
- ALEXANDRE, Valentim, *Os sentidos do Império*, Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. “O Nascimento do Pensamento Econômico Brasileiro”, em COSTA, Hipólito José. *Correio Braziliense*. v. XXX. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp 323-370.
- ALVES, José Augusto dos Santos. “O Português e o discurso de saber/poder”. *Cultura – Revista de História e Teoria das ideias*. Universidade Nova de Lisboa/Centro de História da Cultura. V. 6. 1987. Pp. 699-724
- ALVES, José Augusto dos Santos. *Ideologia e política na imprensa do exílio*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.
- ALVIM, Maria Helena. “A marquesa de Alorna e as cartas do exílio em Inglaterra”. IN: SOUSA, Maria Leonor, EHRARDT, Marion e PEREIRA, José Esteves. *Alcipe e Sua época*. Lisboa: Colibri, 2003.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDRADE, Luís Crespo. “Utopia: Conceito e concepção”. *Cultura – Revista de História e Teoria das ideias*. Universidade Nova de Lisboa/Centro de História da Cultura. 1997. V. 22. 2006. Pp. 71-86.
- ARAÚJO, Valdeci Lopes. *A experiência do tempo*. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.
- ASPINALL, Arthur. “Accounts of the London Newspapers, 1800-36.” *The English Historical Review*, V. 65, No. 255, 1950, pp. 222-234.
- AZEVEDO, J. Lúcio. *A evolução do sebastianismo*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1918.
- BACZKO, Bronislaw. “Iluminismo”, IN: François Furet e Mona Ozouf (orgs.). *Dicionário crítico da revolução francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BACZKO, Bronislaw. “Imaginário social”. IN: *Enciclopédia Einaudi*, v. 5. Anthropos – Homem. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985b
- BACZKO, Bronislaw. “Utopia”. IN: *Enciclopédia Einaudi*, v. 5. Anthropos – Homem. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. pp. 296-332
- BACZKO, Bronislaw. *Lumières de l’utopie*. Critique de la politique. Paris: Payot, 1978.
- BADINTER, Elisabeth. *As paixões intelectuais*, 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BARBERO, Martin e REY, German. *Os exercícios do ver*. Hegemonia audiovisual e ficção televisiva. São Paulo: Senac, 2004.
- BARMAN, Roderick e BARMAN, Jean. “The Prosopography of the Brazilian Empire” *Latin American Research Review*, V. 13, No. 2.1978, pp. 78-97. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2502520> . Acesso em Dez/2011.

- BARMAN, Roderick. *Brazil. The Forging of a Nation (1798-1852)*. Stanford: Univ. Press, 1988.
- BARRELL, John. “Coffee-house politicians”. *Journal of British Studies*, V. 43, No. 2, 2004, pp. 206-232.
- BARTHES, Roland. *O Rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- BENETTI, Marcia. “Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos”. IN: LAGO, Cláudia. *Metodologia de pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato*. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas. 1821-1822. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BERSTEIN, Serge. “A cultura política”, em RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- BHABHA, Homi. *Nations and narrations* (org.). Londres: Routledge, 1990.
- BLACK, Jeremy. *The English Press in the Eighteenth Century*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1987.
- BOISVERT, Georges. “La presse périodique de Londres. Notes sur les circonstances de son apparition et de son développement”. *Sillages*. Département d’Études Portugaises et Brésiliennes de l’Université de Poitiers. 1974.
- BOISVERT, Georges. Commentaire sur l’ouvre *Memorial a d. João VI*, de Bernardo da Rocha Loureiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian/Centro Cultural Português 1973.
- BOISVERT, Georges. *Un pionnier de la propagande liberale au Portugal*. João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853). Paris: Fundação Calouste Gulbekian/Centro Cultural Português, 1982.
- BORGES, Bento Itamar. “Verdade e ficção em textos utópicos”. *Editorial Philosophia*. UFG, 2008. Disponível em www.revistas.ufg.br. Acesso em Dez/2011.
- BRENNAN, Timothy. “The national longing form”. IN: BHABHA, Homi. *Nations and narrations* (org.). London: Routledge, 1990.
- BRIGGS, Asa. *História Social da Inglaterra*. Lisboa: Presença, 1998.
- BUVALOVAS, Thais. *Hipólito da Costa na Filadélfia (1798-1800)*. São Paulo: Hucitec, 2011.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. Momentos decisivos. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.
- CANNADINE, David. “Contexto, Execução e Significado do Ritual: a Monarquia Britânica e a ‘Invenção da Tradição’, c. 1820 a 1977. IN: HOBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- CARDOSO, José Luís. “A New Contribution to the History of Banco do Brasil (1808-1829)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59. 2010. p. 165-189.
- CARVALHO, Jose Murilo. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Civilizacao brasileira, 2003.
- CARVALHO, Marieta Pinheiro. “A defesa de um rei constitucional: os escritos de Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro (1817-1822).” *Revista Intellectus*. 2008 Disponível em: http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano11n1/artigo_Marieta.pdf. Acesso em Nov/2013.
- CARVALHO, William Almeida. “Hipólito José da Costa: Um maçom brasileiro que foi grão-mestre provincial na Inglaterra”. Disponível em <http://www.freemasons-freemasonry.com/9carvalho.html>. Acesso em Dez/2011.

- CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem*. Introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- CASTRO, Zília Osório. “A Independência do Brasil na historiografia portuguesa”. IN: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- CASTRO, Zília Osório. “História e tradição: O liberalismo de o *Padre Amaro*”. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995. Disponível em <http://run.unl.pt/handle/10362/6783> . Acesso em Abril de 2013.
- CENDALES, Torres e JAZMÍN, Leidy. “*Correo del Orinoco* (1818-1822).” Disponível em <http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/historia/prensa-colombiana-del-siglo-XIX/correo-del-orinoco> . Acesso em Fevereiro de 2013.
- CHARTIER, Roger. “O homem de letras”. IN: VOVELLE, Michel (dir.). *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997, pp. 137-9.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: UnB, 1998.
- CHARTIER, Roger. Entrevista. *Revista do Arquivo Nacional* V.8. N 1-2 (jan/dez 1995) Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- CLARKE, Bob. *From Grub Street to Fleet Street: An Illustrated History of English Newspapers to 1899*, Aldershot: Ashgate, 2004.
- CLOCLET, Ana Rosa. *Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- COLLEY, Linda. *Britons. Forging the nation (1707-1837)*. London: Yale University Press, 1992.
- COLLINS, Richard. *Culture, communication & national identity*. The case of Canadian Television.(sic). Toronto: University of Toronto Press, 1990.
- COOPER-RICHET, Diana. “As grandes revistas literárias e políticas na formação das elites britânicas durante a primeira metade do século XIX”. IN: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição*. O lugar dos impressos na construção da vida política. São Paulo: Annablume, 2006.
- COWAN, Brian. “Mr. Spectator and the coffeehouse public sphere”. *Eighteenth Century Studies*. Volume 37, número 3, 2004. Disponível em http://muse.jhu.edu/login?auth=0&type=summary&url=/journals/eighteenth-century_studies/v037/37.3cowan.html (Acesso Jun/2012).
- COWAN, Brian. “Publicity and Privacy in the History of the British Coffeehouse.” 2007. Disponível em academia.edu (Acesso Jun/2012).
- COWAN, Brian. “The Rise of the Coffeehouse Reconsidered.” *The Historical Journal*, V. 47, No. 1, 2004 [b], pp. 21-46.
- COWAN, Brian. *The Social life of coffee*. The emergence of the british coffeehouse. London: Yale, 2005.
- CRARY, Jonathan. *Techniques of the Observer*. On vision and modernity in the Nineteenth Century. Massachusetts, MIT: 1992.
- CUNHA, Alfredo da. *Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa (1641-1821)*. Lisboa: Ottosgráfica, 1941.
- DARNTON, Robert. *Bohemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DARNTON, Robert. *Édition et Sédition*. L’univers de la littérature clandestine au XVIII^e siècle. Gallimard, 1991.

- DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DECHO, Pam e DIAMOND, Claire. *Latin Americans in London: A select list of prominent Latin Americans in London, c. 1800-1966*. Londres: University of London/Institute of Latin American Studies, 1988.
- DIAS, João José Alves. “A Maçonaria em Portugal de 1727 a 1802”, em COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense*. v. XXX. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp. 259-267.
- DIAS, Tânia. “A escrita diária de uma viagem de instrução”.s/d. Disponível em www.casaruibarbosa.gov.br/.../FCRB_Escritos_1_2_Tania_Dias.pdfAcesso em 2012.
- DIOGO, Maria Paula, CARNEIRO, Ana e SIMÕES, Ana. “Enlightenment Science in Portugal: The Estrangeirados and their Communication Networks”. *Social Studies of Science*, V. 30, No. 4, 2000, pp. 591-619.
- DOMINGUES, Ângela. “Notícias do Brasil colonial - a imprensa científica e política a serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra)”. IN: *Varia historia*. v.22 no.35 Belo Horizonte, 2006.
- DOMINGUES, Ângela. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos”. *Revista Hist. cienc. saúde* v.8 suppl.0 Rio de Janeiro 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/Acesso> em Jun/2012.
- DOURADO, Mecenaz. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1957.
- DURING, Simon. “Literature – Nationalism’s other?The case for revision”. IN: BHABHA, Homi (org). *Nations and Narrations*.Routledge, 1990.
- ELIADE, Mircea. “Paradise and Utopia: Mythical Geography and Eschatology”. IN: MANUEL, Frank E (org). *Utopias and Utopian Thought*. Boston: Beacon Press, 1965.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- ELIAS, Norbert. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.
- ELLIS, Markman. “An introduction to the coffehouse.A discursive model”. *Language & Communication*.Volume 28, N. 2, 2008, Pp. 156–164
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.
- FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: USP, 2009.
- FEBVRE, *Honneur et patrie*. 1945, disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/febvre_lucien/honneur_et_patrie/honneur_et_patrie.html Acesso em Nov/2013.
- FEBVRE, Lucien. *Le Probleme de l'incroyance au XVI Siècle, la religion de Rabelais*. Paris: Albin Michel, 2003.
- FERENCZI, Thomas. *L'invention du journalisme en France. Naissance de la presse moderne à la fin du XIX siècle*. Paris: Plon, 1993.

- FERNANDES, Gabriel. *Em busca da nação*. Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde Crioulo. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- FERREIRA, João Pedro Rosa. “A proposta constitucional do Correio Braziliense”. *Cultura – Revista de História e Teoria das ideias*. Universidade Nova de Lisboa/Centro de História da Cultura. No. 6. 1987. pp. 737-770.
- FERREIRA, João Pedro Rosa. “O Pensamento político de Hipólito da Costa”. *Revista Cultura – História e teoria das ideias*. N. 22. 2006. Pp. 319-338.
- FERREIRA, João Pedro Rosa. *O Jornalismo na Emigração*. Ideologia e Política no Correio Braziliense (1808-1822). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.
- FONSECA, Gondim. *Biografia do Jornalismo Carioca*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1941.
- FOUCAULT, Michel. “O que é um autor”. Conferência na Société Française de Philosophie. 1969. Disponível em: http://fido.rockymedia.net/anthro/foucault_autor.pdf. Acesso em Maio/2013.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. “A construção de um público”, em COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense*. Vol XXX. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp. 553-604.
- FRYE, Northrop. “Varieties of literary utopias”. IN: MANUEL, Frank E (org). *Utopias and Utopian Thought*. Boston: Beacon Press, 1965.
- GADAMER, Hans-Georg. *Hermenêutica em retrospectiva*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*; trad. de Paulo César Duque Estrada. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica; trad. de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- GOMES, Manoel. *A Maçonaria na História do Brasil*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Aurora, 1975.
- GOMES, Mayra Rodrigues. *Jornalismo e Ciências da Linguagem*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- GONÇALVES, Adelto. “Bocage e a Maçonaria”. *Revista Cultura – História e teoria das ideias*. No. 14. 2002. Pp. 187-202
- GOODMAN, Dena. “Difference: An Enlightenment Concept”. IN: BAKER, Keith Michael. *What’s Left of Enlightenment*. A Postmodern Question. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- GOODY, Jack e WATT, Ian. *As consequências do letramento*. São Paulo: Paulistana, 2006.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. “O Comitê de 1808 e a defesa na Corte dos interesses ingleses no Brasil.” IN: CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lúcia M. B. *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2009.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio do Brasil imperial*. Os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia (1808-1840). São Paulo: Alameda, 2012.
- HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria de sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

- HABERMAS, Jürgen. *O Discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. *Verdade e justificação*. Ensaios filosóficos. São Paulo: Loyola, 2004.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HARRIS, Michael. "Journalism as a profession or trade in the Eighteenth Century". MYERS, Robin e HARRIS, Michael. *Autor/publisher relations during the eighteenth and nineteenth centuries*. Oxford: Oxford Polytechnic Press, 1983.
- HARTLEY, John. *Popular reality: journalism, modernity, popular culture*. New York: St Martin Press, 1996.
- HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado*. A construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII). São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JACOB, Margaret. *The Radical Enlightenment*. Pantheists, freemasons and Republicans. Lafayette: Cornerstone, 2006.
- JANCSÓ, István e SLEMIAN Andréa, "Um caso de patriotismo imperial". IN: COSTA, Hipólito J. *Correio Braziliense*, V. XXX. São Paulo: Imprensa oficial, 2002.
- JANE, Herrick. "The Reluctant Revolutionist: a study of the Political Ideas of Hipolito da Costa (1774-1823)" *The Americas*, VII, out.1950, pp 171-81.
- KELLY, Jason M. Riots, "Revelries, and Rumor: Libertinism and Masculine Association in Enlightenment London". *Journal of British Studies*, V. 45, No. 4, 2006, pp. 759-795.
- KLEIN, Lawrence e VOPA, Anthony (orgs.). *Enthusiasm and Enlightenment in Europe, 1650-1850*. San Marino (CA): Huntington Library, 1998.
- KLEIN, Lawrence. "Addisonian Afterlives: Joseph Addison in Eighteenth-Century Culture". *Journal for Eighteenth-Century Studies*. V. 35 No. 1 Cambridge, 2012.
- KLEIN, Lawrence. "Enlightenment as conversation". IN: BAKER, Keith Michael. *What's Left of Enlightenment*. A Postmodern Question. Stanford: Stanford University, 2001.
- KLEIN, Lawrence. "Politeness and the Interpretation of the British Eighteenth Century". *The Historical Journal*, V. 45, No. 4. Cambridge: Cambridge University, 2002. Pp. 869-898.
- KLEIN, Lawrence. "Sociability, Solitude, and Enthusiasm". *Huntington Library Quarterly*, V. 60, No. 1/2, Enthusiasm and Enlightenment in Europe, 1650-1850, California: University of California Press, 1997. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/3817835> . Acesso: 12/09/2011
- KLEIN, Lawrence. "The Third Earl of Shaftesbury and the Progress of Politeness". *Eighteenth-Century Studies*, V. 18, No. 2. The Johns Hopkins University Press; American Society for Eighteenth Century Studies (ASECS), 1984, pp. 186-214 URL: <http://www.jstor.org/stable/2738536> . Acesso: 12/09/2011
- KOSELLECK, Reinhardt. *Crítica e crise*. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 1999.
- KURY, Lorelai. "Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)". *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2004, v.11, suppl.1, pp. 109-129. Disponível em: <http://www.scielo.br/> Acesso em Jun/2012.

- LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita*. São Paulo: Ática, 2002.
- LAJOLO, Marisa. “Público Rarefeito”, em COSTA, Hipólito. *Correio Braziliense*. Vol XXX. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp. 669-696.
- LAL, Vinay. “Enigmas of Exile: Reflections on Edward Said”. *Economic and Political Weekly*, V. 40, No. 1 (Jan. 1-7, 2005), pp. 30-34
- LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil.1808-1821*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.
- LIMA, Péricles. *A Corte no Brasil e os periódicos portugueses 1808-1821*, Tese de Doutorado na Universidade Nova de Lisboa, 2012.
- LOSADA, Janaina Zito. “Entre mamutes e acácias: viagem e natureza em Hipólito José da Costa Pereira (séc. XVIII/XIX)”, em *Revista Fênix*. 2005. Disponível em www.revistafenix.pro.br. Acesso em Outubro de 2008.
- LUCA, Tânia Regina de e MARTINS, Ana Luiza (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.111-153
- LUSTOSA, Isabel e DINES, Alberto (orgs.) *Correio Braziliense ou Armazem Litterario*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2002.
- LUSTOSA, Isabel. “Correio Braziliense: a imprensa brasileira nasceu inglesa e liberal (1808-1822)”. In: DUTRA, Eliana de Freitas. MOLLIER, Jean-Yves (Org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII - XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- LUSTOSA, Isabel. *O Nascimento da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- MACEDO, Jorge Borges. *Os Lusíadas e a História*. Lisboa: Verbo, 1979.
- MACHADO, Adelaide Maria Muralha Vieira. “O Investigador Português em Inglaterra, nos primeiros anos de publicação (1811-1813) – Uma apresentação”, em *Cultura – Revista de História e teoria das ideias*. CASTRO, Zília Osório e PEREIRA, Sara Marques. Vol X, 1998. Pp. 473-491.
- MACHADO, Adelaide Maria Muralha Vieira. *A Importância de se chamar português: José Liberato Freire de Carvalho na direção do Investigador Português em Inglaterra, 1814-1819*. Tese de Doutorado apresentada ao Centro de História da Cultura em Portugal. Abril de 2011.
- MANNHEIM, Karl. *Ideology and utopia*. London: Routledge, 1954.
- MANUEL, Frank E (org). *Utopias and Utopian Thought*. Boston: Beacon Press, 1965.
- MARIANI, Bethânia. “Os primórdios da Imprensa no Brasil”, em ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso Fundador. A formação do país e construção da identidade nacional*. Campinas: Fontes, 1993.
- MARTINO, Luís M. S. *Comunicação e identidade*. São Paulo: Paulus, 2010.
- MATTELART, Armand & MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2009.
- MAUL, Carlos. *A Marquesa de Santos*. Rio de Janeiro: Editora Império, 1957.
- MAXWELL, Kenneth. “Geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro”, em *Piratas, chocolates e outros malandros*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MCLUHAN, Marshall. *A Galáxia de Gutenberg*. São Paulo: USP, 1972.

- MCNEELY, Ian F. e WOLVERTON, Lisa. *Reinventing Knowledge. From Alexandria to the Internet*. New York: W.W. Norton, 2008.
- MEE, Jon. "Anxieties of Enthusiasm: Coleridge, Prophecy and Popular Politics in the 1790s". IN: KLEIN, Lawrence e VOPA, Anthony (orgs.). *Enthusiasm and Enlightenment in Europe, 1650-1850*. San Marino (CA): Huntington Library, 1998.
- MELTON, James van Horn. *The Rise of the Enlightenment Public*. Cambridge: Cambridge University Press. 2001.
- MERRY, Sally Engle. "Rethinking gossip and scandal". IN: BLACK, Donald. *Toward a general theory of social control* (V. 1 – Fundamentals). Orlando: Academic Press, 1984.
- MONEY, John. "Taverns, Coffee Houses and Clubs: Local Politics and Popular Articulacy in the Birmingham Area, in the Age of the American Revolution". *The Historical Journal*. V. 14, No. 1, 1971, pp. 15-47
- MONTEIRO, Rolando. *Hipólito da Costa e a Independência*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979.
- MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MOREL, Marco e SOUZA, Françoise Jean. *O Poder da Maçonaria. A história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MOREL, Marco. "Independência no papel". IN: István JANCSÓ (org.). *Independência: História e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- MOREL, Marco. "Pátrias polissêmicas: república das letras e imprensa na crise do império português na América". IN: KURY, Lorelai (org.). *Iluminismo e Império no Brasil. O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. pp. 15-39.
- MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2001.
- MUNARO, Luís Francisco. "A taverna City of London e o Jornalismo Luso-brasileiro". *Jornal Alcar*. N. 10, 2013. Disponível em http://gallery.mailchimp.com/452a0df7abaf3f6c4fbcfd83f/files/ARTIGO_Jornal_Alcar_Esboco_para_uma_historia_dataverna.pdf Acesso em Novembro de 2013.
- MUNARO, Luís Francisco. "Jornais, conversação e espaços na Londres iluminada." In: *Revista Entremeios* (versão digital). Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2011. Disponível em: <http://pucposcom-rj.com.br/wp-content/uploads/2011/11/Jornais-esp%C3%A7os-Luis-Munaro.pdf> . Acesso em Dezembro de 2011.
- MUNARO, Luís Francisco. "Mr. Da Costa contra a facção gálica no Brasil". In: *Revista da pós em estudos de jornalismo* (versão digital). UFSC. 2008. Disponível em: www.posjor.ufsc.br . Acesso em Dezembro de 2011.
- MUNARO, Luís Francisco. *Aquela terra longínqua e sossegada. O jornalismo de Hipólito da Costa* (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em <http://www.posjor.ufsc.br/images/dissertacoes/> Acesso em Dezembro de 2011.
- MYERS, Robin. "Writing for Booksellers in the Early nineteenth century: a case study". MYERS, Robin e HARRIS, Michael. *Autor/publisher relations during the eighteenth and nineteenth centuries..* V. 5. Oxford, 1983.
- MYERS, Robin. "Joseph Timothy Haydn, of Dictionary or dates fame: 'A long and laborious life, writing Chiefly for the publishers'". Disponível em: <http://www.bl.uk/ebj/1979articles/pdf/article16.pdf> Acesso em Nov/2013.

- NEAD, Lynda. *Victorian Babylon*. People, Streets and Images in Nineteenth-Century London. London: Yale University Press, 2000.
- NEMÉSIO, Vitorino. *A mocidade de Herculano (1810-1832)*. Lisboa: Bertrand, 1934.
- NEVES, Guilherme Pereira e NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “A Biblioteca de Francisco Agostinho Gomes: a Permanência da Ilustração Luso-Brasileira entre Portugal e o Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 165, n. 425, p. 11-28, 2004.
- NEVES, Guilherme Pereira. *E receberá a mercê*. A mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil (1808-1828). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- NEVES, Guilherme Pereira. *História e método: a hermenêutica e os usos do passado*. Resultado de uma conferência apresentada em 5 de novembro de 2009, a convite do Departamento de História da *Facultad de Ciencias Humanas y Económicas de Universidad Nacional de Colombia*, Sede Medellín.
- NEVES, Guilherme Pereira. *História, teoria e variações*. Rio de Janeiro: Contra-capas; Cia das Índias, 2011.
- NEVES, Lúcia M.B. “Guerra das penas”. 1999, p. 2. Disponível em http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-3.pdf Consulta em Dezembro de 2011.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. “Brasil e Portugal: Representações e Imagens (1808-1840)”. *Revista da SBPH*. No. 18. Curitiba, 2000. pp 103-110.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos. “Do lado de cá do Atlântico: as críticas no Brasil ao Campeão Português”. *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Anais da X Reunião. Curitiba, 1991. 147-151.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos. “Do outro lado do Atlântico: A questão brasileira vista por o Campeão Português (1820-1823)”. *Revista da SBPH*, n. 5, São Paulo, 1989, pp. 39-46.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos. “Imagens de Napoleão Bonaparte na óptica dos impressos luso-brasileiros”. IN: DUTRA, Eliana de Freitas. MOLLIER, Jean-Yves (Org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII - XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. pp. 579-594.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos. *Napoleão Bonaparte*. Imaginário e Política em Portugal (1808 – 1810). São Paulo: Alameda, 2008.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos. “Os panfletos políticos e a cultura política da independência do Brasil”. IN: István JANCSÓ (org.). *Independência: História e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos. *Corcundas e Constitucionais*. A cultura política na independência (1820 – 1822). Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos Ídolos* ou como filosofar com o martelo. 2ª edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre a história* (org. Noeli Sobrinho). Rio de Janeiro: PUC- RIO, 2005.
- NIETZSCHE, Friedrich. *The gay science*. Disponível em http://nietzsche.holtof.com/Nietzsche_the_gay_science/the_gay_science.htm
- NOVALES, Alberto Gil. “Exaltación liberal y republicanismo en España”. *Revista de Historia Moderna*. N.s 12. 1993. pp. 249-258.
- NUNES, Maria de Fátima e PEREIRA, Sara Azevedo e Sousa Marques. “O Espírito de Cádiz em O Investigador Português em Inglaterra”. *Revista Cultura – História e teoria das ideias*. No. 7. 1993. pp. 197-220.

- NUNES, Maria de Fátima. *Imprensa Periódica Científica (1772-1852)*. Leituras de “Sciencia Agrícola” em Portugal. Lisboa: Estar, 2001.
- O’BOYLE, L. “The image of the Journalist in France, Germany and England”, 1815-1848”. *Comparative studies in Society and History*, V. X, n 3. 1968. <http://ijpc.org/uploads/files/JSTOR%20Comparative%20Studies%20on%20Society%20and%20history.pdf> Acesso em Nov/2013.
- OUTRAM, Dorinda. *The Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *The Spectator*. O teatro das Luzes. São Paulo: Hucitec, 1995.
- PALMER, Richard E.. *Hermenêutica*. Lisboa, Edições 70, 1986.
- PALTI, Elias José. “O Século XIX brasileiro, a nova história política e os esquemas teleológicos”. IN: CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lúcia M. B. *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2009.
- PARK, Robert Ezra. *The City and Human Ecology*. New York: Free Press, 1952.
- PAULA, Sérgio Góes de e LIMA, Patrícia Souza. “Os paradoxos da Liberdade”, em COSTA, Hipólito José. *Correio Braziliense*, Vol XXX. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp. 111-160
- PAULA, Sérgio Góes de. *Antologia do Correio Braziliense*. Editora 34, 2001.
- PEREIRA, José Esteves. *Percursos da história das ideias*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Lisboa, 2004
- PINTO, Tiago Campos. “Custódio Pereira de Carvalho, Hum negociante portuguez em Londres – Fundador das primeiras escolas públicas gratuitas do Concelho de Lousada”. *OPPIDUM*, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.cm-lousada.pt/NR/rdonlyres/EEF74E55-DBC8-45B8-AF3C-9E9BB485B927/31165/183196.pdf>. Acesso em Nov/2013.
- PITT-RIVERS, Julian. *The people of the Sierra*. Chicago: Chicago University, 1971.
- POCOCK, John G. A. *O Movimento Maquiaveliano*. O Pensamento Político Florentino e a Tradição republicana atlântica. Tradução inédita.
- POCOCK, John G. Agard. “Enthusiasm: The Antiself of Enlightenment”. *Huntington Library Quarterly*, V. 60, No. 1/2, *Enthusiasm and Enlightenment in Europe, 1650-1850*, pp. 7-28. California: University of California Press, 1997 .Disponível em <http://www.jstor.org/stable/3817830> .Dez 2011.
- PORTER, Roy. “Enlightenment London and Urbanity”. IN: HEMMING, T.D. e MEAKIN, D. *The Secular City: Studies in the Enlightenment*. Exeter: Univeristy of Exeter, 1994.
- PORTER, Roy. *The Enlightenment*. London: Macmillan, 2001.
- PRADO, José Luiz Aidar e BAIRON, Sérgio. “A invenção do Outro na mídia semanal”. IN: LAGO, Cláudia. *Metodologia de pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- QUEIRÓS, Fortunato. *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras*. Porto: Universidade do Porto, 1983.
- RAMINELLI, Ronald. “História Urbana”. IN: CARDOSO, C. F. & R. VAINFAS (eds.). *Domínios da História*. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- REIS, Fernando Egídio. “Portuguese periodicals published by Portuguese émigrés in London and Paris in the early 19th century”. 2006. Disponível em www.histnet.cnrs.fr . Acesso em Fev/2012.

- REIS, Fernando Egídio. *Os Periódicos portugueses de emigração (1808-1822)*. As ciências e a transformação do país. Tese de doutorado apresentada à Universidade Nova de Lisboa. 2007.
- REIS, José Eduardo. "A literatura e a ideia do mundo ideal: relatório de um programa para a disciplina de Literatura Comparada", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 1, 2004. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10461.PDF> Acesso em Maio/2012.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público*. A institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1964). Rio de Janeiro: E-papers, 2004
- RIESMAN, David. *A multidão solitária*. 2ª. Edição. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal e a tipografia no Brasil*. Ed. Fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- RODRIGUES, Ernesto. *Imprensa portuguesa de oitocentos que interessa ao Brasil*. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/viewFile/3681/2831> .Acesso em Dez/2009.
- RODRIGUES, Thamara. A independência do Brasil e o discurso do atraso português em História do Brasil de Francisco Solano Constâncio. IN: OLIVEIRA, Camila Aparecida Braga, MOLLO, Helena Miranda e BUARQUE, VirgíniaAlbuquerque de Castro (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.
- ROGERS, Pat. *Grub Street*. Studies in a Subculture. London, New Fetter Lane, 1972.
- ROMERO, Ricardo et al. *Ediciones Masónicas Argentina*. Una investigación del Centro de Estudios para la Gran Reunión Americana. Disponível em <http://logra452.blogspot.com/2010/02/los-precursores-de-la-revolucion.html> .Consulta em Novembro de 2011.
- ROONEY, Richard. "History of tabloid newspapers in England". Unpublished Manuscript. 1999. Disponível em (acesso em Mai/2012): <http://pt.scribd.com/doc/26869993/History-of-Tabloid-Newspapers-in-England>
- ROSANVALLON, Pierre. *L'État en France de 1789 à nos jours*. Éditions du Seuil: 1990.
- ROSANVALLON, Pierre. *Le sacre du citoyen*. Gallimard, 1992.
- ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico*. História da ideia de mercado. Bauru: EDUSC, 2002.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.
- SAFIER, Neil. "Spies, Dies and Leaves". IN: SCHAFFER, Simon; ROBERTS, Lissa; RAJ, Kapil; DELBOURGO, James. *The Brokered World*. Go-Betweens and Global Intelligence, 1770–1820. Sagamore Beach: Science and history publications, 2009.
- SANTOS, Maria Helena. "Imprensa periódica clandestina no século XIX: 'O Portuguez' e a Constituição". *Análise social*. V. XVI. 1980. pp. 429-445.
- SARASOLA, Ignacio Fernádes. "Opini3n p3blica y "libertades de expresi3n" en el constitucionalismo espa3ol (1726-1845)". *Revista Electrónica de Historia Constitucional*. N. 7, 2006

- SCHUDSON, Michael. *Descobrimos a notícia*. Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical*. Império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SEGISMUNDO, Fernando. *Imprensa Brasileira, vultos e problemas*. Rio de Janeiro: Editora Alba, 1962.
- SÉRGIO, Antonio. “O Reino Cadaveroso”. IN: *Antologias universais*. SERRÃO, Joel (org). Lisboa: Portugália, s/d. pp. 140-182.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza, “União sem Sujeição”. In: COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense*. Vol XXX. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp. 219-258.
- SILVA, Wélington e CHAVES, Cláudia. “Expansão da metrópole e Iluminação da colônia: As Memórias de Ambrósio Joaquim dos Reis e a política Imperial Portuguesa”. IN: *Anais da Anpuh*. Mariana-MG, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340756529_ARQUIVO_TextoAnpuh.pdf.
- SILVÉRIO, Luís Filipe. *O império dos sonhos*. Narrativas proféticas, sebastianismo e messianismo brigantino. Tese de doutorado. USP, 2005.
- SLOTEDIJK, Peter. *Regras para o parque humano*. Uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo. 2ª. Edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1977.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. *Hipólito da Costa: Pioneiro da Independência no Brasil*. Brasília. Fundação Assis Chateaubriand, 1996.
- SODRÉ, Néelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOUSA, Jorge Pedro. *Breve história do jornalismo no Ocidente* (edição digital) 2010. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf> Acesso em Dezembro de 2011.
- SOUSA, Maria Leonor Carvalho de, EHRARDT, Marion e PEREIRA, José Esteves (orgs.). *Alcipe e Sua época*. Lisboa: Colibri, 2003.
- SOUSA, Maria Leonor Carvalho de. *Um ano de diplomacia luso-americana*. Francisco Solano Constâncio (1822-1823). Lisboa: Imprensa Nacional, 1988.
- STONE, Lawrence. “On prosopography”. *Historical Studies Today*, V. 100, No. 1, 1971. pp. 46-79 Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20023990> .Acesso Dez/2011.
- TARDE, Gabriel. *A Opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- TENGARRINHA, José. “Jornalismo da primeira emigração em Londres”. IN: COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense*. Vol XXX. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp. 219-258.
- TENGARRINHA, José. “Os comerciantes e a imprensa portuguesa da primeira emigração”. *Estudos em Homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos*. Universidade do Porto, 2004.
- TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. Coleção Portugália: Lisboa, 1965.
- THIESSE, Anne Marie. *La création des identités nationales*. Europe, XVII-XIX siècles. Paris: Seuil, 1999.
- TORGAL, Luís (Org.). *História de Portugal*. O Liberalismo. Lisboa: Estampa. s/d.

- TWAN, Yi-Fu. “The City as a Moral Universe”. *Geographical Review*, V. 78, No. 3. 1988. pp. 316-324.
- VARGUES, Isabel Nobre e TORGAL, Luís Reis. “Da Revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político”. IN: TORGAL, Luís (org.). *História de Portugal. O liberalismo*. Lisboa: Estampa, s/d.
- VARGUES, Isabel Nobre. “O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820”. IN: TORGAL, Luís (org.). *História de Portugal. O liberalismo*. Lisboa: Estampa, s/d.
- VELOSO, L. M. M. e SOUSA J. M. M. *História da imprensa periódica portuguesa: subsídios para uma bibliografia*. Coimbra: Biblioteca geral da Universidade, 1987.
- VIANNA, Helio. *Contribuição à História da Imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- VIANNA, Helio. *D. Pedro I, Jornalista*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1967.
- VISVANATHAN, Shiv. “Interrogating the nation”. *Economic and Political Weekly*, V. 38, No. 23.2003, pp. 2295-2302.
- VOVELLE, Michel (direção/introdução). *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997.
- WAHRMAN, Dror. “Virtual representation: parliamentary reporting and languages of class in the 1790s”. *Past & Present*. N. 136, Oxford University Press, 1992, pp. 83-113.
- WASSON, Ellis Archer. “The Whigs and the press, 1800-50”. *Parliamentary History*, V. 25, Part 1, 2006, pp. 68-87.
- WEITZMAN, Arthur J. “Eighteenth-Century London: Urban Paradise or Fallen City?”. *Journal of the History of Ideas*, V. 36, No. 3. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1975. Disponível em : <http://www.jstor.org/stable/2708657> Acesso em Setembro de 2011
- WILLIAMS, Raymond. “A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica”. *Projeto e História*. Imprensa e história. N. 35. São Paulo, 2007. <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume35/ATT06511.pdf>
- WIRTH, Louis. “Preface”. IN: MANNHEIN, Karl. *Ideology and utopy*. London: Routledge, 1954.
- ZELIZER, Barbie. *The changing faces of Journalism*. Tabloidization, technology and truthiness. New York, Routledge, 2009.
- ZENHA, Celeste. “O Brasil na produção das imagens impressas durante o século XIX: a paisagem como símbolo da nação”. In: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (Org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII - XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. pp 353-368.

Links⁶⁷⁹

<http://deadpubs.co.uk/LondonPubs/StMartinOutwich/CityLondonTavern.shtml>
http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_da_Silva_Carvalho
http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Diogo_de_Mascarenhas_Neto
<http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/newlayout.php?mode=imagebank&details=1&id=111>
http://www.archive.org/stream/historiadarevolu02arriiala/historiadarevolu02arriiala_djvu.txt
http://www.allchocolate.com/understanding/history/age_of_reason.aspx

⁶⁷⁹Consultas em 2013.

<http://www.bl.uk/eblj/1979articles/pdf/article16.pdf><http://amandarnogueira.blogspot.com.br/2010/06/luis-augusto-may-o-jornalista-que-fez.html><http://munksroll.rcplondon.ac.uk/biography/Details/779>
<http://www.cm-lousada.pt/NR/rdonlyres/EEF74E55-DBC8-45B8-AF3C-9E9BB485B927/31165/183196.pdf>
<http://www.dows-port.com/section.php?id=1122>http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=68145
<http://www.london-gazette.co.uk/issues/17681/pages/427/page.pdf>
<http://lagosmilitar.blogspot.com.br/2008/03/henrique-jos-da-silva-1-baro-de-lagos.html>
http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Domingos_Bomtempohttp://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882010000100009&script=sci_arttext&tlng=enhttp://www.geneall.net/P/per_page.php?id=133508
<http://www.london-gazette.co.uk/issues/17827/pages/1020/page.pdf>;
http://www.encontrodesaberes.ufop.br/es2013/ver_trabalho/25;
<http://www.london-gazette.co.uk/issues/19115/pages/2404/page.pdf>http://www.spq.pt/boletim/docs/boletimSPQ_120_055_24.pdf<http://www.imultimedia.pt/museuirtpress/port/persona/c-d.html>